Caderno de Resumos dos Simpósios e Comunicações

4º Congresso Ibero-Americano de História Urbana

4º Congresso Ibero-Americano de História Urbana

24 de novembro a 1 de dezembro de 2025

Coordenação Geral da AIHU 2022-2025

Prof. Dr. Rubén Pallol Trigueros
(Universidad Complutense de Madrid, España)
Profa. Dra. Conceción Lopezosa Aparicio
(Universidad Complutense de Madrid, España)
Profa. Dra. Nilce C. Aravecchia-Botas
(Universidade de São Paulo, Brasil)

Secretaria Administrativa Geral da AIHU 2022-2025

Profa. Dra. Josianne Cerasoli
(Universidade Estadual de Campinas, Brasil)
Profa. Dra. Ana Cláudia Veiga de Castro
(Universidade de São Paulo, Brasil)

Comissão Científica

Agnese Codebo - Villanova University
Ana Barone - FAU-USP
Ana Cláudia Veiga de Castro - FAU-USP
Ana Lucia Ceravolo - UNICEP
Ana Lucia Duarte Lanna - FAU-USP
Ana Maluenda - ETSAM UPM
Ana Patricia Montoya - IEU UNC
Amilcar Torrão - PUC SP
Camila Ferrari - IAUUSP
Carlos Fortuna - FEUC
Carolina Pescatori - FAU UNB
Concepción Lopezosa Aparicio - UCM
Dinalva Roldan - IFCH Unicamp
Elisangela Chiquito - EA-UFMG
Eulalia Portela Negrelos - IAUUSP
Flavia Brito do Nascimento - FAU-USP
Gabriella Pelegrino Soares - FFLCH USP
George Dantas - FAU UFRN
Guillermo Jajamovich - CONICET FCS UBA
Ivo Giroto - FAU-USP
Joana Mello de Carvalho e Silva - FAU-USP
José Carlos Huapaya Espinoza - FAU UFBA
Josiane Cerasoli - IFCH Unicamp
Kauê Lopes dos Santos - IG Unicamp
Leandro Benmergui - SUNY
Leonardo Novo - EFLCH UNIFESP
Luciana Gonçalves de Carvalho - UFOPA
Macarena Ibarra - PUC Chile
Maria Cristina Leme - FAU-USP
Maria Fernanda Derntl - UnB
Maria Stella Bresciani - IFCH Unicamp
Marianna Boghosian - Escola da Cidade
Mark Healey - CLAS UCONN
Nilce Aravecchia-Botas - FAU-USP
Pablo Vega Centeno - PUC Peru
Rafael Soares Gonçalves - DSS PUC Rio
Renata Cabral - DAU UFPE
Renato Cymbalista - FAU-USP
Renato Leão Rego - DAU UEM
Rodrigo Bastos - DAU UFSC
Rodrigo de Faria - FAU UNB
Rosa Aboy - FADU UBA
Rubén Pallol Trigueros - UCM
Sarah Feldman - IAUUSP
Sergio Miranda - UNAM
Valeria Laura Snitcofsky - FFyL UBA

Comissão Organizadora

Adriano José de Sousa – FAU-USP
Alex Matos – FAU-USP
Ana Cláudia Veiga de Castro – FAU-USP
Ana Beatriz Pahor Pereira da Costa – FAU-USP
Beatriz Barsoumian – FAU-USP
Beatriz Fernandez – FAU-USP
Camila Ferrari – IAUUSP
Deborah Sandes de Almeida – Escola da Cidade
Desirée Matta – FAU-USP
Eduardo Verri – FAU-USP
Elisa Zocca Carneiro – FAU-USP
Eulalia Portela Negrelos – IAUUSP
Isabela De Bonis – FAU-USP
Iuri Dantas – FAU-USP
Ivo Giroto – FAU-USP
Jayne Nunes – FAU-USP
Juliana Ramos – FAU-USP
Larissa Dias – FAU-USP
Leonardo Novo – EFLCH UNIFESP
Leonardo Nóbrega – FAU-USP
Lucas Chiconi Balteiro – FAU-USP
Luiza Santos – FAU-USP
Marianna Boghosian – Escola da Cidade
Matheus Bonini Machado – FAU-USP
Nycole de Araújo Régis – FAU-USP
Nilce Aravecchia-Botas – FAU-USP
Stela Mori Neri – FAU-USP

Realização Realización

Apoio Apoyo

Financiamento Financiación

ÍNDICE

EIXO 1 - Territórios, Sistemas Urbanos, Dinâmicas Regionais

p.7 E1_ 01_Paisagens Globais e Transfronteiriças: Histórias Conectadas.

p. 21 E1_02_Urbanização Planetária e Planetarização do Urbano: Reflexões a Partir da Realidade Urbana Latino-americana.

p. 33 E1_03_Desarrollismo en Iberoamérica: estrategias, doctrinas y formas de los procesos de urbanización

p. 43 E1_04_Infraestructuras, redes y movilidades en la configuración de las ciudades latinoamericanas modernas (s. XIX-XX)

p. 51 E1_05_Infraestruturas hídricas, urbanização e interescalaridade: planejamento regional na América Latina do século XX

p. 67 E1_06_ Historia Urbana y Historia Ferroviaria (su entrecruzamiento para la óptima explicación de la ciudad, de la vida urbana y de su patrimonio

p. 76 E1_07_A Materialidade da Vida Urbana: redes técnicas, moradia e configurações socioespaciais (1880-1960)

p. 86 E1_08_Las Zonas Metropolitanas en Latinoamérica: los mecanismos de ordenamiento territorial estatales y los márgenes de participación de la iniciativa privada.

p. 95 E1_09_Sistemas hídricos e processos de urbanização

EIXO 2 - Núcleos e cidades, modos de vida e práticas sociais

p.101 E2_01_Las sociedades urbanas en la década de 1950: población, producción de la ciudad y política

p. 109 E2_02_De la ciudad informal a la ciudad formal en perspectiva histórica: políticas, arquitectura, urbanismo y ciudadanía en los PALOP, América Latina y la Península Ibérica

p. 120 E2_03_Vida urbana, ciencia y tecnología, los impactos del conocimiento sobre las arquitecturas de las ciudades

p. 132 E2_04_Las Áreas Comunes de Los Conjuntos Habitacionales Modernos: Cambios Y Permanencias en el Siglo XXI

p. 140 E2_05_Trayectorias populares en América Latina hoy

p. 154 E2_06_Ciudad y Naturaleza ante los Conflictos en la Urbanización de las Periferias Latinoamericanas

p. 164 E2_07_Relaciones, procesos y modos de habitar rural urbano. América Latina, segunda mitad del siglo XX

p. 174 E2_08_Desigualdades territoriais e práticas sociais de contestação na América Latina nos séculos XX e XXI: novas abordagens

p. 188 E2_09_Territórios, entre escalas e temporalidades

EIXO 3 - Mundos urbanos e circulação de saberes

p.194 E3_01_Estratégias profissionais e expertise transnacional: arquitetura, urbanismo e paisagem (1880-1960)

p.205 E3_02_Reformas, revolución y políticas urbanas en América Latina

p.214 E3_03_Saberes técnicos, prácticas sociales y gobierno de la ciudad en Iberoamérica (siglos XVIII-XX)

p.224 E3_04_Cidades no Fluxo e Refluxo Transatlântico: Conexões Históricas entre o Brasil e Cidade Africanas

p.230 E3_05_Ocio y entretenimiento en las ciudades iberoamericanas. Prácticas, ideas y circulación de imaginarios en el siglo XX

p.244 E3_06_Sistemas y experiencias de cooperativas de vivienda en Iberoamérica

p.251 E3_08_Estado, técnica e política na conformação dos territórios

EIXO 4 - Historiografias e epistemologias em perspectiva multipolar

p.256 E4_01_ Rastros/Traços: metodologias para estudar o urbano no Antropoceno

p.270 E4_02_Perspectivas teóricas, conceptos y métodos para la historia urbana

p.281 E4_03_ [Re]-Construyendo conceptos en la historia de los paisajes ibero-americanos

p.294 E4_04_Urbanizações latino-americanas: perspectivas comparadas e histórias conectadas

p.304 E4_05_A Epistemologia do Espaço Habitado e o Processo de Urbanização nas Comunidades Ancestrais Africanas e Negras Afro-Brasileiras

p.312 E4_06_La fotografía como documento histórico en la construcción de la imagen de la ciudad ibero-americana

p.328 E4_07_Fabular Arquiteturas: reescrever a história e reaver futuros

EIXO 5 - Nacionalismos, regionalismos e identidades

p.341 E5_01_Territórios Educacionais e Monumentalidade na América Latina, século XX

p.352 E5_02_Infraestructuras públicas en la producción del ambiente y del orden social y territorial en latinoamerica, siglos XIX-XXI

p.360 E5_03_Estado, agentes y prácticas en el Urbanismo iberoamericano del siglo XX (episodio 1950-1980)

p.370 E5_04_Vivienda Social Moderna y Mestizaje en América Latina

p.382 E5_05_Bairros étnicos: entre história e patrimonialização

p.386 E5_06_ As escalas e os mecanismos de segregação e resistência na ibero-américa: habitação e cidade

EIXO 6 - Representaciones, memorias y figuraciones

p.396 E6_01_Los paisajes históricos de la producción: nuevos procesos emergentes y experimentales en la ciudad contemporánea

p.412 E6_02_La agencia popular a debate: historia, memoria y experiencias

p.426 E6_03_A cidade latinoamericana na perspectiva da diáspora

p.434 E6_04_Problemáticas particulares: Mujeres e historia urbana en Latinoamérica

p.441 E6_05_Arquivos Urbano-Naturezas: imagens e práticas de futuridades

p.450 E6_06_El patrimonio cultural urbano: construcciones desde la historiografía

p.469 E6_07_ Patrimônio ambiental entre memórias e valores

p.476 E6_08_Habitat, culturas e representações

p.485 E6_09_Movimentos sociais e disputas territoriais

Caderno de Resumos dos Simpósios e Comunicações

EIXO 1

Territórios, sistemas urbanos, dinâmicas regionais

Territorios, sistemas urbanos, dinámicas regionales

E1_ 01_Paisagens Globais e Transfronteiriças: Histórias Conectadas

COORDENADORES:
Rafael Moreira (in memoriam). UNL, Portugal
Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno FAU USP, Brasil
Alice Santiago Faria. CHAM, UNL, Portugal

PALAVRAS-CHAVE: História da Urbanização; História Global; Histórias Conectadas; Arqueologia da Paisagem; Humanidades Digitais

RESUMO: Nos últimos anos, vimos acompanhando contribuições expressivas para uma História da Urbanização menos regionalizada. Ao mobilizar recortes transfronteiriços, em perspectiva global e transtemporal, os estudos primam por espacializar redes urbanas complexas, mobilizar atores na América e outros continentes, com foco preferencial para o período colonial e imperial, mas atentos aos desdobramentos contemporâneos. Na linha dos estudos de Fernand Braudel, Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinsky, este simpósio visa reunir e discutir pesquisas que rompem com regionalismos históricos e historiográficos ao proporem outros enquadramentos e territorialidades, espacializarem homens em movimento no Brasil em interface com América, África e Ásia, e atentarem para zonas de contato, modos de territorialização híbridos e, por isso, muito interessantes de serem resgatados e potencializados por sua riqueza identitária no presente. Aspira-se cotejar métodos inovadores no confronto com documentação visual e textual profusa, transfronteiriça em acervos dispersos, mobilizando aproximações com a Geo-História e as Humanidades Digitais, de longue durée, mesclando macro e micro escalas, numa "história conectada" interculturalmente e abrangendo regiões, assuntos e arquivos que são convencionalmente tratados isoladamente.

COMUNICAÇÃO 01: O Império Luso como Laboratório: Exercício de Espacialização do Códice Casanatense. Paisagens Globais e Conectadas

AUTORES: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. FAU USP, Brasil

A Biblioteca Casanatense de Roma, doada por testamento pelo Cardeal Girolamo Casanate em 1698, tem 25 mil volumes e nela encontra-se o precioso manuscrito 1889, policromado, sob título inexato e ambíguo "Disegni indiani". Mas seu conteúdo não se limita à Índia. O códice compõe-se de 76 fólios. As inscrições estão em português, o que leva a supor tratar-se de autor desconhecido lusitano. As legendas em letra do século xvi permitem datar o manuscrito no período. Os desenhos reportam à Ásia e África, regiões em que os portugueses se fixaram, tais como Moçambique, Arábia, Irã, Índia, Ceilão, Indonésia e China. Cada um dos fólios apresenta dimensão considerável – 31 cm x 44 cm, cada qual numerado de 1 a 141 em algarismos arábicos. Sua importância reside no registro em desenho a bico de pena e aquarela de um grande número de povos, representados em ordem geográfica, com seus traços fisionômicos, indumentária, armas, casamentos, religião, profissões (mercadores, cambistas, guerreiros, marinheiros, corsários, agricultores, almocreves, aguadeiros, lavadeiros, ferreiros, ourives etc.), em meio à fauna e flora vigentes nas diferentes latitudes do mundo luso. Alguns autores supõem tratar-se da versão ilustrada do "Livro do Oriente" de Duarte Barbosa. O códice foi alvo de impor-

tantes estudos, chamando a atenção de Charles Boxer, Fernand Braudel e recentemente de Sanjay Subrahmanyam. Esta comunicação é um convite para uma história global da urbanização no século XVI. Seja por meio de viagens, seja por diversos outros motivos, pessoas e artefatos circularam entre as várias partes do mundo urbanizado. O códice da Biblioteca Casanatense de Roma é metáfora do alcance das trocas culturais, encontros e hibridismos dos quais somos herdeiros. A ideia é georreferenciar e espacializar as imagens do Ms 1889 no Google Earth e navegar por mares desconhecidos pela historiografia brasileira, conectando paisagens plurais articuladas pelo império luso.

COMUNICAÇÃO 02: Formação e Circulação do Saber no Império Português. História e Metodologias "Conectadas"

AUTORES: Alice Santiago Faria.CHAM/ UNL, Portugal

Esta comunicação tem como objetivos apresentar alguns resultados de investigação e explorar possibilidades futuras de pesquisa colaborativa, no âmbito das humanidades digitais e da história conectada, com base em resultados do projeto TechNetEMPIRE - Technoscientific networks in the construction of the built environment in the Portuguese Empire (1647-1871), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal. Partindo da rede de aulas de engenharia militar estabelecida nas diferentes geografias do Império Português entre os séculos XVII e o XIX e da circulação de conhecimento na área da engenharia militar estabelecida a partir destes núcleos (Araújo, Conceição e Faria, no prelo), esta comunicação discutirá a importância da conjugação das abordagens e métodos tradicionais da história com as metodologias e ferramentas digitais. O desenvolvimento de um recurso de acesso aberto – eviterbo.fcsh.unl.pt - que consolida e sistematiza informações dispersas, articulando ao mesmo tempo dados enciclopédicos e estruturados, e que pretende ser um apoio indispensável à investigação nesta área, foi uma das ferramentas digitais desenvolvidas ao longo do projeto TechNetEMPIRE. A partir deste recurso digital, pretende-se demonstrar como a aplicação de métodos digitais pode ampliar estudos já realizados através da investigação colaborativa e aberta. Esta ferramenta permitirá análises a diferentes escalas e a identificação de vazios de informação e descontinuidades que, de outro modo, seriam difíceis de perceber. Pode ainda, potenciar a análise de redes estabelecidas através de diferentes geografias permitindo novas interpretações sobre a circulação de agentes, fluxos de conhecimento e interações territoriais. Mostra-se assim, que a conjugação de abordagens conceituais e metodologias, não fecha campos de investigação, mas abre caminhos para colaborações e desenvolvimentos futuros.

COMUNICAÇÃO 03: Moçambique, Goa, Salvador: As Paisagens no Diário de Viagem de Francesco Ramponi

AUTORES: Allan Pedro dos Santos Silva. FAU USP, Brasil

Dentre os inúmeros registros da presença lusitana no mundo, a literatura de viagem (Cristóvão, 2002) configura-se como um recurso valioso para refletir sobre o Império Português em seu processo de mundialização (Gruzinski, 2003). Enquadrado neste gênero textual, o Racconto del Viaggio dell'Indie Orientali e Occidentali, do artista florentino Placido Francesco Ramponi, é um bom exemplo: a obra narra as experiências do autor em uma viagem comissionada por Cosimo III, Grão-Duque da

Toscana, ao final do século XVII, na qual o artista percorreu e registrou territórios lusitanos nas quatro partes do mundo – com as limitações e potencialidades de fazê-lo dotado de um olhar estrangeiro. Apoiado no método da Arqueologia da Paisagem (Bueno et al., 2021) e tomando o relato de Ramponi como material fundamental, o presente trabalho analisa a relação entre paisagem (Meneses, 1980; 2002; Santos, 1996) e mundialização a partir do itinerário do artista por Moçambique, Goa e Salvador, evidenciando o potencial da literatura de viagem em revelar paisagens plurais, complexas e em intenso movimento – seja pela diversidade temática característica do gênero, seja pelo caráter itinerante de seus autores.

COMUNICAÇÃO 04: Cartografias da Paisagem Cultural da Ilha de Tiswadi

AUTORES: Ana Alexandra de Oliveira Brett. FAUP, Portugal

A Ilha de Tiswadi, em Goa, é um pequeno território cujo tecido material e imaterial é um complexo tear de camadas temporais e culturais. A sua palmárica paisagem existe em contínua transformação e o movimento das pessoas foi constantemente moldado pelos diferentes poderes económicos, sociais, religiosos e naturais. É proposta uma reflexão da sua paisagem como lugar de encontros retratada pela análise da cartografia histórica. Seja pelo mar, rio, monções, poços ou nascentes, a presença da água na Ilha de Tiswadi é sua mais instável permanência. Forma um modo de vida onde a ação das marés e das chuvas torrenciais define a mobilidade das povoações. Os baldios e pântanos retraçados em arrozais, salinas ou campos férteis de cultivo através de técnicas ancestrais de controlo da água, criaram padrões que se intercalam para uma pensada organização territorial. Além disso, as diferentes dinâmicas administrativas criaram uma acumulação de diferentes áreas de crescimento ao longo dos séculos onde os focos mais populosos e pertinentes, as capitais Goa Velha, Velha Goa e mais tarde Pangim, são indissociáveis do restante território. Assim, Tiswadi acolhe a escala das rotas de comércio marítimas e a escala interna das aldeias e suas comunidades, com uma identidade particular às variadas influências ao longo dos anos. Ao observar, sobrepor e comparar o arquivo desenhado é possível complementar leituras com um estudo espacial do território e, através de pormenores atentos, resgatar conhecimento de outro modo vago. Arquitetura, geografia e sociologia representadas por traços raramente deixados ao acaso ainda que correspondam frequentemente a uma perspetiva subjetiva do ilustrador. Através da capacidade descritiva dessa análise visual será possível interpretar como o tempo transformou a paisagem cultural. O seu potencial futuro é aprender como esse tempo se manifesta nas configurações do espaço contemporâneo.

COMUNICAÇÃO 05: De Roma a Vila Rica. Experiências Europeias e Ibero-americanas de Transmutação de Núcleos Urbanos Preexistentes em Prol da Exaltação Cenográfica da Poética Barroca

AUTORES: Rodrigo Espinha Baeta. UFBA, Brasil

O conceito de cenário urbano barroco está, indissociavelmente, vinculado à valoração estética da paisagem citadina; à apreciação da trama revelada a quem vivencia seus domínios. Logo, a atribuição de uma condição barroca ao ambiente urbano não pode, simplesmente, derivar das intervenções viárias que, eventualmente, rasgaram o núcleo urbano – como comumente se admite. Mesmo aceitando que algumas cidades podem ter sofrido verdadeiras renovações morfológicas ligadas à prática da urbanística barroca, não seria consequência imediata elas alcançarem uma conformação cenográfica alusiva à poética barroca dos séculos XVII e XVIII. Defendemos, em oposição, que o espaço urbano barroco seria o resultado da conjunção destas iniciativas urbanísticas – ou da trama urbana e natural preexistente, frequentemente alheia a esta tradição – com o que se poderia chamar "arquitetura da cidade"; arquitetura que povoaria todos os setores dos aglomerados urbanos, desde as áreas privilegiadas com as intervenções viárias regulares, passando pelos recônditos interiores dos bairros medievais, ou mesmo pelos cenários naturais exuberantes – até então intocados. O núcleo urbano se configuraria, por conseguinte, a partir de uma técnica especial que reuniria os princípios básicos da retórica e da persuasão acionados em nome dos fundamentos ideológicos do Ancien Régime – particularmente a necessidade de promover estratagemas teatrais para a conquista e direção das massas; artifícios derivados da necessidade de exaltação das cidades como representantes legítimas da força e do poder do Estado e da Igreja. Nesta direção, nos propomos analisar a circulação da poética barroca na constituição de cenários urbanos teatrais e persuasivos, com as suas congruências e diversidades, em realidades distintas e distantes: as transformações cenográficas da cidade de Roma (berço do fenômeno barroco) a partir do século XVI; passando pela Europa Central (especificamente a cidade de Salzburg) e pela América hispânica (Cuzco); concluindo no Brasil, com a análise das tramas barrocas de Salvador e Ouro Preto.

COMUNICAÇÃO 06: Santana de Parnaíba: Vila, Sertão e Conexões numa Espacialidade Transfronteiriça (1580-1640)

AUTORES: José Carlos Vilardaga. UNIFESP, Brasil

Esta comunicação pretende, a partir da análise da freguesia de Santana de Parnaíba - tornada vila em 1625 -, marcadamente interpretada pela historiografia pela ótica do bandeirantismo e de sua relação com o sertão, refletir sobre processos conectivos entre os impérios português e espanhol na América Meridional entre fins do século XVI e início do XVII. Nesse sentido, quer-se compreender a circulação de personagens variados pelos espaços interiores da América, especialmente entre a vila de Santana de Parnaíba e os espaços paraguaios e Potosí, esta, considerada a antonomásia da riqueza nesses tempos. O objetivo é interpretar este assentamento urbano a partir da lógica imperial e da construção de um espaço articulado, no contexto da Monarquia Hispânica (1580-1640). Ir além da tríade relacional entre a vila, o reino português e a fronteira da "boca do sertão", e buscar a relação de Parnaíba com os processos amplos de mobilidade de mão de obra submetida a trabalhos compulsórios (indígena e

africana) que tanto marcaram a região; com o intercâmbio de mercadorias regionais e as oriundas de uma "economia mundo"; assim como com o deslocamento de agentes imperiais, colonos, peruleiros, pícaros e sujeitos sazonais transfronteiriços. Por fim, abordar a circulação de "modos de fazer" e práticas sociais, constitutivos também de uma espacialidade conectada.

COMUNICAÇÃO 07: Uma História da Arquitetura, do Urbanismo e da Urbanização Cearense Menos Regionalizada. Séculos XVIII e XIX

AUTORES: Clovis Ramiro Jucá Neto. UFC, Brasil.
Margarida Julia Farias de Salles Andrade. UFC, Brasil

O texto apresenta breve balanço das pesquisas históricas, desenvolvidas nos últimos cinquenta anos, que reverberam o entendimento da arquitetura, do urbanismo e da urbanização no Ceará, durante os séculos XVIII e XIX, em perspectiva transespacial e transtemporal. A escrita encontra inquietação teórica e histórica na compreensão do império português em movimento. A reflexão parte dos estudos de Russel-Wood e Rafael Moreira sobre a circulação de formas, em especial arquitetônicas e urbanísticas, conectando o Brasil, Portugal e a Índia. Na escala do Ceará, a visada menos regionalizada, não arquipelágica, tem seu disparo, no romper dos anos oitenta do século XX, na lavra do arquiteto e professor José Liberal de Castro. O mestre aponta influências recíprocas na arquitetura Luso-brasileira; reflete sobre a circulação de formas arquitetônicas barrocas entre Portugal, a Capitania de Pernambuco e o Ceará; identifica na arquitetura barroca da igreja de Almofala, município de Itarema-CE, alusão à arquitetura Indo-portuguesa e ao Palácio de Mafra. Até os anos de 2020, em trabalhos de José Liberal de Castro observa-se explicita atenção à circulação de formas arquitetônicas entre o Ceará, o restante do Brasil e a Europa. A partir dos anos 2000, pesquisas de doutoramento e pós-doutoramento elaboradas por professores no âmbito da antiga Escola de Arquitetura da UFC amplificam à discussão. Os trabalhos expõem a circulação de diretrizes urbanísticas entre a Capitania do Ceará e Portugal nos setecentos e nos oitocentos, entre as Províncias do Norte e as demais do país, analisam o circuito de engenheiros militares na capitania e reverberam a difusão dos códigos de postura urbanas e de formas arquitetônicas – como as neoclássicas - nos sertões cearenses. De 2010 até os dias atuais, novos estudos dão fôlego o debate. A maioria tem origem em pesquisas desenvolvidas no âmbito dos Programas de Pós-graduações em Arquitetura e Urbanismo, em especial na USP e UFC. As pesquisas vibram o Ceará amplamente conectado com o circuito de saberes, gentes e formas arquitetônicas, evidenciando larga teia de fluxos que extrapolavam as fronteiras oficiais da capitania e da província. Textos estampam representantes da Igreja e profissionais diversos – médicos, engenheiros militares e civis, mestres de obra, entalhadores, matemáticos, pintores, escritores, todos de diversas nacionalidades, brasileiros, portugueses, franceses, ingleses, alemães – em circulação, costurando e marcando os sertões e os litorais cearenses com suas representações de mundo. Os escritos lançam luzes, ainda, sobre o processo de instalação da ferrovia no território e a difusão de ideias e formas de arquitetura.

COMUNICAÇÃO 08: Itinerários de Paisagens: o Maranhão Transcultural em Relatos e Imagens do Século XIX

AUTORES: Esdras Arraes. UFERSA, Brasil

Esta proposta de comunicação propõe divulgar, de modo inicial e não conclusivo, os resultados de um projeto de pesquisa em andamento no grupo Sertões-Amõaé (UFERSA – CNPq) sobre as representações das paisagens e territórios do Maranhão e das capitanias do Norte. Com foco no Maranhão das primeiras décadas do século XIX, o trabalho reflete sobre a dimensão transcultural da província operada por relações sociais performadas por indígenas, africanos escravizados e livres, afrodescendentes e europeus. As preexistências pré-lusitanas são dimensões capitais no agenciamento de territorialidades transculturais e transfronteiriças. Paisagens cartografadas por João Teixeira Albernaz atestam o significado das aldeias e taperas indígenas como objetos que direcionam a ocupação ádvena. Por sua vez, as gravuras de Joaquim Cândido Guillobel representam costumes e hábitos hibridizados performados por negros. A comunicação lança luz em paisagens e territorialidades descritas no itinerário de viagem de dois militares: Franciso de Paula Ribeiro, que percorreu os sertões do Maranhão em 1815; e Antônio Bernardino Pereira do Lago, que circulou, sobretudo, no norte da província em 1820. Para além do nível de urbanização e do estado material das povoações visitadas, os relatos revelam, nas entrelinhas do discurso, paisagens formuladas por complexos agenciamentos étnicos e econômicos. O método empregado entrecruza imagem e texto. Mapas e desenhos elaborados por meio de experiências visuais e corporais do trajeto e depois confeccionados na prancheta do cartógrafo/pintor convertem-se, então, em instrumentos de análise da transculturação das paisagens. A interpretação das imagens se complementa com narrativas localizadas em fontes primárias manuscritas e impressas. O título da comunicação evoca o trabalho do antropólogo James Clifford (1999) – Itinerários culturais -, que considera o deslocamento como prática constitutiva de cultura, com histórias conectadas em mundos transculturais e transfronteiriços.

COMUNICAÇÃO 09: Identidades Eclipsadas: Anotações Sobre Mestres Construtores e sua Arquitetura nos Sertões do Ceará e Piauí

AUTORES: Isabelle Mendonça de Carvalho. FAU-USP, Brasil
Wilmar Moura de Souza Junior. FAU-USP, Brasil

A história de diversos trabalhadores, entremeada à rede urbana das Províncias do Norte, no âmbito do Brasil Império, está eclipsada sob o manto de figuras pertencentes a uma elite intelectual, que tomou a frente das narrativas da construção desses lugares. O trabalho pretende investigar, ainda que inicialmente, como se deu a atuação e a circulação de outros agentes que estiveram à frente de obras de diversas tipologias entre Ceará e Piauí, territórios vizinhos e conectados. Para tanto, pretende-se conectar a pesquisa através da circulação entre a arquitetura rural e urbana dentro das lógicas da urbanização e urbanismo do Império. No meio urbano, o mestre de obras português João Isidoro da Silva França articulou diversas obras na Província do Piauí, incluindo a mudança da capital de Oeiras para Teresina. Por outro lado, pouco sabemos sobre esses agentes construtores nos sertões do Ceará, como Macário, um carpinteiro que conhecemos apenas por relatos orais de moradores de um grupo de fazendas na ribeira do Coreaú. Identificamos, ainda, construtores que tinham sua ocupação prin-

cipal em outros ofícios, como os vaqueiros, vistos através de cartas de fazendeiros, que lhes solicitavam pequenos reparos nas casas e nos açudes. Dessa forma, este trabalho busca, em um primeiro momento, compreender a atuação dessas pessoas, com enfoque nas Províncias do Norte, especialmente Ceará e Piauí, compreendendo suas expertises técnicas, os tipos de obras e possíveis circulações de linguagens e modelos. Histórias com contextos diferentes, mas que se unem no fio condutor da invisibilidade historiográfica a tipos sociais que contribuíram na construção desses sertões. Relatórios de presidente de província, fotografias, manuscritos e levantamentos arquitetônicos serão alguns instrumentos utilizados para o reconhecimento dos diversos atores que estiveram na história desses sertões. Trata-se de um primeiro passo para a construção de novas narrativas, que possam dar à luz a estes agentes invisibilizados.

COMUNICAÇÃO 10: Sobral na Circulação das Ideias Nacionais e Internacionais do Século XIX

AUTORES: Herbert de Vasconcelos Rocha. INTA, Brasil

O presente trabalho tensiona demonstrar em que medida Sobral, cidade do noroeste cearense, estava conectada com outras partes do Brasil e do mundo ao longo do século XIX. Fundada em 1773 a partir da Povoação da Caiçara, Sobral era ponto de reunião das boiadas que seguiam para o abate e salga na foz do Acaraú, de onde retornavam pela Estrada Real em demanda da zona canavieira da Paraíba e Pernambuco. Ao longo dos oitocentos, as relações comerciais sobralenses se diversificaram interagindo com outros saberes. Trabalha-se com a noção de "homens urbanos, nela incluindo homens rurais cujas atividades vinculavam-se ao abastecimento de circuitos urbanos" (Bueno, 2016) em três categorias: (1) médicos, licenciados e farmacêuticos; (2) retratistas e fotógrafos; (3) engenheiros, técnicos, artífices e empreendedores imobiliários. Busca-se mapear, em três escalas, os circuitos que estes agentes fizeram para chegar a Sobral: (a) escala nacional, estabelecendo as razões da fundação da vila no centro da Ribeira do Acaraú e suas relações com outros lugares do Ceará, com as províncias vizinhas do Maranhão a Pernambuco, bem como identificando as determinações emanadas do Governo Imperial que influenciaram as posturas locais; (b) escala internacional, na qual evidencia-se a primazia do intercâmbio profissional com a Europa em detrimento de outros países das Américas e África e (c) escala intraurbana, espacializando as ações dos agentes citados e suas permanências na arquitetura e no tecido urbano.

COMUNICAÇÃO 11: Onde e por que? Algumas reflexões sobre a relação entre povoamento e aspectos geográficos do território no universo português

AUTORES: Maria Berthilde Moura Filha. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / UFPB

Entre as pesquisas atuais, no campo da história da cidade e do urbanismo, é de grande valia o acesso a uma larga documentação cartográfica referente ao universo luso-brasileiro dos séculos XVI a XVIII, o que tem ajudado a esclarecer diversos aspectos sobre aquela realidade pretérita. A proposta aqui lançada utiliza a referida documentação cartográfica com o objetivo de dar resposta à seguinte questão: em que medida as tantas experiências de ocupação de territórios, em continentes distintos,

se cruzaram e definiram um padrão de sítio que balizou a implantação dos aglomerados de origem portuguesa? Como estas experiências reverberaram no Brasil quinhentista e em todo o processo de ocupação territorial durante o período colonial? Detendo-se, a princípio, sobre a relação entre o território e a implantação dos núcleos de povoamento, considera-se este fator de importância para explicar uma recorrência de características geográficas entre os sítios que abrigaram fundações portuguesas. A preferência por locais altos e mais facilmente defensáveis é sempre colocada entre diversos autores que tratam a matéria. A exemplo, no Dicionário de História de Portugal, organizado por Joel Serrão, lê-se no verbete cidade que havia uma "preferência 'castreja' pelos lugares altos, escarpados e bem defendidos" enquanto em outras cidades haviam combinado "a colina fragosa e o recesso do litoral, típico dos sítios urbanos mediterrâneos" (SERRÃO, s.d., p.574). Essa preferência que caracterizou a paisagem em território português, resultou haver um grande número de núcleos de povoamento coroando morros. Tal é a imagem de três das mais antigas cidades de Portugal: Porto, Coimbra e Lisboa. Com a mobilidade decorrente da expansão ultramarina, muitos homens circularam de continente para continente, levando seus conhecimentos, ideias e vivências, mas também absorvendo conhecimentos e sendo desafiados por outras situações. A exemplo, cita-se o relato deixado por Duarte Barbosa, nascido em Lisboa, no final do século XV e falecido em 1521. Ele viajou por todas as regiões então descobertas pelos portugueses na Índia descrevendo em obra, concluída em 1516, os principais lugares por onde passou. Deparando-se com o desconhecido, registrou a existência de povoamentos construídos por "mouros", localizados adentrando os rios, como ocorria em Portugal, bem como outros implantados em ilhas próximas ao litoral, ou no interior de baías, situações geográficas não peculiares no Reino. Assim, os portugueses em seu contato com outras realidades da África, da China, e da América, vivenciaram condições geográficas que tiveram que aprender a lidar para assegurar o sucesso de seus empreendimentos. O acesso a essas novas realidades, associado à circulação das informações, vinha ampliar o repertório de experiências, cabendo indagar até que ponto essas situações eram assimiladas e apropriadas pelos portugueses, sendo adotadas em outros lugares, a exemplo do Brasil. Qual pode ter sido a experiência vivida para a construção de um povoamento em uma grande baia na Índia e a implantação de Salvador, protegida pela Baía de Todos os Santos? Sem qualquer pretensão de aprofundar uma análise sobre a história da cidade em Portugal, apenas contextualiza-se este percurso encontrando aspectos que levem a refletir um pouco mais o tema.

COMUNICAÇÃO 12: Duarte Coelho – Notas sobre sua Contribuição para Construção de Uma Rede Urbana no Império Português Seiscentista

AUTORES: Juliana Coelho Loureiro. FAU, UFAL, Brasil

O portuense Duarte Coelho Pereira (ca. 1485 - 1554) foi o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco e uma das que tiveram maior êxito. Ele recebeu essa doação do rei D. João III pelos serviços prestados ao império português no Oriente e na defesa da costa brasileira. Embora tenhamos um conhecimento limitado sobre sua trajetória, sabemos que era filho bastardo do nobre e importante navegador Gonçalo Coelho que participou das primeiras expedições portuguesas ao Novo Mundo junto a Américo Vespúcio. Sabe-se ainda que, antes de tomar posse de suas terras no além-mar, Duarte Coelho transitou em diversas partes das conquistas lusitanas, adquirindo assim muita experiência. Enquanto donatário, ele fundou vilas em posições estratégicas e considerou o conhecimento prévio

dos povos originários, como foi o caso da vila de Olinda. Duarte Coelho buscou alianças com os nativos e construiu uma rede de povoações que auxiliaram a manutenção da posse de suas terras, o desenvolvimento dos engenhos e a conexão com os portos, permitindo o controle da produção, o comércio e contato com outros pontos do império português. Desse modo, podemos questionar quanto do conhecimento dos povos originários estaria relacionado ao sucesso da sua empreitada? Considerando sua ampla circulação no império português, existiria alguma relação entre as vilas que fundou e as que vivenciou anteriormente? Este trabalho tem como objetivo discutir a contribuição de Duarte Coelho na formação da rede urbana que se iniciou em Pernambuco e, em grande parte, se mantem até os dias atuais. As principais fontes de pesquisa foram a cartografia e os documentos históricos presentes em diversos arquivos e plataformas digitais.

COMUNICAÇÃO 13: Dois capítulos de Olinda e Recife: urbanização pernambucana entre 1537 e 1654

AUTORES: Leonardo Nóbrega. FAU-USP, Brasil
Hugo Segawa. FAU-USP, Brasil

Olinda e Recife, núcleos centrais na história de Pernambuco, podem ser comparados segundo padrões de urbanização. Inicialmente formavam um território único, mas a ocupação batava do norte brasileiro provocou a separação das unidades políticas e culturais. Observamos dois capítulos dessa história: da fundação das cidades (1537) ao incêndio de Olinda (1631) e o período de domínio da Companhia das Índias Ocidentais (WIC; 1630-1654). No primeiro século, Olinda cresceu sobre topografia acidentada, com o traçado urbano estruturado por igrejas e sob autoridade de capitães-donatários portugueses. O Recife, incorporado à vila, era um porto modesto na extremidade de um istmo. Consonante ao ritmo das frotas do açúcar e à reestruturação política, o povoado portuário cresceu rapidamente após a chegada dos batavos. Para expandi-lo, foi construída a Cidade Maurícia sobre terreno plano, com traçado regular, múltiplas fortificações e grandes prédios públicos, empreendimento da WIC. Compreender Olinda e Recife como histórias conectadas evidencia a interação entre modelos urbanísticos lusos e batavos. Espacializamos a discussão mediante mapas conjecturais, produzidos a partir de múltiplas fontes (textos, iconografias, cartografias e levantamentos atuais de arruamento e topografia). Em diferentes escalas, representamos a distribuição de nucleações urbanas em Pernambuco colonial e os traçados de Olinda e Recife. O território cartografado é associado a processos políticos, econômicos e culturais em curso, seguindo uma leitura multiescalar e interdisciplinar. A análise é conduzida a partir de referenciais como natureza (topografia, hidrografia, vegetação); vazios (caminhos, ruas, espaços públicos) e construções (prédios públicos, instalações militares, igrejas, casario). Em cada caso, reconhecemos vínculos às tradições urbanísticas e debatemos as presenças de colonizadores, militares, mercadores, escravizados e indígenas, esmiuçando as origens culturais dos núcleos, seus protagonistas e ritmos temporais. Ao questionar periodizações tradicionais na historiografia e debater particularidades em escalas variadas, a pesquisa localiza Olinda e Recife nos panoramas da produção urbanística local e global.

COMUNICAÇÃO 14: Os Jesuítas Matemáticos e a Circulação do Saber Geográfico entre os Centros jJsuíticos do Brasil a partir da Análise do Mapa da Maior Parte do Brasil, pelo Padre Jacobo Cócleo

AUTORES: José Ramiro Teles Beserra. FAU USP, Brasil
Ingrid de Araújo Gomes. FAU USP, Brasil

Este trabalho propõe investigar como o conhecimento matemático e cartográfico circulava entre os centros jesuíticos do Brasil, relacionando a experiência de Porto Seguro com o trabalho dos matemáticos jesuítas nos sertões do Norte. O Colégio da Bahia, fundado em 1553 em Salvador, desempenhava um papel central nesse processo, atuando como um núcleo de inteligência missionária. Mais do que um espaço de ensino, o Colégio reunia e sistematizava informações geográficas provenientes de diferentes regiões da colônia, além de servir como ponto de articulação entre os missionários do litoral e do sertão. No Ceará, destacamos a atuação de jesuítas matemáticos, com ênfase no padre Jacobo Cócleo, um dos mais notáveis estudiosos das ciências matemáticas de seu tempo. A partir do final do século XVII, Cócleo foi enviado ao Brasil, passando pela Bahia antes de se estabelecer no Ceará, onde atuou na catequese da Ibiapaba. É de sua autoria o Mapa Da Maior Parte Da Costa e Sertão Do Brasil, produzido nos últimos anos do século XVII, do qual existe apenas uma única cópia. O mapa apresenta detalhadamente todo o território da colônia, respeitando a linha de Tordesilhas. Embora não haja registros da atuação de matemáticos jesuítas em Porto Seguro, diversos missionários documentaram em relatos e relatórios a sua geografia, hidrografia, aldeamentos e vilas. Argumentamos que esses relatos se inserem em um fluxo maior de produção e circulação de informações geográficas dentro da Companhia de Jesus, podendo ter sido utilizados como insumos para a elaboração de mapas mais abrangentes, como o próprio mapa de Cócleo. Assim, este estudo busca compreender como o conhecimento espacial jesuítico foi construído e disseminado, considerando a relação entre a descrição textual do espaço e sua representação cartográfica. Além disso, refletimos sobre a dimensão política e estratégica desses registros, questionando não apenas o que foi representado nos mapas, mas o que foi descrito, circulado e eventualmente omitido dentro das redes transcontinentais da Companhia.

COMUNICAÇÃO 15: O Ofício da Construção Civil na Cidade de João Pessoa-PB sob Viés Transnacional: Formação e Prática Profissional Latino-Americana no Contexto de Produção Arquitetônica Eclética

AUTORES: Gabriel de Oliveira Madruga. UFPB, Brasil
Ivan Cavalcanti Filho. UFPB, Brasil

Este ensaio investiga os profissionais da construção civil atuantes em João Pessoa, capital da Paraíba, entre final do século XIX e início do século XX, quando ocorrem transformações urbanas motivadas pelo anseio de modernização de sua paisagem. A concretização desse projeto estético ocorre sobretudo pela presença de arquitetos, engenheiros e construtores imigrantes e/ou formados em instituições estrangeiras, favorecendo encontros heterogêneos que expandem o campo de referências utilizado pelos profissionais nativos. Apesar de articularem o savoir faire eclético que molda a imagem urbana pós-colonial, esses personagens não integram narrativas arquitetônicas locais, sendo escasso o conhecimento sobre eles, as instituições onde são formados, como atuam no setor construtivo e se em-

penham-se em adaptar os saberes importados ao contexto paraibano. Esse apagamento decorre do consenso, no final do século XX, de que a linguagem eclética opõe-se à tradição edilícia vernacular por empregar modelos alóctones originados na Europa. Para confrontar tal lacuna historiográfica, objetiva-se rastrear e enquadrar os profissionais no cerne de processos histórico-morfológicos sob viés transnacional, ressaltando nexos entre formação e prática mediante fluxos socioculturais, políticos e mercantis brasileiros em interface com a América Latina. A investigação avalia o legado das influências estrangeiras na identidade arquitetônica local e quão subordinada esteve a presumível aloctonia construtiva às demandas de agentes públicos e privados produtores do espaço urbano. Quanto à metodologia adotada, a pesquisa bibliográfica-documental em acervos históricos possibilitou rastrear esses personagens e seus dados biográficos. A análise do seu perfil profissional e ensino profissionalizante por que passaram evidencia que estão espacializados em redes urbanas conectadas, demonstrando que o caso paraibano desenvolve-se paralelamente a correntes arquitetônicas em circulação transfronteiriça. Mesmo que os valores estrangeiros afirmem-se na arquitetura local, os profissionais a interpretam como um campo de experimentação e criação híbrida, aditando significações próprias a elementos alheios para satisfazer demandas técnicas e estéticas vigentes Brasil afora.

COMUNICAÇÃO 16: Dinâmicas Territoriais Conectadas pela Palavra: São Paulo e Suas Chácaras

AUTORES: Ruth Cuiá Troncarelli. FAU USP, Brasil

As chácaras na cidade de São Paulo podem ser consideradas elementos simbólicos da passagem do mundo rural para o urbano, pois foi por meio do parcelamento de suas áreas nos arredores da região central, que muitos dos bairros surgiram ao final do século XIX. Atualmente, elas possuem outra relação com a cidade de São Paulo, sendo o seu passado chacareiro esquecido, e mesmo apagado na historiografia e na formação da cidade, assim como a de diversos atores envolvidos. A presente comunicação não se deterá somente no momento de maior predominância temporal deste elemento na paisagem da cidade, (passagem do século XIX para o XX), período retratado nas fotografias, como as de um dos fotógrafos percursores da cidade, Militão Augusto de Azevedo (1837-1905). Mas procurará abordar a temática por meio de uma perspectiva de longa duração, investigando a filologia deste nome, algumas hipóteses de sua inserção na cidade, e as possíveis relações transversais estabelecidas entre a América e Europa. A principal fonte de pesquisa são os primeiros dicionários da língua portuguesa difundidos no Brasil, visto a presença dos colonizadores portugueses, como o dicionário do padre Raphael Bluteau, "Vocabulario Portuguez e latino", de 1712, e seus reflexos, como a palavra "xácara", presente no dicionário de 1789, do mesmo autor juntamente com Antônio de Morais Silva, como uma cantiga antiga. Qual a origem da palavra "chácara", e como o seu uso começou a ser empregado para designar as pequenas propriedades rurais, destinadas à criação de animais e cultivo de frutas, legumes e verduras no Brasil, ao invés de quinta, palavra portuguesa que poderia ter sido usada no lugar de chácara? Resta-nos escavar suas camadas de tempo, e entender que a palavra é também um indício de "sobrevivência", e que permite estabelecer caminhos e relações espaciais no território.

COMUNICAÇÃO 17: Bonifácio Transcontinental - Cruzando Fronteiras de Saberes na Constituição de Uma Reflexão Urbanística, Ambiental e Social

AUTORES: Mário Luis Carneiro Pinto de Magalhães. ESDI, UERJ, Brasil

Nos anos que precederam a Independência do Brasil, as cidades do país e, sobretudo, sua capital, foram objeto de intenso debate. Elencar seus vícios e virtudes estabelecia um juízo moral sobre as formas de assentamento e exercício da vida citadina. Para figuras como António Veloso, talvez prevalecesse a crítica ao próprio modelo lusitano, enquanto figuras como José Hipólito da Costa pensassem mirando outros referenciais, como em suas propostas a partir da viagem à nova capital dos Estados Unidos, Washington. Mas as ideias mais pregnantes e que germinaram uma centúria depois com a Brasília que conhecemos, seriam as reflexões de José Bonifácio de Andrada e Silva. Esta comunicação tem por objeto as propostas de Bonifácio para os assentamentos no Brasil e sua capital. Desenvolvemos a hipótese de que suas referências, se bem que iminentemente eurocêntrica, seriam porosas em seus referenciais e altamente subversivas em relação aos padrões hegemônicos da lógica metropolitana. Filho de um século XVIII no qual o projeto colonial luso produziu intensa ação urbanizadora no Brasil, um horizonte de expectativas de superação destas relações coloniais, fez Bonifácio contrastar as lógicas territoriais e as relações sociais a partir de territórios muito específicos, mesmo no que tange a Europa. Nosso objetivo será evidenciar os nexos dessas referências e sua conexão com história da ciência, história ambiental e história econômica que constituem o caldo cultural específico a Bonifácio e sua relação com paisagens globais.

COMUNICAÇÃO 18: Redes Urbanas Comparadas; Oeste Paulista; Pampa Úmida Argentina; 1880-1920

AUTORES: Oswaldo Mario Serra Truzzi . UFSCAR, Brasil

Entre os anos de 1880 e 1920, enquanto capitais (nacional e estadual), Buenos Aires e São Paulo exerceram papéis estruturalmente homólogos no que diz respeito à relação com suas respectivas regiões interioranas. Em ambas as áreas, o desenvolvimento das ferrovias exerceu um papel fundamental na implantação de um setor primário voltado ao mercado exportador - de grãos, carne e lã, no caso argentino, e de café, no caso paulista. A despeito de várias semelhanças no desenvolvimento dos interiores paulista e da chamada pampa úmida argentina, ambos voltados à exportação, o presente trabalho pretende comparar o desenvolvimento da rede urbana de ambas as regiões. Para além das semelhanças, pretende-se compreender sobretudo como se processou historicamente a implantação de redes urbanas bastante diferenciadas nos dois territórios. Para tanto, o trabalho se vale de fontes históricas diferenciadas, como a historiografia atinente ao tema (consultada em São Paulo e em Buenos Aires, onde o autor usufruiu de um período de três meses de pesquisa), fontes documentais e censos demográficos e econômicos. O texto se estrutura segundo os seguintes tópicos: uma introdução; a definição das áreas a serem comparadas e seus respectivos desenvolvimentos demográficos; os desafios em comum enfrentados (estabilidade política, provimento de mão de obra pela atração de imigrantes europeus e desenvolvimento de um sistema de transportes) para que as respectivas áreas se

estruturassem como economias exportadoras de produtos primários; as características de nucleação urbana decorrentes das atividades econômicas desenvolvidas nas duas regiões; a comparação propriamente dita entre os dois sistemas urbanos e as considerações finais.

COMUNICAÇÃO 19: "Tentáculos" do Governo Imperial: As Capitais de Província e a Centralização Política – Fortaleza na Trama das Histórias Conectadas (1850-1889)

AUTORES: Régis Leitão Sydrião. FFLCH-USP, Brasil

Nesta proposta de comunicação, busca-se investigar a centralização do Segundo Reinado por meio da remodelação ou criação de novas capitais provinciais, estratégia voltada à integração e controle do vasto território imperial. O foco recai sobre a hegemonia de Fortaleza como capital do Ceará, analisando sua urbanização e os processos de concentração de poder que, ao longo dos oitocentos, transformaram a vila em um centro estratégico nos âmbitos econômico, político e militar. A proposta situa essas transformações no contexto do fortalecimento das capitais de província durante o Brasil Imperial, compreendendo-as como "pontas de tentáculos" do governo central, ou seja, representações materiais e simbólicas da Corte nas respectivas províncias. Essas transformações impulsionaram melhorias nesses centros, relegando outras municipalidades e consolidando-os como núcleos estratégicos do poder monárquico. Elas refletiram-se tanto nos planos de urbanização e nos ideais de monumentalidade das cidades capitais quanto em sua articulação com grandes projetos de infraestrutura em escala macroterritorial, como estradas de ferro, canais e portos que visavam tanto à integração nacional quanto à "atlantização" das áreas mais remotas da jovem nação. A circulação, transferência e adaptação de modelos globais, especialmente sob os paradigmas francês, inglês e norte-americanos, influenciaram esse processo. Adaptados a cidades como Buenos Aires e Rio de Janeiro, esses modelos impactaram as capitais das províncias brasileiras, reforçando a almejada centralização imperial. Paralelamente, as elites locais articulavam-se ao governo central e às instituições científicas para viabilizar tais projetos modernizadores, promovendo estratégias de territorialização que reafirmavam a hegemonia desses núcleos. Dessa forma, Fortaleza insere-se no contexto das disputas por recursos e infraestrutura comuns às províncias do Império. A proposta visa examinar os impactos da centralização na estrutura urbana e nas paisagens brasileiras, explorando a circulação de paradigmas urbanísticos, padrões construtivos e pensamento cartográfico sob a ótica das histórias conectadas.

COMUNICAÇÃO 20: Vitória-Minas: Uma Transfronteira de Fragmentação Territorial

AUTORES: Julia Curto Uliana. UFES, Brasil
Livia Torezani Cavazzoni Fialho. UFES, Brasil
Renata Hermanny de Almeida. UFES, Brasil

Considerando a intensificação da fragmentação territorial resultante de processos sociais, econômicos e políticos, o presente artigo tem como finalidade analisar o papel da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), ferrovia de escala transfronteiriça articuladora do corredor de exportação, em sua porção territorial capixaba. O recorte se justifica a partir de estudos de abrangência regional em seu trajeto nos municípios Aracruz e Colatina dedicados à compreensão ambiental, social e territorial do impacto de empreendimentos minerário-exportadores e seus vínculos globais e rupturas locais. Como in-

fraestrutura, a ferrovia é analisada a partir do conceito de escala com o objetivo de descrever e representar seu papel na fragmentação do território em dois recortes espaciais conceitualmente adotados como paradigmas do processo investigado: os bairros Maria Ortiz, em Colatina, e Barra do Riacho, em Aracruz. Como desdobramento, delineiam-se como objetivos específicos (i) compreender os modos de produção do espaço conduzido por processos sociais dominantemente excludentes por lógicas capitalistas e (ii) assimilar a EFVM como elemento de produção de uma urbanização extensiva. A metodologia adotada confronta documentação textual, iconográfica e cartográfica visando estudo de caso. Como resultado, revelam-se transformações territoriais disruptivas nos diversos âmbitos da análise em conjunto à expressão das formas de instabilidade e ruptura da natureza (não social)-natureza (social).

COMUNICAÇÃO 21: La Modernización de las Obras Públicas en el Valle del Cauca (Colombia) y su Papel en la Conformación del Sistema Urbano de la Región a lo Largo del Siglo XX

AUTORES: Jorge Galindo-Díaz. UNAL, Colômbia

Con la inauguración en 1910 de la conexión férrea entre el puerto de Buenaventura (hasta entonces el único de Colombia sobre el Océano Pacífico) y la ciudad de Cali (capital del departamento del Valle del Cauca), se dio comienzo a un rápido proceso de modernización de diferentes obras públicas en la región, de las cuales se destacaron dos. La de mayor cobertura, y proyectada a largo plazo, fue la Carretera Central (que discurría en sentido norte - sur, paralelamente al río Cauca), acompañada de un sistema de puentes metálicos colgantes levantados sobre sus ramales perpendiculares (en sentido este - oeste) y que llegó no solo a consolidar el sistema urbano heredado del período colonial, sino que integró en él a las nuevas ciudades que habían surgido como resultado de nuevos procesos de ocupación del territorio acontecidos en el cierre del siglo XIX. De carácter puntual pero también de gran impacto, fue la construcción de la central eléctrica de Salvajina, cuya finalidad primordial, además de generar energía, no era otra que la de regular las crecientes del río Cauca y así evitar las inundaciones que casi anualmente se producían sobre las tierras de producción agroindustrial que la carretera había puesto en valor, años atrás. Sobre estos dos casos, fuertemente interconectados, la comunicación pretende revelar la manera en que argumentaciones y discusiones de naturaleza técnica, que en ocasiones adoptaron la forma de controversias, respaldaron en diversos momentos intereses empresariales y proyectos de naturaleza política que finalmente moldearon la actual estructura de ciudades en una región que hoy se reconoce como unidad cultural y económica en el país.

E1_02_Urbanização Planetária e Planetarização do Urbano: Reflexões a Partir da Realidade Urbana Latino-americana.

COORDENADORES:
Geraldo Costa, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Kanishka Goonewardena, Department of Geography and Planning, University of Toronto, Canada

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização Planetária; Planetarização do Urbano; Henri Lefebvre; Teoria Urbana; Práxis Urbana

RESUMO: Nosso simpósio visa abordar desafios políticos, sociais e ecológicos urgentes da "urbanização planetária" reconhecendo formas existentes e emergentes de práxis urbana "concreta-utópica". Essa busca é informada pela obra do filósofo francês Henri Lefebvre, renomado por seus estudos sobre espaço, sociedade e revolução possível, em obras como Le droit à la ville (1968), La révolution urbaine (1970) e La production de l'espace (1974). Particularmente relevante para nossa abordagem é a compreensão dialética de Lefebvre do processo de urbanização — isto é, sua teorização do "urbano" como um campo contestado de confrontos entre forças do capital, estado e colonização e contraforças de autogestão e lutas pelo "direito à cidade": formas de associação humana desalienada e práxis políticas emergentes de lutas da vida cotidiana engendradas pelos espaços sociais de centralidade e diferença no processo de urbanização.

Seguindo Lefebvre e seus intérpretes buscamos, portanto, intervir na crescente literatura sobre processos de urbanização planetária, defendendo a possibilidade de uma extensão transescalar do potencial emancipatório da sociedade urbana contra os imperativos dominantes do capitalismo, imperialismo e colonialismo. Propomos chamar esse contra-processo concreto-utópico de "planetarização do urbano" (mondialisation de l'urbain), com referência dialética à expressão "urbanização planetária", que tende a enfatizar manifestações da mercantilização e racionalização do capitalismo de estado, incluindo a colonização da natureza, sociedade e cultura pelo que Lefebvre chamou de "sociedade burocrática do consumo dirigido".

"Planetarização do urbano" implica uma urbanização extensiva em que a dimensão política realizaria o potencial emancipatório que Lefebvre chamou de "sociedade urbana" (Monte-Mór, 2003). A perspectiva crítica da 'urbanização completa' proposta por Lefebvre permitiria dirigir as forças da urbanização planetária para um processo emancipatório, apesar dos retrocessos e desafios, antecipando, nas palavras de João Antônio de Paula, o projeto lefebvreano de 'substituir a propriedade privada como fundamento da troca mercantil capitalista pelo intercâmbio livremente acordado baseado na solidariedade, na reciprocidade, na sustentabilidade, na valorização de uma vida melhor para todos' (Costa et al, 2015).No Brasil e outros países latino-americanos, há vasta produção de reflexões baseadas em práticas urbanas que apontam para mudanças socioespaciais radicais. Portanto, estamos em momento oportuno para continuar pesquisando, na teoria e nas práticas urbanas, o que pode ser identificado como caminhos para a sociedade urbana na América Latina (Costa et al., 2024). Este é o desafio que lançamos com este convite para o Simpósio.

Que tipos de práxis urbana — passado, presente, futuro — informam a visão revolucionária de Lefebvre, 50 anos após sua formulação? Novos desenvolvimentos teóricos apontam caminhos na direção proposta por Lefebvre? Reflexões sobre o "comum" e cosmologias indígenas sobre as relações natureza-sociedade oferecem recursos vitais em diálogos com o ideal de espaço diferencial de Lefebvre? Práticas sociais concretas, como ocupações urbanas, insurgências sociopolíticas, economias alternativas, novos sujeitos radicais, enriquecem nossas reflexões?
Essas são algumas das questões a serem debatidas no Simpósio, contribuindo para reflexões sobre o "futuro do planeta, no sentido de imaginar e construir um mundo menos hierárquico e mais igualitário", como propõe o 4º CIHU.

COMUNICAÇÃO 01: A Abordagem do "Direito à Cidade" e dos Comuns como Alternativa à Crise das Cidades e da Mobilidade no Brasil.

AUTORES: Anísio Brasileiro. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Desde 2020 o mundo vive uma crise sanitária atingindo com maior gravidade segmentos da população mais vulneráveis em termos socioeconômicos. Em países como o Brasil, esses segmentos vêm sofrendo uma forte queda em sua qualidade de vida, em função da precariedade dos serviços públicos ofertados - habitação, saneamento, mobilidade -. Defende-se aqui a hipótese da necessidade de um novo modelo civilizacional baseado no paradigma das cidades e da mobilidade enquanto comuns urbanos que, integrado ao paradigma do "Direito à Cidade" (Lefebvre, 1968) possa se constituir em alternativa ao atual modelo de sociedade neoliberal. A hipótese de pesquisa é que a existência de convergências teóricas entre comuns urbanos e o "Direito à cidade", associadas às lutas urbanas e práticas sociais baseadas na participação social em cidades diversas e brasileiras em especial, possam vir a contribuir para que os movimentos sociais sejam capazes de impor suas agendas nas políticas públicas em defesa das cidades e de seus serviços públicos, enquanto comuns. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade do fortalecimento das organizações sociais locais e nacionais. Ao mesmo tempo em que é essencial aos movimentos sociais ter como referência o duplo paradigma do "Direito à Cidade" e dos comuns, como abordagens capazes de se contrapor ao paradigma do neoliberalismo predominante nas cidades. Acreditamos que são essas lutas por um projeto alternativo de sociedade, travadas pelas comunidades nas cidades e territórios das periferias, em torno das práticas concretas de ação coletiva (ocupações urbanas, hortas comunitárias, parques e praças, bicicletas compartilhadas, lutas de gênero e antirracistas), que definirão o futuro das cidades e o momento em que todos terão "Direito à cidade".

COMUNICAÇÃO 02: Produção do Espaço e Corpo-Políticas: Urbanização Planetária, Politização do Espaço e Reprodução Social

AUTORES: Bruno Siqueira Fernandes. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Júlia Sanders Paolinelli. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

O presente artigo tem como objetivo explorar as relações entre a teoria da produção do espaço, a teoria da reprodução social e as novas formas de organização política, revisitando as obras de Henri Lefebvre em face da literatura dos Feminismos da Reprodução Social. Para tecer essas relações, o trabalho

parte de uma revisão bibliográfica comparativa entre a obra de Henri Lefebvre e a de autonomistas e feministas italianas, como Silvia Federici e Mariarosa Dalla Costa, evidenciando as conexões entre as noções de produção do espaço e crítica da vida cotidiana no primeiro e a ideia de fábrica social e do poder produtivo da comunidade nas segundas. Ao explorar essas conexões, o trabalho evidencia o entendimento comum que surgia em torno dos anos 1970 - tanto no maio de 68 parisiense como na primavera quente italiana - de que a reprodução do capitalismo dependia de um controle cada vez mais direto sobre o espaço urbano, a vida cotidiana, os corpos e a reprodução social. Como consequência desse entendimento, tanto Henri Lefebvre quanto as feministas autonomistas passariam a pensar a cidade, e não mais a fábrica, como terreno privilegiado de organização política e demonstrações revolucionárias. Enquanto Lefebvre promovia na França a ideia de Direito à Cidade (droit à la ville), as autonomistas, na mesma época, encabeçavam na Itália o movimento Retomar a Cidade (prendiamoci la città). Em ambos os casos, não apenas uma retomada da cidade, mas uma retomada do corpo aparece como parte indissociável nesse projeto político duplo de desalienação e reapropriação do corpo e do espaço. A costura desses dois momentos do pensamento político revolucionário da década de 1970 nos permite compreender a primazia política das questões reprodutivas no mundo contemporâneo, em particular a partir da interpretação avançada pela Teoria da Reprodução Social e sua agenda de pesquisa.

COMUNICAÇÃO 03: Da Participação à Ocupação: Considerações sobre a Busca do Direito à Cidade no Brasil

AUTORES: Carolina Akemi, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil.
Morita Nakahara, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil.

Para Henri Lefebvre, participação sem autogestão carece de sentido, pois "permite manipulações" e "se torna uma ideologia", de modo que "apenas a autogestão torna efetiva a participação ao inseri-la num processo que tende para o global" – afirma o filósofo em A irrupção. Do mesmo modo, a autogestão também se transforma em outra "palavra de ordem vazia" na medida em que é dissociada da luta de classes e de uma verdadeira estratégia que se preste a defrontar os vazios deixados pelo Estado. Diante disso, este trabalho se propõe problematizar formas recentes de acesso à moradia realizados por meio da participação e da autogestão no Brasil. Por um lado, conjuntos habitacionais empreendidos por meio do PMCMV-Entidades, sob a assessoria de grupos de profissionais diversos, nos quais parece prevalecer a dicotomia entre o habitat e o habitar. Seja no desenho, seja na inserção urbana, a noção do direito à cidade ainda aparece restrita à unidade habitacional e ao acesso aos serviços mínimos – saneamento e infraestrutura básica – e não o direito à urbanidade propriamente dita, à cidade-obra, ao excesso. Diante disso, a burocratização da participação torna-se instrumento para consolidação do habitat. Por outro lado, experiências recentes envolvendo de processos de ocupação de edifícios ociosos – como os casos da Ocupação 9 de Julho, dos edifícios Dandara, Maria Domitila, Cambridge e Lord – parecem estar mais próximos do direito à cidade e ao urbano por meio da apropriação e do habitar, em detrimento da propriedade privada. Contanto com a atuação do MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – e do MSTC – Movimento Sem-teto do Centro –, tais ocupações em áreas

centrais destacam-se pela possibilidade não apenas de empoderamento, autonomia e pertencimento de seus moradores e famílias, ao assumirem a gestão do processo, mas por inverter as relações de centro e periferia e romper com modelos de segregação socioespaciais vigentes.

COMUNICAÇÃO 04: Paisagem da Dependência: a Urbanização Planetária de um Imperialismo em Transformação

AUTORES: Cláudio Rezende Ribeiro. Programa de Pós Graduação em Urbanismo (PROURB/FAU), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Esta comunicação considera que, para entender corretamente a "planetarização do urbano" é preciso ampliar e aprofundar instrumentos teóricos de compreensão das determinações que orientam a urbanização planetária. A proposta visa apresentar elementos teóricos e empíricos desenvolvidos para construir a categoria "paisagem da dependência". Seu intuito é promover uma leitura crítica sobre a maneira através da qual o imperialismo promoveu, e continua promovendo, a urbanização como forma de "exportação de capitais". Partindo do entendimento das transformações sofridas no território latino-americano desde a segunda metade do século XIX, e tendo a cidade do Rio de Janeiro como caso-referência inicial, vamos apresentar alguns aspectos referentes à atualização de infra-estrutura (iluminação pública) e projetos urbanísticos (sobretudo habitação de interesse social) como expressão de uma paisagem dependente, isto é, conformada por um processo de desenvolvimento e valorização do capital apoiado no aprofundamento do imperialismo, conforme definido por Lênin, e que tem na sua atualização um potencial de transformação urbana que precisa ser identificada de maneira mais evidente. Afinal, quais as consequências para a urbanização latino-americana das atuais mudanças dos polos de dominação internacional do capital? Como as alterações no desenvolvimento do imperialismo interferem na urbanização planetária e, sobretudo, como esta urbanização pode ser identificada como sintoma e até mesmo origem de certas alterações no cenário econômico internacional? Para responder a estas perguntas, e formular outras tantas, apresentamos uma reflexão teórica que interpreta a urbanização brasileira a partir de uma história das técnicas reivindicando o meio técnico-científico-informacional de Milton Santos, conjugada com a leitura da Teoria Marxista da Dependência articulada ao conceito Direito à Cidade de Lefebvre, interpretado como reivindicação do direito ao trabalho emancipado. Desta maneira, a paisagem da dependência articula o mundo do trabalho, o imperialismo, a dependência e a história técnica da urbanização para estabelecer de novas interpretações da formação contemporânea do urbano.

COMUNICAÇÃO 05: Territórios, sistemas urbanos e dinâmicas regionais

AUTORES: Cristiane Calzavara Machado. Universidade Federal Fluminense, Brasil

O presente estudo busca investigar a importância da paisagem sonora como um direito social e bem comum imaterial, refletindo como as transformações urbanas impactaram a experiência sonora. A partir das ideias de Lefebvre e Schafer, o artigo explora o impacto da industrialização e da urbanização, onde essas transformações refletem mudanças revelando um conflito entre os sons de ordem dominante e os sons da diversidade cultural. Os sons urbanos se tornaram um reflexo das dinâmicas de poder, o ambiente sonoro modelado para atender aos interesses econômicos e da urbanização. O

artigo destaca o conceito de direito à paisagem sonora, enfatizando que todos tenham acesso a ambientes sonoros saudáveis, evitando sua homogeneização. Por fim, o artigo discute a importância do som como um bem comum imaterial e destaca que sua gestão deve respeitar e proteger a diversidade sonora, sua gestão deve garantir que o som contribua para uma cidade saudável.

COMUNICAÇÃO 06: Entre uma Coisa e Outra, entre Outras Coisas

AUTORES: Ester Limonad. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Interessa-nos buscar alternativas ao horizonte distópico imposto pela financeirização da produção social do espaço. Para tanto, este ensaio dedica-se a investigar e refletir acerca da virtualidade de um urbano natural como um marco de passagem da atual sociedade urbana hegemônica rumo a uma possível utopia urbana idealizada por Lefebvre, em estreita relação com a utopia concreta de Bloch. Partimos de um questionamento da urbanização planetária enquanto expressão da sociedade urbana e categoria totalizante, posto que: primeiro, há de se considerar outros elementos na complexa equação da produção social do espaço, a começar pela natureza e se ainda é possível encontrar o urbano nas cidades. Segundo, por entender que a sociedade urbana de Lefebvre exigiria na contemporaneidade a incorporação do não-urbano, da natureza (o espaço natural) que, embora implícita em sua proposta, comparece como elemento crucial, em termos das práticas espaciais que tem por base sua apropriação enquanto valor de uso, para que se possa enfrentar as ameaças postas pelo neoliberalismo e iluminar nossa compreensão das práticas espaciais da vida cotidiana contemporânea. A busca por outra relação sociedade-natureza, por um urbano-natural tem por meta: a. situar criticamente a virtualidade da urbanização planetária; b. identificar práticas espaciais que privilegiem a sociabilidade, a solidariedade social, o comum, outros cotidianos; c. refletir criticamente sobre o potencial transformador destas práticas. Destarte, com um olhar no futuro e os pés no presente, trata-se de buscar identificar e refletir sobre possíveis alternativas de emancipação social e práticas espaciais igualitárias direcionadas à produção de um espaço diferencial, por entendermos em consonância com Lefebvre que esta sociedade traz dentro de si, agora e sempre, a sua utopia: o possível-impossível, que torna possível o impossível. Essa proposta integra um esforço teórico crítico visando oferecer algumas respostas possíveis para avançar rumo a justiça social e espacial.

COMUNICAÇÃO 07: Urbanização, Produção do Espaço e Revolução Urbana: uma Tese

AUTORES: Geraldo Magela Costa. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

A proposta com esta comunicação se resume à apresentação de uma tese: O livro "A revolução urbana" de Henri Lefebvre tem como foco discutir a possibilidade da revolução (urbana). O caminho para isto, é, por meio do método da transdução, refletir sobre a ainda virtual sociedade urbana que está em processo de realização por meio da práxis urbana. Apesar de Lefebvre começar o livro anunciando a hipótese da urbanização completa da sociedade, considero que sua intenção não é a de propor uma te-

oria urbana para problematizar questões relacionadas à urbanização. "A expressão 'sociedade urbana' responde a uma necessidade teórica", nos diz Lefebvre. Trata-se de uma noção que orienta um movimento que, caso se confirme, "conduzirá a uma prática a prática urbana, imprescindível para a realização das "transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente...". Enfim, uma revolução em marcha. O livro não avança em relação ao entendimento dessas "transformações que sociedade contemporânea atravessa", mas nos coloca diante do "campo cego", que expressa as dificuldades teóricas e práticas para entender este momento de transformações em torno da noção de urbanização completa da sociedade. Minha tese é a de que, uma importante contribuição de Lefebvre para este avanço está em "A produção do espaço", especialmente por meio da tríade espaço absoluto, espaço abstrato, espaço diferencial. A metrópole industrial é, em essência, o espaço abstrato, enquanto a fase crítica, o campo cego, coloca em evidência a necessária mediação do espaço diferencial para pensar a sociedade urbana.

COMUNICAÇÃO 08: Práticas Sociais Concretas: Lutas e Direitos Convergentes no Baixo Onça, Belo Horizonte

AUTORES: Heloisa Soares de Moura Costa. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Victor Gabriel de Souza Lima Alencar. AUË! Grupo de Estudos em Agricultura Urbana, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

As periferias das cidades brasileiras vivenciam uma luta permanente pelo direito à cidade em sentido amplo como formulado por Lefebvre. Aqui entendemos tanto os direitos às condições materiais dignas de reprodução da vida urbana – moradia, saneamento, transportes, praças, serviços diversos -, quanto o direito à apropriação e usufruto dos espaços de lazer, da política, da urbanidade, da alimentação, da cultura, da natureza presente na urbanização. Nesse trabalho propomos discutir não apenas as condições precárias de reprodução ampliada da vida nas periferias, mas também, e principalmente, o que trazem de novo, de criação e construção, de potencial de transformação de tais condições a partir da luta cotidiana por um lugar na cidade em que também a natureza esteja presente. Tais espaços e as práticas nele contidas podem constituir espaços diferenciais que engendrem transformações importantes na vida cotidiana e na interação urbanização-natureza. Propomos desenvolver essa reflexão em termos teórico-conceituais, mas lastreada em uma prática espacial concreta localizada na periferia norte-nordeste de Belo Horizonte: o Baixo-Onça. Essa região há vários anos vem sendo palco de um importante movimento de recuperação ambiental das águas e da bacia do Córrego Onça – Deixe o Onça beber água limpa -, associado a movimentos sociais por moradia de diferentes tipos: conjuntos habitacionais, ocupações urbanas, entre outros. Como estratégia de fazer valer a função social da terra, a estes movimentos articulam-se outros de produção agroecológica de alimentos, coletivos e individuais, que buscam formas alternativas de inserção econômica, de melhoria da saúde e da segurança alimentar para a região. A combinação dessas várias demandas e mobilizações, acreditamos, tem potencial para desencadear um processo de transformação nas periferias, de múltiplas dimensões e possibilidades.

COMUNICAÇÃO 09: Conceito de Urbano de Henri Lefebvre: Pedagogia, Prática, Política

AUTORES: Kanishka Goonewardena. Department of Geography and Planning, University of Toronto, Canada

Esta apresentação fornecerá parte do contexto teórico essencial do Simpósio (E1_02) 'Urbanização Planetária e Planetarização do Urbano: Reflexões a Partir da Realidade Urbana Latino-americana' ao refletir sobre a concepção influente de Henri Lefebvre: o 'urbano'. Primeiro, examinará a relação do 'urbano' com as noções tradicionais do campo e da cidade, seguindo o trabalho de Roberto Luís Monte-Mór e com referência às próprias motivações políticas e teóricas de Lefebvre Na Revolução Urbana (1970) e A Produção do Espaço (1974). Argumentará que o 'urbano', como Lefebvre o concebe, oferece uma nova perspectiva política sobre o desenvolvimento do capitalismo e o processo de urbanização integral a ele, que compreende ambos como uma contestação entre forças alienantes e emancipadoras. A infraestrutura socioespacial do capital, ao mesmo tempo em que produz as condições para a exploração da natureza e da humanidade na acumulação implacável de lucro, não pode deixar de fornecer condições sociais e espaciais para reproduzir a vida humana para além da lei do valor. 'A revolução urbana', portanto, assume um duplo significado na obra de Lefebvre, tanto como urbanização capitalista (alienação) quanto como produção de espaço além do capitalismo (emancipação). O 'urbano' entendido como 'centralidade' e 'diferença' — uma destilação do potencial das relações humano-humano e humano-natureza — representa para Lefebvre a saída 'real' e 'possível' da racionalidade do capital e do Estado, para um mundo de autogestão radical-democrática e ecologicamente sustentável. Se tal perspectiva justifica o que chamamos de 'Planetarização do Urbano', então surgem outras questões. O que isso significa para as maneiras pelas quais treinamos arquitetos, planejadores, geógrafos e outros estudiosos do espaço nas universidades? Que influência o conceito de 'urbano' de Lefebvre tem sobre as profissões encarregadas da produção do espaço, como arquitetos, planejadores e geógrafos? O que o 'urbano' — e a noção radical inadequadamente rotulada de 'direito à cidade' — significa para a práxis política revolucionária?

COMUNICAÇÃO 10: Resistencias Urbanas: Estrategias ante la Segregación y Homogeneización del Espacio

AUTORES: Karina Soto Canales. Universidad Autónoma de Nuevo León, México

La presente investigación analiza la producción socioespacial de la ciudad contemporánea desde la dialéctica entre las fuerzas del capital y las resistencias urbanas, en el marco del pensamiento lefebvriano sobre el derecho a la ciudad, la producción del espacio y la urbanización planetaria. La expansión del capital sobre el territorio ha consolidado un modelo de ciudad fragmentada basado en el valor de cambio, en el cual se prioriza la acumulación y mercantilización del territorio, lo que fortalece las lógicas de segregación y exclusión. Este proceso, marcado por la dicotomización del espacio en zonas aceptadas y estigmatizadas, es sostenido por discursos mediáticos que legitiman la apropiación del suelo por los desarrolladores inmobiliarios. A través de una metodología mixta en la cual se integran recursos netnográficos y cartografías de exclusión, se estudia el caso del Área Metropolitana de Monterrey, México, donde los medios digitales amplifican la fragmentación urbana y refuerzan la ciudad para el consumo. La segregación urbana se evidencia como un fenómeno de colonización del espacio

por el capital, homogenizando y jerarquizando el territorio bajo lógicas socioeconómicas. En este tenor, el mercado inmobiliario opera como un mecanismo estratificador que consolida periferias homogeneizadas y alienadas donde en función al poder adquisitivo se determinan los accesos a los recursos, servicios y equipamientos. Sin embargo, el proceso no es irreversible. De frente a la mercantilización de la ciudad, surgen prácticas de resistencia que reivindican el valor del uso del espacio urbano, desde la morfología físicas como las virtuales. Estas incluyen estrategias de apropiación, reapropiación del territorio, economías solidarias y movimientos sociales que disputan la lógica de acumulación y desafían la presión de las esferas de poder. Desde una perspectiva crítica, este trabajo sostiene que la urbanización planetaria no debe entenderse únicamente como un proceso de expansión del capital, sino también como un campo de confrontación donde las fuerzas de resistencia configuran paisajes alternativos de apropiación espacial. Lo anterior, fundamenta el posicionamiento para repensar la urbanización más allá del valor de cambio, en función a otros valores recuperados y establecidos en los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) como la solidaridad o sostenibilidad. Las experiencias recopiladas exhiben la ciudad y la realidad urbana actual como reveladoras del valor (uso-cambio).

COMUNICAÇÃO 11: Transformaciones Territoriales y Espacio Estatal en la Interface Periurbana de Buenos Aires: el Caso del Plan Federal de Vivienda en Virrey del Pino

AUTORES: Patricia López-Goyburu. Centro de Estudios Urbanos y Regionales (CEUR), Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

En las últimas décadas, diferentes autores dan cuenta que la creciente movilidad de personas y mercaderías se convierten en disparadores de nuevas miradas sobre los espacios que se extienden más allá de los núcleos urbanos. La noción de espacio estatal desafía la concepción de la territorialidad como estática. Brenner (2004) muestra que las políticas públicas han sido estudiadas desde una perspectiva Estado-céntrica y propone su análisis como proceso. Considera que la espacialidad estatal es transformada constantemente por lo que debe ser abordada como un proceso. Esta conceptualización, que está pensada en la regulación estatal de la acumulación capitalista, nos interroga si es posible aplicarlas a la política de vivienda social. Una política de vivienda que en Buenos Aires ha estado asociada al Estado de Bienestar (Lo Vuolo, 1998) y de localización periférica (Rodríguez et al., 2007). El objeto de este trabajo es reflexionar sobre los procesos de producción del espacio estatal en la producción de vivienda social para indagar y discutir en que formas se expresa la espacialidad estatal, con especial atención a la escala local. Se considera la oportunidad que esta escala presenta para evidencia los nodos en que se produce el espacio estatal. Para ello, tomando como objeto de estudio del Plan Federal de Vivienda, la investigación se realiza, siguiendo a Brenner (2004) y Jessop (2007), a partir de dos dimensiones: estrategias y proyectos. El trabajo empírico se realizará a partir del estudio del Plan Federal de Vivienda en Virrey del Pino (La Matanza, Buenos Aires), en la interface periurbana de Buenos Aires. La selección se basa en el propósito de contribuir en el análisis empírico del espacio estatal. Con este fin, el análisis del caso de estudio se realiza a partir de la dimensión estratégica y proyectual.

COMUNICAÇÃO 12: Da "Urbanização Planetária" à "Planetarização do Urbano": o Urbano como Turbilhão

AUTORES: Rainer Randolph. Instituo de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

O presente texto se iniciará com uma breve introdução da concepção de Lefebvre da "sociedade urbana" e desdobramentos de suas teses sobre a "urbanização planetária" (Brenner, Schmid e outros). Ao partir dessa referência, o assunto principal da nossa discussão será uma "re-conceptualização" realizado por Lefebvre (1989) dois anos antes da sua morte num texto sobre a problemática da cidade perder seu rumo em uma metamorfose planetária; um texto caracterizado por Merrifield (2011) como "de longe um dos seus ensaios mais enigmáticos". "À medida que esta cidade se estende, diz Lefebvre, à medida que urbaniza mundos até então não urbanizados, e à medida que urbaniza mundos rurais, coisas estranhas acontecem igualmente aos mercados de trabalho" (Merrifield 2014). Interessa-nos a própria trajetória da apropriação desse texto por aqueles que protagonizam a perspectiva da urbanização planetária (Wachsmut/Brenner 2014; Brenner 2018 e outros) e por outras perspectivas que o interpretam com a interpelação por outras obras do autor (Merrifield 2011, 2013, 2014, 2018). É, em particular no seu texto de 2018 que Merrifield, ao defender uma perspectiva de amplo horizonte para observar a urbanização, "gosta de pensar que Lefebvre esperava que sua tese (da urbanização planetária) se tornasse falsa". Chama atenção por sua linguagem precisa quando Lefebvre atribui a ameaça "não tanto à ´urbanização planetária´, mas à ´planetarização do urbano´ (´la planétarisation de l´urbain´)". Entende, com isto, que não é o urbano que se espalha, mas se torna um turbilhão para sugar tudo o que o planeta oferece. "É essa sucção de pessoas e bens, de capital e informação que alimenta a máquina urbana" (Merrifeld 2018). É por isto que Lefebvre sugere formular, como aposta política, uma nova "concepção revolucionária de cidadania".

COMUNICAÇÃO 13: Do Local ao Planetário: Montagem e Praxis nas Culturas Urbanas

AUTORES: Rita Velloso. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais
Carolina Maria Soares Lima. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Isis Detomi. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

O conhecimento histórico deve ser construído não a partir de um raciocínio linear, mas por meio da montagem de acontecimentos, inteiros ou em fragmentos, que devem ser narrados (Benjamin). Está nesse dispositivo da montagem narrativa a condição de possibilidade da compreensão de dinâmicas urbanas, se tratando de iluminar práticas culturais e movimentos de resistência urbana (Benjamin). Apresentamos a montagem como um método da historiografia urbana que permite, sobretudo no contexto atual dos territórios urbanizados no planeta, articular memórias, práticas e silêncios, revelando as contradições e as potências das culturas subalternas na produção e reprodução do espaço urbano. Para tratar de fenômenos concretos, reunimos fragmentos de práxis urbanas (Lefebvre) e desenhamos uma constelação (Benjamin) narrando as atividades do Museu dos Quilombos e Favelas

Urbanos (MUQUIFU) e o Teatro Espanca!, ambos em Belo Horizonte. O MUQUIFU funciona como arquivo de memórias comunitárias e práticas de resistência, enquanto o Espanca! atua como palco de corpos insurgentes que ressignificam o espaço urbano por meio da arte. Esses fragmentos dialogam entre si, compondo uma narrativa que expõe a complexidade da vida urbana contemporânea. No MUQUIFU, os objetos cotidianos e relatos orais revelam histórias invisibilizadas pelo poder hegemônico. No Espanca!, as performances desafiam a linearidade, tornando os corpos em cena, arquivos em movimento que testemunham os desafios e as potências das culturas periféricas. A constelação proposta permite conhecer elementos do espaço produzido, evidenciando um mosaico descontínuo de tempos e práticas, em que culturas à margem aparecem não como remanescentes do passado, mas como transformadoras do presente e geradoras de futuros possíveis. Essa montagem estabelece uma possibilidade de crítica da relação entre memória, resistência e produção do espaço; também oferece à epistemologia urbana uma transformação, reconfigurando culturas subalternas como centrais à compreensão dos processos urbanos, de novas possibilidades de vida urbana e do fazer comum.

COMUNICAÇÃO 14: Emergência e Expansão do Urbano-Utopia na Era Urbana

AUTORES: Roberto Luís Monte-Mór. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

O espaço citadino se estendeu para conformar um espaço urbano ampliado, avançando pelos espaços regionais e carregando consigo a lógica da sociedade urbano-industrial contemporânea. Novas dimensões de mobilidade e comunicação consolidaram a 'compressão espaço-tempo' da qual falávamos no início deste século. A urbanização extensiva, como processo socioespacial, e o meio técnico-científico informacional, como contexto geográfico, geraram o cenário pelo qual o capital e o Estado estenderam as condições gerais de produção e o espaço abstrato a todo o espaço social, subordinando e reconfigurando os espaços não-citadinos. Hoje, todo o espaço social está, em algum nível, integrado à sociedade urbano-industrial que se constituiu no século passado. A urbanização planetária, apesar das críticas, é vista como virtualidade, manifestação do tecido urbano-industrial por todo o planeta, como tentáculos do capital característicos da urbanização atual, produzindo 'paisagens operacionais (urbano-) industriais'. Trata-se da ênfase na dimensão industrial do tecido urbano (-industrial). Sem negar esse processo hegemônico, interessa-nos enfatizar o outro lado da moeda, a dimensão politizadora e emancipatória da urbanização extensiva, a ênfase na dimensão urbana do tecido urbano-industrial. Nesse sentido se desenvolvem, principalmente no Sul Global, processos marcados pelo fortalecimento da mobilização política de grupos historicamente subalternizados, com crescente visibilidade e organizados social, política e economicamente a partir de 'outras economias'. Essas economias, centradas em princípios como solidariedade, cooperação, convergência, valor de uso, respeito à natureza e aos seres não-humanos, entre outros, apontam para a consolidação da era urbana, identificada por Lefebvre como sucedânea da era industrial. As preocupações próprias do antropoceno com a sobrevivência da espécie humana no planeta se somam à ênfase na reprodução coletiva marcando a era urbana. A produção industrial perde sua centralidade e sua capacidade de ofuscar a percepção dos espaços de vida, dando lugar à emergência e expansão da utopia urbana anunciada por Lefebvre.

COMUNICAÇÃO 15: El Sur en el Norte: la Agroindustrialización Mediterránea como Parte de los Procesos de Urbanización Planetaria. El caso del Campo de Cartagena (España)

AUTORES: Andrés Viedma Guiard. Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad Politécnica de Madrid, España

La noción de implosión-explosión de Lefebvre (1970) y su desarrollo posterior por la teoría urbana crítica (Brenner, 2014) ayudan a analizar la agroindustrialización del área mediterránea como un proceso de construcción de paisajes operacionales enmarcado en la urbanización planetaria. En España, comienza con la colonización agraria del franquismo, cuando el Instituto Nacional de Colonización impulsó la transformación del territorio para su explotación agroindustrial. En el caso de estudio, el Campo de Cartagena, la conversión agroindustrial se inició en los últimos años de la dictadura con la aprobación de grandes proyectos estatales, como la construcción de trasvases hídricos y la reorganización de la propiedad del suelo a través de concentraciones parcelarias, activando un cercamiento agroindustrial. Una vez llegada la democracia, el proceso se consolida con el impulso por la entrada en la Comunidad Económica Europea y el blindaje de las transformaciones por parte del planeamiento urbanístico y territorial. Este modelo productivo construye una nueva ecología-mundo (Moore, 2020) que se sostiene sobre la ampliación de la frontera hídrica mediante trasvases y pozos, el paso de cultivos de secano a regadío intensivo, el uso de fertilizantes y la llegada de mano de obra migrante. El abaratamiento de estos insumos permite aumentar la productividad agrícola y activar la exportación al norte de Europa, transformando profundamente el territorio y generando multitud de externalidades medioambientales y sociales. Así, la comunicación presenta el proceso histórico-geográfico de construcción de este nuevo sur en el norte, reflejo local de procesos globales más amplios. Frente a él, el agotamiento de estos ciclos de acumulación en el contexto de la crisis ecosocial provoca la aparición de nuevos potenciales emancipatorios en el territorio, como las alianzas feministas con el sindicalismo migrante o la movilización ecologista frente a las externalidades negativas de la agroindustria, que permiten trazar nuevas rutas insurgentes frente al capital.

COMUNICAÇÃO 16: Ferramenta de Sobrevivência Urbana: o Skate e a Ressignificação da Praça Antônio Carlos em Juiz de Fora (MG)

AUTORES: Vinícius Costa de Oliveira. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

O objetivo deste trabalho é analisar a prática do skate na Praça Antônio Carlos, espaço público situado na região central da cidade de Juiz de Fora (MG). Os skatistas ocupam o local desde 1999, quando foi construída a primeira pista de skate da cidade, no entanto, em 2022, como parte do projeto da Prefeitura de "requalificação do espaço" a pista foi demolida e realocada em outro local no centro da cidade. Apesar da destruição, os/as skatistas continuam a ocupar a praça como um espaço de sociabilidade e contribuindo para novas maneiras de se fazer a cidade. Em razão disso, pretende-se analisar não só a ressignificação da praça, mas também os conflitos decorrentes da mesma, visto que o espaço é de uso compartilhado entre skatistas e os demais usuários das formas e dos equipamentos públicos. Portanto, a Praça Antônio Carlos exemplifica como o skate, enquanto prática cultural e social, tem o poder de transformar o espaço urbano, alterando tanto sua função quanto sua percepção. A prática do skate

ressignifica a cidade e o espaço público, evidenciando a capacidade das subculturas urbanas de desafiar normas e expandir a compreensão do direito à cidade, como evidenciam Galvão e Marcon (2023), Edelweiss e Garzon (2017) e Lefebvre (2011).

E1_03_Desarrollismo en Iberoamérica: estrategias, doctrinas y formas de los procesos de urbanización

COORDINADORES:
Daniel Matus Carrasco. Departamento de Arquitectura, Universidad de Magallanes, Chile
Ángeles Layuno Rosas. Escuela de Arquitectura, Universidad de Alcalá, España.

PALABRAS CLAVE: Políticas públicas; Planificación; Industrialización; Institucionalidad; Morfología Urbana

RESUMEN: A partir de la década de 1940, diversos países iberoamericanos comenzaron el abandono del modelo económico de desarrollo hacia afuera e inscribieron a sus economías y sus sociedades en un modelo basado en la Industrialización por Sustitución de Importaciones (ISI), considerado eje y vector de inicio de un nuevo ciclo denominado modelo desarrollista o de desarrollo hacia dentro. El nuevo periodo se caracterizó por la modernización de las tecno-estructuras existentes, por cambios institucionales y normativos profundos, por el diseño de políticas públicas de ruptura, sofisticas y multiescalares que vehicularon gobiernos de inspiraciones políticas diversas y variadas que derivaron de la emergencia del Estado desarrollista, Estado de compromiso o Estado empresario y explican además los fuertes procesos de industrialización, urbanización y modernización de los territorios entre las décadas de 1940 y 1970.

Si bien los Estados actuaron a velocidades diferenciadas, las estrategias para implementar las políticas públicas tendientes a cambiar el modelo, encontraron en sectores privilegiados de la economía oportunidades para materializar planes y proyectos. A la vez, el espacio económico y el espacio de la planificación, tendieron a beneficiarse de la experiencia extranjera a través de comisiones de expertos que actuaron en marco políticos, sociales e institucionales singulares, adoptando o adaptando visiones hegemónicas de un mundo cada vez más tensionado, radicalizado y tensionado. Más concretamente, el desarrollismo, orientado e impulsado por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), permitió expandir los mercados, detonar crecimientos económicos e impactar las formas de la urbanización en países otrora no sólo agrarios, mineros y de base industrial precaria, sino también de extremas diferencias y desigualdades sociales.

Hemos partido de la idea que, los Estados y en particular sus gobiernos actuaron como agentes transformadores de la economía, y al hacerlo dinamizaron e hicieron mutar las formas de la urbanización siguiendo estrategias, escenarios, teorías y doctrinas diferenciadas y diferenciables, toda vez que se dotaron de instituciones, cuerpos técnicos y herramientas situadas.

El Simposio propuesto busca profundizar, a través de un alcance panorámico, esas estrategias, esas doctrinas y esas formas de la urbanización singular que fueron detonadas en contextos desarrollistas en países Iberoamericanos y, más todavía, actuaron como vectores que orientaron la planificación del territorio, la producción del espacio urbano y la producción de vivienda estatal en regiones sometidas a procesos de industrialización intensos. Privilegia la reflexión en el período que se extendió entre las décadas de 1940 y 1970, e invita, en particular, a presentar trabajos centrados en los procesos de insti-

tucionalización de la planificación; en casos significativos y estratégicos promovidos por los gobiernos iberoamericanos a diversas escalas territoriales; en la relación entre las doctrinas que emergieron y las formas urbanas.

PONENCIA 01: Estrategias eléctricas, estatización y forma de la urbanización en Punta Arenas. El caso de la población de ENDESA

AUTORES: Daniela Ambrosetti Garrido. Departamento de Arquitectura, Universidad de Magallanes, Chile
Daniel Matus Carrasco. Departamento de Arquitectura, Universidad de Magallanes, Chile

En Chile, hasta el período de 1973-1980, es posible reconocer dos modelos de crecimiento económico, uno llamado hacia afuera, en el que prevaleció la iniciativa privada, y otro denominado hacia dentro, bajo el que irrumpió el Estado en áreas claves de la economía y de la industria. A lo largo del siglo XX, la producción y distribución de energía, adquirió diferentes formas de propiedad empresarial para dotar a las actividades industriales, al transporte urbano y al espacio tanto urbano como doméstico de electricidad; viéndose materializada a través de generadores térmicos e hidráulicos cuyo consumo fue siempre en aumento (Yañez, 2021). En 1939, la coyuntura social y política del país permitió al gobierno aprobar la creación de la Corporación de Fomento de la Producción (CORFO), iniciándose así la fuerte incidencia del Estado en múltiples sectores económicos con prevalencia de una política de Sustitución de Importaciones. El sector eléctrico fue estratégico y clave para abastecer a un país en proceso de industrialización y urbanización, cuyas fuentes de energía habían sido dominadas por el sector privado hasta que, parcialmente, fueron adquiridas por una de las nuevas empresas estatales creadas en 1943: la Empresa Nacional de Energía Eléctrica S.A.(ENDESA) En Punta Arenas, al extremo sur de Chile continental, ENDESA se introdujo de manera tardía cuando inconvenientes económicos dificultaron las operaciones privadas, permitiendo su estatización (Nazer & Couyoumdjian, 2009). Desde entonces, y como ocurrió también en otras ciudades del país, emergen estrategias territoriales de índole paternalista asociadas a la industria y que fueron materializadas a través de la formación de poblaciones o villas (Cerda,2018) que no han sido investigadas en el área austral. Esta contribución busca relevar información de la Población ENDESA (1964-1966) de Punta Arenas, inscribiéndola en una triple lectura del planeamiento económico, urbano y arquitectónico.

PONENCIA 02: Gobernando la ciudad: política pública y plusvalía del suelo en América Latina. El caso de Quito en la década de 1950

AUTOR:Diego Aulestia V. Comisión Económica para América Latina CEPAL. Chile/Ecuador

Analizar el rol que crecientemente tuvo el Estado en los procesos urbanos en las décadas de 1950-1980, es fundamental para entender las urbanizadas sociedades latinoamericanas del presente. En este sentido, llama la atención la escasa atención que ha recibido el rol del suelo urbano en la formación de la ciudad y su impacto en la acumulación (Yates 2021). Los incrementos en el valor del suelo como consecuencia de inversiones públicas o regulación pueden constituir una significativa fuente de recursos. Si bien la captura parcial de esta plusvalía puede ser vista como una acción redistributiva, las reformas que se han implementado en América Latina han perseguido sobre todo contribuir a la au-

tonomía fiscal municipal (Blanco, Fretes y Muñoz, 2016). En la década de 1950 en Quito, Ecuador, se produce una eclosión de inversiones inmobiliarias, sustentadas en inversión pública y que son respondidas desde el nivel local con esfuerzos de planificación y regulación. Así, en 1952, la municipalidad incorpora un mecanismo para recuperar plusvalía: una contribución de los propietarios a la financiación de obra pública debido al ¨beneficio directo que obtienen los inmuebles con las obras de pavimentación¨ (Ordenanza municipal 764). Esto fue un reconocimiento explícito que la plusvalía se genera a partir de la regulación e inversiones promovidas desde el Estado, ya sea nivel nacional o local. La ponencia presentará la evolución, durante la década de 1950, de una política pública generada por el municipio de la capital del Ecuador, en un contexto marcado por la modernización de la ciudad y los esfuerzos en reducir brechas estructurales. La ampliación de la acción estatal en el campo urbano, en este caso vía regulación, se complementó en 1961 con la creación del Banco Ecuatoriano de la Vivienda, orientado a la intervención directa en el mercado de vivienda.

PONENCIA 03: El Plan Navarino (Chile) y la organización territorial: entre desarrollismo y soberanía en el extremo sur de América (1958-1977)

AUTOR:Cvitanic, Boris. Departamento de Arquitectura, Universidad de Magallanes, Chile

El modelo de Estado desarrollista instalado en Chile durante el siglo XX se valió, a partir de la década de 1950, de la noción de polos de desarrollo como instrumento para resolver los problemas del crecimiento desequilibrado interregional (Hermansen, 1974). Estas ideas, estimuladas en Latinoamérica por la CEPAL y el ILPES, se vieron orientadas hacia una planificación sectorial, temporal y espacial. En Chile, y particularmente en las islas australes del extremo sur del país (Navarino, Nueva, Picton y Lennox), esa práctica se vio entrecruzada con dinámicas geopolíticas propiciadas por el conflicto del Beagle con Argentina entre 1958, año de inicio de las tensiones militares, y 1977, fecha del resultado del arbitraje de la Corona británica. La necesidad de consolidar la soberanía por parte del Estado chileno produjo la formulación de planes sectoriales, proyectos, e inversiones las que fueron coordinadas por el Ministerio de Relaciones Exteriores, conformando el Plan Navarino. Este instrumento de planificación económico y espacial se basó en el planeamiento del poblamiento y productividad del territorio insular sobre la base de un modelo urbanizador e industrializador, principalmente por parte del Estado, conformado por un asentamiento agrícola cooperativista (Asentamiento Frei), un núcleo poblado principal (Puerto Toro) y asentamientos menores en las islas (caletas Banner, Las Casas, Piedras, y Lennox), industrias pesquera y forestal, e infraestructuras de conectividad y soporte, que se adaptaron a las particulares condiciones del extremo sur de América. La ponencia propone ahondar en el papel desarrollista del Estado chileno y, particularmente, en la articulación de las nociones de desarrollo y soberanía en el territorio insular austral. La contribución expone tanto las estrategias y concepciones de la planificación del desarrollo, así como las materializaciones y los fracasos por el cambio del modelo de Estado en Chile a finales de la década de 1970, desde el desarrollista al subsidiario.

PONENCIA 04: Regionalização político-administrativa como estratégia no desenvolvimentismo autoritário no estado de São Paulo

AUTORA:Alice Z. Damianovic. Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, Brasil

Proem-se analisar a regionalização político-administrativa do estado de São Paulo e sua conexão com a política urbano-habitacional durante o regime militar no Brasil (1964-1985), no contexto do desenvolvimentismo autoritário praticado no período. A reflexão se realiza em torno da produção das Companhias de Habitação Popular (COHABs), criadas no âmbito da nova política urbano-habitacional. São abordadas as transformações territoriais articuladamente às estratégias políticas em torno da instituição das Regiões administrativas (RA), ao longo da segunda metade do século XX, com foco na Região Administrativa Central (São Carlos e Araraquara). Buscando dialogar com processos autoritários semelhantes na Iberoamérica, parte-se da premissa de que a regionalização paulista praticada no período tenha atendido às demandas de planejamento estatal e à reprodução da sociedade de classes. O estudo enfatiza a legislação que formalizou a divisão do estado em regiões polarizadas por centros urbanos estratégicos, articulando-se às diretrizes urbanísticas do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), financiadas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). A política urbano-habitacional constituiu-se em instrumento de centralização administrativa e controle territorial, com a finalidade de fortalecer a hierarquização regional e reproduzir dinâmicas de segregação socioespacial no processo de urbanização. A análise mobiliza o quadro jurídico-legal federal, estadual e municipal na RA Central paulista, destacando a regulamentação de cada município sobre o crescimento urbano e a provisão habitacional. Ao investigar o papel das 7 COHABs paulistas enquanto instituições inseridas na estrutura regional produzindo conjuntos habitacionais, o trabalho busca compreender como essas empresas estatais operaram no entrelaçamento entre política habitacional e planejamento territorial.

PONENCIA 05: Desarrollismo desgastado: las expresiones del urbanismo en los primeros años de la dictadura chilena, 1973-1979

AUTORA: Macarena Ibarra. Instituto de Estudios Urbanos, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

Si bien el desarrollismo se había consolidado como el paradigma de crecimiento urbano y económico en las dos décadas previas, durante los primeros años de la dictadura militar (1973-1979), el urbanismo chileno experimentó una transformación significativa, marcada por un progresivo desgaste del modelo desarrollista, así como por la introducción de nuevas dinámicas urbanas alineadas con un diferente paradigma impuesto por la junta militar en un nuevo contexto político institucional. El desarrollismo, centrado en la modernización y expansión urbana a través de la construcción de grandes infraestructuras, la urbanización de zonas periféricas y el énfasis en la escala territorial, comenzó a mostrar signos de agotamiento mientras las grandes intervenciones urbanas, que antes se veían como motor de progreso, se reorientaron a un enfoque que tendió a priorizar la expansión del capital privado y reducir las intervenciones públicas. Esta ponencia examina cómo estos cambios se reflejaron en las ciudades chilenas durante los primeros años del régimen de Pinochet con especial énfasis en el

contexto institucional y urbano. Para ello, se revisan fuentes primarias tal como archivos institucionales -actas de la junta militar y archivos ministeriales- así como prensa local de diferentes ciudades chilenas.

PONENCIA 06: Planejamento habitacional do Paraná e a institucionalização do BNH

AUTORAS: Tais Marini Brandelli. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Brasil
Fabíola Castelo de Souza Cordovil. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Brasil

O período entre as décadas de 1950 e 1970 foi marcado por um rápido crescimento populacional no Paraná, exigindo do Estado uma estrutura administrativa ágil e dotada de recursos. Nesse contexto, ocorre o processo de institucionalização do Sistema Estadual de Planejamento, com a elaboração de documentos, planos de governo e políticas que propunham colocar o Estado como promotor do desenvolvimento, favorável à industrialização e à criação de infraestrutura. Entre eles está o Plano de Habitação do Estado do Paraná, um estudo setorial elaborado a partir do Plano de Desenvolvimento do Paraná, encomendado pelo Estado à Assessoria em Planejamento S.A. em 1963 e publicado em julho de 1965. O Plano se insere no momento de implantação da política nacional de habitação pelo governo ditatorial (SERFHAU/ SFH/BNH). Este trabalho tem como objetivo de analisar o Plano de Habitação proposto para o Paraná, buscando compreender seus alinhamentos e desalinhamentos com o BNH. Para isso, foi realizada uma análise do documento ainda não explorada academicamente. O Plano apresenta diretrizes para uma política habitacional integrada, procurando se alinhar a política nacional de habitação recém implantada e permitir a coordenação entre as iniciativas estaduais, federais e municipais. Ademais, propõe a instalação da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), criada pela Lei nº 5113 de 14 de maio de 1965, com o objetivo de executar programas de construção e financiamento de casas populares nas cidades do Interior, visto que Curitiba já havia criado a Companhia de Habitação de Curitiba (Cohab-CT), através da Lei nº 2545, de 29 de abril de 1965, para atender a capital. A COHAPAR, atuante até os dias atuais, é um importante órgão na assistência habitacional do Estado que se originou no período do BNH, assim, este estudo contribui para o entendimento sobre o processo de institucionalização das políticas habitacionais no Paraná.

PONENCIA 07: Industrialização e Desenvolvimentismo: a construção do discurso que apoiou a transformação territorial de Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete -MG (1970-1990)

AUTORAS: Jandira Carla Botelho Menezes. Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Universidade Federal de Minas Gerais (PACPS/UFMG), Brasil
Gisela Barcellos de Souza. Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Universidade Federal de Minas Gerais (PACPS/UFMG), Brasil
Júnia Maria Ferrari Lima. Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Universidade Federal de Minas Gerais (PACPS/UFMG), Brasil

A industrialização brasileira, impulsionada pelo Estado entre as décadas de 1960 e 1970, esteve ancorada em um discurso desenvolvimentista que articulava modernização e progresso como justificativas para a reestruturação do território. Em Minas Gerais, esse processo foi norteado por sucessivos planos estaduais de desenvolvimento. O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (1947) marcou a introdução do planejamento moderno no estado. Posteriormente, o Diagnóstico da Economia Mineira (1968) consolidou um modelo de planejamento centralizado, fornecendo subsídios para a Reforma Administrativa de 1972 e para o Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES) de 1972/1976, aprovado em 1971, considerados marcos na prática de planejamento mineiro. Esse contexto viabilizou a implementação de grandes projetos industriais, como a instalação da siderúrgica estatal Aço Minas Gerais (Açominas) entre 1976 - ano do decreto 17.773 que declarou de utilidade pública as terras para sua implantação em Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete - e 1986, quando se dá sua inauguração. Este trabalho investiga como o discurso do desenvolvimento se materializou na imprensa da época, servindo como instrumento de legitimação das transformações territoriais em Ouro Branco e na região do Alto Paraopeba. A pesquisa tem como método a análise de conteúdo de jornais como O Processo, Panorama, Vale do Paraopeba e O Tarugo, que veicularam representações sobre a modernização urbana e a industrialização. O recorte temporal abrange de 1970 a 1990, período correspondente à implementação e consolidação do projeto industrial. A pesquisa demonstra como esses jornais influenciaram a construção e difusão de uma narrativa que associava a chegada da indústria ao progresso, naturalizando as transformações espaciais e sociais decorrentes desse processo. Dessa forma, o trabalho contribui para a compreensão dos mecanismos ideológicos que sustentaram os projetos desenvolvimentistas no Brasil e suas implicações na conformação do espaço urbano, oferecendo uma reflexão sobre os efeitos da modernização em contextos locais.

PONENCIA 08: Urbanismo franquista y segregación social: La planificación de las periferias obreras e industriales en Madrid

AUTORAS: Clara Mosquera Pérez. Escuela de Arquitectura. Universidad de Alcalá. España.
María Gilda Martino. Escuela de Arquitectura. Universidad de Alcalá. España.
Ángeles Layuno Rosas. Escuela de Arquitectura. Universidad de Alcalá. España.

El urbanismo autárquico del régimen franquista en Madrid constituyó un laboratorio de planes urbanos orientados a resolver el problema de la vivienda obrera. El Plan General de Ordenación Urbana de Madrid, o Plan Bidagor (1941, aprobado en 1944 y sancionado por la Ley de 1946), contó con

la Comisaría General para la Ordenación Urbana de Madrid y sus alrededores, creada para gestionar su ejecución mediante una política de suelo y la redacción de planes especiales que afectaron la periferia industrial de la ciudad. La revista Gran Madrid, editada por el Ayuntamiento, se convirtió en una fuente clave para el análisis de la evolución urbana de Madrid durante las primeras décadas del franquismo. El Plan Bidagor, desde una concepción orgánica de la ciudad, defendía una zonificación que, en la práctica, separaba a las clases sociales en el espacio urbano. Propuso un sistema de crecimiento nuclear, con un centro principal rodeado de espacios verdes, vías rápidas y nuevos núcleos suburbanos satélites, concebidos como "pueblos o ciudades" con todos sus servicios. Sin embargo, estas ideas fueron desvirtuadas en su implementación real. El Plan contenía un fuerte componente ideológico, presuponiendo la segregación social y la lucha contra la infravivienda y la miseria. La vivienda se entendía como un símbolo de dignidad moral y cristiana, mientras que el trabajo productivo se presentaba como un medio de progreso material y espiritual. A pesar de estos principios, el desarrollo real de barrios como Villaverde, Palomeras o Usera durante las décadas de 1960 y 1970 se alejó de los ideales planteados en el Plan. A partir de los años 60, el acceso oriental a Madrid se consolidó como el Corredor del Henares, un eje industrial y obrero promovido por el Plan de Ordenación Urbana del Área Metropolitana de Madrid (1961) y el I Plan de Desarrollo Económico y Social (1963). El Plan Nacional de Vivienda (1944-1954) y el Plan de Vivienda Protegida (1943), impulsados por el Instituto Nacional de la Vivienda, fueron medidas clave para abordar la crisis habitacional, aunque las expectativas de construcción fueron en gran parte frustradas. La consolidación periférica obrera del desarrollismo puede ser rastreada a través del órgano de difusión de la OSH, la revista Hogar y Arquitectura. La construcción del paisaje periférico madrileño a través de las promociones del Instituto Nacional de la Vivienda y la Obra Sindical del Hogar, como los poblados de absorción y dirigidos, será analizado comparativamente con otros modelos urbanos anteriores, y en su integración funcional en la ciudad.

PONENCIA 09: Desarrollismo en Iberoamérica: contribuciones a una historia comparada entre Brasil y España

AUTORA: Eulalia P. Negrelos.
Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil

Exploramos el desarrollismo - entendido como la ideología del desarrollo comandado por el Estado - en Iberoamérica, sus estrategias, componentes doctrinarios y los impactos en los procesos de urbanización entre las décadas de 1940 y 1970, acercando, en la historia comparada, a España y Brasil en sus especificidades y similitudes, resguardando las diferencias de los contextos históricos con la mirada hacia el propio modelo, la circulación de ideas y las formas de actuación estatal. En Brasil, los orígenes del desarrollismo y la introducción del modelo de sustitución de importaciones se encuentran ya en 1930, en un primer ciclo que se extiende hasta el golpe militar en 1964; de ahí, se amplía la relación entre el Estado y el sector privado, particularmente la corporación de la construcción civil, con la formulación de 3 planes nacionales de desarrollo hasta finales de la dictadura en 1985. Para España, se identifica un contexto de rupturas que, con el Plan de Estabilización de 1959, implican en transformaciones importantes en los campos económico y político, con resultados en la política de vivienda y otros 2 planes de desarrollo hasta 1975. Proponemos explorar ese cuadro de políticas enmarcando las concepciones teóricas que han orientado ambos países en la doctrina del desarrollismo, identifican-

do dinámicas estructurales similares: períodos dictatoriales (en Brasil, Estado Novo de Vargas, 1937-1945, y dictadura militar, 1964-1985; para España, el gobierno de Franco entre 1939 y 1975); el papel decisivo del Estado en el desarrollo nacional; el fomento de la industrialización vinculada a los procesos intensivos de urbanización, generando intensa desigualdad socioeconómica; la modernización del marco institucional y jurídico-legal en la planificación, con una nueva tecnoestructura estatal y la circulación internacional de profesionales; la producción de formas urbanas vinculadas a la vivienda social masiva con absorción de chabolas y la ocupación del territorio con nuevas ciudades.

PONENCIA 10: Ayuda técnica francesa y políticas desarrollistas latinoamericanas (años 1960 y 1970): realidades locales detrás de la perspectiva global

AUTOR:Clément Orillard. Ecole d'urbanisme de Paris/Lab'Urba, Université Paris-Est Créteil, France

Luego de las recomendaciones de la CEPAL, las políticas desarrollistas lanzadas en los distintos países de Latinoamérica engendraron la renovación de la solicitud de experiencia extranjera. Este mercado latinoamericano se vio favorecido por la coyuntura del contexto de la guerra fría en el cual se desarrolló nuevas políticas de ayuda técnica llevadas a cabo por los bloques del Oeste y del Este. La presente ponencia propone la exploración de las políticas urbanas desarrollistas a través de esta ayuda técnica en el marco de la "política de cooperación" francesas. Desde el inicio de las independencias latinoamericanas, el saber hacer francés estuvo presente, aunque su naturaleza se fue modificando con la llegada de las políticas de desarrollo luego de la segunda guerra mundial. La figura del experto como individuo se transforma para dar lugar a unos organismos especializados organizados por el estado francés que tenían un doble objetivo: la influencia geopolítica y la expansión económica en el extranjero. A mediados de los años 50 y 60, América Latina es identificada como una región clave para el desarrollo de este doble objetivo. Sin embargo, a través del estudio detallado de la manera en la que estos organismos del estado francés obtuvieron misiones en el mercado latinoamericano demuestra que el proceso se produjo de manera fragmentada y contrastada según el país del que se trate. Se desprende así, que al menos de manera parcial, el proceso de expansión hacia el mercado latinoamericano se rigió más bien por una lógica oportunista que respondía a la demanda local de las políticas de cada gobierno de cada país que por una política estratégica estructurada del Estado Francés. La presente ponencia se basa en el análisis de las misiones desarrolladas por unos diferentes organismos franceses especializados en América Latina durante los años 1960 y 1970 y más particularmente en el análisis de la intervención de la SCET Coopération fundada en 1959 para luego convertirse en la SCET International en 1970.

PONENCIA 11: Eventos especializados e organismos internacionais: espaços de diálogo e dissenso na arquitetura latino-americana da segunda metade do século XX

AUTORA: Fernanda Cristina Pereira Drumond. Campinas, Estudante de doutorado na Universidade Estadual de Campinas, Brasil, fernanda-drumond@hotmail.com

O desenvolvimentismo foi amplamente difundido pelos organismos de cooperação técnica e econômica atuantes na América Latina durante a segunda metade do século XX. Instituições como a CEPAL, a OEA, o BID e o CINVA atuaram em conjunto com os Estados latino-americanos para fomentar e

financiar políticas urbanas de infraestrutura e habitação social. Há, ainda, outro ator relevante para a formulação das políticas públicas pensadas para o espaço urbano – os encontros especializados de profissionais do campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano. Nesta comunicação, será priorizado o diálogo existente entre um desses eventos especializados, os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e os organismos internacionais, que visava elaborar projetos conjuntos em múltiplas escalas. Destaca-se, ainda, que no período do auge da Guerra Fria, durante as décadas de 1950 e 1960, esses eventos foram marcados por uma multiplicidade de olhares e iniciativas projetivas sobre as cidades, embora existisse uma tentativa de intervenção por parte do governo estadunidense para que os projetos debatidos estivessem alinhados aos pressupostos dos países do Bloco Capitalista. Outro aspecto relevante desses congressos foi a questão do desenvolvimento urbano, na qual havia uma tensão entre os especialistas que consideravam que o desenvolvimento deveria ser alcançado com a melhoria dos indicadores econômicos dos países, e outro grupo, em diálogo com a CEPAL, que defendia que só seria possível a um país se desenvolver se ele aderisse ao modelo de desenvolvimento integral, no qual o desenvolvimento econômico seria acompanhado do desenvolvimento social. Considera-se, assim, que as discussões realizadas nos eventos especializados e nos organismos internacionais transcendiam os debates técnicos de seus participantes, se materializando, em conjunto com os Estados nacionais, sob a forma de políticas públicas que impactavam os trabalhadores latino-americanos no período analisado.

PONENCIA 12: Uma capital desenvolvimentista no interior do Brasil: alguns pontos acerca da relação entre a construção de Brasília e os debates sobre a interiorização da economia (décadas de 1940-1950)

AUTOR: Matheus Rosa. Grupo Capital e Periferia (FAU/CNPq), Universidade de Brasília (Brasil)

Brasília, capital modernista construída na década de 1950, é frequentemente lida como reflexo do momento socioeconômico por que passavam o Brasil e a América Latina. Tal momento seria marcado, entre outros aspectos, pelo que conviria ser chamado de "desenvolvimentismo", conjunto de iniciativas e concepções de economia o qual, ainda que abrangendo distintos processos e experiências históricas no subcontinente, se guiou por uma preocupação pela superação do paradigma econômico agroexportador, com enfoque na interiorização da economia (no sentido econômico e geográfico) por meio, entre outras medidas, da Industrialização por Substituição de Importações (ISI). No contexto brasileiro, os debates acerca dos desafios concernentes a um desenvolvimento nacional que superasse as debilidades econômicas viam-se amiúde entrelaçados com o diagnóstico das deficiências na integração territorial. Dentro desse aspecto, uma das medidas mais debatidas desde fins do século XIX foi a mudança da capital brasileira para o Planalto Central, no interior do País. Entretanto, a interiorização da capital federal foi discutida por amplos setores da sociedade com diferentes propósitos e concepções acerca de sua função: desde um papel estritamente político-administrativo (sendo a mudança para o interior uma "fuga" do aparato político vis-à-vis as massas urbanas que se aglomeravam cada vez mais nas cidades litorâneas) até um fator de indução de novos vetores de expansão econômico demográfica. Por essa última visão, a transferência da capital cumpriria um papel proeminente na redução das desigualdades regionais e na superação das deficiências econômicas por meio da ocupação de amplos "vazios" do território com vistas à maior integração nacional. Com essas questões em mente, a pre-

sente comunicação visa oferecer um panorama das possibilidades e dos limites do papel "integrador" e "vertebral" de uma nova cidade capital no interior brasileiro a partir das discussões empreendidas por políticos, militares e administradores em memórias, relatórios técnicos de comissões federais e debates parlamentares entre as décadas de 1940 e 1950, período no qual se intensificaram os projetos e debates ao redor dos "gargalos" enfrentados pela economia e sociedade brasileiras no bojo do incipiente processo de urbanização e industrialização periférico.

PONENCIA 13: Vivienda estatal en Colombia e industria de la construcción revisadas desde la labor del Instituto de Crédito Territorial

AUTORA: Victoria Eugenia Sánchez Holguín. Facultad de Arquitectura, Universidad Pontificia Bolivariana, Colombia.

En Colombia, la producción de vivienda estatal se canalizó a través del Instituto de Crédito Territorial (ICT) desde 1.939. Inicialmente pensado para el mejoramiento de la vivienda campesina en entornos rurales, su marco de actuación se amplió a la vivienda urbana para obreros y empleados a partir de 1942. A partir de este momento, la labor del ICT estuvo ligada a la transformación de las formas de la producción de la vivienda en serie para la población de menores recursos en el país. En ese proceso, la institución estableció lineamientos para el desarrollo de políticas de vivienda que incidieron en la construcción de vivienda en general en el país. Esto se evidencia en publicaciones que abarcan desde Una política de vivienda para Colombia (1.956), hasta el Estudio de normas mínimas de urbanización, servicios públicos y servicios comunitarios (1.971). Además, a través de los proyectos de vivienda urbana desarrollados entre la década de 1940 y los años 70, el ICT contribuyó no solo a la transformación de la vivienda, sino de las ciudades en que actuó. En ese contexto, el ICT tuvo incidencia directa en la industria de la construcción durante y en las décadas posteriores a la segunda guerra mundial. La necesidad de abordar la construcción de vivienda estatal para las clases menos favorecidas implicaba el afianzamiento de una industria de la construcción local que permitiera el desarrollo de sistemas constructivos más asequibles en el contexto nacional. Que esto no siempre funcionó de manera clara y coherente, es parte del relato en el que se mostrará cómo el ICT, a través de sus proyectos, sus publicaciones y sus análisis del estado de la construcción en el país, declara unos principios que han de servir como lineamiento que tendrán un impacto importante en un sinnúmero de ciudades de diferentes tamaños en el país.

E1_04_Infraestructuras, redes y movilidades en la configuración de las ciudades latinoamericanas modernas (s. XIX-XX)

COORDINADORES:
Marcelo Mardones P. Escuela de Historia, Universidad Diego Portales, Chile
Dhan Zunino S.. Centro de Historia Intelectual, Universidad de Quilmes, Argentina

PALABRAS CLAVE: Infraestructuras; Redes; Transporte; Ciudades; Modernidad

RESUMEN: Si observamos lo urbano como un organismo, sin la connotación que el positivismo ha dado a esta metáfora, podremos reconocer que el mismo está compuesto de redes de infraestructuras destinadas a conducir, controlar y distribuir diversos tipos de flujos "vitales" para su funcionamiento, tales como la circulación sanitarias, energéticas, financieras o de información, de personas, alimentos, residuos, etc. Considerando su influencia en el espacio urbano, posiblemente sean las redes de movilidades aquellas que mayor visibilidad tienen en la ciudad latinoamericana, no solo por presencia física sino por concentración de recursos, saberes técnicos, inversión, debates políticos e impactos urbanos. Es el propósito de esta mesa dar cuenta, a través de trabajos con perspectiva historiográfica, del rol y relación entre las infraestructuras de movilidad con las ciudades iberoamericanas durante sus procesos de modernización entre los siglos XIX y XX. Se busca a través de estos poner en discusión el modo en que el espacio urbano se produce y configura por las redes de transporte que organizan sus flujos internos y externos, incidiendo en la oferta de movilidad, el desarrollo inmobiliario, la actividad económica y la planificación urbana. Así, la mesa propone reconstruir históricamente el desarrollo de dichas infraestructuras abordando su materialidad y relación con el espacio urbano; las controversias socio-tecnológicas (saberes, tecnologías, representaciones, prácticas, políticas y relaciones sociales) en los procesos de planificación, construcción, operación y mantenimiento a lo largo del tiempo de las mismas. Por lo tanto, los objetos en discusión podrán ser abordados desde diferentes ángulos, desde los saberes técnicos a las políticas, desde los proyectos a la organización socio-técnica, desde su materialidad a su mantenimiento, desde los conflictos a los usos y representaciones, por ejemplo.
A modo orientativo, listamos objetos que son posibles de ser discutidos en esta mesa, sin que éste punto sea necesariamente excluyente: carreteras; arterias estructurantes, servicios energéticos (agua, gas, electricidad) y de comunicación (telefónica, telegráfica, de correos), logística urbana (alimentos, residuos, etc.), redes ferroviarias tanto de superficie como subterráneas, incluyendo además sus espacios arquitectónicos, desarrollo viario, políticas y proyecciones de mejoramiento de los servicios urbanos y otras perspectivas que profundicen en las diversas relaciones que se establecen entre las infraestructuras y su proyección con la ciudad latinoamericana.

PONENCIA 01: Entre el humo y la niebla: el transporte de pasajeros y la consolidación del smog como problema urbano en Santiago de Chile, 1975-1989

Simón Castillo. Facultad de Ingeniería y Arquitectura, Universidad Central, Chile.

Esta ponencia ahonda en los efectos ambientales que tuvo la política de desregulación de la locomoción colectiva realizada por la dictadura cívico-militar chilena (1973-1990), en el contexto de las reformas neoliberales introducidas en el país. En específico, la desregulación se caracterizó por el fin de las normas establecidas para el ingreso de nuevos operadores y la liberalización de la tarifa del servicio de transporte de pasajeros. Esto implicó un aumento exponencial del parque vehicular de buses y taxibuses a cargo de pequeños y medianos empresarios, siendo consignados desde entonces como los principales responsables de las emanaciones tóxicas. Hay que considerar que el desmedido incremento del smog fue un progresivo problema urbano para Santiago durante la década de 1980. En base a lo anterior, se plantea que las medidas tomadas en torno a la locomoción colectiva, generaron una debacle ecológica y un profundo debate público en torno a la contaminación ambiental de la capital, obligando a las autoridades a retomar distintas regulaciones. Para ello, se utilizará un enfoque de historia urbana ambiental, esto es, considerando al smog como un elemento de debate e intervención en la ciudad, lo cual será sostenido a partir de fuentes documentales oficiales y prensa de circulación masiva.

PONENCIA 02: La política de "Mano Única": reconfiguración del tráfico y el espacio urbano en Buenos Aires durante la década de 1960

AUTORA: Valeria Gruschetsky. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) – Instituto de Estudios sobre la Ciencia y la Tecnología de la Universidad Nacional de Quilmes (IESCT UNQ).
Instituto de Arquitectura y Urbanismo. Escuela de Habitat y Sostenibilidad de la Universidad Nacional de San Martín (EHyS UNSAM)

El 28 de enero de 1967, Buenos Aires implementó la política de "mano única" en tres de sus principales avenidas céntricas, transformándolas en vías de circulación unidireccional. Esta medida, que ya había sido aplicada parcialmente en zonas periféricas, incluyó el cambio de sentido en calles adyacentes, como respuesta a la creciente congestión vehicular derivada del auge automotor promovido desde el gobierno de Frondizi (1958-1962). Durante el período desarrollista, la producción local de automóviles se multiplicó, pasando de 33.000 unidades en 1959 a 200.000 en 1965, lo que facilitó el acceso al auto para la clase media. Hacia mediados de los años 60, más de un millón de vehículos circulaban por la ciudad, mientras el colectivo representaba el 80% del transporte público. Este trabajo analiza la implementación del sistema de "mano única" como una política de ordenamiento del tráfico y su impacto en la configuración del espacio urbano. Si bien tuvo antecedentes, como el cambio de mano en 1945, la novedad de esta medida radicó en su carácter local (limitado a la Capital Federal) y en su vinculación con la masificación del automóvil. Esta situación también abrió el debate sobre la necesidad de construir autopistas de penetración urbana, evidenciando el contraste entre el crecimiento del parque automotor y la infraestructura vial existente. Dado el alto costo de estas obras, surgió la discusión sobre su financiamiento, que culminó con la sanción de la Ley de Peaje en 1967 bajo el gobierno de facto de Onganía. Así, la política de mano única, la construcción de autopistas y la intro-

ducción del peaje se articulan como parte de una transformación integral del espacio urbano porteño, enmarcada en una nueva cultura del automóvil y abordada desde una perspectiva crítica de la historia urbana, del transporte y de las movilidades.

PONENCIA 03: El metro múltiple. Imaginación y fracaso en los proyectos para construir un Metro para Bogotá en el siglo XX

AUTORES: Óscar Iván Salazar Arenas. Universidad Nacional de Colombia, sede Bogotá

Esta ponencia analiza la manera como se desarrollaron y fracasaron algunos de los proyectos del metro de Bogotá en un momento en el que la ciudad estuvo más cerca de construirlo durante el siglo pasado. El periodo analizado cubre los años 1974 a 1983, cuando el tráfico y el transporte en la ciudad se encontraban en una situación dramática por problemas de infraestructura vial y grandes deficiencias por el sistema de transporte en buses bajo el modelo de la "guerra del centavo". Sustento la idea de que nunca se trató de un solo objeto, sino de una multiplicidad de metros o dimensiones entre las que había confluencias y discontinuidades. La interpretación propuesta resalta las conexiones parciales y también las diferencias entre el metro documental-imaginario, el metro político, el metro ingenieril, el metro urbanístico-arquitectónico y el metro económico. La indagación apela a una extensa revisión documental y de prensa, fundamentada en la teoría de las ontologías múltiples, el análisis de los imaginarios y la comprensión de la infraestructura como un proceso. Este análisis apunta a dos conclusiones principales. Primero, a pesar del fracaso de los proyectos, desde ese entonces el metro imaginario de Bogotá se constituyó en un asunto de interés público nacional con efectos no sólo en la política de transporte de la capital, sino también en las demás ciudades. Y segundo, los debates y controversias de ese periodo fueron decisivos para el desarrollo posterior de obras de infraestructura y sistemas de transporte posteriores como el experimento de la Troncal de la Caracas, Transmilenio y los nuevos proyectos de metro del siglo XXI. Esto último confirma la multiplicidad del proceso del objeto "Metro", al desembocar (temporalmente) en infraestructuras distintas a las inicialmente deseadas.

PONENCIA 04: O ônibus e o automóvel na constituição do território do ônibus em São Paulo (1927-1979)

AUTORES: Alessandro M. Muzi. Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea (PC3), FAU-USP, São Paulo,Brasil

Propõe-se nesta comunicação a discussão da relação entre urbanização e a constituição da rede de ônibus na cidade de São Paulo, processo que se inicia na década de 1920, toma força nos anos 1950 e se esgota na década de 1970. O texto discute as relações entre a mobilidade viabilizada pelo automóvel e ônibus e uma matriz de expansão urbana pautada pela expansão horizontal pouco densa, infraestrutura precária e autoconstrução (MEYER; GROSTEIN; BIDERMAN, 2013, p. 34–48). Tal matriz tem sua origem nas décadas de 1920 e 1930 e relaciona-se à constituição de uma rede de ônibus sob uma regulação estatal permissiva à ação individual dos empreendedores privados (ITACARAMBI, 1985; SAMPAIO, 1994). Isso permite flexibilidade suficiente para dar conta de suprir precariamente as demandas de transporte que a urbanização acelerada exige, criando, neste processo, uma rede cuja infraestrutura é essencialmente o sistema viário criado para o automóvel implantado pelo Estado. A

constituição de uma cidade desigual, pautada, por um lado na implantação de infraestrutura viária nas áreas mais privilegiadas e na precariedade do transporte nas áreas periféricas – o território do ônibus (MUZI, 2022) – encontra seu limite na década de 1970. Neste momento, no qual há importante avanço nos debates e estudos empíricos sobre a periferia da cidade brasileira (RUFINO, 2016), surgem reações sociais e técnicas a esse arranjo. Se por um lado se inicia um processo de estruturação institucional do planejamento de transporte metropolitano, por outro, percebe-se a emergência de um consenso social quanto ao direito ao transporte (VELOSO, 2017), mais recentemente visto como direito à mobilidade. A comunicação apresentada é versão revista de parte do capítulo "A constituição do sistema de ônibus" da tese de doutorado "O ônibus fazendo cidade. Mobilidade e urbanização na constituição do sistema de ônibus metropolitano de São Paulo. "(MUZI, 2022).

PONENCIA 05: Infraestructura y movilidad. Experiencias tempranas de intermodalidad en el transporte público de Santiago de Chile, el caso de Metrobús, 1977-1992

AUTOR: Waldo Vila Muga. Escuela de Historia, Universidad Diego Portales, Chile

La ponencia analiza la integración entre ferrocarril subterráneo (Metro) y autobuses particulares en Santiago de Chile durante la dictadura cívico militar (1973-1990) y los primeros años del retorno a la democracia. Con dos líneas operativas durante este periodo, el Metro no cubría la extensión ni las necesidades de movilidad de la ciudad, que utilizaba mayoritariamente el transporte de superficie, el cual ofrecía mayor cobertura con menores costos tarifarios comparados con el subterráneo. Externalidades como la congestión y contaminación junto con la subutilización de la infraestructura del Metro, impulsaron la creación de redes intermodales materializadas en recorridos de conexión entre ambos medios, avanzando hacia la integración tarifaria, antecedente directo para el rediseño de las políticas al transporte colectivo aplicadas posteriormente. Observando esta experiencia de planificación, la presentación texto ahonda en la ordenación de la actividad en un contexto de liberalización económica y políticas desregulatorias junto a sus impactos urbanos en la construcción de un espacio metropolitano.

PONENCIA 06: El Estado "manos a la obra". La planificación, construcción e implementación del Metro de Santiago, 1953-1980

AUTOR: Marco González Martínez. Facultad de Artes, Universidad Academia de Humanismo Cristiano, Chile.

La ponencia aborda la historia de la planificación, construcción e implementación del Metro de Santiago entre 1953 y 1980, examinando el papel que el Estado chileno tuvo enel diseño y materialización de su infraestructura urbana. A través del estudio de documentación oficial y de los debates profesionales del urbanismo y la planificación urbana, se busca comprender cómo el transporte masivo santiaguino se relacionó con los desafíos planteados por los organismos estatales encargados del desarrollo económico y del espacio urbano del país. Este análisis se inscribe en un contexto latinoamericano de transformaciones urbanas impulsadas por políticas estatales de modernización y desarrollo durante la segunda mitad del siglo XX (Almandoz, 2018; Gorelik, 2022; Almandoz e Ibarra, 2024), momento en el cual las infraestructuras se posicionaron en un elemento de gran importancia a la hora de con-

struir el aparato del Estado y sus burocracias técnicas (Ballent, et. al, 2023). De ahí que los primeros estudios realizados por organismos ministeriales en la década de 1950 hasta la construcción del trazado fundacional del Metro de Santiago en 1980 permitieron que sus obras se convirtieran en un "símbolo" e "ícono" del Estado desarrollista (Chastain, 2024). Esto último, a pesar de los cambios políticos e institucionales experimentados durante la dictadura militar encabezada por Augusto Pinochet (Garate,2022). A partir del análisis histórico de la acción política y técnica de instituciones clave, como la Subsecretaría de Transportes (1953), el Ministerio de Obras Públicas y Transportes (1967) y la Dirección General de Metro (1974), entre otras, la ponencia busca comprender los motivos que llevaron a que el Estado se pusiera "manos a la obra" para enfrentar el "problema de la movilización colectiva" (Casillo, et. al, 2017). Asimismo, pretende esclarecer cuál fue el rol que tanto urbanistas como planificadores urbanos jugaron en la historia del Metro de Santiago.

PONENCIA 07: O papel das ferrovias na estruturação do territorio paulista: o caso da Companhia Paulista (1898-1961)

AUTORES: Cristina de Campos. Universidade São Judas Tadeu local de trabalho, Brasil
Luciana Massami Inoue, Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

As ferrovias tiveram grande importância na estruturação do território do estado de São Paulo. A implantação das ferrovias foi entendida dentro de dois momentos: o primeiro, no qual seguiram as fazendas produtoras de café, e outro momento, em que se anteciparam as plantações com a penetração em extensas áreas de floresta. Neste segundo momento, as companhias ferroviárias adentraram ao chamado sertão oeste, anteriormente ocupadas por florestas e povos originários. Esta marcha para o oeste era de interesse para garantir as zonas de exploração e tributação dos fretes, bem como lançar-se no mercado de comercialização de terras urbanas e rurais. A partir do estudo da primeira empresa ferroviária, constituída com capital nacional, a Companhia Paulista, esta comunicação centrar-se-á na constituição da linha tronco oeste da empresa. Embora trate do estudo da Companhia Paulista, acredita-se que o processo de ocupação do interior oeste paulista foi semelhante nas principais companhias ferroviárias e que juntas contribuíram para o desenho e urbanização do território. As ferrovias foram importantes não apenas na integração entre o litoral e o interior, contribuíram para a formação de cidades novas e consolidação de núcleos urbanos paulistas existentes, com estruturação de uma política de terras e infraestrutura urbanas, como por exemplo, eletricidade, comunicação e a interiorização de valores urbanos.

PONENCIA 08: O pensamento urbanístico na perpetuação do modelo produtivo e espacial vigente: as disputas entre Anhaia Mello e Prestes Maia sobre a necessidade do metrô em São Paulo

AUTORES: Victor Marques Caldeira. Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade de São Paulo, Brasil,

Nas sociedades capitalistas, a infraestrutura é um elemento que caracteriza o espaço urbano. Sua oferta guarda relação direta com a sociedade que a produz, podendo ser observada pelo modo no qual se organiza para a produção. Historicamente, o modo de produção capitalista apresenta estágios de

desenvolvimento, tornando a oferta de infraestrutura específica de cada sociedade, em certo período. A brasileira apresenta características marcadamente próprias, que a distingue do tradicional desenvolvimento nas sociedades burguesas. Em terras brasileiras, impera uma acumulação entravada, na qual parte dos excedentes produzidos são expatriados, criando um entrave para o livre processo de acumulação. Dessa forma, perpetua-se uma sociedade de elite superprivilegiada que remonta ao formato de sua colonização. A organização produtiva nacional e, por conseguinte, a oferta de infraestrutura e seu espaço urbano diferem significativamente das sociedades nas quais a revolução burguesa foi completa: infraestrutura precária, elevado grau de diferenciação espacial, desigualdade social etc. Nesse contexto, este artigo analisa o caso do desenvolvimento precário de uma infraestrutura fundamental para a mobilidade das grandes aglomerações urbanas modernas: o metrô. Especificamente na maior aglomeração urbana da América do Sul: a de São Paulo (SP). Enfoca o período de meados da década de 1920 a meados da década de 1960, desvelando os pseudodebates técnicos a favor e contra o Metrô em SP, materializados pelo embate entre o pensamento dos urbanistas Prestes Maia e Anhaia Mello, que, diante da iminente estruturação da metrópole para comportar o mercado automobilístico nascente, bem como garantir a estrutura nacional exportadora, protelaram o início da implantação dessa infraestrutura crítica por, aproximadamente, meio século e cujo impacto de sua precariedade espacial é sentido até os dias atuais. Tal proceso caracteriza uma faceta do entravamento brasileiro, uma vez que garante as condições adequadas a tomada de decisões favoráveis a perpetuação da condição nacional.

PONENCIA 09: O METROPLAN: ressonâncias do planejamento governamental para integração territorial de uma aglomeração urbana na década de 1990

AUTORES: Mateus Raniero Zampar.. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, Brasil
Fabíola Castelo de Souza Cordovil. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Entre as décadas de 1940 e 1960, o Norte do Paraná consolida-se a partir de um eixo rodoferroviário, formado por uma rede urbana estruturada de novas cidades. As décadas de 1970 e 1980 marcaram a consolidação do Sistema de Planejamento Estadual e da industrialização. Apesar do Paraná apresentar ações de desenvolvimento regional, planos regionais e planos diretores, nas décadas citadas, buscando desenvolver o território estadual, essa temática ainda é pouco explorada por autores que estudam o estado. Portanto, dentre os esforços governamentais estão planos voltados a industrialização do estado e o Plano Diretor do Eixo Londrina-Maringá (PDELM). O PDELM se insere em um momento de implantação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND e II PND) pelo Governo Federal, durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985). Este trabalho visa analisar o PDELM, buscando compreender a relação do Escritório Metronor e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), um ente regional e outro federal, responsáveis pelo planejamento em diferentes níveis de governo. Para isso, a abordagem metodológica organiza-se em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. O PDELM propõe a criação de um ente metropolitano, a Metrópole Linear Norte do Paraná – Metronor, e um escritório regional, o Escritório Metronor – responsável por elaborar estudos e proposta para o Eixo a partir de 1981. Assim, a composição do Escritório Metronor, em termos de prática profissional, relaciona-se a do SERFHAU, pois teve equipe multidisciplinar, além de ambos visarem o planejamento urbano e regional e prestarem serviços de assistência técnica. Por fim, o

PDELM, a criação da Metronor, as ações do Escritório Metronor e do SERFHAU, juntamente com as diretrizes e ações federais, na década de 1970/80, contribuem para ampliar o conhecimento da historiografia do planejamento urbano e regional do Paraná a partir da proposta de um ente metropolitano e seu plano diretor.

PONENCIA 10: "El Ferrocarril Trasandino del Sur: actores, proyecciones y representaciones de un corredor bioceánico a partir del Tratado de Unión Económica Argentino-Chile en la década de 1950"

AUTORA: Elisabet Prudant. Profesora Departamento de Historia, Universidad de Concepción, Chile.

Esta ponencia examina la importancia socio-técnica y económica del proyecto de ampliación del Ferrocarril Trasandino Sur, establecido por el Tratado de Unión Económica Argentino-Chile en 1953, durante la visita del presidente argentino Juan Domingo Perón a Chile. Este ferrocarril tenía como objetivo unir las regiones de Bahía Blanca y Talcahuano, que enfrentaban el centralismo y buscaban modernización. Se promovía la idea de un corredor bioceánico que facilitaría la integración y el progreso de las ciudades puertos en el sur, revitalizando economías locales a través de recursos financieros, un mercado común y la movilización de industrias productivas en ambos países, contribuyendo al ideal panamericano. Los objetivos de la propuesta incluyen el análisis de los actores e intereses detrás de la revitalización de este proyecto, que ha sido postergado varias veces, así como la evaluación de las proyecciones de desarrollo urbano para Bahía Blanca y Talcahuano. Se buscará también la recepción y las expectativas generadas por esta red de circulación de mercancías y saberes, destacando la figura de Perón como su principal promotor en Chile, quien defendió el proyecto ante las masas. La construcción de una identidad sur, impulsada por esta red de movilidad, es un aspecto crucial a considerar. Finalmente, la ponencia pretende ofrecer conclusiones sobre las repercusiones del fracaso del proyecto y sus posibles derivas futuras. La metodología incluirá el análisis de documentos de prensa, cartas, documentos administrativos y fotografías históricas para enriquecer la investigación.

PONENCIA 11: Infraestructuras del abasto y modernización urbana en la Ciudad de México (siglo XIX)

AUTORES: Blanca Azalia Rosas Barrera. Secretaría de Ciencia, Humanidades, Tecnología e Innovación-Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, México

El abasto de la Ciudad de México en el siglo XIX fue más que una cuestión económica; fue un sistema complejo que vinculó la capital con su entorno a través de diversas infraestructuras de transporte, distribución y fiscalización. Este estudio analiza el papel de las vías de comunicación, mercados, garitas y canales en el sistema de abasto urbano, así como su relación con los proyectos de modernización de la época. A partir del examen de mapas históricos y documentos administrativos, se revela cómo la planificación urbana impulsó una transformación en el comercio, favoreciendo la centralización y el control estatal. Desde finales del siglo XVIII, las reformas borbónicas establecieron puntos de control aduanero mediante garitas, aunque su implementación fue inconsistente debido a la necesidad de un comercio alimentario flexible. Con el nacimiento del Estado-nación en el siglo XIX, la regulación del abasto se alineó con proyectos higienistas y de ordenamiento urbano, buscando sustituir el comercio

en las plazas por mercados cubiertos, siguiendo modelos europeos. Un hito en esta transformación fue la construcción del mercado del Volador en 1843, que se consolidó con la descentralización de mercados en diferentes barrios y la modernización de su infraestructura durante el gobierno de Porfirio Díaz (1876-1911). A pesar de las reformas, el comercio informal y las tradiciones de distribución continuaron, generando tensiones entre regulaciones estatales y prácticas diarias. La introducción de tranvías eléctricos y ferrocarriles modificó las dinámicas de movilidad y transporte de mercancías, acortando tiempos de traslado e integrando la región. No obstante, los canales permanecieron cruciales para el abastecimiento de productos frescos hasta principios del siglo XX. Este estudio propone analizar la modernización urbana no solo a través de las infraestructuras del Estado, sino también considerando su reconfiguración por comerciantes y consumidores, destacando la desigualdad en la transformación del abasto.

PONENCIA 12: Los desvíos ferroviarios y el abastecimiento logístico de una ciudad. El caso de las ferias agropecuarias de Santiago de Chile, 1900-1945

AUTORES: Carlos Sottorff-Neculhueque. Universidad de Santiago de Chile

El trabajo presentado tiene por objetivo identificar y comprender el rol que tuvo el ferrocarril en el abastecimiento de bienes al interior del espacio urbano. Santiago fue una ciudad que, desde finales del siglo XIX, tuvo un considerable aumento de su población y de su propia superficie, lo que desembocó en la ampliación de su mercado interno. Para cumplir con aquella labor, hubo empresas que ejecutaron ingentes inversiones no solo en sus establecimientos, sino que también puertas afuera al instalar desvíos ferroviarios. Producto de las coyunturas sociales y económicas, la esfera privada se vio compelida a modificar sus sistemas productivos y logísticos. Aprovechando la cercanía a las vías, la materialización de estos ramales solo cumplió la tarea de proveer de materias e insumos a sus recintos. El número y tipo fue diverso, pero hubo una actividad que se vio favorecida: las ferias agropecuarias. A través de sus desvíos movieron grandes cantidades de productos y animales para la venta, el remate o acopio en sus bodegas. La presencia y disposición de vías puso a estos establecimientos en el centro de las cadenas de logística urbana. Sin embargo, estas breves líneas no estuvieron exentas de problemas en los espacios donde se desplegaron. A medida que la ciudad se expandió, la presencia de estas infraestructuras comenzó a ser vista como una verdadera limitante para el desarrollo de los vecindarios en donde se enclavaron. Los argumentos para rechazar su presencia fueron de variados, pero apuntando a su connotación negativa en el sector. Sin duda, las tensiones que generó la infraestructura ferroviaria a través de sus desvíos es una dimensión que viene a complementar los estudios que se están ejecutando acerca de la relación del binomio ferrocarril-ciudad.

E1_05_Infraestruturas hídricas, urbanização e interescalaridade: planejamento regional na América Latina do século XX

COORDENADORES:
Fernando Williams. CONICET / Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Ricardo Trevisan. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil

PALAVRAS-CHAVE: História do Planejamento Urbano e Regional; Território; Infraestruturas Hídricas; Cidades Novas; Desenvolvimentismo; Meio Ambiente

RESUMO: Ao longo do século XX, diversos Estados nacionais na América Latina impulsionaram processos de ocupação regional que atraíram o interesse e o envolvimento de setores privados. Seus objetivos eram reverter cenários econômicos estagnados, promover a integração territorial de regiões escassamente povoadas e desenvolvidas, estimular setores industriais e estabelecer condições para a inserção de ambos os países na lógica da economia capitalista global. Para isso, elaboraram-se e colocaram em prática planos, programas e projetos com a finalidade de estruturar e viabilizar políticas desenvolvimentistas. Infraestruturas das mais variadas (ferrovias, rodovias, hidrelétricas, portos, eclusas, polos de extração mineral, canais de irrigação etc.) tomaram o território com objetivo de equipá-lo e condicioná-lo às necessidades de logística, exploração, produção e ocupação. Assim, as paisagens, antes naturais, foram transformadas por obras e artefatos de grande envergadura. As áreas urbanizadas aumentaram com a chegada de grandes fluxos migratórios: as cidades existentes expandiram-se e fundaram-se novos núcleos urbanos. O território adquiriu novas feições, dentro de uma ideia de progresso, desenvolvimento e integração.

Em particular, as infraestruturas hídricas (barragens, usinas hidrelétricas, portos, eclusas, canais de irrigação, sistemas fluviais navegáveis etc.) compuseram uma posição de destaque dentro destas políticas desenvolvimentistas. Elaboraram-se programas e planos para importantes bacias hidrográficas, reconfigurando os atributos naturais de um rio e inserindo-o num sistema produtivo próprio (geração de energia elétrica, reservatório para abastecimento, canal de transporte etc.).

Interessa a este Simpósio problematizar e refletir sobre experiências de planejamento regional em países latino-americanos, que permitam um maior entendimento sobre as infraestruturas hídricas e de mudanças territoriais, sociais e da paisagem, que incluíram criação de novas cidades e alterações significativas dos modos de vida das populações. Busca-se compreender tais experiências na história a partir da relação entre suas diferentes escalas, entendendo-as não apenas como uma variação dimensional de enquadramentos territoriais, mas a partir das ações, de seus diferentes níveis de gestão e execução, de políticas, planos e projetos, e dos interesses de seus agentes.

Cientes do impacto socioambiental – muitas vezes perversos – que estas infraestruturas tiveram sobre os correspondentes sítios de implantação, surgem algumas questões que podem orientar os trabalhos deste simpósio: estes megaprojetos obtiveram os resultados esperados? Que outras experiências permitem reconhecer a historicização destas infraestruturas? Quais ressonâncias de tais infraestruturas sobre o território? Que aspectos físico-espaciais merecem atenção? Quais as particularidades dos centros urbanos gerados por estas obras? Estas são apenas questões preliminares que visam compreender melhor as experiências de planejamento urbano e regional baseadas em infraestruturas hídricas. O simpósio pretende levantar novas questões, bem como conhecer estudos de caso e partilhar contributos teóricos.

COMUNICAÇÃO 01: El control del agua en Argentina: de obra pública a objeto de la planificación regional, 1900-1960

AUTORES:
Anahi Ballent. Laboratorio de Espacio, tcnología y cultura, Universidad Nacional de Quilmes, Argentina
Fernando Williams. Universidad Nacional de La Plata / Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina

La ponencia se propone articular dos momentos de aproximación técnico-política a las infraestructuras de control del agua para riego y producción de energía, materializadas en represas. En efecto, nuestros trabajos anteriores nos han permitido identificar distintas formas de aproximación el tema a lo largo del siglo XX. La primera, promovida por la Dirección de Irrigación del Ministerio de Obras Públicas entre 1890 y 1940, a cargo de ingenieros en irrigación y la segunda, de los años 1950 en adelante encarada por distintos cuerpos de planificación. Se tratará de poner en relación y/o contrastar estos dos distintos momentos y las ideas que los sustentan, identificando actores técnico-políticos (individuales o colectivos), debates, instituciones promotoras, construcción de políticas públicas. La indagación tratará de identificar el cambio en el abordaje de las represas en relación con el territorio, la economía y la sociedad, a partir de la incorporación de referencias del campo internacional sobre planificación regional, como la TWA. Las fuentes serán publicaciones técnicas, prensa diaria, publicaciones estatales, memorias de eventos técnicos, obras de ingenieros, políticos o ensayistas, entre otras. Como hipótesis se adelanta que existen eventos particularmente relevantes en cuanto al cambio entre los dos momentos en la reunión del Congreso Nacional del Agua (Mendoza, 1940), que reunió expertos de distintas disciplinas procedencias, la constitución de los Congresos del PINOA (Instituto de Planificación Integral del Noroeste Argentino (Santiago del Estero, 1946-1950), que pusieron el agua en el centro de una propuesta de transformación regional y la constitución de la empresa del estado Agua y Energía Eléctrica (1947), de incumbencias mucho más amplias que su antecesora Dirección de Irrigación.

COMUNICAÇÃO 02: A experiência da CIBPU e da Hidronor no planejamento integrado de bacias hidrográficas: uma abordagem comparativa entre Brasil e Argentina

AUTORES: Fernando Williams. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas / Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Elisângela de Almeida Chiquito. Escola de Arquitetura/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Este trabalho tem como objetivo analisar a repercussão da ideia de planejamento integrado de bacias hidrográficas na América Latina focando em duas experiências de planejamento regional, a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, no Brasil, e da Hidronor, na Patagônia Argentina no período pós 2a guerra mundial. Buscamos em um primeiro momento aprofundar algumas especificidades teóricas do planejamento regional, como a ideia de desenvolvimento multipropósito de bacia hidrográfica, implementada com grande sucesso na experiência norte-americana da Tennessee Valley Authority nos anos 1930. Em um segundo momento buscamos discutir a transformação da experiência da TVA em modelo para o desenvolvimento capitalista do mundo subdesenvolvido no 2o pós-guerra e sua circulação na América Latina. Em um terceiro momento, discutiremos a mobilização desta ideia na experiência planejadora no Brasil e na Argentina a partir das duas instituições analisadas, CIBPU e HIDRONOR, analisando a implementação de grandes projetos de infraestruturas hídricas pelas duas instituições como forma de alavancar o processo de industrialização e da urbanização das regiões analisadas, assim como problematizamos os limites e as possibilidades da aplicação prática da ideia do desenvolvimento integrado de bacias hidrográficas nos contextos políticos específicos do subdesenvolvimento latino-americano e as aproximações e diferenças entre os dois países. Como parte desta problematização, focaremos no interesse que a paisagem e a implementação de projetos paisagísticos podem ter despertado como estratégia de integração de muitos dos aspectos derivados da polivalência das barragens, obras-chave dentro dos planos de desenvolvimento integrado das bacias. Estamos interessados em examinar se a inter-relação desses diferentes aspectos implícitos na visão da paisagem já antecipa um tipo de inter-relação que o conceito de ambiente trará consigo alguns anos mais tarde.

COMUNICAÇÃO 03: As Obras Contra as Secas, o planejamento regional no semiárido do Brasil e as interlocuções com a América Latina (1909-1945)

AUTORES: Marcus Vinicius Dantas de Queiroz. Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Nycole de Araújo Régis. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil

O artigo trata das ações da instituição federal Obras Contra as Secas (OCS) no semiárido do Brasil entre os anos de 1909 e 1945 nas escalas do território, da cidade e da arquitetura. Investiga o papel da agência enquanto órgão estatal de planejamento regional das terras secas brasileiras e suas interlocuções com instituições congêneres em países da América Latina. Objetiva compreender como a dotação de grandes infraestruturas hídricas e viárias em zonas áridas ou semiáridas delinearam os territórios nacionais, pretendendo modernizações nas esferas política, econômica e social. Observa que as agências do Brasil e de outros países latino-americanos atuavam em suas geografias a partir de mét-

odos similares e compartilhados, muitas vezes referenciados na experiência da instituição estadunidense Bureau of Reclamation. Dentre as ações planejadas e implementadas por esses órgãos, verifica: 1) o olhar para as bacias hidrográficas da região, 2) a construção articulada de redes de infraestruturas hídricas e viárias (ferrovias e rodovias), 3) a aposta nos grandes açudes públicos como vetores de desenvolvimento regional, 4) o planejamento e a construção de perímetros irrigados, colônias agrícolas e núcleos urbanos no entorno das barragens, 5) a construção de edifícios para suporte das atividades geradas a partir dos açudes, como habitações, escolas e equipamentos de saúde. Para tanto, o artigo se alicerça em ampla pesquisa documental e bibliográfica, com materiais coletados em acervos brasileiros, latino-americanos e estadunidenses, tais como: relatórios técnicos, boletins informativos, fotografias, projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia, discursos governamentais, legislações, livros, teses, dissertações. Conclui que, na primeira metade do século XX, o Brasil e outros países da América Latina intervieram em seus territórios áridos e semiáridos a partir de um modelo de difusão internacional, responsável pela definição de novas estruturas regionais, muito impulsionadas pela implementação de infraestruturas hídricas, com impactos na ocupação dos territórios e nos processos de urbanização.

COMUNICAÇÃO 04: Deslocamentos técnico e político na concepção da Usina Hidrelétrica de Três Marias

AUTORES: Janaina Matoso Santos. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo; Instituto Federal de Mato Grosso, Campus Várzea Grande, Brasil
Jeferson Cristiano Tavares. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil

A relação entre planejamento regional e a implantação de infraestruturas hidrelétricas no Brasil passou por uma significativa transformação entre as décadas de 1950 e 1970, transicionando de uma abordagem territorial para uma abordagem predominantemente setorial. A criação de instituições como a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), inspiradas na experiência estadunidense da Tennessee Valley Authority (TVA), marcou o início de um modelo de planejamento regional por bacias hidrográficas no país. Essas instituições desempenharam papel central no desenvolvimento de grandes barragens articuladas a planos regionais (e até metropolitanos) que buscavam integrar aspectos econômicos e sociais. Predominaram os conhecimentos técnicos e a figura do engenheiro vinculado às decisões políticas, com ações legitimadas por base científica, como o uso múltiplo das águas articulado ao desenvolvimento regional. No entanto, a partir dos anos 1960, essa lógica foi modificada e prevaleceu uma abordagem setorial que separou, por exemplo, obras hidráulicas do desenvolvimento territorial. Essa nova direção evidenciou a articulação entre as elites política e industrial e implicou no deslocamento do planejamento de grandes infraestruturas hidrelétricas em relação ao planejamento regional, priorizando o setor energético. Esse movimento acentuou-se nas décadas seguintes e, hoje, é hegemônico no planejamento de infraestruturas regionais. Partindo dessa verificação, o objetivo dessa proposta é investigar o planejamento regional no Brasil, à luz dessa relação entre técnica e política que ocorreu entre 1950 e 1970 no campo das infraestruturas hidrelétricas. O objeto de análise é a Usina Hidrelétrica de Três Marias, que será investigado por meio de pesquisa histórica. O marco conceitual é o de planejamento por ba-

cias hidrográficas e o que se permite afirmar, inicialmente, é que houve uma alteração na relação escalar entre técnica e política rompendo um padrão no qual o território deixou de ser elemento estratégico do desenvolvimento nacional.

COMUNICAÇÃO 05: Política Energética e Modernização no Paraná: O Plano Hidroelétrico no Governo Moysés Lupion

AUTORES: Nadyeska Bruna Copat da Silva. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Brasil
Leonardo Cassimiro Barbosa. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Brasil

O artigo aborda o contexto histórico e a política energética no Paraná elaborado durante o governo de Moysés Lupion, com foco no Plano Hidroelétrico Paranaense. O tema central é a análise do processo de modernização e desenvolvimento energético do estado, particularmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil e o Paraná buscavam superar desafios de infraestrutura e crescimento populacional. O objetivo principal é compreender como o governo estadual, alinhado às diretrizes federais, estruturou um modelo de gestão hidroenergética que integrava modernização e desenvolvimento econômico. A metodologia adotada foi histórica e documental, com a análise de fontes primárias, como as mensagens de governo e relatórios estaduais, além de fontes secundárias. A pesquisa examina as estratégias políticas e institucionais envolvidas na implementação do plano, focando na centralização da gestão energética e na criação do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), além de discutir os impactos dessas ações no setor elétrico e na infraestrutura do Paraná. Como principais conclusões, o artigo destaca a importância da intervenção estatal na organização do setor energético, a criação de um planejamento coordenado e a superação da fragmentação do sistema energético no Paraná. O governo de Lupion propôs a integração das várias iniciativas regionais, estabelecendo um plano hidroelétrico com ênfase na utilização dos recursos hídricos e na expansão da capacidade geradora de energia elétrica, alinhado com o Plano Nacional de Eletrificação.

COMUNICAÇÃO 06: Infraestructuras hídricas, interescalaridad y evolución de la planificación territorial: Una perspectiva del siglo XX en Antioquia, Colombia

AUTORES: Diana Catalina Álvarez Muñoz. Facultad de Arquitectura, Universidad Pontificia Bolivariana, Colombia
Cristian David Giraldo Montoya. Facultad de Arquitectura, Universidad Pontificia Bolivariana, Colombia
Juan José Cuervo Calle. Facultad de Arquitectura, Universidad Pontificia Bolivariana, Colombia
David Vélez Santa María. Facultad de Arquitectura, Universidad Pontificia Bolivariana, Colombia

Colombia, con su abundante riqueza hídrica y megadiversidad, ha asociado, usualmente, su desarrollo territorial a los cuerpos de agua, particularmente en Antioquia. Desde finales del siglo XIX, infraestructuras como el Puente de Occidente y el muelle de Puerto Colombia marcaron el inicio de un siglo de auge en obras civiles en el país. El túnel de La Quiebra, dentro del gran proyecto de Ferrocarril de Antioquia (1929), abrió la posibilidad de que el ideal de progreso, vinculado a la modernización y

los ejes de conexión regional pasaran por Medellín, a pesar de su condición de sitio, lejos de los ríos navegables y del mar. Una interpretación local de la complejidad geográfica antioqueña dio origen a la empresa de generación hidroeléctrica más grande de Colombia, cuyas obras integraron el movimiento moderno en la arquitectura a infraestructuras ingenieriles complejas. Mientras el crecimiento energético derivado catalizó la economía regional, evidenciado por el aumento significativo en la producción industrial entre 1930 y 1940. La localización de estas infraestructuras en territorios rurales del departamento transformó la organización territorial e impulsó una planificación supramunicipal temprana, con iniciativas como la Oficina de Planeación Metropolitana (1960), entre otros ejercicios de proyección subregionales, menos estudiados. En la escala de la obra pública, la arquitectura desempeñó un papel crucial, fusionando técnicas locales con el estilo moderno internacional. No obstante, este modelo de desarrollo ha generado impactos ambientales significativos, incluyendo la disminución de ríos libres; desequilibrios en la red urbana regional y el abandono de otros frentes de actividad productiva. Esta ponencia busca analizar críticamente cuáles han sido las consecuencias de este fenómeno, estructural en el desarrollo de Antioquia en el siglo XX, mediante un diálogo interescalar entre geografía, hidrografía, arquitectura e ingeniería; cuyo epicentro han sido las centrales hidroeléctricas, las casas de máquinas y sus áreas de influencia.

COMUNICAÇÃO 07: El rio Mendoza protagonista en un proceso de conformación territorial. Aspectos físico-espaciales de las urbanizaciones generadas

AUTORES: Ana María Villalobos. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina

En el devenir histórico de los siglos XIX y XX Mendoza constituyó un destino apetecible para las inversiones extranjeras, interés que permitió implementar estrategias logísticas de equipamiento, explotación y ocupación del territorio sustentado por el desarrollo de una economía capitalista. Así la cordillera y precordillera mendocina, irrigada por el tramo superior y medio del río Mendoza, se convirtió en un espacio que albergó asentamientos productivos respaldados por la presencia de centrales hidroeléctricas que aprovecharon la estructura hídrica natural para consolidar un eje que generó el Oasis Norte mendocino. El desarrollo del ferrocarril y las infraestructuras viales provocaron transformaciones territoriales, sociales y paisajísticas de envergadura. Se creó un Paisaje Cultural cordillerano que acunó cambios morfológicos permanentes que resultaron en la conformación y arraigo de un corredor transversal que vincula Argentina con Chile. Sobre este escenario organizado por el discurrir natural del río aparecen pueblos cordilleranos, asentamientos estratégicos de frontera y urbanidades industriales de variabilidad escalar que aportaron significativamente a la planificación regional del norte provincial. La metodología de análisis adoptada se inscribe en el marco de la Investigación Cualitativa, Trabajos de campo (Villalobos, 2022) y Diagnósticos de Área (Sobrino Simal, 2014) que como enfoque teórico- metodológico, aporta una integral visión de los escenarios de la producción a escala territorial, por lo que describe realizaciones, gestión y prácticas que caracterizan tramos geográficos como sujetos patrimoniales al definirlos como espacios de una identidad determinada. El trabajo propone avanzar en una lectura concatenada de sucesos ocurridos en el territorio mendocino que permita reflexionar sobre lo que fue la experiencia de conformación territorial y urbana, estructurada

físicamente por el rio Mendoza y el protagonismo que asumieron las centrales hidroeléctricas que lo hicieron posible al revelar un Paisaje Productivo que generado en el marco de la historia opera hasta la actualidad.

COMUNICAÇÃO 08: Planejamento interescalar e a infraestrutura de energia elétrica no Estado de São Paulo (1901-1934)

AUTORES: Roberto José D'Alessandro. Salto, Centro Universitário N. Sra.do Patrocínio, Brasil
Sidney Piochi Bernardini. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

No início do século XX houve uma expansão da infraestrutura de energia elétrica no estado de São Paulo. Enquanto a canadense Tramway, Light and Power Company Ltd. atuava na capital paulista e no litoral do estado, várias empresas menores, de capital nacional, disputavam o interior para explorarem este ramo promissor. O objetivo desta comunicação é demonstrar e discutir como os três níveis federativos atuaram no planejamento e na (in)definição de um marco regulatório que permitiu às companhias de energia elétrica instalarem e operarem esta infraestrutura nas pequenas cidades do interior paulista. O trabalho abordará especificamente a região centro-oeste, no eixo da ferrovia Noroeste do Brasil, entre Botucatu e Araçatuba. Neste momento, as pequenas cidades da região de Botucatu estavam na franja do estado, consideradas bocas do sertão. A ocupação e o desenvolvimento desta região estavam na pauta das políticas territoriais de níveis federal e estadual através da atuação da Companhia Ferroviária Noroeste do Brasil e da Comissão Geográfica Geológica do Estado de São Paulo. Os relatórios de ambas sinalizam para uma sinergia no que se refere ao levantamento dos corpos hídricos com vistas ao seu aproveitamento para a energia elétrica. A instalação da ferrovia Noroeste do Brasil ligaria a malha ferroviária paulista já implantada ao estado de Mato Grosso do Sul, na intenção de promover a criação de novas localidades ao longo do seu eixo. Estas novas cidades já seriam criadas com a energia elétrica instalada, um indicador de modernidade. Mas, ao mesmo tempo que ambas as esferas governamentais postulavam este desenvolvimento, deixaram de regular a exploração dos recursos hídricos, ficando sob responsabilidade das municipalidades através dos editais de contratação. Esta regulação, em nível federal, só se efetivou em 1934, com a instituição do Código de Águas, quando grande parte do estado de São Paulo já estava eletrificado.

COMUNICAÇÃO 09: Rio Tietê como paisagem de produção: políticas, planos e projetos

AUTORES: Karina Cristina Chiari. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Brasil
Norma Regina Truppel Constantino. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Brasil

A construção de hidrelétricas no rio Tietê provocou transformações profundas na paisagem e na dinâmica social das regiões impactadas. Esse processo resultou na criação de novas cidades, no deslocamento de populações e em mudanças significativas nos modos de vida. O rio foi progressivamente inserido em um sistema produtivo que priorizou funções econômicas, como a geração de energia elétrica, inserção de portos bem como o transporte através de sua hidrovia. Essas intervenções reconfiguraram os atributos naturais do rio, promovendo alterações irreversíveis em sua paisagem e em seu

papel ecológico, social e cultural. Neste contexto, a bacia hidrográfica Tietê-Jacaré surge como objeto de estudo por seu caráter representativo das interações entre as dimensões natural, social e econômica. A análise das transformações sofridas nessa bacia com a construção de três hidrelétricas (Barra Bonita; Bariri e Ibitinga) permitem compreender como a intervenção humana e o planejamento territorial moldaram um ambiente que antes era essencialmente natural, transformando-o em um sistema produtivo integrado a lógicas econômicas. Essa análise revela o impacto direto dessas intervenções na paisagem e na vida da população que ali habitava. Verificando as legislações vigentes na época, nota-se que as normas permitiram a implantação de obras com consequências irreversíveis para o meio ambiente, priorizando interesses econômicos e estratégicos em detrimento da sustentabilidade e da proteção dos ecossistemas e comunidades. Esse cenário evidencia a necessidade de refletir sobre as formas de planejamento da produção que ocorreram no século XX, principalmente a partir dos anos 1950, durante o chamado "milagre econômico" no Brasil, onde a construção de hidrelétricas foi incentivada para atender à crescente demanda energética e impulsionar a industrialização. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é apresentar as transformações ocorridas na paisagem após a implantação de hidrelétricas no rio Tietê, no recorte territorial-temporal da bacia hidrográfica Tietê-Jacaré nas décadas de 60 e 70.

COMUNICAÇÃO 10: "Oásis nos sertões áridos e desertos esparsos": a construção dos açudes Cedro e Orós e suas implicações territoriais e urbanas (Ceará-Brasil, 1888-1961)

AUTORES: Luiz Antônio Ferreira Soares. Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros. Professor Doutor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

A busca por articulação urbana, aliada às novas tecnologias advindas do processo inicial de industrialização, permitiu aos países periféricos do capitalismo mundial uma nova dinâmica de planejamento territorial a partir de fins do século XIX. Os ritmos da modernização brasileira, nessa perspectiva, variaram dependendo da região e da escala de atuação técnica. No Nordeste, o cenário de constantes secas dava primazia à realização das grandes obras hídricas, fator elementar na sobrevivência e desenvolvimento da civilização sertaneja e basilar na modernização do espaço urbano dos sertões. No estado do Ceará, esses projetos foram capitaneados por diferentes agentes urbanos. Em escala nacional, instituições como a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), atual DNOCS, participaram, no início do XX, do agenciamento técnico das infraestruturas, capitaneando-as como projeto de desenvolvimento nacional. No âmbito estadual, os representantes políticos participaram em conjunto com a burguesia local, pleiteando recursos e terras para a instalação das grandes obras de barragens e açudes. Os principais reservatórios foram inaugurados ainda na primeira década do século XX, sendo o primeiro o açude do Cedro (1906). O máximo expoente de represamento das águas no Ceará se deu, posteriormente, na compleição do açude de Orós (1961), obra de características monumentais. Pontua-se a atuação da firma Dwight P. Robinson & Company que, além do âmbito do Nordeste brasileiro, esteve presente também em outros países da América Latina. Nesse sentido, este estudo objetiva realizar um

panorama histórico dos principais projetos hídricos de grande envergadura edificados no sertão cearense, suas interfaces entre diferentes processos, escalas e agentes no século XX, percebendo rupturas e continuidades na relação entre as estruturas e o urbano.

COMUNICAÇÃO 11: Utopia e ideologia das Cidades Novas de usinas hidrelétricas: uma mirada sobre Ilha Solteira/SP

AUTORES: Inayara Santos Sampaio. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil
Eulalia P. Negrelos. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil

A construção de Cidades Novas no Brasil do período 1930-1985, da Era Vargas até finais da ditadura militar, materializa os ideais utópicos da "cidade ideal" construídos no Renascimento. Por sua vez, esses ideais, como fruto do conceito de utopia originado no século XVI com o romance homônimo de Thomas Morus, refletem uma crítica à realidade presente e propõem um modelo, a ser buscado pela sociedade, que torna a "cidade ideal" referência para o planejamento urbano ao longo da história. A partir do entendimento da construção de Cidades Novas como uma utopia, investigamos a relação entre infraestrutura hídrica e elétrica, planejamento regional e desenvolvimento urbano moldando a conformação do território brasileiro, ao articular a ideologia desenvolvimentista às estratégias de ocupação territorial promovidas pelo Estado, a partir de pesquisa histórica sobre o plano e implantação de Ilha Solteira/SP. Propomos debater as relações entre planejamento regional, infraestrutura e desenvolvimento urbano na América do Sul, através de instituições como a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), de 1951, com propostas de Lebret entre 1952 e 1954, vislumbrando uma integração de exploração econômico-territorial baseada em recursos hídricos. Criada no âmbito da política estatal de eletrificação e planejamento urbano da ditadura militar, a cidade de Ilha Solteira resulta da intervenção de duas importantes instituições que desempenharam um papel fundamental na consolidação das políticas nacionais de desenvolvimento a partir da integração entre planejamento urbano e infraestrutura energética: a CIBPU e a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Busca-se compreender a experiência de Ilha Solteira no cenário dos projetos de infraestrutura hídrica da CIBPU e do planejamento regional integrado da CESP para o estado de São Paulo, analisando a relação entre diferentes escalas territoriais e os interesses dos agentes envolvidos, avaliando não apenas os impactos físico-espaciais dessas intervenções, mas também os processos históricos que possibilitaram sua concretização.

COMUNICAÇÃO 12: Un salto al desarrollo. La represa de Salto Grande, complejo de infraestructura hídrica, binacional y de usos múltiples

AUTORES: Paula Durán Chain. Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Universidad de la República, Uruguay

La segunda mitad del siglo XX se consolidó como una etapa de gran expectativa para los países latinoamericanos, período en el cual recibieron un fuerte impulso, nacional e internacional, con el fin de potenciar proyectos de marcada impronta desarrollista. En este contexto fueron de especial interés aquellos emprendimiento de matriz energética, fundamentalmente los que se basaban en infraestruc-

turas hídricas. Tal es el caso de la realización del Complejo Hidroeléctrico Salto Grande que surge, desde su aprobación en1946, como el primer proyecto binacional latinoamericano de aprovechamiento de los recursos del río Uruguay, concretándose su construcción en la década de los 70'. Dicho complejo se inserta en un encave próximo a las ciudades de Salto y Concordia a orillas de río Uruguay. La multiplicidad de usos con que fue previsto el enclave, con um marcado acento en el desarrollo económico, industrial y social de ambos países, significó la creación de un complejo que consta sectores que implicaron tanto infraestructura edilicia, viviendas y planificación paisajística. Los puntos de interés del presente trabajo se enfocan en comprender los procesos y resultados dentro de los cuáles se creó un sistema de planificación que incluyó una represa diseñada por el estudio de Mario Roberto Álvarez con su puente internacional, los edificios subsidiarios que fueron creación de un equipo uruguayo liderados por los arquitectos Arturo Villaamil, Jorge Tuset y Walter D'amado, los hoteles y espacios de ocio en fomento del turismo como es el caso del Hotel Ayuí del estudio SEPRA, así como la planificación paisajística en ambas orillas. Toman especial importancia los seis complejos habitacionales creados en ambas márgenes. La creación de viviendas para obreros fue pensada para luego ser volcada a los mercados locales, potenciando así las zonas de crecimiento dentro de los cascos urbanos consolidados.

COMUNICAÇÃO 13: Impactos e transformações urbanas e econômicas decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança - PI

AUTORES: Thiscianne Moraes Pessoa. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Elisângela de Almeida Chiquito. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Após 60 anos do início de sua construção, a Usina Hidrelétrica da Boa Esperança é a principal responsável pelo abastecimento de energia elétrica dos Estados do Piauí e do Maranhão, e proporcionou uma série de avanços econômicos e sociais, em ambos os estados. Apesar dos inúmeros benefícios, o seu processo de construção ocasionou impactos ambientais diretos em quatro municípios do Estado do Piauí: Guadalupe, Porto Alegre do Piauí, Antônio Almeida e Uruçuí; e três municípios do Estado do Maranhão: São João dos Patos, Nova Iorque e Benedito Leite. O reconhecimento desses impactos, fez com que a CHESF, atual administradora da usina, firmasse, em 2007, um acordo de cooperação com a Embrapa Meio Norte para capacitar as comunidades para o aumento da produtividade de culturas. Dos sete municípios listados, dois precisaram ser totalmente reconstruídos para abrigar a população desalojada devido as inundações ocasionadas no processo de construção da barragem da usina, os municípios de Guadalupe (PI) e Nova Iorque (MA). O novo tecido urbano de Nova Iorque (MA) se desenvolve de maneira ordenada, seguindo um plano inicial preciso, enquanto o tecido urbano de Guadalupe se desenvolveu de forma orgânica a margem de uma via principal. Isto posto, o objetivo desse artigo é analisar a relação da construção da usina e o processo de implantação das duas cidades novas de relocação e o desenvolvimento socioeconômico de ambas em perspectiva comparativa, relacionando as com as políticas de fomento desenvolvidas pelos dois estados, por meio da análise de

série histórica de imagens de satélite, cartografia e dados documentais. Os resultados da pesquisa têm demostrado que Nova Iorque (MA) apesar de sua origem como cidade planejada tem apresentado um menor desenvolvimento socioeconômico quando comparada a cidade de Guadalupe (PI).

COMUNICAÇÃO 14: As cidades novas e as novas cidades da UHE-Tucuruí

AUTORES: Jacqueline Romaro. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (PPGAU/UFPA), Brasil
Raul Ventura Neto. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (PPGAU/UFPA), Brasil

Na Amazônia, o termo Company Towns se refere a cidades planejadas para dar apoio aos grandes projetos de exploração dos recursos minerais, agrícolas e energéticos da região. Capitaneados tanto por grandes empresas estatais quanto por grandes empresas do capital privado, as cidades-empresa construídas na Amazônia ao longo do século XX contavam com um padrão de infraestrutura urbana e inserção territorial que as diferenciava do contexto urbano imediato em que eram inseridas, notadamente mais precário em termos de infraestrutura. Durante a construção Usina Hidroelétrica de Tucuruí (UHE-Tucuruí), entre 1975 e 1985, dois processos distintos de criação de Cidades Novas são estruturados. O primeiro, mais documentado e pesquisado, diz respeito às Vilas Permanente I e II e Vila Temporária da cidade de Tucuruí, Company Towns construídas para dar suporte aos trabalhadores responsáveis pela construção e operação da usina e suas famílias. Contavam com amenidades urbanas (clubes, hospitais, escolas, além de infraestrutura de água e esgoto) que a diferenciavam da cidade de Tucuruí, originalmente uma cidade ribeirinha e vinculada à dinâmica de exploração do látex e da castanha, na região do Baixo Tocantins, Pará. O segundo processo diz respeito à criação das Cidades Novas a partir do reassentamento de populações inteiras, antigos habitantes de vilas ribeirinhas inundadas pelo lago da UHE-Tucuruí. Esse processo de reassentamento produziu as Cidades Novas de: Nova Ipixuna, Nova Jacundá, Novo Repartimento e Breu Branco. Em comparação com as Vilas construídas para os funcionários da Eletronorte em Tucuruí, as cidades que brotam do reassentamento de populações ribeirinhas são polos diametralmente opostos, em termos de padrão urbanístico e qualidade ambiental. Neste artigo busca-se recuperar os registros do projeto urbanístico previsto essas cidades, além de caracterizar as contradições presentes com a evolução desses espaços urbanos conforme avançam as dinâmicas de urbanização nessa região da Amazônia, durante os anos 1990 e 2000.

COMUNICAÇÃO 15: Infraestruturas hídricas no Ceará em três tempos: a construção de grandes açudes e a urbanização nos municípios de Quixadá, Orós e Nova Jaguaribara

AUTORES: João Marcello Torquato Lima da Silva. Mestrando Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Ricardo Alexandre Paiva. Professor Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará, Brasil

A prática da açudagem é conhecida no Ceará desde final do século XVIII, porém apenas consolidou-se como política de Estado cem anos mais tarde com a construção do açude do Cedro (1889-1906), em resposta ao quadro de estiagem alarmante daquele período. Ao longo do século XX, uma série de outros açudes foram edificados no estado e inauguraram novos paradigmas de planejamento do território, dentre eles o Orós (1919-1961) e o Castanhão (1995-2001). O presente artigo pretende analisar em perspectiva histórica a açudagem em três momentos distintos, considerando sua relação com a urbanização nos municípios de Quixadá, Orós e Nova Jaguaribara, respectivamente. O trabalho investiga como essas infraestruturas hídricas influenciaram no processo de urbanização dessas localidades, a partir de três variáveis: (i) contexto político e agentes envolvidos no processo, (ii) transformações na rede urbana do Ceará e no espaço urbano diretamente advindas dessas obras, e (iii) aspectos demográficos comparativos entre antes e depois das intervenções. Os pressupostos teóricos baseiam-se nas relações dialéticas entre o espaço as práticas sociais (econômicas, políticas e cultural-ideológicas), sendo o desenho metodológico dividido em três etapas: revisão de literatura sobre o tema, consulta documental no acervo do DNOCS (relatórios de obras, projetos e cartografias) e, por fim, coleta e sistematização de dados demográficos a partir do ensaio estatístico do Ceará e do censo do IBGE. Os resultados indicam que, embora os açudes tenham sido essenciais para garantir segurança hídrica em diferentes períodos, também geraram impactos, como a consolidação de centros urbanos através do crescimento demográfico e reestruturação produtiva nas escalas urbanas e territoriais. Tais processos, entretanto, precisam ser encarados a partir de uma perspectiva crítica, haja visto que também foram responsáveis pela deslocamentos forçados de camadas populares e favorecimento de elites locais, sendo esta revisão historiográfica fundamental para balizar os rumos de um desenvolvimento sustentável na região.

COMUNICAÇÃO 16: Lugar e Memória: Memórias Submersas e Planejamento Urbano

AUTORES: Débora Antunes Pereira. Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do Paraíba, Brasil
Lidiane Maria Maciel. Professora Permanente, Universidade do Vale do Paraíba, Brasil
Bruno Peregrina Puga. Professor Permanente, Universidade do Vale do Paraíba, Brasil

Este trabalho é um estudo de caso, referente aos impactos socioespaciais da hidrelétrica de Paraibuna, que iniciou a sua construção em 1964 e finalizou em 1978. Para este empreendimento foram necessárias duas barragens, uma no Rio Paraibuna e outro no Rio Paraitinga, localizado na formação do Rio Paraíba do Sul, no interior do estado de São Paulo, na atual região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Consequentemente foi inundado parte de três municípios: Paraibuna, Redenção da Serra e Natividade da Serra, onde os dois últimos tiveram os centros urbanos deslocados,

e por isso foram escolhidos como recortes geográficos para este estudo. Tendo como foco a memória dos deslocados e o impacto causado por esse deslocamento, foi realizado entrevistas com ex-moradores das cidades inundadas. Foi apurado que apesar de diferentes visões sobre a construção da hidrelétrica e seus impactos, as similaridades nos depoimentos estão na saudade de como viviam na antiga cidade e o sentimento de tristeza das cidades terem sido submersas. Conclui-se que a falta de diálogo e informações entre o governo federal da época com os municípios, as tomadas de decisões realizadas "de cima para baixo" desconsiderando os deslocados, fez com que as populações atingidas enfrentassem o luto por ter perdido seu lugar sem compreender o real significado de seu deslocamento. E gerando uma falta de identificação com o novo espaço, resultando em construções de símbolos e monumentos nos novos centros urbanos que remetessem as cidades inundadas.

COMUNICAÇÃO 17: Infraestructura hídrica e imaginación política en la huelga obrera de El Chocón (Neuquén, 1969-1970)

AUTORES: Santiago Urrutia Reveco. Instituto de Geografía, FFyL-UBA / CONICET, Argentina

En octubre de 2024 el gobierno argentino anunció la privatización de cuatro centrales hidroeléctricas en el sur del país, incluida El Chocón, ubicada sobre el río Limay, en la intersección de las provincias de Neuquén y Río Negro. Durante la década de 1960, el Estado nacional había impulsado un proceso de planificación y desarrollo de la hidroelectricidad nacional con foco en la denominada región del Comahue. A pesar de tensiones y contradicciones, la inversión estatal y su capacidad técnica fueron clave para la instalación y operación de las represas norpatagónicas a través de empresas como Agua y Energía Eléctrica (AyE) e Hidroeléctrica Norpatagónica S.A. (Hidronor) (Williams, 2024). En los años 90', estos esfuerzos fueron reorientados y transferidos a privados por políticas neoliberales, bajo las que se concesionaron las centrales por 30 años, hasta agosto de 2023. Así, la decisión de 2024 no solo refuerza la restauración en curso del modelo neoliberal, sino que desaprovecha también una oportunidad importante para planificar una nueva política energética y de gestión de infraestructuras. En esta presentación abordamos estas cuestiones desde una perspectiva histórica, basada en la noción de "imaginación política" (Knox, 2017), entendida como la capacidad de las comunidades -influidas por sus interacciones con las infraestructuras- de concebir y visualizar diferentes formas de organización de la vida social. A partir del estudio histórico de la central El Chocón, exploramos las imaginaciones políticas surgidas en la huelga obrera entre diciembre de 1969 y marzo de 1970, en pleno período de construcción. La narrativa de la dictadura sobre la represa -presentada como "la obra del siglo" y símbolo de modernidad y desarrollo- contrastó con la realidad de sus trabajadores. La explotación laboral y la falta de democracia sindical evidenciaron que la construcción de la represa no era solo un asunto técnico, sino también un reflejo de las relaciones de poder y de producción existentes. En ese sentido, la huelga no solo denunció las condiciones laborales, sino también el orden desigual y autoritario que las sustentaba. Así, a través de este conflicto buscamos explorar si la construcción de la infraestructura hídrica, además de ser detonante de la movilización popular y la crisis de gobernabilidad, llegó a convertirse en lugar privilegiado para la elaboración de otras imaginaciones políticas capaces de proyectar nuevas configuraciones socioespaciales por parte de los sectores movilizados.

COMUNICAÇÃO 18: Transformaciones urbanas en torno a la represa de Salto Grande: balance de un proceso de dinamización territorial

AUTORES: Camila Costa. Instituto de Teoría e Historia Urbano Arquitectónica, Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Universidad Nacional del Litoral. Argentina

El modelo político-económico desarrollista en Argentina atendió particularmente ciertos sectores económicos que acompañaban el proceso de industrialización pesada. En este sentido, el autoabastecimiento energético que pregonó el economista Raúl Prebisch en su manifiesto de 1949/1955 adquirió un carácter urgente en los años ’60 y ’70 del siglo XX. Esta premisa impulsó grandes obras de aprovechamiento hidroeléctrico que a su vez impactaron en el territorio, promoviendo obras secundarias que tendieron a dinamizar ciertas regiones. Una de esas infraestructuras fue la represa y central hidroeléctrica de Salto Grande (Concordia-Salto, 1973-1983), localizada sobre el río Uruguay que separa los países de Argentina y Uruguay. Con 1890 MW de potencia instalada, dicha obra formó parte de un salto de escala en el abastecimiento energético nacional. Para su implantación y puesta en funcionamiento se creó un embalse que implicó inundar toda un área del territorio entrerriano que en ese momento ocupaba la ciudad de Federación y trasladar la misma hacia el margen de dicho lago. En ese proceso hubo ganancias y pérdidas. El propósito de este estudio es poner de manifiesto elementos de la dimensión urbana de este fenómeno que aún persisten, otros que desaparecieron y cómo se conformó la ciudad de Nueva Federación. El diseño urbano respondió a los preceptos del urbanismo moderno: jerarquización de calles, tipologías residenciales repetitivas y sin asegurar la tradicional plaza central. A su vez los vaivenes económicos y políticos no garantizaron la rigurosa ejecución del proyecto, con la consecuente pérdida de calidad constructiva. Mientras se conservan, con cierto grado de atractivo turístico, las ruinas de la ciudad vieja, la pérdida de algunos edificios emblemáticos como la iglesia o la jefatura de policías no se compensa con la urbanización planeada.

COMUNICAÇÃO 19: Do Rio Grande à Usina Hidroelétrica do Funil: Rio, Lago e Transformações da Paisagem

AUTORES: Leandro Grandi. Doutorando, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Eneida Mendonça. Professora Dra., Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Este artigo objetiva analisar as modificações na paisagem ocorridas nas margens do rio Grande, mais especificamente na região do Funil, entre os municípios sul mineiros de Lavras, Perdões, Ijaci e Ribeirão Vermelho. Em dezembro de 2002 o rio foi represado, dando origem à Usina Hidroelétrica do Funil. A instalação da infraestrutura hídrica exigiu um largo apagamento do território. Cerca de 40,45 Km² ficaram submersos, levando consigo comunidades inteiras, histórias, culturas e identidades. O novo corpo hídrico, antes rio Grande, agora lago do Funil, reconfigurou radicalmente a paisagem e seus elementos. A partir de pesquisa documental, revisão bibliográfica e levantamento fotográfico de campo, foi possível a identificação de três períodos históricos: 1) a ocupação inicial, desde os povos autóctones até as sociedades modernas; 2) a transformação do rio em lago, marcada por desmatamento e submersão de elementos naturais e construídos; e 3) a nova apropriação, caracterizada pela ocupação mais recente das margens por condomínios e residências de uso ocasional. Em cada período, foram identificados elementos significativos da paisagem, posteriormente classificados em: "apa-

gados" (quando tiverem sido desaparecidos, destruídos ou extremamente alterados), "modificados" (quando ainda resistirem, mas tiverem sido reconfigurados) ou "criados" (quando forem novos elementos introduzidos), conforme seu desfecho histórico. Conclui-se que as modificações na paisagem descaracterizaram a região e transformaram suas dinâmicas socioespaciais de formas irreversíveis, especialmente na relação entre a população e o corpo hídrico. A perda de biodiversidade, o deslocamento de comunidades e a substituição de elementos naturais evidenciam os custos ambientais e sociais da intervenção. Embora a implantação da infraestrutura hídrica tenha gerado avanços energéticos, os impactos foram profundos, suscitando reflexões críticas sobre esse tipo de intervenção territorial de grande escala.

COMUNICAÇÃO 20: Grandes proyectos hídricos y renaturalización de las ciudades: frentes fluviales, infraestructuras verdes y plusvalías urbanas. Experiencias en Argentina y Paraguay

AUTORES: Walter Fernando Brites. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas Instituto de Estudios Sociales y Humanos, Argentina

Esta ponencia analiza los recientes y emergentes efectos urbano-ambientales derivado de las prolongadas consecuencias de la represa hidroeléctrica de Yacyretá (Argentina-Paraguay) que ha generado un conjunto de transformaciones a escala regional y urbana. Desde un abordaje descriptivo y comparado se analizan los casos de las ciudades de Posadas (Arg.) y Encarnación (Py), que han experimentado variados e intermitentes planes de desarrollo, obras de infraestructura, remodelación urbanística y paisajística de sus entornos y frentes fluviales urbanos. Más allá de las conocidas y estudiadas consecuencias (anegamiento de grandes áreas, relocalización de población, reposición de infraestructura, plan de mitigación socio-ambiental, etc.), desarrollados en una temporalidad específica, el estudio analiza la emergencia de nuevas infraestructuras verdes en los frentes fluviales. Se sostiene, que los efectos de los grandes proyectos hídricos, hoy tienen continuidad, se aggiorna y se repotencia con el fenómeno de "la renaturalización de lo urbano" en proximidad a los ambientes acuáticos. Es decir, en los frentes fluviales hay un reverdecer materializado en parques urbanos, nuevos espacios verdes y zonas ambientales de alta calidad, que a su vez están siendo aprovechados por el mercado inmobiliario en la búsqueda de plusvalías urbanas con incidencia en la revalorización del suelo. Este proceso está generando nuevas desigualdades urbanas y socioambientales, así como segregación, desintegración sociocultural y conflictos sociales. La desposesión y pérdida experimentada por la población más pobre detrás de estas intervenciones, están alertando sobre potenciales amenazas y despertando distintas estrategias de resistencia que reivindican el derecho a la ciudad.

COMUNICAÇÃO 21: Visibilizar los caminos del agua: de red infraestructural a plan de corredores verdes

AUTORES: Sandra Iturriaga Del Campo. Facultad de Arquitectura y Estudios Urbanos, Pontificia Universidad Catolica de Chile, Chile

La presente ponencia -basada en la tesis de Doctorado de la autora- aborda el rol clave que han tenido los canales de irrigación en Santiago de Chile como elementos de transformación de un valle semiárido en el que se emplaza la ciudad, constituyéndose tempranamente en componentes de ordenamiento a escala del territorio y vertebradores de su paisaje y forma urbana. La investigación plantea que, a partir de la primera infraestructura hídrica que conecta los 2 principales ríos del valle de Santiago, se detona un proceso de transformación del territorio potenciado por un tejido artificial de trazas y canales de riego, como parte de un Plan de consolidación de un naciente estado republicano, condicionando hasta hoy las relaciones entre la ciudad y el territorio. La ponencia se centra en el proceso que se desarrolla desde los albores hasta mediados del siglo XX, en que los canales pasan de ser elementos sólo de riego, a formar parte de una matriz infraestructural que potencia el crecimiento de la ciudad: en este proceso se asocian primero a la consolidación de una red de transporte, y más tarde, como potenciales corredores verdes que se integran a la planificación de la ciudad. En tanto infraestructuras del agua, los canales de riego consideraron desde sus inicios la existencia de fajas de resguardo, que con el tiempo dan lugar a una estructura de corredores arbolados vinculados a lo agrario con potencial paisajístico. Si bien este hecho fue recogido en parte por algunos planes urbanísticos de mediados del siglo XX, con el crecimiento de la ciudad, la trama del agua se entreteje con la propia trama de hechos urbanos, pasando a constituir una infraestructura de corredores verdes en gran medida invisibilizada y soterrada. Se propone mostrar este proceso de transformación a partir de la reconstrucción cartográfica, en el que la descripción del territorio y su representación constituye la principal herramienta metodológica como producción de conocimiento. Estas cartografías permiten al mismo tiempo visibilizar el potencial de los canales de riego de conformar aún hoy un Plan de infraestructura verde a escala metropolitana.

E1_06_ Historia Urbana y Historia Ferroviaria (su entrecruzamiento para la óptima explicación de la ciudad, de la vida urbana y de su patrimonio

COORDINADORES:
Luis Santos y Ganges. Instituto de Urbanística, Universidad de Valladolid, España
Doralice Sátyro Maia. Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

PALABRAS CLAVE: Ferrocarril; Estructura urbana; Morfología urbana; Segregación socioespacial; Patrimonio Ferroviario

RESUMEN: Desde la idea de una Historia Urbana que considere al espacio urbano como un espacio socialmente producido tanto o más que un escenario donde ocurren los hechos históricos, a la hora de estudiar la relación entre el ferrocarril y la ciudad, nos encontramos con la dificultad de comprender dos mundos distintos y en sí mismos dificultosos, el del sistema técnico ferroviario y el de la producción de la ciudad capitalista. Dos mundos no solo distintos sino también distantes, que respondían a lógicas propias y que no se vieron en la obligación mutua de adaptarse el uno al otro al menos hasta bien avanzado el siglo XX.

Así, mientras que los ferrocarriles interurbanos de gran escala apenas integraron lógicas urbanas en sus decisiones y las ciudades se adaptaron, los sistemas tranviarios parecieron ser un medio de transporte urbano y suburbano que desde el principio debieron estar integrados en la ciudad y sus necesidades. De modos bien diversos, la historia de las infraestructuras ferroviarias y sus servicios guarda una estrecha relación con la historia del crecimiento y de la estructura urbanas.

En bastantes estudios sobre la ciudad del siglo XIX, el ferrocarril tuvo una relevancia histórica de primer nivel urbanístico y socioeconómico. Se generó empleo (que fue significativo y relevante en el caso de los depósitos y sobre todo los talleres generales), ocurrieron unas nuevas relaciones sociales, se manifestaron fenómenos urbanísticos de atracción, de repulsión y de segregación de usos, cambiaron las actividades logísticas, etc. Estas transformaciones continuaron en el siglo XX, teniendo en cuenta los cambios técnicos tanto en el sistema de explotación ferroviaria como en el equipamiento urbano, que a su vez alteraron la vida urbana.

Las propuestas deben estar enfocadas a la escala de la ciudad y deben abrir diferentes reflexiones sobre el ferrocarril y la ciudad en lo que respecta al espacio urbano, al papel de las estaciones, a la expansión segregativa de la ciudad (el otro lado de la vía), a la relación entre el crecimiento del tejido urbano y el ferrocarril, a la conformación de la centralidad urbana, a la planificación sectorial y urbanística, a los cambios en la vida urbana y cotidiana como consecuencia del transporte ferroviario, al trabajo realizado en los talleres y depósitos ferroviarios, a la relación entre ferrocarril e industria, a las transformaciones del transporte en general y de la logística urbana, a la relación entre los ferrocarriles y los es-

pacios suburbanos y periurbanos, el patrimonio industrial y ferroviario, entre tantos posibles asuntos, así como a la perspectiva discursiva, la dimensión simbólica y las reflexiones historiográficas (nuevas visiones, asimetrías, sombras…).

PONENCIA 01: Uma aproximação para a caracterização das grandes instalações técnicas ferroviárias nas cidades brasileiras e seus efeitos histórico-urbanísticos

AUTORES: Luis Santos y Ganges. Instituto de Urbanística, Universidad de Valladolid, España
Doralice Sátyro Maia. Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

El objeto de estudio lo conforman las ciudades brasileñas que tuvieron en su momento unas instalaciones técnicas ferroviarias lo suficientemente significativas como para marcar o dejar su huella en la estructura o la forma urbana. El efecto urbanístico a largo plazo de este tipo de grandes paquetes de suelo con instalaciones industriales ferroviarias es doble: por un lado, el efecto de barrera a la accesibilidad, que se relaciona con la diferenciación y la segregación socioespacial, y por otro lado, la formación de un hábitat residencial obrero ferroviario del otro lado de las vías. Y, en el caso de la clausura ferroviaria, este tipo de grandes paquetes de suelo tiene también un efecto significativo, máxime si va acompañado de la clausura de las vías. Con este objeto de trabajo, hay varios objetivos: por un lado, aclarar algunos errores detectados en la bibliografía brasileña sobre ferrocarriles en relación con talleres y depósitos, y, por otro lado, mostrar la relevancia de las instalaciones técnicas ferroviarias en la estación y en la relación entre ferrocarril y ciudad. Para resolver lo primero, se pone sobre la mesa el asunto de las tradiciones ingenieriles diversas entre Europa y Norteamérica, y se explica la diferencia radical entre los talleres generales y los depósitos de locomotoras de la tracción a vapor. Para lo segundo, se expone la importancia en la estructura y la forma urbanas de las grandes parcelas de suelo ferroviario en la ciudad asociadas a las vías. Se trata, pues, de una comunicación de esclarecimiento teórico de la ingeniería ferroviaria para guiar a los historiadores del ferrocarril y a los arquitectos y estudiosos del patrimonio industrial ferroviario, pero también de estructuración de ideas sobre el papel urbanístico del ferrocarril en la ciudad para guiar a los historiadores y geógrafos urbanos.

PONENCIA 02: Ferrovia e morfologia urbana em Uberlândia, Minas Gerais – Brasil. Impactos e transformações alo longo do tempo

AUTOR: Vitor Koiti Miyazaki. Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

A ferrovia exerceu um papel fundamental na configuração territorial de diversas cidades brasileiras, impactando significativamente na conformação e na reconfiguração da morfologia urbana. Em Uberlândia, a chegada do ramal ferroviário da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação desencadeou profundas transformações espaciais, influenciando diretamente na estruturação da cidade. Diante deste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre a ferrovia e a morfologia urbana em Uberlândia, tendo em vista as transformações verificadas ao longo de sua história ferroviária. Destacam-se dois períodos fundamentais nesse processo. O primeiro corresponde ao auge da ferrovia na cidade, desde sua implantação, no final do século XIX, até a década de 1930, quando foi inaugurada a segunda estação ferroviária, em resposta às demandas econômicas da época. Posterior-

mente, a partir da década de 1950, com o crescimento populacional e territorial de Uberlândia, a ferrovia passou a ser percebida como um entrave à circulação de automóveis e à expansão da malha urbana, resultando na alteração de seu traçado original e na retirada da linha férrea do centro da cidade. Contudo, com a intensificação do crescimento territorial da cidade, o novo traçado ferroviário também foi incorporado pela mancha urbana, tornando-se, em vários trechos, um novo obstáculo à expansão territorial, especialmente frente aos interesses imobiliários. Considerando-se apenas esses dois momentos históricos, observa-se que o traçado ferroviário desempenhou um papel central na reconfiguração da morfologia urbana de Uberlândia. Do ponto de vista metodológico, este estudo baseia-se em pesquisa documental e revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos sobre o tema, além da elaboração de mapeamentos fundamentados nas informações coletadas, possibilitando a representação das mudanças na morfologia urbana em função da presença e influência da ferrovia.

PONENCIA 03: Nos trilhos do crescimento: o impacto da ferrovia na formação de Colatina - ES

AUTORES: Renata Mattos Simões. Universidade Federal do Espírito Santo / Colatina, Instituto Federal do Espírito Santo, Brasil
Eneida Mendonça. Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

A construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) e sua chegada a Colatina-ES em 1906 foram determinantes para a organização urbana da cidade, estabelecendo uma conexão direta com Vitória-ES e impulsionando seu crescimento. A ferrovia estruturou a malha viária local, criando um eixo longitudinal que originou a atual Avenida Getúlio Vargas e influenciando a distribuição espacial das ruas e edificações. No entanto, essa relação entre ferrovia e cidade não foi planejada de forma integrada. Até meados do século XX, os sistemas ferroviário e urbano operavam de maneira independente, sem necessariamente se adaptar um ao outro. O impacto socioeconômico da ferrovia foi significativo, alterando a dinâmica da cidade e contribuindo para a elevação de Colatina- ES à sede do município de Linhares-ES em 1907. A construção da ponte Florentino Avidos, concluída em 1928, exemplifica a influência da infraestrutura ferroviária na expansão territorial. Embora projetada para o transporte ferroviário, a ponte nunca recebeu trilhos, mas possibilitou novas conexões e incentivou o crescimento urbano em direção ao norte. Por quase 70 anos, os trilhos ocuparam a Avenida Getúlio Vargas, moldando a vida urbana e impondo barreiras físicas que segregavam o espaço. A remoção dos trilhos em 1975 e a realocação da ferrovia para fora do centro marcaram uma nova fase no planejamento urbano da cidade. Essa mudança redefiniu a centralidade urbana e abriu espaço para novas dinâmicas sociais e econômicas, demonstrando a interdependência entre a infraestrutura ferroviária e a evolução do espaço urbano. Dessa forma, a ferrovia não foi apenas um vetor de desenvolvimento econômico, mas também um elemento estruturante da cidade, influenciando sua configuração territorial, suas dinâmicas sociais e seu patrimônio histórico.

PONENCIA 04: Infraestructuras subterráneas en la modernización urbana en Santiago de Chile. Antecedentes y construcción

AUTORES: Marcelo Mardones Peñaloza. Escuela de Historia, Universidad Diego Portales, Chile

La vía férrea del ramal entre Santiago y el puerto de Valparaíso operativa desde 1863, fue una de las primeras infraestructuras de transporte moderno incorporadas a la capital chilena. La construcción de la primera estación ferroviaria en la principal urbe del país andino unos años antes (1857) se vio complementada por la instalación de esta línea, que trascurría por su límite poniente sobre la llamada "Alameda de San Juan", convertida - hoy en la actual avenida Matucana, calle que marca el límite del municipio central de Santiago con las comunas al oeste de la misma. La dinámica relación entre ambos polos urbanos, acentuada mediante las operaciones de esta vía, tuvo diversos impactos en la zona; desde la creación de estaciones de carga y el aumento del tránsito de trenes, hasta un aumento en el número de accidentes en la vía, especialmente cuando crecimiento del área urbana sobrepasó definitivamente la línea férrea a inicios del siglo XX. Así, tanto el efecto barrera como las externalidades por siniestros, motivó crecientes discusiones en torno a su presencia: esto se tradujo en propuestas técnicas, debates políticos y discursos de la opinión pública en relación al trazado hacia la década de 1930, lo que finalmente decantó en una decisión que tendría amplias repercusiones en el desarrollo y relación posterior de las infraestructuras ferroviarias con la capital chilena: la construcción de su primer túnel ferroviario urbano, el que finalmente se concretó en 1945. La ponencia presenta, mediante la revisión y análisis de documentos como estudios de ingeniería y urbanísticos, discusiones municipales, legislativas y de prensa, relevar la relación entre espacio urbano e infraestructuras transporte que acompañaron a la modernización de Santiago desde la década de 1930, en particular los proyectos para el repliegue de los trenes de superficie y la promoción de medios de transporte subterráneos.

PONENCIA 05: A vila do Barreiro: a ferrovia como transformadora da estrutura urbana no Portugal de oitocentos

AUTORES: Fernando da Motta. Doutorado em História Contemporânea, Universidade do Porto, Portugal

Esta comunicação insere-se na tese de doutoramento defendida na Universidade do Porto em maio de 2024, intitulada "A modernização do Barreiro ao longo do século XIX". A vila do Barreiro, na margem sul do Tejo defronte de Lisboa, acolheu a primeira grande estação ferroviária construída de raiz no nosso país, ainda antes da estação de Santa Apolónia, na capital. À sua volta desenvolveram-se atividades industriais e ferroviárias que transformaram o Barreiro numa referência nacional da revolução industrial portuguesa. A barreira do rio Tejo, no acesso a Sul, acabou por tornar o Barreiro num ponto nevrálgico da rede ferroviária nacional, como porta de entrada na cidade de Lisboa, associado ao serviço fluvial. Desde a publicação do Decreto de 24 de agosto de 1854 que estabeleceu a vila do Barreiro como ponto de partida de uma linha férrea para o sul de Portugal e Espanha, que o espaço urbano da pequena vila piscatória registou alterações significativas na sua malha urbana, alterações essas incentivadas pelos sócios capitalistas da empresa ferroviária, com um carácter inédito no nosso pais, mas que já se verificavam no continente americano, na construção do caminho de ferro nos Estados Unidos da América.Pretendemos assim, apresentar elementos que comprovam o uso de informação

privilegiada para compra de terras e a existência de especulação imobiliária relacionada com a abertura de vias urbanas na direção da nova estação ferroviária (a cerca de 2 quilómetros do centro da vila), e de como essas diretrizes urbanas desenhadas no século XIX, perduraram até aos dias de hoje.

PONENCIA 06: Trens, trilhos e estações: ferrovia e ordenamento territorial no sul da Zona da Mata de Minas Gerais

AUTORES: Pedro José de Oliveira Machado. Departamento de Geociências, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Wagner Batella. Departamento de Geociências, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Matheus de Souza Jacinto. Departamento de Geociências, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, as ferrovias eram vistas no Brasil como sinônimos do progresso e por isso, a chegada de suas estações era aguardada com muito entusiasmo e apreensão. De fato, elas funcionaram, de maneira geral, como importantes agentes de organização dos territorios, incluindo a região que compreende o sul da Zona da Mata mineira e a parte contígua do estado do Rio de Janeiro, recorte territorial de nossa pesquisa e que abrange o trecho localizado entre a estação ferroviária de Três Rios/RJ e a estação ferroviária de Mariano Procópio, em Juiz de Fora/MG, anteriormente chamada 4ª Secção da Linha do Centro da Estrada de Ferro D. Pedro II, posteriormente Central do Brasil. Esse recorte territorial é um dos objetos de investigação do projeto de pesquisa intitulado "A linha que conduz também separa. Ferrovia e segregação socioespacial em cidades médias do Brasil e da Espanha", aprovado e financiado pelo CNPq, e que envolve pesquisadores de universidades brasileiras (UFPB, UFCG, UFJF, UFU, UFRJ e UFFS) e espanholas (Lleida, Valladolid, Burgos e Castilla-La Mancha – campus Albacete). Também é escopo de trabalho do projeto de pesquisa "Trilhos e estações: a Estrada de Ferro D. Pedro II e o ordenamento territorial regional", aprobado em 2024 no âmbito do projeto de Bolsas de Iniciação Científica (BIC), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Essa região, no período destacado, caracterizava-se pela expressiva produção cafeeira, e a chegada dos trens implicou no desejado dinamismo econômico, com intensa movimentação de cargas e passageiros, especialmente nas localidades servidas por suas estações, entorno das quais se instalavam comercio, escolas, agências dos correios, ou seja, intensa dinâmica social e econômica. Não há dúvidas de que a ferrovia impactou a organização territorial regional, mas a questão que buscamos responder com essa pesquisa foi outra: a ferrovia criou povoações a partir da instalação de suas estações, ou aproveitou-se da prévia existência dessas povoações para implantar suas estações? Os resultados apontam para uma necessária revisão dos conceitos que temos sobre o papel regional desse modal de transportes, pois como foi possível constatar, das 13 (treze) estações existentes no trecho considerado, apenas uma delas, a de Souza Aguiar, foi de fato responsável por originar um processo de ocupação. As demais estações foram localizadas em povoações já existentes, que tinham posição estratégica para o escoamento da produção regional de café, esse sim, o principal elemento definidor da localização de trens, trilhos e estações.

PONENCIA 07: Ferrovia e transformações urbanas. O impacto do Ramal de Campina Grande na Morfologia das Cidades Paraibanas

AUTORES: Elizângela Justino de Oliveira. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Maria Simone Morais Soares. Instituto Federal de Ciência e Educação de Sergipe, Brasil

A ferrovia, um dos principais equipamentos técnicos da indústria moderna foi responsável por inúmeras transformações no espaço em diferentes escalas, tanto na intraurbana quanto na interurbana. Na escala intraurbana redirecionou a expansão urbana a partir do núcleo primaz em direção às estações ferroviárias, criou novas centralidades ou se constituiu uma barreira física e social no processo de expansão urbana, evidenciando um processo de diferenciação e de segregação socioespacial nas cidades. Nesse sentido, tem-se como objeto de análise nesta proposta o Ramal de Campina Grande, inaugurado em 1907. O referido ramal ferroviário foi construído pela The Great Western of Brazil Railway Company Limited, possuía extensão de 79,6 km e partia da esplanada da estação de Itabaiana-PB até Campina Grande-PB. Nele foram projetadas as seguintes esplanadas das estações: Lauro Muller, Mogeiro, Ingá, Galante e, por fim, Campina Grande. O presente trabalho é um dos resultados das pesquisas1 sobre as ferrovias na Paraíba e tem por objetivo analisar as transformações na morfologia urbana nas povoações, vilas e cidades decorrentes da inserção destas estruturas ferroviárias nos referidos aglomerados urbanos, bem como sua influência na expansão urbana subsequente, considerando-se o recorte temporal os anos de 1907 a 1940. Para isso, utilizou-se uma abordagem metodológica que incluiu pesquisa bibliográfica e documental, destacando-se a análise da cartografia histórica e iconográfica presente nos arquivos da extinta RFFSA (Rede Ferroviária Federal S/A). Os resultados da pesquisa evidenciam que a instalação das esplanadas e estações alterou o traçado original dos núcleos preexistentes, provocando tanto a integração como a segregação dos espaços analisados.

PONENCIA 08: A rede da profilaxia da hanseníase no Estado de São Paulo. A malha ferroviária como facilitador do modelo paulista

AUTORES: Bianca Maria, Batista Janotti. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil,
Maria Cristina, da Silva Schicchi. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil

A partir de 1925, em São Paulo, entra em vigor a política de isolamento compulsório de pessoas acometidas pela hanseníase, seguida por outros estados brasileiros. Esta medida, que permaneceu até a década de 1980, baseava-se em um conjunto de instituições para policiamento, detecção, asilo e, posteriormente, tratamento de famílias com integrantes que foram diagnosticados com hanseníase. As instituições no Estado de São Paulo consistiam em: cinco asilos-colônia e três preventórios ou educandários, localizados no espaço rural ou periurbano das cidades; 46 dispensários, em conjunto com 16 Inspetorias Regionais, centralizadas nas cidades grandes paulistas; o Instituto Conde de Lara e a Biblioteca do Departamento de Profilaxia da Lepra, situados na capital. O sistema ferroviário foi fundamental para o transporte de mercadorias e passageiros. A rede ferroviária conectava diversas regiões do estado, interligando a capital, São Paulo, ao interior e ao litoral, o que permitiu maior mobilidade,

não apenas para a população, mas também para os pacientes de hanseníase, que eram transportados para os asilos-colônia em vagões sanitários, de forma a proteger os passageiros sadios. O presente trabalho se propõe a discutir, a partir de métodos histórico-crítico (análise de cartografia histórica, documentos em arquivos etc.) e empírico (levantamento de campo e de dados socioespaciais em órgãos públicos), os territórios constituídos vinculados à memória do processo de isolamento compulsório da hanseníase no Estado de São Paulo, que se estenderam como uma mancha, a partir dos asilos-colônia, formando localidades em seu entorno relacionadas às suas atividades. Conclui–se que a malha ferroviária paulista atuou como um eixo conector para o funcionamento da rede de profilaxia da hanseníase, interligando os asilos - que tinham suas próprias estações - às cidades dos principais quadrantes do estado (Grande São Paulo e Litoral, Nordeste e Sudeste) e facilitando os deslocamentos de doentes.

PONENCIA 09: Memórias sobre o conjunto da estação ferroviária de Assis - SP

AUTORES: Ketlyn Moreira Feltrin. Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras, Brasil
Eduardo Romero de Oliveira. Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras, Brasil

A história da formação de Assis–SP está diretamente ligada à chegada da Estrada de Ferro Sorocabana ao município. Entretanto, atualmente, com a desativação de sua infraestrutura ferroviária, questiona-se como seus remanescentes se apresentam em relação à valorização, aos usos e às modificações. Dessa forma, esta pesquisa visa identificar os valores sociais atribuídos às áreas do complexo ferroviário de Assis–SP. Em diálogo com o conceito de patrimônio cultural, pretende-se analisar a relação da comunidade com esse espaço, identificando suas formas de interação, significados culturais, memórias e usos destinados. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, baseada no levantamento de fontes documentais e bibliográficas sobre temas como memória, valores e patrimônio. Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se a História Oral como procedimento metodológico, realizando-se 10 entrevistas temáticas, com gravação em áudio, transcrição, diário de campo e um roteiro de perguntas direcionado aos moradores do entorno do conjunto ferroviário do município. Os resultados dessa coleta de campo permitiram identificar quais espaços possuem valores e significados relacionados à memória e os motivos dessa atribuição. Além disso, algumas técnicas baseadas no método da Abordagem de Valorização do Patrimônio (AVP) foram empregadas para compreender como a comunidade se relaciona com o patrimônio e participa de seu processo de preservação. A partir dos resultados obtidos, foi possível registrar impressões cotidianas sobre o objeto de estudo e realizar um mapeamento que indica o comportamento das pessoas no espaço, o envolvimento da comunidade na reutilização dessas áreas e a identificação de vestígios de atividades humanas nesses locais. Espera-se que esta pesquisa contribua para o debate sobre como o envolvimento da comunidade pode auxiliar na manutenção dos aspectos materiais e memoriais do patrimônio, além de subsidiar a formulação e adequação de políticas públicas voltadas à sua preservação.

PONENCIA 10: O bairro de Santana e seus asrrabaldes: Urbanização em torno do tramway da Cantareira na cidade de São Paulo (1893 – 1924)

AUTORES: Raíssa Campos Marcondes. São Paulo, Universidade de São Paulo, Brasil

Na cidade de São Paulo, o final do século XIX foi marcado por diversas mudanças na tessitura urbana, decorrentes do processo de produção e comercialização do café, sendo os lucros aplicados em comércios e serviços, estimulando, ainda, o crescimento de indústrias e aumento populacional. Entre os melhoramentos na cidade estavam as obras voltadas para saneamento, destacando, entre elas, o abastecimento de água. Na região correspondente a atual Zona Norte da cidade, a presença de cursos d'água na Serra da Cantareira desencadeou em estratégias para sua captação, represamento e canalização, ainda na década de 1870, pela Companhia Cantareira de Águas e Esgotos. No entanto, as dificuldades para execução das obras devido ao difícil acesso à região de terreno acidentado levou ao atraso do projeto por muitos anos, levando à encampação da empresa pelo governo do Estado de São Paulo em 1892, nos primórdios do período Republicano. Como forma de agilizar as obras de abastecimento, em 1893 foi construída uma pequena linha férrea chamada Tramway da Cantareira, que ligava a cidade de São Paulo até a Serra da Cantareira, facilitando o transporte dos materiais de construção. A partir de 1894, a linha também passou a ser utilizada para transporte de passageiros, levando a abertura de estações ao longo do percurso e de loteamentos. Na área suburbana, a abertura de uma estação no bairro de Santana favoreceu a venda de terrenos e consequente aumento da população, que demandava melhoramentos aos poderes públicos na região, em contraponto à área rural que, embora contasse com estações, as demandas de sua população não eram atendidas da mesma forma. Com isso, esta comunicação propõe apresentar as transformações ocorridas ao redor da linha férrea a partir das demandas sociais entre 1893 e 1924, e de que forma a linha impactou no desenvolvimento da cidade de São Paulo.

PONENCIA 11: Ferroviários negros em Campinas-SP: do mutualismo à imprensa

AUTORES: Renan Vidal Mina. São Paulo, Universidade de São Paulo, Brasil

Principais empresas de Campinas no início do século XX, as companhia ferroviárias Paulista e Mogiana representaram um marco na sociabilidade negra urbana local. Com um volume expressivo de trabalhadores distribuídos ao longo do parque industrial ali estabelecido, seja atuando nas oficinas, nos armazéns, no pátio de manobras, na manutenção dos trilhos ou mesmo nas estações, percebe-se através de almanaques, jornais e outros documentos da época que boa parte deles consistiam em indivíduos de cor. Dotada historicamente de um significativo contingente negro em sua população — haja vista seu longevo passado escravista, quer nos tempos do ciclo do açúcar ou do café —, aliado ao perfil da mão de obra empregada na infraestrutura de seu complexo ferroviário, Campinas tornar-se-á um locus privilegiado no que diz respeito ao desenvolvimento do associativismo e da imprensa negra como instâncias de reivindicação de direitos sociais e valorização de uma identidade racial. Nesse sentido, argumento que ferroviários arraigados no município desempenharam um papel decisivo em favor do socorro mútuo e do periodismo negro paulista. O objetivo deste trabalho, em particular, é analisar o envolvimento, os interesses e as representações de funcionários das estradas de ferro que estiveram vinculados à Liga Humanitária dos Homens de Cor e/ou ao jornal negro Getulino.

PONENCIA 12: Patrimônio ferroviário mineiro: a Estrada de Ferro Oeste de Minas e seus impactos urbanos

AUTORES: Samuel Fonseca Colombo Andrade. Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil
Luciana Massami Inoue. Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Esta apresentação faz parte de uma pesquisa em andamento sobre a Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), com foco na área de Lavras, Ribeirão Vermelho e região. A pesquisa se afirma tendo em vista que as atividades ferroviárias não estão mais presentes com a mesma efervescência e o constante distanciamento da memória, lança urgência em uma pesquisa histórica dedicada a registrar a trajetória da linha de ferro e seu parque industrial nos mencionados municípios. O objetivo central é compreender a importância da ferrovia mineira da instalação ao tempo presente e seus desdobramentos enquanto patrimônio e memória, não apenas associados à mineração, mas também na produção agropecuária para sustentar o mercado interno brasileiro. A presente apresentação possui como ponto de partida e utiliza-se da mesma metodologia empregada na tese de doutorado da professora Inoue (2016) sobre a história da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF) . Neste trabalho, foi explorado como a CPEF, em diálogo com outras vias paulistas, influenciou a configuração territorial do estado, relacionando-se com o café, a imigração e a urbanização destes espaços. Agora, ao aplicar essa metodologia ao contexto mineiro, busca-se identificar paralelos e divergências nas dinâmicas de formação territorial, considerando as especificidades históricas, econômicas e culturais de Minas Gerais. Desse modo, será investigado o legado histórico da EFOM para a construção das identidades e desenho urbano das cidades mineiras de Lavras e Ribeirão Vermelho, com atenção à dinâmica formada entre urbanização, economia e sociabilidade. Neste sentido, a pesquisa visa entender a urbanização rápida de Ribeirão Vermelho ao redor da rede e as consequências que isto trouxe para a cidade, e em Lavras as modernizações que foram trazidas, como clubes ferroviários e de futebol, a construção de moradias para os trabalhadores, e serviços de saúde, hotelaria e educação.

E1_07_A Materialidade da Vida Urbana: redes técnicas, moradia e configurações socioespaciais (1880-1960)

COORDENADORES:
Angela Lúcia Ferreira. Departamento de Arquitetura e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
José María Beascoechea Gangoiti. Departamento de Historia Contemporánea, Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, España

PALAVRAS-CHAVE: Infraestruturas Técnicas; Habitação; Diferenciação Espacial; Desigualdade Social; Cotidiano

RESUMO: Os impactos e relações entre os transtornos climáticos (secas e inundações) e sanitários (endemias e epidemias) foram cruciais nos esforços de estruturação territorial na virada para o século XX, num contexto de reconfiguração dos sistemas produtivos, das cidades, das relações urbano-rurais e dos próprios saberes técnicos. Em especial, a implementação de redes técnicas – ferroviárias, hídricas e de saneamento –, afetou diretamente várias escalas de formação dos territórios, dos espaços intraurbanos às redes de cidade. Essas preocupações têm marcado a atuação dos grupos que compõem a rede de pesquisa "História Urbana e do Território", formada pelos grupos HCUrb (UFRN, Brasil), HUPyP (UPV/EHU, España), GPUR (UFERSA, Brasil), GeURB (UFPB, Brasil) e Gecypu (UNMP, Argentina).

Para este simpósio, a Rede pretende receber trabalhos e pesquisas que discutam as repercussões da construção dessas grandes infraestruturas – muitas vezes vinculadas a lógicas, políticas e projetos transnacionais – nas práticas da vida social, focando três eixos: 1) produção e condições da moradia formal e informal como expressão dos movimentos migratórios e das lutas sociais que se intensificaram a partir do final do século XIX; 2) processos de diferenciação espacial e de desigualdade social que se configuraram nos vários contextos de urbanização da primeira metade do século XX e suas relações com as atividades urbanas, como o comércio especializado em exportação/importação e a indústria e seus núcleos fabris e vilas operárias; e 3) influência da materialização e espacialidade das redes técnicas de circulação de pessoas e mercadorias na disseminação e nos esforços de controle de doenças, surtos epidêmicos e deslocamentos dos afetados pelos transtornos climáticos e pela construção de barragens, de áreas portuárias e de entrepostos comerciais.

Os grupos que compõem a Rede têm desenvolvido pesquisas sobre diversas experiências, desde a estrutura urbana e industrial da Ría de Bilbao (España) até a construção da condição de capital de uma pequena cidade como Natal, da urbanização focada principalmente no turismo de balneários de Mar del Plata (Argentina) à articulação do sertão das secas entre os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Essas várias escalas se cruzam e atingem, ao final, as condições materiais da vida urbana, as práticas culturais, o cotidiano, as profundas diferenças tipológicas das moradias. Assim, estimulamos o diálogo com novos recortes e casos concretos, reconhecendo que embora tenham similari-

dades passíveis de generalizações, possuem também particularidades que precisam ser investigadas e problematizadas, a partir das perspectivas da Demografia Histórica e das Histórias Cultural e Social Urbanas, em busca da articulação entre as dimensões políticas, espaciais e materiais da cidade. Assim, parafraseando o geógrafo Milton Santos, é o uso do território em sua trama de escalas e dimensões, e não o território em si mesmo, que nos interessa. Para tanto, propomos discutir também as fontes e arquivos, os registros especializados dos saberes técnicos (como os da engenharia, do planejamento, da arquitetura e do urbanismo, dos geólogos e botânicos), os mapas, planos e projetos, os censos demográficos e sanitários, as representações iconográficas, cartográficas e literárias, aspectos fundamentais para delinear a análise histórica de todas essas questões.

COMUNICAÇÃO 01: Bilbao 1920-1936, hacinamiento, desigualdad y construcción de vivienda. Análisis multifocal a partir de fuentes cuantitativas y cualitativas

AUTORES: José María Beascoechea Gangoiti. Departamento de Historia Contemporánea, Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, Leioa, España
María Jesús Pacho Fernández. Departamento de Historia del Arte y Música, Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, Vitoria-Gasteiz, España

La ponencia aborda el análisis de los fenómenos de desigualdad y segregación en los entornos urbanos contemporáneos, componentes que en el caso de las ciudades industriales adquieren un carácter particular. La desigualdad y la segregación son realidades complejas, proponemos un enfoque cruzado a partir de fuentes cualitativas y cuantitativas que confluyen en el periodo establecido (1920-1936). El estudio se desarrolla en el núcleo urbano de Bilbao y, de forma concreta, se centra en las áreas identificadas específicamente como populares y obreras de la ciudad. La cronología responde a un momento en el que espacio urbano está claramente caracterizado y se observa una configuración urbana madura en su desarrollo con los siguientes elementos propios: asignación funcional clara en las distintas unidades espaciales, identificación social del área central/periferia, modificación del contexto normativo respecto a la tenencia en alquiler, fluctuación del mercado inmobiliario y cambio en la dinámica de la construcción y la arquitectura de la vivienda. En el caso concreto de los barrios de análisis, la realidad estaba dominada por la presión de la inmigración, la baja calidad dotacional y el extremo hacinamiento. El objetivo del trabajo es definir los parámetros que definen el hacinamiento en las unidades habitacionales, considerando que es este uno de los elementos objetivos que caracterizan la desigualdad y es una condición propia de la segregación espacial. Metodológicamente, el estudio se realiza cruzando fuentes: cualitativas, principalmente los expedientes de construcción (dotación presupuestaria del proyecto, planimetría, y especificaciones técnicas); y cuantitativas, como los padrones de población (perfil profesional del cabeza de familia, origen, estructuras familiares, número de habitantes en la vivienda…) y la contribución territorial urbana (valor y tenencia de la propiedad de los edificios). Su análisis paralelo busca comprender las formas de segregación en el espacio urbano en el caso de Bilbao, pero metodológicamente extrapolable.

COMUNICAÇÃO 02: La Obra Sindical del Hogar en el País Vasco: vivienda mínima y propiedad durante el franquismo

AUTORES: Francisco Javier Muñoz-Fernández. Departamento de Historia del Arte y Música, Facultad de Letras, Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, España

La Obra Sindical del Hogar (OSH) fue la principal constructora de viviendas sociales durante el franquismo. La investigación que se presenta ha tenido como objetivo concretar el desarrollo de estas promociones en el País Vasco, analizando sus características (como la distribución, ubicación, equipamientos, construcción), sus arquitectos, promotores y tenencia. Para ello se han consultado expedientes de construcción y liquidación, ordenanzas, normativas y planes urbanos, así como publicaciones periódicas y profesionales, cuyos resultados se han comparado con estudios similares realizados en otros territorios. La actuación de la OSH siguió un desarrollo desigual. En la inmediata posguerra, entre 1939 y 1941, los proyectos fueron testimoniales y se centraron en áreas rurales, siguiendo la política autárquica y de contención urbana impulsada por la dictadura. Seguidamente, entre 1942 y 1953, se erigió el mayor número de alojamientos, principalmente, en áreas urbanas, siguiendo la nueva orientación del gobierno. Aunque las obras se retrasaron constantemente debido a la falta de recursos. Entre 1954 y 1957, se concretó la etapa más activa, gracias a un mayor impulso institucional y empresarial, que fue parejo al auge económico, industrial y demográfico. Finalmente, a partir de 1958, la actividad de la OSH decreció o fue totalmente nula, debido a que el estado favoreció promociones privadas. En todos los casos, se generalizó y ensayó el hábitat mínimo de la vivienda, iniciado durante la II República. Se trató de barriadas que ocuparon la periferia urbana y no contaron con servicios y equipamientos adecuados. Asimismo, destacaron por una baja calidad constructiva, que originó problemas de conservación. Además, se destinaron a la propiedad, que el régimen dictatorial fomentó como un elemento de desarrollo económico y urbano. La vivienda también se utilizó como propaganda del proteccionismo del estado, y como un elemento de fomento de valores tradicionales en torno al hogar y la familia.

COMUNICAÇÃO 03: El Problema de la Vivienda en Bilbao: subarriendo y chabolismo, 1939-1960

AUTORES: Pedro Novo López. Departamento de Historia Contemporánea de la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, España
Susana Serrano Abad. Departamento de Historia Contemporánea de la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, España

La ciudad de Bilbao tuvo que afrontar desde comienzos del siglo XX la falta de vivienda obrera, dado el rápido e intenso ritmo del proceso de industrialización que arrancó en 1876 y, a él asociado, el fuerte crecimiento demográfico derivado de la inmigración. La escasez de iniciativas para impulsar la construcción de vivienda obrera barata y el aumento del precio del alquiler complicaron aún más la situación en los años 20 y 30. Con posterioridad, la guerra y el nuevo régimen franquista (1939-1959) hicieron compleja la gestión de la ciudad, las actuaciones urbanísticas, la reconstrucción y el impulso de la vivienda social. Asimismo, se iniciaba una nueva oleada de inmigrantes que se sentían atraídos por las posibilidades que ofrecía la industria. La problemática de vivienda heredada de décadas atrás

y la escasez de nuevas construcciones realizadas hasta 1960 conllevaron el chabolismo y elevadas cifras de subarriendo en Bilbao. El objetivo de la presente investigación es arrojar luz sobre el problema de la vivienda en los años del Primer Franquismo (1939-1960) que condujeron a que se decretara el Plan de Urgencia Social de Vizcaya (1959). Por un lado, se trataría de cuantificar lo edificado, qué tipo de vivienda y para quién se construyó, así como de valorar las características de la vivienda construida. Por otro lado, planteamos indagar en las condiciones del subarriendo y el chabolismo, principales exponentes de la mencionada problemática en dicho período, como también en la situación de las familias asociadas a dicho fenómeno. En cuanto a las fuentes, se van a utilizar principalmente fuentes de archivo del ayuntamiento de Bilbao (expedientes de construcción y registros y censos de chabolas), boletines estadísticos y memorias municipales, prensa y monografías de la época para un análisis cualitativo. La información extraída permitirá la creación de bases de datos y su correspondiente tratamiento estadístico.

COMUNICAÇÃO 04: Vilas particulares na capital paraibana: habitação higiênica, segregação e modernização no início do século XX

AUTORES: Fillipe S. B. Azevedo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

No início do século XX, as vilas particulares foram introduzidas na capital paraibana em meio a processos de modernização e expansão norteados pelo higienismo. Nesse ínterim, o alargamento e abertura de vias e a inauguração de serviços foram paralelos à perseguição às habitações da população pobre. Se era interesse do Estado eliminar os mocambos, apontados como focos de doenças e desvios morais, a hegemonia de políticas liberais tornava inconcebível o subsídio à construção de moradias populares. Nesse contexto, o investimento em habitações "higiênicas", como as vilas particulares, ficou a cargo de empreendedores privados, associações mutuárias e irmandades religiosas. Erguidas como uma aplicação segura e lucrativa, as vilas tinham no aluguel sua principal forma de oferta. Contudo, ainda que mínima, a adequação da tipologia aos códigos de postura vigentes fazia dela um modelo de habitação valorizado, inacessível à maioria dos trabalhadores. Dessa forma, o presente trabalho busca analisar a correlação entre as vilas particulares erguidas em João Pessoa, as políticas de fomento à tipologia, as reformas urbanas fundamentadas no higienismo, a segregação espacial, o déficit habitacional e a expansão da malha urbana. A pesquisa se apoia na análise bibliográfica e documental, na investigação in loco e no mapeamento dos exemplares remanescentes, relacionando a inserção da tipologia ao traçado urbano e às dinâmicas sociais do período abordado. Dentre as principais referências, destacam-se Alves (2009), Bonduki (2011; 2014), Lemos (1989; 1999), Moura Filha et al. (2016), Sá (2009) e Vidal (2004; 2010). Sendo poucos os trabalhos que abordam essa tipologia em João Pessoa, a pertinência da pesquisa reside na análise das vilas particulares como produto de um processo de regulação do espaço urbano e do modus vivendi da população, num contexto de expansão e modernização da urbe que, nas primeiras décadas do século XX, também foi responsável pelo aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

COMUNICAÇÃO 05: Ciudad en crisis. Salamanca ante la epidemia de gripe de 1918

AUTORES: Fernando Vicente Albarrán. Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea, Universidad de Salamanca, España
Lara Fernández Menéndez. Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea, Universidad de Salamanca, España

La propuesta de comunicación plantea abordar la crisis sanitaria, social, política y económica desencadenada por la gripe de 1918, utilizando como caso de estudio una ciudad interior de tamaño medio como es Salamanca. La hipótesis manejada es que el episodio de gripe epidémica representó no sólo una crisis en la atención sanitaria de la población, sino en la ubicación y gestión de los diferentes espacios hospitalarios y funerarios de la ciudad que terminaron por desafiar el modelo de desarrollo urbano imperante hasta el momento. Esta crisis no sólo impulsó una reconsideración integral de la ciudad y la gestión de los problemas de salud pública heredados de siglos anteriores, sino que también funcionó como catalizador para una movilización y reivindicación políticas más amplias en la que cobraron especial protagonismo médicos, farmacéuticos y profesores universitarios que configuraron el germen de una oposición política que alcanzaría el poder años más tarde, en el contexto de la II República. Para analizar la coyuntura de 1918-19 la investigación sobre fuentes primarias de diverso tipo, incluyendo el Padrón Municipal de 1918-1919, los registros parroquiales de defunciones, las Actas de Sesiones del Ayuntamiento, planimetría municipal de la ciudad y de los nuevos centros hospitalarios, así como la prensa de la época y los reglamentos de Higiene y Sanidad y de otras instituciones públicas como la Casa de Socorro.

COMUNICAÇÃO 06: Hotéis de Primeira Classe e Hotéis-Cortiço em São Paulo: Coexistências (1880-1940)

AUTORES: Maria Cecília Ferreira. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, Brasil

Este trabalho investiga como os hotéis em São Paulo, entre 1880 e 1940, produziram e acentuaram desigualdades urbanas por meio de suas materialidades e sua relação com as infraestruturas da cidade. O objetivo central é examinar as formas antagônicas e interdependentes de habitação promovidas por hotéis populares e de luxo, analisando o papel das redes técnicas urbanas na configuração desses espaços. A pesquisa adota uma abordagem comparativa, combinando análise quantitativa e qualitativa, com fontes como material de imprensa, crônicas, literatura e um amplo conjunto visual (fotografias, cartões-postais, ilustrações), baseando-se nos referenciais teóricos dos estudos de cultura material e visual. Os hotéis populares, voltados a trabalhadores e imigrantes de baixa renda, apresentavam construções precárias e infraestrutura limitada, enquanto os hotéis de luxo, integrados às redes técnicas urbanas (água encanada, eletricidade, comunicação telegráfica), incorporavam materiais nobres e inovações tecnológicas. Esses hotéis populares eram frequentemente associados à promiscuidade e degeneração social nos discursos médico-higienistas, enquanto os hotéis de luxo se consolidavam como símbolos da modernidade burguesa. A análise revela como essa dicotomia material estruturava diferenças sociais e experiências urbanas distintas. Ao examinar os hotéis paulistanos, o estudo busca evidenciar como esses espaços não apenas moldavam sociabilidades específicas, mas também se con-

figuravam como pontos estratégicos no adensamento urbano. Mais do que locais de hospedagem, os hotéis desempenhavam um papel central na difusão da cultura burguesa, propagando valores e estilos de vida urbanos para as regiões periféricas, reforçando a segregação social e espacial e contribuindo para a construção de uma São Paulo fragmentada.

COMUNICAÇÃO 07: Concreto armado, trabalho e habitação na capital do Centenário da Independência

AUTORES:. Niuxa Dias Drago. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
Luciana Maria Bonvino Figueiredo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Instigadas pelas imagens das obras do Rio de Janeiro por ocasião do Centenário da Independência, investigamos as transformações da paisagem urbana impulsionadas por novas técnicas construtivas, fluxos migratórios e dinâmicas socioespaciais. A propaganda da cidade modernizada e a proporção das obras urbanas, como a demolição do Morro do Castelo e o saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, atraíram muitos trabalhadores sem habilitação específica para a construção civil. Com base em documentação administrativa sobre a Exposição do Centenário, em imagens e em jornais dos anos de 1921-23, investigamos a origem desses trabalhadores, suas condições laborais e formas de moradia. A escassez de registros oficiais sobre contratos e canteiros de obra nos leva a interpretações cruzadas, que revelam contradições entre as narrativas oficiais de progresso e as realidades que se anunciam fora do quadro das imagens oficiais. A diversidade de jornais em circulação permite, apesar do Estado de Sitio imposto a partir das Revoltas Tenentistas de meados de 1922, conhecer as dificuldades relativas à habitação e sobrevivência da população carioca. As imagens denunciam a precária organização dos canteiros, a insegurança dos trabalhadores, e a grande quantidade de material de refugo gerado pelas demolições e, em especial, pela técnica do concreto armado, então sendo introduzida na cidade. Esta técnica parece ter tido um "contra-efeito" inesperado na paisagem da cidade, com a transformação de seus refugos naquilo que o censo de 1920 chamou de "pequenos povoados rústicos" das encostas. Nos baseamos na tese de Maria Luiza de Freitas, "Modernidade Concreta" (2011), e nas reflexões de Valérie Nègre em "L'Art du chantier. Construire et démolir du XVIe au XXIe siècle" (2018) buscando entender como as técnicas de construção reconfiguraram a paisagem da cidade, mas também suas desigualdades.

COMUNICAÇÃO 08: Infraestructuras y desigualdad en Girardot (1880-1960): De la vivienda obrera a la residencia de veraneo

AUTORES: María Loreto Moya Álvarez. Doctorado en Arte y Arquitectura. Universidad Nacional de Colombia, Colombia.
Lina María Mayorga Borja Investigadora independiente. Arquitecta. Universidad Nacional de Colombia, Colombia. lmmayorgab@unal.edu.co

Esta ponencia caracteriza las transformaciones espaciales en Girardot, a orillas del río Magdalena, analizando la relación entre el río y las infraestructuras industriales vinculadas a la navegación fluvial, el transporte férreo y terrestre. Dichas infraestructuras estructuraron la configuración residencial, articulando barrios obreros para la naciente industria y promoviendo el turismo, favorecido por la conexión con Bogotá. El estudio se enmarca en el simposio E1_07 La materialidad de la vida urbana, al abordar la relación entre redes técnicas, diferenciación residencial y desigualdades urbanas. La metodología combina análisis histórico (cartografía, planes urbanos) y fuentes cualitativas (morfología urbana, estudio de proyectos arquitectónicos industriales y residenciales). Se identifican tres ejes clave: 1. Infraestructuras y modernización: La navegación fluvial y la llegada del ferrocarril en 1881 consolidaron a Girardot como nodo comercial. Posteriormente, la Carretera Panamericana (década de 1950) fortaleció su rol turístico, facilitando el acceso desde Bogotá. 2. Vivienda y estratificación social: Entre 1940 y 1960, la arquitectura moderna impulsó hoteles como el Tocarema y residencias de veraneo, en contraste con los barrios obreros promovidos por programas como la Alianza para el Progreso (ej. Barrio Kennedy). 3. Turistificación y disputas territoriales: Desde la década de 1960, la construcción de segundas residencias desplazó actividades agrícolas y generó tensiones entre la vivienda tradicional y la de fin de semana. Los resultados evidencian cómo las infraestructuras reconfiguraron el territorio y sus dinámicas, en un proceso marcado por la turistificación. Este estudio de caso permite analizar el papel de las redes técnicas en la diferenciación socioespacial en Iberoamérica, mostrando cómo políticas de modernización, movilidad y vivienda, influenciadas por proyectos transnacionales, configuraron nuevas jerarquías urbanas. Finalmente, se reflexiona desde Henri Lefebvre y Milton Santos sobre las desigualdades consecuencia de las transformaciones morfológicas y espaciales.

COMUNICAÇÃO 09: No limite: os postos fiscais de Natal e seus impactos no cotidiano da cidade (1946-1970)

AUTORES: George Alexandre Ferreira Dantas. Departamento de Arquitetura e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Natália Medeiros do Nascimento Souza. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Natal teve as “correntes” como parte de seu cotidiano entre os anos 1940 e 1970 e do imaginário de parte significativa da população desde então. As correntes eram os postos fiscais, que funcionavam, simbólica e materialmente, como portas de entrada na cidade. Esse estudo tem como objetivo compreender o impacto dos postos fiscais no cotidiano da cidade e das instituições de gestão urbana. Para isso, a pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com análise de fontes textuais, iconográficas e principalmente orais. As narrativas e relatos, por meio de entrevistas, e os documentos históricos são

sistematizados e analisados para identificar mudanças, representações e significados atribuídos aos postos fiscais ao longo do tempo, mesmo após o seu desmonte. A eficácia do controle fiscal estava diretamente relacionada ao desenvolvimento urbano e territorial e impactou a percepção dos habitantes sobre os limites da cidade, a noção de dentro e fora e de pertencimento, o que contribuiu para fomentar um rico imaginário. Essa percepção de parte da população é atravessada também pelos processos de diferenciação socioespacial que iriam se definir nos três eixos viários de entrada: pela antiga ponte de Igapó, conectando à zona de produção açucareira de Ceará-Mirim; pela estrada do Sertão, vinda pelo município de Macaíba (e tráfego principal de pequenos e médios comerciantes que se instalaram no bairro do Alecrim); e pela antiga Parnamirim Road, que nos anos 1960 se tornaria parte do sistema de rodovias federais e principal via de acesso a Natal. Discute-se ainda as relações entre as transformações e mesmo o desaparecimento das portas de entrada da cidade e o padrão de expansão urbana horizontal e mais fragmentado (e excludente, alterando a maneira como certos grupos acessam e ocupam o território urbano) que se consolidaria a partir de meados dos anos 1970.

COMUNICAÇÃO 10: Sistemas sociotecnoambientais na gênese dos riscos portuários em Vila Velha, ES

AUTORES:João Lemos Cordeiro Sayd. Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Ana Lúcia Nogueira de Paiva Britto. Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

A pesquisa busca compreender como os portos, que são elementos fundadores e identitários de cidades, transformam-se em produtores de riscos para seu entorno. Adota-se a hipótese de que os riscos portuários são intrínsecos a determinados sistemas sociotecnoambientais que, uma vez estabelecidos, projetam no futuro trajetórias de continuidade. Utilizam-se métodos de pesquisa da história ambiental urbana, que conjuga diferentes práticas historiográficas para observar relações entre a cidade e seu meio, como ecossistemas abertos e integrados. Essas relações são investigadas sobretudo por meio das redes de transporte, destacando vínculos entre desenvolvimento territorial, urbano e portuário, sítio natural e mudanças tecnológicas. Para isso, recorre-se a uma ampla diversidade de fontes de pesquisa, como trabalhos acadêmicos, livros, notícias de jornal, planos, projetos, cartografias, gravuras, fotografias, visitas de campo e memória oral. Especificamente, investiga-se a relação entre o porto e os bairros operários no seu entorno em Vila Velha, onde as transformações portuárias relacionam-se à produção de moradias até a década de 1960. O embrião da urbanização e dos riscos portuários surgiu ali em 1895, quando o local tornou-se ponto inicial de duas ferrovias que estruturaram os territórios capixaba e mineiro, assim como os municípios ao redor da Baía de Vitória. A produção de riscos em larga escala iniciou-se na década de 1940, quando Vila Velha recebeu o primeiro terminal industrial do Porto de Vitória: o Cais de Minério – que na década seguinte originou um conjunto de moradias, atualmente cercadas pelo porto. Questiona-se como são distribuídos as vantagens e os riscos da atividade portuária, observando que essa distribuição ocorre de maneira bastante desigual e envolve territórios muito diversos. Conclui-se que os portos são concentradores e irradiadores de riscos, assim como causa e consequência de um processo desigual de urbanização e ocupação territorial, no qual sua vizinhança é relegada à condição de suporte às atividades portuárias.

COMUNICAÇÃO 11: Caes Tavares de Lyra: o vestíbulo da cidade de Natal (1869-1927)

AUTORES: Yuri Simonini. Coordenação de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário do Rio Grande do Norte, Brasil
Talita Santiago Ferreira Costa. Graduanda do Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Angela Lúcia Ferreira. Departamento de Arquitetura e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Os equipamentos portuários desempenharam papel crucial na circulação de pessoas, mercadorias e doenças, sobremaneira a partir da segunda metade do século XIX. Estruturas como ancoradouros e cais possuíam funções específicas, sendo este último um ponto de intensa movimentação, nomeadamente no embarque e desembarque de passageiros. Em Natal, durante as ações de melhoramentos portuários, incluiu-se a construção do cais Pedro de Barros em 1869, posteriormente rebatizado Tavares de Lyra. Ao longo do tempo, o local passou por diversos aperfeiçoamentos para atender às demandas dos viajantes, com derradeira grande intervenção ocorrendo em 1927, antes da implantação do Plano de Expansão de Natal em 1935 e da chegada da hidroaviação comercial, que deslocaria o "vestíbulo" para outros pontos da cidade. Além de consolidar-se como "porta de entrada" da capital potiguar, o cais integrou-se a um projeto maior de reformas encampado pelas elites potiguares em locais específicos da urbe, abrangendo a criação de uma avenida homônima – um "hall" – entre 1904 e 1908, transformando-a no eixo central do bairro da Ribeira. Este estudo objetiva analisar o papel do cais e da avenida Tavares de Lyra no contexto de modernização urbana e reorganização socioespacial em Natal entre 1869 e 1927. Com base teórico-metodológica da História Urbana, utilizou-se jornais locais, relatórios governamentais, registros de memorialistas, suporte iconográfico e bibliografia especializada para examinar as ações da administração pública, os princípios higienistas e a influência da saúde pública no desenvolvimento urbano de Natal/RN. As intervenções no cais e na avenida ressignificaram as concepções de saneamento da época, promovendo um eugenismo urbano que envolveu embelezamento, retificação da via, arborização e imposição de estilos arquitetônicos considerados modernos em uma área portuária. Esse processo consolidou uma nova imagem da cidade, com criação de espaços socio-diferenciados, abrangendo sua principal via de acesso, ao mesmo tempo em que apagava sistematicamente os vestígios coloniais remanescentes.

COMUNICAÇÃO 12: A "desmaterialização" do patrimônio ferroviário: repercussões culturais e morfológicas da linha férrea Sousa-Porto Franco na tessitura urbana de Mossoró – RN/Brasil

AUTORES: Ana Joaquina Barbosa de Souza. Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil
Francisco Caio Bezerra de Queiroz. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

A avenida Rio Branco em Mossoró - RN é o principal eixo morfológico da cidade. Foi consolidada a partir da via férrea Sousa-Porto Franco, elemento que desempenhou papel estruturante na conformação urbana do município. Transcendendo sua função logística, a ferrovia influenciou a organização

territorial, as dinâmicas socioculturais e a percepção urbana. Dessa forma, compreender os aspectos históricos e culturais da ferrovia na urbanidade mossoroense é essencial para refletir sobre implicações no território e propor caminhos para sua valorização. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo discutir os simbolismos materiais e imateriais da linha férrea Sousa-Porto Franco na urbanidade de Mossoró para ampliar o debate acerca da preservação cultural. A pesquisa contribui para repercussão da construção de infraestruturas na produção do espaço urbano e seus impactos. Metodologicamente, baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental e legislativa. Foram consultadas fontes documentais sobre a implantação da ferrovia, leis municipais e estaduais, relatórios técnicos, bem como registros sobre a evolução urbana de Mossoró, permitindo a identificação de traços materiais e imateriais remanescentes e suas relações com o cotidiano da cidade. Além disso, buscou-se, a partir de registros jornalísticos da época, compreender a relevância das dimensões históricas associadas à memória ferroviária. Foi possível observar que esse elemento viário foi um componente essencial para a consolidação de Mossoró como um centro regional, impulsionando a economia e estruturando a ocupação urbana ao longo de seu traçado. O eixo ferroviário moldou questões espaciais e culturais da cidade, agregando valores imateriais que persistem até os dias atuais. A análise evidencia a ferrovia como uma "rugosidade" do espaço urbano, que, além de sua função técnica, agregou camadas históricas e culturais.

E1_08_Las Zonas Metropolitanas en Latinoamérica: los mecanismos de ordenamiento territorial estatales y los márgenes de participación de la iniciativa privada.

COORDENADORES:
Ana Paulina Matamoros Vences, . Universidad Iberoamericana, Campus Ciudad de México, México
Ana Gomez Pintus. Comisión Nacional de Investigaciones en Ciencia y Técnica- Instituto de Investigación en Historia, Teoría y Praxis de la Arquitecturas y la Ciudad – Universidad Nacional de La Plata, Argentina

PALABRAS CLAVE: Suelo; Estado; Metropolización; Público-Privado; Saberes Técnicos

RESUMEN: La consolidación de las áreas metropolitanas es un proceso multifacético cuya complejidad radica en la participación de múltiples actores públicos y privados actuando en diferentes escalas.

En latinoamérica las principales ciudades de la región experimentaron un proceso de conformación, crecimiento y consolidación de sus zonas metropolitanas a lo largo del siglo XX. Esto tuvo lugar gracias a las políticas de industrialización de las principales ciudades, la atracción de población gracias a la oferta de trabajo en diversos sectores económicos, a la concentración de los servicios e infraestructura en dichas zonas, así como al auge y consolidación de los mercados inmobiliarios en la región.

A pesar de una visión extendida que ha tendido a minimizar el rol del Estado en los procesos de estructuración y crecimiento urbano, creemos que es pertinente considerar las relaciones entre el sector público y los sectores privados y reconocer el elenco de actores, normativas e instituciones involucrados a diferentes escalas en los procesos de metropolizacion.

El concepto de metropolización facilita la incorporación de elementos analíticos como el crecimiento demográfico, urbano y operativo, los cuales transforman los espacios a lo largo del tiempo. Estos procesos permiten medir las complejidades derivadas de las sociedades industrializadas y postindustriales, ofreciendo una comprensión de la situación actual en las ciudades latinoamericanas.

En el contexto de esta propuesta, es crucial entender la ciudad como el resultado de un proceso de producción social donde diversos actores compiten por un lugar tanto material como simbólico dentro de ella. Por lo tanto, se invita a los interesados que buscan reconstruir históricamente los procesos de configuración urbana, integrando acciones tanto públicas como privadas, a través de la normativa y los diversos actores involucrados.

Por ello, esta mesa tiene como objetivo invitar a investigadoras e investigadores a presentar trabajos sobre temáticas que problematicen la relación público y privado en los procesos de metropolización.

– Discusiones historiográficas y teóricas sobre la evolución de las zonas metropolitanas.

– Obras públicas, infraestructura y procesos de urbanización
– Áreas de renovación o reconversión urbana
– Procesos de urbanización, densificación en escalas locales y regionales.
– Políticas de atracción poblacional para el impulso económico zonas estratégicas de áreas metropolitanas durante el siglo XX.

COMUNICAÇÃO 01: La creación del catastro en Yucatán: registro y control de la propiedad urbana en Mérida (1903-1909)

AUTORES: Leonor Eugenia Reyes Pavón. Instituto de Investigaciones Históricas, Universidad Nacional Autónoma de México, México

Mérida, Yucatán. que analiza el suelo urbano como un factor determinante en la producción y estructuración de condiciones socioeconómicas. A partir del estudio de los registros catastrales y énfasis en el rol del estado a través de las normativas involucradas en los procesos de estructuración urbana. Se busca identificar la relación entre la distribución de la propiedad, su valor y otros elementos como la posesión del suelo urbano, los materiales de construcción, y su uso, ya fuera del uso del propietario o que estuvieran en arrendamiento.En 1903, el gobernador de Yucatán promulgó la Ley del Catastro, con la finalidad tener un registro organizado de los datos catastrales del estado que permitiesen conocer diferentes aspectos vinculados al territorio como la extensión de la propiedad, su ubicación, sus medidas, su valor y el tipo de materiales de construcción empleados en las edificaciones urbanas. En el partido de Mérida la actualización de esta información mostró un incremento significativo de predios, antes de 1901 se habían inscrito 7363 y al finalizar 1906 se alcanzaba la cifra de 13877, de los cuales 10738 correspondían a la ciudad y al resto a las otras localidades que conformaban el partido.1 El análisis se sostiene en una base de datos construida a partir de los libros de manifestaciones catastrales de la propiedad urbana, lo que permite examinar aspectos como la distribución de la propiedad, el valor del suelo y su uso. Se busca entender cómo la organización del suelo urbano estuvo vinculada con la estructura socioeconómica de la ciudad y qué papel jugaron las instituciones estatales en su regulación. Esta investigación contribuye a la comprensión del proceso de construcción de la ciudad de Mérida y su proceso de configuración a partir del acceso y organización del suelo urbano considerando la multiplicidad de factores y agentes que intervienen en este.

COMUNICAÇÃO 02: Una revolución institucional. El papel de la urbanización y las obras públicas en el Plan de México de Carlos Lazo (1942-1955)

AUTORES: Joaquín Díez Canedo Novelo. FA-UNAM, México

En esta ponencia se busca presentar el trabajo urbanizador del arquitecto Carlos Lazo Barreiro en torno a lo que él mismo denominaba la planificación integral. Conformado desde 1942 y hasta 1955 como un cuerpo teórico y cartográfico para el desarrollo nacional, la genealogía del Plan de México muestra no sólo el ascenso meteórico del primer arquitecto de la Escuela Nacional de Arquitectura en ser nombrado secretario de Estado en el régimen priista, sino también la importancia que adquirió la planificación estatal de la economía durante la época de la inmediata posguerra. En un momento de desconfianza hacia el capitalismo del laissez faire pero también de cara a un creciente bloque comu-

nista, éste fue un período en el que los estados nacionales del bloque occidental impulsaron grandes proyectos de desarrollo industrial y automovilístico para afianzar su presencia urbanizadora en el territorio. En ese sentido, el trabajo de Lazo se leerá como parte y respuesta a estas condiciones. A lo largo de la presentación, se propone mostrar un panorama de los orígenes, la extensión y la ambición del proyecto de Lazo, así como un recuento de las principales obras urbano-arquitectónicas que se realizaron bajo su cobijo, como la Ciudad Universitaria de México (1947-1954), las obras de entubamiento del Río de la Piedad (hoy Viaducto Miguel Alemán, 1946) o el Centro SCOP de la Colonia Narvarte (1953-1955), mismas que dieron certeza a la metropolización de la capital mexicana en un momento en el que se buscaba abandonar los vetustos edificios del casco histórico.

COMUNICAÇÃO 03: Estrategias de control y orden socio-espacial en la planificación urbana de la ciudad de México (1950-1970)

AUTORES: Carlota Zenteno Martínez. Posdoctorante del Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, México

Foucault destacó que la planificación urbana se convirtió en una herramienta política crucial para crear y regular una población urbana productiva y saludable. Este objetivo se logró mediante la vigilancia continua de los espacios públicos, la mejora de la iluminación, el saneamiento, las restricciones en el uso del suelo y la presencia policial. La ciudad se transformó en un "objeto medicalizable", requiriendo regulación urbanística para evitar peligros. Esta ponencia busca analizar la política de ordenamiento y control urbano de la Ciudad de México entre 1950 y 1970, en relación con las demandas de moralización y regeneración urbana. Se examinará cómo la planificación urbana y los proyectos de infraestructura que de ella emanan se integraron con un orden socioespacial moral, destinado a erradicar actividades contrarias a las "buenas costumbres" en zonas populares del centro, como la "herradura de tugurios" (que incluía las colonias Guerrero, La Lagunilla, Tepito, La Merced, La Candelaria de los Patos, Jamaica y Los Reyes). Mediante el análisis de fuentes como la prensa y documentos gubernamentales, se busca entender la relación entre planificación urbana y moralización, examinando momentos clave como el Proyecto de Planificación de la Zona Centro (1950-1966) y la intervención urbanística y de renovación de infraestructura en las zonas marginales bajo las regencias de Ernesto P. Uruchurtu (1952-1966) y Alfonso Corona del Rosal (1966-1970).

COMUNICAÇÃO 04: Coimbra Bueno e Cia Ltda: Construcción de ciudades en el Sur y el Sudeste

AUTORES: Raísa Dias Alves. Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Brasilia, Universidad de Brasilia, Brasil

Este artículo analiza la actuación de la empresa de urbanismo Coimbra Bueno e Cia. Ltda. en ciudades brasileñas en las décadas de 1930 y 1940 en las regiones Sur y Sudeste de Brasil. Su objetivo es comprender y analizar la producción de la empresa en ciudades de estos territorios, identificando planes y proyectos que puedan ampliar el conocimiento del urbanismo nacional en el siglo XX. Como estudios de caso, seleccionamos el plan director de Curitiba (PR) y el proyecto urbanístico de la nueva ciudad de Luiziânia (SP), ambos de principios de la década de 1940. La investigación, de carácter exploratorio

y cualitativo, adopta como principio metodológico el estudio histórico, combinando la observación inductiva y el análisis documental deductivo a partir de la consulta de la Colección Coimbra Bueno, dependiente de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Brasilia. A partir de este análisis, se concluye que los planes y proyectos urbanísticos elaborados por la empresa Coimbra Bueno en este periodo reflejan la influencia de las prácticas y tendencias urbanísticas europeas de la primera mitad del siglo XX. Los hermanos ingenieros Jeronymo y Abelardo Coimbra Bueno, el urbanista francés Alfred Agache, entre otros, son figuras centrales en este escenario. Sus esfuerzos, acciones y producciones demuestran la importancia del campo del Urbanismo en Brasil en la primera mitad del siglo, allanando el camino para el país urbano que llegaría a ser en la segunda mitad del siglo XX. Aunque el Estado desempeñó un papel protagonista en la orquestación de los procesos de urbanización del país, son estos personajes, a menudo obliterados por la historiografía, los que merecen ser rescatados y destacados. La Colección Coimbra Bueno, al proporcionar una masa de documentos primarios, lo ha hecho posible, ampliando nuestro conocimiento de la acción privada en la construcción de las ciudades.

COMUNICAÇÃO 05: Comportamento do mercado imobiliário corporativo na operação urbana consorciada do Porto Maravilha: análise da (re)ocupação da zona portuária

AUTORES: Diego da Silva Brandalise. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Desde as iniciativas pioneiras da década de 1960 nos Estados Unidos, os projetos de reconversão funcional e socioeconômica tipo waterfront vêm se multiplicando pelo mundo, para transformação de áreas portuárias urbanas obsoletas e abandonadas. Um exemplo destas iniciativas é a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha (OUCPM) que se refere a um conjunto de intervenções urbanas e econômicas na zona portuária do Rio de Janeiro. A partir de um investimento histórico, catalisado pelos Jogos Olímpicos de 2016, analisamos o comportamento do mercado imobiliário corporativo, verificando o impacto do capital público e privado na OUCPM, através da investigação da ocupação dos edifícios corporativos e do uso dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), instrumento de outorga onerosa que possibilita o direito acessório de construir. Mediante este instrumento, e com o Estado como agente viabilizador, será analisado o grau de interferência pública, que, associado ao capital privado, gerou a valorização imobiliária nesta região e impactou o cotidiano dos moradores originais. O uso planejado e o efetivo dos CEPACs demostram a resiliência da OUCPM, quando colocados em uma linha do tempo para compreender o grau de evolução deste grande projeto urbano. O estudo se destina a compreender o comportamento do mercado imobiliário local e o perfil dos investidores, comparando as projeções iniciais ao atual processo de ocupação e vacância dos projetos licenciados e executados no primeiro ciclo de implantação da OUCPM até 2023, analisando a relação deste ciclo inicial de arquitetura icônica com o atual ciclo de empreendimentos residenciais, para assim verificar o desempenho do valor dos CEPACs da OUCPM. A reflexão mostra-se pertinente no contexto das discussões atuais em torno da nova rodada de intervenções da atual gestão do prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes na área central, que se mostram como uma nova tentativa de consolidação do Porto Maravilha.

COMUNICAÇÃO 06: Agentes loteadores e a metropolização de São Paulo: A atuaçãodas Organizações Novo Mundo na Zona Norte da cidade

AUTORA: Deborah, Sandes de Almeida. São Paulo, FAU-USP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil

Esta comunicação, parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, pretende apresentar a atuação de um grupo empresarial do ramo imobiliário que está em funcionamento na cidade de São Paulo (Brasil) desde 1935, quando passou a implantar bairros residenciais voltados aos setores médios urbanos, majoritariamente nas Zonas Norte e Sul da cidade. As Organizações Novo Mundo são um conglomerado empresarial que atuou em diversos segmentos de negócios durante o período de intensa metropolização da cidade, reunindo empresas nos setores imobiliário, financeiro, industrial e de entretenimento. Neste Simpósio, nos interessa destacar o vetor imobiliário, apresentando um dos bairros desenvolvidos por uma das empresas do grupo, o Parque São Domingos, implantado na Zona Norte entre os anos de 1951 e 1958, na margem direita do rio Tietê e no entroncamento de duas rodovias que conectam a cidade com o litoral e o interior do estado. Nascido como um bairro de caráter popular e operário, se tornou uma opção de moradia nos arredores das indústrias situadas às margens do rio Tietê e nos municípiosvizinhos, ao atrair funcionários e seus familiares para a região. Ao entrelaçarmos historicamente o surgimento deste bairro à cidade, mais especialmente às ações desenvolvidas e planejadas pelo poder público para lidar com esta porção do território em processo de transformação de suas áreas rurais em urbanas, podemos nos deter em diversas questões relacionadas à implantação de infraestrutura, às redes de mobilidade, às políticas habitacionais e de crédito imobiliário e aos planos e projetos pensados para a localidade, não só em escala municipal, mas também metropolitana. Sendo assim, será possível discutir a relação entre o Estado e a iniciativa privada, via agentes loteadores, durante um período fundamental para a metropolização da cidade

COMUNICAÇÃO 07: La costa de Punta Lara (Buenos Aires, Argentina) y el uso sindical del espacio (1960-1980)

AUTORES: Ana Gómez Pintus. CONICET-UNLP
Saffer Florencia . UNLP

Este trabajo propone estudiar desde una perspectiva histórica los procesos de ocupación de la ribera sur del área Metropolitana de Buenos Aires poniendo el foco en el caso particular de Punta Lara, situada 48 km al Sur de la Capital Nacional y a pocos kilómetros de la Capital provincial. La investigación se concentra en la conformación de un área de la ribera jalonada por campings y recreos, la mayoría de los cuales irrumpieron en el área de la costa luego de que durante el gobierno del General Onganía, el Dec. Pcial. N°5674 sancionado en el año 1968 permitiera su ocupación a través del otorgamiento de permisos para el uso y explotación con fines turísticos. Se experimentó por entonces un proceso de semi-privatización de su franja costera, a partir de la entrega en concesión de parcelas a diferentes gremios, sindicatos y asociaciones (Gandolfi-Gentile, 2004). A través de las fuentes recopiladas en el HCD de Ensenada se propone un primer acercamiento que permita reconstruir el circuito de actores públicos y privados que intervinieron en la formación de campings y a revisar los instrumentos técnicos y normativos de aplicación específica en la zona ribereña. Como hipótesis de trabajo plant-

eamos que, en simultáneo al proceso de popularización y masificación ocurrido en los años cincuenta se asistiría a un proceso de "privatización" popular. Es decir que si bien se reconoce una mayor participación de las clases trabajadoras, esto se materializaría a partir del cerramiento y la restricción del acceso a otros sectores.

COMUNICAÇÃO 08: Análisis de Densidad poblacional y déficit habitacional en el Área Metropolitana del Suroccidente de Colombia, 1993-2023.

AUTORES: Harold Medina Garzón. Universidad del Valle, Colombia,
Harvy Vivas Pacheco. Universidad del Valle, Colombia

El presente trabajo explica las dinámicas metropolitanas relacionadas con la localización de la vivienda en el Área Metropolitana del Suroccidente colombiano, AMSO, la cual fue delimitada por los estudios realizados por el Departamento Administrado de Planeación distrital de Santiago de Cali en el "DOCUMENTO TÉCNICO DE SOPORTE PARA LA CONSTITUCIÓN DEL ÁREA METROPOLITANA DEL SUROCCIDENTE DE COLOMBIA" (Alcaldía de Santiago de Cali, 2023), el cual define el esquema asociativo para el cual el Distrito de Santiago de Cali actuará como municipio núcleo, por su prevalencia como centro administrativo y motor económico de la región suroccidental del país, y su articulación con los municipios del departamento del Valle del Cauca, Jamundí, Candelaria, Palmira, Yumbo, La Cumbre y Dagua, así como los municipios del norte del departamento del Cauca, Villa Rica y Puerto Tejada. Con el fin de comprender las dinámicas demográficas que involucran al conjunto de municipios, se plantea un análisis del estado actual del área metropolitana del suroccidente colombiano AMSO a partir de dos variables, el déficit de vivienda y la densidad urbana, a partir de las mediciones realizadas por el Departamento administrativo nacional de estadística DANE, en el Censo Nacional de Población y Vivienda de 2018 y las mediciones del mercado de vivienda de Cámara colombiana de la construcción, se usaron métodos de análisis espacial por medio de herramientas SIG y técnica estadística de regresión lineal, para determinar el comportamiento del estado de las viviendas en el área metropolitana, en la cual el 18,37% de la población vive en condiciones de déficit habitacional.

COMUNICAÇÃO 09: Ordenamento territorial e segregação na Região Metropolitana de Florianópolis: o Distrito de Barreiros em São José

AUTORES:Natália Sagaz. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

O município de São José, que faz o único limite territorial com a cidade de Florianópolis, é o principal acesso à capital de Santa Catarina. Devido à influência metropolitana da capital, que extravasa suas dinâmicas urbanas sobre as cidades circundantes, os estudos urbanos sobre São José frequentemente tratam o município como um "apêndice" de Florianópolis. Segundo Soares (1990), em 1941, Florianópolis passou por avaliações territoriais sob respaldo do governo do Estado, quando observou-se a inferioridade da composição territorial da cidade em relação a outras capitais brasileiras. Ainda, identificou-se que a localização do Distrito de João Pessoa, até então pertencente ao município de São José, favorecia o crescimento da Capital devido ao grande número de trabalhadores que residiam na região

continental. Isso, somado à pouca assistência administrativa que a prefeitura de São José oferecia ao distrito, culminou no desmembramento de parte do território cedido à capital. Também, Vidal (2009) identificou nessa época que os investimentos imobiliários em áreas rurais de São José, como o Distrito de Barreiros, eram uma estratégia para lidar com a explosão demográfica de Florianópolis. Embora, na década de 70, o Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis tenha começado a pautar um planejamento urbano integrado com os municípios vizinhos, várias melhorias urbanas prometidas para a região continental demoraram a se concretizar ou foram abandonadas. Nesse sentido, observa-se que o Distrito de Barreiros, em São José, tornou-se precário em aspectos urbanísticos dada a segregação socioespacial à qual seu território está submetido. Este estudo, de caráter exploratório, baseia-se em revisão bibliográfica, análise documental e cartográfica. O artigo revela que a RMF impacta diretamente o território de São José, devido à pulverização de políticas urbanas que, concentradas em Florianópolis, atingem pouco as regiões vizinhas, especialmente o Distrito de Barreiros, uma importante área de transição entre continente e ilha.

COMUNICAÇÃO 010: A Expansão Urbana de Mauá: Agentes, Loteamentos e a Ação do Estado

AUTORES: Jayne Nunes dos Santos. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil

A cidade de Mauá, parte da Região do Grande ABC e da Região Metropolitana de São Paulo, experimentou um período de crescimento acelerado entre 1940 e 1970, impulsionado pela expansão do parque industrial paulista no ABC e pela metropolização de São Paulo. Neste período, houve o crescimento tanto da população, que passou de 9.472 habitantes em 1950 para 102.188 habitantes em 1970, tanto da cidade construída, com a abertura de numerosos loteamentos populares. Durante minha pesquisa foram mapeados cerca de 140 loteamentos aprovados entre os anos de 1920 até 2000, variando em tamanho e tipos de loteadores, indo de pequenos loteadores individuais com áreas pequenas, loteadores individuais com áreas maiores, indústrias, pequenas sociedades, empresas imobiliárias, associações operárias até o Estado, através do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), revelando a diversidade de agentes envolvidos na expansão urbana. Além disso, foram levantadas junto a Prefeitura de Mauá cerca de 20 leis de regulação do solo entre 1970 e 1990, que indicam formas irregulares de ocupação do solo feitos pela população, em decorrência de um período econômico no qual houve um empobrecimento geral da população e as condições de emprego se deterioraram. Busca-se neste artigo reconstruir os processos pelos quais se deu o crescimento da cidade de Mauá a partir de 1950, considerando a ação dos diversos loteadores, dos moradores e a ação do Estado, tanto pela sua omissão quando pela adoção de leis de controle do solo em 1970, de modo a compreender a dinâmica da expansão urbana e a formação da cidade.

COMUNICAÇÃO 11: Operações Urbanas e o vetor Sudoeste de São Paulo: resultados e horizontes após três décadas (1995-2025)

AUTORES: Alexandre Hepner. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.

A cidade de São Paulo, no Brasil, é a maior metrópole da América do Sul e representa um importante nó do sistema empresarial e financeiro internacional, concentrando sedes regionais de diversas empresas multinacionais responsáveis por supervisionar operações no país, no Mercosul ou na América do Sul. A maioria dessas atividades econômicas está concentrada ao longo do "vetor Sudoeste", uma área ampla que se estende desde o Centro histórico da cidade até as margens do Rio Pinheiros, ao longo de uma série de avenidas. O seu crescimento e consolidação ao longo do último século é marcado por intensa atividade imobiliária, causando inexorável gentrificação urbana, além da concentração de investimentos públicos e privados que aprofundam a desigualdade territorial. Desde meados dos anos 1990, este processo tem sido intensificado pelo surgimento de um instrumento urbanístico de parceria público-privada chamado Operações Urbanas Consorciadas (OUCs), dentre as quais destacam-se a OUC Faria Lima e OUC Águas Espraiadas, as quais abrangem regiões altamente valorizadas ao longo do Rio Pinheiros. Estes instrumentos se sustentam através de recursos privados arrecadados através da venda de títulos públicos chamados CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção), que podem ser usados para ampliar o potencial construtivo do terreno para além do que é permitido pelo zoneamento. Em contrapartida, os recursos devem ser investidos na melhoria da infraestrutura urbana dentro do perímetro da OUC. No entanto, uma análise da produção imobiliária e dos investimentos públicos decorrentes destas OUCs ao longo dos últimos 30 anos revelam que tais instrumentos possuem um caráter fortemente ideológico, orientado pela visão da cidade como uma "máquina de crescimento urbano" (LOGAN & MOLOTCH, 1976) cuja finalidade tem sido, ao mesmo tempo, garantir a continuidade da intensificação da acumulação capitalista pelos promotores imobiliários locais, e a segregação socioespacial que cria um enclave elitista apartado do restante da cidade.

COMUNICAÇÃO 12: Procesos metropolitanos en las ciudades postindustriales em Ciudad de México, Guadalajara y Monterrey

AUTORES: Dra. Ana Paulina Matamoros Vences. Universidad Iberoamericana, Ciudad de México. Dra. Lidia González Malagón. Querétaro.

Esta ponencia analiza las transformaciones morfológicas de las áreas urbanas tras el auge industrial, con especial atención a las ciudades de Ciudad de México, Guadalajara y Monterrey. Se examinan los cambios que acompañaron la transición de los modelos económicos que fortalecieron el Estado de Bienestar y propiciaron la expansión de la ciudad hacia la periferia desde la década de los ochenta. El objetivo es identificar elementos comunes en estos procesos, se examinan los cambios territoriales y sociodemográficos así como los cambios en las políticas de planeación urbana que influyeron en la consolidación de la metropolización de las principales ciudades industriales de México.

COMUNICAÇÃO 13: Urbanismo de retail. Reconfiguraciones del comercio minorista en el Area Metropolitana de Montevideo

AUTORES: Andrés Quintans Sives. Instituto de Estudios Territoriales y Urbanos, Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo/ Universidad de la República, Uruguay.
Eleonora Leicht Arocena. Instituto de Estudios Territoriales y Urbanos, Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo/ Universidad de la República, Uruguay.

La zona metropolitana de Montevideo se asienta sobre tres jurisdicciones acrecentando su complejidad, dificultando la gestión de sus servicios, la articulación de su normativa y planificación. El hecho de verificarse una expansión urbana sostenida en el tiempo sin aumento de población le da un carácter particular sino único en el contexto latinoamericano. En las últimas 3 décadas se verifican migraciones internas en las que predomina el flujo desde áreas centrales a loteamientos de veraneo (con o sin viviendas ya edificadas) particularmente hacia el este de la ciudad y contra la costa. Este fenómeno fue acompañado con el surgimiento de ofertas más exclusivas del tipo barrios cerrados. Estos últimos estableciéndose en suelo rural, lejos del borde costero. relegando así ubicación a favor de exclusividad. Este fenómeno de desplazamiento poblacional oportunamente fue acompañado por servicios públicos y privados intensificándose estos últimos en las zonas de alto poder adquisitivo. Así, al surgimiento servicios básicos se suman una importante intensificación del comercio minorista en diversas modalidades y escalas, sin un correlato planificador que lo sostenga. A los shoppings y grandes superficies comerciales, se le suman nuevos formatos de retail que denominamos mini malls como un nuevo fenómeno comercial y cultural. Se trata de una red incipiente que opera de manera complementaria a la red de grandes superficies. Dado que las estrategias de ordenamiento territorial metropolitanas no ha resultado un instrumento de ordenamiento territorial potente ya q arriba a consensos muy genéricos entre las intendencias permiten diferencias importantes entre regulaciones vecinas. Considerando que los márgenes de participación de los privados se dirige hacia donde los IOTs departamentales son más laxos encontramos que el fenómeno inicial dirigido a proveer bienes y servicios para este sector del territorio se convirtió en oferta a escala metropolitana introduciendo nuevas tipologías y formas de consumo acompañadas por nueva cadena logística.

E1_09_Sistemas hídricos e processos de urbanização

COORDENADORES:
Eduardo Alberto Cuscé Nobre. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da USP
Leonardo Cassimiro Barbosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo – UEM

RESUMO: Este simpósio propõe refletir sobre as interações entre os sistemas hídricos e os processos de urbanização, abordando como as práticas de intervenção sobre a água moldam territórios urbanos e regionais em diferentes momentos históricos. Em diálogo com o eixo “”Territórios, sistemas urbanos, dinâmicas regionais””, o simpósio analisa a água como infraestrutura essencial e como elemento estratégico nas relações entre sociedade e natureza, destacando o papel das políticas públicas, das dinâmicas socioeconômicas e dos conflitos territoriais. Ao investigar as transformações nos corpos hídricos urbanos, os desafios de gestão e conservação, e as formas desiguais de acesso e apropriação dos recursos, buscamos contribuir para o debate sobre a produção do espaço e suas implicações socioambientais. Pretende-se instaurar um debate crítico, de caráter interdisciplinar, reunindo pesquisas que articulam questões de infraestrutura, desenvolvimento urbano, mudanças ambientais e justiça territorial.

COMUNICAÇÃO 01: Infraestrutura Hídrica do século XX, construída no século XXI: o que é novo, e o que permanece, com a construção da UHE-Belo Monte e da Vila Belo Monte?

AUTORES: Lucas Celestino Azevedo Pereira. IFPA
Raul da Silva Ventura Neto. UFPA

O Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE-Belo Monte), no Rio Xingu, passou por décadas de estudos e revisões, entre 1975, que marca o início da elaboração do Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, e 2011, quando tem início a obra. Pensado como Complexo Hidrelétrico de Altamira, composto pelas usinas de Babaquara e Kararaô, o projeto inicial exigia o deslocamento de 7 mil indígenas, afetando 12 territórios tradicionais. Ao longo dos anos, os trabalhos de revisão dos Estudos de Viabilidade levaram à redução da área inundada pelo lago e a garantia de não inundação das terras indígenas, o que implicou em uma, presumível, redução nos impactos socioambientais sobre as populações tradicionais. Apesar de ser um projeto tipicamente do século XX, no que tange a lógica desenvolvimentista de atuação do governo militar sobre o território amazônico, a UHE-Belo Monte foi concluída apenas na primeira década do século XXI e, despeito das mudanças em termos de redução sobre os impactos ambientais inicialmente previstos, buscamos analisar os impactos urbanos do projeto. A ênfase recai na construção da Vila Belo Monte, no município de Vitória do Xingu, incialmente construída para abrigar os trabalhadores do canteiro de obras e que está em vias de ser incorporada pelo município de Vitória do Xingu. O intuito do artigo é investigar se a lógica de definição do projeto urbanístico e o padrão de inserção da Vila Belo Monte na área urbana de Vitória do Xingu são distintas em comparação com as Vilas criadas para dar suporte à construção de outras infraestruturas hídricas de geração de energia na Amazônia durante o século XX, como a UHE-Tucuruí e UHE-Balbina.

COMUNICAÇÃO 02: Intervenções em Cursos D'Água e Transformação do Território: o caso da urbanização do Córrego Guaicuri

AUTORES: Renata Fragoso Coradin. Universidade Presbiteriana Mackenzie
Ana Gabriela Godinho Lima. Universidade Presbiteriana Mackenzie
Eliene Corrêa Rodrigues Coelho. Universidade Presbiteriana Mackenzie
Matheus de Vasconcelos Casimiro. Universidade Presbiteriana Mackenzie

Este artigo analisa o impacto das intervenções em cursos d'água no planejamento territorial a partir do estudo de caso da urbanização do Córrego Guaicuri, na zona sul da cidade de São Paulo. O projeto foi desenvolvido no âmbito do Programa Mananciais, coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (SEHAB), e abrange uma área de aproximadamente 87.151 m² no distrito de Cidade Ademar, inserida na bacia da Represa Billings. A intervenção responde à necessidade de qualificação de um território vulnerável, situado às margens do córrego, articulando a recuperação ambiental do curso d'água ao reassentamento das famílias no próprio local a partir da provisão de novas moradias, espaços públicos e infraestrutura urbana. A análise enfatiza a relação entre território, regulação ambiental e urbanização de áreas precárias junto à cursos d'água, observando como políticas públicas e projetos urbanos transformam a paisagem e redefinem as dinâmicas socioespaciais. O estudo examina a interescalaridade da intervenção, abordando desde os marcos regulatórios que orientam a ocupação de áreas de manancial até as decisões projetuais que configuram a morfologia urbana local. Em uma escala territorial, discute-se a estruturação do espaço urbano a partir da integração entre moradias e o curso d'água. Em uma escala intermediária, avalia-se a articulação entre edificações novas e existentes, espaços públicos e mobilidade cotidiana. No nível da unidade habitacional, analisam-se as soluções projetuais dos espaços interiores, a realização das atividades reprodutivas de cuidado da casa e das pessoas e as relações com o exterior e o entorno urbano. A pesquisa contribui para o debate sobre intervenções urbanas em sistemas hídricos, destacando desafios na conciliação entre regulação ambiental e demandas habitacionais em um contexto metropolitano. Ao examinar a transformação do Córrego Guaicuri, o artigo discute como políticas públicas de urbanização em áreas de mananciais reconfiguram o território e as condições de vida da população, relacionando-as a processos históricos mais amplos de intervenção em sistemas hídricos urbanos.

COMUNICAÇÃO 03: Industrialização, saneamento e conservação hídrica no Paraná: desafios ao desenvolvimento no eixo Londrina-Maringá, na década de 1970

AUTORES: Arthur Faiotto Carneiro. UEM
Leonardo Cassimiro Barbosa. UEM

O intenso processo de industrialização que acometeu o estado do Paraná, na década de 1970, levantou debates sobre os impactos ambientais nos recursos hídricos, especialmente no que se refere à poluição industrial e ao abastecimento de água. Ao mesmo tempo em que o governo estadual buscava desenvolver a infraestrutura sanitária em diversos municípios, também incentivava o crescimento industrial. O principal desafio era enfrentar a poluição sem comprometer o desenvolvimento econômico do estado. Vários municípios do Paraná, em especial os localizados na porção norte, ao longo do eixo Londrina-Maringá, enfrentavam dificuldades e custos mais elevados para manter o abastec-

imento, devido às suas características territoriais, o que gerava preocupações com os sistemas hídricos de uma cadeia de cidades, uma vez que diversos mananciais abasteciam múltiplos municípios. A pesquisa busca investigar o avanço da preocupação conservacionista, a partir da década de 1970, no eixo Londrina-Maringá, confrontando-a com a relação entre industrialização, desenvolvimento e combate à poluição hídrica. A investigação se fundamenta em uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental e revisão bibliográfica. Serão examinados relatórios técnicos, legislações da época, documentos institucionais e reportagens de jornais de circulação do período, que evidenciam a relação entre desenvolvimento industrial, políticas de saneamento e a situação hídrica dos mananciais. Os resultados preliminares indicam um movimento de imposição e centralização por parte da governabilidade da ditadura civil-militar, para que diversos municípios aderissem ao Plano Nacional de Saneamento (Planasa). O argumento governamental era de que essa adesão permitiria promover o desenvolvimento sanitário, ao conciliar progresso e preservação ambiental. Nos planos analisados, a situação sanitária, em especial relacionada aos efluentes, aparece como um importante entrave à industrialização e ao desenvolvimento.

COMUNICAÇÃO 04: Infraestructuras hídricas durante la Guerra Fría: La inundación de 1967 en Buenos Aires

AUTORES: Adriana Laura Massidda. Universidad de Sheffield

En Octubre de 1967 una inundación extremadamente severa afectó la cuenca del río Riachuelo-Matanza en Buenos Aires, con efectos particularmente pronunciados en su margen sur. Esta área, originalmente de humedales, estaba siendo integrada al tejido urbano por una combinación de procesos y actores: autoconstrucción de vivienda obrera, obras hídricas de gran envergadura tales como la rectificación del Riachuelo o la canalización del Arroyo Cildáñez, y, en la margen norte del río, planes de saneamiento urbano tales como el Parque Almirante Brown. En línea con las preocupaciones de las naciones occidentales durante la Guerra Fría, iniciativas como las dos últimas eran acompañadas por narrativas de 'desarrollo' y mejora de las condiciones de vida populares. La infraestructura de servicios en el área, de todos modos, continuaba siendo limitada, y la mirada oficial permanecía más interesada en mecanismos de control político de la población que en una distribución más igualitaria de obras y de recursos. La inundación duró más de tres semanas y dejó decenas de personas fallecidas, miles desplazadas, y millones con pérdidas materiales severas. Esto último, teniendo en cuenta que quienes habitaban el área eran familias obreras, significó que muchas perdieron viviendas, bienes y ahorros que les llevaría décadas recuperar. En esta ponencia tomamos la inundación de 1967 como puntapié para historizar las infraestructuras hídricas construidas durante las décadas de 1940, 1950 y 1960 en Buenos Aires con particular atención a la mirada barrial. A través de un trabajo exhaustivo con materiales de archivo, incluyendo material de prensa, visual y audiovisual; así como testimonios, mesas de memoria y entrevistas en profundidad, proponemos que la experiencia vecinal de la inundación estuvo atravesada por sentimientos de impotencia, tristeza y bronca, así como de una gran solidaridad, y que estos construyen los modos en que la inundación es explicada y recordada.

COMUNICAÇÃO 05: Naturaleza, infraestructuras y desigualdad hídrica. Aproximaciones a partir del concepto de ciclo hidrosocial en el Área Metropolitana de Buenos Aires

AUTORES:. Melina Tobías. Conicet
Leonardo Fernández. ICO/ UNGS

Este estudio aborda el ciclo del agua en el Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA) desde la ecología política urbana, con énfasis en las fuentes de abastecimiento, el desarrollo metropolitano y los retos para universalizar el acceso a agua potable y saneamiento en el contexto del cambio climático. Se analizan las tensiones generadas en el ciclo hidrosocial del AMBA. El objetivo central es explorar cómo el contexto biogeográfico del Río de la Plata y los acuíferos condiciona y es transformado para garantizar el abastecimiento de agua en el AMBA. A través del modelo sistema-entorno, se examinan las interacciones entre factores biogeográficos, urbanos y sociales, con especial atención al impacto del crecimiento urbano en los acuíferos y la influencia del entorno geográfico en las políticas hídricas. Metodológicamente, se emplean Sistemas de Información Geográfica (SIG) para analizar datos hidrológicos, demográficos y urbanos, modelando la relación entre crecimiento urbano, densidad poblacional y provisión de servicios públicos. Además, el análisis de metabolismo urbano permite identificar los flujos de agua y el impacto humano sobre los recursos hídricos. El desbalance hídrico, intensificado por el exceso de agua superficial que sobrecarga los acuíferos, se agrava por los efectos del cambio climático y la variabilidad asociada al fenómeno ENSO, que aumentan las sequías e inundaciones, complicando la gestión del agua. Se concluye que es crucial implementar políticas públicas integrales que fortalezcan la gestión pública de los recursos hídricos, la conservación de acuíferos y la expansión de infraestructura en áreas vulnerables. La posible privatización de AySA, al priorizar la rentabilidad, podría desplazar el enfoque del agua como derecho humano, exacerbar desigualdades y comprometer la sustentabilidad ambiental y social del AMBA.

COMUNICAÇÃO 06: Riscos portuários como produto das trocas entre cidade, hinterlândia e além-mar

AUTORES: João Lemos Cordeiro Sayd, UFRJ
Ana Lúcia Nogueira de Paiva Britto, UFRJ

Os portos são infraestruturas hídricas fundadoras e identitárias de cidades. Mas no seu processo histórico de desenvolvimento trazem profundas mudanças territoriais, sociais e da paisagem nas suas vizinhanças. A questão que orienta esse trabalho é: como os portos transformam-se em produtores de riscos crescentes para seus moradores? Adota-se a hipótese de que os riscos portuários são intrínsecos a sistemas sociotecnoambientais vinculados ao porto e que determinados sistemas desse tipo, uma vez instalados, projetam no futuro trajetórias de continuidade. Parte-se de uma abordagem crítica da noção de modernidade, relacionando-a a atuais crises de diversas ordens. São utilizados métodos de pesquisa da história ambiental urbana, que observa relações entre a cidade e seu meio, compreendendo-os como ecossistemas abertos e integrados. As trocas entre a cidade e o território são investigadas sobretudo através das redes de transporte, verificando relações íntimas entre os processos de urbanização e as mudanças tecnológicas, bem como entre as próprias concepções de natureza e tecnologia. Essa abordagem multiescalar revela que os riscos portuários são produto das cadeias de produção e

logística vinculadas à atividade portuária. Especificamente, investiga-se a produção de riscos em um enclave residencial no Porto de Vitória: o Morro do Atalaia, em Vila Velha, Espírito Santo. O porto surge no local com a implantação do cais de minério de ferro, na década de 1940. Deste então, o aumento dos riscos coincide com o avanço de estágios de modelos de desenvolvimento portuário e de interface cidade-porto ali observados. Questiona-se como são distribuídos as vantagens e os riscos da atividade portuária, observando que essa distribuição ocorre de maneira muito desigual e envolve territórios muito diversos. Conclui-se que os portos são concentradores e irradiadores de riscos, bem como causa e consequência de um processo de urbanização desigual, no qual sua vizinhança é relegada à condição de suporte às atividades portuárias.

Caderno de Resumos dos Simpósios e Comunicações

EIXO 2

Núcleos e cidades, modos de vida e práticas sociais

Núcleos y ciudades, modos de vida y prácticas sociales

E2_01_Las sociedades urbanas en la década de 1950: población, producción de la ciudad y política

COORDINADORES:
Charlotte Vorms . Universidad Panthéon-Sorbonne, Francia
Rubén Pallol. Universidad Complutense de Madrid, España

PALABRAS CLAVE: Década 1950; Cambio Social; Producción de la Ciudad; Politización; Comunidad Urbana

RESUMEN: Hacia 1950 las grandes ciudades experimentaban procesos acelerados de crecimiento y transformación como resultado de fenómenos sociales y económicos de larga duración y de nuevas circunstancias políticas y sociales. Las migraciones desde zonas rurales se habían intensificado, impulsadas por la industrialización, incrementándose durante la Segunda Guerra Mundial cuando las industrias bélicas demandaron repentinamente grandes contingentes de trabajadores. Por otro lado, los desplazamientos forzados por la guerra y las posteriores crisis humanitarias desencadenaron migraciones internacionales que incentivaron y complejizaron el crecimiento urbano en países alejados del frente. Más adelante, el desarrollo económico tras la posguerra tanto en las economías ya industrializadas como en el sur global, alumbró nuevos modelos productivos en que los servicios y el sector terciario adquirieron mayor protagonismo. En términos sociales, esto se tradujo en un incipiente desarrollo de las clases medias y la sociedad de consumo y la aparición de familias y sectores sociales que demandaban nuevos estilos de vida de claro signo urbano, asociados a la suburbanización, al disfrute del automóvil y a otros rasgos de prosperidad.

Este desarrollo urbano tan acelerado y no siempre ordenado provocó una crisis de vivienda, además de otros problemas (falta de equipamientos, movilidad y transporte, efectos de un mayor uso del automóvil, polución, etcétera…). Estas cuestiones fueron abordadas de distintas maneras por los actores implicados en la producción de la ciudad, entre los que se incluían a los habitantes y vecinos que se organizaban para encontrar o producir su vivienda y acondicionar sus barrios, a las autoridades gubernativas e instituciones públicas o privadas que impulsaban o mediaban en programas de transformación urbana o los actores económicos interesados en las oportunidades ofrecidas por el crecimiento de la ciudad. Este simposio quiere estimular la investigación de dicha transformación urbana en la década de 1950 para lo cual invita a la presentación que aborden los siguientes temas:

– La evolución y cambio en las poblaciones urbanas, atendiendo a las continuidades y rupturas en las estructuras y dinámicas familiares, las formas de habitación y residencia, las relaciones de vecindad, las formas de interacción y sociabilidad entre distintos grupos sociales en ciudades en crecimiento y transición en la década de 1950.

– La producción espacial en estas ciudades en transición e intenso crecimiento, incluyendo tanto la planificación urbanística de las autoridades estatales como las de agentes privados, ya fueran estos promotores inmobiliarios que ensayaban formas industrializadas de edificación, particulares que edificaban por su cuenta, como los propios vecinos que resolvían dentro o al margen de las reglas sus problemas de vivienda.
– La articulación de la vida política y de la comunidad vecinal en este periodo de rápido cambio. El objetivo es investigar la pluralidad de agentes implicados, tanto desde arriba como desde abajo, estatales o paraestatales, institucionales o forjados en movimientos sociales, que intervinieron, mediaron o participaron en los procesos de transformación de la ciudad arriba descritos, con especial atención al modo en que la cuestión urbana contribuyó a la forja de nuevas formas de identidad y de actuación políticas.

PONENCIA 01: Transformaciones urbanas en el municipio de Chía durante la década de 1950: Gobierno local, actores económicos y organización comunitaria

AUTORES: Sandra Milena Sua Salazar. Pontificia Universidad Católica, Chile

El magnicidio de Jorge Eliécer Gaitán en 1948 desencadenó una serie de transformaciones profundas en Colombia, intensificando las tensiones sociales y políticas que ya se vivían en todo el país. La violencia y la inestabilidad resultantes provocaron un flujo masivo de migrantes hacia las ciudades y las áreas rurales, lo que aceleró la urbanización y alteró las estructuras territoriales del país. Este proceso marcó una ruptura en el orden político y social, todo dentro de un contexto de creciente industrialización y urbanización que modificó sustancialmente las dinámicas sociales y económicas de diversas regiones. En este marco, durante la década de 1950, el municipio de Chía, ubicado en la periferia de Bogotá, experimentó un notable incremento poblacional, lo que dio lugar a una transformación de su espacio y su organización social. El crecimiento acelerado de la población y la expansión de las actividades económicas en Chía estuvieron profundamente influenciadas por los procesos nacionales de migración y urbanización. Sin embargo, el desarrollo del municipio fue también un reflejo de la interacción de factores locales como la política municipal, las iniciativas privadas y la configuración social de la época. Este proceso de transformación urbana no solo alteró el paisaje físico del municipio durante la década de 1950, sino que también redefinió las relaciones de poder y los mecanismos de participación en la toma de decisiones políticas y económicas. A través de un análisis de las dinámicas urbanas de Chía durante este período, la investigación busca examinar cómo el municipio experimentó y respondió a las tensiones sociales, políticas y económicas derivadas del contexto nacional, y cómo estas influyeron en su urbanización y desarrollo. Este estudio aborda la intervención del gobierno municipal y las autoridades departamentales en la planificación territorial, así como la influencia de propietarios de tierras, promotores inmobiliarios y comerciantes en el desarrollo urbano. Asimismo, se estudiará la respuesta de movimientos vecinales y juntas de acción comunal ante estos cambios, destacando sus estrategias de organización frente a los procesos de urbanización. A través de un enfoque interdisciplinario basado en la historia urbana, esta investigación empleará fuentes primarias como archivos municipales, prensa y registros de propiedad, complementadas con literatura secundaria. El estudio permitirá comprender cómo la urbanización de Chía en la década de 1950 reconfiguró el territorio y redefinió las relaciones de poder.

PONENCIA 02: Buenos Aires en los ’50: génesis y expansión de la cuestión metropolitana

AUTORES: Matías Landau. Conicet/Universidad de Buenos Aires

El censo nacional de 1947 determinó que en la Ciudad de Buenos Aires vivían 2.981.043 habitantes, mientras que en los municipios del conurbano bonaerense habitaban 1.741.338. Este fue el último registro histórico de una urbe que concentraba más población dentro de sus márgenes jurisdiccionales que fuera de ellos. En el censo siguiente, de 1960, la relación se había invertido: mientras que dentro del perímetro de la ciudad se mantenía una población similar, de 2.966.634, el conurbano había vivenciado un crecimiento vertiginoso, que lo llevó a más que duplicar la cantidad de residentes, que pasaron a ser 3.772. 411. En este sentido, la década del ’50 ha sido particularmente significativa para comprender la génesis de las características contemporáneas de la región que hoy denominamos Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), constituida por la ciudad y los municipios vecinos, pertenecientes a la provincia de Buenos Aires. La ponencia se sitúa en esa década para analizar cómo se gestó y se expandió la “cuestión metropolitana”. Ésta puede ser definida como el resultado de la intersección de dos factores: por una parte el crecimiento y la expansión urbanos sobre la base de la diferenciación funcional y social del territorio; por la otra, esa expansión sobre varias unidades territoriales de gobierno y gestión. Para analizar la cuestión metropolitana nos centraremos en la relación entre las dinámicas socio-urbanas y político-municipales. Entre las primeras, describiremos los procesos de modificación de los patrones de habitación, el crecimiento de los barrios periféricos en el conurbano, las dinámicas de trabajo y de transportes que caracterizaron la década del ’50. Entre las segundas, analizaremos cómo estos procesos se tensionaban con las dinámicas políticas municipales, tanto porteñas como de los municipios del conurbano, las relaciones entre las autoridades municipales, nacionales y provinciales, y los patrones de participación política y social locales.

PONENCIA 03: Tiempo de definiciones: villas y cantegriles hacia mediados del siglo XX

AUTORES: María José Bolaña. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Uruguay
Valeria Snitcofsky. Conicet - CEIHVAL, Universidad de Buenos Aires, Argentina

A mediados del siglo XX, en el marco de la industrialización por sustitución de importaciones, tuvo lugar una afluencia masiva de migrantes internos a Buenos Aires y Montevideo. Ello profundizó en ambas ciudades las dificultades preexistentes para acceder a la vivienda, dando lugar a una expansión inédita de los barrios informales urbanos, junto con la consolidación de los términos villa y cantegril respectivamente, como conceptos generales para nombrarlos. Contemporáneamente, desde el ámbito estatal se delinearon las primeras políticas para intervenir sobre la cuestión. A su vez las poblaciones destinatarias de estas medidas se reconocieron a sí mismas como un sector diferenciado, con demandas y características propias. Por todo esto, la década de 1950 constituye, para ambas ciudades, una etapa crucial en la historia de la informalidad urbana, signada por definiciones semánticas, políticas y reivindicativas. En cuanto a las definiciones semánticas, el uso de la palabra villa, junto con sus variantes villa miseria y villa de emergencia, se consolidó como término para designar a los barrios informales en Argentina durante la segunda mitad de la década de 1950. En Uruguay el vocablo cantegril también se popularizó hacia mediados de los años cincuenta y comenzó a usarse oficialmente. En el plano de las definiciones políticas, la primera intervención sistemática en Argentina fue el Plan

de Emergencia lanzado en 1956, cuyo nombre remite a aquel lanzado hacia 1952 en Uruguay como "política de barrios de emergencia". En términos reivindicativos, hacia 1958 se conformó en Buenos Aires la primera organización sectorial que nucleó a quienes habitaban estos espacios urbanos: la Federación de Villas y Barrios de Emergencia que, como en el caso de las comisiones vecinales de los cantegriles montevideanos, sostuvo sus demandas junto a la militancia comunista. Por todo lo anterior esta ponencia indagará en clave comparativa las definiciones en torno a la ciudad informal consolidadas, con cierta simultaneidad, en Buenos Aires y Montevideo durante la década de 1950.

PONENCIA 04: La modernización comercial del área central de Mendoza en la década de 1950 y su legado arquitectónico.

AUTORES: Carlos L. Sala. Facultad de Ambiente, Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Congreso, Mendoza, Argentina.

El proceso modernizador que experimentó la Argentina desde finales del siglo XIX se caracterizó por una democratización cada vez mayor del consumo que fue abarcando progresivamente a la clase media y los sectores populares a lo largo de la primera mitad del siglo XX. Nuevas tipologías arquitectónicas fueron el marco necesario para el desarrollo del comercio masivo. Durante la década del cincuenta se construyeron en Mendoza los mayores edificios de grandes tiendas con que contó la ciudad. Esta gran expansión del comercio minorista se debió no solo al aumento de la población en general y a la creciente demanda de una masa de consumidores provenientes de la clase obrera, sino también a un proceso ascendente de concentración y modernización comercial. A fines de los años cincuenta y principios de los sesenta, se produjo en Mendoza un verdadero auge en la construcción de galerías comerciales. Este fenómeno de densificación comercial en el centro de la ciudad se dio asociado a la construcción de edificios en altura. A su vez, esto coincidió con la instalación de los primeros supermercados, adoptados de las experiencias norteamericanas. Comenzó así una competencia entre distintas tipologías y modalidades comerciales en un centro urbano que continuaba recorriendo el camino de la modernización. Como consecuencia de la evolución económica de la Argentina y del proceso de estancamiento del área central de la ciudad hacia fines del siglo XX, las grandes tiendas cerraron y sus edificios perdieron su uso original, y la mayoría de las galerías comerciales entró en una etapa de decadencia. Este trabajo analiza las características y rescata los valores patrimoniales de los ejemplos más destacados de la producción arquitectónica vinculada al comercio generada en la década del cincuenta, no siempre apreciada por la sociedad y los propios arquitectos, con el objetivo de asegurar su conservación. Es producto del proyecto de investigación "Estudio y valoración patrimonial de la arquitectura comercial de Mendoza en el siglo XX" desarrollado en la Universidad de Congreso.

PONENCIA 05: El saneamiento de la nación. La Secretaría de Recursos Hidráulicos y la construcción de redes de agua potable y alcantarillado en México a mediados del siglo XX

AUTORES: Ernesto Aréchiga Córdoba. Universidad Autónoma de la Ciudad de México, Ciudad de México, México.

Hacia mediados del siglo XX la República Mexicana era una nación predominantemente rural, con un 60% de su población habitando en el ámbito rural y un 40% en el ámbito urbano. Las tasas de mortalidad mantenían un promedio de 242 defunciones por cada mil habitantes, de las cuales, aproximadamente un tercio se debía a las llamadas "enfermedades hídricas", relacionadas con el consumo de agua potable de mala calidad y la falta de una adecuada canalización de las aguas residuales. En esas condiciones, y coincidiendo con proceso de concentración del poder estatal a nivel federal, la Secretaría de Recursos Hidráulicos creó una "Sección de Ingeniería Sanitaria" que se encargó, en primer lugar de realizar un diagnóstico sobre la situación de los servicios de agua potable y alcantarillado en las ciudades del país, para posteriormente emprender una amplia intervención de obras públicas con el fin de dotar de dichos servicios a cientos de localidades urbanas. En esta ponencia propongo exponer el desarrollo de la política de saneamiento y urbanización que, en concordancia con el proceso de industrialización por sustitución de importaciones, fue una de las bases fundamentales para hacer de México un país predominantemente urbano y proyectar la imagen de nación moderna que era deseable para el régimen emanado de la Revolución Mexicana. Intentaré demostrar que la Sección de Ingeniería Sanitaria de la Secretaría de Recursos Hidráulicos formó un área estratégica para el gobierno federal, que al tiempo que contribuyó al proceso de urbanización y al abatimiento de las tasas de mortalidad, otorgó al Estado mexicano un control hasta entonces inédito sobre el espacio y la población del país.

PONENCIA 06: Brasilia: construcción y contradicción en la nueva capital

AUTORES: Leandro Leão
Universidade de São Paulo & École des hautes études en sciences sociales

Una característica central de Brasilia es su organización en sectores. El Plan Piloto de Lúcio Costa se basa en la distribución del espacio urbano: la escala simbólica, en el eje este-oeste; la cotidiana, en el eje residencial norte-sur; la gregaria, en la intersección de ambos; y la bucólica, del cerrado periférico. Cada escala organiza la ciudad según los ejes viales y el uso del suelo, como las superquadras, las áreas residenciales, comerciales y el eje monumental, donde se ubican las edificaciones gubernamentales diseñadas por Oscar Niemeyer. Estas escalas estructuran las actividades urbanas, determinan los ritmos del espacio, la altura de las edificaciones y los flujos de circulación. Brasilia se define por las superquadras y el suelo libre con pilotis, en un territorio disperso que precede el uso del automóvil. Esta organización refleja el deseo de transformación social implícito en el ideal de Brasilia, cuya construcción se inició en 1956 y fue inaugurada en 1960, durante el gobierno de Juscelino Kubitschek. Este artículo abordará cómo Brasilia, más allá del diseño urbano, incorporaba la idea de un nuevo modo de vida en un país en modernización. En su proyecto también se inscribe el diseño utópico del ciudadano. En las superquadras, se fomentan las relaciones de vecindad, la planta baja libre, la relación con las áreas verdes y la proximidad de la escuela primaria. Este ideal se confronta con la realidad de los migrantes del Norte y Nordeste, que llegaron para trabajar en la construcción de la capital. Asentamien-

tos precarios y futuras ciudades satélites marcan este contraste urbano. Brasilia plantea cuestiones fundamentales sobre la identidad moderna del país desde la década de 1950, incluyendo un modelo ideal de vida, en contraste con sus contradicciones sociales.

PONENCIA 07: Autoconstrucción, Auto-ayuda y Ayuda Mutua: dos asentamientos en Santiago de Chile

AUTORES: Flávio Hirao. Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Goiás, Brasil

Desde una perspectiva comparada entre dos asentamientos populares de la periferia de Santiago de Chile, el trabajo pretende explorar los significados políticos de la vivienda de autoconstrucción en América Latina. Por un lado, presentaremos La Victoria, un barrio que nació en 1957 como resultado de la ocupación de un enorme terreno baldío por 1.200 familias, con el apoyo del Partido Comunista de Chile y alas de la Iglesia Católica. La Victoria es hoy reclamada por sus residentes como la primera gran ocupación de suelo urbano en América Latina. Por otro lado, presentaremos el barrio San Gregorio, construido en 1959, como respuesta del Estado chileno, en acción conjunta con los Estados Unidos de América, a la masividad y organización de la ocupación de La Victoria. La historia de estos dos barrios, puesta en perspectiva, indica la importancia de dos palabras muy utilizadas en el debate sobre la autoconstrucción en América Latina, pero poco exploradas conceptualmente: ayuda mutua y autoayuda. Por un lado, la ayuda mutua tiene amplias repercusiones en la auto-organización política de La Victoria. Por otro lado, la idea de auto-ayuda forma parte de la propuesta de política habitacional estadounidense, basada en la nomenclatura del programa "self-help housing". Sostenemos que cada palabra fue utilizada con diferentes intenciones políticas, contrario al uso de ambas como sinónimos en gran parte de la historiografía sobre la autoconstrucción de viviendas.

PONENCIA 08: As contribuições do Convênio Escolar para o processo de metropolização de São Paulo (1950-1955)

AUTORES: Juliane Bellot Rolemberg Lessa. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Universidade São Judas Tadeu, Brasil

O Convênio Escolar - acordo firmado entre a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo - foi responsável pela edificação de mais de cem e trinta novos equipamentos públicos ligados à educação durante o período de 1950 a 1955. Trata-se de um conjunto muito significativo, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, destacado pela historiografia enquanto ação fundamental do processo de modernização e expansão da cidade, em curso naquele momento. Se o espaço urbano é fragmentado e diverso, produto material, social e mental de múltiplos agentes e estratégias, o equipamento educacional público, por suas específicas conexões e pelos ideais que traduz, garante uma escala privilegiada de investigação, permitindo avançar sobre questões que atravessam o campo profissional específico, e ultrapassar o particular alcançando as estruturas coletivas e determinações do contexto naquele espaço e tempo. No caso do Convênio Escolar, isso se amplifica pelo fato de que os edifícios foram construídos para atuar em rede e estrategicamente implantados em áreas que até então eram precárias. Também porque foram pensados para incentivar aformação de novos vínculos entre os cidadãos e entre a

população e seu entorno, funcionado assim como pontos de convergência e de organização social; um engajamento que colaboraria com o controle social, com o apaziguamento de eventuais conflitos e, a partir disso, com a qualificação urbana. O conjunto do Convênio se configurou como um marco para a história da cidade e da rquitetura moderna paulista, e deixou como legado um modelo paradigmático ainda vigente: a compreensão e aplicação da escola enquanto um equipamento público capaz de estimular transformações socioeconômicas que se traduzem em mudanças urbanas. Por essas razões, seu estudo nos permitiu investigar um número superior de dinâmicas, trocas e atores que fundamentam a produção da cidade em sentido ampliado, como pretendemos demonstrar neste trabalho.

PONENCIA 09: Las tesis de urbanismo del IUUP de origen portuguesa de los años cincuenta: una encrucijada para la cultura urbanística

AUTORES: Laurent Coudroy de Lille. Ecole d'urbanisme de Paris/Lab'urba . Président de la Société française d'histoire urbaine

El corpus de las memorias de urbanismo presentadas entre 1920 y 1970 ha sido estudiado sobre todo para el período de entreguerras. Se puede decir que este corpus sigue desarrollando el programa fundacional del urbanismo francés (ciudades jardín, vivienda social, fundamentos del planeamiento…) hasta los años cuarenta. La temática de la reconstrucción, bien presente en los estudios de los años cuarenta, es una pieza de este panorama, ya que la primera reconstrucción (posterior a la Gran Guerra) había alimentado el discurso urbanista de todo el periodo. Los años cincuenta aparecen como un momento nuevo, o más bien dicho de encrucijada entre las dos temporalidades. Proponemos analizarlo a partir de los trabajos desarrollados por estudiantes de Portugal, a través de los criterios siguientes: 1- importancia de los estudios de renovación urbana, a través por ejemplo el caso de Porto. El enfoque metodológico del estudio muy voluminoso desarrollado por Madureira de Aguiar, el cual pasará a ser un importante urbanista portugués, llama la atención, y lo diferencia de estudios anteriores de renovación, numerosos en el corpus referido. 2 - concepción funcional de la ciudad, absolutamente perceptible con el caso de Fatima, ciudad de peregrinación. Se trata aquí, sin olvidar el modelo clásico de la « évolution de ville », de situar el caso de este tipo de ciudades en el sistema y la jerarquía funcional de las ciudades medias europeas. 3 - inicios de un planeamiento regional. Se trata del caso de la península de Setubal, estudiada con la perspectiva de establecer un parque regional de nuevo tipo en Portugal. Llama la atención la visión de futuro desarrollada por este estudiante, conforme con el espíritu de un momento histórico que permite anticipaciones. Muchos de estos estudios fueron dirigidos por Robert Auzelle, eminente urbanista que mantuvo una relación estrecha con Portugal.

PONENCIA 10: Cambio y continuidad del espacio material y del tejido social en el Madrid franquista (1950-1960). Una aproximación microanalítica

AUTORES: Rubén Pallol Trigueros. Dpto. de Historia Moderna y Contemporánea. Universidad Complutense de Madrid.

A pesar del estancamiento económico español que se alargaba desde el fin de la guerra civil, Madrid experimentó un fuerte crecimiento urbano durante la década de 1950, tanto en términos demográficos como espaciales. Pasó de 1,5 a 2 millones de habitantes en 1960, en buena medida por la recepción

de inmigrantes y por la anexión de los municipios de su alrededor, configurando una región metropolitana que se trató de ordenar mediante un plan general urbanístico (Bidagor, 1945). Tanto los resultados de la planificación urbana y de las políticas de vivienda franquistas, así como su reverso en la proliferación de vivienda informal en la capital han sido objeto de notables estudios de historia urbana. En cambio, se conoce poco cuál fue la evolución en estos años del tejido urbano ya consolidado antes de la guerra civil y en qué manera se vio afectado por las pulsiones de diferente signo a las que se vio sometida Madrid: la llegada de migración, la reconfiguración de su modelo productivo, la recuperación material tras la guerra civil o la acomodación del paisaje urbano a las nuevas necesidades de la vida en la ciudad (desde la motorización hasta la oferta de nuevos servicios públicos). La comunicación propuesta pretende ofrecer una visión integral de la evolución de un espacio concreto de Madrid a lo largo de los años 50, la Plaza de Olavide y sus manzanas colindantes, un área de la ciudad que se había edificado completamente entre 1860 y 1936, atendiendo tanto a la reconfiguración de su parque inmobiliario, la transformación material y de uso de su espacio público, la composición social de sus habitantes y la función de sus edificios. Para ello se acudirá a información estadística de los padrones municipales y la documentación municipal sobre usos urbanos, licencias de transformación y edificación y otra información diversa. El resultado esperado es un retrato denso de la evolución tanto material como humana de un espacio urbano que nos ayude a reflexionar sobre las dinámicas de cambio y continuidad de la vida en la capital bajo la dictadura franquista.

E2_02_De la ciudad informal a la ciudad formal en perspectiva histórica: políticas, arquitectura, urbanismo y ciudadanía en los PALOP, América Latina y la Península Ibérica

COORDENADORES:
Paz Núñez Martí. Escuela de Arquitectura, Universidad de Alcalá, España
Inês Lima Rodrigues. Dinâmia'Cet, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

PALABRAS-CLAVE: Vivenda Social; Políticas Estatales; Prácticas Sociales de Realojamiento; Hábitat Precario

RESUMO: En el contexto del IV CIHU, este simposio propone una revisión histórica de los procesos de reasentamiento de personas que viven en asentamientos informales y que se trasladan a complejos de vivienda estatales como resultado de las políticas y programas desarrollados para tal fin. El universo está constituido por centros urbanos y ciudades de los países involucrados en la colonización de América Latina y África. Por ello, se espera aportar reflexiones sobre los PALOP (países africanos de lengua portuguesa), así como sobre los casos de los países latinoamericanos —en particular Brasil—, España y Portugal, dada la trayectoria de trabajo desarrollada por los coordinadores del simposio.. Se espera que las contribuciones puedan abordar el marco temporal del siglo XX, especialmente en el período posterior a la Segunda Guerra Mundial, cuando, además de los procesos de independencia en los países africanos, también se desarrollaron políticas estatales para abordar el realojamiento en urbanizaciones. Un importante enfoque teórico y conceptual sugerido es la reflexión sobre el desarrollo de las capacidades de los reasentados para hacer frente a las nuevas formas de vida impuestas por la convivencia, sus formas de apropiación espacial y social, así como las prácticas sociales que se construyen para la nueva vida colectiva. En este sentido, la revisión de las políticas estatales con vistas al potencial de la acción social para construir autónomamente un nuevo tejido social en los espacios formales de realojamiento es un objetivo central para el trabajo que se espera del debate propuesto.

COMUNICAÇÃO 01: Análisis de las políticas de realojo en Madrid de la dictadura y la democracia bajo el prisma de la justicia urbana.

AUTORES: Roberto Goycoolea-Prado. Escuela de Arquitectura, Universidad de Alcalá, Madrid, España
Paz Núñez-Martí. Escuela de Arquitectura, Universidad de Alcalá, Madrid, España

Aunque actualmente el número de personas que vive en viviendas informales en Madrid es bajo, durante el siglo XX este fenómeno fue recurrente y amplio. Las políticas implementadas para erradicar o mejorar los poblados chabolistas (o tugurios) pueden dividirse en dos grandes etapas, definidas por la estructura política del país. 1. Dictadura. Tras la Guerra Civil (1936-1939), Madrid experimentó una fuerte migración interna, impulsada por la búsqueda de refugio y mejores oportunidades laborales, lo que resultó en la formación de un cinturón de barrios informales que llegó a albergar a unas 400.000 personas. Para abordar esta situación, se aprobaron diversos planes de realojo, destacando el Plan de

Urgencia Social de 1957. Sin embargo, a pesar de los esfuerzos del gobierno y de la iniciativa privada, al final de la dictadura aún quedaban numerosos núcleos de informalidad. 2. Democracia. Tras un periodo de transición (1975-1982) y amparado en la nueva constitución (1978), el gobierno socialista (1982-1996) formulo una estrategia urbana más inclusiva en el Plan de Mejoramiento Barrial de 1986. Un proyecto ambicioso y bien financiado. En Madrid se centró en la mejora de los barrios empobrecidos y en la erradicación del chabolismo, alcanzando muchos de los objetivos planteados. Ambas etapas han sido estudiadas desde una perspectiva urbana y arquitectónica. Nuestro análisis presenta una perspectiva hasta donde sabemos inédita: el enfoque de capacidades, formulado por A. Sen y M. Nussbaum. Alejándose de las visiones tradicionales de la justicia y el bienestar, centradas en indicadores cuantitativos como el ingreso, esperanza de vida o equipamientos, el enfoque de las capacidades considera las oportunidades que las personas efectivamente tienen para desarrollar sus proyectos de vida. Los resultados muestran que, aunque las políticas de vivienda pública en la democracia se sustentaron en objetivos políticos muy distintos a los de la dictadura, las estrategias y prácticas empleadas en ambas etapas fueron en gran medida equiparables. La falta de una estrategia coherente y equitativa en la distribución de la vivienda y los recursos urbanos ha tenido un impacto significativo en la capacidad de las personas para acceder a las oportunidades que les permitan desarrollar su potencial. Esto ha contribuido a la exclusión social y a la consolidación de zonas marginales, dificultando la movilidad social y la participación en la vida pública. Este análisis forma parte del proyecto de investigación La ciudad justa: exclusión, pertenencia y bienes comunes desde una perspectiva urbana de las teorías de la justicia.1 En él se defiende que para abordar la desigualdad y la exclusión social en las ciudades es necesario adoptar una perspectiva espacial de la justicia. Este enfoque busca proporcionar un marco que permita comprender cómo las políticas de vivienda y urbanismo pueden influir en las oportunidades de desarrollo de los individuos, así como en la creación de ciudades más inclusivas y justas.

COMUNICAÇÃO 02: Remoções de favelas em Brasília entre fins dos anos 1950 e meados dos anos 1980

AUTORES: Maria Fernanda Derntl. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasil
Paulo Henrique Honorato. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasil

Brasília, capital do Brasil inaugurada em 1960, foi amplamente estudada como experiência de arquitetura e urbanismo modernista. Esta comunicação analisa a capital de um ponto de vista muito menos explorado: as iniciativas de remoção de favelas e reassentamentos de seus moradores em cidades satélites, entre fins dos anos 1950 e meados dos anos 1980. Tais iniciativas foram fundamentais para definir a peculiar formação metropolitana da capital. A análise baseia-se em uma documentação em grande parte inédita, composta de planos, levantamentos, estudos e dossiês realizados por órgãos oficiais do governo de Brasília, para tratar do modo como esses processos de remoção e reassentamento foram conduzidos. Enfatizaremos duas principais dimensões desse processo: na dimensão territorial, produzimos uma série de mapas evidenciando a localização de favelas e ocupações irregulares ao longo do período em estudo, assim como a disposição das cidades-satélites no território; na dimensão local, destacamos alguns processos de formação inicial das cidades-satélites, relacionando-os com os

movimentos sociais que emergiram ali partir de fins dos anos 1970. O propósito é colocar em evidência o papel das ações de remoção de favela e reassentamento de populações na formação socioespacial da capital. Busca-se também entrever, ainda que a partir de uma documentação emanada essencialmente de órgãos oficiais, um processo de organização de grupos locais voltados para demandas ligadas a moradias e serviços urbanos. Espera-se ainda, com esta comunicação, estabelecer diálogos com pesquisadores dedicados a estudos de outros contextos em que se deram processos de remoção e erradicação de assentamentos informais, para compartilhar questões de ordem teórico-metodológica e desenvolver possíveis iniciativas de colaboração.

COMUNICAÇÃO 03: El Jardín en Movimiento (JEM)- Laboratorio de especies interbloque

AUTORES: Ismael Gutiérrez Redondo. Madrid Borde Sur, Universidad de Alcalá de Henares, España
Miguel Ángel Ajuriaguerra Escudero. Universidad Rey Juan Carlos, Universidad Politécnica de Madrid, España
Laura García Campo. ESRI, Universidad Rey Juan Carlos, España
Alejandro López Parejo. EMSV-GETAFE, Universidad de Alcalá de Henares, España

San Cristóbal de los Ángeles, situado en la periferia Sur de Madrid, está identificado como uno de los barrios más vulnerables de la ciudad1. Este poblado dirigido fue construido durante el periodo Desarrollista2 con el objetivo de alojar a los trabajadores de la incipiente industria de los años 50 y a los habitantes de asentamientos informales del entorno 3. Su modelo de urbanización, basado en un concepto funcionalista4 favorece los espacios interbloque, ha ido degenerando en situaciones de abandono y falta de seguridad, dada su compleja situación de propiedad5. Así, con el objetivo de poner en valor estos espacios urbanos de potencial barrial, sur ge Más Que Espacios San Cristóbal (+QESC), que permite identificar ocho espacios interbloque de interés urbano a través de un proceso participativo. Tras una identificación inicial de espacios potenciales donde realizar actuaciones interbloque, se propone una actuación de urbanismo táctico en uno de ellos: El Jardín en Movimiento (JEM) nace de la sinergia entre colectivos sociales que trabajan activamente en el barrio de San Cristóbal, de la mano de profesionales y técnicos del urbanismo y el paisaje. Así, con la base del manifiesto del tercer paisaje de Gilles Clement6 que aborda el abandono de terrenos habitados y lugares desprovistos de función, Jardín En Movimiento plantea una serie de actuaciones basadas en la renaturalización con criterios de sostenibilidad y mínimo mantenimiento. En conclusión, el proyecto JEM ha planteado propuestas piloto de reapropiación de los espacios interbloque de San Cristóbal mediante técnicas de colaboración vecinal y la implementación de soluciones sostenibles. De esta forma, y con la replicabilidad del piloto, se ha logrado de que las autoridades municipales inicien un proceso de regeneración urbana del entorno JEM con el objetivo de reactivar ese espíritu de convivencia de la comunidad del barrio.

COMUNICAÇÃO 04: Políticas públicas de vivienda y realojo de asentamientos informales en el Perú: Análisis crítico de estrategias y resultados (2000-2024)

AUTORES: Leslie Andrea Goicoechea Fasanando. Universidad de Alcalá, España

En el Perú, las políticas públicas de vivienda buscan garantizar el acceso a viviendas dignas y adecuadas para la población, especialmente aquellas en situación de vulnerabilidad. Programas como "Techo propio", "Fondo mi vivienda", "Programa de vivienda Rural" representan un claro ejemplo de esto. El primer programa otorga subsidios a familias de bajos recursos para adquirir, construir o mejorar viviendas; además, el segundo programa facilita créditos hipotecarios accesibles, ofreciendo diversas opciones de financiamiento, así como la posibilidad de acceder a viviendas de interés social. En cuanto al tercero, apoya la construcción de viviendas sostenibles en comunidades rurales con asistencia técnica y financiera. Además, los gobiernos municipales desarrollan planes de desarrollo urbano (PDU) que incluyen medidas para la promoción de viviendas sociales y participación ciudadana. Sin embargo, estas políticas se enfrentan a desafíos estructurales, debido a que han priorizado la formalización de propiedades informales más que el desarrollo de viviendas sociales que respondan a las características socioeconómicas de la población. A esto, se suma criterios mercantilistas y un enfoque limitado en la integridad y habitabilidad de los espacios que ha llevado a ocupaciones informales en zonas alejadas, sin servicios básicos y con una calidad de vida preocupante. La expansión de estas áreas marginales refleja la urgencia de repensar las estrategias urbanas y habitacionales para atender las necesidades de los sectores más vulnerables de manera inclusiva y sostenible adaptadas a las necesidades de la población, con la finalidad de construir ciudades más justas y habitables para todos.

COMUNICAÇÃO 05: Radicación, relocalización y resistencia en asentamientos autoproducidos del Gran Valparaíso (2011-2022): Estudio comparativo sobre Integración Social y Urbana desde la percepción de los habitantes

AUTORES:
Rodrigo Torreblanca Contreras. Escuela de Arquitectura, Comunicaciones y Diseño, Universidad Viña del Mar, Chile
Eva Álvarez de Andrés. Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio, Universidad Politécnica de Madrid, España

Más de 1.000 millones de personas en el mundo viven en asentamientos autoproducidos, enfrentando privación y marginación urbana (ONU-Hábitat, 2024). En Chile, los "campamentos" han crecido de 657 en 2011 a 1.290 en 2023, con 113.887 familias, concentradas en el Gran Valparaíso (Techo-Chile, 2023). En respuesta, el Ministerio de Vivienda y Urbanismo implementa desde 2011 el Programa de Asentamientos Precarios (PAP), priorizando estrategias de radicación y relocalización. Paralelamente, la Integración Social y Urbana (ISU) ha sido promovida en políticas habitacionales desde 2006, consolidándose en la Nueva Política Nacional de Desarrollo Urbano (2014) y en la Ley 21.450 (2022) para fomentar ciudades inclusivas (PNUD, 2014). Por su parte, muchas familias permanecen en campamentos, desarrollando prácticas de autoproducción del hábitat como resistencia a la exclusión. Mientras las políticas han sido evaluadas cuantitativamente, la percepción de los habitantes, especialmente de quienes siguen en campamentos, sigue invisibilizada. Esta investigación analiza la ISU desde la

perspectiva de habitantes radicados, relocalizados y en resistencia, mediante un estudio comparativo de enfoque mixto y metodología participativa de grupos focales en tres casos paradigmáticos. Los resultados evidencian que, entre 2011 y 2022, el PAP priorizó la relocalización, desplazando más de 1.900 familias a nivel intra e intercomunal, profundizando la periferización y la vulnerabilidad. La lejanía de los nuevos conjuntos debilitó sus redes comunitarias y oportunidades laborales, aumentando la dependencia de ayudas externas. Además, la falta de acceso a transporte, educación y salud ha limitado su integración efectiva. Muchas familias perciben la relocalización como un desarraigo forzado sin acompañamiento institucional. En contraste, quienes logran radicarse a pesar de las burocracias, valoran la estabilidad de permanecer junto a sus redes, aunque persisten déficits en servicios básicos. Las familias en resistencia encuentran en la comunidad un apoyo fundamental, prefiriendo gestionar su hábitat frente a la incertidumbre y el desarraigo de la relocalización.

COMUNICAÇÃO 06: Desafios dos bairros informais em Angola desde o fim do colonialismo à atualidade. Análise das políticas de habitação e impactos urbanos em Luanda

AUTORES: Inês Lima Rodrigues. Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal,
Maria Alice Vaz de Almeida Mendes Correia. Universidade Agostinho Neto - Universidade Lusíada de Luanda - Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, Angola,
Hélder da Conceição José. Ministério da Administração do Território da República de Angola, Luanda, Angola

Os musseques, bairros informais em Angola, surgiram em Luanda ainda no século XIX, com um crescimento acentuado durante o colonialismo, devido à segregação racial e disparidades sociais. Na década de 1940, a nova política colonial portuguesa incentivou a imigração de portugueses, levando ao afastamento da elite crioula das áreas centrais, como o bairro Maianga, Ingombotas ou Coqueiros, para as zonas periféricas como o Bairro Operário. Apenas nos anos 60 começaram a surgir políticas habitacionais para os menos favorecidos, através de organismos como o Fundo dos Bairros Populares de Angola. Nas Unidades de Vizinhança, bairros autónomos filiados no Movimento Moderno integrados nos musseques, como no caso do Prenda ou Rangel, propunham a integração de diferentes classes sociais, num período de grande instabilidade política. Após a independência em 1975, a autoconstrução foi apoiada como solução para a expansão dos musseques, uma situação que se agrava pela guerra civil até 2002. Iniciativas como as parcerias com o Development Workshop, com as ações de Allan Cain e Otto Greger na década de 1980, até mais recentemente o projeto Observatório Urbano Províncias piloto: Luanda e Huambo (DW Angola, 2010), destacam esforços para abordar a crise habitacional. Nas últimas décadas, o governo implementou a Lei de Bases do Fomento Habitacional, oferecendo terrenos acessíveis e projetos-tipo de autoconstrução destinado a diferentes classes sociais. Mas, qual o nível de eficácia das estratégias públicas adotadas para lidar com a questão dos musseques? Qual a influência e participação dos moradores na definição das políticas públicas? Estabelece-se a ligação entre a arquitetura vernácula e os diversos assentamentos da capital angolana, com o objetivo de evidenciar a relevância de unir estratégias de simbiose entre as duas. Os musseques, bairros infor-

mais estruturados e de convivência social, fazem parte da história urbana da cidade, demostrando a desigualdade e insalubridade habitacional em Luanda. A autoconstrução, apesar de promissora, revela a necessidade de uma análise crítica com um enfoque mais inclusivo nas políticas habitacionais.

COMUNICAÇÃO 07: Emilio Duhart H. – Roberto Goycoolea I.: Plan Regulador de Concepción 1960-1980. Un proyecto de ciudad

AUTORES: Cristián Berríos. Dpto. Diseño y Teoría de la Arquitectura, Universidad del Bío Bío – Concepción – Chile

La historia urbana de Concepción ha estado caracterizada por un constante proceso de reconstrucción. Fundada en 1550 frente a la Bahía de Concepción, la ciudad tuvo que ser reubicada tierra adentro para evitar los devastadores efectos de los maremotos. En 1752, Concepción fue refundada en el Valle de la Mocha, a 15 kilómetros de su ubicación original, iniciando así una nueva etapa de desarrollo urbano. A pesar de alejarse de las costas del Océano Pacífico y de los maremotos subsecuentes a los sismos, la nueva localización junto al río Biobío, próximo a su desembocadura, presentaba desafíos debido a la naturaleza del terreno, caracterizado por numerosos humedales y lagunas, suelos de baja compactación y alta saturación de agua, lo cual amplifica las ondas sísmicas durante los terremotos. La continuidad material de Concepción ha estado constantemente amenazada. Ante estos antecedentes, los arquitectos Emilio Duhart H. y Roberto Goycoolea I. desarrollaron uno de los proyectos urbanos más paradigmáticos de Chile, proponiendo una renovación urbana integral para Concepción, considerada la segunda ciudad más relevante del país. Duhart diseñó una metodología que abarcaba la revisión de la genealogía urbana de la ciudad; su historia; su rol a nivel continental, nacional, regional y comunal; y una propuesta de renovación del damero fundacional mediante Unidades Vecinales y la tipología de edificios placa-torre. Asimismo, definió una estructura vial que protege el tejido urbano enfocándose en el peatón y en un espacio público revitalizado con servicios y una diversidad de usos. En resumen, los arquitectos han elaborado una propuesta urbana que incorpora las preexistencias arquitectónicas y la red de lagunas y humedales, integrándolas en una visión general que define la identidad de Concepción como proyecto de ciudad. Este estudio ha sido posible gracias a una minuciosa recopilación de documentos originales dispersos en diversos archivos públicos y personales, complementada con la revisión de la prensa de la época y las actas municipales, permitiendo así conocer en profundidad las necesidades urbanas que motivaron la contratación de esta planificación urbana.

COMUNICAÇÃO 08: Depois do Modernismo da cidade de Luanda: os desafios e preocupações com a habitabilidade na cidade formal de Luanda 1965 – 2025

AUTORES: Maria Alice Vaz de Almeida Mendes Correia. Universidade Agostinho Neto - Universidade Lusíada de Luanda - Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, Angola
Hélder da Conceição José. Ministério da Administração do Território da República de Angola, Luanda, Angola

Angola, país banhado pelo Atlântico Sul da África Ocidental, entre a Namíbia e o Congo, possui área de 1.246.700 km², sendo assim o 7º maior país em extensão da África. A história angolana é o reflexo da ocupação e colonização portuguesa de 1576 até 1975, momento em que se tornou independente.

O período tardio do colonialismo ficou marcado pelo crescimento urbano e arquitetónico de acordo com a Carta de Atenas e os princípios do Movimento Moderno com a intervenção de arquitetos com posições de chefia na Câmara Municipal de Luanda, como Vasco Vieira da Costa e no Gabinete de Urbanização Fernão Simões de Carvalho, ex-colaboradores de Le Corbusier com especializações em Urbanismo na prestigiada Escola de Sorbonne em Paris. Muitos outros arquitetos juntaram-se na construção da Luanda Moderna, como provam as fachadas urbanas composta por prédios modernos que caracterizam a cidade de Luanda. Após a independência em 1975, seguiu-se uma guerra civil de 27 anos, assistindo-se a um enorme êxodo migratório para os países de expressão portuguesa, sobretudo para Portugal e o Brasil, a degradação da estrutura urbana, a deterioração dos bairros informais, mas também formais. O país ficou despido de todos os seus quadros mais a agravante de ter uma população muito jovem, com pouca formação académica, com êxodo à sua capital Luanda, por ser a cidade com melhores condições de vida. A imagem cosmopolita moderna de bairros formais como Maianga, Alvalade, entre outros, mas também a paradigmática, têm mostrado alguma requalificação nos últimos anos. Nas últimas décadas o Governo de Angola tem adotado estratégias apoiadas pelo Instituto Nacional de Habitação (INH) e pelo Fundo de Fomento Habitacional (FFH), definindo os princípios e disciplina a expansão desordenada das cidades e vilas, promovendo novos espaços habitacionais urbanos, normas e princípios do ordenamento do território. A pesquisa pretende mostrar o que é Luanda hoje no que toca às suas cércias, usos e mobilidade, qual foi o desafio que o Governo angolano abraçou e as estratégias adotadas para tornar a habitação mais acessível, mas também promovendo fóruns e sessões informativas com o objetivo principal de aprofundar estudos técnicos que ajudem na definição de soluções para a problemática da habitação, tendo em conta os desafios económicos e financeiros que o país enfrenta.

COMUNICAÇÃO 09: Musseques de Lubango, Angola: Estratégias de Reconversão Urbana para a Melhoria da Infraestrutura e Qualidade de Vida

AUTORES: Luís Muteca Madureira Chivangulula. Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, Brasil,

Em Angola, os desafios associados ao crescimento da população urbana, particularmente nas áreas de assentamentos informais, como os musseques e bairros periféricos, têm se intensificado nas últimas décadas. A segregação racial e de classes durante o período colonial, os fluxos migratórios, o êxodo rural, as repercussões econômicas das prolongadas décadas de guerra colonial e civil, bem como a crescente demanda por emprego, educação e serviços de saúde, são fatores determinantes que influenciam a configuração urbana contemporânea de Lubango. Para uma análise mais profunda da realidade urbana de Lubango, é fundamental examinar a estrutura de ocupação do território, a gênese dos musseques e suas características principais, além de compreender a política habitacional e o ordenamento territorial em Angola. A investigação das estratégias e modelos adotados no processo de urbanização de Lubango, bem como a identificação das principais tentativas de resolução dos problemas urbanos tornam-se imperativas. Estes problemas incluem a alta densidade populacional e construtiva, as condições precárias das habitações, a escassez de infraestrutura básica e a ausência de um sistema adequado de arruamentos. Os musseques, sob diversos aspetos, podem ser comparados às favelas no Brasil, aos "caniços" em Moçambique, slums na África do Sul e na Índia. É necessário superar a tendência

de absorção de parâmetros internacionais de atuação urbanística e conceber programas apropriados à sociedade angolana, especialmente em Lubango, explorando as capacidades locais e o acúmulo de experiência histórica. Diante desse quadro, emerge a necessidade urgente de, (i) desenvolver modelos urbanísticos de intervenção para os musseques que sejam sensíveis ao contexto político, administrativo, econômico, social e ambiental da cidade, (ii) criar uma abordagem holística e integrada, que leve em consideração as particularidades do território, dinâmicas sociais e a sustentabilidade dos musseques. Com este trabalho pretendemos a curto, médio e longo prazo promover no Lubango uma urbanização inclusiva, participativa e sustentável.

COMUNICAÇÃO 10: Políticas habitacionais e desigualdades socioespaciais em Erechim, RS

AUTORES: Marvin Davi Rojeski. Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
Érico Jonatan Oliveira de Lima. Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
Juçara Spinelli. Curso de Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Este estudo investiga a relação entre as políticas habitacionais e as desigualdades socioespaciais em Erechim, uma cidade média no norte do Rio Grande do Sul, Brasil. A pesquisa analisa as trajetórias dos movimentos de luta pela moradia e os processos de reassentamento de famílias em áreas de vulnerabilidade, considerando o papel das políticas públicas tanto no enfrentamento quanto na reprodução da segregação socioespacial. O foco recai sobre os impactos das políticas habitacionais, especialmente no contexto das remoções e reassentamentos promovidos pelo poder público, e na forma como esses processos influenciam a distribuição da população de baixa renda no espaço urbano. A partir do conceito de segregação socioespacial, analisa-se como a concentração de empreendimentos habitacionais populares em áreas periféricas, frequentemente carentes de infraestrutura urbana e oportunidades econômicas, perpetua ciclos de exclusão e precariedade habitacional. Metodologicamente, a investigação combina análise documental e revisão bibliográfica. São analisados dados sobre a urbanização da cidade, a distribuição dos loteamentos sociais e o histórico de ocupações irregulares, com ênfase nos impactos das políticas habitacionais implementadas, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Os resultados indicam que, embora os movimentos pela moradia tenham conquistado avanços na garantia do direito à habitação, os reassentamentos frequentemente reforçam desigualdades, deslocando populações vulneráveis para áreas periféricas, desprovidas de infraestrutura adequada e com baixa integração socioeconômica. Dessa forma, os processos de remoção não apenas reconfiguram a estrutura urbana de Erechim, mas também intensificam e (re)produzem as dificuldades de acesso ao trabalho, aos serviços públicos e à mobilidade urbana para as populações periféricas. Assim, o estudo contribui para o debate sobre políticas habitacionais e justiça espacial, ressaltando a necessidade de estratégias que promovam maior inclusão e a democratização do espaço urbano.

COMUNICAÇÃO 11: Transição habitacional e qualidade de vida: investigando o Programa Minha Casa Minha Vida

AUTORES: Tamyres de Lima Gomes
Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará (PPGAPP/UFC), Brasil,
José Almir Farias. Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará (PPGAPP/UFC), Brasil,

Este artigo investiga as transformações na qualidade de vida das populações remanejadas de assentamentos precários que foram beneficiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O estudo se baseia em uma abordagem historiográfica e interdisciplinar, articulando elementos das políticas públicas, do planejamento urbano e da sociologia para compreender as dinâmicas de transição habitacional. O PMCMV, instituído em 2009, representou a maior iniciativa estatal de habitação de interesse social no Brasil, voltada para ampliar o acesso à moradia formal, sucedendo iniciativas estatais com um programa de habitação em modelo empresarial dedicado à produção em larga escala. O artigo examina o caso do Residencial Cidade Jardim I, situado na cidade de Fortaleza/CE, que impulsionado por políticas públicas de habitação. No caso específico estudado, esse processo envolve profundas transformações espaciais, sociais e econômicas, nem sempre resultando em melhorias na qualidade de vida beneficiou 1.600 famílias remanejadas de várias áreas da cidade, a partir de 2014. Os resultados apontam que embora o PMCMV tenha possibilitado melhorias significativas em indicadores básicos de habitabilidade, como acesso à água potável, saneamento e eletricidade, sua implementação revelou desafios estruturais. A localização periférica do empreendimento, a padronização dos projetos e a falta de equipamentos públicos essenciais – como escolas, postos de saúde, transporte e espaços de lazer – limitaram os benefícios do programa. Compreende-se que este programa habitacional reproduz os padrões históricos de segregação urbana no Brasil, distanciando-se das necessidades e dinâmicas socioculturais das populações reassentadas. As comunidades beneficiadas raramente são envolvidas no planejamento dos projetos habitacionais e essa ausência de participação leva à inadequação dos empreendimentos às reais necessidades dos moradores, reduzindo o impacto positivo da política. Este artigo traz, portanto, uma reflexão crítica sobre o conceito de transição habitacional como um processo de mudança de moradia de uma população de um tipo de assentamento para outro, geralmente impulsionado por políticas públicas de habitação. No caso específico estudado, esse processo envolve profundas transformações espaciais, sociais e econômicas, nem sempre resultando em melhorias na qualidade de vida.

COMUNICAÇÃO 12: Cidades Intermediadoras uma nova proposta de articulação da rede urbana brasileira no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR

AUTORES: Danilo dos Santos Maia Júnior. Universidade de Brasília, Brasil
João Mendes da Rocha Neto. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Brasil
Fernando Luiz Araújo Sobrinho. Universidade de Brasília, Brasil

Como um fragmento dos territórios, as cidades nucleares acumulam crises na carência de infraestruturas, moradias precarizadas, passivos ambientais e insuficiências na prestação de serviços públicos. Essa policrise sistêmica, das cidades brasileiras, espraiou-se das metrópoles para as cidades médias, revelando que o século XXI ainda traz desafios na gestão dos centros urbanos. Instado a se manifestar e atento às dinâmicas do território brasileiro, o Estado, por meio de políticas públicas, publicou o Decreto n. 11.962, de 22 de março de 2024, que atualiza a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que tem entre seus objetivos estimular a articulação da rede policêntrica de cidade, que tenham a função de servir como intermediadoras de bens e serviços, atenuando assim a pressão sobre as metrópoles e as capitais dos estados da federação. A hipótese aborda que a transferência de bens e serviços para o entorno das metrópoles e capitais pode conferir às cidades intermediadoras responsividade aos aspectos que caracterizam a crise urbana do país. O objetivo geral do trabalho, é compreender como se viabilizarão essas transferências de bens e serviços. Os objetivos específicos conduzem à análise da implementação dessa nova política pública; aos possíveis impactos territoriais; e aos resultados esperados com a implementação do programa das Cidades Intermediadoras, vinculado a PNDR. Justifica-se a necessidade de lançar luz a estratégia governamental de articular diferentes instituições e políticas públicas no território, utilizando as cidades intermediadoras como elo. A metodologia insere-se no estudo de gabinete sobre as cidades como fragmento dos territórios. O material será balizado na literatura científica e em documentos oficiais. Os resultados obtidos pretendem identificar como essa nova dimensão se incorpora a PNDR, a partir da priorização do desenvolvimento econômico no interior do País.

COMUNICAÇÃO 13: La migración del pueblo aymara y la construcción de la periferia en Arica, Chile

AUTORES: Diego González Carrasco. Escuela de Arquitectura, Universidad San Sebastián, Chile

A partir de finales de la década de 1950, debido a una serie de políticas excepcionales impulsadas por el estado chileno, la ciudad de Arica en el extremo norte del país vivió un importante aumento poblacional debido a un proceso migratorio que incluyó a la población indígena que históricamente habitó la zona altiplánica de la región. Así, los aymara, uno de los 10 pueblos originarios reconocidos por el estado, modificaron radicalmente su espacio de residencia, siendo hoy un pueblo que habita mayoritariamente en sectores urbanos. Su instalación en las grandes ciudades costeras y particularmente en Arica no estuvo exento de dificultades y particularidades que moldearon su actual participación en la dinámicas sociales urbanas, tanto cultural como espacialmente, con una localización periférica que se explica debido a las modalidades de acceso a la vivienda definitiva que tuvieron a lo largo de las últimas décadas y que se intensifica con las políticas masivas de construcción de vivienda social empren-

didas por el estado chilenos a partir de 1990 con el regreso de la democracia. Este trabajo, resultado de una investigación mayor, busca explicar este proceso de instalación urbana y evidenciar como el pueblo aymara en la ciudad de Arica en Chile, fue parte importante del proceso de expansión de esta urbe.

E2_03_Vida urbana, ciencia y tecnología, los impactos del conocimiento sobre las arquitecturas de las ciudades

COORDINADORES:
Claudio Galeno-Ibaceta. Escuela de Arquitectura, Universidad Católica del Norte, Antofagasta, Chile
Ana Albano Amora. Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

PALABRAS CLAVE: Vida Urbana; Tecnología; Conocimiento Científico; Equipamientos Urbanos; Infraestructuras Urbanas

RESUMEN: En un texto memorable y de lectura imprescindible para los estudios históricos sobre las ciudades, Maria Stella Bresciani (1991) hizo una analogía entre las diversas formas de leer y comprender las ciudades con las puertas de la ciudad de Tebas, una referencia a la tragedia de Esquilo Los siete contra Tebas, en la que siete generales entran en la ciudad a través de sus siete puertas diferentes. De la misma manera, la autora presenta distintas formas o puntos de partida – construcciones intelectuales – para el entendimiento de las "varias facetas de las ciudades" o de lo que se denomina, en conjunto, como 'la cuestión urbana'.

La primera puerta sería 'La técnica como instrumento de modificación del entorno'. La segunda 'la cuestión social'. La tercera 'la formación de identidades sociales'. La cuarta puerta 'la formación de una nueva sensibilidad', o 'la reeducación de los sentidos del habitante de la ciudad'. La quinta, la ciudad como 'el lugar de la historia' y al habitante de la ciudad como 'el sujeto de la historia'. La sexta la 'cultura popular'. Finalmente, la séptima se abre a entender una ciudad multifacética, construida por sujetos y procesos diversos, expresadas por distintas subjetividades.

Inspirados en este texto, aún tan actual después de más de 30 años, consideramos que pensar las ciudades en la actualidad requiere que pensemos en su construcción en el pasado, y cómo las distintas agendas de cada momento histórico las moldearon y se reflejaron en las formas urbanas y en las edificaciones como documentos arquitectónicos de cada época y proceso.

Estas materializaciones de cada momento histórico están marcadas y constituyen la ciudad en el presente. Muchas veces están yuxtapuestas en un mismo lugar, y otras veces son eliminadas en su totalidad o en parte, y solo pueden ser reconstruidas a través de lo que Mauricio Abreu (1998) llamó 'memorias históricas', las fuentes documentales con las que se puede reconstituir la ciudad histórica, sus formas y modos de vida, mediante un proceso intelectual.

En esta propuesta, invocamos mirar las ciudades a través de las lentes del conocimiento – la ciencia y la tecnología – que han estado pari passu imbricadas en los procesos que constituyeron la materialidad de las ciudades y sus arquitecturas, al mismo tiempo que reafirmaban estructuras de poder. Sin

embargo, la vida urbana no es solo una respuesta o una asimilación de los espacios constituidos por las formas urbanas. Podemos hablar de vidas urbanas, pues reflejan la pluralidad de las ciudades, divididas por diversas lógicas, sobre todo en las ciudades latinoamericanas.

Sistemas y arquitecturas de transporte y de salud pública, equipamientos urbanos, ingenierías vial y portuaria, planificación y forma urbana, zonificación y densificación, estrategias de resiliencia frente a catástrofes, gestión de residuos, mitigación de la contaminación, redes de suministros energéticos y sistemas de control de aguas, son ejemplos, entre otros, de la relación entre ciencia y tecnología que impactó en la materialidad de las ciudades y en los modos de vida urbanos. A lo largo del tiempo, hemos visto transformaciones significativas en estas infraestructuras, en respuesta a los cambios productivos, a los impactos socioambientales y a la difusión de hábitos de consumo entre las poblaciones urbanas.

PONENCIA 01: El saneamiento básico una lógica en la estructura de la Ciudad de México. Primera mitad del siglo veinte

AUTORES: María Lilia González Servín. Universidad Nacional Autónoma de México, México

Dotar de los servicios públicos a la ciudad como de agua potable, sacar las aguas servidas, alumbrado público, áreas arboladas con buen mantenimiento y acabado de banquetas y de calles, son algunos de los aspectos que han consolidado el crecimiento de la traza urbana en la ciudad de México y favorecido a su extensión en la primera mitad del siglo pasado; es una correspondencia a lo que se define como el desarrollo y el progreso de las ciudades. No obstante, la carencia de servicios públicos o de alguno de sus aspectos marcan deficiencias sociales, exhiben, dentro de una generalidad los parámetros que definen a la pobreza y a la pobreza extrema. Contar con todos ellos, sobre todo cuando su dotación se realiza con mejor calidad, mayor flujo y condiciones de mantenimientos, marcan diferencias en las relaciones socioeconómicas dentro de la estructura urbana, aunque expresen el grado de avance científico y tecnológico que implementan las políticas públicas en la planeación urbano-arquitectónica. Los sistemas de abastecimiento de agua potable en colonias como La Condesa, la Roma o la Juárez, entre otros barrios, afirman una posición social e imagen urbana, al mismo tiempo contrastan la carencia o deficiencia de esas necesidades en otras. Aunque ambas dinámicas se apoyan en el saneamiento básico para la vida cotidiana, el ensanchamiento urbano requiere introducir novedades en el equipamiento e infraestructuras de servicios públicos que cada vez se incrementan más. En las experiencias que se describen, la dotación y calidad del saneamiento básico tendió a enmendar diferencias sociales al homologar servicios, y al desarrollo de nuevos paradigmas para la regeneración y coherencia de la imagen urbana en la ciudad de México en las primeras décadas del siglo veinte.

PONENCIA 02: La Chimba de Santiago, Chile. Una heterotopía sanitaria

AUTORES: Alicia Campos Gajardo. Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Chile, Chile

La Chimba es el nombre popular y patrimonial de la zona norte de Santiago de Chile, separada históricamente del centro fundacional por el río Mapocho. Su poblamiento se remonta al período prehispánico, diferenciándose del asentamiento colonial que originó la ciudad. Hasta el siglo XIX, el río actuó como una barrera natural entre ambos sectores. A finales del siglo XVIII y durante el XIX, diversas obras civiles integraron La Chimba a un proyecto urbano ilustrado con un enfoque higienista. Este proceso consolidó un orden espacial y de costumbres, relegando al margen de la ciudad lo que no encajaba en esta visión. Como resultado, durante los siglos XIX y XX, el sector se convirtió en sede de equipamientos sanitarios clave. Entre las instituciones que definieron su identidad sanitaria destacan el Cementerio General (1821), el Hospital San José (1841-1871), el Hospital Psiquiátrico (1858), la Facultad de Medicina de la Universidad de Chile (1889), el Instituto Médico Legal (1915), el Instituto del Radium (1930), el Hospital Roberto del Río (1939) y la Facultad de Odontología de la Universidad de Chile (2007), entre otros. Estas instituciones, con sus conjuntos arquitectónicos, han simbolizado el sector y marcado su desarrollo, ocupando grandes terrenos, integrándose a la ciudad durante el siglo XX mediante nuevas vialidades. En este contexto, la heterotopía sanitaria surge como una clave interpretativa para los siglos XIX y XX, considerando su disposición territorial apartada con una temporalidad y espacialidades que cabe analizar. Bajo los conceptos heterotopías de crisis y de desviación se propone sistematizar el análisis temporal del sector propuesto, utilizando fuentes documentales, cartográficas y planimétricas.

PONENCIA 03: Cidades em tempos de pandemia: um ensaio reflexivo

AUTORES: Giovanna Augusto Merli. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil
Guilherme Silva Graciano. APPA - Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes, Brasil

Este artigo nasce da inquietude frente ao momento em que o mundo atravessa, no combate a uma pandemia de escala mundial, e busca discutir qual será seu significado para as cidades tais como as conhecemos hoje. Sobre as inovações e as respostas que surgirão no modo de planejar as cidades pós pandemia de Covid-19, há mais perguntas que respostas e para o momento o que é mais válido é a reflexão sobre o assunto a fim de construir questionamentos que fomentem novas pesquisas e abordagens para o tema do planejamento urbano. Para refletir sobre possíveis respostas do urbanismo na atualidade, é feita uma revisão na historiografia do urbanismo, desde seu surgimento, no final do século XIX, discorrendo sobre como foi a resposta do planejamento urbano durante as pandemias e epidemias dos séculos XIX e XX. Este tema é debatido, explicitando-se que o urbanismo surge e se desenvolve buscando criar condições em que o contágio e surgimento de novas epidemias não aconteça, abordando casos de intervenções e planos urbanos na Europa e no Brasil. Por fim, são apontados dados da OMS e da ONU que demonstram que o cenário pandêmico pode se tornar habitual e, os reflexos já observados nas cidades e sociedades, para refletir sobre uma possível resposta do plane-

jamento urbano para o pós-COVID-19 e para o papel dos arquitetos e urbanistas frente a esta crise. É reforçada ideia de que as cidades refletem a sociedade e que esta resposta depende de mudanças que impactam economia e organização social.

PONENCIA 04: De unidad a sistema: Los eslabones del Hospital de Coquimbo en Chile entre 1967 y 1976

AUTORES: Logan Leyton Ossandón. Escuela de Arquitectura, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile
Daniel Torres Castro. Investigador independiente, Chile

Entre 1924 y 1973, Chile vivió una transformación social marcada por el Estado de Bienestar, donde la arquitectura para la salud fue clave. La crisis de 1929 interrumpió muchas iniciativas, limitándolas a diseños institucionales. Hasta los años 40, entidades privadas y semi fiscales siguieron activas, mientras el Estado abordaba la higiene pública de forma fragmentada. En este contexto, en 1944, 1945 y 1959, en la ciudad de Coquimbo se proyectaron tres edificaciones sanitarias de raigambre moderna: el Consultorio de la Caja del Seguro Obrero, la Clínica de la Caja de Accidentes de Trabajadores y el Centro Materno Infantil CORVI. Cada caso, concebido por arquitectos e instituciones diferentes y autónomas, significó una aproximación y posibilidad propia para abordar la salud, las tecnologías constructivas, el diseño arquitectónico y su integración en el tejido urbano. Este conjunto disperso de edificaciones, aislado en el territorio y distante en el tiempo —particularmente entre 1967 y 1976—, dejó su condición de unidad para integrarse en un único complejo hospitalario. Bajo una administración común y una retórica unificada, estas piezas se articularon como eslabones del sistema hospitalario de Coquimbo, consolidándose como un sistema abierto e integrado al tejido urbano. El terremoto de 1967 destruyó gravemente el antiguo Hospital San Pablo, dejándolo irreparable. Como respuesta a la emergencia, estas unidades conformaron un único sistema de salud urbano que, pese a sus variaciones tipológicas, asumió de forma compartida las funciones sanitarias del hospital. Este proceso impactó tanto en la arquitectura como en la red sanitaria y urbana de la ciudad. Según Ludwig von Bertalanffy, en su Teoría General de los Sistemas, un sistema intercambia materia, energía e información con su entorno, conservando así su estructura y estabilidad. En este sentido, la reorganización hospitalaria de Coquimbo no solo redefinió funciones, sino que permitió una gestión más eficiente de los recursos y la atención sanitaria.

PONENCIA 05: Hospital Regional de Punta Arenas (Chile): entre lugar de la historia e historia de un lugar

AUTORES: Daniel Matus Carrasco. Departamento de Arquitectura, Universidad de Magallanes, Punta Arenas, Chile
Daniela Ambrosetti Garrido. Departamento de Arquitectura, Universidad de Magallanes, Punta Arenas, Chile
Boris Cvitanic-Díaz. Departamento de Arquitectura, Universidad de Magallanes, Punta Arenas, Chile

La ciudad de Punta Arenas, localizada en el extremo austral de Chile, vivió un proceso de crecimiento económico desde fines del siglo XIX producto del auge de la industria ganadera hasta su declive a partir de la década de 1950. Durante ese lapso, comenzaron a formarse las primeras periferias de la ciudad, donde grandes predios disponibles permitieron tanto la extensión del área urbana como la localización de diversos equipamientos. El Hospital Regional fue construido por etapas, primero entre 1948 y 1953 y luego durante la década de 1970, formó parte de la producción del espacio urbano en periferia y testimonia no sólo la búsqueda por incorporar los elementos de la modernidad sanitaria, sino también por mantener el estándar de higiene alcanzado por la ciudad (Martinic, 2006) y dar cobertura a una población regional en crecimiento constante. Formalmente, se trató de un edificio compuesto por tres alas en forma de "Y" y dos pisos de altura, al que posteriormente se agregaron un bloque de cinco pisos de altura y consultorio, junto con la casa del director ubicada en el predio. Entendido como lugar de la historia, el barrio donde se emplaza, se densificó y consolidó como nueva centralidad al complementarse usos y equipamientos de tipo educacional y comercial. Historia de un lugar, el abandono del edificio y su deterioro permanente por la ausencia de nuevos usos y ocupantes, modificó el perfil del espacio urbano y la calidad de vida de los habitantes, que esperan su demolición tras licitarse y anunciarse su demolición recientemente. Nuestra contribución, basada en fuentes planimétricas y documentales, busca interpretar el Hospital Regional de Punta Arenas a la luz de sus procesos de urbanización, de las mutaciones de la ciudad y de un barrio particular, el Barrio Prat, lugar donde se implantó y creció entre las décadas de 1950 y 2010, año en que se abandonó en beneficio de un nuevo polo de salud.

PONENCIA 06: Equipamiento y salubridad urbana. Criterios medio ambientales de emplazamiento de equipamientos urbanos desarrollados en Antofagasta, Chile, 1880-1943

AUTORES: Carolina Toro Cortés. Escuela de Arquitectura, Universidad Católica del Norte, Chile

Antofagasta es una ciudad portuaria ubicada en el norte de Chile, en pleno desierto costero de Atacama, desde 1866. Su emplazamiento presenta características particulares, ya que no se estableció en función de la proximidad a fuentes de agua, terrenos fértiles o materias primas, sino por su cercanía a la explotación de recursos minerales. De este modo, Antofagasta se configuró como una ciudad cuya existencia dependió de la creación de infraestructuras artificiales para garantizar la subsistencia en un entorno adverso. En este contexto, la presente ponencia abordará la relación entre las transformaciones urbanas ocurridas en Antofagasta entre 1880 y 1943 y los criterios medioambientales que influyeron en su desarrollo. Se analizarán distintos sistemas y estructuras, como el transporte,

la salud pública, las ingenierías vial y portuaria, para comprender su impacto en el contexto urbano. Un ejemplo importante es la planificación del casco fundacional de la ciudad, donde la orientación y disposición diagonal de sus vías—de sureste a noreste—coincide con la dirección de los vientos predominantes. Esto permitió mejorar la ventilación y la iluminación natural de las calles. Asimismo, la ubicación del área industrial se definió estratégicamente en función de los vientos, con el propósito de minimizar la contaminación en las zonas habitacionales. Otro caso relevante es el del Hospital del Salvador, cuya construcción consideró criterios ambientales en la elección de su emplazamiento.

PONENCIA 07: Periferização em centros urbanos: projetos de intervenção urbana nos casos brasileiros Luz (São Paulo) e Lagoinha (Belo Horizonte)

AUTORES: Karina Morais dos Santos. Doutoranda em História, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

A história das grandes cidades é comumente marcada por intervenções urbanas - ou "revitalização", "regeneração", "requalificação" - a partir de projetos idealizadores e norteados por uma visão totalizante sobre a estrutura urbana. Os agentes do planejamento perimetrizam um dado território e, para "recuperá-lo", o redesenham desconsiderando a diversidade de sujeitos, articulações, memórias, usos do espaço e toda a pluralidade das dinâmicas sociais e culturais que o compõem. Em perspectiva historiográfica, mas em interlocução interdisciplinar, buscaremos demonstrar como essas contradições se expressam no caso dos bairros brasileiros Luz, em São Paulo, e Lagoinha, em Belo Horizonte. Trata-se de bairros centrais que, atravessados por projetos de parcerias público-privadas, pouco participativos, experienciam acentuados processos de isolamento e periferização. Nesta ocasião, partiremos da análise de alguns projetos que atravessam a história recente desses lugares, notadamente entre as décadas de 1970 e 2020, aliado ao método da história oral. Tanto em São Paulo quanto em Belo Horizonte, os processos de urbanização incidiram diretamente nas dinâmicas dos bairros mencionados, refletindo as mudanças mais amplas que ocorriam na estrutura dessas capitais, como é o caso dos complexos viários, por exemplo. Não obstante, ainda que se trate de territórios localizados em regiões centrais, os reflexos do "des-envolvimento" da cidade foram sensíveis para os moradores e moradoras, trabalhadores e trabalhadoras desses bairros, que testemunharam tais transformações, experienciando processos de vulnerabilização. Nesse sentido, a necessidade de projetos que considerem a pluralidade de sujeitos que habitam e vivem o território, se apresenta como uma demanda imperativa no cenário contemporâneo, de forma que reflita uma abordagem mais inclusiva e participativa a construção das cidades. Aqui, nos alinhamos ao referencial teórico de Henri Lefebvre, sobretudo no que tange suas formulações a respeito do direito à cidade.

PONENCIA 08: Terremotos como oportunidad de modernización. El caso de Calama en Chile, las primeras arquitecturas modernas de una ciudad intermedia

AUTORES: Ignacio Fernández-Peñaloza. Programa de Magíster Arquitectura en Zonas Áridas, Escuela de Arquitectura, Universidad Católica del Norte, Chile

Chile se ha caracterizado por tener gran actividad sísmica. Distintos sectores del país han sido abatidos por grandes terremotos, marcando la historia nacional o incluso dejando una huella en la historial mundial. Los eventos sísmicos a principios del siglo XX fueron muy destructivos, pero permitieron el avance teórico, técnico y normativo de las construcciones en Chile. Por otra parte, la necesidad de reconstrucción hizo posible que algunas de las ciudades afectadas acogieran nuevas visiones adscritas a ideas modernas. Calama una ciudad intermedia al interior del desierto de Atacama, a principio de los cincuenta era dominada principalmente por la construcción en adobe y fue sacudida por dos eventos devastadores. El primero de ellos en 1950, fue uno de los terremotos intraplaca más intenso registrado en Chile, el cual generó el derrumbe de una gran cantidad de construcciones. Aunque algunas lograron resistir y posteriormente fueron reparadas, finalmente fue el terremoto de 1953 quien terminó de dar el golpe final a estas estructuras ya debilitadas. Por este motivo las autoridades locales solicitan al Estado un importante empréstito para desarrollar un vasto plan de reconstrucción y obras públicas, como el Primer Cuartel de Bomberos; la Galería Comercial, edificio esquina del arquitecto Jorge Tarbuskovic D.; la Biblioteca Municipal; el Estadio Techado; el Teatro Municipal; y el Hospital Carlos Cisternas construido por la Sociedad Constructora de Establecimientos Hospitalarios, por nombrar algunas. Por lo tanto, esta investigación propone un estudio de una arquitectura post-terremoto que resulta de la gestión de las organizaciones locales, articulando a su vez las estrategias territoriales de las instituciones del Estado. Siendo los terremotos de 1950 y 1953 hitos determinantes para este proceso de modernización a través de la reconstrucción. Lo cual permitió el desarrollo de una serie de arquitecturas modernas, que empleaban técnicas de construcción y aspectos estéticos novedosos, en concordancia con los requerimientos locales.

PONENCIA 09: Vasos Comunicantes: o sistema ferroviário como legado urbano e herança material

AUTORES: Rafael Barcellos Santos. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Este trabalho objetiva apresentar o atelier integrado do sétimo período do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com ênfase na intervenção no patrimônio e no desafio de construir sobre o construído. Integrando cadeiras de projeto arquitetônico, urbano e da paisagem com laboratório de conforto ambiental e seminário teórico em patrimônio, tem como denominador comum a todas as turmas do semestre o sistema ferroviário do Rio de Janeiro metropolitano como artefato herdado, assim como os bairros historicamente associados a esse sistema como herança material. O recorte de amostragem é a produção de três turmas que em semestres consecutivos estudaram três bairros distintos, situados ao redor de estações ferroviárias e contemplados por instrumentos de proteção patrimonial, no entorno da Central do Brasil para onde converge todo o sistema, em Santa Cruz, extremidade oposta do mais longo dos ramais a oeste da metrópole, e Marechal

Hermes, ponto médio entre a Central e Santa Cruz. As respostas dadas pelos alunos a problemas sempre distintos de projeto, alimentadas por ações de extensão diretamente associadas, têm como premissa demonstrar semelhanças e diferenças entre virtudes e demandas de três áreas distantes, porém interligadas por "vasos comunicantes", considerando a história do sucateamento do sistema ferroviário em favor das rodovias, o conceito de perda, sem o qual o campo da preservação do patrimônio não existe, e sobretudo os valores de atualidade e de uso dos bens, há tempos identificados entre outros tantos valores por Alois Riegl, multifacetados, como as tantas entradas que podem ter as cidades, como Tebas, Rio de Janeiro, Marechal Hermes ou Santa Cruz, anteriores ao petróleo, expandidas sem tanto carbono, cuja materialidade das suas linhas de trem e tipologia dos bairros ao longo de seu leito já não se produzem, mas ainda podem funcionar e fazer sentidos além dos simbólicos.

PONENCIA 10: Aeropuertos y terminales de pasajeros modernos en regiones extremas de Chile: espacios especializados y artefactos técnicos como focos exurbanos

AUTORES: Claudio Galeno-Ibaceta. Escuela de Arquitectura, Universidad Católica del Norte, Antofagasta, Chile
Boris Cvitanic-Diaz. Departamento de Arquitectura, Universidad de Magallanes, Punta Arenas, Chile

En Chile, la consolidación de una red aeroportuaria tomó forma a mediados del siglo XX con el Plan Nacional de Aeródromos, que buscó dotar de infraestructura normalizada y adecuada a los avances tecnológicos y aeronáuticos. Los primeros aeropuertos construidos fueron los de Chacalluta (Arica) y Cerro Moreno (Antofagasta) al norte, y El Tepual (Puerto Montt) y Chabunco (Punta Arenas) al sur. El desarrollo de estos aeropuertos introdujo el terminal de pasajeros como una tipología arquitectónica inédita y exigió resolver desafíos técnicos en su emplazamiento, considerando factores geomorfológicos, ambientales y de conectividad. Se implementaron criterios normativos de seguridad operacional, estabilidad meteorológica y diseño de pistas adaptado a las condiciones locales. Su planificación provocó el surgimiento de nuevos focos exourbanos para la vida urbana moderna, definiendo nuevas relaciones y formas de ciudad. En Arica, se priorizó una ubicación con acceso en menos de 30 minutos desde la ciudad, terreno plano de 2.000 a 3.000 metros de longitud, pendiente inferior al 1 % y orientación a los vientos predominantes. Además, se evitó la exposición a neblinas o turbulencias. En Punta Arenas, el aeropuerto se emplazó a 20 km de la ciudad, con un nuevo camino de acceso. Su diseño respondió a los fuertes vientos predominantes mediante tres pistas dispuestas en forma de "A", lo que condicionó la ubicación y configuración de los edificios. El análisis se extiende a El Tepual y Cerro Moreno. Este último es un caso singular por su ubicación en un llano desértico y su relación con una base aérea que incorpora asentamiento residencial y de servicios. Estos aeropuertos, más que infraestructuras aisladas, constituyeron nuevos nodos exourbanos y tecnológicos, donde la ingeniería y el diseño aeronáutico definieron no solo su funcionamiento, sino también su impacto territorial y la configuración de nuevas dinámicas urbanas.

PONENCIA 11: La Ciudad de Tomebamba (s. XV) y el Plan Regulador de Cuenca (1947) en Ecuador. Comparación de los modos de implantación prehispánica y moderna

AUTORES: Fernanda M. Aguirre Bermeo. Laboratorio de Arquitectura y Proyectos, Universidad del Azuay, Ecuador

Tomebamba fue uno de los asentamientos reales imperiales del Tawantinsuyo. Las instalaciones imperiales normalmente se basaban en un repertorio común de elementos arquitectónicos y de diseño alrededor de una plaza central. La centralidad era una evidente necesidad simbólica y de organización urbana. Si bien las decisiones imperiales de la corona inca con respecto a la ubicación del sitio y los detalles de la composición arquitectónica probablemente incorporaron preocupaciones con la política, la historia y la topografía locales, así como los intereses estatales estratégicos relacionados con el control, la distribución y el movimiento de los recursos humanos y materiales (Bray, 2024), la impronta fundacional española en Cuenca (1557) utiliza la llanura para trasladar la centralidad pre-existente. Aparecen nuevos ritmos de implantación, propios de las ciudades colonizadas. Hacia 1948 el Plan Regulador, parece reivindicar las condiciones topográficas, del paisaje y de desarrollo económico-social-cultural, hacia nuevas formas de implantación y de crecimiento urbano. Es posible que en materia territorial, haya tenido influencia la temprana -pero novedosa- incursión arqueológica de Max Uhle en el austro ecuatoriano. El trabajo a continuación pretende ofrecer una mirada historiográfica hacia los principales hechos urbanos que han dado paso a la configuración urbana actual enfocada en los modos de asentamiento; de tal manera que se reconozca la condición territorial y cultural como soporte de las principales acciones urbanas.

PONENCIA 12: La historia del impacto hídrico de la ciudad de San Luis Potosí (México) en el río Santa María

AUTORES: Miguel Ángel Casillas Báez. Facultad del Hábitat, Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México
Lourdes Marcela López Mares. Facultad del Hábitat, Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México
Abelardo Villaseñor Cruz. Facultad del Hábitat, Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México

La ciudad de San Luis Potosí (SLP), en México, ha sido protagonista de la acción transformadora sobre el territorio. La relación es una simbiosis en que la ciudad resulta, pero transforma al río, al señalar como relevante la forma en que gestiona el agua. La urbanización altera las características bióticas como en muchos ríos en México y en el mundo. En SLP, los ríos han registrado su desaparición, porque los han canalizado, soterrado y abatido los mantos freáticos superficiales. SLP ha transformado ríos, arroyos y humedales, que originaron desde 1592 un asentamiento urbano con vocación minera hasta el presente, de frenética actividad industrial. Resaltan los cambios drásticos en cauces -ríos Santiago, Españita y Paisanos- porque los primeros desaparecieron bajo el asfalto y el tercero está contaminado. En el siglo XXI, se urbanizaron dos arroyos intermitentes, Calabacillas y Garita. La vida urbana generó áreas deprimidas en los cauces de los ríos urbanos convirtiéndolos en drenaje y en repositorio de desechos (Perló Cohen, 2016). La gestión de los ríos conforma esta discusión en la que enunciamos el concepto de gobernanza (Hufty, 2009) bajo paradigmas (Novotny y Brown, 2007) para

periodificar su transformación. En la periferia, el río de Santa María está impactado por la actividad industrial y por aportaciones de agua para SLP. Durante el siglo XXI, el origen de este río conformó una de las áreas industriales destacadas de México. Tiene plantas de automóviles, una termoeléctrica y una industria para el tratamiento de papel; ahí se destina el agua tratada que desecha la ciudad. A 125 kilómetros de SLP se localiza la presa El Realito, que retiene escurrimientos, agua de temporal y de manantiales, para enviarla por un acueducto a la provisión urbana. Este relato es la historia del impacto hídrico de SLP sobre ese río Santa María.

PONENCIA 13: Arquiteturas moralizantes: a casa operária e o hospício no Rio de Janeiro da Primeira República

AUTORES: Beatriz Fernández Vaz Oliveira. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil
Ana Beatriz Pahor Pereira da Costa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil

Frente às transformações sociais e econômicas engendradas pela transição do Brasil Império para o Brasil República, discursos sobre como deveriam ser as cidades e a sociedade brasileira, em particular a carioca, emergiram em diversas esferas. Influenciados pela medicina social europeia, também conhecida como "higienismo", políticos e teóricos se empenharam nas discussões sobre como tornar a então capital e seus habitantes mais "higienizados" e "civilizados". Para tal, valiam-se da instrumentalização das novas descobertas tecnológicas nos campos da engenharia e da saúde em nome de um projeto de moralização dos sujeitos e da vida urbana. Nesse contexto, uma série de textos sobre higiene voltam suas atenções para dois objetos: a casa do trabalhador (casa operária) e o hospício (manicômio) como possíveis destinos sociais para os sujeitos urbanos. A casa operária era vista como o local de moradia e educação do trabalhador e o hospício, como local de contenção e disciplina para os "alienados mentais", de forma que ambas as tipologias eram entendidas, idealizadas e projetadas como espaços moralizadores de seus ocupantes. O presente trabalho tem como objetivo traçar as possíveis aproximações entre esses edifícios, na medida em que participam de um mesmo projeto de civilização, ancorado nas concepções higienistas de cidade. Para tal, se fará necessário, em um primeiro momento, um passeio pelo cenário intelectual da virada do século XIX para o XX, no que tange às teorias higienistas reproduzidas pelos agentes das transformações urbanas do período, para então tratar da casa operária e do hospício e, finalmente, compreender aquilo que os aproxima e os distancia como produtos desse mesmo discurso.

PONENCIA 14: El palacio de los príncipes del arroyo: moralización de golfos, disciplinamiento y marginalidad en torno a la construcción de la residencia universitaria Porta Coeli (1915, Madrid)

AUTORES: Ramón Ojanguren. Departamento de Historia Contemporánea, Universidad Autónoma de Madrid, España

Esta ponencia aborda el proceso histórico que llevó a un sacerdote a fundar un reformatorio para jóvenes marginados, comúnmente llamados "golfos", en un contexto de creciente desigualdad y exclusión social en el Madrid de finales del siglo XIX y principios del XX. Aunque la iniciativa surgió de una motivación aparentemente altruista, su implementación refleja las contradicciones y tensiones propias de una época en la que la caridad se entrelazaba con el control social y el autoritarismo. El sacerdote, inspirado por la doctrina social de la Iglesia, buscó rescatar a jóvenes de la calle, ofreciéndoles refugio, alimentación y formación en oficios. Sin embargo, su enfoque se basaba en una lógica paternalista y disciplinaria, donde el trabajo forzado y la obediencia eran pilares fundamentales. El reformatorio no era solo un espacio de redención, sino también una herramienta de control sobre aquellos considerados "peligrosos" o "desviados" por la sociedad. La idea de rehabilitar su alma a través del trabajo no solo pretendía rehabilitar, sino también normalizar conductas bajo un régimen estricto y, en muchos casos, opresivo. Este modelo, aunque alabado por algunos como una solución a la delincuencia juvenil urbana, ha sido criticado por perpetuar dinámicas de explotación y deshumanización. Los jóvenes, lejos de ser tratados como sujetos de derechos, eran vistos como objetos de reforma, sometidos a un sistema que priorizaba la productividad sobre su bienestar integral. La ponencia invita a reflexionar sobre cómo estas iniciativas, aunque bienintencionadas, reproducían estructuras de poder y exclusión, cuestionando su legado y su impacto real en la vida de quienes pretendían ayudar.

PONENCIA 15: La escuela y la ciudad. El papel de la tecnología en la transformación de los edificios escolares, de hechos en objetos urbanos, Chile 1900-1970

AUTORES: Hugo Mondragón López. Escuela de arquitectura. Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

Esta ponencia narra la historia de los edificios escolares chilenos y su relación con el contexto urbano durante el siglo XX. A través del estudio de tres períodos clave, se evidencia cómo los cambios en las técnicas constructivas y los materiales influyeron en la forma, la función y en las lógicas de emplazamiento urbano de estos edificios. Los Palacios Escolares (1900-1930) se caracterizaron por su monumentalidad y su ubicación en los centros históricos. Estos edificios reflejaban el poder y la estabilidad de la República. Construidos con técnicas tradicionales de mampostería y acabados nobles, se integraban armónicamente al tejido urbano. Su diseño, inspirado en modelos europeos, buscaba transmitir valores cívicos y nacionales. Los edificios modernos (1930-1960) se distinguen por la búsqueda de eficiencia y racionalidad que llevó al uso de un lenguaje formal abstracto y a la adopción de nuevas técnicas constructivas, como el hormigón armado y en menor medida el acero y la madera. Los edificios escolares se volvieron más geométricos, funcionales y flexibles, adaptándose a las nuevas demandas pedagógicas. Sin embargo, su ubicación en las periferias urbanas y su diseño estandarizado los distanciaron del contexto histórico y cultural de las ciudades. En los conjuntos escolares prefabricados

que aparecen con fuerza a partir de la Reforma Educacional de 1965, la masificación de la educación y la necesidad de construir escuelas rápidamente impulsaron la adopción de sistemas constructivos industrializados. La prefabricación permitió construir grandes conjuntos escolares en tiempos récord, pero a costa de una pérdida de identidad y de una menor integración con el entorno urbano. En síntesis, el argumento de la ponencia es que la evolución de la arquitectura escolar en Chile entre 1900-1970, refleja los cambios en las técnicas constructivas y en las concepciones de la ciudad. Los palacios escolares, construidos con técnicas artesanales y materiales nobles, se integraron armoniosamente al tejido urbano. Sin embargo, la adopción de técnicas industriales y la búsqueda de eficiencia llevaron a una progresiva estandarización y descontextualización de los edificios escolares. Esta transformación tecnológica tuvo un impacto significativo en la relación entre la escuela y la ciudad. Los edificios escolares, que en un principio eran hechos urbanos significativos del paisaje urbano, se convirtieron en objetos aislados, desconectados de su entorno.

E2_04_Las Áreas Comunes de Los Conjuntos Habitacionales Modernos: Cambios Y Permanencias en el Siglo XXI

COORDINADORES: Pablo Vega-Centeno Sara-Lafosse. Pontificia Universidad Católica del Perú.
Rodrigo Gertosio. Pontificia Universidad Católica de Chile
Leando Medrano
Universidade de São Paulo, medrano@usp.br

PALABRAS CLAVE: Áreas Comunes; Espacios Públicos; Vegetación Urbana; Conjuntos Habitacionales; Urbanismo Moderno

RESUMEN: El siglo XX fue testigo de la explosión demográfica en América Latina, un fenómeno que transformó radicalmente sus ciudades. A medida que grandes masas migraban desde las áreas rurales hacia unas pocas ciudades, emergieron sistemas urbanos macrocéfalos (Castells, 1973) donde la concentración urbana trajo consigo problemáticas complejas, siendo la vivienda uno de los desafíos más urgentes. En respuesta, el urbanismo moderno promovió la creación de grandes conjuntos habitacionales diseñados no solo para albergar grandes poblaciones, sino para integrar áreas comunes y vegetación, con el objetivo de fomentar una vida colectiva equilibrada y sostenible. El estudio de estos conjuntos habitacionales ha sido materia de importantes y numerosos trabajos, como los de Bonomo, 2009; Bonduki & Koury, 2014; Bonduki, 2017, Garcia, 2020; Kahatt, 2015, Torrent, 2018, entre otros.

Si bien estos proyectos lograron cambiar la forma en que se concebía la vida urbana, desde la década de 1990, las políticas habitacionales neoliberales han priorizado el desarrollo privado, resultando en la pérdida de espacios públicos de calidad, el aumento de la densificación, y una mayor fragmentación urbana. Hoy, las ciudades del siglo XXI se enfrentan a nuevos desafíos: el cambio climático, la gentrificación, los procesos migratorios y la creciente precarización de las áreas urbanas. En este contexto, resulta crucial revisar el legado de los conjuntos habitacionales modernos no solo como parte del pasado urbano, sino como recursos vivos que pueden responder a estos desafíos contemporáneos.

Las preguntas clave de este simposio serán: ¿Cómo pueden los conjuntos habitacionales modernos ser reinterpretados y adaptados a los desafíos del siglo XXI? ¿Qué oportunidades ofrecen en términos de sostenibilidad, equidad y cohesión social? ¿Cómo su diseño original puede ser un recurso para la ciudad contemporánea y sus habitantes? ¿Cuáles son las relaciones de estos espacios con sus matrices ideológicas?

Esperamos que este simposio genere un diálogo interdisciplinario que abra nuevas posibilidades para la investigación y gestión de estos conjuntos, reconociendo su valor no solo como patrimonio urbano del pasado, sino como actores clave en la configuración de las ciudades del futuro.

PONENCIA 01: Dominios. Parques y servicios en las plantas bajas de tres conjuntos en Montevideo

AUTORES: María Clara Sala. Instituto de Historia, Centro de Vivienda y Hábitat, Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Universidad de la República, Uruguay.

Durante la segunda mitad del siglo XX, en Uruguay se construyeron numerosos conjuntos habitacionales que continúan formando parte de las ciudades. En Montevideo, algunos se destacan por el uso de construcciones en altura, cuya formalización complejiza el vínculo con el suelo. Esta ponencia propone analizar las plantas bajas de tres conjuntos en altura a través de cuatro aproximaciones: la inserción del conjunto en el barrio, la implantación de los edificios en el predio, los servicios asociados y la parquización. Se realizará un estudio comparativo de los conjuntos Euskaalerria, Barrio Sur y del Complejo Bulevar. Observando tanto su origen como su devenir, se busca comprender los imaginarios que materializan así como su adaptación a las necesidades actuales. Los conjuntos se ubican en tres zonas diferentes de Montevideo, y cada uno presenta particularidades respecto al dominio predial. Euskaalerria es un proyecto estatal ubicado en terrenos públicos de la periferia noreste de la ciudad. Su perímetro fue cercado recientemente. El Complejo Bulevar es una cooperativa de usuarios ubicada en un área consolidada. El predio es propiedad colectiva y su perímetro se mantiene abierto. Barrio Sur se implanta en un terreno frente a la costa sur. Los padrones se corresponden con la huella edilicia de cada torre, liberando el terreno circundante al uso público. Esta ponencia sostiene que el régimen de tenencia del suelo condiciona la forma de operar en las plantas bajas de los conjuntos. Determina tanto la incorporación como el uso de parques y servicios colectivos. Las cuatro aproximaciones propuestas abordan cuestiones fundamentales para la vida de los conjuntos y su relación con el entorno. Al confrontar los casos, se busca señalar las potencialidades y deficiencias de las estrategias adoptadas. El objetivo de construir aportes para operar con la realidad construida de la ciudad y repensar los modelos de vivienda existentes.

PONENCIA 02: Entre lo inmutable y lo inacabado. Cotidianidad en los espacios comunes de dos proyectos modernos en Colombia: Centro Urbano Antonio Nariño y Barrio Salomia

AUTORES: Liliana Andrea Clavijo García. Universidad del Valle. Cali, Colombia

Las Unidades Vecinales desempeñaron un papel clave en la trasformación física de las ciudades latinoamericanas en siglo XX. Particularmente, los espacios comunes contribuyeron a la configuración de comunidades autónomas y la consolidación de modelos de gestión colaborativa a lo largo del tiempo. Este estudio se centra en el uso actual de estos espacios en dos unidades vecinales producidas por el estado colombiano: el Centro Urbano Antonio Nariño (1951 - 1958) en Bogotá y el Barrio Salomia (1953 - 1975) en Cali. El Centro Urbano Antonio Nariño, ampliamente estudiado en la historia de la arquitectura colombiana, entregó sus espacios comunes terminados y listos para su uso. En contraste, en Salomia, un barrio obrero oculto en la historiografía tradicional, los residentes gestionaron y construyeron sus propios espacios comunes en lotes destinados para ello. Ambos casos muestran altos niveles de apropiación y habitabilidad, con modelos de administración y acuerdos sociales que desafiaron la noción de proyecto terminado. Con base en la concepción de lo cotidiano como producto social (Henri Lefevbre), el análisis post-ocupación en estructuras compartidas (Philippe Boudon) y

las tácticas como espacios de resistencia (Michel de Certeau), el análisis revela las intervenciones no formales realizadas por los residentes para mantener, preservar y actualizar las áreas comunes "fuera del plan moderno", fortaleciendo su apropiación durante más de siete décadas. Finalmente, este paper cuestiona la representatividad de los proyectos en la historia de la arquitectura colombiana, considerando su origen, perfil de los habitantes y modelos de gestión comunitaria, aspectos influenciados por el modelo centralista de las instituciones encargadas de diseñar y proveer vivienda en Colombia. A partir de la observación directa y entrevistas a residentes, se propone ampliar la discusión sobre la función de los espacios comunes e impacto en las normativas que rigen su uso, subrayando su papel en la vida urbana contemporánea.

PONENCIA 03: Entre articulação e fragmentação: as entrequadras no plano piloto de Brasília

AUTORES: Julyana Morais dos Santos. Universidade de Brasília, Brasil
Ricardo Trevisan. Universidade de Brasília, Brasil

O Plano Piloto de Brasília, projetado por Lucio Costa em 1957, representou à época uma inovação no urbanismo modernista ao introduzir em sua escala residencial a superquadra – um módulo habitacional composto por barras multifamiliares de 6 pavimentos sobre pilotis público, edifícios escolares e permeada por canteiros verdes e vias veiculares e calçadas. Embasada nos preceitos de Unidade de Vizinhança estadunidense e na Cidade-Jardim howardiana, a composição adotada por Costa previu o agrupamento de 4 superquadras que, ao compartilharem equipamentos públicos e espaços de convivência, formavam um sistema autossuficiente e acessível a pé. Como separação entre cada unidade de vizinhança, o urbanista inseriu as entrequadras, generosos espaços intersticiais, sem vias, dispostos entre uma superquadra e outra. Cada entrequadra deveria abrigar um ou mais equipamentos, como: escolas, igrejas, clubes de vizinhança e cinemas, promovendo a articulação entre a escala residência-local e a escala gregária-urbana. Apesar dessa concepção ideal, apenas uma unidade de vizinhança foi implementada em sua totalidade (SQS 108-107, 308-307). Muitas entrequadras permaneceram como lotes não edificados, o que resultou na distribuição desigual de equipamentos entre os agrupamentos de superquadras, enfraquecendo a percepção de autossuficiência original. Enquanto alguns desses espaços públicos foram apropriados pela população como parques, outros foram ocupados por construções privadas, como: edifícios comerciais e malls, edifícios de escritórios e consultórios, academias etc., o que coloca em questão a vocação desses espaços na atualidade. Este artigo aborda as entrequadras de Brasília como espaços ainda não consolidados no Plano Piloto, cuja função permanece aberta a interpretações, e cuja discussão se torna necessária à luz do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – o PPCUB. Ao discutir as mudanças físicas e sociais ocorridas desde a construção de Brasília, o texto explora como as transformações e apropriações desses espaços refletem os desafios contemporâneos relacionados à acessibilidade e sustentabilidade, à fragmentação urbana e à ressignificação dos espaços públicos.

PONENCIA 04: Espaço de contemplação ou de troca? Um estudo sobre o traçado urbano do Plano Piloto de Brasília: o caso das quadras 700 da Asa Norte

AUTORES: Tulio Ribeiro. Universidade de Brasília

As quadras 700 da Asa Norte em Brasília divergem do projeto original, apresentando uma variedade de usos e tipologias que as tornam mais dinâmicas e com maior diversidade social. Enquanto o plano inicial previa áreas verdes e hortas, a alta demanda por moradias transformou a região em um bairro residencial com comércio local. A análise comparativa com outras áreas de Brasília, como as Superquadras e as quadras 700 da Asa Sul, revela as particularidades da morfologia e tipologia urbana das quadras 700 Norte. A mescla de habitações coletivas e individuais, além de áreas comerciais, contribui para uma vida urbana mais ativa e uma maior integração com o entorno, constituindo uma experiência viva de uma Brasília mais favorável ao pedestre.

PONENCIA 05: Habitar lo común: nuevos espacios y prácticas jurídicas de lo común en el siglo XXI

AUTORES: Ana Rosa Chagas-Cavalcanti. Departamento de Historia de la Arquitectura y Estética de Proyectos, Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de São Paulo, Brasil

Gran parte de la producción de vivienda en América Latina sigue principios fordistas y tayloristas basados en la reproducción masiva de viviendas en complejos habitacionales, con foco en el espacio privado y doméstico de sus usuarios. El diseño de las áreas comunes de los complejos suele centrarse en los derechos secundarios de los usuarios, a través de juegos infantiles, campos de fútbol y áreas para la celebración de fiestas o servicios religiosos. Sin embargo, en las sociedades latinoamericanas, donde los derechos primarios (como la alimentación, la salud y la educación) no están cubiertos por gran parte de la población, dichos espacios son subvertidos por las prácticas cotidianas de los habitantes - quienes, en lugar de disfrutar de la función lúdica de los espacios, los utilizan para su subsistencia, mediante la improvisación (Chagas-Cavalcanti, 2018). Se esboza aquí una posibilidad de emancipación de este paradigma, donde el diseño de los espacios comunes de la vivienda no garantiza derechos básicos ni secundarios. Se presenta el principio jurídico de lo común, orientado a la apropiación de los espacios comunes de la vivienda y a la co-creación de la ciudad, como facilitador de nuevas urbanidades, dando vida a relaciones humanas basadas en la cooperación, la ayuda mutua y la solidaridad - como en el caso de la 'Ocupación 9 de Julio.' Alternativas para el bien común son creadas por los habitantes en los espacios comunes de la vivienda, en actividades y espacios autogestionados como: asambleas, fiestas, compartición de bienes, restaurante y huerta. Estos muestran alternativas a la crisis del capitalismo contemporáneo (y a la urbanización hegemónica) y dan un nuevo significado a la ciudad contemporánea. Muchas de estas prácticas informales latinoamericanas también fomentan prácticas formales europeas. En conclusión, se propone la 'función común del diseño urbano' como una nueva posibilidad jurídica y de diseño de los conjuntos habitacionales.

PONENCIA 06: Conjunto Habitacional Cafundá: Habitação e Escalas de Socialização na Formação do Espaço Urbano.

AUTORES: André Luis Balsante Caram. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil

O projeto para a construção do Conjunto Habitacional Inocoop-Cafundá, na área de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, desenvolvido por Sérgio Ferraz Magalhães e equipe, foi o resultado de um concurso privado de ideias bem-sucedido, promovido pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoop), em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), em 1977. Construído entre 1980 e 1982, com 1.443 unidades habitacionais, e premiado em 1987 pelo IAB, o conjunto representa um dos últimos empreendimentos de grande porte financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). Este trabalho tem como objetivo contribuir para a discussão sobre as áreas comuns dos conjuntos habitacionais modernos, a partir do projeto do Conjunto Cafundá, uma obra de exceção que segue influências da arquitetura moderna brasileira e as experiências do grupo Team X. O projeto se contrapôs às soluções convencionais adotadas no mesmo período pelo BNH, principalmente em razão das estratégias projetuais de arquitetura e de implantação, que, em seu planejamento, consideraram a inserção de áreas coletivas e comunitárias como creches, escolas, serviços de saúde, esporte e lazer, visando constituir um espaço habitacional que privilegiasse as relações e trocas sociais em diferentes escalas e espaços (privado, familiar, vicinal e comunitário), desde a habitação até as áreas coletivas e comunitárias, buscando integrar social e espacialmente o conjunto ao entorno, unindo diferentes comunidades e democratizando o espaço urbano - características que ainda são frequentemente negligenciadas em projetos contemporâneos de habitação social, cujas soluções parecem retroceder aos modelos do BNH. A partir da revisão bibliográfica, pretende-se destacar que o projeto foi além do simples atendimento à demanda habitacional, pois criou um equipamento social que, de certa forma, contribuiu para a formação do espaço urbano. Além disso, busca-se também reconhecer as qualidades do projeto como referência para a produção de espaços comuns habitacionais.

PONENCIA 07: El proyecto moderno de conjunto habitacional y los desafíos de la densificación urbana: el caso de la Residencial San Felipe en Lima

AUTORES:
Pablo Vega-Centeno Sara-Lafosse. Departamento de Arquitectura, Pontificia Universidad Católica del Perú
Mariano Quiroga Robles. Departamento de Arquitectura, Pontificia Universidad Católica del Perú

El conjunto residencial San Felipe -habilitado entre 1965 y 1969- es uno de los proyectos habitacionales más importantes que legó el pensamiento moderno en la ciudad de Lima. La literatura sobre sus calidades arquitectónicas y urbanísticas es relativamente amplia. Fue un proyecto pionero en diferentes aspectos, aunque el enfoque de vivienda social estuvo orientado a la clase media. Primero, propuso una idea de "neighbourhood unit" que privilegiaba una idea de barrio a escala peatonal hacia su interior. Segundo, por primera vez un proyecto habitacional incluía edificios de 10 a 15 pisos, lo que destacaba en una ciudad que para 1965 apenas si contaba con edificios de alturas semejantes. Tercero, fue uno de los proyectos que consideró una mayor proporción de áreas libres (70% aproximada-

mente). El Conjunto Residencial confronta las últimas dos décadas la densificación del entorno construido, estimulado por nuevas políticas económicas, de corte neoliberal, y el rol subsidiario de los gobiernos locales, que alentaron la edificación en altura sin considerar la complementaria necesidad de aportes urbanos a la ciudad en espacios públicos. El entorno, originalmente de viviendas de dos pisos, ha mutado a un continuo de edificios de 20 o más pisos de altura para fines residenciales. Esto, sumado al desarrollo de actividades comerciales convierte al Conjunto Residencial en una suerte de oasis de áreas libres, con alta demanda de uso, tanto por los residentes de los nuevos edificios, como de las personas que transitan por motivos laborales. La ponencia busca identificar los problemas urbanos contemporáneos que el proyecto enfrenta a través de análisis urbano y la percepción de actores clave como los residentes o funcionarios municipales. Se busca analizar el contraste entre las calidades de un proyecto moderno como unidad vecinal y sus debilidades como tratamiento de un espacio integrado al continuo urbano.

PONENCIA 08: Trazado urbano moderno sobre campos agrícolas

AUTORES: Rodrigo Gertosio Swanston. Doctorado Pontificia Universidad Católica de Chile
Horacio Torrent. Pontificia Universidad Católica de Chile

Es ampliamente difundida la idea que los proyectos urbanos del Movimiento Moderno se insertaban en los territorios aplicando una lógica de tabula rasa, ignorando las tramas preexistentes. Sin embargo, en ciertos casos, los diseños urbanos sí reconocieron y adaptaron las estructuras agrícolas previas, incorporando además numerosa vegetación arbórea que es posible ver en la actualidad. Durante la segunda mitad del siglo XX, la expansión de Santiago de Chile estuvo marcada por la construcción de conjuntos habitacionales en bloques aislados y casas sobre antiguas áreas agrícolas de la periferia. Lejos de imponer una ruptura total con la estructura rural, estos proyectos urbanos dialogaron con ella a través de la preservación de ciertas subdivisiones prediales, la integración de caminos preexistentes y la conservación de arboledas. A partir del análisis de tres conjuntos habitacionales emblemáticos de este período: Villa Frei, Villa Portales y Villa Los Presidentes, este artículo analiza cómo las tramas de los antiguos campos agrícolas influyeron directamente en su trazado urbano y configuración espacial. Mediante la superposición de imágenes aéreas históricas y actuales, se identifican ciertas coincidencias claves entre la red de caminos, subdivisiones y arborizaciones preexistentes y la morfología de calles, pasajes y la ubicación de las distintas tipologías habitacionales. De esta manera, es posible revelar como los arquitectos integraron elementos del paisaje rural en la configuración de estos conjuntos. Estos casos reflejan que la planificación moderna en América Latina no siempre significó una ruptura con el territorio preexistente, sino que en ocasiones incorporó fragmentos de su memoria espacial. Este hallazgo contribuye a una reevaluación de la planificación moderna y su relación con los paisajes heredados, abriendo nuevas líneas de investigación sobre la interacción entre urbanismo moderno y los trazados agrícolas en la construcción de la ciudad contemporánea.

PONENCIA 9: Sentidos da Apropriação do Moderno Hipertardio: Transformações dos Espaços Comuns na COHAB Itaquera I

AUTORES: Lucas Cazula Martins. Universidade de São Paulo
Luana Kerber. Universidade de São Paulo

O Conjunto Habitacional COHAB Itaquera I foi construído na periferia leste de São Paulo, entre 1967 e 1979. Trata-se de um exemplo paradigmático dos planos habitacionais do BNH, concebidos em princípios funcionalistas e racionalistas do modernismo em versão denominada hipertardia (L. Recamán e L. Medrano), afastando-se cronologicamente das produções do entre-guerras europeu, e ainda economicista e qualitativamente rebaixada em relação àquelas e às emblemáticas experiências do pós-guerra e da produção moderna brasileira dos anos 1950/1960, como Brasília. O resultado arquitetônico e urbanístico do plano original, marcado pela homogeneidade e indeterminação espacial, resultou em precariedade urbana na pós-ocupação. Esse resultado evidencia o descompasso entre essa concepção disciplinar da Arquitetura e Urbanismo com a experiência comunitária frente às necessidades cotidianas. Ao longo das décadas decorridas desde a inauguração da COHAB I, diversas formas de apropriação espacial partiram dos agentes sociais presentes no conjunto, alterando em variados aspectos a configuração dos seus espaços livres e comuns. As transformações promovidas podem ser entendidas como respostas às carências, insuficiências do projeto original, bem como sua forma urbana. A transformação do perfil socioeconômico das classes médias-baixas brasileiras e o desenvolvimento urbano de São Paulo também se destacam enquanto fatores que exigiram novas formas de apropriação. O objetivo do artigo é explorar as transformações dos espaços livres do conjunto, analisando-as em perspectiva urbana, prática e teórica, desde o projeto original e sua concepção moderna aos processos posteriores de apropriação espacial. São analisadas modificações espaciais por registros fotográficos e textuais, além da relação entre cheios e vazios, espaços públicos e privados. Essas observações permitem diálogo com o pensamento lefebvriano a respeito da produção do espaço e da forma urbana, permitindo compreender a dinâmica e o sentido das reconfigurações das áreas comuns ao longo do tempo com a vida cotidiana dos moradores.

PONENCIA 10: Ente anclas urbanas: El Anteproyecto de Remodelación EMPART Coquimbo

AUTORES: Daniel Torres Castro. Pontificia Universidad Católica de Chile
Logan Leyton Ossandón. Pontificia Universidad Católica de Chile

Dos edificios de raigambre moderna promovidos por la Caja de Previsión de Empleados Particulares (EMPART) en Coquimbo presentan una disposición inusual: se emplazan en la misma calle, a tres cuadras de distancia, enfrentan espacios públicos estratégicos y ocupan solares con doble frente. La Sucursal EMPART de 1966, frente a la Plaza de Armas, se destina al trabajo; el Hogar EMPART de 1969, frente a la Costanera, al bienestar y esparcimiento. Más allá de su cercanía o de su ubicación, ambas edificaciones actúan como anclas urbanas en los extremos del Anteproyecto de Remodelación EMPART Coquimbo, elaborado por la CORVI en 1964 [Fig. 1]. Si bien dicho plan no fue ejecutado, su valor reside al presentarse como una alternativa a una serie de principios modernos propio de los grandes conjuntos habitacionales, aplicados esta vez a terrenos densos, fragmentados y de topografía

abrupta. Frente a la imposibilidad de replicar el modelo de torres sobre pilotes en explanadas planas, se ensayó una fórmula híbrida: placas de equipamiento y plazas en distintos niveles conectaron torres habitacionales entre sí, permitiendo liberar el suelo y lograr una peatonalización integral. El trazado se giró 45° respecto del damero fundacional y las diferencias de trama y cota se absorbieron con plazas cuadriláteras y placas de equipamiento. El plan no solo se encuentra y media entre edificios y espacios urbanos relevantes, sino también entre niveles topográficos, formas tradicionales y modernas, lo específico y lo estandarizado. En última instancia, constituye una estrategia de densificación del centro histórico con voluntad de engaste urbano entre lo nuevo y lo viejo. Demuestra, además, que los principios arquitectónicos no dependen necesariamente de formas geométricas fijas ni de métodos únicos de intervención

E2_05_Trayectorias populares en América Latina hoy

COORDINADORES:
Liliana María Sánchez Mazo. Universidad de Antioquia, Colombia
Sergio Moraes Rego Fagerlande. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

PALABRAS CLAVE: Epistemología; Popular; Práctica Socioespacial; Transformación Territorial; Trayectoria Urbana

RESUMEN: La formación y transformación de territorios populares en ciudades de la región iberoamericana configura una trayectoria urbana con diferentes niveles "en los que se mueven las personas, se desarrollan los acontecimientos o se averiguan sus presupuestos de larga duración" (Koselleck, 2001, 35). Giros temporales y espaciales sostienen su historicidad en una duración dialéctica, que implica tener consciencia de pluralidad, tanto si se trata del pasado como de la actualidad (Braudel, 2007). El estudio de lo popular como producto y construcción constante, como categoría fundamental, advierte rupturas ontológicas manifiestas en continuidades/discontinuidades, visibilidades/invisibilidades, instituidos/instituyentes, que dejan interrogantes epistemológicos colocados como cuestiones en este Simposio: ¿Qué significa hoy lo popular desde una perspectiva compleja?, ¿Cómo se han transformado sus formas y estructuras (materialidades), contenidos (objetos, actores, territorialidades) y flujos (interescalaridad)?, ¿Cuáles son los desafíos del hábitat popular hoy para la política pública y los centros de pensamiento?

El marco explicativo de estas preguntas se encuentra en la transformación de las dinámicas territoriales populares, movidas particularmente, en este siglo, por el uso de la técnica y la tecnología en la producción de ciudad y su funcionamiento como "Red Urbana Global" (De Mattos, 2016). El camino abierto al capital inmobiliario-financiero y a la implementación de políticas públicas (Pradilla, 2010) ha dejado a su paso la explotación de la renta del suelo, la construcción de infraestructura, de equipamientos, la dotación de bienes y servicios urbanos que atraen turistas, nuevos habitantes y, con ello, la oferta de soportes materiales que activan predominantemente, procesos económico-sociales. Estas tendencias, indican un proceso de urbanización contemporáneo desigual (Paiva, 2013), que llega a los asentamientos populares con faces de ciclos de precarización urbana (Rolnik, 2017). De ello son expresión despojos que afectan la vida humana y social, el hábitat y la habitabilidad, lo construido como patrimonio popular, así como acciones colectivas que disputan el derecho a la ciudad en defensa de la vida digna en los barrios.

Este Simposio acoge contribuciones historiográficas que aborden trayectorias de lo urbano popular desde balances teóricos y empíricos, bien producto de investigación o de procesos de extensión, en diálogo transdisciplinar. Se privilegian aproximaciones metodológicas colaborativas y experienciales, con uso de la fuente audiovisual, cartográfica, análisis de archivo y fotográfico, que pongan de manifiesto la complejidad temporal y espacial de lo popular con ponderación en: i) discursos ideológicos que nombran y refieren significantes; ii) formas de producir y habitar con sus agentes, prácticas y procesos socioespaciales; iii) estéticas de configuraciones territoriales y sus sentidos simbólicos; iv)

formas de apropiación y usos territoriales antiguos y nuevos que contemplen la vivienda, economía, cultura, espacio público, transporte, ambiente; v) factores contextuales desencadenantes de transformaciones territoriales.

PONENCIA 01: Da trajetória à política: discussões teórico-metodológicas entre os estudos urbanos e o(s) mundo(s) popular(es)

AUTORES: Juliana de Faria Linhares. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil
Aleida Fontoura Batistoti. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil
Thaís Troncon Rosa. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

Esta proposta se desenha partindo do debate sobre as perspectivas associadas ao mundo popular nos estudos urbanos do Brasil, refletindo, sobretudo diante da diversidade de realidades brasileiras, sobre quais mundos populares estamos falando? Pensando desde e com Salvador, BA, em nossas práticas colaborativas de pesquisa e extensão universitária, viemos sendo provocadas a congregar as dimensões de raça e de gênero — e toda a trama que as envolve — nos estudos sobre o(s) processos de produção do(s) mundo(s) popular(es). E na medida em que nos aproximamos das dinâmicas de vida das mulheres negras, viemos conectando sujeitos e espaços metodologicamente e epistemologicamente, revelando (distintos) modos pelos quais suas histórias, trajetórias, relações de trabalho, redes de cuidado e políticas de vida se alinham à produção de suas moradias, territórios e cidades. Desde as condições de precariedade, vulnerabilidade e racismo, elas apresentam, histórica e cotidianamente, ações estratégicas e sensíveis para edificarem suas realidades a partir do vínculo com seus territórios. Esses estudos têm nos ajudado a compreender processos históricos que conformam territórios e realidades brasileiras, mas ainda revelam desafios de aplicabilidade dos conhecimentos elaborados, sobretudo no que tange às transformações que esse conhecimento pode provocar no mundo do popular. Deste modo, como alargar os campos teóricos e metodológicos diante das realidades conhecidas? Como nossas reflexões podem incidir na perspectiva dos direitos urbanos? Como elaborar aproximações metodológicas que permitam estender tais contribuições teóricas aos debates públicos sobre a agenda urbana? O encontro entre produção de conhecimento, vidas e direitos urbanos é, portanto, o enfoque desta proposta, apontando para aproximações com os mundos populares.

PONENCIA 02: ¿Qué historia del hábitat construimos? Interrogantes sobre lo popular y sus narrativas

AUTORES:
María Gabriela Torrents. Centro de Investigación Transformaciones Territoriales | Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo - Universidad de Buenos Aires, Argentina

Históricamente, la población que habita los barrios populares ha desarrollado acciones para la transformación del hábitat como reacción frente a la ausencia de una plataforma pública que garantice sus derechos básicos. Estas acciones han sido abordadas por el campo de la historia urbana desde una mirada ajena, caracterizando estos barrios como fenómenos urbanos vinculados a la marginalidad y segregación. A partir del trabajo de investigación sobre Historia Territorializada de los barrios populares en el AMBA, hemos cuestionado de que manera se han configurado los relatos sobre estos procesos

de transformación y de que manera construir un relato histórico territorializado apropiado por los actores que los protagonizan. Hemos identificando que la conformación de redes sociales de subsistencia, el diseño de estrategias situadas para la gestión del hábitat, y la apropiación colectiva del espacio barrial por parte de sus habitantes son algunas variables que abordadas desde una perspectiva histórica problematizan los relatos urbanos institucionalizados, dando lugar a la visibilización del entramado complejo que constituye el hábitat popular. Los hechos particulares de transformación del espacio barrial entran en diálogo (o en tensión) con las transformaciones territoriales que suelen acaparar la caracterización de la historia de nuestras ciudades, favoreciendo una lectura integral de los procesos de transformación del hábitat y configurándolos como hechos históricos situados y apropiados. Desde este posicionamiento, este trabajo abordará lo territorializado en el proceso histórico, entendiendo el papel protagónico de sus pobladores en la gestión de su hábitat y en la construcción de nuevas narrativas sobre lo popular.

PONENCIA 03: Reconstrucción de memorias para la historización de los territorios. Una experiencia de investigación-creación participativa desde el Barrio Municipal de la Cuenca Casavalle, Montevideo

AUTORES: Dr. Eduardo Álvarez Pedrosian. Programa en Estudios Culturales Urbanos y Territoriales | Laboratorio Transdisciplinario de Etnografía Experimental | Facultad de Información y Comunicación. Universidad de la República. Uruguay
Dra. Mayda Burjel Verstraete. Programa en Estudios Culturales Urbanos y Territoriales | Laboratorio Transdisciplinario de Etnografía Experimental | Facultad de Información y Comunicación. Universidad de la República. Uruguay
Lic. Andrea Moreira Ifran. Licenciatura en Diseño de Comunicación Visual. Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo. Universidad de la República. Uruguay.

En esta ponencia se presentan una serie de reflexiones de carácter teórico-metodológico sobre la construcción colectiva de conocimiento a partir de una experiencia de investigación-creación donde convergen la etnografía experimental colaborativa, la investigación acción participativa y el codiseño en comunicación visual. El hilo conductor del proceso ha sido la confección y publicación de un libro multimedia centrado en la reconstrucción de memorias sobre el proceso de creación y el devenir socioterritorial del Barrio Municipal. Este fue inaugurado en 1941 según el modelo de ciudad-jardín para población trabajadora en la zona de transición urbano-rural del Montevideo de entonces, y ampliado por la integración de asentamientos de varias décadas de existencia, según un plan público de ordenamiento territorial donde la participación local fue decisiva, dando como resultado la conformación de un "barrio grande", en expresión de una residente. La creación en 2010 del Complejo Municipal Salud, Cultura y Deporte (SACUDE) es uno de sus hitos fundamentales: institución cogestionada, foco de actividades múltiples con miles de usuarios de la zona y más allá, convertido en paradigma de propuestas exitosas para territorialidades similares. En primer lugar, se presentará el contexto socioterritorial particular y la coyuntura específica en que tuvo lugar la experiencia (el Barrio Municipal, el Complejo SACUDE y la llamada Cuenca Casavalle, área central de la periferia montevideana). Luego, la caracterización de las diversos actividades y los dispositivos metodológicos puestos en práctica (talleres, grupo motor, codiseño de formatos y estilos narrativos, análisis de archivos, etc.). Final-

mente, se reflexionará acerca del proceso y las producciones resultantes (relatos breves, fotografías, podcast, vídeos, historietas…), con miras a extraer consideraciones generales sobre la historización urbana y territorial desde la perspectiva de las metodologías participativas de investigación, para la valorización de las cualidades afirmativas del habitar y su problematización para el planteo de nuevos horizontes de transformación.

PONENCIA 04: Territorio y memoria en la gestión de espacios culturales barriales. La biblioteca popular El Cántaro Fresco

AUTORES: Dra. Verónica Blanco Latierro. Facultad de Psicología, Universidad de la República, Uruguay
Mag. (c) Jimena Grecco Biassini. Facultad de Psicología, Universidad de la República, Uruguay
Mag. (c) Melissa Martin Rodríguez. Facultad de Psicología, Universidad de la República, Uruguay

Presentamos algunas líneas de análisis sobre la gestión de espacios culturales barriales considerando las transformaciones territoriales y el papel de la memoria colectiva. Estas elaboraciones surgen de una experiencia de extensión universitaria que desarrollamos junto a la biblioteca popular El Cántaro Fresco (ECF), en el barrio Larrañaga de la ciudad de Montevideo. La biblioteca popular cuenta con más de 30 años de existencia y es fruto del trabajo colectivo de mujeres del barrio y de zonas aledañas. El involucramiento en tramas comunitarias adquirió un carácter revolucionario para sus protagonistas, convocadas ante la potencia transformadora de la gestión colectiva de un espacio de contribución a la cultura popular. La biblioteca se alinea a una importante tradición vinculada a las bibliotecas populares en América Latina, relevante en la generación de pensamiento crítico y su poder emancipatorio a nivel comunitario. El territorio barrial posee una larga tradición de participación comunitaria que actualmente se encuentra en pleno proceso de transformación. Cambios en la tipología arquitectónica y en los modos de habitar inciden en la trama comunitaria, generando una creciente despolitización que inhibe la renovación de referentes comunitarios. Analizamos cómo las nuevas dinámicas de comunicación urbana y la resignificación de los espacios públicos barriales inciden en las formas de participación, desafiando las posibilidades de encuentros (Bonet i Martí, 2006; Mandoki, 2018). Consideramos especialmente las contribuciones de los movimientos feministas para comprender las formas colectivas, el sostén y la reproducción de la vida comunitaria (Calquín & Gonzálvez, 2018; Federici, 2020; Lee Teles, 2021). Problematizamos también el desarrollo tecnológico para comprender el lugar de las prácticas culturales, atravesadas y determinadas actualmente por las lógicas del mercado y el consumo (Ghiso, 2006), y las dinámicas comunitarias en relación con las narrativas que alimentan sus identidades colectivas, sostenidas desde el afecto y la memoria (Salazar, 2011).

PONENCIA 05: De dentro e de fora: narrativas periféricas no campo museológico

AUTORES: Elias Nasser. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil
Ivo Giroto. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil

À luz dos processos de construção do "popular" e do "periférico", entendidos como híbridos e dinâmicos (Canclini, 2011), mas também portadores de ruídos e distorções (Spivak, 2010), este artigo analisa construções narrativas acerca do conceito de periferia – geográfica e cultural – por meio de dois

museus paulistas: o Museu Comunitário do Jardim Vermelhão, localizado na periferia de Guarulhos, e o Museu das Favelas, atualmente localizado no centro fundacional da cidade de São Paulo. Busca-se explorar de que maneira as trajetórias populares e os espaços marginalizados da metrópole paulistana têm sido traduzidos para o contexto histórico e cultural desde a década de 1990; também, investiga-se como essas representações enfrentam tensões entre autonomia comunitária e as mediações impostas pela institucionalização. Para tanto, são comparadas as formas como cada museu compreende e representa o espaço urbano periférico a partir de seu contexto institucional específico. Enquanto o Museu Comunitário do Jardim Vermelhão propõe contribuir para compreensão das origens e de uma identidade baseada no pertencimento a um território por seus próprios habitantes, os "sujeitos e sujeitas periféricas" (D'Andrea, 2022), o Museu das Favelas opera como representação oficial das periferias em uma instituição estatal. Ao contrastar movimentos "de dentro para fora", protagonizados pelas comunidades, e "de fora para dentro", estruturados pelas instituições, propõe-se observar as complexidades – disputas e contraposições, mas também sobreposições e afinidades – das práticas de patrimonialização, da construção de espaços de memória e de sua produção cultural. Este estudo busca contribuir para o debate sobre a representação do "periférico" no campo museológico, e destacar a maneira como trajetórias populares moldam a produção de memória e identidade nos territórios urbanos

PONENCIA 06: Museus de periferias na cidade do Rio de Janeiro: turismo comunitario e participação popular

AUTORES: Dr. Sergio Moraes Rego Fagerlande. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Cidades | Programa de Pós-graduação em Urbanismo | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Maria Fernanda Cardoso da Rocha. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Cidades | Programa de Pós-graduação em Urbanismo | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Gabriela Graças Peres Cardoso. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Cidades | Programa de Pós-graduação em Urbanismo | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este trabalho teve origem em uma pesquisa sobre as favelas do Rio de Janeiro, com foco na participação popular nos processos de turismo de base comunitária (TBC). Em especial, a atuação do Museu de Favela (MUF), localizado na comunidade Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, na Zona Sul do Rio de Janeiro (PINTO; SILVA e LOUREIRO, 2012), despertou nosso interesse em aprofundar a relação entre museus, turismo comunitário e temas como representação, identidade e pertencimento (FAGERLANDE, 2023; FREIRE-MEDEIROS, 2006). Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente a importância da participação comunitária na valorização da identidade local em espaços periféricos, onde a tradição e a cultura popular são frequentemente invisibilizadas (AGIER, 1999). Além disso, identificamos o potencial do TBC na geração de renda (BARTHOLO; SANSOLO e BURSZTYN, 2009). O estudo buscou mapear museus comunitários, também conhecidos como ecomuseus (CHAGAS; ASSUNÇÃO e GLAS, 2014), não apenas em favelas, mas também em quilombos e subúrbios da cidade. O contato com essas comunidades se deu por meio de visitas locais, entrevistas, além de pesquisas bibliográficas e online. Entre os espaços analisados estão museus físicos, como o Museu da Maré e o Ecomuseu

de Santa Cruz, e museus territoriais ou de percurso, como o Sankofa da Rocinha, o Museu de Favela (MUF), o percurso criado pelo Instituto dos Pretos Novos (IPN) e o Quilombo Cafundá Astrojilda. Essas iniciativas representam formas de resistência das culturas periféricas em uma metrópole como o Rio de Janeiro. Por serem contra-hegemônicas, tais iniciativas expressam lutas e resistências, especialmente no campo cultural, muitas vezes relacionadas a questões de raça, gênero e participação popular. Elas evidenciam a força da diversidade nas cidades e reforçam a necessidade de enxergar as periferias como espaços de potência, e não apenas de carência (SILVA; BARBOZA e SIMÃO, 2020).

PONENCIA 07: El impacto del territorio informal en la costa de la región de Valparaíso, Chile

AUTORES: Emanuela Di Felice. Escuela Arquitectura y Diseño, Pontificia Universidade Catolica de Valparaiso, Vina del Mar, Chile

El presente texto se enmarca en una investigación-acción que mira a la ciudad desde fuera y desde dentro de los límites urbanos informales de la costa de la Región de Valparaíso, Chile. Observando los márgenes a lo largo de los cerros, encontramos una ciudad informal que alberga más de treinta mil familias en campamentos informales. Estas áreas no contempladas en la planificación territorial se encuentran en estrecha proximidad con la naturaleza, y sus fenómenos destructivos como el incendio del 2024. En los procesos de urbanización de estos territorios, se cuentan, involucradas cerca de 15.000 familias preste obtener la propiedad de sus casas sin servicios. Ubicados en áreas de múltiples riesgos ambientales, se llama a los planificadores a evaluar y entender la desregulación del crecimiento territorial, producto de una "ciudad difusa", validada por leyes de excepción, que al cambiar el uso del suelo, generan barrios sin ciudad, redefiniendo el perfil urbano de la región. Entendiendo los fenómenos políticos nacionales e internacionales, en la generación de estos territorios y con apoyo en la geografía, para la producción de cartografías que destacan una línea del tiempo y sus características, útil para entender la informalidad de la Región. Estos procesos de "legalización" del informal, son formas de reorganización territorial propias de los últimos diez años, donde estos fenómenos de apropiación de la tierra están transformando las ciudades de Chile de rural a urbano. En este campo poco tratado por la academia, se parte desde el principio de mirar la ciudad así como se presenta ante nuestros ojos: un organismo vivo, autónomo y rebelde a la planificación, sin arquitectos y con ciudadanos sin ciudad. Con el objetivo de establecer nuevos desafíos para la planificación y la educación en arquitectura y urbanismo frente a estos procesos de grandes transformaciones territoriales en periferias populares.

PONENCIA 08: "Nós estamos aqui": Oficinas carto[bio]gráficas e as transformações dos bairros do Guamá e Pedreira, em Belém-PA

AUTORES: Izabella Melo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Brasil
Francianny Moraes. Campus Marco Zero, Universidade Federal do Amapá, Brasil
Celma Chaves. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Brasil
Lidia Vaughan. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Brasil
Lorenna Queiroz. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Brasil

Os mapas costumam privilegiar dados físicos e geográficos, excluindo informações sociais das pessoas que habitam, produzem e transformam o território. Contudo, abordagens cartográficas contemporâneas buscam romper com essa lógica de poder e representação dominante, dando voz a grupos historicamente silenciados. As cartobiografias (Ortiz, 2014; Melo e Chaves, 2022) exemplificam essa proposta ao integrar aspectos biográficos, histórias e experiências vividas nos espaços. Neste contexto, no segundo semestre de 2024, foram desenvolvidas quatro oficinas carto[bio]gráficas nos bairros do Guamá e Pedreira, periferias de Belém. Essas oficinas visaram disseminar conhecimento sobre as transformações dessas áreas desde a década de 1940, capacitar moradores na leitura e produção de mapas e fomentar narrativas que desafiem discursos hegemônicos. A atividade integra um projeto mais amplo que estuda os processos de modernização de Belém no século XX. Este artigo busca apresentar as oficinas carto[bio]gráficas como possibilidade de ferramenta crítica e metodológica para o estudo da modernização, permitindo que moradores, especialmente de áreas periféricas, frequentemente agentes centrais da transformação territorial, expressem suas vivências e percepções do espaço urbano. Embora experimentais, as oficinas foram duplamente enriquecedoras. Para os moradores, possibilitaram compartilhar histórias, experiências e significados dos espaços onde vivem, evidenciando memórias afetivas e laços sociais. Para as pesquisadoras, proporcionaram um contato direto com a realidade local, permitindo compreender como os moradores se organizam, lutam por melhorias, transformam e percebem as mudanças nos bairros. O artigo se estrutura em três tópicos: o primeiro discute a importância das cartografias nos estudos sobre modernização; o segundo apresenta a metodologia utilizada na atividade, destacando adaptações ao longo do processo; e o último detalha o desenvolvimento das oficinas, seus resultados parciais e as carto[bio]grafias criadas pelos moradores durante a atividade.

PONENCIA 09: Mutirões de beatas, roceiros e cangaceiros: formas de educação social e participação política nos pequenos núcleos urbanos e meios rurais no Nordeste do Brasil

AUTORES: Daniel dos Santos Carneiro. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, Brasil

Tendo em vista a diversidade do povo brasileiro, compreende-se que ao longo dos tempos foram se constituindo diferentes 'Brasis', a partir de fatores econômicos e expressões socioculturais associadas ao uso e ocupação da terra, como os mutirões comunitários, elementos que possibilitam a ação social de diversas pessoas, como pobres livres, roceiros, beatas, mestres de obras e irmãos de caridade, at-

ravés do trabalho coletivo. Caldeira (1956) destaca os mutirões como formas de manifestação social pautadas em vínculos de solidariedade presentes em diversas regiões do mundo rural e pequenos núcleos urbanos. Já para Brandão (2020), nos mutirões, festa e trabalho se misturam de forma que o trabalho voluntário é pautado pelo tempo das atividades e dos rituais e não o tempo cronológico. Feitas estas considerações, o trabalho tem por objetivo destacar a participação dos pobres livres através da cultura e religiosidade popular. Assim, a pesquisa pretende destacar o trabalho educacional das beatas e irmãs de caridade, assim como a participação dos cangaceiros enquanto um exército de pobres que, através da cultura, estabeleceram lutas diante da opressão e da falta de terras para o cultivo e desenvolvimento do minifúndio. Optou-se pelos sertões do Nordeste como região a ser analisada por conta das diferenças econômicas e de ocupação do espaço no interior do Nordeste.

PONENCIA 10: Movimiento Urbano Popular, su legado a las luchas actuales, en ciudades mexicanas, cinco décadas después

AUTORES: José Salvador Zepeda López. Unidad Académica de Ciencias Sociales, Universidad Autónoma de Nayarit; Tepic, Nayarit, México

Los movimientos populares en México tienen su origen entre los años sesenta y setenta del siglo pasado. El caldo de cultivo fue la crisis política que tiene en el movimiento estudiantil popular de 1968 y su trágico desenlace del 2 de octubre y la acción represiva perpetrada en contra de estudiantes y grupos populares que se movilizaban el 10 de junio de 1971, como punto de quiebre para el régimen y el severo desgaste del aparato institucional que recurre a la violencia política, mediante la "guerra sucia" y la feroz persecución de grupos opositores. Ante esto, distintos sectores sociales no institucionales se expresan al menos en tres campos: unos se repliegan, otros resisten y crean opciones de organización y otros más se van a la guerrilla. Se abre un inter-juego entre la vida clandestina y la pública. En esta vemos aparecer sindicatos independientes en el medio fabril y en áreas como el magisterio, organizaciones campesinas y urbano populares que permean la vida en el campo y la ciudad. Aquí aparece el Movimiento Urbano Popular, a principios de los setenta, o poco antes, en las grandes ciudades y cerca del final, en su segunda oleada, en ciudades medias. Emerge así en Uruapan, Michoacán y Tepic, Nayarit casi a la par, entre 1979 y 1981. La constante entre este y otros movimientos sectoriales es la diferenciación frente a las organizaciones de corte priista e institucional, la reivindicación de la autonomía y las capacidades de organización y gestión, la incorporación de prácticas democráticas como es el asambleísmo, así como la democracia directa asociada al uso de metodologías participativas, que se condensa en una cultura política con rasgos democráticos. A casi cincuenta años de irrupción, la pregunta es ¿cuál es el legado del movimiento urbano popular a las luchas sociales urbanas actuales?

PONENCIA 11: Urbanismo Informal y Patrones de Uso y Apropiación del Espacio Público en Viñani, Perú

AUTORES: Elizabeth Abanto Sánchez. Universidad Nacional Joirge Basadre Grohmann, Perú
Stella Schroeder. Universidad San Sebastián, Chile

El urbanismo informal se refiere a la producción de urbanización que ocurre al margen de marcos formales, siendo para muchos la única opción de vivienda y empleo. Se estima que, para 2050, un tercio de la población mundial residirá en asentamientos informales, donde el 90% de sus necesidades no son atendidas por arquitectos. Este estudio propone examinar la complejidad de "lo popular" en el contexto contemporáneo, enfocándose en la autoconstrucción como respuesta empírica a problemas habitacionales. Utilizando la justicia espacial como herramienta teórico-metodológica, se pretende identificar los desafíos que enfrentan los asentamientos informales en relación con políticas públicas y la creciente precarización urbana. A través de un análisis mixto que combina métodos cuantitativos y cualitativos, se explorarán patrones de uso y apropiación del espacio público en Viñani, al sur de Perú, considerando tanto sus características físicas como las percepciones de sus habitantes. Inspirándose en "Un Lenguaje de Patrones" de Christopher Alexander, la investigación busca establecer un lenguaje de patrones informales que represente las dinámicas socioculturales de estos espacios. Este enfoque permitirá utilizar metodologías colaborativas, integrando fuentes audiovisuales y análisis cartográficos para facilitar una investigación participativa. Además, se generará un catálogo de patrones que servirá como guía para mejorar la calidad del espacio público, promoviendo la colaboración entre la comunidad, diseñadores y planificadores. Al empoderar a las comunidades en la transformación de sus entornos, este estudio contribuirá a la defensa del derecho a la ciudad, fomentando la dignidad y habitabilidad en los barrios populares, y así, avanzar hacia un futuro urbano más justo y equitativo.

PONENCIA 12: Tramas y urdimbres populares desde la producción de vivienda: Tensiones del derecho a vivir en la ciudad

AUTORES: Liliana María Sánchez Mazo. Profesora Titular en el Departamento de Trabajo Social, Facultad de Ciencias Sociales y Humanas e investigadora del grupo Medio Ambiente y Sociedad, Universidad de Antioquia
Christian Giovanny Álvarez López. Grupo Medio Ambiente y Sociedad, Universidad de Antioquia, Colombia
Saray Grajales. Grupo Medio Ambiente y Sociedad, Universidad de Antioquia, Colombia

Esta contribución debate la producción de vivienda popular en trayectoria histórica para poner de manifiesto la disputa de intereses que tensionan el derecho a vivir en la ciudad con dignidad. La perspectiva teórica se auxilia en lo que Milton Santos (2006) denominó como "rugosidades": eso que queda del pasado como forma, espacio construido, paisaje, eso que resta del proceso de supresión, acumulación, superposición que hace que las cosas se sustituyan y acumulen, constituyendo los lugares. Para dar luz a las rugosidades se reconocen avances-retrocesos en visiones y prácticas de producción de vivienda popular destacando autonomía y lucha social de habitantes, acciones gubernamentales, del mercado y del crimen. El aporte al Simposio es de orden empírico porque pone luz en cotidianidades exploradas en dinámicas urbanas de la vivienda que permiten reflexionar y responder: ¿ciudad popu-

lar para quién, para qué? ¿qué visiones y prácticas productoras de vivienda popular muestran in-volución? Para dar cuenta de tal pretensión se trazan hitos de la transformación de la producción de vivienda popular mostrando la singularidad de dinámicas urbanas actuales en análisis retrospectivo, los cambios urbanísticos, los flujos que la han incidido, así como los desafíos para el hábitat popular hoy. Interesa que estos desafíos toquen las tensiones que enfrentan la vida digna en Medellín, tanto desde el accionar social, el pensar y hacer de la política pública, así como de los centros de pensamiento. El estudio de caso de comunas con importantes transformaciones urbanas en el presente siglo, como las comunas 1 Popular, 2 Santa Cruz y 13 San Javier, es seleccionado como modalidad metodológica. Esta apuesta fundamenta las reflexiones sobre la vivienda popular, en colaboración con diálogos interdisciplinarios, análisis experienciales, documentales y fotográficos, asumidos como movilizadores de procesos de investigación y de extensión de donde emerge la cuestión a compartir.

PONENCIA 13: Gestión de la vivienda desde las Organizaciones Urbano-Populares

AUTORES: Samira Margarita Sánchez Trujillo. Centro de Estudios Demográficos, Urbanos y Ambientales, Colegio de México, México

El acceso a la vivienda y al hábitat adecuado ha sido históricamente un desafío persistente y complejo para los sectores populares en México y América Latina. Este problema, enraizado en profundas desigualdades socioeconómicas y procesos de urbanización acelerada, ha sido un constante en el desarrollo de las ciudades latinoamericanas durante el siglo XX y principios del XXI. El caso específico de México, el problema de la vivienda ha sido particularmente agudo. El rápido crecimiento demográfico y la migración masiva del campo a la ciudad a mediados del siglo XX ejercieron una presión sin precedentes sobre las infraestructuras urbanas y sobre el estado que no tenía los medios para responder a la demanda de vivienda. Como resultado, grandes sectores de la población se vieron obligados a buscar soluciones habitacionales al margen de los marcos legales y urbanísticos establecidos. A partir de la década de 1940, se observó un aumentó en la ocupación ilegal de ejidos y terrenos comunales y en las invasiones de terrenos. Esta fase dio paso a la autoproducción de vivienda y la gradual consolidación de asentamientos inicialmente precarios. En respuesta a estos desafíos, surgieron diversas formas de organización social. Las Organizaciones Urbano-Populares (OUP) emergieron como actores clave en la lucha por el derecho a la vivienda y a la ciudad. Estas organizaciones van desde grupos vecinales hasta movimientos urbanos de mayor escala, que han desempeñado un papel crucial en la articulación de demandas, la negociación con autoridades y la implementación de soluciones habitacionales para los sectores populares. La ponencia se centra en analizar cómo las Organizaciones Urbano-Populares han adaptado sus estrategias y métodos para ser considerados por los organismos del estado como actores fundamentales en el acceso al hábitat de sectores populares. En las últimas décadas, México ha experimentado importantes reformas en sus políticas de vivienda y desarrollo urbano. Estas han transitado desde enfoques centralistas y estado-céntricos hacia modelos que promueven una mayor participación del sector privado y de la sociedad civil. Comprender como se han adaptado las OS a estos cambios es crucial para evaluar la efectividad de tanto de las políticas, como de la evolución política de las OS.

PONENCIA 14: No interior da casa popular: O projeto de domesticidade estatal nos conjuntos habitacionais da CECAP entre anos de 1960 a 1980 em São Paulo

AUTORES: Guilherme Braz de Souza. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil

No início dos anos de 1960, um novo marco da história da habitação se desenvolveu no Brasil, com a criação de uma política em nível federal - o Sistema Financeiro da Habitação - destinando recursos públicos para o financiamento da construção e aquisição da casa própria, operacionalizados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), com promotores habitacionais públicos e privados. Nesse contexto, apareceram as primeiras habitações produzidas em São Paulo pela Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP), criada no final dos anos de 1940, porém formalizada nos anos de 1960, sendo denominada posteriormente de Companhia Estadual de Casas Populares, vinculada à política do BNH, até sua extinção no início dos anos de 1980, no período da ditadura civil militar. Esse momento na história da habitação se diferenciaria do que fora praticado desde a década de 1930, havendo a emergência de pesquisas que se aproximem dessa produção arquitetônica e urbanística (a agência do espaço urbano e doméstico), para além dos estudos urbanos que se debruçaram sobre a repercussão e efetividade da política habitacional do BNH, no processo de urbanização capitalista. Neste contexto, esta comunicação visa apresentar os primeiros resultados da pesquisa de doutorado em andamento sobre os conjuntos habitacionais da CECAP, objetivando apresentar as estratégias políticas que abrangem o desenho urbano e arquitetônico desses territórios populares e quais seriam as práticas sociais que o espaço doméstico dessas moradias mobilizaria, através da apresentação dos primeiros resultados das análises das fontes primárias escritas (leis, manuais) e iconográficas(projetos, fotos), além de cartografias e levantamento bibliográfico. Pretende-se demonstrar que é a casa popular unifamiliar, isolada no lote de propriedade individual que se desenvolvia no discurso de atores políticos, administradores, arquitetos e engenheiros, como forma de articulação com os trabalhadores sindicalizados e com as elites políticas para o desenvolvimento das cidades do interior do estado.

PONENCIA 15: O “popular” mudou: novas perspectivas para favelas e loteamentos populares no Brasil

AUTORES: Guilherme Rocha Formicki. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Universidade de São Paulo, Brasil

Este trabalho explora transformações recentes em favelas e loteamentos populares no Brasil. Lidas como “territórios populares” (Cf. ROLNIK, 2015), essas áreas viram sua componente popular se alterar nas últimas décadas, período em que, argumenta-se, aproximaram-se do status de territórios do mercado (FORMICKI; ZUQUIM, 2024). Propõe-se uma análise a partir de três chaves explicativas para as referidas transformações: (1) o mundo do trabalho; (2) mobilizações políticas; e (3) a orientação ao mercado. O primeiro eixo reconhece que, nos anos 1970 e 1980, domicílios em favelas e loteamentos populares eram encabeçados por trabalhadores empregados diretamente por indústrias ou pelas redes produtivas que gravitavam ao seu redor – uma alusão à “industrialização dos baixos salários” (MARICATO, 2011). Entretanto, hoje, ao lado dos contratos CLT, nota-se um número crescente de trabalhadores autônomos, muitos dos quais precarizados e (auto)denominados empreende-

dores (ABÍLIO, 2017; ANTUNES, 2018). O segundo eixo explora a ascensão de novos atores sociais – os empreendimentos sociais e suas redes –, que passaram a determinar agendas e intervenções ao lado de lideranças tradicionais dessas áreas, dirigindo lutas e mobilizações (FISCHER, 2002; FORMICKI; ZUQUIM, 2024). Na terceira chave, prevalece a ideia de que favelas e loteamentos populares se constituem como reservas de mão de obra e de consumo, além de reunirem capital social e humano (PRAHALAD; HART, 2002; MEIRELLES; ATHAYDE, 2014; BARKI et al., 2023). Argumenta-se que políticas públicas têm sido capturadas nesses territórios cada vez mais expostos ao empreendedorismo. A discussão do artigo é tecida com base em dados empíricos e predominantemente qualitativos extraídos de pesquisa realizada entre 2022 e 2025 no Jardim Ibirapuera (Zona Sul de São Paulo), cujas transformações vêm sendo influenciadas pela atuação da Vivenda, negócio de impacto do ramo das melhorias habitacionais, e por organizações sem fins lucrativos como o Bloco do Beco, que desenvolve projetos sociais ligados especialmente à cultura.

PONENCIA 16: Expulsão e resistência das ocupações urbanas na pandemia de covid-19

AUTORES: Isabela Caixeta Veiga. Universidade Federal de Goiás, Brasil.
Wagner de Souza Rezende. Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Brasil

A pandemia de Covid-19 evidenciou a precariedade socioambiental das populações vulneráveis, em decorrência do agravamento da desigualdade social e empobrecimento. No mesmo período, houve o aumento exacerbado do monopólio empresarial e concentração de riqueza, tendências globais que vêm se intensificando desde os anos 1980, com a "neoliberalização" das economias políticas em todo mundo. Nossa intenção é discutir a emergência de territórios periféricos formados pela expulsão e pelo deslocamento forçado, como condição individual e política maior do século XXI, expressão concreta da biopolítica. Em contrapartida, compreendemos que na apropriação material e ressignificação simbólica de espaços abandonados, os moradores das ocupações urbanas articulam uma cidadania insurgente, com a criação de uma nova esfera de participação na gestão dos territórios pelas comunidades, e na luta pela regularização, em muitos casos, junto aos movimentos sociais. Nesse sentido, também analisamos a luta por moradia durante a pandemia, influenciadas pelo contexto. Assim, a pesquisa articula, dialeticamente, os conceitos de biopoder, cidadania insurgente e território para a analisar os processos de expulsão (e resistência) das ocupações urbanas durante a pandemia do Covid-19 (2020-2022) na Região Metropolitana de Goiânia (RMG), em Goiás. Aprofunda-se a análise no estudo de caso da ocupação Beira da Mata, localizada em Aparecida de Goiânia. Utilizou-se múltiplos métodos de coleta de dados: entrevistas, observação participante, análise de fotografias e mapas, pesquisa bibliográfica e documental. A comunidade surgiu em fevereiro de 2021, como resultado do desemprego e despejo do aluguel durante a pandemia. Diante das dificuldades vividas no cotidiano, vem se organizando coletivamente por meio da cooperação e solidariedade entre os moradores, e luta pela garantia de direitos organizados no Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) de Goiás.

PONENCIA 17: Os conflitos (in)visíveis da cidade e a luta por moradia popular: assessoria técnica e habitação social

AUTORES: Ana Júlia Mendes. Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Marluce Wall. Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

Este trabalho apresenta reflexões sobre a produção da cidade e a construção de narrativas sobre a história urbana pela perspectiva dos territórios populares, propondo discussões a respeito de práticas de assessoria técnica em habitação social para a compreensão dos conflitos (in)visíveis da cidade e a luta por moradia no Brasil. Para isso, são traçadas quatro principais abordagens para esta análise: as cidades estão em guerra? Existe uma política urbana do conflito? Como desenvolver práticas de assessoria em situações de conflito? Como articular o trabalho da assessoria às práticas de autogestão? Para embasar estas discussões, foram analisadas duas experiências em autogestão em habitação social na região metropolitana de São Luís: o Residencial João do Vale e o Residencial Magno Cruz. Com isso, o principal objetivo desta pesquisa é contribuir com a crítica às práticas prescritivas e formalistas da arquitetura e urbanismo e, assim, contribuir também com a construção de uma história urbana pela perspectiva dos territórios populares. Por fim, reflete-se sobre o lugar que ocupam as comunidades que se produziram à margem das normas urbanísticas e a atuação do arquiteto e urbanista na produção da moradia popular digna, por meio da construção de uma teoria crítica da arquitetura.

PONENCIA 18: Geohistoria de la ciudad ecosocial: Producción de márgenes populares y justicia socioambiental en Medellín

AUTORES: César González García. Grupo de Investigación Medio Ambiente y Sociedad, Universidad de Antioquia, Colombia
Walter Gallego Medina. Grupo de Investigación Medio Ambiente y Sociedad, Universidad de Antioquia

Los barrios autoconstruidos en las márgenes de las ciudades en América Latina, lejos de ser espacios de carencia, constituyen escenarios donde emergen dinámicas de resistencia y prácticas de autogestión que desafían las lógicas tradicionales de urbanización (Cardeira, 2016). Con esta perspectiva, nuestra comunicación propone un análisis geohistórico de los márgenes urbanos de Medellín, entendidos no solo como espacios de periferia (Reynaud, 1981), sino como territorios de producción de ciudad y justicia ecosocial. Desde un enfoque de larga y corta duración (Braudel, 1958), se estudian los procesos de territorialización en los barrios populares de Medellín, con acercamientos a las comunas 1, 3 y al corregimiento de San Antonio de Prado, donde la urbanización ha sido resultado de procesos autogestionados que articulan prácticas comunitarias con disputas políticas (Holston, 2008) y espaciales (Harvey, 1996; Castells, 1977). Se argumenta que los márgenes urbanos, en su relación con el Estado (Das & Poole, 2004) y el mercado, han sido objeto de intervenciones que han oscilado entre la inclusión simbólica y la expulsión material (González García, 2019), reproduciendo ciclos de precarización urbana (Rolnik, 2017). A partir de la justicia ecosocial como marco analítico (Harvey, 1996; Fraser, 2023), se indaga cómo las comunidades, desde una perspectiva de Derecho a la Ciudad (Le-

febvre, 1968), construyen territorialidades que generan resistencia a la expansión del capital inmobiliario-financiero y a la implementación de políticas públicas que pretenden transformar las relaciones entre habitantes, territorio y ecosistemas urbanos. En palabras de David Harvey (2009), pensar el derecho a la ciudad no es simplemente el derecho a lo que ya está en la ciudad, sino el derecho a transformar la ciudad en algo radicalmente distinto. El derecho defiende la función social de la propiedad y de la ciudad, donde predomine el bien común sobre el derecho individual de propiedad, lo que implica el uso socialmente justo y ambientalmente sustentable del espacio urbano (Sugranyes & Mathivet, 2010). En el caso de la ciudad de Medellín, la historiografía sobre la acción de lo popular en la construcción o deconstrucción del fenómeno de lo urbano no solo está atravesada por la expansión del capitalismo financiero legal como actor totalizante, sino también por las economías bajo el dominio de los actores armados ilegales. En este sentido, se entiende que las comunidades y líderes barriales construyen múltiples procesos de resistencia en sus territorios en disputa frente a las lógicas del control extorsivo y violento de actores ilegales o de la expulsión y formas de segregación social por parte de la institucionalidad. Este análisis busca contribuir al debate historiográfico sobre la producción de lo popular, cuestionando cómo los procesos de urbanización han configurado las trayectorias de estos espacios. Se privilegia un enfoque metodológico interdisciplinar que combina fuentes cartográficas, audiovisuales y de archivo con trabajo de campo y análisis de políticas urbanas. A partir de este estudio, se propone una relectura geohistórica de los márgenes urbanos de Medellín como escenarios fundamentales para pensar la ciudad del futuro en clave de justicia ambiental y derecho a la ciudad.

E2_06_Ciudad y Naturaleza ante los Conflictos en la Urbanización de las Periferias Latinoamericanas

COORDINADORES:
Jaime Hernandez-Garcia. Facultad de Arquitectura y Diseño, Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá, Colombia
Wagner de Souza Rezende. Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Brasil

PALABRAS CLAVE: Periferias; Paisaje; Conflictos; Naturaleza; Urbanización

RESUMEN: En los estudios urbanos contemporáneos, la relación entre ciudad y naturaleza muchas veces se aborda de manera tangencial, metafórica o implícita (Harvey, 2020; Swyngedouw, 2006; Latour, 2004; Santos, 1996). Además, en las últimas tres décadas, muchos de los conflictos socio-políticos atraviesan cuestiones étnicas, de clase, de raza, de género y de religión en relación con la naturaleza, especialmente con las infraestructuras verdes y azules (Porto, 2011; Acselrad, 2004). En esta sesión se propone que los procesos de urbanización en el sur global son indisociables de las rupturas socioeconómicas resultantes de las transformaciones en la naturaleza y la ciudad (Pellow, 2018).

La relevancia de esta temática es el énfasis en las dimensiones culturales, sociales y económicas de los conflictos relacionados con temas ambientales por recursos naturales y la afectación de los ecosistemas, en las áreas de expansión urbana. Sin embargo, podemos entender la relación entre ciudad y naturaleza por las perspectivas de la (in)justicia ambiental en los conflictos urbanos de las periferias latinoamericanas, a través de la lucha ambientalista (eco-social) y a través de la relación de los citadinos con la naturaleza, entre otras perspectivas (Latour, 2020; Holston, 2008; Martínez-Alier, 2002).

La expansión urbana hace de los bordes de las ciudades territorios cada vez más amplios y complejos, y con relaciones más difíciles con la naturaleza, articulando relaciones de poder y resistencia capaces de organizar colectivos por el derecho a la naturaleza por medio de prácticas insurgentes o movimientos eco-sociales (Moore, 2022; Brand y Wissen, 2021; Ioris, 2009; Porto-Gonçalves, 2001). La naturaleza, antes distante y ausente de la ciudad, ahora forma islas en medio de las periferias urbanas, alcanzando las regiones de mayor valor ambiental o ecológico. La relación de la ciudad con las áreas rurales tampoco es equilibrada, por el avance sin control de la urbanización sobre lo rural, sin mayor relación, y con gran afectación de los ecosistemas (Brenner y Schmid, 2015). Otras formas de naturaleza atraviesan las ciudades, los manantiales y acuíferos, que han entablado una convivencia histórica de beneficio y agresión recíproca. Además, otros vestigios rurales, como cañadas, caminos y usos agrarios, perviven con distinta suerte y vitalidad en las periferias.

Existe una relación de doble sentido en la relación ciudad-naturaleza: la naturaleza condiciona el carácter social o la exclusividad de las periferias, del mismo modo que el carácter social de las periferias define las zonas verdes, agrarias o espacios abiertos que las rodean. Estas tensiones con la naturaleza en las zonas periféricas también forma parte de la relación entre las ciudades y la naturaleza, influyendo en su significado y los valores paisajísticos otorgados (Roy, 2011; Escobar, 2008).

Interesan contribuciones que, desde una perspectiva crítica de la urbanización, consideren la ciudad y la naturaleza como objeto de estudio para abordar las diferentes expresiones de la realidad social de lo cotidiano, particularmente en los bordes de ciudad, así como la revisión crítica de propuestas que trabajan esta relación. Asimismo, conciernen a esta sesión los trabajos que abordan la apropiación (desigual) de las periferias urbanas en las que la naturaleza se convierte en un espacio segregado para uso de clases privilegiadas.

PONENCIA 01: Urbanização neoextrativista pela dissolução do papel político da natureza

AUTORES: Aura Luz Fernandez Abarca. Universidade Federal de Goiás, Brasil, Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira. Universidade Federal de Goiás, Brasil,
Karla Emmanuela Ribeiro Hora. Universidade Federal de Goiás, Brasil

O trabalho investiga a relação entre urbanização extensiva, crise do capital e dinâmicas do neoextrativismo na América Latina. Fundamentado na teoria decolonial e complementado por uma análise crítica, argumenta-se que a expansão da urbanização ocorre em paralelo à lógica extrativista, dissolvendo formas históricas de sociabilidade. Diante disso destacam-se algumas dinâmicas associadas ao processo de neoextrativismo urbano, como a exploração intensiva de recursos naturais e a consequente destruição ambiental e social. Além disso, observa-se o exercício de poder de determinados grupos sociais que investem na mercantilização da natureza, ao mesmo tempo, em que cooptam seu papel político como agentes da produção da cidade. Nesse contexto, a urbanização extensiva fortalece novas configurações políticas autoritárias, que deslocam populações urbanas vulneráveis e comunidades tradicionais, perpetuando sua condição de marginalização. Propõe-se, assim, uma análise da mercantilização da natureza como técnica central do neoextrativismo urbano—um processo que, além de explorar recursos naturais, também instrumentaliza populações e conceitos. Discute-se, portanto, como a crise do capital intensifica esse sistema, ampliando a violência e os conflitos sociais, enquanto expande o tecido urbano sobre paisagens naturais e territórios historicamente marginalizados. Por fim, argumenta-se que os desdobramentos desse processo resultam na proliferação de cidades e sociedades cada vez mais alienadas da natureza real, consolidando um modelo de urbanização marcado pela desigualdade socioambiental.

PONENCIA 02: Procesos de Expansión Residencial en Humedales y Reservas de Biosfera del Nordeste Argentino. El Caso de las Ciudades-Región de Resistencia y Formosa (2000-2025)

AUTORES: Evelyn Abildgaard.Universidad Nacional del Nordeste (IIDTHH UNNE CONICET). Argentina
María Luján Careaga. Universidad Nacional del Nordeste (IIDTHH UNNE CONICET). Argentina
Juan José Nicolás Coronel. Universidad Nacional del Nordeste (IIDTHH UNNE CONICET). Argentina
Bruno Nicolás Domínguez. Universidad Nacional del Nordeste (IIDTHH UNNE CONICET). Argentina
Instituto de Investigaciones para el Desarrollo Territorial y el Hábitat Humano, Universidad Nacional del Nordeste (IIDTHH UNNE CONICET). Argentina.

Tal como viene sucediendo desde la década de 2010, y con mayor intensidad luego de la pandemia del año 2020, el proceso de expansión hacia la periferia urbana de las ciudades latinoamericanas continúa intensificandose. Esto genera transformaciones en el territorio: avances hacia áreas naturales sin ninguna o poca restricción, pérdida de biodiversidad, ocupación de zonas con riesgo hídrico, cambios de usos en suelos rurales, equipamientos, infraestructura y servicios extendidos con criterios selectivos, fragmentación territorial, segregación residencial, entre otras. Sosa Velásquez (2012) expresa que el territorio es un espacio construido socialmente que experimenta continuas y sucesivas transformaciones en el tiempo, tiene una historia y un devenir, es naturaleza transformada, bajo el estilo de una cultura determinada. Ante el continuo avance de la urbanización sobre áreas naturales, ¿cuáles son las características de la naturaleza transformada en esta segunda década del siglo XXI? Pintos (2018) al referirse al extractivismo inmobiliario, lo considera "una de las facetas extractivistas menos exploradas pero que está en sostenido crecimiento en los últimos tiempos" y lo define como "ciertas dinámicas inmobiliarias en ámbitos urbanos y periurbanos que se producen a expensas del avasallamiento de ecosistemas naturales" (p.17). El objetivo de este trabajo es analizar el proceso de expansión urbana en áreas naturales de las ciudades-región del nordeste argentino, durante el período 2010-2025. Los resultados que aquí se exponen surgen del análisis diacrónico, longitudinal, en perspectiva comparada, del proceso de expansión urbana en los "Humedales Chaqueños" (Sitio Ramsar N° 1366) y en la Reserva de Biosfera Laguna Oca y del río Paraguay (primera reserva de biosfera creada por la Unesco), tomando como casos de estudio las ciudades-región de Resistencia y Formosa respectivamente. Se concluye que más allá de las catalogaciones internacionales, es necesario continuar profundizando los debates sobre las tensiones y conflictos que se generan en estos territorios.

PONENCIA 03: Paisagismo popular e projeto participativo: Ecoparque Escola Philó, Perus

AUTORES: Ana Cecília Campos. Laboratório Quadro do Paisagismo no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo, Brasil
Eugenio Queiroga. Laboratório Quadro do Paisagismo no Brasil, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo, Brasil

O Ecoparque Escola Philó localiza-se em área periférica do município de São Paulo, no distrito de Perus, a noroeste da cidade. Ainda existem extensas glebas não parceladas, remanescentes florestais, rede hídrica intensa que corta encostas declivosas. Contrastam com tecidos urbanos densamente edificados, autoconstruídos, com poucos e exíguos espaços livres públicos devidamente qualificados para convívio, recreação e lazer de seus moradores. Território de desigualdades e pobreza, também caracterizado por lutas sociais históricas, movimentos culturais, com forte participação da comunidade em fóruns como o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), instrumento do Plano Diretor derivado da ação de Perus. O Ecoparque surge da proposição de coordenadores e professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Philó Gonçalves dos Santos, em 2021, que viram o potencial de área pública vazia, ao lado do edifício escolar, para ser transformado em parque que possibilitasse aos alunos aprendizados a partir da vivência do espaço livre. Através do TICP Jaraguá-Perus-Anhanguera estabeleceu-se parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (FAU-USP) para desenvolvimento de projeto participativo de arquitetura paisagística, por meio de disciplinas de graduação, pós-graduação e projeto de extensão. Formou-se rede envolvendo a comunidade escolar, a academia e o poder público através das Secretarias Municipais de Educação e do Verde e do Meio Ambiente. A proposta era convergente com os planos municipais que valorizam a participação da comunidade na proposição de espaços livres e integração com outras estruturas como os corredores ecológicos. Interescalaridades que têm nas ações locais a força para definição de seu território. Paisagens populares constituídas a partir dos saberes e desígnios de suas comunidades. Projeto premiado pela academia e poder público, ainda não foi implantado, embora espaço já apropriado, expondo os conflitos da gestão pública e da constituição dos territórios.

PONENCIA 04: Aproximações entre Anna Tsing e Tauá-Mirim: Uma análise multiespécie da expansão portuária em São Luís-Maranhão

AUTORES: Amanda Marques Gomes. Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

O Taim é uma comunidade situada na zona rural de São Luís-MA, que luta desde o início dos anos 2000 pela proteção de seu território e, consequentemente, de seu modo de vida tradicional, constantemente ameaçado pelos complexos portuário e industrial que se instalaram em seu entorno. Nesse contexto, o Maranhão se insere numa geopolítica fluvial que coloca o estado entre os maiores exportadores de commodities do Brasil, com três grandes portos formando o Complexo Portuário de São Luís. Essa geopolítica ameaça o modo de vida tradicional de comunidades como a do Taim, seja pela inserção de espécies invasoras, que chegam pelas águas de lastro, seja pelos poluentes presentes no ar e na água, ou pela dragagem que acompanha o tráfego das embarcações. Inspirada nos estudos da antropóloga Anna Tsing, a pesquisa discute e utiliza como ferramenta metodológica uma das ferramen-

tas do capital, as interações entre diferentes escalas – local, regional e global. Nesse cenário, canoas de pesca convivem ao lado de gigantescos navios cargueiros, casas de farinha se situam próximas a indústrias produtoras de alumínio, e ferrovias cruzam igarapés, evidenciando as aproximações e distanciamentos entre lugares, infraestruturas e práticas que, embora dicotômicas, se conectam. Essas conexões são impulsionadas por grandes projetos desenvolvimentistas, como o Programa Grande Carajás e a expansão da fronteira agrícola MATOPIBA, que buscaram e buscam inserir o Brasil na lógica da economia capitalista global. Em consonância com Tsing, o presente estudo visa destacar atores muitas vezes invisibilizados na trajetória rumo ao progresso: as espécies vegetais e animais, além dos seres humanos pertencentes a comunidades tradicionais. O objetivo é colocar esses atores como protagonistas, não apenas como pano de fundo na história humana, e, a partir deles, vislumbrar alternativas de vida nas bordas do capitalismo.

PONENCIA 05: Conservación y progreso. Consideraciones en torno a la relación entre naturaleza y cultura en la planificación chaqueña

AUTORES: María Patricia Mariño. Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Nacional del Nordeste, Argentina

Fontana (Chaco), municipio del Área Metropolitana de Gran Resistencia (AMGR), constituye el centro de múltiples proyectos urbanísticos e inmobiliarios a lo largo de la última década, lo que obliga a reflexionar sobre el modo de consideración de la relación entre naturaleza y cultura. Diversos equipamientos urbanos de origen estatal y privado transformaron rápidamente la configuración de un territorio donde convive un paisaje lacustre con vestigios de instalaciones agroindustriales. Pertenece a un territorio de montes de gran riqueza forestal que al momento de su colonización, a fines del siglo XIX, estaba dominado por la etnia Qom. La pandemia del COVID 19 ha revelado debilidades debido a las condiciones de segregación social de las diferentes comunidades y su desigual acceso a áreas de recreación conforme a prácticas sociales disruptivas en relación a las características culturales de las comunidades que habitan Fontana. Las condiciones sanitarias visibilizaron la urgencia de repensar la relación entre la sociedad y la naturaleza, de manera inclusiva y equitativa. Desde este trabajo se intentará identificar los criterios de conservación, aplicados en las intervenciones urbanas, tendientes a posibilitar prácticas ecológicas que favorezcan la inclusión social en el territorio fontanense. Para ello se analizaron las intervenciones realizadas en el área central entre 2020 y 2025, y su vinculación con las prácticas culturales, guiado por un enfoque de la justicia espacial.

PONENCIA 06: Las formas del crecimiento en el perilago del San Roque. Valle de Punilla, Córdoba, Argentina

AUTORES: Monica Martínez. Secretaría de Ciencia y Tecnología, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Sabrina Saggiorato. Secretaría de Ciencia y Tecnología, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Francisco Torres. Secretaría de Ciencia y Tecnología, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

El perilago San Roque, en el Valle de Punilla, Córdoba, ha sido históricamente un área de atractivo turístico y recreativo. Sin embargo, en las últimas décadas, el crecimiento urbano acelerado y desordenado, impulsado por la búsqueda de suelo accesible para sectores medios, la especulación inmobiliaria y el atractivo paisajístico de la zona, ha generado un fuerte impacto ambiental. Este proceso se intensificó tras la pandemia de COVID-19, con una creciente preferencia por entornos residenciales naturales. Esta expansión urbana ha sido favorecida por mejoras en la conectividad regional, como la Autovía Córdoba-Carlos Paz y la Autovía Punilla, que han acelerado la ocupación de territorios sensibles desde el punto de vista ambiental, aumentando la presión sobre los recursos naturales. En el marco del proyecto de investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Córdoba titulado "Territorios, Naturaleza, Cultura: Enfoque ambiental y paisajístico para el ordenamiento de territorios turísticos frente al cambio climático", esta presentación analiza las formas de crecimiento en el perilago San Roque y sus impactos ambientales y paisajísticos. Se emplean herramientas digitales, imágenes satelitales y sistemas de información geográfica para evaluar la transformación del territorio y proponer lineamientos de ordenamiento que equilibren desarrollo urbano y sostenibilidad. Se parte del presupuesto que las formas de asentamiento actuales evidencian la ausencia de una planificación territorial integral que contemple la interacción entre la urbanización, el paisaje y el ambiente. En parte, como consecuencia, de la participación de un conjunto de jurisdicciones y regulaciones inconexas, que incluyen el gobierno provincial y los gobiernos locales de los municipios que rodean el perilago. Si bien existen normativas para la protección del perilago, entre ellas la Ley Provincial N° 9.814 de Ordenamiento Territorial y Uso del Suelo, su implementación ha sido fragmentaria e insuficiente ante la presión del crecimiento urbano.

PONENCIA 07: El arte como estrategia de actuación frente a la crisis hídrica. El caso del proyecto Confluencia en Santiago de Chile

AUTORES: Luis Campos Medina. Instituto de la Vivienda, Universidad de Chile, Chile.

La escasez hídrica que experimenta la Región Metropolitana de Santiago constituye uno de los principales desafíos de las últimas décadas. Los abordajes actuales del conflicto hídrico subrayan la importancia de comprender los efectos sociales, políticos, económicos y culturales que este fenómeno provoca en los territorios. En esta investigación proponemos reflexionar acerca de un caso que tiene gran potencial heurístico. Se trata del proyecto "Confluencia: Ruta de murales de la Región Metropolitana"; una iniciativa artística promovida por la organización Metro21 que busca sensibilizar y activar debates en torno al problema de la sequía a través de la elaboración de 52 murales en cada una de las 52 comunas que componen la región. Se trata de una intervención original, en la medida que pretende actuar a escala metropolitana a través de un instrumento que generalmente se utiliza a nivel barrial

(los murales). Además, a partir de esta intervención artística sobre el espacio público se pretende enfatizar el carácter común y cotidiano de la escasez hídrica, incorporando a los habitantes en el debate en torno al agua, vale decir, generando un proceso de sensibilización en torno a la problemática. En esta ponencia presentaremos avances de una investigación en curso en la que hemos logrado identificar que el emplazamiento de los murales da cuenta de una cobertura amplia y variada, mostrando que el problema hídrico es transversal a la región y es universal a sus habitantes. En el tratamiento dado al proyecto en sus diversas facetas se esboza que la problemática es multiescalar, multitemporal, multicausal y con una variedad de tonos afectivos. En este último plano destaca el que los murales ponen en evidencia un contraste entre el pasado y el presente, en donde predomina la afectación en tono nostálgico y se transmite una modificación del cotidiano en tono negativo. Finalmente, la problemática de la escasez hídrica se conecta con la crisis ecológica global, la lógica de los cuidados y las transformaciones de la vida cotidiana en la ciudad actual.

PONENCIA 08: Revisión crítica de dos intervenciones del Programa de Mejoramiento de Barrios en la cuenca del arroyo Pantanoso de Montevideo, Uruguay

AUTORES: Arq. Rodrigo Rama Moreira. Maestrando en Hábitat y Pobreza Urbana en América Latina. Universidad de Buenos Aires

Este artículo aborda la intersección de una política pública de regularización de asentamientos irregulares con la cuenca del arroyo Pantanoso que forma parte de un ecosistema de humedales en un área de expansión urbana en la interfase urbano - rural de la ciudad de Montevideo. La revisión hace foco en el encuentro del proyecto con los planes locales de ordenamiento territorial de la infraestructura verde de la cuenca. ¿El encuentro entre el proyecto y el plan local es virtuoso? ¿Las intervenciones ejecutadas incorporan las estrategias del plan? ¿Las áreas de actuación cuentan con los instrumentos de ordenamiento territorial necesarios para recibir tal intervención? ¿La política de regularización de asentamientos irregulares incorpora la mirada ecosistémica?. Con el objetivo de responder a estas interrogantes se realiza un análisis crítico de dos intervenciones del Programa de Mejoramiento de Barrios localizadas en la cuenca del arroyo, observando su materialización e interacción con el Plan Parcial del Arroyo Pantanoso. Finalmente, en las conclusiones, se enfatiza en la relevancia de contar con planes locales e instrumentos de ordenamiento territorial que logren interactuar de forma virtuosa con las políticas nacionales de vivienda y se plantean sugerencias para continuar con esta línea de investigación.

PONENCIA 09: Contradições cidade-natureza: segregação socioespacial e injustiça ambiental no caso de análise de Petrópolis-RJ

AUTORES: Emanuela Alves da Rocha. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Patricia Regina Chaves Drach. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Enquanto meios estratégicos de extração de riqueza, historicamente as tramas urbanas compreendem a natureza latinoamericana enquanto recurso econômico, fazendo das cidades infraestruturas eficientes para a manutenção do sistema capitalista. Diferentes processos de segregação socioespacial vão se formando nas cidades e encontram no "verde" aspectos que podem gerar um cenário imobiliário complexo, onde o risco e a injustiça ambiental não podem ser dissociados da concentração fundiária e da ideia de uma natureza exclusiva. Considerando sua apropriação enquanto valor de troca nas dinâmicas urbanas, este artigo pretende tensionar aspectos relacionais da natureza e das infraestruturas verdes e azuis, ora exclusivas, ora de risco, tomando enquanto referência a cidade média de Petrópolis–RJ. Seu planejamento histórico enquanto cidade de passagem em direção ao ouro de Minas Gerais, de vilegiatura imperial e de um crescimento dissociado das dinâmicas da natureza parece performar um urbano em crise de identidade. Desde um diálogo estabelecido entre categorias de análise como risco, segregação socioespacial, vulnerabilidade ambiental e condominização, é possível perceber concomitantemente um verde do capital imobiliário e de uma desnaturalização que abriga uma população periférica — à margem de um direito à cidade de fato. A pesquisa se baseia na coleta de dados acerca de áreas de risco e da presença de condomínios fechados construídos, em construção ou em lançamento, junto de informações censitárias a fim de experimentar a percepção das tensões existentes entre natureza e cidade. Dados oriundos de fontes governamentais, além das observadas no território, compõem as práticas cartográficas georreferenciadas exploradas. O estudo revela como as contradições do capitalismo se manifestam na urbanização petropolitana, agravando a vulnerabilidade ambiental e a desigualdade no acesso à moradia, especialmente diante das mudanças climáticas e do crescimento de condomínios fechados. A dicotomia do "verde" é simultaneamente apropriada pelas elites e representa um espaço de risco para a população mais vulnerável.

PONENCIA 10: Crise urbana ecológica, conflitos socioambientais e outros modos de vida

AUTORES: Beatriz Bezerra Tone , FAU-USP, Brasil e Instituto de Geografía. Universidade de Münster, Alemanha
Luciana Royer , FAU-USP, Brasil

No presente artigo buscaremos expor convergências entre autores de diferentes matizes sobre a crise urbana ecológica que emerge na década de 1960. Para tanto, partiremos das abordagens críticas sobre os acordos internacionais para o denominado desenvolvimento urbano sustentável, cronicamente inviável no capitalismo segundo alguns autores (Latouche, 2003; Acselrad, 2008; Swyngedouw, 2009, 2011; Löwi, 2015; Allmendiger, 2017). Em seguida, recuperamos a constituição histórica das zonas de sacrifício (Davies, 2022; Nixon, 2011), territórios de determinadas parcelas da população sujeitas a um conjunto de violências, áreas de risco, sujeitas à inundação, deslizamento, contaminação, vinculadas às

atividades extrativistas, às grandes obras de infraestrutura, aos processos de valorização imobiliária. Tais zonas de sacrifício, por abrigarem a população mais pobre, negra, indígena, quilombola, ribeirinha, levaram à compreensão do processo como racismo ambiental que impulsionou a mobilização popular na luta por justiça socioambiental (Acselrad, 2002, 2010). Na última década, a crítica já consagrada à ideia de desenvolvimento sustentável como contradição em termos, uma vez que o desenvolvimento capitalista tem como pressuposto crises sociais, econômicas e ecológicas permanentes, ganha novos contornos com a emergência de autores indígenas e quilombolas (Bispo, 2023; Xakriabá, 2023; Kopenawa, 2023; Krenak, 2019). Então, ao final, perscrutamos convergências entre tais autores de diferentes origens e matizes com foco na crítica à conjuntura atual do consenso pós-político (Rancière, 2011) e na relevância das práticas politizantes cotidianas, fundadas no conflito, na diferença e na possibilidade de diversos modos de vida, para além do capitalista, que apontam para possibilidades futuras (Bispo, 2023; Tarì, 2022; Xakriabá, 2023; Krenak, 2020).

PONENCIA 11: Mulheres agricultoras no extremo sul de São Paulo: entre a construção do território e a construção dos sujeitos agroecológicos

AUTORES: Renato Cymbalista. FAU-USP, Brasil
Izabela Alves Borba. FUA, Brasil,
Juliana Neumann Borges, PUC-SP, Brasil
Larissa Viana Nunes, FFLCH-USP, Brasil
Maurizio Pioletti, FAU-USP, Brasil

Por décadas, Parelheiros foi percebido como lugar de ausência, nem produtivo, nem urbanizado. A lei de proteção aos mananciais (1976) mostrou-se incapaz de prevenir a urbanização periférica e precária e o plano diretor de 2002 declarou urbano todo o município. Apesar disso, desde 2010 os agricultores do extremo sul vêm se organizando, adquirindo consciência de suas identidades, relevância na construção de alternativas ao crescimento urbano insustentável, e legitimação por parte da sociedade civil e da Prefeitura. Em 2014, o novo plano diretor declarou rural o 30% do território municipal. Pensando nisso, como as pessoas decidem se tornar agricultores periféricos? Quais são as identidades, desejos, capacidades em jogo? Como se constroem as atitudes e ações de pertencimento? Como se constitui o sujeito social? Observa-se uma insurgente liderança de mulheres e então, narra-se a história de três agricultoras agroecológicas, cruzada com a história de Parelheiros e sua ocupação, das políticas públicas e do olhar da sociedade sobre essa porção do território. Luzia, migrante nordestina, é agricultora de segunda geração na terra dos pais, comprometida com o processo de regularização fundiária e o fortalecimento das mulheres nas lideranças locais por meio da Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas. Já Valéria, uma das fundadoras da Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo, e Vânia produzem orgânicos, usam tecnologias sustentáveis e promovem turismo de base comunitária. A presente prática da agricultura familiar permite a permanência dos usos cívicos rurais, o manejo agroecológico e é o produto do desenvolvimento da vida de mulheres empreendedoras, que enfrentam desafios como a segurança da posse, a limitada renda econômica e o impacto climático no cultivo. As histórias apresentadas têm sido reconstruídas por meio da observação direta em campo

PONENCIA 12: Ciudad y Naturaleza ante los Conflictos en la Urbanización de las Periferias Latinoamericanas

AUTORES: Jaime Hernandez-Garcia. Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá
Wagner de Souza Rezende. Universidade Federal de Goiás

En los estudios urbanos contemporáneos, la relación entre ciudad y naturaleza muchas veces se aborda de manera tangencial, metafórica o implícita (Harvey, 2020; Swyngedouw, 2006; Latour, 2004; Santos, 1996). Además, en las últimas tres décadas, muchos de los conflictos socio-políticos atraviesan cuestiones étnicas, de clase, de raza, de género y de religión en relación con la naturaleza, especialmente con las infraestructuras verdes y azules (Porto, 2011; Acselrad, 2004). En esta sesión se propone que los procesos de urbanización en el sur global son indisociables de las rupturas socioeconómicas resultantes de las transformaciones en la naturaleza y la ciudad (Pellow, 2018). La expansión urbana hace de los bordes de las ciudades territorios cada vez más amplios y complejos, y con relaciones más difíciles con la naturaleza, articulando relaciones de poder y resistencia capaces de organizar colectivos por el derecho a la naturaleza por medio de prácticas insurgentes o movimientos eco-sociales (Moore, 2022; Brand y Wissen, 2021; Ioris, 2009; Porto-Gonçalves, 2001). La naturaleza, antes distante y ausente de la ciudad, ahora forma islas en medio de las periferias urbanas, alcanzando las regiones de mayor valor ambiental o ecológico. La relación de la ciudad con las áreas rurales tampoco es equilibrada, por el avance sin control de la urbanización sobre lo rural, sin mayor relación, y con gran afectación de los ecosistemas (Brenner y Schmid, 2015). Otras formas de naturaleza atraviesan las ciudades, los manantiales y acuíferos, que han entablado una convivencia histórica de beneficio y agresión recíproca. Además, otros vestigios rurales, como cañadas, caminos y usos agrarios, perviven con distinta suerte y vitalidad en las periferias. Existe una relación de doble sentido en la relación ciudad-naturaleza: la naturaleza condiciona el carácter social o la exclusividad de las periferias, del mismo modo que el carácter social de las periferias define las zonas verdes, agrarias o espacios abiertos que las rodean. Estas tensiones con la naturaleza en las zonas periféricas también forma parte de la relación entre las ciudades y la naturaleza, influyendo en su significado y los valores paisajísticos otorgados (Roy, 2011; Escobar, 2008).

E2_07_Relaciones, procesos y modos de habitar rural urbano. América Latina, segunda mitad del siglo XX

COORDENADORES:
Rosa Aboy, CEIHVAL- IEH Universidad de Buenos Aires, Argentina
Ana Patricia Montoya, Instituto de Estudios Urbanos – IEU, Universidad Nacional de
Jorge Vicente Ramírez Nieto, Instituto de Investigaciones Estéticas – IIE, Universidad

PALABRAS CLAVE: América Latina; Territorios; Relaciones Rural-Urbano; Modos de Habitar; Siglo XX

RESUMEN: En el Siglo XX, en América Latina, la relación rural urbano ha tenido muchas aristas según los marcos temporales y territoriales, mediados por condiciones políticas, económicas y sociales, además de los diferentes enfoques discursivos de modelos de desarrollo. En ese contexto, los procesos de urbanización, con diferentes magnitudes y temporalidades, estuvieron nutridos por migraciones extranjeras e internas de origen mayoritariamente rural que se solaparon con las desigualdades regionales preexistentes.

A mediados de siglo XX, esta relación urbano rural estuvo influenciada por la expansión de las acciones diplomáticas y sociales de las agencias internacionales para la paz y la democracia, con la estrategia de mitigar los problemas sociales, entre ellos la vivienda como uno de los más apremiantes. Estas acciones se cruzaron con los desequilibrios nacionales, generados por la pobreza y la industrialización incipiente trasladados a la ocupación del territorio, consolidación de las áreas urbanas, mecanismos de producción, modos de vida y a los trabajadores mismos en las principales ciudades latinoamericanas.

Particularmente, en las décadas de 1950 y 1960, las soluciones al problema habitacional, desde la Planificación Integral, se convirtieron en uno de los puntos centrales de la relación entre lo rural y lo urbano, bien como solución estatal, en el marco del desarrollo económico, o desde las lógicas territoriales y la población como parte de la solución, en el marco del desarrollo integral (económico y social). En ese sentido, las realidades rurales y los procesos de urbanización junto con sus desequilibrios urbanos, fueron objeto de reflexión en las ciencias sociales, que tomaronla noción de desarrollo, en proceso de construcción, junto a la de "pobreza" y "dependencia" para relacionarlas con las discusiones en torno a la dicotomía campo-ciudad, rural-urbano o formal-informal que han tenido continuidades y especificidades en las diferentes formas de afrontar las realidades locales. Como respuesta el planeamiento de los territorios urbanos y rurales asumieron una gravitación creciente en ámbitos académicos y en organismos estatales vinculados con la formulación de políticas públicas nacionales y/o continentales.

En este contexto, el simposio tiene por objeto analizar y problematizar los discursos estatales, institucionales, académicos e imaginarios sociales producidos en torno a las múltiples relaciones, procesos y modos de habitar entre lo rural y lo urbano durante la segunda mitad del siglo XX.

Esto permitirá, además de identificar temas centrales de reflexión, confrontar la permeabilidad de sus fronteras, sus zonas de contacto y las respuestas desde la planificación urbana, regional y nacional a la condición problemática de la vivienda social en Latinoamérica. Para orientar la reflexión se propone una base teórica enmarcada en las ciencias sociales y como punto de partida la documentación sobre sociología urbana y sociología rural del Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento –CINVA- que tuvo actividades entre 1951 y 1972.

PONITENCIA 01: Termo e trama: campo e cidade através da atuação do Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (CINVA)

AUTORES: Beatriz Barsoumian de Carvalho. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP), São Paulo, Brasil

Campo e cidade parecem relacionar-se através das diferentes formas de morar precárias, rurais e urbanas, que na América Latina durante a década de 1950 a 1980, assumem muitas formas e terminologias. Favelas, tugúrios, barriadas, vilas misérias, palhoças, mocambos são alguns desses termos designados pela historiografia da época a casas urbanas precárias, enquanto casebre, choupana, choça são comumente usados para designar a casa rural miserável. Raymond Williams (2007,p.34) destaca que certas nomenclaturas não são isentas de valores e significados, e as relações campo e cidade tramam-se cada vez mais quando nos aprofundamos nessas análises. O Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (CINVA), opta por utilizar a terminologia vivienda para designar a casa. Tal escolha não se deve a uma mera questão de idioma, como vivienda sendo o equivalente espanhol a habitação, uma vez que é pontuada pela instituição a diferença entre vivienda e habitación, sendo a segunda a expressão física da primeira. Para o CINVA, a vivenda tem conexões amplas com o meio social, físico e econômico da região, relacionando-se também a casa com o fator humano (Vautier, Fals Borda, 1958). Tomando como metodologia a conceituação acerca da história transnacional de Barbara Weinstein (2013), e entendendo o CINVA e seus cursos como zonas de contato, este trabalho propõe pensar a partir da instituição colombiana, as relações entre as casas rurais e urbanas precárias utilizando como linha condutora desta análise o debate em torno das terminologias, e seus diferentes significados e valores pela América Latina. Como recorte para a apresentação no Congresso, para além de um panorama geral da atuação da CINVA, propõe-se o estudo relacionado de quatro projetos: San Jerónimo (1956) e Siloé (1957-1958), na Colômbia; o Curso Regional de Vivenda Rural de Viçosa (1958), no Brasil; e o Curso de Adestramento em Autoconstrução de Tegucigalpa (1968), em Honduras.

PONITENCIA 02: Experimentação habitacional na interface rural-urbano: iniciativas e representações da trajetória institucional da SUDENE

AUTORES: Matheus Bonini Machado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo, Brasil

Dentre as contribuições recentes para o campo da história intelectual e institucional em habitação de interesse social (HIS) na América Latina, merecem destaque renovações interpretativas decorrentes, conjuntamente, da adoção de um marco teórico fundado em viés transnacional, de um trabalho de pesquisa documental em acervos ainda pouco investigados e da análise de trajetórias acadêmicas e

profissionais outrora obscurecidas pela historiografia. O reconhecimento das migrações campo-cidade como paradigma histórico para o continente no século XX exige, adicionalmente, que a interface rural-urbano seja devidamente explorada nos planos das realidades históricas material e simbólica. No caso brasileiro, esse entrecruzamento justifica uma reaproximação à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja atuação pretérita em HIS resta pouco explorada. Ao encontro da proposta do Simpósio, então, esta comunicação busca reconstituir uma trajetória institucional em experimentação habitacional na SUDENE e suas respectivas representações. A partir da análise e sistematização de informações obtidas em fontes primárias, tem-se um panorama dos projetos de HIS denominados "experimentais" nos quais a instituição envolveu-se mais diretamente entre os anos de 1962 e 1983, em territórios rurais, urbanos e periurbanos. Tomando como objeto de estudo específico três "Casas Experimentais", a análise detida do material documental disponível e das representações nele contidas, ressaltadas as condições históricas de sua produção, faz hipotetizar a circulação de ideias e potenciais ressonâncias institucionais posteriores. Verificaria-se, dessa maneira, uma trajetória de reflexões e iniciativas orientada do campo à cidade — isto é, formuladas e desenvolvidas primeiramente em territórios rurais, baseando-se em sua realidade social e cultural, posteriormente adaptadas a territórios urbanos e periurbanos. Assim, restaria relativizada a centralidade dos territórios urbanos e questionadas suas representações na historiografia da atuação institucional em HIS na América Latina.

PONITENCIA 03: Leyendo al sacerdote José Balista. La acción y pensamiento de un pionero en la vivienda popular argentina

AUTORES: Leandro Daich Varela. UBA-UNM

A lo largo de la segunda mitad del siglo XX, la iglesia católica ha llevado adelante numerosos proyectos habitacionales destinados a los ámbitos de pobreza urbana en toda América Latina. Este accionar fue implementado a través de diferentes instituciones religiosas y laicas entre las que se encuentra Emaús Buenos Aires, creada en 1952 por el sacerdote jesuita José Dante Balista, inspirado por la obra del Abbé Pierre en Francia. Esta institución argentina fue pionera en la edificación de conjuntos de relocalización y urbanización de villas de emergencia, aparte de impulsar otras tareas sociales en esos mismos barrios. Nuestra ponencia se centrará en la obra de Emaús Buenos Aires y su fundador, José Balista. Buscaremos dar cuenta de su obra, sus ideas respecto a la vivienda y su visión sobre las problemáticas habitacionales latinoamericanas. Para llevar adelante nuestro trabajo analizaremos una serie de trabajos académicos escritos por el mismo sacerdote (quien aparte fue sociólogo, doctor en sociología, becario CINVA e investigador en el Centro Experimental de la Vivienda Económica). Recurriremos principalmente a varias de sus publicaciones: una serie de artículos publicados en la revista del CIAS durante la década del 60 y los libros ¿Qué es Emaús? (1958), Aspectos humanos de la vivienda (1965) y Renovación Urbana y Villa Miseria. Tabaré: un caso de radicación por autoconstrucción asistida (1984). En este último, el autor repasa la primera urbanización de villas de Buenos Aires, realizada por Emaús entre 1957 y 1968 en la Villa 16. Esta tarea fue realizada por la Cooperativa Villa Tabaré, fundada por el mismo sacerdote y junto a la cual se logró adquirir un terreno y construir nuevas viviendas a través del sistema Esfuerzo Propio y Ayuda Mutua. La presente ponencia propone re-

alizar una exploración y reflexión sobre el pensamiento y la obra del padre Balista dedicados a la vivienda de los sectores populares durante la segunda mitad del siglo XX. Buscaremos dar cuenta de las ideas y motivaciones, así como su entendimiento y posicionamiento respecto al contexto argentino.

PONITENCIA 04: CONTRA LA CIUDAD. Catolicismo y arquitectura para la vivienda social en Uruguay

AUTORES: Mg. Arq. Mary Méndez. Instituto de Historia, Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Universidad de la República, UruguaY

Esta ponencia presenta los resultados de una investigación que se detuvo a analizar las respuestas arquitectónicas dirigidas a resolver las necesidades de vivienda en áreas urbanas y rurales de Uruguay, realizadas por agentes que operaron dentro del espacio social católico durante la Guerra Fría. Está basada en fuentes primarias, conservadas en repositorios públicos y privados.
El período, entre 1945 y 1975, se presenta a través de doce episodios que permiten dar cuenta de una cultura basada en la ruralidad. La ponencia pretende aportar un capítulo, uruguayo y católico, a la historia general del antiurbanismo, para establecer contrastes y coincidencias con otros países iberoaméricanos.
Se considera el impacto del Tomismo a través de las publicaciones católicas, la instalación de aldeas de huertos a partir de la Ley de Centros Poblados, la actividad constructiva de las instituciones confesionales, la importancia de la teoría La Aldea Feliz, el plan para civilizar el campo y su consecuencia, la Ley de creación del Movimiento de Erradicación de la Vivienda Insalubre Rural. Se estudian los antecedentes y la formación recibida por los fundadores del Centro Cooperativista Uruguayo. Se abordan los pormenores relativos a la inclusión del cooperativismo en la Ley de Vivienda y la incidencia de la Economía Humana, las relaciones establecidas por los arquitectos con el gobierno local y las alianzas estratégicas en la red panamericana.
Los agentes católicos entendieron que la ciudad necesitaba ser recuperada y saneada. Buscaron instalar mecanismos de ruralización de las urbes basados en la limitación y la reducción de la concentración, evitando la alta densidad y controlando las alturas. El argumento establecido permite considerar la continuidad entre la aldea rural y el suburbio urbano, para interpretar bajo esta luz las organizaciones físicas, los trazados viales, el diseño de las áreas libres y los tipos edilicios utilizados en los conjuntos construidos.

PONITENCIA 05: A habitação e a planificação como questões entre 1940 e 1968: circulação de ideias e conformação do campo nos Congresos Panamericanos de Arquitectos

AUTORES: Camila Ferrari. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil

A compreensão da habitação popular como objeto de debate do campo arquitetônico teve início por volta da década de 1920, a partir de seu reconhecimento como questão social resultante dos processos de modernização e urbanização por que passavam as grandes cidades americanas, sobretudo, latino-americanas, desde o início do século XX. Já na década de 1940 a articulação entre a habitação e o planejamento urbano ganha importância e, no contexto desenvolvimentista da década de 1950, se expande ao conceito de planificação integral, ocupando lugar de destaque cada vez maior nos de-

bates, particularmente nos encontros profissionais, em que se destacam os Congresos Panamericanos de Arquitectos –CPAs–. A partir do estudo sobre a circulação de ideias, encontramos os CPAs como o mais importante espaço de reunião dos arquitetos americanos durante o século XX, refletindo as preocupações mais evidentes do campo, transnacionalmente. Como exemplos, dentro da temática da habitação e planificação, pode-se mencionar as conclusões do VII CPA (1950), que compreenderam a planificação integral dos espaços de habitação como a resposta aos problemas sociais que enfrentavam as cidades em rápido processo de urbanização naquele momento, ampliando-se o planejamento da cidade à região; as conclusões do X CPA (1960), que enfrentaram a questão da habitação e assinalaram temas considerados fundamentais para o desenvolvimento total e planificado dos países americanos: subordinar a propriedade da terra rural ao interesse social mediante uma reforma agrária integral e uma reestruturação urbana que permitisse a disposição do solo necessário para a localização e construção da moradia; e os temas do envolvimento da comunidade na definição de soluções para os problemas urbanos e da produção habitacional através de autogestão e assistência técnica, colocados nas conclusões do XII CPA em 1968, encerrando uma década de mudanças e crises no cenário mundial e indicando novos rumos para o enfrentamento da questão habitacional na América Latina. Particularmente, é relevante que o tema da habitação autogerida e assistida apareça pela primeira vez nos congressos em 1968, em Bogotá, sede oficial do Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento –CINVA–, estabelecido em 1951 para atuar em ensino, intercâmbio, pesquisa e assistência em habitação. Até 1972, quando encerrou suas atividades, o CINVA foi fundamental para a institucionalização da questão habitacional e da planificação integral no continente. Esta pesquisa procura resgatar, a partir de uma perspectiva histórica do debate profissional no continente, sobretudo através da análise e sistematização de dados constantes das atas e comunicações dos CPAs realizados entre 1940 e 1968, as soluções propostas para a questão habitacional associada à planificação integral, com vistas ao desenvolvimento. Compreende-se o tema como um dos pontos centrais da constituição de novas redes de intercâmbio e circulação de ideias, tal qual o próprio CINVA. Paralelamente, ao reconhecerem-se como agentes na sociedade, conforme se observa pelas resoluções dos CPAs, os arquitetos colocaram-se junto ao plano político como co-responsáveis pelo enfrentamento da questão social, sobretudo da habitação e da planificação, que compreendemos como constituintes da conformação do próprio campo da arquitetura no continente.

PONITENCIA 06: Concepções de planejamento integrado na América Latina nos anos 1940/70

AUTORES: Elisângela de Almeida Chiquito. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

O 2o pós guerra consistiu em um momento ímpar em relação à formação do planejamento urbano-regional na América Latina, marcado pela criação de uma multiplicidade de instituições, em diferentes escalas, abordagens e abrangências, pelo intenso debate transnacional sobre concepções e ideias de planejamento e desenvolvimento, e pela formação de uma rede de profissionais planejadores. Estas dimensões, entrelaçadas, foram responsáveis pela constituição do pensamento urbano-regional latinoamericano nesse período. Neste contexto, a ideia de "integração do desenvolvimento" ou "planejamento integrado" surge como ideia chave, mobilizada por diferentes profissionais e instituições, em

suas distintas vertentes de pensamento e campos disciplinares. Entre estas podemos destacar as abordagens relacionadas à chamada "engenharia social" alinhada ao planejamento integrado de bacias hidrográficas de viés norte americano, pela vertente francesa da "economia humana" mobilizada na América Latina a partir de Pe. Lebret. Longe de ser um pensamento uníssono, as diferentes abordagens de planejamento integrado alimentaram o debate entre uma multiplicidade de ideias, profissionais e instituições e alimentam as políticas, planos e projetos desse período e atravessam não apenas questões físico-territoriais e infraestruturais, mas a dualidade entre a sociedade urbana e rural, entre o econômico e o social. Nesse sentido, este trabalho busca discutir as diferentes concepções de desenvolvimento integrado no planejamento urbano-regional na América Latina no período compreendido entre os anos 1940 e 1970.

PONITENCIA 07: Urbanidades alternativas para socializar. Tres proyectos en la periferia de Buenos Aires

AUTORES: Lucas Emilio Longoni. Centro de Investigaciones de Historia de la Vivienda en América Latina, Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Según los censos de los años 1950, los niveles de urbanización casi duplicaban la participación industrial en las economías argentina, chilena, venezolana, colombiana y brasileña. Inhabilitado de ser absorbido por el sistema productivo, ese desequilibrio redundaría en una "sobreurbanización" o excedente poblacional provocado por las migraciones desde el campo, que terminaría alojado en "barriadas" o "villas de emergencia".
Como contrapartida, la Alianza para el Progreso creada en 1961 institucionalizó en el hemisferio la planificación de un proceso de modernización urbana y rural, como método a seguir por cada nación. En ese contexto, en Argentina se crearon distintas instituciones y planes oficiales de vivienda, tendientes a resolver la "anomalía" de los "asentamientos informales". En 1964 se diseñó el Plan de Construcción de Viviendas para Erradicación de Villas de Emergencia (PEVE), destinado a relocalizar la "población villera" mediante la realización de grandes conjuntos de vivienda. Tres proyectos urbanos desarrollados entre 1970 y 1973 se emplazaron sobre extensas parcelas contiguas en la localidad de Ciudad Evita del Área Metropolitana de Buenos Aires: el "Barrio Joaquín" del estudio MSGSSV, el conjunto "San Justo" del estudio STAFF, y el conjunto "OCA", de Aftalión, Bischof, De Porto, Egozcue, Escudero y Vidal. Ubicadas en un territorio periférico donde disminuía la densidad y la compacidad del tejido, desprovisto de infraestructura, esas producciones resultaron "islas" en el paisaje del suburbio.
Según señalaban entonces los proyectistas, sus habitantes, que habían abandonado su condición rural o semirrural, adquirirían "mentalidad urbana" y se integrarían a la sociedad dejando de ser grupos marginados, a través de un "proceso de urbanización". Para paliar el desarraigo, se promoverían "relaciones físicas para el desarrollo de diversas escalas de socialización", materializadas en morfologías y soluciones proyectuales inéditas para enriquecer la interacción cotidiana de los usuarios, sentando así las condiciones de "otra urbanidad", alternativa a la ciudad histórica.

PONITENCIA 08: Miradas contrapuestas sobre las migraciones internas y la informalidad urbana en Argentina (1957-1971)

AUTORES: Valeria Snitcofsky. CONICET, CEIHVAL- IEH Universidad de Buenos Aires, Argentina

Esta ponencia indaga perspectivas contrapuestas en torno a las migraciones internas en Argentina y vínculos con lo que actualmente denominamos informalidad urbana. Las migraciones mencionadas, de origen predominantemente rural, convergieron en las principales ciudades del país, donde tuvo lugar un crecimiento inédito de los barrios precarios conocidos desde ese momento como villas miseria. En este contexto, que se inscribe en el marco de la Industrialización por Sustitución de Importaciones, el Área Metropolitana de Buenos Aires sufrió una profunda transformación que será analizada a través del prisma de tres observadores, cuyas obras fueron publicadas entre 1957 y 1971.

En primer lugar se indagará la mirada de Bernardo Verbisky, autor de la novela Villa miseria también es América, donde mediante el recurso al realismo y basándose en una serie de entrevistas desarrolladas en un barrio precario, el autor describió la diversidad de trayectorias políticas y habitacionales seguidas por los migrantes que habitaron este espacio urbano. A continuación se abordará la perspectiva del sociólogo Gino Germani, quien desarrolló una investigación en la Isla Maciel, donde distinguió las pautas de vida existentes en un sector formal, habitado por inmigrantes de origen europeo, y aquellas que caracterizaron a un barrio informal, poblado por migrantes internos. Poco después, el antropólogo Hugo Ratier también desarrolló una investigación en la Isla Maciel pero, lejos de destacar las diferencias establecidas por Germani, buscó desarticular aquellos estigmas que permearon el sentido común, las ciencias sociales y las políticas de vivienda.

Las tres perspectivas mencionadas, construidas sobre la base de nociones diferenciadas en términos ideológicos, teóricos y metodológicos, serán examinadas en clave comparativa con el fin de complejizar los análisis existentes sobre las migraciones internas y sus vínculos con la expansión de los barrios informales urbanos.

PONITENCIA 09: Del CINVA RAM a la reforma agraria: vivienda rural, desarrollo comunitario, y técnicos urbanos en Latinoamérica de los 60

AUTORES: Mark Healey. Department of History, University of Connecticut, EEUU

Varios trabajos recientes han resaltado la importancia del CINVA como espacio para forjar el pensamiento urbano latinoamericano, especialmente Adrián Gorelik, y el libro reciente de Montoya, Ramírez y Aravecchi et al ha mostrado la extensión temporal y espacial de ese impacto. Este trabajo busca seguir las huellas de algunas figuras clave del campo de vivienda en CINVA, en el pasaje del desarrollo comunitario en clave norteamericano al compromiso sostenido con proyectos de reforma agraria (en Colombia, Chile, y otros países). El intento central es mapear de formar más sistemática las distintas articulaciones entre proyectos de vivienda, reformismo urbano, e instituciones y propuestas más radicales de reforma agraria.

PONITENCIA 10: Modernización y Desarrollo en América Latina: Vivienda, Comunidad y la Dicotomía Rural-Urbana

AUTORES: Leandro Benmergui. Nova York, Purchase College/SUNY, EUA
Rafael Soares Gonçalves. Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil

La presente propuesta analiza la configuración teórica y la implementación del Desarrollo de Comunidades (DC) en las políticas habitacionales de América Latina durante el período posterior a la Segunda Guerra Mundial. En un contexto donde la modernización se presentaba como la vía para el desarrollo, el DC emergió como un modelo que combinaba la intervención estatal con la participación comunitaria, incluyendo la noción de autoconstrucción y la organización local podían generar soluciones habitacionales sin alterar las estructuras económicas subyacentes.
Este trabajo enmarca el DC dentro de la historiografía transnacional reciente que explora los programas de modernización y desarrollo en el sur global como parte de estrategias promovidas por organismos internacionales y gobiernos nacionales. En estos programas, la arquitectura, la planificación urbana y el trabajo social operaron no solo como soluciones técnicas, sino como herramientas discursivas que legitimaban una idea de modernidad adaptada a las limitaciones de capital en los países en desarrollo. Estos esquemas reforzaron la separación entre la ciudad formal y los espacios populares, concebidos como áreas en transición hacia la modernidad urbana.
Estos imaginarios no solo respondían a construcciones discursivas sobre lo rural y lo urbano en relación con la modernidad, sino que también se materializaban en soluciones concretas de vivienda, planificación urbana y organización comunitaria. El estudio se enfoca en la figura de Josefina Albano y su papel como trabajadora social en el Centro Interamericano de Vivienda (CINVA) en los años 50 y en el programa de vivienda del gobierno de Carlos Lacerda en el Estado de Guanabara, desarrollado con apoyo de USAID en el contexto de la Guerra Fría en los años 60. Desde esta perspectiva, el estudio del DC permite comprender cómo estos programas de vivienda operaron como mecanismos para administrar la pobreza y contener la conflictividad social sin transformar las desigualdades estructurales.

PONITENCIA 11: FOTOGRamas del desarrollo: EL CINVA, EL Desarrollo Comunitario Y LA VIVIENDA RURAL en COlombia a mediados del siglo XX

AUTORES: Susana Romero Sánchez

Con esta ponencia busco explicar el papel jugado por el CINVA (Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento) en la resignificación de las políticas de desarrollo rural en América Latina, particularmente en Colombia, durante la década de los años 50, a través del análisis e interpretación de los diarios de campo y notas de clase de los estudiantes que participaron en los primeros proyectos piloto de vivienda rural dirigidos por el arquitecto argentino, y director de la sección rural del CINVA, Ernesto Vautier.
Mi análisis de los materiales del CINVA se centra en tres partes fundamentales. La primera parte consiste en la contextualización de las notas y materiales de clase dentro del marco de las discusiones sobre el desarrollo, la marginalidad y la pobreza en boga durante los años 50. Sobre este aspecto, muestro que el CINVA fue un foro fundamental para indagar, reconceptualizar, y poner en práctica en los

proyectos de campo nociones como "pobreza" y "marginalidad", que a través de encuestas y métodos de medición, fueron usados ampliamente en proyectos de desarrollo en América Latina. Segundo, en la ponencia analizo las fotografías, las encuestas, y las notas de campo como tecnologías utilizadas para reinterpretar la realidad y la historia de las comunidades rurales visitadas. Imágenes y notas, tomadas en conjunto, muestran las contradicciones de adaptar las condiciones y las necesidades particulares de las comunidades a conceptos propios de las teorías del desarrollo, considerados universales y capaces de circular transnacionalmente. En este sentido, los estudiantes del CINVA, a través de los proyectos piloto, construyeron unas narrativas sobre el desarrollo rural que borraban las particularidades históricas y sociales de los municipios visitados en Colombia, tratando de presentar a las comunidades como aptas para ser ser transformadas a través de programas de desarrollo. Como parte de lo anterior, el CINVA estableció una relación contradictoria con los programas previos implementados por el Estado colombiano, ignorando su influencia en la historia reciente de las comunidades visitadas. Finalmente, y como consecuencia de lo anterior, la ponencia muestra cómo las experiencias del CINVA fueron fundamentales para redefinir lo que los expertos sobre el desarrollo llamaron "desarrollo comunitario", contribuyendo a la consolidación del programa de "Acción Comunal" establecido en Colombia desde 1958, institucionalizando estrategias como la participación comunitaria en la toma de decisiones y ejecución de programas de mejoras y reformas.

PONITENCIA 12: "Assistência Técnica Invertida": Leonard Currie e as lições globais de CINVA sobre standards e habitação

AUTORES: Marta Caldeira. School of Architecture & Design, New York Institute of Technology, USA

Em 1956, Leonard Currie, arquitecto americano e diretor-fundador do Centro Inter- Americano de Vivienda y Planeamiento (CINVA) em Bogotá, apresentou a noção de "assistência técnica invertida" durante um ciclo de conferências nos Estados Unidos. Fundado em 1951 pela Organização dos Estados Americanos sob patrocínio do programa americano "Point 4", CINVA constituiu um nexo regional entre "peritos" americanos e profissionais latino-americanos tendo por objetivo combinar tecnologias modernas, experimentação científica, e recursos locais na procura de novas soluções de habitação para a América Latina. Após cinco anos na direção do CINVA, ao avançar para novas posições académicas em Virgínia e Illinois e de consultoria em programas internacionais, Currie propunha agora contestar a unilateralidade da assistência técnica dos modelos desenvolvimentistas que marcaram as décadas de 1950 e 1960. Por um lado, nas experiências conduzidas no CINVA perante pressões económicas, escassez de materiais e de especialização intensiva, Currie viu uma capacidade de inovação que podia beneficiar não só regiões em desenvolvimento mas também países desenvolvidos. Por outro lado, a integração de técnicas de autoconstrução, participação comunitária, e assistência social na sua definição de "escala progressiva de standards de habitação", juntamente com uma visão dinâmica da habitação como reflexo de mobilidade socioeconómica da população, refletiam a adoção de práticas de planeamento integral do CINVA em novos programas habitacionais propostos agora à escala global.

Esta comunicação propõe analisar o conceito de "assistência técnica invertida" e a evolução da noção de standards em habitação no trabalho de Currie como uma tradução multi-escalar do conhecimento produzido no CINVA, tradução que atravessa hemisférios de desenvolvimento e liga abordagens

locais ou regionais a projeções globais. Ao examinar as contribuições de Currie durante a direção do CINVA e no seu regresso aos Estados Unidos como diretor académico e consultor em agências internacionais, esta comunicação delineia a disseminação transnacional de teorias e técnicas da habitação de CINVA. Este estudo propõe assim um contraponto a estudos de mobilidade de "expertise" inerente aos modelos de desenvolvimentismo, e reposiciona CINVA como centro de produção de conhecimento numa revisão da história global da habitação moderna.

PONENCIA 13: A favela como discurso: um olhar para pesquisas e estudos sobre urbanização e metropolização de São Paulo (1940-1970)

AUTORES: Ana Claudia Veiga de Castro. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Esta comunicação busca discutir a favela como questão discursiva na cidade de São Paulo (Brasil). Diferentemente do Rio de Janeiro – onde a presença precoce das favelas desde o final do século XIX levaria a construção de um debate historiográfico consistente a partir de reflexão crítica elaborada desde a década de 1940 –, e de outras cidades da América Latina – onde sua presença desperta nos estudos urbanos, também já nos anos 1940 e 1950, uma serie de reflexões, pesquisa e análises –, em São Paulo, a principal metrópole industrial do subcontinente, a favela tarda a entrar no debate sobre a urbanização da cidade, sendo incorporada como questão efetivamente a partir da década de 1970, quando o primeiro Cadastro Geral de Favelas é realizado. Isso ocorre ao mesmo tempo em que a periferia passa a ser não apenas o espaço geográfico das margens da cidade – palavra que podia ser, e era, intercambiável com arrabalde ou subúrbio – mas se torna uma categoria explicativa, conceituando o que foi chamado de "padrão periférico de crescimento", que, desde então, passa também a incorporar a questão da favela.

Investigando o modo como tais termos – favela, arrabalde, subúrbio, periferia e correlatos – foram utilizados nas pesquisas científicas sobre a urbanização da cidade entre os anos 1940 e 1970, pretende-se aqui descrever o percurso da favela como questão nos estudos urbanos, contribuindo para entender essa aparentemente "demora" em reconhecê-la, seja em sua dimensão material, seja em sua dimensão teórica. Parte-se das primeiras pesquisas sobre habitação e modos de vida realizadas no âmbito da Escola Livre de Sociologia e Política ainda no final dos anos 1930 e nos anos 1940, passando pela Sagmacs (organização criada com a passagem de Lebret pela cidade) em 1950, pelas pesquisas do Instituto Sedes Sapientae (no campo da geografia e do serviço social) e as realizadas na Universidade de São Paulo, tanto na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras quanto na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, entre 1950 e 1970.

Inserida em um projeto de pesquisa sobre a "presença-ausência" das favelas em São Paulo, em uma perspectiva histórica latino-americana, a comunicação pretende contribuir para o ST enfrentando a discussão da formação de conceitos e categorias fundamentais para a história urbana latino-americana, identificando diálogos e debates das ciências sociais em geral com a arquitetura e urbanismo naquele período formador dos estudos urbanos, contribuindo para discuti-los desde uma perspectiva historiográfica. "

E2_08_Desigualdades territoriais e práticas sociais de contestação na América Latina nos séculos XX e XXI: novas abordagens

COORDENADORES:
Renata Monteiro Siqueira. Núcleo de Pesquisa e Formação sobre Raça, Gênero e Justiça Racial. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Brasil
Dra. Gabriela Gomes. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Universidad Nacional de General Sarmiento

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdades Socioespaciais; Pobreza Urbana; Transformações Urbanas; Práticas Sociais de Contestação; América Latina

RESUMO: Este simpósio convida pesquisadoras e pesquisadores interessados em propor leituras inovadoras sobre os processos de produção de desigualdade e pobreza urbana nas cidades latino-americanas nos séculos XX e XXI. Encorajamos a submissão de estudos com enfoques multidisciplinares, perspectivas transnacionais, bem como estudos de caso ou comparativos. Considerando a tendência histórica de se enquadrar a problemática da desigualdade socioespacial à luz da categoria de classe social, incentivamos enfoques que articulem múltiplos marcadores além da classe, como raça, gênero e geração. Também acolheremos trabalhos que abordem em perspectiva histórica problemas tomados como "contemporâneos", tal qual a crise climática e ambiental e seus efeitos sobre o espaço urbano.
Nesse sentido, o simpósio busca contribuir para abrir novas perspectivas de debate sobre problemas clássicos dos estudos urbanos latino-americanos. Entre eles, o crescimento urbano acelerado; a crise habitacional; a formação das periferias; as remoções forçadas; as favelas, villas, cantegriles, barriadas outros assentamentos precários América Latina afora. Tomando essas problemáticas como eixos transversais, buscamos compreender as transformações históricas dos núcleos e assentamentos urbanos, bem como os modos de vida e práticas sociais nesses espaços. Acolheremos trabalhos que abordem a urbanização e as práticas sociais dos diversos atores envolvidos nesses processos, tais como agentes do Estado, profissionais especializados, cooperativas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, bem como agentes do setor privado, entre outros. Desejamos assim revisitar os efeitos das políticas urbanas e de planejamento estatais e identificar as fissuras através das quais foi possível conceber outras sociabilidades e modos de vida para além daqueles imaginados pelo Estado. Com a expectativa de fomentar o diálogo entre pesquisadoras e pesquisadores sobre diferentes países latino-americanos, o simpósio busca encontrar os fios que nos unem, mas também as especificidades locais relativas às maneiras como o espaço urbano foi produzido e disputado no século XX e início do século XXI.

COMUNICAÇÃO 01: Paisagens em Movimento: São Luís do Maranhão no Governo Estadual de José Sarney

AUTORES: Jean Pedro Silva de Sousa/UFRJ

O trabalho propõe uma análise da cidade de São Luís do Maranhão durante o governo de José Sarney (1966-1969), focando nas desigualdades urbanas e sociais reveladas através da definição da paisagem. A pesquisa explora a dicotomia entre a preservação do centro histórico da cidade e a remodelação das áreas periféricas, destacando como as políticas oligárquicas e desenvolvimentistas impactaram tanto a configuração urbana quanto as dinâmicas sociais da capital maranhense. A partir da representação de São Luís no filme Maranhão 66, de Glauber Rocha, que registra o discurso de posse de Sarney, o trabalho investiga a divisão espacial e social da cidade, com ênfase na criação de conjuntos habitacionais e nas transformações dos bairros populares. Este estudo busca entender como as políticas de urbanização desse período refletiram o crescimento econômico e a concentração de poder, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e espaciais. Ao abordar essas questões, o artigo dialoga com as problemáticas clássicas dos estudos urbanos latino-americanos, como a formação das periferias, a crise habitacional e as transformações nos modos de vida urbanos, no contexto de um processo de urbanização acelerada e desigual.

COMUNICAÇÃO 02: A partilha dos ressentimentos em revolta: des/encontros entre os movimentos punks & hip-hop na metrópole de São Paulo (1980 - 2000)

AUTORES: João Augusto Neves Pires/Unicamp

Esta comunicação visa apresentar as paixões políticas (BRESCIANI & NAXARA, 2004; ANSART, 2019) e as partilhas do sensível (RANCIÈRE, 2004) que comoviam os movimentos punk e hip-hop na Região Metropolitana de São Paulo entre as décadas de 1980 e 1990. A partir do estudo com a documentação disponível na coleção "King Nino Brown", preservadas no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e da coleção "Movimento Punk", preservada no Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), pretende-se demonstrar as relações de amizade, as convergências socioculturais, as disputas e os vínculos políticos entre grupos e indivíduos inseridos nestes circuitos. Por meio da análise e leitura das fontes, especialmente as narrativas musicais, imagéticas e textuais produzidas por pessoas envolvidas nessas práticas culturais, propõem-se apresentar as experiências, divergências e os sentimentos compartilhados por diferentes circuitos dos afetos (SAFATLE, 2019) naquela metrópole. Assim, refletir sobre a construção de um discurso engajado e de uma cartografia sensível (ROLNIK & GUATTARI, 2006) a qual destacam as violências, o contexto de miserabilidade e, especialmente, as estratégias coletivas de apoio mútuo promovida por jovens, em sua maioria pobres, negros/as e periféricos/as, durante o período e após a redemocratização no país. Partindo da hipótese de que essas diferentes movimentações e práticas culturais indicavam os contrastes das paixões políticas de ressentimentos em revoltas pulsantes nessas vivências urbanas (NIETZSCHE, 2009; SCHELLER, 1933; KEHL, 2015; CAMUS, 2017; FLEURY, 2023; PIRES, 2023), procura-se compreender suas ambivalências afetivas e reverberações performáticas. Deste modo, refletir sobre as desigualdades territoriais e as práticas sociais de contestação emergentes em espaços de sociabilidades marginalizados.

COMUNICAÇÃO 03: Acción colectiva y demandas en cantegriles y barrios de emergencia en Montevideo: con vivienda pero sin ciudad (1952-1973)

AUTORES:María José Bolaña Caballero/Udelar

Entre 1946 y 1973 los cantegriles, los habitantes de barrios de emergência y los sectores sociales que sufrían desalojo en la ciudad se organizaron y demandaron vivenda y servicios, vinculados a la militância comunista. Novedad que demuestra: la agencia de sectores que han sido considerados pasivos, marginales en la acción política y la movilización social y, su vínculo con la izquierda. Primera etapa: 1946-1958. Contexto de Estado de bienestar, los cantegirles se organizaron para demandar vivenda de emergência, activados por la militância comunista y por la respuesta del gobierno. Esta última comenzó un processo de segregación que tensiona la relación entre distribución habitacional y vivenda en um contexto progresista. A su vez instaló para cantegriles y desalojados urbanos la posibilidad de obtener vivenda, estableció una ventana de oportunidad para su movilización en contextos democráticos favorables. Segunda etapa: 1959 -1967 es la crisis del Estado de bienestar, cambio de partido político en el gobierno que mantiene una postura de diálogo y de apertura para responder a las necesidades de estos pobladores pero en un contexto de crisis financeira y guerra fría. Esa falta de financiamento hizo que no hubiera logros nuevos de los habitantes de cantegriles y barrios de emergencia, aunque hubo un plan con posibilidades de financiamento por la Alianza para el Progreso. Tercera etapa: 1967-1975 de agudización de la crisis económica, retorna el partido político de los cincuenta pero con el predomínio de un sector autoritário en tiempos de guerra fría dura. La respuesta a los cantegriles y desalojados urbanos fue la realización de complejos de emergência en el marco de medidas prontas de seguridad, retomando la política segregacionista de los cincuenta.

COMUNICAÇÃO 04: Desigualdades, territoriales y de género, en el periurbano este de Montevideo. El fenómeno de autosegregación residencial del PAU 10

AUTORES: Carolina Rodriguez Ponce de León/Udelar

Desde 1990 hasta la fecha, en Uruguay, el fenómeno de autosegregación residencial se ha expandido exponencialmente. A modo de "islas" en el territorio, este tipo de urbanizaciones, recrean un ambiente urbano escenográfico, controlado y vigilado, en dónde aparentemente la diversidad no existe. Asimismo, los estereotipos y roles de género se perpetúan cuando las páginas webs de estos emprendimientos representan a las mujeres como las personas encargadas de las tareas reproductivas y en comportamientos que persiguen estándares de belleza. En paralelo, los trabajos domésticos y de cuidados recaen, en general, en mujeres de menores recursos que incluso, en algunos casos, residen en su lugar de trabajo. A la vez, la seguridad es vista desde la óptica material y de propiedad y no se incluye una mirada que incorpore la violencia basada en género. Por otro lado, estos barrios proclaman un retorno a la vida en contacto con la naturaleza. Sin embargo, en general, se ubican en zonas ecosistémicas relevantes como ser bañados, lagunas, arroyos, entre otras, generando impactos y sin dar cuenta de estas preexistencias. En este marco, esta investigación plantea analizar el fenómeno de autosegregación en el periurbano este de Montevideo, tomando como objeto de estudio los barrios autosegregados, San Nicolás, Los Olivos y Parques, ubicados en el ámbito del Programa de Actuación Urbanística Sector 10 "Norte de Camino Carrasco", que surgen a partir de 2005. Vale aclarar que, la Intendencia de Mon-

tevideo no permite la instalación de urbanizaciones cerradas completamente en su perímetro, por lo que dichos barrios podrían catalogarse como barrios semiprivados. En este contexto, la propuesta es estudiar este fenómeno a partir de un enfoque epistemológico feminista que incorpora tres dimensiones de análisis: política, vinculada a la planificación y los instrumentos de ordenamiento territorial; material, en referencia a la morfología urbana; y simbólica, asociada a las percepciones y representaciones sociales.

COMUNICAÇÃO 05: Formação das Favelas e Comunidades Urbanas e Segregação Socioespacial: um estudo do município de São Mateus, ES, com enfoque nos agentes do Estado, industriais, do mercado imobiliário e os grupos sociais excluídos.

AUTORES: Rafael da Silva Santos; Clara Luiza Miranda

No processo de urbanização, as relações e conflitos entre os diversos agentes envolvidos na produção do espaço podem levar ao estabelecimento ou à intensificação da segregação socioespacial. Isso pode ser evidente nas cidades brasileiras por meio da formação de espaços habitacionais precários em termos de infraestrutura urbana e moradia, como as favelas. A segregação socioespacial, assim como a formação das favelas, não é exclusiva dos grandes centros urbanos. O município de São Mateus pode exemplificar essa realidade: é o sexto maior do Espírito Santo e lidera a região norte do estado em número de favelas, totalizando 28 favelas e comunidades urbanas. Nessas áreas, concentram-se 22,44% dos domicílios e 18,79% da população, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Diante disso, o artigo busca identificar e discutir os agentes e processos que influenciaram a formação das favelas e comunidades urbanas identificadas pelo IBGE, em São Mateus, analisando a lógica da segregação socioespacial. Para tanto, adota-se uma abordagem geográfico-histórica, que investiga simultaneamente a organização espacial e suas dinâmicas, bem como os processos temporais, a fim de compreender como essas especificidades se relacionam com a gênese das favelas e comunidades urbanas. A pesquisa bibliográfica e documental (jornais, mapas e imagens aéreas) contribuíram para a identificação dos agentes e das temporalidades envolvidas e permitiu a discussão da segregação a partir da localização das favelas. Além disso, os dados do IBGE possibilitaram a verificação da segregação socioespacial com base em indicadores sociodemográficos (população, raça, densidade, educação e renda). Os resultados evidenciam o papel de agentes industriais da silvicultura e do petróleo, do Estado, do mercado imobiliário e dos grupos sociais excluídos na formação das favelas e comunidades urbanas de São Mateus, a partir da segunda metade do século XX, e discutem a segregação como um índice de vulnerabilidade social

COMUNICAÇÃO 06: O paradoxo do des-envolvimento na territorialidade do agro em Barreiras, oeste da Bahia

AUTORES: Áurea Gabriela Moura Gumes/UFBA; Diego Carvalho Corrêa/IFBA

Um projeto de desenvolvimento do Oeste da Bahia foi se delineando através de tecnologias de irrigação, dentre outras, vinculadas ao agronegócio, sobretudo de commodities. Implementando-se a partir da segunda metade do século XX, com acelerado processo entre as décadas de 1980 e 1990, combinados com o artifício de rodovias que favoreceram escoamento de produção e incentivos fiscais

para ocupação do solo agricultável, alcança a atualidade a criação nos anos 2000 de um novo núcleo urbano, anteriormente distrito de Barreiras. Vivenciamos hoje o cerrado, relevante matriz de águas doces no território brasileiro, secando e rios desaparecendo, cenário já anunciado quando considerada a proporção de pivôs - modelo de irrigação por gotejamento, utilizados na região. Esse processo desencadeou uma série de ressignificações, alterações e de novas relações socioespaciais nas cidades e nas regiões circunvizinhas, portanto, compreender o des-envolvimento aqui exige considerar espaços de latifúndios e personagens latifundiários atravessando espacialidades interioranas ribeirinhas que se constituíam principalmente pela agricultura, permacultura, pecuária, o comércio e serviços de pequena escala (entre municípios). Na temporalidade de seis décadas as espacialidades e as relações ali estabelecidas passaram a pautar línguas estrangeiras, geopolíticas internacionais, dólar, a vivenciar naquele espaço descendentes de japoneses e asiáticos, europeus, norte americanos, e sobretudo sulistas e entre eles, muitas toneladas de soja, algodão, sorgo e milho, e outros. O paradoxo entre campo enriquecido pelo agronegócio diante de uma cidade empobrecida pelo mesmo, reinventa narrativas sobre cidades e suas urbanidades ribeirinhas, recria como se fala sobre, e o que se almeja para aquela (re) territorialidade. Nos interessa nesse entremeio reelaborar noções narrativas da história da cidade de Barreiras como uma amostragem dos processos de silenciamento, apaziguamento, homogeneização, constituído por um modelo de progresso ressequido que se pretende hegemônico e que se estabeleceu contrapondo ao imaginário narrativo caudaloso das cidades ribeirinhas precedentes.

COMUNICAÇÃO 07: Autoconstrucción de la vivienda y sector de la construcción: analizando relaciones, tensiones y circulaciones a partir de experiencias en la Ciudad de México en los años setenta del Siglo XX

AUTORES: Maria Eugenia Durante/UNAM

La autoconstrucción de la vivienda fue un debate intenso hacia los años setenta en diversas partes de América Latina, y tuvo en México un epicentro importante donde las discusiones académicas e intelectuales fueron en paralelo a la multiplicación de las experiencias en territorio, impulsadas desde organizaciones sociales y políticas y/o desde diversas iniciativas de las instituciones públicas y organismos internacionales. Un debate aún vigente, que se despliega en estas formas de producción del espacio, gira en torno a si es posible pensar en la capacidad transformadora de las relaciones sociales de los sujetos involucrados o es un mecanismo más de sobreexplotación de la mano de obra para abaratar los costos de la vivienda. Aquí interesa sumar a la discusión sobre sus capacidades de transformación, reforma o reproducción de las relaciones sociales, la dimensión del trabajo y de clase de los sujetos involucrados. Albañiles autoconstructores de sus propias viviendas, que también construyen las viviendas del mercado formal, ¿qué prácticas, formas de organización, saberes, capacidades, se trasladan de un ámbito de trabajo a otro? ¿es posible pensar las relaciones, contradicciones y circulaciones que ocurren entre ambos? Esta ponencia se apoya en un trabajo de archivo y entrevistas, para contextualizar y reconstruir una serie de experiencias de autoconstrucción que sucedieron en la Ciudad de México en los años setenta del siglo XX. Entrelazando las experiencias con los debates de la época, se busca arriba a una serie de herramientas y reflexiones que aporten a pensar los vínculos y tensiones

entre los diversos ámbitos de trabajo de los albañiles. Se retoman estas discusiones, debido a que en la actualidad sigue siendo una dinámica presente en la producción de las periferias populares de América Latina y un instrumento de las políticas públicas que apuntan a la mejora del hábitat.

COMUNICAÇÃO 08: Disciplinar la pobreza: políticas habitacionales y erradicación en las dictaduras del Cono Sur

AUTORES: Gabriela Daiana Gomes

Durante las dictaduras institucionales de las Fuerzas Armadas de Argentina y Chile, el tratamiento hacia la informalidad urbana fue un tema crucial que impactó profundamente en la estructura social y urbana. Con el objetivo de comprender las dinámicas entre poder político, planificación urbana y marginalidad en contextos represivos, este trabajo se enfoca en explorar y comparar las políticas públicas orientadas a abordar la informalidad urbana, analizando tanto las estrategias de erradicación de villas y poblaciones callampas como los programas de construcción de vivienda. En Argentina, bajo el "Proceso de Reorganización Nacional" (1976-1983), se llevaron a cabo desalojos masivos de villas en ciudades como Buenos Aires, desplazando a miles de familias a periferias urbanas. Similarmente, en Chile, durante la dictadura de Augusto Pinochet (1973-1990), se promovieron políticas de erradicación de campamentos y poblaciones callampas, reubicando a sus habitantes en viviendas sociales en las periferias. Ambas dictaduras justificaron estas políticas bajo el discurso de modernización y orden urbano, resultando en la marginalización y empeoramiento de las condiciones de vida de los sectores populares. El objetivo de este trabajo es comparar cómo dos regímenes autoritarios abordaron la informalidad urbana, identificando similitudes y diferencias en las políticas aplicadas para comprender mejor sus estrategias de erradicación y reubicación. Asimismo, se busca analizar los efectos sobre la marginalización, la pobreza y la segregación socioespacial, y entender las respuestas de los sectores populares frente a estas políticas en contextos de represión.

COMUNICAÇÃO 09: Un cielo acorazado. La Rambla Sur de Montevideo en disputa

AUTORES: Laura Alemán/Udelar

Se propone aquí examinar el complejo lazo que anuda capital privado, poder político y activismo urbano con foco en un caso elocuente: la aguda tensión que afecta a la Rambla Sur de Montevideo, un espacio público de casi cien años que se debate entre el creciente afán privatizador y la resistencia que ante ello impone la sociedad civil organizada. Una situación que ha cobrado relieve en ocasión de un episodio muy llamativo: la imprevista frustración, por efecto de la presión social, del proyecto que el Poder Ejecutivo impulsaba en 2017 a instancias de un célebre actor empresarial, orientado a enajenar un enclave singular de la faja costera para instalar allí una terminal portuaria y programas asociados de alto impacto socio-territorial.

La Rambla Sur nace de una operación radical dispuesta en 1925 bajo el giro trasformador de cuño batllista y pervive como el espacio público emblemático de los uruguayos. Es un balcón urbano de enorme valor material, paisajístico, social y ambiental, que cuenta desde 1986 con el más alto grado de protección legal a escala local y es candidato a integrar la lista de bienes patrimoniales de la Unesco. El férreo apoyo oficial a la citada apuesta privada, sus polémicos fundamentos y la estimación de su

previsible impacto llevó en agosto de 2018 a la fundación de la Asamblea Permanente Por la Rambla Sur, colectivo ciudadano que encauzó el movimiento de oposición al proyecto –munido ya de media sanción parlamentaria- y logró frenarlo tras casi tres meses de intenso trabajo. Una gesta exitosa que expone el valor de la participación social en estos asuntos pero exhibe también la fragilidad de lo público en tiempos contemporáneos: ha logrado salvar este cielo de todos pero no puede asegurar que perdure como tal, sin cercos ni alambres de ningún tipo.

COMUNICAÇÃO 10: Paisagismo nativo do cerrado como ação de assessoria técnica em habitações de baixa renda no Distrito Federal – DF, Brasil

AUTORES:Leandro Ximenes de Sousa/UnB

O estudo busca fundamentar a aplicação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) ao paisagismo, tendo como caso de estudo o Distrito Federal (DF). Apesar da concepção de Brasília como “”cidade-parque””, observa-se distribuição desigual de áreas verdes e subvalorização do Cerrado. O crescimento populacional acelerado resultou em periferias com infraestrutura precária e pouca arborização, contrastando com o Plano Piloto (área central planejada de Brasília, onde se concentram os principais serviços, equipamentos públicos e maior cobertura vegetal). A falta de informação sobre uso do solo, sobretudo entre comunidades de baixa renda, agrava problemas ambientais como enchentes e erosão. O Cerrado, segundo maior bioma da América do Sul, enfrenta desmatamento crescente e proteção insuficiente, enquanto a ausência de contato com a natureza impacta a saúde da população e a infraestrutura ecológica.

A base teórica do estudo se apoia em dois pilares: a importância estética e funcional do paisagismo e a ampliação da ATHIS para essa área. O paisagismo naturalista com espécies do Cerrado pode conservar biodiversidade, mitigar ilhas de calor e aumentar a conectividade de paisagens. Já a ATHIS, garantida pela Lei Federal nº 11.888/2008, prevê assistência técnica gratuita para habitação de interesse social, mas sua ampliação para o paisagismo pode gerar impactos positivos no bem-estar das famílias e na infraestrutura urbana.

Para estruturar a ATHIS no paisagismo, o estudo propõe criação de viveiros comunitários para doação de mudas e insumos, além da elaboração de materiais educativos. Entrevistas com famílias permitiram compreender suas preferências e necessidades, garantindo adaptação dos projetos. Em Santa Maria e Ceilândia, a iniciativa buscou integrar participação comunitária na criação de dois projetos para promover educação sobre paisagismo em áreas periféricas.

COMUNICAÇÃO 11: Fazer-cidades nas margens: deslocamentos femininos e políticas urbanas e migratórias na Villa 31

AUTORES:Samira Proêza/UFBA

Marisa mudou-se do Paraguai para a Villa 31, em Buenos Aires, sozinha e em situação de vulnerabilidade, em busca de uma nova vida. Sua realidade tornara-se insustentável, e o deslocamento surgiu como necessidade de sobrevivência. Como ela, muitas mulheres habitam as margens das cidades latino-americanas, carregando histórias de deslocamentos e resistência. Os fluxos de migração feminina transnacionais na América Latina, relacionados a situações de vulnerabilidade social e políti-

ca, são resultados de camadas de exploração colonialista, que se desdobram com particularidades e maior intensidade na vida das mulheres pobres e não-brancas. Essas mulheres, ao longo de suas vidas, enfrentam uma sucessão de violências, que culminam em processos migratórios. Por sua vez, esses deslocamentos encontram-se em determinadas margens urbanas, como no caso da Villa 31, onde se inicia uma busca por enraizamentos. Esses processos de "aterrar" afirmam a existência dessas margens a partir da necessidade de ressignificar um território desconhecido, transformando-o em um lar, no seu sentido mais amplo. A partir deste recorte da pesquisa de doutorado "Viajar-mundos na Villa 31", proponho tecer cruzamentos entre trajetórias como a de Marisa — atravessadas por processos complexos de deslocamento — e o "fazer-cidades" nas margens urbanas, tomando como referência o território da Villa 31. Além disso, busco trazer outra camada para discutir esse processo de deslocamento/enraizamento: as políticas públicas relacionadas à migração na Argentina e as decisões estatais relacionadas à Villa 31, como as violentas tentativas de erradicação e a atual urbanização. Assim, esta pesquisa busca contribuir para o debate sobre a produção de desigualdades sociourbanas na América Latina. Ao analisar a Villa 31 e as trajetórias dessas mulheres, proponho uma leitura corporificada sobre a formação das margens e os modos de vida que emergem para além das políticas públicas, reafirmando a importância de abordagens multidisciplinares e transnacionais para compreender as cidades latino-americanas no século XXI.

COMUNICAÇÃO 12: O Novo Rural e Suas Implicações na Atualidade

AUTORES:Maria Esther Vaz Mendes/UniVap

A proposta de projeto consiste na investigação da cidade interiorana paulista chamada Monteiro Lobato, onde há aproximadamente 4.205 habitantes, segundo o censo de 2024. E assim, transcrever as formas de socialização vivenciadas pelos habitantes deste espaço. Dessa forma, analisar os impactos sócio, histórico e culturais para a constituição da subjetividade da população da cidade, e como estes fatores também são relacionados à comportamentos, os quais reverberam até a contemporaneidade. Utilizando-se da análise esquizoanalítica desenvolvida por Deleuze e Guattari (1996), expor a transformação da cultura caipira para o cotidiano atual e sua forte influência no município. O simbolismo do "novo rural" e suas implicações sociais, referentes ao eixo determinado, sua implicação dentro do contexto da cidade, se é de fato uma modernização ou o mesmo fenômeno, porém com novas ferramentas midiáticas e publicitárias. Onde vende-se uma vida fora da cidade, na tranquilidade da zona rural, com contato com a fauna e flora. E por trás destes elementos idealizados, uma realidade em que a classe baixa sustenta tais luxos deste público. A importância da discussão de tal tópico se dá, pois, este debate, abrange para além do cenário local, mas também de transformações a qual, ocorre em grande parte dos meios rurais do estado de São Paulo (Balsadi, 2001). Após a revolução industrial e a modernização dos equipamentos da agropecuária, as cidades interioranas, onde predomina-se o meio rural, tiveram de adaptar seus meios econômicos para além do agropecuário (Da Silva, 1997). A investigação sobre o novo rural tem como objeto de pesquisa a cidade de Monteiro Lobato, interior de São Paulo, no qual tem sua história construída por elementos rurais e uma cultura caipira ainda muito presente na população. E descrever seus impactos para com a socialização, principalmente a subjetividade desta sociedade.

COMUNICAÇÃO 13: Habitação e Cidade: uma cronologia das políticas de habitação social brasileiras do século XX e XXI e seus efeitos na produção de desigualdade urbana

AUTORES: Marina Guerra Diógenes/UFRJ

O trabalho propõe discutir a dita "crise habitacional contemporânea" no Brasil como uma consequência do desenvolvimento capitalista, analisando políticas de habitação de interesse social (HIS) e seus impactos na produção de um espaço urbano mais desigual e segregado nos séculos XX e XXI. Para isso, o estudo adota uma abordagem de construção de uma cronologia, examinando diferentes períodos das políticas habitacionais desde o século XX. A produção de habitação social no Brasil tem suas raízes na Era Vargas (1930-1945), quando o Estado começou a atuar como principal agente promotor e financiador da moradia para a população de baixa renda, usando isso como estratégia de desenvolvimento nacional de governo. Durante a Ditadura Militar (1964-1986), a política habitacional foi centralizada no Banco Nacional de Habitação (BNH), priorizando a financeirização da moradia, políticas de financiamento e o estímulo à propriedade privada como viés de sustentação do regime e tentativa de algum controle sobre as massas. Porém, a parcela mais beneficiada foi a classe média, enquanto as populações mais pobres encontraram maiores dificuldades de acesso às habitações produzidas. Com a redemocratização (1986-2002), houve mobilização social, mas ausência de uma política habitacional mais estruturada. Já nos governos petistas, Lula e Dilma (2003-2016), houve um fortalecimento da atenção às cidades e à HIS com a criação do Ministério das Cidades e programas como o Minha Casa Minha Vida (MCMV). No entanto, esse programa surge num âmbito de resposta à crise de 2008 e às demandas de setores econômicos, e hoje apresenta críticas consolidadas tendo como uma das bases a construção em áreas periféricas sem infraestrutura adequada. A cronologia, ao trazer uma perspectiva histórica para um problema visto como contemporâneo, evidencia que as políticas habitacionais brasileiras permearam intervenções estatais, interesses privados e processos de financeirização, sem buscar resolver a precarização da moradia e visando manutenções de governo.

COMUNICAÇÃO 14: Escribir los márgenes de Montevideo: la creación de espacios de vulnerabilidad social y ambiental frente al poder del cambio climático

AUTORES:Etienne Randier Fraile/ENSA

Fundada en las orillas de "un río como mar", Montevideo inició desde el principio vínculos entre los asentamientos humanos y los numerosos ríos que la atraviesan, vinculados a la inmensa cuenca del estuario del Río de la Plata. Si bien los márgenes se refieren a los bordes de una carretera o de una vía fluvial, poco a poco han pasado a referirse a las condiciones socioeconómicas más precarias de la vida y del habitat. O, a medida que la capital se extiende y que se vuelve más "moderna", industrial y foco de actividad económica, las formas más vernáculas de la vivienda aparecen distintas. Éstas se describen en términos de marginalidad. Entre los cambios a escala metropolitana y la aparición de formas de vivienda cuyos materiales y lugares de implantación están cambiando, los investigadores en ciencias sociales se esfuerzan por comprender la materialización de estas nuevas condiciones que se están creando. Nuestro trabajo propone releer y desandar la fabricación de ciertos pedazos de territorio, los márgenes, caracterizados por el encuentro de ambientes naturales y asentamientos informales. Desde el siglo XIX hasta la actualidad, el Oeste de Montevideo ha sido uno de los focos de estas transfor-

maciones y fabricaciones. En un momento en que las consecuencias del cambio climático se hacen evidentes, y que las inundaciones se repiten como resultado de la combinación de la urbanización, la impermeabilización del suelo, el aumento del nivel del mar y el incremento acelerado de las lluvias y tormentas, las políticas públicas apuntan a los asentamientos informales expuestos a los fenómenos climáticos. En tales situaciones, se hace necesario, de hecho urgente, registrar la forma en que se construyen estas zonas, para escribir la larga historia de cómo se construyeron, y así incluir las futuras transformaciones en el transcurso del tiempo y ajustarlas realmente a las situaciones en las que se habit.

COMUNICAÇÃO 15: Habitar a partir da diversidade: uma análise dos desafios e possibilidades do Habitar en Igualdad na Argentina (2019-2023)

AUTORES:Yuri Nascimento Paes da Costa; Carlos Henrique Magalhães de Lima/UnB

A exclusão habitacional resultante de discriminações baseadas em gênero e orientação sexual, afeta diretamente a qualidade de vida de mulheres cisgêneras e da comunidade sexo-gênero dissidente. De um lado, mulheres cisgêneras estão mais expostas à violência doméstica e ao feminicídio, de outro lado, a população LGBTQIA+ enfrenta maior vulnerabilidade à situação de rua devido à rejeição de sua família consanguínea e estão expostos à crimes de ódio desde a tenra infância. Na América Latina, essa realidade é agravada pela escassez de políticas públicas voltadas para esses grupos, nosso enfoque, contudo, será naquelas destinadas à habitação. Apesar da escassez de políticas de habitação com recorte do gênero e sexualidade, em 2019, foi lançado o programa argentino Habitar en Igualdad, dedicado a prover habitação para mulheres e população LGBTQIA+, uma clara resposta à luta pela garantir moradia a essas populações. Assim, a partir da análise crítica desse programa, este trabalho reflete sobre a exclusão habitacional de minorias sexuais e a relevância de políticas públicas de habitação que dialoguem com questões de gênero e sexualidade, sobretudo na América do Sul. Para isso, adotamos uma abordagem qualitativa e exploratória, incluindo revisão de literatura focada da teoria feminista queer e na análise documental do programa Habitar en Igualdad. Além disso, foi realizada visita de campo à Província de La Rioja com registros fotográficos das primeiras unidades habitacionais construídas. Identificamos que o Habitar en Igualdad, ainda que breve, representou um marco nas políticas habitacionais latino-americanas ao contar com forte engajamento comunitário de um coletivo de mulheres transsexuais e trabalhadoras do sexo. No entanto, entraves burocráticos, discriminação e falta de financiamento público impediram sua continuidade, evidenciando que as interfaces entre habitação e gênero ainda demandam maior debate e investimentos.

COMUNICAÇÃO 16: Vivienda, Comunes y Cuidados: Un Análisis de la Política Urbano-Habitacional en Uruguay desde el Enfoque de los Cuidados y la Equidad Territorial

AUTORES:Lucía Serrana Anzalone Santamarina/Udelar

El artículo examina los antecedentes y perspectivas futuras de la política urbano-habitacional en Uruguay, enfocándose en las desigualdades territoriales y las prácticas sociales en torno a la resolución de los cuidados y la equidad de género. Se revisan los marcos normativos y modelos históricos, poniendo el foco en el sistema cooperativo de vivienda. Se analisa cómo estos han variado con el tiempo y sus

impactos en la configuración territorial de la ciudad, desde la perspectiva de los cuidados. Desde esta óptica, se problematiza acerca de cómo las políticas habitacionales pueden abordar las necesidades cotidianas de los habitantes, promoviendo la equidad de género y fortaleciendo las comunidades a través de redes de apoyo y resistencia social. A través de mapeos temporales, se identifican distintos períodos de implementación del sistema cooperativo de vivienda, observando la relación entre los vectores de localización y la distribución territorial en diálogo con la formulación de políticas urbano-habitacionales. Finalmente, se identifican los retos actuales en la construcción de un enfoque integral que considere las dinámicas espaciales, sociales y normativas, explorando su potencial para reducir las desigualdades, dar respuesta a las demandas de los cuidados y fortalecer comunidades más equitativas, resilientes y sostenibles.

COMUNICAÇÃO 17: Qualidade do espaço urbano a partir da percepção do usuário em territórios marginalizados: analisando a presença do Estado e suas ausências nas Doquinhas, em Pelotas, Brasil

AUTORES:Celia Helena Castro Gonsales; Fernanda Jahn-Verri; Nino Rafael Medeiros Kruger; Juliana Tasca Tissot

O artigo discute o papel do Estado na produção de espaços urbanos em territórios marginalizados em Pelotas, a partir da percepção de seus próprios residentes e usuários, através de duas metodologias complementares de consulta à população: entrevistas-caminhadas (walkthroughs) e grupos focais. Mais especificamente, discute-se como a presença e ausência (deliberada ou não) das autoridades locais em questões fundiárias, de saneamento, infraestrutura urbana e serviços públicos, pilares fundamentais da cidade sustentável, segundo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), condicionam a qualidade do espaço urbano nas Doquinhas, localizada no extremo sul de Pelotas, às margens do Canal São Gonçalo. Existem diversas maneiras de explorar qualidade espacial no âmbito do direito à cidade e da cidade sustentável no que se refere aos parâmetros utilizados, técnicas de pesquisa e referencial teórico. Aqui, além da nossa escolha metodológica de priorizar as narrativas e impressões dos próprios moradores, assumimos como marco conceitual-teórico resgatar o papel do Estado nesses processos. Essa escolha deu-se pelo fato que aspectos os sócio-espaciais citados, incluindo questões fundiárias, de infraestruturas e serviços urbanos, são funções direta ou indiretamente do poder público (Lopes de Souza, 2013). Adicionalmente, a análise do papel do Estado no planejamento, desenvolvimento e gestão do espaço urbano é fundamental para compreender não só a qualidade desses espaços, mas também suas potencialidades (Santos, 1982; Lima, 2014). Finalmente, é importante destacar que a compreensão da atuação do Estado sobre o ambiente construído implica ainda em refletir sobre as maneiras pelas quais as pessoas se apropriam do território, em contraposição ou consonância às iniciativas estatais. Assim, além de examinar a ação do Estado, ressonâncias e omissões sobre espaços marginais (refletindo sobre essa fissura de "presença dentre ausências"), também se discute, brevemente, como residentes das Doquinhas têm se apropriado desses territórios e assumido funções e responsabilidades do poder público (Ferreira, 2007; Maricato, 2017).

COMUNICAÇÃO 18: A luta pelo direito de morar em Ouro Preto: o caso da Ocupação Chico Rei

AUTORES:Luana Camille Evangelista Silva; Thamires Alvina Sales Gonçalves; Júlia Maria Rodrigues Lana

Ouro Preto se qualifica como um território permeado por inúmeras limitações à ocupação. Além de se tratar de uma cidade patrimonializada a nível mundial pela UNESCO, o que direciona os modos de apropriação do espaço e cria dinâmicas de especulação imobiliária, possui uma topografia acidentada e marcada por áreas de risco. Isso, somado a seu histórico de esvaziamento e reocupação relativamente rápidos, em meados do século XX e no início do século XXI, direcionaram uma distribuição sócio-espacial que não foi acompanhada por um planejamento urbano prévio, resultando em um histórico de remoções forçadas e espontâneas, sem compensações efetivas para solucionar a demanda habitacional. Nesse contexto, surgem movimentos como a Ocupação Chico Rei, que a partir da ocupação dos espaços que não cumprem sua função social na cidade, reivindicam o direito à moradia e à cidade. Neste artigo, buscaremos entender, por meio de uma leitura histórica, de que modo esse movimento se estabeleceu e seus rebatimentos na construção da política habitacional no município.

COMUNICAÇÃO 19: Por uma mobilidade urbana feminista: análise crítica dos planos estratégicos de mobilidade com perspectiva de gênero na Cidade do México e Buenos Aires (2019-2024)

AUTORES:Daniela Braga Santos; Carolina Pescatori Candido da Silva.

Este trabalho se insere nas interseções entre mobilidade urbana e feminismo interseccional, partindo da compreensão de que marcadores como raça, classe, gênero e sexualidade estruturam — e limitam — as experiências de deslocamento nas cidades. A pesquisa adota o pressuposto de que a mobilidade urbana precisa ser generificada, ou seja, atravessada por discussões que reconheçam a centralidade dos corpos femininos na produção e uso dos espaços urbanos. Nesse sentido, compreendemos que políticas de mobilidade urbana não são neutras, mas refletem estruturas históricas de opressão, reforçando desigualdades materiais e simbólicas. Tomando como foco as cidades da Cidade do México e de Buenos Aires, o presente estudo tem como objetivo realizar uma análise comparativa dos planos estratégicos de mobilidade urbana com perspectiva de gênero implementados entre 2019 e 2024. A abordagem metodológica é qualitativa e teórica, dividida em duas etapas: a primeira consiste na revisão crítica da literatura sobre mobilidade urbana e feminismo interseccional, com base em autoras como Jirón (2017), Amar (2011), Gonzalez (2020), Nascimento (2020) e Carneiro (2020); a segunda se dedica à análise crítica e comparativa dos planos estratégicos das duas cidades, à luz do referencial adotado. Os resultados apontam para a emergência de categorias comparativas que evidenciam padrões, lacunas e avanços nos esforços institucionais em incorporar uma perspectiva de gênero à mobilidade urbana. Por fim, a pesquisa destaca a urgência de reconfigurações urbanas feministas que ampliem a equidade, a segurança e a acessibilidade nos deslocamentos cotidianos, sobretudo em contextos urbanos marcados por desigualdades estruturais como os da América Latina.

COMUNICAÇÃO 20: A construção social da noção de "decadência" do centro de São Paulo: articulações entre raça, classe e gênero

AUTORES: Renata Monteiro Siqueira

Esta comunicação busca revisitar criticamente os conflitos sociais que tomaram parte nas transformações urbanas no centro de São Paulo entre as décadas de 1930 e 1950, antes que, na década seguinte, se tornasse consensual a ideia de sua "decadência". Interpelarei como raça, classe e gênero se articularam para conferir sentido às noções de "elegância" e "decadência", tão importantes na ordenação do debate público sobre o centro de São Paulo e na enunciação das disputas por aquela área. Os marcos temporais se justificam pela coincidência entre investimentos públicos e privados em prol da consolidação de um "novo" centro, a oeste do vale do Anhangabaú, e a formação de uma sociabilidade negra no "triângulo" que conforma o núcleo original da cidade. Elegi, como caso de estudo, a rua Direita, cujo imaginário se assenta no contraste entre a "elegância" pretérita de suas edificações, lojas e público e a "decadência" física e social que a teria sucedido a partir de 1930. Essa rua também se notabilizou pela concentração de pessoas negras, vinculadas à prática social do footing, suscitando episódios de discriminação racial registrados, em perspectivas distintas, na imprensa de grande circulação, na imprensa negra, nas memórias de militantes e nos estudos sobre relações raciais no período. Parto da hipótese de que tais conflitos se inscreveram no esforço de reconfigurar as hierarquias sociais na área central, em especial por parte de agentes que viam suas propriedades ou pontos comerciais se desvalorizarem. A análise baseia-se no cruzamento de fontes relativas à política urbana e ao debate público sobre o centro com outras menos exploradas pela historiografia urbana, como a imprensa negra e os acervos intelectuais de estudiosos das relações raciais do período.

COMUNICAÇÃO 21: Desigualdades territoriales y prácticas sociales de contestación en América Latina en los siglos XX y XXI: antiguos problemas y nuevos abordajes

AUTORES: Maida Sofía Vilela Briozzo, Profesora de Geografía Dirección General de Educación Secundaria- Administración Nacional de Educación Pública, Profesora de Geografía Consejo de Formación en Educación-Administración Nacional de Educación Pública, Investigadora Proyecto I+D CSIC-Universidad de la República "Nuevas (y viejas) formas de desigualdad espacial en Montevideo y el área metropolitana"; Uruguay.

Esta ponencia tiene como propósito compartir y generar debates y reflexiones en torno a los principales hallazgos de mi Tesis de Maestría en Estudios Contemporáneos de América Latina, centrada en las experiencias organizativas y resistencias territoriales de mujeres en las recientes tomas de tierras de Nuevo Comienzo (Montevideo) y Guernica (Área Metropolitana de Buenos Aires). Desde un marco teórico fundamentado en el urbanismo crítico y los feminismos comunitarios y populares, se analizan las dinámicas de exclusión urbana propias del capitalismo neoliberal y las prácticas colectivas que disputan el acceso a la tierra y el derecho a la ciudad. El trabajo explora cómo, en contextos de extrema vulnerabilidad, las mujeres han desarrollado estrategias de autoorganización, comunalización de los cuidados y politización territorial, al resolver con organización las insuficientes infraestructuras presentes en las periferias populares. Estas experiencias revelan a su vez, una resistencia activa frente a las lógicas patriarcales y mercantilizadoras del suelo urbano, proponiendo alternativas emancipatorias

para la reproducción de la vida. La investigación aporta al análisis de las desigualdades socioespaciales y los conflictos urbanos en América Latina, destacando cómo las mujeres transforman las periferias en espacios de disputa y creación colectiva de poder popular. A partir de estas experiencias, se reflexiona sobre el potencial de los feminismos populares para construir nuevos horizontes políticos y urbanos, ampliando los límites de las luchas sociales y especialmente urbanas, en el continente.

E2_09_Territórios, entre escalas e temporalidades

COORDENADORES:
Pedro Beresin Schleder Ferreira. Escola da Cidade
Regina Célia Gonçalves Morão. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

RESUMO: Entende-se que os processos de construção, transformação e ressignificação dos territórios urbanos e rurais articulam diferentes escalas espaciais e múltiplas temporalidades históricas. Partindo de objetos de pesquisa distintos, com diversos arranjos geográfico-temporais, propõe-se a análise de processos de desterritorialização e reterritorialização, de práticas socias e ações políticas, que engendram especificidades territoriais. Em consonância com o eixo “”Núcleos e cidades, modos de vida e práticas sociais””, a proposta deste simpósio é analisar como os modos de vida, as práticas cotidianas e as dinâmicas sociais moldam e são moldados pelos espaços habitados. Propõe-se dar destaque a relação entre fontes documentais e abordagens teóricas, colocando em diálogo as análises de pequenos assentamentos, de bairros, de conjuntos habitacionais ou de cidades. De ponto de vista metológico, pretende-se, por fim, reunir trabalhos que relacionem as dimensões materiais e os significados simbólicos dos espaços, evidenciando suas dimensões históricas plurais.

COMUNICAÇÃO 01: Temporalidades cruzadas em Fortaleza/CE. Considerações sobre o urbanismo no tempo presente.

AUTORES: José Almir Farias. Universidade Federal do Ceará

Este artigo discute o regime presentista na história do urbanismo, relacionado a fenômenos como a aceleração do tempo, a cultura da instantaneidade e descontinuidade histórica. Com base no estudo de caso da cidade de Fortaleza/CE, o trabalho questiona as narrativas de progressão linear das estratégias de organização do espaço urbano, enfatizando sua progressiva sujeição ao imediatismo do presente. Admite-se a hipótese de que a prática urbanística está subordinada aos influxos de três imperativos temporais (econômico, tecnológico e ecológico), que criam tensões estruturais sobre a governança urbana e seu projeto de futuro. A metodologia se sustenta em uma abordagem interdisciplinar (Hartog, 2013; Virilio, 2014; Han, 2016; Rosa, 2022) na análise da memória recente e de arquivos documentais locais. Os resultados apontam: (1) A temporalidade econômica, influenciada pela hegemonia do planejamento neoliberal estratégico, se deve à primazia da lógica de mercado pautada em retornos financeiros imediatos, sobre os tradicionais ciclos de gestão político-administrativa. Como consequência, há conflitos com os ritmos da regulação urbana e do planejamento e execução de infraestruturas. (2) A temporalidade tecnológica se fixa porque a cidade é lugar protagonista da inovação digital, revirando as dinâmicas de interação entre os cidadãos e entre sociedade e governo. Transformam-se os modos de coletar, armazenar e disseminar informações e dados; no entanto, a volatilidade e fragmentação dos registros, além dos excluídos do acesso digital, impactam o tempo do processo participativo, levantando dúvidas sobre o ideário democrático e a construção de identidades estáveis. (3) A temporalidade ecológica procede dos ritmos da natureza no ambiente urbano. Apesar de os avanços do conhecimento científico sobre os ciclos de vida dos ecossistemas urbanos serem gradualmente recon-

hecidos e incorporados em planos e projetos urbanísticos, seus efeitos são limitados pela lógica imediatista predominante nos regimes econômico e tecnológico. Como consequência, os riscos ambientais e climáticos se intensificam nas cidades.

COMUNICAÇÃO 02: Território em (Re)Construção: Desterritorialização e Reterritorialização no Conjunto Habitacional João Domingos Netto em Presidente Prudente-Sp

AUTORES: João Pedro Pereira. Presidente Prudente-SP, Unesp- Faculdade de Ciências e Tecnologias, Brasil
Hélio Hirao. Presidente Prudente-SP, Unesp- Faculdade de Ciências e Tecnologias, Brasil
Thamine Almeida Ayoub Ayoub. Presidente Prudente-SP, Unesp- Faculdade de Ciências e Tecnologias, Brasil

Os conjuntos habitacionais brasileiros são territórios em constante (re)construção, atravessados por contextos históricos, sociais, culturais e econômicos dinâmicos. Essas circunstâncias geram apropriações e transformações que reconfiguram o território por meio das práticas cotidianas de seus moradores. Neste trabalho, compreendemos o conceito de território a partir de Deleuze e Guattari, que o definem em um sentido amplo, como um ambiente constituído por padrões de interação que asseguram estabilidade e localização a um grupo ou coletivo. O território, nesse sentido, é um agenciamento, um espaço de apropriação e subjetivação, que pode ser desterritorializado e reterritorializado de acordo com as práticas sociais, culturais e espaciais que nele ocorrem. A lógica de produção dos conjuntos habitacionais no Brasil seguiu modelos excludentes do urbanismo neoliberal, frequentemente resultando em espaços precarizados e segregados. No entanto, os moradores, por meio de práticas corporais cotidianas, desterritorializam e reterritorializam esses territórios, subvertendo a lógica de homogeneização imposta. Essas ações podem ser interpretadas como "revoluções moleculares" (Guattari), que emergem de pulsões micropolíticas de desejo e resistência, tanto em instâncias individuais quanto coletivas. O uso do espaço público e a criação de dinâmicas comunitárias tornam-se formas de enfrentamento às estratégias do mercado imobiliário, que tendem à precarização dos espaços urbanos e à fragmentação da vida coletiva. Para analisar esses processos, este estudo adota como estudo de caso o Conjunto Habitacional João Domingos Netto, em Presidente Prudente – SP, produzido pelo Programa Minha Casa Minha Vida e composto por 2.343 unidades habitacionais. O conjunto é marcado pela segregação socioespacial e pela precarização dos espaços públicos, seguindo a lógica do mercado imobiliário. A partir da observação das práticas corporais e urbanas de apropriação, busca-se reconhecer como essas ações cotidianas configuram formas de resistência à atual forma de produção do espaço urbano, ressignificando os espaços habitacionais e promovendo a construção de novas territorialidades.

COMUNICAÇÃO 03: Os livros de emplacamento e as baixadas da Capote Valente
AUTORES: Elisa Zocca Carneiro. FAU-USP

Os livros de emplacamento são registros que mostram as mudanças nas numerações das edificações ao longo dos anos, e apresentam uma série de símbolos, marcações e letras que nos fornecem indícios, a partir de Carlo Ginzburg, da forma como as construções se organizam nas quadras durante a primeira metade do século XX, na cidade de São Paulo. Estas pistas são marcas dos campos de forças presentes na materialidade da cidade, dos diversos agentes e das ações que estes colocam no território para conseguir seus objetivos, seguindo o que descreve Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. As marcações nos livros de emplacamento nos conduzem à compreensão de quais práticas sociais estão operando para o registro das edificações, e de como é construído o território. Através do cruzamento destes livros com outras fontes como jornais de época, atas da Câmara Municipal, mapas históricos e pedidos de aprovação de construções com projetos arquitetônicos, objetiva-se nesta comunicação revelar o cotidiano de uma rua do loteamento Villa Cerqueira César, a Capote Valente, hoje parte do bairro de Pinheiros. Esta rua, retilínea, faz parte de uma malha quadriculada implantada em um terreno acidentado. A existência de desníveis e mudanças na topografia colocam experiências específicas àqueles que ali vivem, exigindo adaptações materiais para a ocupação destas quadras. A baixada da Capote Valente — assim como toda a rua — é ocupada por pessoas em situação de vulnerabilidade, mas também por setores médios, pluralidade que buscamos enfatizar ao longo desta comunicação. Objetivamos, portanto, ver a cidade a partir da permeabilidade entre áreas livres e construídas, onde as materialidades são agentes ativos das relações produzidas nos espaços assim como as pessoas que ali vivem, como indica Bruno Latour.

COMUNICAÇÃO 04: Reescrevendo a história de Porto Velho, a partir do bairro Arigolândia, identidades de raça transformadoras na formação da cidade e protagonismos subalternos
AUTORES: Regina Célia Gonçalves Morão. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Anie Caroline Afonso Figueira. UnB

A história do surgimento do estado de Rondônia e sua capital, Porto Velho, é permeada por conflitos de interesse, ciclos econômicos e exploratórios e correntes migratórias. Dentre estes ciclos, a exploração da borracha na Amazônia foi um dos mais marcantes para a formação da cidade, exigindo um grande contingente de trabalhadores, resultando na migração massiva de retirantes nordestinos, os "arigós", para trabalhar como soldados da borracha nos seringais da região, em virtude da Segunda Guerra Mundial. É nesse contexto que nasce o bairro Arigolândia, em meados de 1940, a partir dos grandes barracões construídos para abrigar, confinar e treinar os jovens, até que fossem escolhidos por algum seringalista. Estima-se que 55 mil nordestinos tenham desembarcado na capital buscando o "ouro branco" impulsionados por promessas de auxílios às famílias que permaneceram no nordeste. No entanto, essa busca cobrou um preço alto, seja pelo desconhecimento dos perigos da região, como doenças endêmicas, hostilidade do ambiente, mas também pela submissão a regimes de trabalho extenuantes. Muitos não resistiram, outros, cerca de 12 mil, retornaram para casa, enquanto os sobreviventes permaneceram, formando o bairro e contribuindo para a expansão da cidade. Apesar

da importância desse povo na construção e desenvolvimento da cidade, na sua formação territorial e cultural, a memória que ainda existe é fruto de um processo de resistência. Este trabalho busca evidenciar o protagonismo dos arigós nesse processo, com base em revisão bibliográfica e documental, partindo da premissa benjaminiana de escovar a história a contrapelo, lançando luz ao protagonismo dos arigós no fazer cotidiano da cidade, que moldou a identidade beradeira, ou aqueles que vivem na beira do Rio. A identidade beradeira, fruto da fusão entre saberes cearenses e o território amazônico, se mantém viva, ainda que ameaçada, em um processo diretamente ligado aos debates sobre classe, raça e colonialismo.

COMUNICAÇÃO 05: Evaldo Cruz (Açude Novo), apenas um Patrimônio Moderno?

AUTORES: Gersonilson Honorato da Silva Júnior. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, Paraíba, Brasil.

O presente trabalho visa discutir o Parque Evaldo Cruz (Açude Novo) enquanto um patrimônio cultural moderno da cidade de Campina Grande na Paraíba. Objetivando analisar as memórias as quais este patrimônio moderno representa, e a quem elas remetem. Discute-se a escolha do Parque enquanto patrimônio para representar a modernidade campinense e os processos de esquecimentos, lutas e construções de memórias e identidades que permearam essa história. Para tanto, apresenta-se uma breve discussão sobre o conceito de patrimônio cultural e cidade, bem como as memórias que permeiam estes. Entendo o patrimônio como um fenômeno social e cultural dinâmico, e não como algo fixo ou estático. Entrelaçando os conceitos, trabalha-se a ideia de um lugar de memória de pessoas, contextos e vivências distintas em torno de um mesmo lugar, o Açude Novo. Desta forma, para compreensão destes conflitos, divide-se o trabalho em dois momentos históricos; as vivências na época do Açude (1830 a 1976), analisando os casos da Rua São Joaquim e os Coqueiros de Zé Rodrigues; e após a sua drenagem e construção do Parque Evaldo Cruz (pós 1976). Metodologicamente, foi elaborado um estudo da arte, uma abordagem da pesquisa histórica documental acerca do objeto pesquisado, tendo como fontes fotos da época preservadas no site Retalhos Históricos de Campina Grande, dissertações, estudos e entrevistas com antigos moradores da região.

COMUNICAÇÃO 06: A Arquitetura Funerária do Cemitério do Alecrim Como Fonte Documental das Dinâmicas Socioculturais Potiguares do Século XX

AUTORES: Cleanto Felipe Oliveira Silva. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Os espaços de sepultamento, além de sua função primária de inumação, desempenham um papel central na configuração das cidades, influenciando sua organização espacial e atuando como elementos reguladores do crescimento urbano. Esses locais adquiriram uma dimensão simbólica, refletindo as transformações nos rituais funerários e as relações da cidade dos vivos com a necrópole com o passar dos anos, consolidando-se como referência cultural e patrimonial. Conforme aponta Elisiana Trilha Castro (2008, p. 82), “”””O cemitério é, por si, o lugar da luta pelo não esquecimento [...] um lugar da rememoração. É o local de sepultamentos, mas também pode ser fonte de informações ou referências para o estudo da história e da cultura.””””” Nesse contexto, a arquitetura cemiterial emerge como um

meio de preservação da identidade individual e coletiva, expressa através de monumentos artísticos e simbólicos que carregam valores históricos e culturais essenciais para a construção e fortalecimento da memória social.

O Cemitério do Alecrim, inaugurado em 1856 como o primeiro cemitério público do Rio Grande do Norte, e tombado municipalmente em 2011, insere-se nesse cenário como um espaço privilegiado para a compreensão das transformações socioculturais e urbanas da cidade de Natal. A análise da ocupação urbana do cemitério, dos diferentes períodos de construção dos túmulos e das tipologias e elementos arquitetônicos que os constituem permite compreender como o espaço funerário reflete não apenas os valores estéticos de cada época, mas também as relações de poder, a estratificação social e os impactos dos acontecimentos históricos da cidade no ambiente cemiterial. Dessa forma, ao observar atentamente o Cemitério do Alecrim, é possível compreender a cidade de Natal, que encontra nesse espaço um registro material de sua trajetória, refletindo suas transformações, dinâmicas e construção identitária ao longo do tempo.

Caderno de Resumos dos Simpósios e Comunicações

EIXO 3

Mundos urbanos e circulação de saberes

Mundos urbanos y circulación de conocimientos

E3_01_Estratégias profissionais e expertise transnacional: arquitetura, urbanismo e paisagem (1880-1960)

COORDENADORES:
Fernando Atique. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Angelo Bertoni. École Nationale Supérieure d'Architecture de Strasbourg, França

PALAVRAS-CHAVE: Carreiras Profissionais; Expertise Urbana; Urbanismo; Planejamento; Transnacionalidade

RESUMO: O processo de formação do campo prático e disciplinar do urbanismo, iniciado na virada do século XIX para o XX, se consolida no contexto de um debate intelectual multifacetado e de trocas de experiências internacionais nos quais os congressos internacionais, os periódicos especializados e os primeiros concursos de urbanismo irão cumprir um papel relevante em diferentes contextos culturais, sejam europeus, como França, Bélgica, Alemanha, Reino Unido, quanto americanos, como Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Brasil e outros países da América Latina. Nesses múltiplos contextos, destaca-se uma nova figura nas dinâmicas urbanas: o especialista. Ele geralmente era um arquiteto formado na Europa e/ou nas Américas, membro de associações internacionais e um profissional atento aos espaços sociais e profissionais para consolidar-se como bem conhecido. Esse ator estava envolvido em várias redes profissionais, tanto nacionais quanto internacionais: ele baseava sua prática na definição e adoção de ferramentas de planejamento urbano, em especial o plano e distintas linguagens para reunir interesse em torno de seus projetos. Na condição de especialista, era chamado por governos locais ou participava de competições internacionais para prospectar, propor ou mesmo arbitrar polêmicas em torno de planos para cidades. Ao mesmo tempo, a circulação de ideias e o incentivo a debates sobre a prática e o campo profissional em consolidação foram garantidos não apenas pelas revistas técnicas que foram criadas entre 1910 e 1930, mas também por uma literatura cada vez mais rica dedicada ao planejamento urbano. Os especialistas participaram ativamente da circulação de conhecimento e experiência em planejamento urbano, que eles enriqueceram com suas experiências pessoais e trocas com colegas, muitas vezes de países estrangeiros. Nos anos 1980, a produção histórica passou a se dedicar a uma trilha investigativa com potencial promissor: o estudo das trajetórias profissionais. Numerosos trabalhos utilizaram a mobilidade como resultado do jogo da circulação e das conexões transnacionais, de profissionais e de ideias, para identificar personagens e seus projetos, e questionar as dinâmicas relacionadas às políticas públicas e aos mercados profissionais. Tomando como ponto de partida o entendimento sobre a importância de tais perspectivas para os estudos urbanos, o objetivo da sessão será tensionar o papel de trajetórias, ainda que consideradas transnacionalmente, e superar uma leitura dos percursos profissionais como trajetórias, a fim de explorar a noção de estratégia, vista como uma construção consciente e articulada para a afirmação profissional (mas também como sobrevivência) de arquitetos, urbanistas e arquitetos paisagistas. Essa leitura nos permitirá contextualizar a escolha do planejamento urbano feita por alguns profissionais, que, às vezes, podemos ler como uma aposta (não sem risco), mas como também uma dimensão de projeto de carreira. Isso permitirá que os aspectos culturais, sociais e econômicos locais e/ou nacionais sejam levados em con-

sideração, situando as reflexões na abordagem da história cultural e da história intelectual. A sessão tem como objetivo reunir trabalhos sobre estratégias individuais e de pequenos grupos de profissionais urbanos, realizados a partir de uma perspectiva transnacional, e que permitam verificar os meandros de criação de planos urbanos e projetos de carreiras dentro do campo disciplinar do Urbanismo.

COMUNICAÇÃO 01: Genealogia da Cultura Técnica na Gestão de Obras Públicas em Pernambuco: Atores e Práticas entre 1817 e 1843

AUTORES: Carolaynne Stephanie Aragão Felix da Silva
Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil
Maria Luiza Macedo Xavier de Freitas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

Esta comunicação tem como objeto central a organização e a gestão das obras públicas em Pernambuco entre a segunda e a quarta década do século XIX, abrangendo um período de fim do domínio colonial por parte de Portugal e o início do Período Imperial (1817-1843), com foco na cultura técnica empregada e suas implicações sociais e políticas. Trata-se de um dos objetivos da pesquisa intitulada Os edifícios do eixo de conexão de Recife, PE: as transformações na cultura material e técnica ao longo de três séculos. A cultura técnica é entendida como um pentágono composto pelos profissionais que trabalham no campo do espaço construído e urbano e é composto por: cliente / poder público, construtor, engenheiro civil, arquiteto e trabalhadores da construção. A pesquisa, de abordagem interdisciplinar, utiliza métodos de análise documental e histórica, com base nos ofícios do Catálogo Analítico da Série Obras Públicas do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Os resultados mostram que, até 1830, a gestão das obras era dominada por engenheiros militares, com limitações técnicas devido à escassez de mão de obra qualificada e materiais locais. A partir da década de 1830, observa-se a introdução de engenheiros civis estrangeiros, como Louis-Léger Vauthier, que trouxeram inovações técnicas e mudanças na organização urbana do Recife. A pesquisa também evidencia o uso de mão de obra prisional e a dependência de recursos externos, refletindo as dinâmicas de poder e controle social da época. Esta análise contribui para a compreensão das intersecções entre gestão pública, saberes técnico-urbanísticos e práticas sociais, destacando como as escolhas administrativas e as condições sociais moldaram a infraestrutura urbana e as relações de poder em Pernambuco. Além disso, oferece insights sobre os processos de modernização e a evolução da cultura técnica na gestão das cidades ibero-americanas.

COMUNICAÇÃO 02: Ornamento e Infraestrutura Urbana na Inglaterra Vitoriana: uma análise dos projetos de saneamento urbano e iluminação pública através do Engineering journal (1860-1880)

AUTORES: Carolina Bortolotti de Oliveira. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

A partir de uma minuciosa pesquisa realizada no periódico semanal ENGINEERING: an Weekly Illustrated Journal, a discussão sobre a ornamentação e a estética arquitetônica estiveram presentes em vários editoriais e nos grandes projetos de infraestrutura urbana.

Seu fundador e editor - Zerah Colburn - teve uma formação prática e autodidata como engenheiro-jornalista nos Estados Unidos, mas consolidou sua trajetória profissional em Londres, onde ele se tornou membro da Institution of Civil Engineers e da Society of Engineers, além de ter alcançado uma posição proeminente na revista The Engineer, como editor-chefe, entre 1858 e 1864.
Em 1866, ao lançar seu próprio periódico (dentro de um formato mais jornalístico), Colburn adotou uma linguagem dinâmica e objetiva, com a finalidade de apresentar um conteúdo ricamente ilustrado, dando ênfase às inovações industriais e tecnológicas da época, e também aos projetos de engenharia e arquitetura.
Em meio à diversidade de temas apresentados pela Engineering, nota-se tanto o aspecto monumental como o gosto decorativo em dezenas de estruturas em ferro e aço, como pontes, viadutos, estações ferroviárias, obras portuárias e de saneamento urbano.
Neste contexto, este artigo pretende analisar um aspecto ainda pouco debatido pela historiografia: o que teria impulsionado os projetos ricamente ornamentados nos maquinários e nas edificações dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto, nas décadas de 1860-1870?
Com a ausência de uma tipologia construtiva pré-definida para a concepção dessas obras, arquitetos e engenheiros atuavam em conjunto na elaboração de estações de bombeamento e reservatórios de água, além de outros equipamentos urbanos, como gasômetros, estações ferroviárias e pontes construídas com apuro estético e estrutural.
Dentre as discussões do periódico, destacam-se também os temas sobre higiene urbana e melhorias sanitárias, incluindo as medidas legislativas adotadas com o objetivo de garantir o fornecimento de água e da iluminação pública, sobretudo na capital inglesa.

COMUNICAÇÃO 03: Saberes botânicos e hortícolas na produção de novos espaços urbanos na Europa e na América Latina: agentes, promotores e circulações (1853-1892)

AUTORES: Lucas Martinez Knabben. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Fernando Atique
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Angelo Bertoni
École Nationale Supérieure d'Architecture de Strasbourg, França

A relação Natureza - Meio Urbano é antiga e mediada de maneiras variadas, até que no século XIX, emerge uma grande diferença operativa e conceitual: a procura por parques urbanos e por arborização urbana, que se tornam elementos transformadores de uma almejada reforma urbana. Esta nova forma de produzir cidade articula-se aos conceitos de salubridade e deleite estético, e passam a ser demandados internacionalmente. Nesta empreitada, botânicos e horticultores são guindados a uma posição de experts da produção urbana também, e passam a ser demandados em uma escala crescente. Neste sentido, este trabalho se debruça sobre um fluxo intercontinental manifestado entre Joaquim Eugênio de Lima, promotor urbano da cidade de São Paulo, e o horticultor francês Paul Villon, que a partir da promoção da Avenida Paulista e da realização do Parque Villon, se aliançam e divulgam um novo espaço citadino. O artigo mostra que este intercâmbio de saberes entre, manifestado em São Paulo, tem como fortuna crítica também outro fluxo entre a França e a América Latina, visto por meio da

ação dos botânicos Édouard André, na Argentina e no Uruguai, e Auguste François-Marie Glaziou, no Brasil, que se articulam, também com Lima e Villon, mostrando fluxos, temporalidades, alianças e referências que até hoje foram pouco explorados.

COMUNICAÇÃO 04: Os projetos de Barry Parker para a Cidade de São Paulo e a difusão da ideia de bairro-jardim

AUTORES: Carlos Roberto Monteiro de Andrade. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – Brasil

Entre fevereiro de 1917 e janeiro de 1919, o arquiteto Richard Barry Parker (1867-1947), filiado à tradição do movimento Arts and Crafts na Inglaterra e profissional de destaque do movimento internacional pela cidade jardim, elaborou diversos projetos para a Cidade de São Paulo quando aí esteve a serviço da City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited, conhecida como Companhia City. Esta empresa de melhoramentos urbanos e imobiliária, de capital inglês, havia sido criada em Londres em 1911. Nesse mesmo ano a City adquiriu vastas glebas de terrenos em áreas ainda desocupadas da capital paulista, totalizando quase um terço da superfície então urbanizada.
De modo pioneiro essa empresa aplicou em São Paulo um modelo de loteamento residencial que mal começava a ser realizado em cidades europeias e dos EUA, tendo contratado o escritório de Parker & Unwin para elaboração do projeto urbanístico do Jardim América, o primeiro bairro-jardim construído pela City. Através dos projetos de Parker a City definiu um padrão arquitetônico, urbanístico e paisagístico para seus empreendimentos imobiliários que foi assimilado nos traçados de outros bairros paulistanos.
Em nossa comunicação discutiremos as especificidades da transferência dessa concepção urbanística formulada na Inglaterra, no seio do movimento pela cidade jardim, para uma cidade sul-americana que iniciava seu processo de metropolização, Destacaremos as realizações e formulações teóricas de Raymond Unwin, ao lado da atuação de Parker junto à City, na configuração da paisagem residencial paulistana, com a difusão do tipo bairro-jardim. Com as propostas de Parker para São Paulo, que incluem, além de planos de loteamentos residenciais, projetos de casas, o paisagismo do Parque Paulista (atual Parque Trianon), e ainda o desenho original de um park ring para a cidade, realiza-se a incorporação da ideia de bairro-jardim nos trópicos. As formas e implicações da assimilação dessa concepção pela cultura urbanística no Brasil também serão objeto de nossa comunicação.

COMUNICAÇÃO 05: Rediscutindo a circulação de ideias: problematizações a partir da cidade linear

AUTORES: Leonardo Faggion Novo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Há, pelo menos, duas décadas, é possível identificar um aumento expressivo de trabalhos dedicados à dimensão internacional das práticas urbanísticas. Entre estudos de caso, análises de trajetórias individuais e redes profissionais, esses trabalhos buscam relacionar dinâmicas internacionais e contextos locais frequentemente apoiados na noção de circulação de ideias. Ainda que possamos reconhecer essa tendência como uma resposta a jargões como cópia ou influência, pergunta-se: teria a noção de

circulação de ideias se tornado um senso comum? O que pretendemos enfatizar ou indicar com essa imagem? A partir dessas inquietações, a presente comunicação elege a ideia de cidade linear como ponto de partida para situar esse modelo explicativo entre limites e potencialidades. Desde o final do século XIX, com as publicações e projetos do espanhol Arturo Soria y Mata, até os dias atuais, com a celebração de megaprojetos como o The Line – anunciado como uma "cidade inteligente" em construção desde 2022 na província de Tabuk, Arábia Saudita –, nota-se a prevalência de um imaginário alimentado por diferentes interpretações dessa estratégia de dispersão urbana. Apesar de serem muitas as mobilizações desse repositório de significados, intenções e projeções sintetizado pela expressão cidade linear, a presente comunicação analisa especificamente a proposta do peruano Santiago Basurco apresentada como tese na primeira edição dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, sediado em Montevidéu no ano de 1920. Sua solução para os problemas identificados nas cidades sul-americanas de então baseava-se em um jogo de aproximações e distâncias entre a América Latina e a Europa, bem como em uma concepção específica das relações entre o urbano e o rural. Espera-se, com isso, argumentar sobre a centralidade da política nas reelaborações dos significados atribuídos e projetados sobre a cidade linear em diferentes geopolíticas e recolocar o problema da circulação de ideias a partir de sua desnaturalização.

COMUNICAÇÃO 06: Poderes mundiais locais: estratégias da difusão técnica na consolidação internacional de um urbanismo nos anos 1920

AUTORES: Josianne Francia Cerasoli. Departamento de História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Esta pesquisa focaliza um momento crucial da internacionalização dos campos do conhecimento, quando distintas especialidades buscam estratégias de consolidação, seja por meio de referenciais teóricos seja pela análise de aspectos práticos. Por distintos caminhos, a cidade é convertida neste contexto em uma questão, que demanda crescentemente olhares especializados, profissionais. A gestão da vida urbana se torna, ao mesmo tempo, mais complexa e estratégica para as relações políticas e econômicas que sustentam a expansão das dinâmicas capitalistas, colocando-se no centro de numerosas iniciativas e disputas. Em 1913, a proposta de organizar o campo de saberes e de práticas em torno da gestão das cidades passa a ocupar sistematicamente a pauta dos profissionais da cidade, em diferentes especialidades, a partir de um congresso internacional ocorrido na Bélgica. A iniciativa materializada na publicação periódica de um painel de atualização temática e bibliográfica visava reunir, organizar e difundir informações sobre obras provenientes de diferentes experiências e nacionalidades, capazes de apoiar o enfrentamento da questão urbana em bases científicas. A publicação "Tablettes Documentaires Municipales", lançada em 1921 e enviada aos municípios membros de "l'Union Internationale des Villes", sistematizaram e difundiram durante uma década dados bibliográficos selecionados por comitês nacionais de especialistas, membros da organização, classificando obras e artigos relacionados à vida municipal. Pela análise sistemática das breves notas de leitura publicadas nessa série de documentos, busca-se a um só tempo discutir criticamente a ideia de circulação de ideias e problematizar as estratégias progressivamente especializadas de fortalecimento do campo do urbanismo. Para isso, são problematizados: os diferentes temas de interesse municipal difundidos (urbanização; habitação; água e esgoto, limpeza; iluminação, aquecimento e energia; transporte; higiene pública e

previdência; administração e finanças), os distintos países tomados como exemplos, a rede de correspondentes mobilizada, as diferentes publicações divulgadas e a integração com sistemas internacionais de classificação bibliográfica nascentes.

COMUNICAÇÃO 07: Prestes Maia nos Estados Unidos da América: Homens e ideias em redes transnacionais

AUTORES: Kauê Felipe Paiva. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil.

O planejamento regional desenvolvido pelo engenheiro Francisco Prestes Maia (1896-1965), ainda pouco analisado pela historiografia sob uma perspectiva regional e transnacional, articulou a produção do território por meio de uma complexa rede de interesses econômicos. Seu ponto de partida foi o Plano de Avenidas (1930), que o inseriu em círculos influentes do grande capital, alinhados às transformações urbanas e territoriais de São Paulo.

Em 1946, já como ex-prefeito de São Paulo, Prestes Maia viajou aos Estados Unidos, onde teve contato direto com referências que acompanhava por livros e revistas. Partiu com foco em temas específicos: planejamento regional e transporte metropolitano, modernização ferroviária, rodoviária e portuária, políticas habitacionais e, em segundo plano, mas não menos relevante, os negócios.

Nos Estados Unidos, Maia estabeleceu contato direto com profissionais e instituições cujas experiências e modelos urbanísticos estavam alinhados aos interesses dos empresários paulistas em transformar São Paulo no principal polo industrial da América do Sul. Sua viagem permitiu a troca de conhecimentos sobre integração territorial e conexões multimodais com outros estados e países sul-americanos. Esse intercâmbio foi uma via de mão dupla, na qual os norte-americanos também viam o Brasil e a América Latina como espaços estratégicos para a aplicação e experimentação de seus princípios de urbanismo e planejamento regional.

Seu caderno de croquis e anotações foi nossa fonte primária para esta comunicação. Ao retornar, Maia concebeu seu primeiro plano explicitamente "regional", o Plano Regional de Santos, que refletia preocupações com a modernização portuária e a industrialização da Baixada Santista. A descoberta de petróleo na Bahia e sua distribuição em São Paulo, associada à infraestrutura da Cia. Light em Cubatão, já estavam entre suas inquietações. A consolidação do Guarujá e Bertioga como destinos turísticos e a criação do Polo Industrial e Petroquímico de Cubatão evidenciam a dimensão desse processo, que pretendemos discutir nesta comunicação.

COMUNICAÇÃO 08: Os Profissionais da Modernização de Fortaleza (1930-1960): A Produção da Arquitetura nos 'Almanaques do Ceará'

AUTORES: Tiago Farias Lopes. Instituto de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará; Brasil
Clovis Ramiro Jucá Neto. Instituto de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará; Brasil

Entre 1930 e 1960, Fortaleza passou por um intenso processo de modernização arquitetônica. Nesse contexto, agentes conformadores do espaço como, mestres, práticos, engenheiros e arquitetos desempenharam um papel central, introduzindo novas linguagens arquitetônicas de caráter modernizante e pragmático: art déco, neocolonial e estilo missões. Todas fortemente influenciadas pela cultura estadunidense. Dentre eles, Clovis Janja, Mainha e Waldyr Diogo, importantes vetores de circulação destas referências projetuais estrangeiras. Tais referências foram reinterpretadas e adaptadas à realidade local, resultando em expressões arquitetônicas próprias. Embora mantivessem raízes na composição academicista, essas novas arquiteturas incorporavam intenções racionalistas alinhadas à industrialização, buscando atender ao imaginário de modernidade presente no espírito do tempo. Além disso, adaptavam-se às exigências de sua clientela e às novas técnicas construtivas, como o concreto armado. A partir de 1932, a prefeitura de Fortaleza passou a exigir a atuação de profissionais diplomados em projetos e execução de edifícios, estimulando a inserção de engenheiros e arquitetos de outros estados e países. Neste período, os profissionais não diplomados, como mestres e práticos. ainda disputavam espaço no mercado de obras e projetos com aqueles diplomados. Entretanto, a historiografia da arquitetura pouco se debruçou sobre a caracterização desses profissionais, sobretudo os não diplomados, tornando relevante a identificação de suas origens, formação e produção. Os Almanaques do Estado do Ceará (1895-1962) tiveram papel fundamental na difusão do trabalho desses profissionais. Este estudo busca pensar a atuação destes indivíduos a partir dos anúncios e artigos sobre suas obras, presentes nos Almanaques. Adota-se a perspectiva da transculturação (Gutierrez, 1989) e o conceito de Modernidade Pragmática (Segawa, 1997). Como metodologia, serão analisados os almanaques publicados entre 1932 e 1960, período da chegada dos arquitetos modernistas à Fortaleza, além de fontes secundárias sobre a cidade e fotografias de época. Espera-se assim, ampliar o conhecimento sobre esses profissionais e suas arquiteturas na cidade.

COMUNICAÇÃO 09: Josep Lluís Sert entre Europa, Estados Unidos e América Latina: deslocamentos intelectuais entre a cidade funcional, a escala humana e a unidade de vizinhança e a conformação do Desenho Urbano

AUTORES: Dinalva Derenzo Roldan. IFCH - UNICAMP, Centro Universitário SENAC e UNIP, Brasil

A trajetória profissional do catalão Josep Lluís Sert (1902-1983) é marcada por seu deslocamento intercontinental entre Europa e Estados Unidos, e ainda acrescentamos, a América Latina. Assim que migrou aos EUA (1939) e se inseriu neste novo meio social criou a Town Planning Associates (TPA) realizando inúmeras viagens à América Latina. O TPA, com sede em Nova York, atuou entre 1941 e 1958 nos países da América Latina predominantemente com planos e projetos urbanos: inicialmente no Brasil depois nas cidades peruanas; na Colômbia, na Venezuela e em Cuba.

Através da perspectiva da história transnacional, este trabalho avalia a trajetória profissional de Sert analisando os deslocamentos conceituais que se relacionam com sua inserção em novos meios urbanos e intelectuais. Por meio dos textos Can our cities survives? (1942); The human scale in city planning (1944); Can patios make cities? (1953) nota-se a síntese de um raciocínio projetual que havia sido desenvolvido nos projetos do TPA nas cidades latino-americanas e os deslocamentos intelectuais: a perspectiva da cidade funcional é atenuada dando ênfase à escala humana e alçada à primeiro plano a ideia de unidade de vizinhança como articuladora das escalas urbanas e organizadora da estrutura social. Assim, mais do que olhar para a América Latina como um laboratório para as ideias de um estrangeiro, pretende-se aqui olhar para as negociações operadas como este novo terreno social produzindo deslizamentos e inflexões de suas concepções iniciais. Inflexões que estariam atuantes na estrutura dos CIAM do pós-guerra e na formulação da disciplina Desenho Urbano, que se tornaria central atuação de Sert como professor na Graduate School of Design na Universidade de Harvard a partir de 1953.

COMUNICAÇÃO 10: Um homem de influência: a articulação da rede do Bouwcentrum na América Latina através de Jan van Ettinger

AUTORES: Juliana, Silva Ramos. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo, Brasil

Seguindo a elaboração proposta em trabalhos anteriores sobre o Bouwcentrum – instituição de pesquisa, desenvolvimento e difusão de conhecimento técnico-científico construtivo surgida para a Reconstrução Holandesa (Ramos, 2019) –, na oportunidade, nos debruçamos sobre a proeminente figura de Jan van Ettinger (1902-1981) – o "chefe do Bouwcentrum" (Sittig, 1982): fundador, longevo diretor (1945-1972), mas sobretudo, idealizador e relações públicas da articulação do projeto global da instituição pós-1945. Em verdadeiras viagens de convencimento, Ettinger fez as vezes do "construtor de redes" (Ramos, 2024), componente que, junto ao "modelo de pesquisa e desenvolvimento" (Ibid.) e seu "sistema de difusão", estruturam o tripé creditado pela a exitosa articulação da rede do Bouwcentrum na América Latina. Ainda que preponderantemente não aludida, o ativo trabalho de Ettinger (e a operação latinoamericana do Bouwcentrum) alça reconhecimento oficial e disciplinar, garantindo-lhe a abertura de espaços de projeção e negociação – dos quais soube tirar proveito, empreendendo uma condução singular entre instâncias potenciais de ativação do intercâmbio proposto pela entidade. Destarte, inobstante o prestígio angariado, sua atividade parece constituir caso exemplar de "atores agregados" (Stanek, 2012), i.e. agentes que, diversamente de "experts individuais" (Ibid.), cujos trabalhos supostamente excepcionais tendem a obter reconhecimento historiográfico, possuem trajetórias menos conhecidas e circunscritas à atuações institucionais: técnicos de repartições estatais, agências de órgãos intergovernamentais, unidades de pesquisa e difusão, prestadores de serviços da iniciativa privada, etc. Assim, longe de apreendida enquanto caso isolado, a trajetória do holandês é tomada como exemplar em uma época que o extensivo trabalho de ativação de redes de circulação de expertise conformava lastro seminal de desenvolvimento disciplinar. Levando-se em conta tal inserção social e profissional, na presente proposta exploramos a rede latinoamericana de expertise

do Bouwcentrum via Ettinger, instrumentalizando livremente, entre outros, conceitos do Actor-Network-Theory – paradigmático na discussão de dinâmicas de processamento e movimento do conhecimento e de seus agentes.

COMUNICAÇÃO 11: A contribuição de Daisy Ruth Igel na formação dos campos da Arquitetura, do Paisagismo e do Design no Brasil nos anos 1950 e 1960

AUTORES: Natália Maria Gaspar. Arquiteta Urbanista. Doutoranda em História na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Graduada no Institute of Design, do Illinois Institute of Technology, em 1951, nos EUA, Daisy Ruth Igel teve aulas com proeminentes nomes da cena estadunidense de arquitetura e design do pós-segunda guerra, com quem manteve contato por toda a vida. Testemunha privilegiada dos debates empreendidos pela vanguarda do design e da arquitetura no fim dos anos 1940 e durante os anos 1950, que emigrou da Europa para os EUA entre os anos 1920 e 1930, Daisy Igel desempenhou importante contribuição para a formação dos campos da Arquitetura, do Paisagismo e do Design no Brasil nos anos 1950 e 1960 na medida em que foi a conexão entre diversas daquelas ideias que aqui circularam e reverberaram em escolas e em entidades de categoria profissional. Entre 1954 e 1957 foi docente de paisagismo na FAUUSP, tendo formado a geração de arquitetos e arquitetas que empreenderam a consolidação do ofício da arquitetura paisagística em São Paulo. Entre os arquitetos filiados ao Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil foi a conexão entre o Sweet´s Catalog e a publicação do Catalog Brasileiro da Construção, importante ferramenta na modernização do ofício do arquiteto no Brasil. Em 1962 integrou o júri do primeiro prêmio Roberto Simonsen; em 1965 integrou a equipe do arquiteto urbanista Constantino Doxiádis na elaboração do Plano Doxiadis para a cidade do Rio de Janeiro e entre 1966 e 1968 foi docente na ESDI, tendo apresentado para seus colegas e seus alunos a herança norte-americana da Bauhaus. Nesta comunicação discuto a contribuição de Daisy Ruth Igel para a formação desses campos profissionais no Brasil a partir de sua formação e trajetória profissional entre o Brasil e os EUA.

COMUNICAÇÃO 12: Estratégias femininas na especialização e no exercício de arquitetura e urbanismo: as ações de Giselda Visconti e Thereza Katinszky

AUTORES: Vanessa Calazans da Rosa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo, Brasil.

O artigo discutirá as estratégias profissionais adotadas por arquitetas e urbanistas inseridas nas repartições públicas do Estado de São Paulo. Este trabalho integra uma pesquisa em andamento sobre a ação de mulheres que atuaram como servidoras em escritórios públicos de arquitetura e urbanismo no estado paulista a partir dos anos 1950. O trabalho realizado por essas mulheres no serviço público marcou o desenho urbano, os projetos de equipamentos públicos e a gestão e o controle das cidades, no entanto, o que notamos é uma sub-representação das suas ações na historiografia do campo estabelecida pelos meios hegemônicos de conservação da disciplina até o final do século passado. Buscamos, portanto, exemplos de profissionais que estavam atentas aos meios de incentivo para realizar trocas de experiências e de conhecimento sobre a prática profissional, não apenas através de

suas atuações nos órgãos do Estado, mas sobretudo nas instituições representativas de classe nacionais e internacionais. A partir dos anos 1950, arquitetos e arquitetas organizados no IAB-SP ampliaram suas participações nos debates nacionais e internacionais sobre a prática profissional. Nesse contexto, as arquitetas paulistanas Giselda Visconti e Thereza Katinszky consolidaram suas especialidades através de um movimento triangular que transitava entre seus trabalhos realizados nos departamentos públicos de arquitetura e urbanismo, as trocas realizadas com colegas de instituições representativas, como o IAB e a UIA, e a especialização profissional com a participação em cursos, estágios e pesquisa em instituições de ensino para afirmação profissional. De fato, a busca por ações de consolidação das mulheres na arquitetura contribui para conhecer estratégias de estruturação da profissão para além daquelas trajetórias individuais que, historicamente, a disciplina conservou como exemplos de sucesso profissional.

COMUNICAÇÃO 13: Joseph Gire e a projeção transnacional de seus colegas de turma na École des Beaux-Arts de Paris

AUTORES: Laís Silva Amorim. Universidade Federal de São Paulo, Brasil. École Nationale Supérieure d'Architecture, Lyon, França. Bolsista FAPESP
Manoela Rossinetti Rufinoni. Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Philippe Dufieux. École Nationale Supérieure d'Architecture, Lyon, França,

A partir da análise de fontes levantadas em pesquisa de doutorado em curso – voltada ao estudo da formação do arquiteto francês Joseph Gire (1872-1933) na École des Beaux-Arts (EBA) de Paris e sua produção no Rio de Janeiro –, esta proposta de comunicaçãoanalisa um grupo de profissionais que integrou a turma de arquitetura de segunda classe do segundo semestre de 1896, ao lado de Gire, com atuação comprovada, no início do século XX, em países como Austrália, Irã, Estados Unidos, Equador, Suíça, Marrocos, Brasil, Grécia, Romênia e Bolívia. Entre os 39 arquitetos identificados, pretendemos discorrer sobre aqueles que atuaram na Américas, no período em análise. Diversos profissionais que passaram pela EBA de Paris foram significativamente valorizados ao buscar inserção nas Américas, no início do século XX. A atuação e produção desses especialistas, contudo, nem sempre encontra espaço nos estudos históricos sobre a arquitetura do período. Esses arquitetos atuaram em países americanos em diferentes frentes, participaram de associações de classe, de concursos e/ou obtiveram contratação direta do poder público e/ou das elites para executar projetos e/ou obras de arquitetura, urbanismo e de monumentos públicos, exibindo produções, em grande parte, associadas às linguagens Art Déco e/ou Eclética. Estudar a formação desses profissionais e as circulações e transferências de saberes que permearam suas realizações pode descortinar novas perspectivas para compreendermos as condicionantes e os diálogos culturais, arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e sociais envolvidos na constituição de distintos territórios urbanos americanos. Dessa forma, levando em consideração o reconhecimento sociocultural e o momento propício para que esse período e tema sejam aprofundados, propomos correlacionar e analisar um conjunto de personagens, contemporâneos a Gire na EBA de Paris, bem como suas respectivas realizações, focando em suas atividades nas Américas, o que poderá reverberar diretamente na compreensão das produções que conformaram grande parte dos associadas às linguagens Art Déco e/ou Eclética. Estudar a formação desses profissionais e as circulações e transferências de saberes que permearam suas realizações pode descortinar novas perspectivas para

compreendermos as condicionantes e os diálogos culturais, arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e sociais envolvidos na constituição de distintos territórios urbanos americanos. Dessa forma, levando em consideração o reconhecimento sociocultural e o momento propício para que esse período e tema sejam aprofundados, propomos correlacionar e analisar um conjunto de personagens, contemporâneos a Gire na EBA de Paris, bem como suas respectivas realizações, focando em suas atividades nas Américas, o que poderá reverberar diretamente na compreensão das produções que conformaram grande parte dos espaços públicos brasileiros.

E3_02_Reformas, revolución y políticas urbanas en América Latina

COORDINADORES:
Alejandra Monti. Centro Universitario Rosario de Investigaciones Urbanas y Regionales (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - Universidad Nacional de
Rosario, Argentina)
Virgínia Pontual. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

PALABRAS CLAVE: América Latina; Reformas; Revolución; Historia; Políticas Urbanas

RESUMEN: Este simposio propone explorar las diversas dimensiones de la política y el pensamiento urbano en América Latina durante el período 1950-1970, con un enfoque central en las dinámicas y debates en torno a la bandera de reforma urbana. Desde una perspectiva transnacional, identificamos que la exploración simultanea de experiencias locales/nacionales aporta a la construcción de temas, debates, actores e instituciones que comparten ideas y enfoques, sin por esto opacar las singularidades propias de las diferencias políticas, económicas y culturales de los diferentes países que integran el continente.

Revisar este período desde una perspectiva benjaminiana de la historia, entendida como un "tiempo saturado de ahoras", permite considerar ejemplos concretos de la historia latinoamericana, donde la lucha entre los oprimidos y las élites políticas y económicas del continente, los procesos de transformación más o menos radicales, más o menos democráticos, se han convertido en una experiencia constante y, al mismo tiempo, una reminiscencia no dada, no dicha, un problema inevitable.

La relectura en los últimos años de las interpretaciones historiográficas hegemónicas, reavivan la multiplicidad de actores y conflictos presentes en la historia continental. En este sentido, el mundo rural y urbano emergen como espacios de luchas y tensiones de los procesos de autonomización social, pero también de diseño de políticas orientadas a la búsqueda de la justicia social, lo que los convierten en territorios fértiles para debatir conceptual y metodológicamente esta relación.

La experiencia boliviana de reforma agraria (1953) y urbana (1956), en el contexto de la Revolución Nacionalista de 1952, y especialmente la experiencia cubana, también de reformas agraria (1959) y urbana (1960), poco después de la Revolución de 1959, son inspiradoras en este sentido. Ambas se centraron en la regulación de la propiedad en estrecha colaboración con las necesidades concretas de grandes sectores de la población, reconociendo el derecho a la vivienda y el acceso a la tierra productiva.

Si bien estas experiencias reformistas ocurren en contextos revolucionarios, cabe destacar que a lo largo de continente y en el contexto de la Guerra Fría (1945-1989), frente a procesos de urbanización crecientes y diferenciados, presenciamos el tránsito de ideas urbanas y desarrollistas unidas a visiones sobre el territorio, planteando interrogantes sobre las mediaciones en los contextos nacionales, y particularmente sobre las articulaciones entre reformismo y revolución.

En esta línea, el Simposio se propone, presentar y debatir trabajos que, desde una perspectiva histórico-crítica, aporten al dialogo continental de políticas y prácticas urbanas en el arco temporal propuesto. Institucionalidades, redes, movimientos sociales, actores, experiencias a escala nacional y continental y sus conexiones son problematizaciones que resultan de interés para avanzar en la reflexión propuesta.

PONENCIA 01: Camponeses, favelados e os cruzamentos entre os debates sobre as Reformas Urbana e Agrária no Brasil (1959-1964)

AUTORES: Gisela Barcellos de Souza. Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

O artigo analisa os cruzamentos entre as pautas da regularização de favelas e da Reforma Agrária em três eventos brasileiros que ocorrem durante governo de Quadros e Goulart: o I Congresso dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal, em 1959; o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado na capital mineira em 1961; e o Congresso dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, em 1962. Busca-se demonstrar como a questão da terra – que esteve no cerne do debate das Reformas de Base de Goulart – aproximou as agendas de trabalhadores rurais e urbanos. Para tanto, apoia-se na análise de conteúdo de textos de jornais da época e de documentos constantes nos arquivos do DOPS. Com a presença de lideranças de movimentos sociais, políticos, autoridades civis e eclesiais, esses eventos não apenas possibilitaram encontros entre realidades distantes – como a de Francisco Julião, advogado das Ligas Camponesas, e aquela de Francisco Nascimento de Faria, favelado e presidente da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) –, como, também, trouxeram novo alento uns aos outros e se desdobraram em novos direcionamentos. No congresso de favelados do Rio de Janeiro, em 1959, já se apresentava um esboço de proposta para assegurar aos favelados e aos lavradores a permanência em suas terras. Padre Lage, aclamado como líder dos favelados no evento de 1961, enveredou na causa dos trabalhadores rurais no ano seguinte. Trazendo na bagagem sua experiência no enfrentamento das disputas de terra no meio urbano, trabalhou na Superintendência Nacional de Reforma Agrária entre 1962-1964, sendo um dos responsáveis pelo reconhecimento de mais de 2 mil sindicatos rurais no governo de Jango. No contexto local, em 1962, poucos meses após o congresso organizado pela FTFBH, uma nova ocupação organizada surgia em Belo Horizonte com o nome Camponesa, em uma clara homenagem às ligas de Julião.

PONENCIA 02: Desafios, limites e ocaso. A reforma agrária no Peru durante o governo de Fernando Belaunde Terry, 1963-1968

AUTORES: José Carlos Huapaya Espinoza. Universidade Federal da Bahia, Brasil

Como afirma Robles (2002) as tentativas pela Reforma Agraria no Peru e a discussão sobre a tenência da terra no país iniciaram-se a partir da década de 1950 alimentadas pela influência do pensamento indigenista, as ações de José Carlos Mariátegui e Víctor Raul Haya de la Torre, além das repercussões locais da revolução cubana. De fato, no contexto nacional as eleições de 1956 estiveram fortemente pautadas em torno deste tema nas campanhas políticas dos então candidatos, dentre eles, o arquiteto Fernando Belaunde Terry, que perderia o certame para o conservador Manuel Prado Ugarteche

(1956-1962). Durante o Governo de Prado foi implementado o primeiro projeto de reforma como resultado dos trabalhos da Comisión de la Reforma Agraria y de la Vivienda constituída por ele em menos de um mês de ter iniciado seu mandato. Foi durante o governo do militar Ricardo Pérez Godoy (1962-1963), após golpe de Estado a Prado, que foram estabelecidas as primeiras leis específicas, em especial, o Decreto Ley Nº 14328 que instaurou as bases da Reforma Agraria no país. Após eleições presidenciais, Fernando Belaunde Terry assumiu a presidência do Peru (1963-1968) tendo como desafio dar continuidade às ações iniciadas pelo Governo Militar. A presente comunicação se coloca como objetivo analisar e discutir como esta questão foi enfrentada durante seu mandato. Para isso, tomaremos como fonte principal a análise dos relatórios presidenciais intitulados El Perú Construye (1964, 1965, 1966, 1967 e 1968), os quais se constituem em balanços anuais que abordam as diversas ações e resoluções assumidas durante sua gestão, dentre elas, a Reforma Agraria. Com isso pretendemos entender os desafios, limites e problemáticas enfrentadas.

PONENCIA 03: A reforma urbana no programa revolucionário da Bolívia: motivações e sentidos entre 1952-1964

AUTORES: Liana Viveiros. Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, Brasil

Nos anos 1930, uma profunda crise econômica e política na Bolívia alterou o campo de forças, sobretudo com o fortalecimento de movimentos sociais, a criação de sindicatos e novos partidos políticos, em meio à eclosão de inúmeros conflitos violentos. O país experimentou, a partir de então, momentos de intensas mobilizações sociais e de fortes repressões e golpes de Estado, delineando um contexto turbulento, que expunha as imensas desigualdades e opressões perpetradas pelas elites mineiras e agrárias, que atingiam principalmente a população indígena. A Revolução Nacionalista de 1952, de caráter popular, sustentada principalmente na indignação, resistência e insurgência de operários e campesinos, criou expectativas de profundas transformações estruturais. O programa de reformas refletia a conciliação de interesses de uma pequena burguesia insatisfeita com a grande concentração econômica e de poder, uma classe média empobrecida e sem grandes perspectivas de ascensão e uma grande maioria indígena empenhada em romper com o sistema opressor. Incidia, sobretudo, na atividade econômica, com maior controle do Estado da atividade minerária; na regulação da propriedade fundiária rural e urbana e na garantia de direitos políticos e sociais. A reforma urbana entra na pauta em 1954, impondo limites à propriedade fundiária urbana, articulada a medidas para provisão de moradia social e de suspensão de ações de despejo contra inquilinos. Com base em abrangente pesquisa documental e bibliográfica e considerando as especificidades dos diferentes contextos culturais e políticos, discute-se as agendas orientadas para as cidades nas interfaces com outras pautas de maior destaque no programa revolucionário de 1952, especialmente as reformas agrária e educacional e o programa de infraestruturas. Busca-se, assim, trazer alguns dos resultados da pesquisa em curso sobre a reforma urbana na Bolívia, problematizando a sua condição de agenda autônoma e o seu papel no projeto político do governo revolucionário.

PONENCIA 04: No tempo em que a Reforma Urbana fez parte da Revolução

AUTORES: Fania Fridman. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Com base em um relato histórico de momentos decisivos do país, este trabalho, que se vincula a uma pesquisa em curso, analisa algumas pautas para a transformação das relações econômicas e sociais. O objetivo é o de evidenciar as propostas de Reforma Urbana que suscitaram importantes embates na arena política durante o período 1945-1964. O estudo procura explicar o sentido das plataformas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); da Igreja Católica; da Aliança de Solidariedade e Proteção aos Inquilinos (ASPI) por um lado e, por outro, do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/ Instituto Brasileiro de Ação Democrática (o complexo IPES/IBAD). Adicionalmente são examinados os programas, de variadas colorações políticas, do Partido Comunista, Partido Trabalhista Brasileiro, União Democrática Nacional e do Partido Social Democrático.
Tais organismos, instituições públicas e associações da sociedade civil explicitavam os interesses em jogo das forças econômicas e sociais existentes no país. Ainda que apresentando conteúdos divergentes, como era próprio nas décadas 1940-1960 atribuíam às condições do subdesenvolvimento os problemas vividos pela maioria da população nas cidades e no campo. O suporte que embasava as formulações estava nas teorias do desenvolvimento concebidas a partir dos anos 1940 pelas ciências sociais. De um lado, para a superação do atraso, teses prescreviam a adoção da moderna racionalidade econômica e de normas e valores das sociedades avançadas, incluindo uma Reforma Urbana. Em uma construção oposta, o desenvolvimentismo, o planejamento estatal e as reformas estruturais representariam o caminho para a Revolução Brasileira. A sua Reforma Urbana, um dos pilares das Reformas de Base, visava minorar as precárias condições de moradia popular nas capitais, implementar medidas para combater a especulação fundiária e imobiliária e remodelar o uso do solo urbano por meio de órgãos e entidades planejadoras.

PONENCIA 05: Leis de Regime Municipal do Equador

AUTORES: Sanane Santos Sampaio.
Faculdade de Arquitetura de Universidade Federal da Bahia, Brasil.

Entre as décadas de 1950 e 1970 o Equador tem três Leis de Regime Municipal (LRM) vigentes, uma aprovada em 1958, outra em 1966 e uma terceira em 1971. Esta é uma normativa que estabelece, no âmbito federal, a organização geral dos municípios e, e dentre outras diversas obrigatoriedades para estes, determina diretrizes para o planejamento e ordenamento desta delimitação político-administrativa. Ao longo dos rápidos e intensos 30 anos que esse período abrange, o país atravessa, sucessivamente, momento de estabilidade democrática, que vai de 1948 a 1960, um golpe que coloca uma junta militar no poder, onde permanece entre 1963 e 1966, um interregno em que uma assembleia constituinte elege um presidente, que fica até 1970, uma ditadura civil que o substitui e vai até 1972, ano em que uma segunda ditadura militar, que se coloca como nacional-revolucionária, toma o poder e governa até 1979, quando acontecem eleições democráticas.

Neste trabalho nos debruçamos sobre as LRMs do período, analisando-as considerando o contexto político nacional em que se inserem, e buscando identificar, e mesmo elaborar, lógica entre elas, com especial atenção às obrigações da administração municipal no que diz respeito ao ordenamento territorial; à obrigatoriedade na elaboração do plano regulador; aos conteúdos mínimos exigidos neste plano; à limitação ao direito de propriedade; à recuperação pela municipalidade da mais-valia urbana; instâncias de gestão do planejamento. Buscaremos, com este enfoque, e a partir da institucionalidade que estas normas legais informam e estabelecem, e em articulação com o contexto geral
da situação urbana equatoriana, extrair e analisar pautas urbanas que vinham sendo tensionadas, aprofundadas, complexificadas, aplainadas e/ou silenciadas.

PONENCIA 06: Reformas de base, reforma urbana e reforma agrária no Brasil: sentidos do planejamento nos anos 1950 e 1960

AUTORES: Sarah Feldman. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil

O objetivo dessa comunicação é entender a reforma urbana e concepções de planejamento vinculadas às Reformas de Base - um projeto de mudanças estruturais na sociedade brasileira lançado pelo Partido Trabalhista do Brasil em 1959 e assumido como agenda de governo por João Goulart (1961-1964), ao ocupar a presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Seu governo foi marcado pelo acirramento do anticomunismo mobilizado pela vitória da Revolução cubana, pela multiplicação de movimentos pela reforma agrária, por cisões e redirecionamentos de partidos de esquerda, por mobilizações da sociedade civil.

A perspectiva de desenvolvimento econômico e social centrado na industrialização, filiada à Cepal; o intenso e acelerado processo de urbanização que distingue o Brasil de outros países da América Latina, e a ideia de "revolução branca" voltada aos trabalhadores e à classe média direcionaram as ações governamentais. A partir de fontes documentais de planos, leis, institucionalidades e discursos relacionados ao projeto de reforma administrativa- considerada indispensável para efetivar mudanças no quadro jurídico-institucional, e à proposta do Sistema Nacional de Planejamento - definido como ação de governo, podemos identificar a associação entre reforma urbana e reforma agrária para a superação das desigualdades entre campo e cidade.

O lugar e os sentidos atribuídos à reforma urbana e ao planejamento nos projetos governamentais são problematizados, por um lado, considerando a importância da questão agrária no governo Goulart e para o golpe de 1964, com base em estudos que reabilitam esse debate, sobretudo no âmbito da história rural. Por outro lado, considerando as instituições propostas no Seminário de Habitação e Reforma Urbana,
realizado em 1963, que pressupunham instâncias paralelas de reforma urbana e reforma agrária e o planejamento territorial associado à habitação nas áreas urbanas, que se consolida como pauta dos arquitetos e urbanistas junto ao governo federal, a partir dos anos 1950.

PONITENCIA 07: Reforma Urbana e Aliança para o Progresso nos anos 1960: interfaces, configurações e embates na busca de uma política urbana para o Brasil

AUTORES:Ana Fernandes. Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Busca-se apreender a elaboração de princípios basilares de política urbana no Brasil nos anos 1960 a partir de dois marcos contemporâneos entre si – a Reforma Urbana cubana e a Aliança para o Progresso –, ambos imbricados, embora de forma distinta, com as questões da urbanização crescente e desigual e da pobreza dos países latino-americanos. Destaca-se que a conformação de nosso objeto se ancora na relacionalidade entre esses marcos, admitindo que suas interfaces, reciprocidades e conflitos têm muito a dizer sobre suas configurações, dilemas e desdobramentos na política urbana do país. Trata-se, portanto, de um trânsito de processos, em constante tensão e interação, como se fossem espelhos invertidos ou deformados, mais que uma totalidade temática em si, fechada verticalmente em uma inteireza formal. Essa opção parece ainda nos permitir adentrarmos um tempo histórico breve (ou brevíssimo), marcado por instabilidades profundas, no qual estratégias são definidas em curtíssimo prazo ao mesmo tempo em que revela procedimentos com graus de continuidade flagrantes mas aparentes, pois que tensionados por hegemonias distintas.
Considerando a discussão proposta por este simpósio, a Revolução Cubana (1959) é um epicentro da problematização de reformas e revolução no continente. Em termos de política para as cidades, a Reforma Urbana cubana (1960) encerra o período reformista da Revolução e defronta a questão da propriedade fundiária e imobiliária urbana, que passa a ser operada enquanto necessidade social e não enquanto direitos-regramentos do mercado privado.

PONENCIA 08: Os princípios de reforma urbana e reforma agraria a partir da atuação de redes latino-americanas de pesquisadores e profissionais

AUTORES: Maria Cristina da Silva Leme. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo, Brasil

A partir do final da segunda guerra com o acirramento da guerra fria, observa-se a criação de instituições norte americanas e interamericanas para atuar, com o apoio dos governos locais, nos países da América Latina no campo do planejamento urbano e regional e nas politicas de habitação.
Nos interessa observar a forma como se estruturaram as instituições criadas em cada país e a formação de redes de pesquisadores latino-americanos em torno de questões que aproximam princípios de reforma urbana e reforma agrária.
Buscando tensionar os sentidos dessa formação e identificar a possível formulação de um pensamento crítico em termos políticos, propõe-se a pesquisa em acervos diversos, confrontando e complementando informações, desde fundos institucionais, hemeroteca e a imprensa alternativa que se forma no período. Merecem especial atenção as possibilidades de análise propiciadas pelo cotejamento entre documentos, entrevistas e depoimentos na expectativa de complementar e conferir informações. Enquanto método a pesquisa procura explorar as zonas de contato propostas por Pratt [1], como espaços transnacionais de encontros, choques e enfrentamentos. Nesse sentido, destacam-se ainda como potenciais ativadores das zonas de contato a percepção ativada a partir de relatos, memórias, trocas de experiencias.

As origens das instituições pesquisadas são diferentes, assim como objetivos e formas de atuação. São elas o CINVA – Centro Interamericano de Planeamento e Vivenda, o SIAP – Sociedade Interamericana de Planificación e o CPEU – Centro de Pesquisas e Estudos Urbanos, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. Em comum essas instituições atuaram a partir do ensino, da pesquisa, realização de seminários e edição de publicações. A troca de experiencias em cursos ministrados, pesquisas de campo, assistência técnica permite explorar a hipótese sobre a formulação de um pensamento crítico em termos teóricos e políticos, a partir de novas empirias.

PONENCIA 09: Reforma urbana y diseño en disputa: El Concurso para la Remodelación del Centro de Santiago de 1972

AUTORES: Carolina Tobler. Instituto de Historia, Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Udelar, Uruguay

El Concurso para la Remodelación del Centro de Santiago de Chile de 1972, convocado por la Corporación de Mejoramiento Urbano (CORMU) en el marco del gobierno de la Unidad Popular, se inscribió en un momento de intensos debates sobre el rol del Estado en la transformación de la ciudad y las políticas de reforma urbana en América Latina.

Con la participación de 86 equipos de 25 países y un jurado internacional, el certamen propuso una intervención de diseño urbano a escala intermedia sobre 16 manzanas del centro de Santiago, articulando estrategias de densificación y regeneración urbana en un contexto de reforma social y económica.

Este concurso se sitúa en la tensión entre reforma y revolución, característica del período. No proponía una transformación radical de la ciudad, sino una reforma urbana estructural dentro del marco de un gobierno socialista, manteniendo el modelo de propiedad del suelo pero apostando por una densificación del centro con una fuerte intervención estatal. A nivel proyectual, contenía influencias de diferentes experiencias internacionales que buscaban aplicarse al contexto chileno.

La ponencia analiza el concurso como un espacio de disputa entre distintos enfoques sobre la ciudad, en el cual convergieron estrategias proyectuales influenciadas por modelos de planificación, referencias a la renovación urbana y debates sobre vivienda y espacio público. Se exploran tres ejes principales:

1. El concurso como plataforma de debate sobre la reforma urbana, abordando su relación con la política de vivienda y transformación del centro en la Unidad Popular.
2. Las tensiones entre planificación urbana y diseño urbano, analizando cómo las propuestas respondieron a los debates latinoamericanos sobre renovación y densificación en centros históricos.
3. Circulación de ideas y transnacionalidad, considerando las influencias de experiencias previas en la región y los modelos urbanísticos internacionales que impactaron en las estrategias proyectuales.

A partir del análisis de fuentes primarias y bibliografía especializada, la ponencia propone insertar este concurso dentro de la historiografía de la reforma urbana en América Latina, entendiendo su rol no solo como un proyecto cancelado, sino como un nodo en las discusiones sobre planificación, propiedad del suelo y políticas urbanas en el marco de la Guerra Fría.

PONENCIA 10: Colombia: Violência, Reforma Agrária e Reforma Urbana

AUTORES: Virgínia Pontual. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil,
Luciene Tenório. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

A historiografia da América Latina, mostra que a violência contra o corpo pode até variar de tipos e no tempo, mas surpreendemente como manifestação humana, é um dos fenômenos que contribuem para a deterioração do ser humano. O suplício de Damiens na Paris de 1757, impacta aos leitores de Foucault em Vigiar e Punir. Contudo com menos de um século o suplício do corpo desaparace como prática penal. Mas a que se deve o poder de punir? Tornando-se o corpo na segunda metade do século XVIII como suporte e foco de poder.
Tal situação pouco muda ao longo dos tempos, por exemplo na Colombia o suplício, a punição, a submissão e mais recentemente o sequestro, a retenção forçada e o cativeiro tem sido uma prática de violência fortemente presente nas relações econômicas e de poder. A história do sequestro da cientista política Clara Rojas, grávida, e assessora da canditada a presidência Ingrid Betancourt, partido Verde Oxigênio, pelas FARC entre 2002 e 2008, está registrada no seu livro "Cautiva: testimonio de un secuestro", para ela foi uma violência e um drama humano. Muitas outras passagens sobre a violência poderiam ser narradas, todas marcantes para a história deste país e de como ela se perpetuou. Portanto, entender o fenômeno da violência e de suas dinâmicas na Colombia e na América Latina requer ter como pressuposto a complexidade societal, pois não se trata apenas de luta de classes, mas também da existência de um forte componente de subjetividade ou um hábito no país de resolver os conflitos de interesses com o emprego da violência, um hábito naturalizado neste país. Dito isto, pode-se indagar qual a origem das mobilizações armadas? Hábito, medo e ódio entre as elites e estas com os camponeses?

PONENCIA 11: La Democracia Cristiana Argentina y su revista Contorno. Debates en torno a la problemática urbana. 1955-1973

AUTORES: Alejandra Monti. Centro Universitario Rosario de Investigaciones Urbanas y Regionales (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - Universidad Nacional de Rosario, Argentina)

En noviembre de 1955 la Democracia Cristiana (DC) publica el primer número de su Revista Contorno, órgano de difusión de sus ideas. Con un total de seis números (1955-1959), la revista se transforma en el espacio de reproducción y visibilización del pensamiento de la DC en el país, consolidando una red de expertos y temas que permite trazar las bases teóricas y los referentes de estos.
El ciclo desarrollista argentino (con sus diferentes fases), post derrocamiento del gobierno del General Juan Domingo Perón marca una serie de interrogantes en torno a la definición del reformismo católico en el país ya que, por un lado, plantea la diferenciación frente al concepto de justicia social del gobierno peronista y su modo de construcción de poder, y por el otro, delinea una corriente del catolicismo progresista que adhiere a la readecuación promulgada por la iglesia a través del Concilio Vaticano II (1962-1965)

En esta línea, la propuesta pretende indagar sobre en qué medida la DC argentina se plantea como una corriente reformista del catolicismo nacional en temas territoriales, identificando las lógicas sobre las operaciones referidas a la organización y distribución del suelo y los debates sobre la vivienda. A partir del análisis de los diferentes números, se avanza en el abordaje particularizado de estos temas, sumado al análisis de los actores participantes y sus referentes, con el fin de reconstruir las matrices del pensamiento de la DC.

E3_03_Saberes técnicos, prácticas sociales y gobierno de la ciudad en Iberoamérica (siglos XVIII-XX)

COORDINADORES:
Graciela Favelukes (FADU-UBA) Universidad de Buenos Aires. Argentina
Concepción Lopezosa Aparicio. UCM. Universidad Complutense de Madrid. España

PALABRAS CLAVE: Gobierno Urbano; Saberes Técnicos; Urbanismo; Prácticas Sociales; Obras Públicas

RESUMEN: El simposio que se propone pretende reunir trabajos referidos a las relaciones entre la amplia gama de saberes técnico-urbanísticos y las formas de ejercicio de la autoridad en el ámbito urbano durante los procesos de modernización en sentido amplio, desde la implementación del gobierno policial en el setecientos hasta la formación de las administraciones estatales y de las disciplinas de lo urbano en los procesos de modernización. En ese largo ciclo el objetivo se orienta por tanto hacia el gobierno y control de las urbes, tanto desde un punto de vista urbano y técnico como político. Desde una mirada amplia y de gran amplitud la mesa permitirá orientar la discusión desde aspectos diversos, que presentamos de manera no excluyente.

– Reflexionar sobre el propio concepto de autoridad y los cambios que se experimentaron en el tiempo, entre la ciudad del Antiguo Régimen y la ciudad liberal a partir de preguntas concretas ¿A quién correspondía el ejercicio de autoridad en las urbes Iberoamericanas entre los siglos XVIII-XX? ¿quiénes administraban o hacían cumplir la ley?

– Revisitar el concepto de policía urbana tanto respecto a los métodos de administración de la ciudad, regulación del comercio, vigilancia de la higiene pública o el control del espacio público como en relación con su rol de cuerpo ejecutivo al servicio del poder político. Ello permitirá encarar el análisis de las figuras e instituciones encargadas de la administración de la ciudad, la evolución de reglamentos de policía urbana y el desarrollo de saberes administrativos, científico-técnicos y urbanísticos, así como indagar en el funcionamiento de los distintos cuerpos burocráticos y policiales que operaron en las ciudades iberoamericanas del período.

– En relación con los actores implicados en el gobierno de la ciudad se plantea una tercera vía de análisis respecto al control de la vida urbana desde una perspectiva relacional, a los fines de iluminar los tipos de vinculaciones entre los agentes institucionales y quienes operaron al margen de las instituciones, cuya presión e influencia fue determinante tanto en el gobierno como en la conformación de la ciudad, claramente constatable a través de múltiples ejemplos de uno y otro lado del Atlántico. Se trata de poner en foco las prácticas espaciales de otros grupos sociales que transforman la ciudad, siempre en tensión y contrapunto con los procedimientos y reglamentos emitidos por las autoridades.

– Además de medidas y políticas, se apunta a estudios que aborden las conexiones entre la gestión de las ciudades y sus territorios y el amplio abanico de proyectos y obras públicas de equipamiento e infraestructura que se proponen y emprenden tanto desde el gobierno como desde la sociedad civil para la mejora urbana.

PONENCIA 01: Propriedade privada e terras urbanas no Brasil do século XIX: um processo duplo a partir do patrimônio fundiário municipal

AUTORES: Gustavo Rodrigo, Faccin Araujo de Souza. Arquiteto e urbanista, mestre em planejamento urbano e regional pela UFRJ, doutorando em arquitetura e urbanismo na
Universidade de São Paulo – USP Brasil

Se considerarmos as relações de propriedade como relações sociais, podemos compreender que os regimes proprietários incidentes sobre as áreas urbanas são mutáveis ao longo do tempo, e que se realizam através de práticas sociais capazes de articular formas jurídicas e territoriais a partir de uma estructura estatal determinada, associada às formas locais de governo. Na presente comunicação, proponho refletir sobre as relações sociais de propriedade na história urbana tomando como base trabalhos de Paolo Grossi, Antonio Azuela de Cueva e Rosa Congost, e considero que associação entre suas teorias produz um paradigma renovado para o estudo das propriedades imobiliárias urbanas em perspectiva histórica. Aplicado ao caso brasileiro, o desenvolvimento desse paradigma possibilita discutir as transformações de uma forma proprietária recorrente nas histórias das cidades brasileiras: o patrimônio fundiário municipal. Oriundo da legislação portuguesa, onde era denominado de sesmaria do conselho ou rossio, esse patrimônio percorreu o século XIX e o início do século XX sendo atravessado um processo duplo: por um lado, dissolveu-se como parte de uma ordem jurídica medieval, em que constituía o conjunto de terras da comunidade urbana administradas pela entidade de poder local a partir do regime de propriedade dividida e de formas comunais de apropriação. Por outro, passou a ser progressivamente inserido numa economia de mercado e nas lógicas da propriedade privada plena e titulada individualmente. Essas transformações, complexas e contraditórias internamente, deram-se ao nível das práticas sociais, com a intensificação do mercado imobiliário, da concentração das propriedades e da maior autonomia exercida pelos proprietários do domínio útil; e ao nível das formas de governo, com a adoção de estratégias para o cadastramento e registro das propriedades urbanas, de desapropriação do domínio útil e de alienação definitiva das terras públicas.

PONENCIA 02: As obras públicas nos registros de acórdãos da Câmara de São João del-Rei (1806-1828)

AUTORES: Rafael Ferreira Jaques Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil
Rodrigo Pardini Corrêa Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Marcos Vinícius Teles Guimarães Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

No século XIX, a vila brasileira de São João del-Rei, sede da Comarca do Rio das Mortes, desempenhava um papel de relevância político-administrativa. A localidade funcionava como centro econômico e oficial dos principais atos e decisões sobre as demais vilas abarcadas pela comarca, além de operar como entreposto nas rotas comerciais entre as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, então capital da Colônia. Os registros da atividade pública são fundamentais para a compreensão das dinâmicas que envolvem o espaço urbano. No âmbito das fontes disponíveis sobre a administração pública em São João del-Rei, os livros de acórdãos do Senado da Câmara, que documentavam as decisões dos vereadores nas primeiras décadas do século XIX, se destacam por elucidar aspectos e permitir um entendimento mais aprofundado sobre dinâmica das obras públicas empreendidas nesses es-

paços. A partir da leitura desses registros, esta pesquisa tem por objetivo mapear e analisar as decisões documentadas pela entidade entre 1806 e 1828, visando compreender o papel do poder público local na implementação desses empreendimentos e as transformações urbanas de las decorrentes. A metodologia utilizada encontra-se fundamentada no levantamento, transcrição e sistematização das 333 menções a obras públicas encontradas nos registros de acórdãos, seguidas de uma análise quantitativa e qualitativa desses registros. Desta forma, foi possível enquadrar as menções a essas obras promovidas em cinco categorias: estradas e pontes, obras em edifícios públicos, divisão territorial, limpeza das ruas, obras em ruas e casas no espaço urbano. Esse enquadramento permitiu a identificação da frequência dessas ações, bem como revelou aspectos sobre as decisões e os procedimentos que as envolviam. As investigações empreendidas sobre o passado são-joanense evidenciaram o papel significativo da atuação do poder público na manutenção e transformação dos espaços urbanos e possibilitaram identificar que as obras públicas eram uma prioridade para o Senado da Câmara, refletindo as necessidades de uma população em crescimento.

PONENCIA 03: Do "embelezamento" às barricadas: a relação entre a Reforma Urbana Pereira Passos e a Revolta da Vacina (1904)

AUTORES: Liebert Rodrigues Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

O objetivo do presente trabalho é analisar a relação entre a Reforma Urbana Pereira Passos e a Revolta da Vacina, ambas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. A primeira foi um conjunto de projetos e obras urbanísticas e sanitárias que abarcou a modernização da zona portuária e, ao mesmo tempo, o alargamento e
"embelezamento" de avenidas e ruas da área central. Estas obras demandaram a demolição de inúmeras casas que serviam de residência às populações pobres das freguesias do centro da cidade, atingindo principalmente os cortiços e os quarteirões de casas operárias, assim como o desmonte de morros para construir aterros. Estima-se que, nesse processo,1681 habitações foram derrubadas e quase vinte mil pessoas desalojadas. Assim, parte da população pobre que foi expulsa da área central se instalou em bairros mais afastados ou nas favelas próximas ao centro da cidade, contribuido para a expansão das áreas favelizadas. Os fatores legitimadores destes planos e obras foram os discursos higienistas sobre a necessidade de saneamento e erradicação de epidemias no Rio de Janeiro, executado por meio de leis rígidas e de repressão. Já a Revolta da Vacina, ocorrida em 1904, é frequentemente interpretada somente como uma reação à obrigatoriedade da vacinação. No entanto, percebemos que isto foi apenas o estopim da revolta, em um cenário de crescente insatisfação popular. A revolta culminou em 5 dias de violentos confrontos nas ruas entre a população amotinada em barricadas e os aparelhos repressivos do Estado, evidenciando as tensões sociais exacerbadas pelas políticas públicas de urbanização em curso e o descontentamento da população mais vulnerável com as reformas urbanas.

PONENCIA 04: Saneamiento y ciudad en la modernización de Buenos Aires (1871- 1923)

AUTORES: Luis Babbo. Doctorado en Estudios Urbanos, Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina

En Buenos Aires, el saneamiento tuvo su origen junto a mortales epidemias y la lógica higienista de fines de siglo XIX, cuando los planes de saneamiento y la conformación de la ciudad compartieron territorio en su paso de aldea colonial a ciudad capital.
Esta investigación interpela los escenarios de interacción y adaptación recíproca entre ciudad e infraestructura, indagando desde una perspectiva histórica cuál ha sido el rol de los planes de saneamiento como instrumento transformador de la ciudad. El recorte temporal comprenderá los tres primeros proyectos del sistema de saneamiento de Buenos Aires (1871, 1908, 1923), los cuales dejaron sus huellas en las cloacas máximas como testigos enterrados del desarrollo urbano. Se indagará la forma en que los planes de saneamiento pensaron la ciudad desde su dimensión política, su discurso, su forma de ver la ciudad; desde las continuidades y rupturas en su dimensión técnica; y desde la dimensión territorial interpretando la representación de sus mapas, desentrañando sus implicancias territoriales e iluminando la presencia de esta infraestructura en el crecimiento de la ciudad. Centraremos el interés en la relación entre las ideas sobre la ciudad y las propuestas de intervención de infraestructura. Daremos cuenta a través de análisis cartográficos en clave ciudad pensada versus ciudad construida de las formas de pensar y de actuar del saber técnico; corroborando como las redes de saneamiento tuvieron un rol determinante en la conformación de Buenos Aires, constituyendo un componente esencial de la modernización de la ciudad.

PONENCIA 05: Saberes técnicos y gobierno municipal en las reformas urbanas de la Granada liberal: la labor de la Comisión de Ornato Público y los arquitectos de ciudad

AUTORES: Ricardo Anguita Cantero Departamento de Historia del Arte. Universidad de Granada. España

La ponencia propone analizar las instituciones y oficios municipales, tanto de carácter político como técnico, responsables, dentro de los cometidos propios de la policía urbana, de impulsar los procesos de modernización de las urbes españolas durante el periodo liberal y, más específicamente, de idear y proyectar las numerosas reformas urbanas ejecutadas a partir de las técnicas nacidas de la legislación urbanística estatal, caso de las alineaciones y aperturas de calles, que promovieron la adaptación de la ciudad histórica a la mejora del tránsito, higiene, seguridad y ornato públicos y la formación de un incipiente mercado del suelo basado en la tipología del inmueble de renta. A través de la Comisión de Ornato Público del Ayuntamiento Constitucional de Granada y los arquitectos de ciudad –denominación que durante décadas recibe en esta ciudad la figura del arquitecto municipal- se examinarán las competencias y labor de estos agentes claves en la administración municipal para acometer la transformación de la trama urbana, los procedimientos de selección y tramitación de los proyectos, los saberes técnicos requeridos para su elaboración, el examen y aprobación de las licencias de obras y su inspección, así como las estrategias utilizadas para incentivar la participación de la propiedad urbana, favoreciendo, a través de las ordenanzas y los reglamentos edificatorios, los intereses de las clases rentistas y promoviendo su participación en los cuantiosos gastos originados por estas obras públi-

cas frente a una legislación que aún no les obliga a ello y salvando asimismo la oposición de aquellos propietarios usufructuarios reacios a facilitar su materialización a través del uso de mecanismos como la declaración de ruina. En definitiva, se analizará, no solo las normas, sino también las prácticas urbanísticas seguidas para culminar las reformas urbanas.

PONENCIA 06: O obispado do Ribeirão Preto: autoridade e conflito no controle da terra urbana. Mundos urbanos e circulação de saberes

AUTORES: Dirceu Piccinato Junior Programa de Pós-Graduação "Stricto Sensu" em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – SP, Brasil

Durante o Brasil colonial (1500-1822), imperial (1822-1889), até a Primeira República (1889-1930), desenvolveu-se uma prática de fundar cidades. Essa prática esteve associada a doação de uma faixa de terra para um santo católico de devoção dos moradores. Uma vez doado, essa propriedade fundiária tornava-se um bem religioso e não poderia ser comercializada. Números expressivos de cidades brasileiras foram fundadas sobre o que denominamos de patrimônio (fundiário) religioso. A posse dessas terras urbanas, até o período republicano, não havia sido contestada juridicamente. Com a instituição da República a Igreja Católica passou por um processo de reestruturação e expansão de seus domínios. A multiplicidade de dioceses, com a consequente redistribuição das divisões territoriais das paróquias, surgiu como uma necessidade angustiante de uma política de criação de centros de decisão, mais próximos, estrategicamente localizados para estimular, supervisionar e controlar os interesses da Igreja Católica. Na primeira década do século XX foi criada a Diocese de Ribeirão Preto, território que compreendia parte do estado de São Paulo, em 7 de junho de 1908. Mediante a definição deste território estabelecido pela Santa Sé em Roma, o antigo sertão ganha um novo status, o de Bispado do Ribeirão Preto. O escolhido para ser bispo de Ribeirão Preto foi o religioso católico d. Alberto José Gonçalves. De acordo com a reorganização da Igreja, seguindo o modelo estabelecido por Roma, d. Alberto tinha como tarefas realizar as visitas pastorais, organizar a cúria e a administração dos negócios eclesiásticos. Ressaltamos ainda que o bispo teve como projeto regular a administração das igrejas e a posse da propriedade fundiária urbana. Os casos de divergências entre a municipalidade e a Igreja local eram consideráveis neste momento. Posto isto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a formação do Bispado de Ribeirão Preto a partir da atuação do bispo d. Alberto José Gonçalves como autoridade e administrador do patrimônio católico dessas terras. Quanto aos objetivos específicos, destacamos: i) compreender o processo de fundação de cidades no Brasil; ii) examinar o processo de reorganização da Igreja Católica que que culminou com a formação do Bispado do Ribeirão Preto e, por fim, iii) investigar as divergências entre a Igreja e a municipalidade e o posicionamento do bispo mediante essas pendências jurídicas. A abordagem metodológica empregada é a dialética, uma vez que ela nos permite uma interpretação dinâmica da realidade e a pesquisa se configura como histórica. Esse tipo de pesquisa parte do princípio de que as atuais formas de vida social, instituições e costumes têm origem no passado, conjuntura que pode reverberar em nossa realidade presente. Assim, o trabalho almeja contribuir para a constituição de uma história da vida urbana, suas relações, autoridade e conflitos sob uma outra perspectiva, a de uma "terceira via de análises".

PONENCIA 07: I Congresso de Habitação (1931, São Paulo): disputas profissionais e fórum do urbanismo

AUTORES: Raquel Jordan. Universidade Estadual de Campinas, Brasil

A quem cabia o exercício da autoridade nas cidades ibero-americanas? Responder a essa pergunta a partir do I Congresso de Habitação de 1931 aponta para disputas entre competências e campos disciplinares. Na cidade de São Paulo o período inaugura intervenções urbanas, mas também mudanças na legislação e no meio técnico e disciplinar, a exemplo da preparação e exercício de cursos de urbanismo nas faculdades de engenharia e arquitetura, a promulgação do Código Municipal de Obras de 1929, e debates em eventos, na imprensa diária e especializada. Realizado em maio de 1931, o congresso foi organizado pelo Instituto de Engenharia de São Paulo e contou com apoio e presença das autoridades municipais e estaduais, bem como da indústria da construção. Embora voltado a habitação, seus temas e teses também abordaram a legislação urbanística e a gestão municipal e permitem pensar o congresso enquanto um fórum de debates e negociação sobre os limites desse campo profissional e disciplinar. A comunicação propõe explorar os debates em torno da realização do congresso, a composição dos participantes e as teses sobre legislação urbanística, as quais envolveram diferentes narrativas sobre a gestão urbana. A partir dos vestígios desse congresso espera- se problematizar o urbanismo enquanto um campo mais amplo do que a engenharia e arquitetura, bem como sua construção e debate internacional.

PONENCIA 08: Castas, Razas, y Nacionalidades: Poder Social y Gobernación de Los Ángeles, California, 1781-1881

AUTORES: Philip J. Ethington, Department of History, University of Southern California

La fundación e historia temprana de Los Ángeles, California, tuvieron lugar al final del proceso de colonización de la Frontera Noroeste. Los colonos originales fueron enumerados con precisión como pertenecientes a seis castas diferentes: español, mestizo, negro, mulato, indio y coyote. Estos colonos dejaron el uso de las castas muy rápidamente y en su lugar se identificaron como "gente de razón", en contraste con los indios nativos de Alta California a quienes llamaban "gente sin razón": transformándose así en un sistema de poder social de dos razas.

Después de la Independencia en 1821 los inmigrantes anglosajones se establecieron en Los Ángeles, se convirtieron en ciudadanos mexicanos, católicos romanos, se casaron con los antiguos vecinos de Nueva España y se unieron una oligarquía gobernante cuyo principal problema era el control del trabajo indígena, la distribución de la tierra y del agua. Los descendientes de los colonos de Nueva España comenzaron a llamarse californios, y con sus aliados anglosajones se enriquecieron junto con la secularización de las misiones y la distribución de grandes latifundios.

En 1848, cuando Estados Unidos conquistó la región, un estrato unificado de grandes terratenientes anglo-hispanos ejercía el poder social y monopolizaba el gobierno en su defensa, contra una clase trabajadora indígena sin tierras. Así como los californianos habían dado la bienvenida a los anglosajones a la ciudadanía mexicana en el período 1821-1848, ahora los anglosajones dieron la bienvenida a los californianos a la ciudadanía estadounidense después de 1848. Y ambos adoptaron el sistema binario racial norteamericano-estadounidense de "blanco"/"no blanco".

En 1880, la antigua élite californiana se transformó una vez más, esta vez en "española", para distinguirse como "blanca" en contraste con los trabajadores mestizos mexicanos que migraron después de la conquista estadounidense y fueron racializados como no blancos y confinados a la clase trabajadora.
Esta ponencia rastrea la evolución del poder social y el gobierno de acuerdo con un conjunto de clasificaciones sociales en constante cambio. A través de esta alquimia de raza y nacionalidad, se borraron viejas identidades y se adoptaron otras nuevas como estrategias para ganar y mantener el poder social.

PONENCIA 09: Secularización, indígenas y dos ciudades. Los Ángeles y Ciudad de México (1770- 1810)

AUTORES: Marcela Dávalos INAH. Instituto Nacional de Antropología e Historia. México

La fundación de la ciudad de Los Ángeles, California (1781), coincide con las políticas de reordenamiento urbano llevadas a cabo en la ciudad de México entre 1772 y 1782.
Derivado de lo anterior, el éxito de la secularización (entendida como un vínculo entre el Arzobispado y el gobierno civil) en la capital de la Nueva España llevó, entre otras cosas, a la disolución de las corporaciones. En adelante, el vínculo entre indígenas y misioneros quedaría disgregado y sus bienes dispuestos para una normatividad que apuntó a homogeneizar el territorio sin distinción de castas.
El proceso de deceso del orden parroquial y secularización en la ciudad de México (1772) fue simultáneo a la fundación de la ciudad de Los Ángeles: el declive del poder mendicante abrió las puertas a un orden urbano caracterizado, entre otros factores, por el uso privativo y la expropiación de los bienes naturales en los que antes participaban los grupos indígenas.

PONENCIA 10: La forma material de la policía: entorno construido y gobierno urbano en la transición de la colonia a la república en Chile, 1786-1833

AUTORES: Katherine Vyhmeister Fábregas Departamento de Historia y Ciencias Sociales Universidad Adolfo Ibáñez, Chile

Durante el dominio español en América, las obras públicas desempeñaron un papel crucial en el gobierno del territorio. Si bien las grandes obras de infraestructura fueron fundamentales, también lo fueron proyectos de menor escala, como la planificación y mantenimiento de acequias, el empedrado de calles, la construcción de mercados de abastos o la renovación de edificios existentes, que contribuyeron a mejorar la calidad de vida de los habitantes. Estos proyectos de pequeña escala fueron ejecutados en gran medida por los cabildos, las entidades encargadas de administrar el bien común y mantener el buen orden en las ciudades y pueblos bajo el concepto de 'policía'. En el siglo XVIII, la noción de 'policía' hacía referencia a la función del gobierno encargada de mantener el orden social y fomentar la riqueza para mejorar el bienestar de la sociedad, donde el entorno construido desempeñó un papel fundamental. Esta ponencia aborda el período de transición de la colonia a la república, partiendo de la premisa de que el análisis de las expresiones materiales de una comunidad revela sus racionalidades y prácticas de gobierno. Se busca demostrar que, a pesar de los profundos cambios ocurridos en Chile durante este proceso, las formas locales de racionalidad política —una forma policial de gubernamentalidad— sobrevivieron al colapso del Imperio español y jugaron un papel clave

en los primeros años de construcción del Estado en Chile, a través del análisis de la administración y gestión de obras públicas de pequeña escala en el contexto urbano. Al enfocarse en la ciudad de Santiago de Chile, este trabajo busca incorporar una dimensión material a la interpretación histórica de la transición de un régimen colonial a uno nacional. En última instancia, el análisis de las expresiones materiales junto a las racionalidades gubernamentales permitirá comprender con mayor profundidad las continuidades y transformaciones en las prácticas de gobierno urbano durante los primeros años de la construcción del Estado en Chile.

PONENCIA 11: Genealogia da Cultura Técnica na Gestão de Obras Públicas em Pernambuco: Atores e Práticas entre 1817 e 1843

AUTORES: Carolaynne Stephanie Aragão Felix da Silva Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil
Maria Luiza Macedo Xavier de Freitas
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

Esta comunicação tem como objeto central a organização e a gestão das obras públicas em Pernambuco entre a segunda e a quarta década do século XIX, abrangendo um período de fim do domínio colonial por parte de Portugal e o início do Período Imperial (1817-1843), com foco na cultura técnica empregada e suas implicações sociais e políticas. Trata-se de um dos objetivos da pesquisa intitulada Os edifícios do eixo de conexão de Recife, PE: as transformações na cultura material e técnica ao longo de três séculos. A cultura técnica é entendida como um pentágono composto pelos profissionais que trabalham no campo do espaço construído e urbano e é composto por: cliente / poder público, construtor, engenheiro civil, arquiteto e trabalhadores da construção. A pesquisa, de abordagem interdisciplinar, utiliza métodos de análise documental e histórica, com base nos ofícios do Catálogo Analítico da Série Obras Públicas do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Os resultados mostram que, até 1830, a gestão das obras era dominada por engenheiros militares, com limitações técnicas devido à escassez de mão de obra qualificada e materiais locais. A partir da década de 1830, observa-se a introdução de engenheiros civis estrangeiros, como Louis-Léger Vauthier, que trouxeram inovações técnicas e mudanças na organização urbana do Recife. A pesquisa também evidencia o uso de mão de obra prisional e a dependência de recursos externos, refletindo as dinâmicas de poder e controle social da época. Esta análise contribui para a compreensão das intersecções entre gestão pública, saberes técnico- urbanísticos e práticas sociais, destacando como as escolhas administrativas e as condições sociais moldaram a infraestrutura urbana e as relações de poder em Pernambuco. Além disso, oferece insights sobre os processos de modernização e a evolução da cultura técnica na gestão das cidades ibero-americanas.

PONENCIA 12: Viçosa do Ceará: Arquitetura, Urbanismo e Circulação de Saberes na Formação Territorial

AUTORES: Sara, Silva Fonteles. Mestranda na Universidade Federal do Ceará, Brasil

A cidade de Viçosa do Ceará, antiga Vila de Índios na Missão da Ibiapaba, é o ponto de partida para estudar a cidade enquanto objeto de estudo em perspectiva histórica e teórica. Localizada a 250 km da capital cearense, na divisa com o estado do Piauí, possui traçado urbano proveniente do século XVIII. Formado por uma praça central e capela primitiva, que originou a igreja Nossa senhora da Assunção - a mais antiga do Ceará-, construida em 1695 com padrões comuns as igrejas menores da Companhia de Jesus. Viçosa do Ceará foi reconhecida como patrimônio nacional pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2002.
O objetivo geral foi, pois, explorar como a cidade de Viçosa do Ceará, através da análise da arquitetura e urbanismo como síntese social, se relaciona com a dupla lógica concomitante, global e local, de circulação de saberes, formas, ideias e homens. Os objetivos específicos que norteiam a pesquisam foram:1) identificar os agentes modeladores do espaço, historicamente contextualizados, balizando concepções arquitetônicas e urbanísticas transculturadas; e 2) Relacionar as especificidades locais de Viçosa do Ceará com as dinâmicas regionais, nacionais e internacionais. A metodología utilizada é embasada em fontes primárias textuais e gráficas, documentos oficiais além de revisão de literatura. A pesquisa aponta para presença de elementos inseridos dentro da lógica de circulação de saberes no século XVIII, na então Missão da Ibiapaba, como centro articulador no processo de ocupação portuguesa no território cearense. A conformação histórica de Viçosa do Ceará, bem como os interesses envolvidos na fundação da vila espacializados através dos agentes modeladores, embora obedecessem a uma lógica de ocupação também se relacionava com condicionantes locais, sob a lógica da transculturação, o que nos ajuda a pensar a formação do território, de forma articulada, ao mesmo tempo global e local.

PONENCIA 13: El comercio en las calles: la venta callejera de alimentos y la regulación estatal en medio de la construcción de una ciudad moderna. Santiago de Chile, 1900-1925

AUTORES: Claudia Deichler Carrasco Doctorado en Historia, Universidad de Santiago de Chile, Chile.

La ponencia que se propone busca analizar la relación entre los vendedores ambulantes de alimentos a inicios del siglo XX en Santiago de Chile, las autoridades municipales y gubernamentales y la construcción de ciudad entorno a ello. La capital chilena fue receptora de un profundo proceso de modernización, donde las formas de abastecimiento y consumo se vieron impactadas, generándose nuevas dinámicas de distribución y venta en las ciudades. Así, en el caso chileno y, específicamente en la capital, varios de los reglamentos urbanos buscaron delimitar, ordenar y limpiar la ciudad y para ello, se hizo necesario regular y limitar el comercio en las calles. La autora postula que la conformación de la ciudad moderna tuvo que tomar en consideración las prácticas sociales de consumo alimentario para poder llevar adelante parte del proyecto modernizador.

De manera similar a las grandes ciudades latinoamericanas, las urbes chilenas se destacaron por la presencia del comercio en las calles desde tiempos coloniales. Llegado el siglo XX, a pesar de la consolidación de algunos edificios de abastos concentrados en unas pocas calles de Santiago, las áreas que circundaban los mercados formales siguieron destacando como espacios de sociabilidad y como el escenario predilecto de intercambios y ofertas alimenticias informales. El Estado y los municipios, permeados por las nuevas directrices del proyecto modernizador, buscaron higienizar los espacios, tecnificar y mejorar la venta de alimentos y terminar con el comercio callejero. Sin embargo, las prácticas sociales de la época y la fuerte resistencia de los vendedores ambulantes hicieron imposible esa tarea, lo que obligó a las autoridades a diseñar modelos urbanos donde estos sujetos tuvieran espacio. La ciudad debió ser pensada contemplando las lógicas de venta y consumo de los ciudadanos. Esta ponencia propone reflexionar sobre la construcción de la ciudad y en qué grado ésta fue pensada considerando las prácticas, costumbres y relaciones de los propios ciudadanos. Para ello se analizan fuentes institucionales (reglamentos, permisos y decretos), en complemento con fuentes visuales.

PONENCIA 14: La ciudad de México. Entre la salud y la enfermedad

AUTORES: Alejandra Contreras Padilla Facultad de Arquitectura, Universidad Nacional Autónoma de México

El presente trabajo tiene como objetivo identificar los cambios que se dieron en el espacio urbano en tres momentos históricos, generados a partir de consideraciones en torno a la conservación de la salud de los habitantes de la capital de México. El primero identificado a finales del siglo XVIII con los saberes llegados a la capital del virreinato de la Nueva España por medio de los gobiernos dirigidos por los Borbones, que bajo los principios de urbanismo ilustrado, buscaban mejorar la sanidad de la ciudad. El segundo momento será con el movimiento higienista, que inició en Europa, y tendrá gran aceptación en el país, sobre todo después de la pandemia de cólera morbus de 1833, pero que impactará en México hacia la segunda mitad del siglo XIX con la llegada del emperador Maximiliano de Hasburgo, que propondrá grandes innovaciones para lograr el mejoramiento de la ciudad, mismas que se concretarán en el tercer momento propuesto, que será a finales del siglo XIX primera década del XX con el régimen de Porfirio Díaz, momento en el que se puedan materializar todas las ideas ilustradas e higienistas prefiguradas un siglo atrás.
El rol que desempeñaron las autoridades en estos momentos históricos, tuvieron como elemento en común generar cambios en el espacio urbano que ayudaran a mejorar las condiciones de salud de los habitantes, en el que participaron dependiento del momento histórico arquitectos, Maestros Mayores, ingenieros militares, ingenieros forestales y médicos. Las innovaciones en el ámbito urbano se centrarán en el mejoramiento de equipamientos e infraestructuras, que van desde la creación de áreas verdes con parques, plazas, camellones jardinados hasta la consolidación de sistemas de distribución de red hidráulica, drenajes y recolección de basura.

E3_04_Cidades no Fluxo e Refluxo Transatlântico: Conexões Históricas entre o Brasil e Cidade Africanas

COORDENADORES:
Ângela Mingas. Escola de Arquitetura e do Núcleo de Estudos de Artes, Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Lusíada de Angola, Angola
Dilton de Almeida. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Brasil

PALAVRAS-CHAVE: Diáspora Negra; Colonização; Urbanização; Segregação

RESUMO: O simpósio "Cidades no Fluxo e Refluxo Transatlântico: Conexões Históricas entre o Brasil e Cidades Africanas" busca explorar as interações urbanas entre o Brasil e cidades africanas ao longo da história. Tomando o Atlântico como uma ponte de circulação de pessoas, ideias e trânsitos culturais, o evento propõe um diálogo interdisciplinar que articule temas como história urbana, colonização, migrações, descolonizações e urbanismos contemporâneos, destacando as relações entre o Brasil e a Nigéria, o Golfo do Benin e Angola, ou outras áreas de colonização luso-ibérica.
Busca-se refletir sobre os processos históricos que moldaram as cidades nos dois lados do Atlântico, com ênfase nas civilizações africanas, na colonização e nas diásporas africanas no Brasil, além do refluxo para o continente africano. O simpósio visa iluminar como a urbanização foi atravessada por esses fluxos transatlânticos e como as cidades africanas responderam a esses desafios históricos.
Serão explorados temas relacionados ao legado das civilizações africanas pré-coloniais e suas latências nas estruturas espaciais e culturais das cidades africanas e brasileiras. A colonização é vista como uma ruptura, na qual os poderes europeus impuseram novas formas de urbanização, muitas vezes marginalizando práticas locais. No entanto, o simpósio também dará destaque às estratégias de resistência, adaptação e reconfiguração urbana, tanto nas cidades africanas quanto no Brasil.
Outro foco central será o fenômeno das migrações, tanto forçadas, como o tráfico transatlântico de escravizados, quanto voluntárias, incluindo comunidades retornando à África ou migrantes contemporâneos. Entendemos que a circulação de pessoas moldou as configurações urbanas e fomentou trocas culturais e intelectuais, evidentes e manifestas em práticas religiosas, arquitetônicas e sociais.
O simpósio também buscará compreender os processos de descolonização e as reconfigurações urbanas nas cidades africanas após as independências. Com o fim do domínio colonial, muitas dessas cidades enfrentaram o desafio de reestruturar suas dinâmicas urbanas, políticas e culturais, enquanto afirmavam novas facetas nacionais e pan-africanistas, ao mesmo tempo em que lidavam com desigualdades sociais e econômicas persistentes. Paralelamente, o simpósio se propõe a refletir sobre como essas transformações contaminaram, e continuam a contaminar, o Brasil, principalmente no contexto das diásporas e dos movimentos por igualdade e justiça racial.
Os urbanismos contemporâneos buscarão ser analisados com base nas dinâmicas atuais das cidades brasileiras e africanas, abordando questões como desigualdade, gentrificação, governança e resiliência frente a desafios globais, incluindo mudanças climáticas e crises econômicas. Estudos de caso ou comparações entre cidades como Salvador, Lagos e Luanda poderão oferecer perspectivas sobre como esses fenômenos urbanos têm desdobramentos compartilhados e singulares nos dois continentes.

Por fim, o simpósio pretende fomentar uma reflexão crítica sobre o papel das cidades na articulação de saberes, memórias e resistências. O objetivo é promover trocas entre estudiosos e profissionais de diferentes campos, construindo aproximações entre o Brasil e a África no campo da história urbana, buscando entender não apenas os desafios do passado, mas também as possibilidades de futuros urbanos mais inclusivos e interconectados.

COMUNICAÇÃO 01: As três margens do Atlântico: Moçâmedes, entre o colonialismo e a urbanização planetária

AUTORES: Diego Inglez de Souza. Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo | Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Portugal

Esta proposta de comunicação para o simpósio Urbanizações latino-americanas: perspectivas comparadas e histórias conectadas examina o caso de Moçâmedes, no sudoeste de Angola, explorando suas conexões com o mundo ibero-americano e seu papel na colonização portuguesa. Fundada em 1849, Moçâmedes foi ocupada por luso-brasileiros transferidos de Pernambuco após a Revolução Praieira, um levante marcado por um forte sentimento anti-lusitano a seguir à independência do Brasil. A transferência desses colonos reflete a mudança no eixo das políticas coloniais portuguesas, que, após a independência do Brasil, passaram a priorizar a ocupação de territórios na África.
Mesmo antes desse movimento de colonização, os abundantes recursos haliêuticos da região já haviam sido observados por navegadores ingleses, mas as condições agrestes do Deserto do Namibe limitaram a ocupação, que era dispersa e feita por populações autóctones. Após a chegada dos luso-brasileiros, seguiu-se uma segunda onda de ocupação na década de 1850 por pescadores algarvios originários de Olhão, criando um encontro inusitado entre portugueses e luso-brasileiros no Sul da África. Este cruzamento de fluxos ajudou a definir a expansão de Moçâmedes ao longo do século XIX e início do século XX, impulsionada pela pesca, mineração e indústrias de transformação.
Na segunda metade do século XX, Moçâmedes foi objeto de um Plano Geral de Urbanização concebido em Lisboa, ao mesmo tempo que alguns edifícios na cidade ecoam referências à arquitetura moderna brasileira. Já no século XXI, a cidade passou por uma nova fase de expansão urbana, desta vez impulsionada pela especulação imobiliária associada ao capital chinês e às empreiteiras brasileiras, revelando outras dinâmicas globais contemporâneas que continuam a construir a paisagem de Moçâmedes. Estes três momentos oferecem uma perspectiva multipolar que conecta três margens do Atlântico e revelam conexões que ajudam a problematizar as grandes narrativas propagadas por uma visão global e monolítica da história destes territórios.

COMUNICAÇÃO 02: Com Muniz Sodré: Territorialização e formação cultural através das festividades negro-brasileiras

AUTORES: Anderson Romério Rosas França. Doutorando em Comunicação Social na Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

O artigo revisita o pensamento do sociólogo Muniz Sodré com o objetivo de identificar relações entre territorialização e formação cultural através das festividades negro-brasileiras. Trata-se de entender como encontros e co-presença ativa num território criam, ao mesmo tempo, pertencimento, iden-

tificações coletivas e, ainda, a comunhão e circulação de saberes entre os envolvidos. Compreender tais nexos nos auxilia para reconhecer as contribuições das mãos negras em nossa história cultural urbana, mas também para reforçar a relevância das tramas sociais – laços e interações – para a vida das cidades. Para tanto, o trabalho é dividido em três momentos. Num primeiro contextualizamos brevemente o itinerário intelectual do autor, bem como a estrutura geral d' O terreiro e a cidade, que nos servirá de fio condutor ao artigo. Identificamos seus objetivos mais gerais, o arco temporal e os fenômenos históricos de que trata, além das categorias centrais mobilizadas. Na segunda seção, damos destaque aos seguintes pontos: 1) aprofundar no entendimento do conceito de "territorialização" como um processo físico e simbólico, formador de lugares e de sujeitos, o que confere aos territórios a carga cultural que se transmite entre os envolvidos e entre gerações; 2) identificar a relação entre tal processo e as festividades religiosas e profanas afro-brasileiras. Ainda nesta, mostramos o sentido que as formulações do sociólogo ganham em debates acerca da cultura e vida urbanas. Na terceira seção, mapeamos brevemente como o pensamento de Sodré sobre tais fenômenos têm sido recebido no campo do pensamento brasileiro, bem como abrimos para triangulações com outras contribuições a respeito dos fluxos transatlânticos.

COMUNICAÇÃO 03: Lata d'agua na cabeça: um corpo negro carrega água na cidade brasileira do século XIX

AUTORES: Tadeu de Brito. Faculdade de Arquitetura, Centro Universitário Unieuro, Brasil,
Luciana Sabóia. Faculdade de Arquitetura, Universidade de Brasília, Brasil

No Brasil do século XIX, ao mesmo tempo que o tráfico negreiro se intensificava, as cidades também passariam a ser destinos desses negros e negras. Nas maiores cidades do país, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife espaços como beiras de rios, fontes de água, portos, feiras, praças e ruas, seriam marcados tanto por práticas de trabalho forçado quanto por encontros e momentos de sociabilidade de negros e negras mesmo que sob vigilância.

Ao passo que faziam as cidades funcionarem sendo serviços de transporte, alimentação, iluminação, distribuição de água e esgoto, esses negros transformariam alguns locais das cidades em lugares negros: espaços de encontro e de reconstrução de laços sociais. Para analisar esse momento da história da cidade, levamos em destaque as fontes de água, com foco nas obras Porteus d'eau [Carregadores de Água], pintada em 1835 por Johann Moritz Rugendas e Chafariz da Carioca (1833) de Julien Palliere. São obras que nos permitem imaginar que ir a uma fonte poderia significar diversas ações, desde a realização do trabalho escravizado ou de ganho, até disputas por território e encontros entre negros de diferentes cantos da cidade. Nessas dinâmicas, o ato de buscar água poderia se expandir para outras práticas sociais.

Sem invisibilizar as questões inerentes ao olhar europeu que documentou cenas da vida cotidiana do século XIX, podemos utilizá-las como fontes de pesquisa para a construção de uma história da cidade na qual negros e negras são sujeitos ativos do espaço urbano. Período esse em que a vida citadina começava a se intensificar influenciada pelo poder imperial e pelos desejos de modernidade inspirados na Europa, materializados em costumes, obras urbanas e instituições. Ao passo que cidades começavam a adquirir traços urbanos, a constante presença negra em circulação se tornava uma de suas marcas fundamentais.

COMUNICAÇÃO 04: As Espacialidades e territorialidades da comida de matriz africana e afro-brasileira a partir das cozinhas de terreiro e casas de famílias negras na cidade do Rio de Janeiro

AUTORES: Clarissa Gomes da Silveira. Programa de pós-graduação em memória social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Maurício Wilson Camilo da Silva
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia

Este artigo propôs o debate sobre a espacialidade e territorialidades das comidas de matriz africana e afro-brasileira, a partir da sua fusão na memória ancestral e matriarcal, e sentidos que constroi a partir das manifestações e relações sociais das mulheres de terreiros, famílias e comunidades afro brasileiras. E como forma de identificar e discutir sobre as diferentes narrativas históricas e culturais de mulheres através da comida e suas deslocações físicas e sensoriais.
A motivação para esta discussão decorre do fato de que, na medida que os corpos trazidos da África para as Américas foram inseridos no sistema de colonização europeu, certos valores culturais e civilizatórios africanos se perderam. Um desses valores é a dimensão simbólica da comida e da cozinha na afirmação do protagonismo das mulheres, isso ocorreu tanto em detrimento da colonização, que desvalorizou o atributo do sagrado da comida, a prática da cozinha e corpo da mulher africana, quanto pela suas inserções no domínio cultural ocidental, o que ressignificou a função da comida e da cozinha na definição do papel social da mulher.
Este debate tem como base as epistemologias africanas, como condição para validação dos sujeitos e suas ações, levando em conta que as memórias e saberes a serem debatidas são de herança africana.
Pode-se notar, que se o espaço é inseparável da relação social que se dá nele, e se esta relação social é estruturada e articulada por uma epistemologia ou expressão filosófica, podemos argumentar que o próprio espaço social também é uma estrutura filosófica que anima a sociedade nela inserida no contexto da relação em transformação. O próprio espaço é uma estrutura epistemológica, e a sua configuração convém o manifesto de diversas filosofias no qual a sociedade compartilha e (re) significa a sua relação.

COMUNICAÇÃO 05: A Produção de Territorialidades Afro-Indígenas a Partir do Bloco Coração das Meninas na Zona Portuária do Rio de Janeiro

AUTORES: Amaro Sérgio Marques. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.
Tatiana Martinz Gil de Alcantara. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.
Ana Cecilia Mello da Silva Braga. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.
André Luiz Paiva Codeço. Centro Universitário Augusto Motta, Brasil.

Desde a invasão Portuguesa ao Brasil e posterior desembarque de pessoas escravizadas em meados do século XVI no Rio de Janeiro, diversos processos de apagamento e invisibilização das populações africanas em diáspora e dos povos originários vêm ocorrendo até o presente. Durante mais de três séculos de escravização e, posteriormente, após a abolição em 1888, os afro-brasileiros sofreram perseguições e a desvalorização de sua cultura, religião, língua e ancestralidade.

Todavia, sempre houveram movimentos de resistência e insurgência - como os quilombos, as rebeliões ou revoltas - para manter vivos os conhecimentos trazidos do continente africano e ressignificados em território brasileiro. Essas práticas incluem as religiões de matriz africana, o samba (batuque, jongo e o carnaval), a capoeira, a culinária, a língua e as formas de produção do território negro.
Desde os diversos quilombos urbanos e rurais que permearam o tecido da cidade até os espaços de zungus (situados em matas e áreas afastadas do centro), às Casa de Culto (terreiros), os cucumbis - precursores dos cordões, ranchos, blocos e das atuais escolas de samba -, todas essas manifestações culturais promovidas pelo povo negro e seus descendentes; todos esses, representavam e ainda representam, resistências e insurgências, que apontam para outras cosmologias, que afetam na produção do território e das territorialidades no Rio de Janeiro.
No bairro da Gamboa, uma dessas insurgências se materializou através do Ponto de Cultura Kwe-Bororo, da Casa de Pertencimento e Resistência Afro-indígena e da Associação Cultural Bloco Carnavalesco Coração das Meninas, criados por João Bororo, militante local e fundador desses coletivos de cultura.
Este trabalho analisa a produção do território e das territorialidades negras a partir das práticas socioculturais desenvolvidas por esses coletivos, evidenciando suas estratégias de resistência e pertencimento na zona portuária do Rio de Janeiro.

COMUNICAÇÃO 06: A Amazônia e as raízes negras: uma análise crítica dos processos urbanos hegemônicos e do apagamento da cultura afro-diaspóricas em Manaus (MA)

AUTORES: Clara Luiza Silva Monteiro. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

A presente comunicação tem como objetivo questionar o apagamento da cultura negra e afro-diaspórica na formação urbana da cidade de Manaus, localizada no coração da Amazônia brasileira. Neste trabalho, as informações alinhavadas têm origem em saberes que transcendem as epistemologias urbanas hegemônicas e que se amparam em fontes diversas, nas quais estão incluídos os saberes tradicionais. A decupagem dessas informações traça a contribuição negra para a formação da identidade cultural e urbana da cidade, que outrora se acreditava ter apenas a contribuição indígena e cabocla, mas que, a partir do século XVIII, com o fluxo migratório oriundo do Maranhão, tornou-se expressiva após o início do primeiro ciclo da economia da gomífera. Aqui, destaca-se a importância dos terreiros e do Quilombo de São Benedito na cidade de Manaus, que são colocados sob a ribalta para desvelar a presença ancestral afro-indígena no território. Como resultado disso, o trabalho discorre acerca da importância da criação de equipamentos culturais que possibilitem o fortalecimento da herança afro-diaspórica e do comprometimento com a manutenção das tradições resultantes dos processos sincréticos, compostos por subtrações e aglutinações de práticas culturais africanas e indígenas que permanecem vivas neste território. A discussão acerca de equipamentos para a viabilização dessas práticas alcança a materialidade dos espaços através de um breve levantamento de simetrias presentes na arquitetura vernacular existente tanto em territórios da África Ocidental quanto na região amazônica, apresentando-as como alternativas futuras para a arquitetura contemporânea, visando ao resgate e à transmissão de saberes ancestrais através da articulação entre espaços de cultura e agentes culturais.

COMUNICAÇÃO 07: O processo de urbanização nas comunidades ancestrais africanas e a disputa de narrativas acerca da preservação e patrimonialização dos seus sítios sagrados

AUTORES: Maurício Wilson Camilo da Silva. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasil
Priscila Corrêa Faria. Mestra em Urbanismo, Programa de pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Este resumo propõe o debate sobre as transformações das comunidades ancestrais africanas e a disputa de narrativas acerca da preservação e patrimonialização dos seus sítios sagrados.
Tomamos como objeto teórico, o espaço habitado para identificar novos elementos e relações que podem emergir na análise de diferentes categorias sócio-espaciais nas comunidades ancestrais Bo Pepiel, que constitui o nosso objeto empírico.
As transformações das comunidades ancestrais africanas são produto de vários processos históricos e culturais. Mas, para o efeito desse debate, tomados como ponto de partida a análise sobre o processo de urbanização e sua articulação com a produção agro-exportação e mineração que estão em curso nos seus espaços, como produtos da colonização europeia e modo de produção capitalista, que não apenas se apropriam dos corpos e terras comunitárias, mas também contribuem para alteram as suas relações com seus ambientes.
Nesse contexto, pode-se perceber a produção de um espaço cujas relações sociais são reguladas pelo mercado, tornam os corpos africanos cada vez mais dependentes das estruturas do circuito moderno, que contribuem para a reprodução do encarceramento e da pobreza.
A metodologia articulou o debate com as epistemologias africanas e anti-coloniais, partindo da análise das estruturas espaciais, narrativas e imagens dos lugares e a própria apropriação dos corpos africanos e suas diversas formas de resistência.

E3_05_Ocio y entretenimiento en las ciudades iberoamericanas. Prácticas, ideas y circulación de imaginarios en el siglo XX

COORDENADORES:
Ivo Renato Giroto. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo.
Deborah Sandes de Almeida. Escola da Cidade.
Michel Chaui. Cia do Metropolitano de São Paulo.

PALABRAS CLAVE: Historia Cultural Urbana; Espacios de Entretenimento; Circulación de Ideas y Prácticas; Iberoamérica; Siglo XX

RESUMEN: Esta mesa se propone reunir a investigadores que reflexionen sobre los espacios de entretenimiento de las ciudades latinoamericanas a lo largo del siglo XX desde una perspectiva histórica. Se espera recibir trabajos que estudien las transformaciones técnicas, arquitectónicas o estructurales que fomentaron, en las ciudades iberoamericanas, la consolidación de diferentes lugares de diversión y de entretenimiento como también las prácticas y las ideas que estos espacios suscitaron. A partir de herramientas de análisis de la historia social, cultural e intelectual, la mesa apunta a reflexionar sobre un conjunto amplio y heterogéneo de espacios destinados al ocio y el entretenimiento urbano como los parques, los balnearios, los espacios deportivos, las ferias, las fiestas populares, las salas de concierto o los teatros, entre otros, así como las reflexiones e ideas que se forjaron distintos actores imbricados en estas prácticas (autoridades municipales, los saberes especializados, la cultura local, etc.).

Estos espacios se ofrecen a la historia cultural urbana como escenarios privilegiados para entender cómo las emociones, la gestión del tiempo libre, los sentidos sobre la diversión y lo risible se imbrican con un conjunto de temas y problemas vinculados con los procesos de construcción material y simbólica de la ciudad. La mesa apunta también a reflexionar sobre los intercambios, cruces y contactos internacionales habilitados por la circulación continental y atlántica de objetos, ideas y personas involucradas en la gestión y uso de estos ámbitos.

Los lugares para la diversión y la fiesta permiten que sus asistentes expresen fuertes emociones de manera pública que parecieran distender, aunque sea momentáneamente, las presiones y constricciones de la vida diaria. Paradójicamente, la trasgresión social que se propicia en estos ámbitos no termina de sortear los controles, las prescripciones sociales y las constricciones morales pues estos encuentros también consolidan tradiciones y afianzan sentidos compartidos.

Invitamos a presentar ponencias derivadas de investigaciones que aborden preguntas y diálogos vinculados con la historia urbana desde un enfoque social, cultural o político atento a las intersecciones entre las dimensiones materiales y simbólicas que convergen en la construcción histórica de las ciudades. Se celebra la presentación de casos de estudio, avances de investigación, preocupaciones historiográficas o análisis de fuentes.

COMUNICAÇÃO 01: Atlas do Desbunde Carioca: O carnaval e o Cacique de Ramos nos anos 1970

AUTORES: Júlia Teles da Costa Piassabussú. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil,
Eliana Rosa Queiroz Barbosa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Parte da rede "Anos 1970 no Brasil: cidade, canção, corpo", que parte da indagação de como as cidades foram mobilizadas pelas artes durante a ditadura, a pesquisa aqui proposta procura abordar um recorte do carnaval carioca na década de 1970, período pós AI-5, de endurecimento da repressão à manifestações culturais e agremiações imposta pelo regime militar, através do estudo de caso do bloco de embalo do Grêmio Recreativo Cacique de Ramos, inserido em uma rede de instituições de sociabilidade negra do subúrbio carioca. Durante a década de 1970, entendemos que tanto o bloco, enquanto manifestação cultural de rua, quanto sua sede, enquanto ponto de encontro e elemento articulador de uma rede de sambistas, transcenderam a geografia dos ensaios e desfiles, tornando-se um símbolo de liberdade criativa em um contexto de severa repressão. Durante esta década, o Cacique dialogou com movimentos de contracultura e com a arte experimental de Hélio Oiticica e Carlos Vergara, além de ter se tornado o berço do samba de raiz com o Fundo de Quintal. Partindo de Castro (2021) e Sapia (2016), acionamos essas duas articulações do Cacique de Ramos através de uma sequência de cartografias interpretativas que registram, tanto como as espacialidades dos desfiles do carnaval sofreram importantes alterações ao longo da década por conta de intensas transformações urbanas no centro da cidade, até culminar no início da construção do Sambódromo em 1983, quanto a rede de instituições e atores do samba que ele articulou na cidade. Finalmente, através da produção de uma narração gráfica, apresentamos a sede do Grêmio Recreativo Cacique de Ramos, localizada em Ramos, como um exemplo de tipologia arquitetônica da sociabilidade negra carioca. Entre desfiles e rodas de samba, argumentamos aqui que o Cacique transformou o espaço urbano em palco de expressão popular e identidade afro-brasileira.

COMUNICAÇÃO 02: Práticas urbanas e espaços libertários: reflexões através de Torquato Neto (1968-1972)

AUTORES: Alexandre Pajeú Moura. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Esta comunicação busca refletir sobre os espaços libertários que emergem de fragmentos da trajetória artística de Torquato Neto entre as décadas de 1960 e 1970. O poeta, letrista e jornalista, viveu nas cidades brasileiras - Teresina, Salvador, Rio de Janeiro - e fez parte de duas importantes movimentações político-culturais: a Tropicália, a partir da aproximação com Gilberto Gil e Caetano Veloso nos anos 1960, e a contracultura - conhecida como geração desbunde -, a partir das relações com Hélio Oiticica, Wally Salomão e Glauber Rocha nos anos 1970. Por meio das práticas urbanas de Torquato Neto, buscamos compreender a construção simbólica que emerge de contextos sociais distintos e que amplia as discussões sobre o caráter libertário proposto por ele nestes espaços. Assim, através de narrativas urbanas, tecemos perspectivas históricas críticas acerca dessas práticas de caráter transgressivo, perfu-

rando e desmontando as cristalizações e sensos comuns já naturalizados. O recorte temporal específico inicia-se em 1968 com o lançamento do álbum Tropicália ou Panis et Circencis, disco-manifesto do grupo dos tropicalistas do qual o poeta foi membro importante; e se encerra em 1972, momento em que ele desenvolve coletivamente, produções experimentais em espaços públicos, produzindo filmes em Super-8. Para isso, mobilizamos imagens coletadas do acervo do poeta, que narram essas práticas urbanas de transgressão social realizadas em espaços cotidianos das cidades brasileiras, além de correspondências (cartas, telegramas e cartões postais) entre Torquato Neto e alguns atores sociais desse momento histórico. A metodologia pretende evidenciar as distintas escalas de abordagem da contracultura brasileira, posicionando a crítica ao oficial e ao mercadológico para mapear as representações nacionais na segunda metade do século XX. Dessa forma, buscamos evidenciar como existia uma aspiração cosmopolita que orientava produções artísticas e redefiniu as noções de local, nacional e universal, relevantes para a expansão da ideia de cultura urbana libertária.

COMUNICAÇÃO 03: Deporte, ocio y modernidad: La arquitectura Art Déco en los espacios de entretenimiento en la Ciudad de México posrevolucionario

AUTORES: Carolina Magaña Fajardo. Facultad de Diseño, Universidad Anáhuac México y Universidad Nacional Autónoma de México.

Durante el siglo XX, las ciudades iberoamericanas experimentaron un proceso de modernización en el que el ocio y el entretenimiento jugaron un papel fundamental en la configuración del espacio urbano. En la Ciudad de México, la arquitectura Art Déco se convirtió en un lenguaje privilegiado para la materialización de espacios destinados al esparcimiento, vinculados al deporte y al consumo cultural. Este trabajo explora la relación entre el deporte y el desarrollo arquitectónico de espacios de ocio en la Ciudad de México en la etapa posrevolucionaria, poniendo especial énfasis en el papel del diseño Art Déco en la consolidación de un imaginario urbano moderno. A partir de una aproximación histórica y cultural, se analizan dos casos emblemáticos: el Frontón México, inaugurado en 1929 como un centro de entretenimiento vinculado al deporte de la pelota vasca, y la Asociación Cristiana Femenina, que promovió la actividad física y la recreación femenina dentro de una narrativa de modernidad e higiene. La investigación aborda cómo estos espacios se inscribieron en la visión filosófica y educativa promovida por José Vasconcelos, quien impulsó el deporte como parte del proyecto nacionalista de modernización cultural. Asimismo, se examina el rol de publicaciones como El Universal (1935), Revista de Revistas (1927) y Paquita (1939) en la difusión de estas ideas, configurando representaciones del ocio y el entretenimiento urbano. Este estudio contribuye a la comprensión de los espacios de diversión en la Ciudad de México y su papel en la construcción simbólica de la modernidad, analizando cómo el diseño arquitectónico y urbano respondió a las nuevas prácticas de entretenimiento y sociabilidad en la capital mexicana.

COMUNICAÇÃO 04: Império do Riso: O Parque de Diversões da Exposição do Centenário da Independência de 1922

AUTORES: Mariana Rodrigues de Oliveira. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Laboratório de Narrativas em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil.
Beatriz de Souza Ferreira. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Laboratório de Narrativas em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil.
Niuxa Dias Drago. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Laboratório de Narrativas em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil.

A Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922 foi "[...] testemunho do nosso grau de adiantamento e civilização [...]" (Jornal do Brasil, 1920) e buscava consolidar uma almejada identidade cosmopolita do Brasil para o mundo. Dentre diversas demonstrações de poderio, o certame se destacou no âmbito dos divertimentos, contando com passeios de trem, barco ou hidroavião, bailes, concertos e, principalmente, um grande parque de diversões à beira mar. A proposta de comunicação se debruça, então, numa análise sobre tal parque, "O império do riso – A cidade da alegria" (Jornal das Moças, 1922). Com base em artigos, livros, periódicos, revistas, acervos iconográficos e diferentes planos do certame, discorre-se sobre a presença do monopólio de divertimentos, seu impacto no cotidiano carioca, a adesão das mais diversas camadas da sociedade, e aprofunda-se, principalmente, no consumo das atrações e no perfil do espectador. Os descompassos entre seu projeto original, concebido pelo arquiteto Morales de Los Rios, e o projeto de fato executado e transformado ao longo dos seus dez meses de funcionamento também são discutidos. Ademais, tomando como base uma planta elétrica encontrada no Museu Histórico Nacional, investiga-se a localização dos brinquedos autômatos presentes no programa. Por fim, debruça-se sobre o frontispício do parque, elemento de 80 metros de comprimento que, com esculturas, frisos e ornamentos, retratava, sobretudo, a cultura brasileira. Sendo assim, a pesquisa se baseia num período que clama pelo resgate de seu protagonismo; um marco no contexto carioca que se perde no tempo dadas as rupturas da historiografia, mas que também é escrito a partir delas. Detalhes permitem entender as origens de práticas e estratégias difundidas no cenário de divertimentos que são carregadas de particularidades, sobretudo num momento em que se buscava a identidade de um país que festejava sua independência diante do mundo.

COMUNICAÇÃO 05: Paisajes de ocio. Montevideo, la primera ciudad balnearia

AUTORES: Lourdes Patricia Pérez Maeso. Instituto de Historia, Facultad de Arquitectura Diseño y Urbanismo (FADU), Uruguay.

Este artículo se plantea analizar la influencia de la industria turística en la conformación del imaginario paisajístico en Uruguay, tomando a su capital como el punto de partida de dicha expansión. Montevideo podría ser considerada como la primera ciudad turística del país, así como la antesala de todo lo que surgió posteriormente con respecto al turismo. A la joven Montevideo, ciudad balnearia, se le fueron sumando varias propuestas de un territorio que integraba diversos paisajes y actividades de ocio. El rol fundamental del Municipio de Montevideo, sumado a la decisiva intervención del Estado con la creación de la Comisión Nacional de Turismo y sus publicaciones, constituyen un hito tras-

cendental en el desarrollo de la industria turística de nuestro país. En Uruguay, la actividad turística formó parte del proceso modernizador, político, económico y social iniciado a fines del siglo XIX en Montevideo, su capital. Su economía, con un fuerte perfil agroexportador, había comenzado su lento proceso diversificador en el que se ubica la expansión del turismo, cuyo principal atractivo fue el área costera sobre el Río de la Plata comenzando por Montevideo y luego, la del Océano Atlántico. En Montevideo nació la expansión de la ocupación de la franja costera, la intención de abarcar todo el territorio nacional como atractivo al turismo, la consideración de toda la costa sur dentro de una posible oferta turística y la institucionalización a través de la Comisión Nacional de Turismo; la capital tuvo un papel decisivo en la formación del imaginario turístico del país, y por ende, en la conformación de una imagen nacional que influirá en la percepción global del país y en la valoración de sus paisajes y recursos naturales.

COMUNICAÇÃO 06: Arquitectura deportiva; deporte; tiempo libre; historia de la arquitectura y del urbanismo

AUTORES: Rodrigo Millán Valdés. Investigador asociado, Escuela de Historia, Universidad Diego Portales, Chile.

¿Cómo se proyecta un estadio? ¿En qué parte de la ciudad conviene ubicarlo? ¿Qué actividades debe albergar un complejo de esa naturaleza? ¿Quién financia los gastos de una obra de esa escala? Éstas fueron algunas de las preguntas a las que se enfrentaron arquitectos, ingenieros, dirigentes deportivos, educadores y políticos de la primera mitad del siglo XX al momento de imaginar la construcción de equipamientos deportivos en las grandes ciudades de Sudamérica. En un momento continental en que los espacios para la práctica deportiva fueron impulsados por motivos comerciales, educacionales, sanitarios, patrióticos e inmobiliarios, existieron debates disciplinares en torno a la definición de qué programas deportivos y extra-deportivos debía cobijar un estadio, cómo debían regularse los flujos de personas y vehículos que asistirían a los espectáculos deportivos y qué lenguajes y materialidades eran las más adecuados para la construcción de estos símbolos de la modernización urbana y cultural latinoamericana. A partir del seguimiento a las biografías profesionales de tres proyectistas (Juan A. Scasso, de Montevideo, Uruguay; Ricardo Müller, de Santiago, Chile; Ícaro de Castro Mello, São Paulo, Brasil) buscaremos comprender la forma en que algunos profesionales fueron desarrollando lenguajes, soluciones de diseño y propuestas de localización al interior de la ciudad para estadios, clubes deportivos, piscinas y pistas atléticas, entre otros, en contacto con ideas que ya venían aplicándose en Europa y Estados Unidos de Entreguerras. En este sentido, el trabajo discute las sucesivas adaptaciones, traducciones y reinterpretaciones de ideas arquitectónicas y urbanísticas surgidas en otros contextos, así como la progresiva aparición de proyectistas especializados en este tipo de equipamientos urbanos (que inclusive operaron como consultores internacionales) bajo el alero del poder público y la práctica privada.

COMUNICAÇÃO 07: Vértigo y velocidad entre la naturaleza y el comercio. Parques de atracciones y ferias en la ciudad moderna latinoamericana

AUTORES: José Javier Alayón González. Departamento de Arquitectura, Pontificia Universidad Javeriana, Colombia,

Los parques de atracciones, ferias, ciudades de hierro, entre otras denominaciones de estos espacios de ocio emergieron asociados a la ciudad moderna industrial, justamente para experimentar de manera acelerada lo que proponía la ciudad mecanizada del futuro. El vertigo de habitar en las alturas o la velocidad de desplazarse en medios de transporte cada vez más rápidos son dos de los principios básicos de la mayoría de las atracciones que disfrutaban -aun hoy lo hacen, aunque menos impresionados- los visitantes de estas ciudadelas, la mayoría de las veces efimeras y móviles. El otro elemento determinante de estos espacios ruidosos e hiperiluminados es la transgresión, en donde algunos espacios oscuros y cavernarios juegan con los miedos ancestrales del ser humano o con el rompimiento de las reglas. Como uso moderno, vinieron a mercantilizar experiencias que, de manera natural o por juegos tradicionales, se podían experimentar sin intermediación de la energia eléctrica. Eran tambien, una muestra de progreso, de avance tecnológico aplicado al ocio. Además de colonizar parques existentes ocupando los intersticios de la naturaleza -emulándola en ocasiones con formas de montañas o evocaciones de astros-, en varias ciudades latinoamericanas se desarrollaron conjuntamente con los recintos feriales de exposiciones, donde se promocionaba y comerciaba el futuro. Aquí analizaremos algunos casos paradigmáticos de esa relación entre espacios naturales, expositivos y lúdicos. San Pablo, Bogotá, Lima, Ciudad Trujillo (Santo Domingo) y Buenos Aires con sus respectivos eventos feriales en la década de 1950, impulsaron el desarrollo de estos espacios de ocio en paralelo que, en algunos casos como el limeño llegó a fagocitar el negocio expositivo. El objetivo es determinar que caracterizó y cómo impacto este tipo de infraestructura asociada al ocio en un momento de fuerte crecimiento urbano de estas ciudades, así como el reconocimiento que tuvo por la historiografía urbana.

COMUNICAÇÃO 08: Paisajes urbano fluviales, ocio y río en la Ciudad de Buenos Aires durante el siglo XX

AUTORES: Micaela Venezia. Escuela de Altos Estudios Sociales, Universidad Nacional de San Martín, Argentina
Rocío González. Escuela de Altos Estudios Sociales, Universidad Nacional de San Martín/Escuela. Técnica Superior de Arquitectura, Universidad de La Coruña, España

La ponencia intentará abordar los vínculos entre los habitantes de la ciudad de Buenos Aires y el Río de la Plata durante el siglo XX, así como también con el Riachuelo y su ribera. El Riachuelo es el nombre con el que se conoce al curso del Río Matanza-Riachuelo, límite entre el sur de la ciudad y parte del área metropolitana. La reciente recuperación de la navegabilidad en un tramo del Riachuelo llevó a la discusión pública conceptos como "patrimonio cultural", "identidad" y la promesa de "recuperación del ocio y el entretenimiento de los vecinos", pero ¿qué vínculos mantuvieron a lo largo de la historia los habitantes del sur de la ciudad con el río?, ¿y los del norte?, ¿qué usos vinculados al ocio? La fragmentación norte/sur que organiza el entramado urbano de Buenos Aires se reflejó también en el uso diferencial de las costas del norte y sur del río. Las clases acomodadas se vincularon con las costas del

Río de la Plata a partir de actividades de ocio y esparcimiento disfrutadas en los balnearios del norte o en los paseos comerciales y culturales. En el sur –a orillas del Riachuelo– los usos se relacionaron a las actividades portuarias. Consideramos a la zona costera de la ciudad como "paisaje fluvial" y a Buenos Aires como una ciudad fluvial. Producto del entubamiento de arroyos, de los cambios que sufrió la costa, los sucesivos rellenos y la progresiva contaminación de sus aguas, la ciudad "le dio la espalda al río" cuando, en realidad, Buenos Aires se construyó en un espacio fluvial. Reflexionar sobre la interfaz ciudad–río es una manera de definir un sistema integral e integrador de lo urbano y lo fluvial y de comprender cómo la ciudad modifica al río y el río a la ciudad.

COMUNICAÇÃO 09: Cidade em Cena: O Teatro como Manifestação da História Cultural de Natal/RN

AUTORES: Diogo Cardoso Barretto. Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Maria Júlia de Brito Câmara. Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

O teatro enquanto espetáculo, lazer e elemento de coesão social e política, representante do prestigio daqueles que estão no poder ou como via de democratização, se entremeia à história urbana. Tal manifestação ocorre no espaço cênico, que pode ser apropriado temporariamente, como uma praça ou adro de igreja, ou perene, construido com o intuito de abrigar a peça e, sendo o caso, sua cenografia. Este espaço pode ser aberto – um anfiteatro – ou fechado: o edifício que abriga o gênero artístico. Este trabalho analisa o edifício teatral como expressão das mudanças culturais e políticas em Natal/RN, considerando tanto as decisões sobre sua localização quanto sua configuração arquitetônica. A pesquisa adota um enfoque da história urbana, contemplando as escolhas de atores locais, promotores culturais e governos sobre a implantação de teatros e a maneira como sua arquitetura expressa o espírito do tempo em que foram construídos. A análise se baseia na semiótica do espaço teatral (Carlson, 1989) e na leitura fenomenológica do espaço (Leatherbarrow, 2013). São privilegiados os teatros Alberto Maranhão e Sandoval Wanderley. O primeiro, inaugurado no início do século XX, segue a tipologia Teatro-Jardim, com ornamentação art-nouveau e palco italiano, evidenciando a hierarquização entre público e atores, localizado na Ribeira, bairro que passava por um processo de modernização conservadora. O segundo, da década de 1960, é um teatro de arena, priorizando uma relação mais democrática entre palco e plateia, sem a hierarquia espacial do modelo anterior, sua localização no Alecrim, bairro popular originalmente ocupado por retirantes da seca, reforça essa distinção. Assim, a localização e a espacialidade desses teatros expressam diferentes momentos da história urbana de Natal, revelando relações de poder, cultura e modernização tanto na arquitetura dos edifícios quanto na materialização da história cultural na estruturação do tecido urbano.

COMUNICAÇÃO 10: FUMEST: último capítulo do planejamento estatal para a infraestrutura turística de São Paulo

AUTORES: Ivo Giroto.Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo
João Paulo Lobo Coppio.Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo
Luisa Postal Ubinha. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo

A comunicação analisa a trajetória do Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias – FUMEST, autarquia voltada ao planejamento e dotação de infraestrutura turística para o estado de São Paulo. Existente entre 1970 e 1989, acompanhou os esforços de institucionalização de políticas públicas voltadas ao turismo em nível nacional e estadual desde meados do século passado. Tinha entre seus objetivos elaborar programas de urbanização e melhorias para o desenvolvimento integrado de estâncias turísticas estaduais, classificando-as como balneárias, hidrominerais e climáticas. Foi responsável por criar complexos turísticos de grande envergadura, gerando um acervo de projetos e obras que reuniu nomes muito reconhecidos da arquitetura moderna em São Paulo. Nas duas décadas de sua vigência construiu uma rede infraestrutural distribuída entre o litoral e o interior do estado, que pode ser dividida em duas etapas: a primeira, entre 1970 e 1983, caracterizada por projetos ambiciosos em um contexto de desenvolvimentismo autoritário, como os centros de convenções e balneários de Águas da Prata (1970) e Serra Negra (1978), hotéis no Vale do Ribeira (1972), ou os estudos de urbanização da Ilha Anchieta (1974-1975); e a segunda (1984-1989), já em um cenário de abertura política pós ditadura civil-militar, marcada por projetos de infraestrutura básica de turismo no litoral paulista, com os Terminais para Turismo Social, cujo plano inicial previa a construção de 16 unidades. A atuação do FUMEST é essencial para a compreensão da evolução da infraestrutura turística de São Paulo, evidenciando questões que relacionam planejamento econômico, territorial e produção arquitetônica na segunda metade do século XX. Seu acervo ainda não foi objeto de estudos acadêmicos e raramente obras importantes são creditadas ao órgão de fomento. Seu fechamento resultou no abandono e descaracterização de muitas obras, simbolizando o enfraquecimento do planejamento estatal frente às dinâmicas privatistas observadas desde as últimas décadas do século passado.

COMUNICAÇÃO 11: Do templo ao palácio, do palácio ao templo: Permanências e ressignificações na conversão de cinemas em igrejas neopentecostais

AUTORES: Pedro Vieira Pinto. Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

O presente trabalho compreende parte de uma pesquisa em andamento sobre o edifício do Cine Carioca, localizado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Construído em 1941, foi concebido com o objetivo de expandir a influência do empresário Luiz Severiano Ribeiro sobre o mercado exibidor da então capital do país. Assim como outros movie palaces, o Carioca possuía uma grande capacidade de público e representou um marco tecnológico para a época ao equipar-se das mais avançadas tecnologias, refletidas na opulência de sua arquitetura art déco. Entretanto, apesar de sua importância, nunca foi completamente reconhecido e protegido enquanto patrimônio pelo poder público, sendo sua conservação atual produto da ação exclusiva da Igreja Universal do Reino de Deus, proprietária do imóvel desde 1999. A década de 90, marcada tanto pelo centenário do cinema no Brasil quanto pela extinção

de vários circuitos cinematográficos, também representou um momento de renovação para a própria Universal: a conversão de salas de espetáculos em espaços de culto ilustra a disputa pela legitimação da presença neopentecostal na cultura contemporânea, mas também aponta para a continuidade de práticas arquitetônicas protestantes originadas no século XIX e caracterizadas pela inspiração na arquitetura de teatros. Por outro lado, também espelha mecanismos utilizados para a consolidação da indústria cinematográfica entre as décadas de 1910 e 20, momento em que a arquitetura das salas de exibição incorporaram elementos de origens tipológicas diversas, dentre as quais a religiosa, a fim de legitimar o cinema como um empreendimento economicamente viável. O cinema nasceu, portanto, como um novo espaço de culto da sociedade industrial que era construída. Assim sendo, este trabalho busca investigar, através da análise tipológica da sala de cinema, como a ocupação atual do Cine Carioca ressignifica a memória do antigo cinema ao mesmo tempo que, possivelmente, a preserva.

COMUNICAÇÃO 12: La ciclovía de Bogotá: un espacio recreo-deportivo urbano de sostenibilidad socio-ambiental

AUTORES: Félix Alberto Vargas Rodríguez
Profesor Maestría en Estética e Historia del Arte Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano.

El domingo 15 de diciembre de 1974, por iniciativa de una organización independiente sin ánimo de lucro, denominada «Procicla», el Departamento Administrativo de Tránsito y Transportes de Bogotá vedó el tránsito automotor en dos de las principales vías del centro de la ciudad para que desde las 9 de la mañana hasta las 12 del mediodía, fueran dedicadas al tránsito de bicicletas. Era una manifestación colectiva para protestar contra la deteriorada situación socio–ambiental de la ciudad. Se reclamaba soluciones a tres problemas que eran verdaderamente críticos en la ciudad: el deficiente tránsito urbano, la contaminación ambiental y la escasa oferta recreativa. El domingo 26 de septiembre de 1982, por iniciativa del gobierno distrital, se puso a disposición de los bogotanos, durante seis horas, algunas de las vías centrales de la ciudad para andar a pie o en bicicleta, trotar y hacer ejercicios. Fue el primer día de un experimento social y recreo-deportivo: la Ciclovía de Bogotá, que ha perdurado hasta el día de hoy y se ha convertido en patrimonio de los bogotanos. La Ciclovía de Bogotá es el evento de masas más concurrido y permanente de la ciudad y del país. En promedio dos millones de personas de todas las clases y condiciones sociales inundan cada domingo y día festivo más de ciento veinte kilómetros de vías a través de sus calles para recrearse, hacer deporte o pasear por la ciudad. Es, además, un dispositivo socio-ambiental: conjuga la concentración de millones de personas en el espacio abierto y los recursos de amenidad con la posibilidad de incidir en la disminución de la contaminación por smog. La ciclovía de Bogotá es un evento de sociabilidad, abierto y democrático, mediante el cual la ciudadanía tiene la posibilidad de disfrutar la ciudad e incidir positivamente en la salud individual y colectiva.

COMUNICAÇÃO 13: Açúcar, Diversão e Modernidade: o Papel das Confeitarias Durante o Processo de Expansão Urbana do Subúrbio Ferroviário Carioca

AUTORES: Gabriel Marques Guedes
Grupo de Pesquisa Preservação e Restauração do Patrimônio Edificado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
Ronaldo Merces dos Santos Neto. Grupo de Pesquisa Preservação e Restauração do Patrimônio Edificado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Juliana Silva Pavan
Programa de Pós Graduação em Projeto e Patrimônio, Grupo de Pesquisa Preservação e Restauração do Patrimônio Edificado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Desde o momento em que a sociedade carioca entende que comer representa mais do que apenas uma função biológica de sobrevivência, tal ato passa a figurar como uma categoria do lazer e do entretenimento, abrindo assim as portas para que as confeitarias pudessem ser introduzidas no cotidiano da cidade a partir da metade do século XIX. Com o advento da Belle Époque, o Rio de Janeiro toma ares cada vez mais cosmopolitas e francófonos, firmando nos cariocas o desejo pelo entretenimento oferecido pelas confeitarias nas zonas central e sul da cidade, sobretudo as que se localizavam na requintada Rua do Ouvidor. Entretanto, este tipo de entretenimento pertencia quase que exclusivamente a nata da elite carioca, pois os suburbanos, mesmo os que integravam as elites das zonas norte e oeste, não se sentiam pertencentes a região central, pois viam seus valores serem atrelados apenas até onde se estendiam os trilhos da estrada de ferro, cujos passeios nos trens figuravam como o tipo mais comum de lazer nos subúrbios. Consequentemente, a existência de uma elite nos subúrbios disposta a consumir este novo tipo de entretenimento fez com que a região se tornasse solo fértil para a implementação de diversas redes de confeitarias, anunciadas como melhoramentos que modernizaram e alavancaram o desenvolvimento dos polos econômicos suburbanos, majoritariamente compostos por pequenos comércios locais. Este artigo tem por objetivo analisar a expansão das confeitarias nos bairros do subúrbio ferroviário carioca, com destaque em três delas. A Confeitaria Estrada de Ferro, fundada em 1878 na Central do Brasil, a grandiosa Confeitaria Japão, fundada no Méier em 1910, e a Confeitaria Mercúrio, fundada em Bangu em 1911. Desta forma, é possível traçar um panorama de como funcionava um grande circuito de lazer e divertimento, além das contribuições para a evolução urbana ao longo das estradas de ferro do Rio de Janeiro.

COMUNICAÇÃO 14: Palcos da modernidade: o teatro e o cinema na representação da modernização em Natal

AUTORES: Natália Melchuna Madruga. Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil
PALAVRAS-CHAVE: Modernização urbana, cultura, lazer, teatro, cinema

A vida social urbana é uma das características do processo de modernização das cidades brasileiras durante os séculos XIX e XX, contrastando com a sociedade colonial, onde as atividades estavam restritas à família patriarcal e à igreja. Teatros, cinemas e outros locais para cultura e lazer, por exemplo,

eram frequentados e demandados por uma elite que os via como espaços "civilizados". Além de servirem como pontos de encontro e discussão, esses locais contribuíram para o desenvolvimento cultural, possibilitando o contato de parte da sociedade com artistas e produções de diversas partes do mundo, além de incentivar a formação de uma classe artística local. O caso de Natal, capital do Rio Grande do Norte, exemplifica esse processo. Na primeira década do século XX, a cidade ainda preservava traços coloniais, mas já possuía seu principal teatro, o Teatro Carlos Gomes (atual Teatro Alberto Maranhão), e uma elite que desejava o progresso e a modernização urbana. Essa elite atribuía grande importância a espaços que refletissem seu ideal de vida moderna, como é possível ver em publicações de jornais locais, em que escritores jornalistas divulgavam peças de teatro, filmes e apresentações musicais, apoiavam grupos de atores natalenses, comentavam produções e expressavam suas expectativas em relação a esses espaços de lazer e cultura. Desse modo, este artigo investiga como essas crônicas contribuíram para mobilizar representações sobre a cidade moderna associada ao cinema, teatro e atividades artísticas e culturais no geral. Para isso, adotaremos a abordagem teórico-metodológica da história cultural urbana e analisaremos o caso de Natal, com foco nas crônicas sociais de Aderbal de França, publicadas em jornais locais entre 1930 e 1950, em que o autor, o qual escrevia sobre temáticas consideradas progressista na época, reforçava constantemente a importância, do teatro, cinema e música para o progresso modernização da cidade.

COMUNICAÇÃO 15: Paschoal Segreto e seus Empreendimentos: Os Parques de Diversões do Rio de Janeiro no Início do Século XX

AUTORAS: Beatriz de Souza Ferreira. Grupo de Pesquisa Reconstituição Histórico Temporal da Exposição de 1922 vinculado ao Laboratório de Narrativas em Arquitetura do Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
Mariana Rodrigues de Oliveira. Grupo de Pesquisa Reconstituição Histórico Temporal da Exposição de 1922 vinculado ao Laboratório de Narrativas em Arquitetura do Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
Niuxa Dias Drago. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Grupo de Pesquisa Reconstituição Histórico Temporal da Exposição de 1922 vinculado ao Laboratório de Narrativas em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

O Rio de Janeiro, capital do Brasil no início do século XX, foi objeto dos novos ideais urbanísticos da Primeira República, principalmente na zona central da cidade, com as Reformas de Pereira Passos (1904-1906) e de Carlos Sampaio (1921-1923). Com um regime escravocrata recém abolido e um movimento migratório emergente, a cidade buscava pela imagem da modernidade. Isto incluía modificar as relações da população com seus espaços, reflexo de movimentos sociais e tecnológicos que demandavam novas formas de lazer, classificadas como "[...] um hábito saudável e que revelava alto grau de civilização." (Santucci, 2012, p.205).
A proposta de comunicação é subproduto da pesquisa "Narrativas audiovisuais sobre a Exposição de 1922" e pretende compreender o panorama dos divertimentos do Rio de Janeiro no período precedente à Exposição do Centenário da Independência. Dessa forma, a ideia do trabalho é se aprofundar

na origem das práticas reproduzidas na Exposição a partir da investigação dos espaços de lazer cariocas no início do século XX, como o Parque Fluminense, o Pavilhão Internacional e a Maison Moderne, empreendimentos de Paschoal Segreto, empresário que introduziu, impulsionou e popularizou diversas atrações na cidade. Entendeu-se, assim, como eram acessados os parques de diversão, o perfil socioeconômico dos participantes, o que os atraía e como os divertimentos inovadores se disseminaram entre as camadas sociais.
O preço das atrações e a adesão dos cidadãos permitem compreender o papel dos espaços de lazer na construção da sociedade moderna. Extrapolando o programa de entretenimento, tais espaços servem de suporte para variados eventos sociais e políticos. Logo, pode-se considerá-los núcleos importantíssimos que impactam diretamente a vida da sociedade do Rio de Janeiro, sobretudo nas regiões sul e central, afinal, eles corroboram a consolidação da identidade nacional e do imaginário referente à definição de divertimento em si, permeada por adventos tecnológicos e mudanças socioculturais.

COMUNICAÇÃO 16: Hotel e Cinema: infraestruturas da modernidade na formação urbana de Santa Catarina

AUTORES: Eduardo Venske. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil.
Luís Eduardo Candeia. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Hotéis e salas de cinema configuraram-se, ao longo do século XX, como fonte de transformações importantes em cidades ao longo do globo. Embora o hotel não seja uma invenção da modernidade, foi nesse período que se tornou um símbolo do espaço urbano, deixando de ser um local exclusivo de estadia para incorporar novos usos característicos da vida moderna. Paralelamente, o cinema consolidou-se como a mais representativa expressão artística do movimento global que se consolida neste momento. O hotel figura, assim, como a espacialidade lógica para a incorporação da sétima arte no novo cotidiano cosmopolita em formação. Desse modo, assume-se aqui que estes equipamentos também são capazes de demarcar processos de urbanização e expansão da modernidade sobre o território, sendo, frequentemente, os agentes precursores de tais dinâmicas, sobretudo em localidades distantes das grandes metrópoles. Nessa perspectiva, essa produção adota como universo empírico os processos de urbanização e modernização de Santa Catarina - os quais se dão a partir do litoral, adentrando o Estado - e propõe analisar essa dinâmica em relação à construção de hotéis e salas de cinema em alguns dos principais polos urbanos catarinenses, como Florianópolis, Blumenau e Chapecó. Para o cumprimento de tal tarefa, o estudo
baseia-se em revisão bibliográfica narrativa, entrevistas, pesquisa em acervos, mídias digitais e hemerotecas, além de produção cartográfica. Os resultados alcançados a partir do entrelaçamento dessas fontes demonstram que os hotéis e salas de cinema foram fundamentais para a disseminação das noções de modernidade e cosmopolitismo nas cidades estudadas. Além disso, do ponto de vista arquitetônico, esses equipamentos introduziram aprimoramentos técnicos, funcionais e estéticos que contribuíram para a difusão de novos hábitos e do ar urbano típico do novo cotidiano moderno.

COMUNICAÇÃO 17: Planejamento urbano para o lazer: o caso do plano inicial de Maringá – PR

AUTORES: Victória Maria Dantas Rodrigues. Programa Associado UEM/UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Brasil.
Fabíola Castelo de Souza Cordovil. Programa Associado UEM/UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

A presente comunicação tem como tema principal o planejamento urbano articulado à provisão de espaços livres de uso público e equipamentos comunitários de lazer, com recorte em uma cidade média que se desenvolveu a partir de um plano moderno. Durante o século XX, diversas experiências de novas cidades planejadas se materializaram no Brasil, dentre elas, a cidade de Maringá, localizada no noroeste do estado do Paraná, e fez parte de um plano de colonização imobiliária empreendido pela então Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), depois vendida e renomeada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). O plano inicial da cidade foi projetado pelo engenheiro paulistano Jorge de Macedo Vieira, durante a década de 1940, a partir de referências do urbanismo modernista europeu e estadunidense. Entre os conceitos da cultura urbanística moderna impressos na proposta maringaense, está a reserva de áreas destinadas aos espaços da coletividade, dentre elas, áreas para o exercício do lazer. Conforme previsto no plano, parte das áreas planejadas para este fim foram implantadas, enquanto outras se tornaram objeto de parcelamento imobiliário ou foram doadas a organizações privadas, como clubes sociais. Posteriormente, infraestruturas com funções diversas acabaram também compondo a rede pública de lazer, como os parques, que inicialmente realizavam função ambiental, e as rotatórias, que cumpriam função viária. Atualmente, o conjunto de tais espaços e equipamentos conforma a provisão de lazer do centro do município, onde importantes eventos e ações da comunidade se manifestam. Sendo assim, objetiva-se compreender o processo de concepção, implantação e transformação das áreas de lazer localizadas na área do plano inicial de Maringá. Para tal fim, estrutura-se o trabalho enquanto pesquisa qualitativa, de caráter histórico e documental, calcada na análise do plano inicial em comparação a ação real do ordenamento territorial voltado ao lazer, componente manifesto e indissolúvel da vida urbana moderna.

COMUNICAÇÃO 18: Estrellas en el firmamento metropolitano. Hoteles en la Avenida de Mayo a inicios del siglo XX

AUTORES: Mercedes González Bracco. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Universidad Nacional de San Martín, Argentina
Santiago Pérez Leloutre. Universidad Nacional de San Martín, Argentina

El desarrollo de la actividad hotelera que se suscitó en la Avenida de Mayo desde inicios del siglo XX permite dar cuenta de las características metropolitanas que adquirió el centro de Buenos Aires en clave material y simbólica. Los hoteles, entendidos como artefactos condensadores de sociabilidad, negocios, y principalmente fomentadores de ocio turístico, jugaron un rol definitorio en la imagen de la avenida. Y al mismo tiempo habilitaron la circulación de ideas y actores tanto a nivel internacional

como desde el interior del país. Junto con el desarrollo de bares, restaurantes, teatros, tiendas departamentales y pequeños comercios, entre otros, los hoteles constituyeron y fomentaron prácticas sociales que consideramos específicas del "cosmopolitismo porteño".

Mientras las transformaciones vertiginosas de la avenida se sucedían en clave "haussmaniana", llevadas a cabo principalmente por el intendente Saenz Peña desde 1894, podemos notar un momento de auge de los grandes hoteles metropolitanos a inicios del siglo XX, en vísperas de los festejos del centenario, cuando construyen el Gran hotel España, Majestic, Chile, Metropole, París, Castilla y Castelar como los más relevantes. Su oferta no se restringía a la habitación, sino que dentro de la cultura hotelera se ofrecían salones con diversos usos, restaurantes dirigidos por chefs renombrados internacionalmente, bares donde se organizaban tertulias y reuniones de intelectuales y artistas renombrados, que daban a la arteria una vida nocturna animada.

Así este trabajo propone una indagación de la cultura de ocio promovida y dinamizada por el desarrollo hotelero en el centro de Buenos Aires, indagando en diferentes esferas de la cultura, usos políticos, sociales y materiales que permiten comprender la importancia de lo cosmopolita en la primera avenida de Buenos Aires.

E3_06_Sistemas y experiencias de cooperativas de vivienda en Iberoamérica

COORDINADORES:
Jerónimo Aurelio Díaz Marielle. Área de Sociología Urbana, Universidad Autónoma Metropolitana – Azcapotzalco, México
Gustavo Machado. Departamento de Trabajo Social, Universidad de la República, Uruguay

PALABRAS CLAVE: Cooperativismo de Vivienda; Autogestión; Sstemas de Vivienda; Intercambio Iberoamericano; Política Habitacional

RESUMEN: Los sistemas cooperativistas son una rareza en las políticas habitacionales de los países iberoamericanos, pero destacan por la cantidad y calidad significativa de sus experiencias. Ellas surgieron en prácticamente todos los países, aunque solo unas pocas lograron consolidar sistemas fuertes. La presencia de estas iniciativas en lugares tan diversos no es casual; múltiples redes de actores, a menudo con intereses opuestos, han contribuido al desarrollo del cooperativismo de vivienda. Esta red ha favorecido el intercambio de experiencias, conocimientos técnicos, organizativos y saberes populares para la construcción de hábitats populares a lo largo de toda la región latinoamericana.
Las formas asociativas de vivienda tienen orígenes remotos, pero florecieron especialmente en la década de 1960, impulsadas por un clima político que favorecía experiencias autogestivas y presentaba una crítica frontal al mercado y al poder público. Propuestas pro comunitarias de grupos socialistas, católicos, anarquistas y comunistas encontraron terreno fértil en esa época. Paralelamente, instituciones internacionales como la USAID y organizaciones católicas como Misereor financiaron la construcción de cooperativas de vivienda, buscando mitigar el déficit habitacional constante.
En la década de 1990, con el retorno a la vida democrática en los países latinoamericanos, las organizaciones populares iniciaron otro intercambio regional de experiencias cooperativistas de vivienda, ahora enmarcadas en el naciente Derecho a la Ciudad y en la lógica de las políticas públicas. Este nuevo contexto permitió un fortalecimiento y una evolución de las prácticas cooperativistas, adaptándolas a las necesidades contemporáneas y a los desafíos urbanos emergentes.
Hoy en día, las crisis globales de la vivienda han llevado a buscar alternativas a la vivienda en renta y a la propiedad privada. El cooperativismo de vivienda de usuarios se destaca como una de estas alternativas, ofreciendo soluciones que no solo mejoran la asequibilidad de la vivienda, sino que también persiguen objetivos públicos, sociales, culturales, políticos y urbanos. Con numerosos antecedentes y una creciente popularidad en la región, este modelo se presenta como una solución viable y prometedora para abordar los problemas habitacionales actuales.
Este simposio se dedica al estudio histórico de las experiencias y sistemas cooperativistas de vivienda en los países latinoamericanos. Se concibe como un espacio académico para el intercambio de resultados de investigación, propuestas metodológicas para el estudio comparativo de los cooperativismos, nuevos horizontes de trabajo y agendas regionales de colaboración que han resurgido en los últimos años. Los participantes tendrán la oportunidad de compartir sus hallazgos, discutir enfoques innovadores y establecer redes de colaboración que fortalezcan el movimiento cooperativista de vivienda en

la región. Propone analizar el pasado y el presente de estos sistemas, y también trazar un camino hacia el futuro. Al fomentar el diálogo y el intercambio de ideas, se espera contribuir al desarrollo de políticas y prácticas que promuevan un acceso más equitativo y sostenible a la vivienda en América Latina.

COMUNICAÇÃO 01:Los de afuera son de palo: FUCVAM y el acceso a la tierra en Montevideo

AUTOR: Catherine Areán. Trabajo Social, Universidad de la República, Uruguay

El presente trabajo analiza cómo las cooperativas de vivienda de ayuda mutua (CVAM), afiliadas a la Federación Uruguaya de Cooperativas de Ayuda Mutua (FUCVAM), se han relacionado con la lucha por el suelo urbano en Montevideo, Uruguay. La investigación aporta a esta temática a través de un recorrido teórico y contextual sobre el periodo comprendido entre 1966, año de las experiencias fundadoras de FUCVAM, y 2019, dividiendo el análisis en cuatro subperíodos alineados con los procesos históricos del país. En la primera parte, se desarrollan los conceptos de segregación, derecho a la ciudad y el origen de las cooperativas de vivienda de ayuda mutua, profundizando en aquellos conceptos que se encuentran anclados en FUCVAM y en cómo la segregación se manifiesta en Montevideo. En la segunda sección, se exploran las experiencias fundadoras de FUCVAM y las estrategias adoptadas en la lucha por el acceso al suelo, identificando desafíos y logros en cada etapa histórica. En el tercer apartado, se estudian las localizaciones de las cooperativas estudiadas en Montevideo, para lo cual se presentan gráficos y tablas, de elaboración propia, donde se examina de este modo en qué áreas se le fue adjudicando tierras a la federación, desde su fundación, haciendo también un análisis de la Cartera de Tierras por períodos y porcentajes de acceso desde su origen, en 1990. Finalmente, se cierra con las reflexiones finales, donde se analiza la relación existente en el territorio. Este trabajo busca contribuir a la discusión sobre el rol del cooperativismo de vivienda como respuesta a las crisis habitacionales contemporáneas.

COMUNICAÇÃO 02: La Mutua: una experiencia temprana de cooperativismo en el barrio La Fragua – Bogotá

AUTOR: Ingrid Quintana-Guerrero. Universidad de los Andes, Colombia
Tomás Neu Kronfeld. Universidad de los Andes – Colombia

COMUNICAÇÃO 03:Génesis, Desarrollo y Estancamiento del Cooperativismo de Vivienda por Ayuda Mutua en el Paraguay.

AUTOR: Pablo Caballero. Colectivo Guara, Paraguay

En 1958, at portas del florecimiento de experiencias de producción de vivienda en Latinoamérica, y treinta años antes de la promulgación de la Ley 97 de 1988 que configuró el cooperativismo en Colombia, un grupo de ciudadanos se organizó para urbanizar un terreno en el sur de Bogotá conocido como La Fragua, donde el Instituto de Crédito Territorial tenía previsto el desarrollo de vivienda económica. Nació así la "Sociedad Mutuaria de Autoconstrucción", promovida por Yolanda Martínez, esposa del arquitecto Germán Samper, tras el llamado de este grupo para auxiliarles en su objetivo. Samper formuló un proyecto urbanístico y arquitectónico en el que se ejecutaron 96 viviendas, or-

ganizadas en dos manzanas. La propuesta del polígono de La Mutua recoge notables enseñanzas de diseño urbano y de vivienda de alta densidad en baja altura, así como la progresividad y la productividad en las unidades. Así se utilizó un sistema de autoconstrucción dirigido por Samper y el CINVA que, en su tipología edilicia fortalece la "ayuda mutua y esfuerzo propio" en el ámbito social. Con base en avances preliminares de la investigación "La Fragua: Trazas de Memoria; Signos de Futuro" (Uniandes/Politecnico di Bari-2025), esta ponencia discutirá aspectos inéditos de la transformación barrial y la gestión social en La Mutua. Gracias a entrevistas participadas y técnicas avanzadas de levantamiento arquitectónico en campo, se reconoce el valor como experiencia pionera de cooperativismo y referente arquitectónico, debido no solamente a la acción viviendista de los esposos Samper-Martínez, sino y principalmente a la subsistencia de la sociedad mutuaria y los cambios físicos operados por sus habitantes, quienes han preservado los valores urbanísticos de La Fragua y afianzado el arraigo de la comunidad. Entender este legado arroja lecciones en el ámbito de la arquitectura, el urbanismo y el desarrollo económico para experiencias contemporáneas.

COMUNICAÇÃO 04: Entre o produtivo e o reprodutivo: desafios históricos na reinvenção dos cooperativismos habitacionais latino-americanos

AUTOR: Pedro Henrique Barbosa Muniz Lima. Faculdade de Arquitetura e Urbansimo e de Design da Universidade de São Paulo Brasil

Trabajos recientes han buscado comprender los desafíos actuales del cooperativismo de vivienda autogestionada latinoamericana. Abordar la mirada y la agencia de género en los movimientos, que va más allá de la exigencia de participación; las restricciones ejercidas por regímenes de control territorial armado y nuevo extractivismo, y sus enfrentamientos por la gestión colectiva del territorio; y cruces de cooperativas por el neoliberalismo y sus impactos en la producción, las políticas y las subjetividades. En esta comunicación discutiré uno de los aspectos que permea estos desafíos, y los conflictos alrededor de ella a lo largo de la historia: cooperativas de vivienda autogestionadas y en propiedad colectiva es una forma de organización productiva y plataforma de gestión territorial y reproducción social, simultáneamente. En su historia de existencia, el cooperativismo ha sido tensado por normatividades externas e internas y los amplios procesos socioeconómicos de contextos en los que se inserta a una condición (i) subordinada a las formas estatales y capitalistas de producción y gestión urbana; (ii) instrumentalizado y productivista; y (iii) condominización, individualización y fragmentación de los territorios que produce. Pero, muchas veces ha sido un ejercicio social contrahegemónico, de resistencia y contrarrestar estas tensiones.

COMUNICAÇÃO 05: Entre el ladrillo y la utopía, ¿qué?: articulaciones entre materialidad y subjetividad en las cooperativas de vivienda por ayuda mutua en Uruguay

AUTOR: Ana Paula Machado Clausen, Facultad de Psicología. Universidad de la República, Uruguay

El presente artículo se desprende del proceso de elaboración del Trabajo Final de Grado de la autora, en el marco de la Licenciatura en Psicología de la Universidad de la República, Uruguay. Su propósito es contribuir al análisis de las propuestas cooperativas de vivienda por ayuda mutua en Uruguay, un país destacado por su trayectoria en el movimiento cooperativo en general y de viviendas en particu-

lar. El trabajo toma como referencia a la Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM), cuyas propuestas habitacionales, basadas en la autogestión y la ayuda mutua, albergan hoy a más de 22.000 familias en un país con menos de 3.5 millones de habitantes. Mediante una revisión bibliográfica, se analizan los diálogos entre materialidad y subjetividad en las propuestas de FUCVAM desde una perspectiva de género e histórica, para explorar cómo estas han evolucionado con el tiempo, así como las tensiones y potencialidades que las atraviesan. A partir de los enfoques de pensadoras feministas de la economía, la arquitectura y el urbanismo, se propone colocar a la sostenibilidad de la vida como concepto central para examinar las lógicas y significados subyacentes a la materialidad y el diseño de los espacios habitables. Además, se propone un análisis interescalar (cuerpo, casa, barrio y ciudad) para reflexionar sobre el diálogo entre estas dimensiones en las cooperativas de vivienda por ayuda mutua. A través de una lectura histórica, el artículo busca comprender cómo estas propuestas han evolucionado y arrojar luz sobre su situación actual; recuperar y visibilizar los aportes de las mujeres al movimiento cooperativo y, a partir de ello, abrir interrogantes para vislumbrar posibles horizontes de transformación.

COMUNICAÇÃO 06: Territórios de ajuda mútua: autogestão e solidariedade nos mutirões Jerônimo Alves, Dorothy Stang e Martin Luther King

AUTOR: Fábio Augusto Amorim Fortunato. Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

En este trabajo reflexionamos sobre la práctica de la ayuda mutua en el proceso productivo y transformación del espacio urbano a partir de la experiencia del Movimiento de Trabajadores Sin Tierra del Este 1. Verificamos los impactos de esta práctica en los esfuerzos conjuntos Jerônimo Alves, Dorothy Stang y Martin Luther King, organizados a través de autogestión. Considerando que los usos del espacio urbano reflejan relaciones de poder y jerarquías sociales fundadas en la lógica capitalista, partimos de la siguiente pregunta: ¿cómo las prácticas de ayuda mutua impactan la ocupación y uso del suelo urbano por el Movimiento de Trabajadores Sin Tierra Este 1? Entendemos la autogestión como un modelo organizativo que produce territorios insurgentes, opuesto a una estructura dominante comprometido con una lógica mercantil de control de las relaciones socioespacial. Por lo tanto, al observar la práctica de la ayuda mutua y los mecanismos de política y trabajo utilizado por los ocupantes de los esfuerzos conjuntos, buscamos comprenderla cambiando la dinámica del territorio a partir de una lógica autogestionaria. Teniendo esto en cuenta, analizamos el Movimiento de Trabajadores Sin Tierra Este 1, los esfuerzos conjuntos estudiados y su potencial para la realización y mantenimiento de la vida cotidiana, verificar, en el espacio, la relación entre los participantes y el lugar y las identidades construido colectivamente por el grupo. Estas identidades se establecen a partir de valores y relaciones mutuas de solidaridad y afinidad con el espacio en el que operan. La metodología de trabajo involucró la observación participante, la cartografía social y entrevistas, teniendo como fundamento teórico el materialismo histórico-dialéctico. Como esto, entendemos que la realidad concreta del sitio de estudio resulta de una constante movimiento de construcción y transformación socioespacial ejercido por los agentes involucrados. Este proceso, resultado de una contradicción socioespacial, permite construcción de prácticas alternativas de uso y ocupación del espacio, produciendo territorios del poder insurgente.

COMUNICAÇÃO 07: Nacimos de un mismo gajo del árbol de nuestros sueños. Transferencias y una propuesta de análisis comparativo entre los cooperativismos de vivienda latinoamericanos

AUTOR: Moisés Alejandro Quiroz Mendoza. Centro de Estudios Demográficos Urbanos y Ambientales, El Colegio de México, México

"En esta presentación planteo la importancia de estudiar comparativamente los cooperativismos de vivienda bajo un marco que considere las similitudes y diferencias. Parto de que las ciudades latinoamericanas tienen historias entreveradas, problemas habitacionales comunes y formas compartidas de solucionarlas. Algunas de estas soluciones han sido exportadas en forma de políticas públicas y adaptadas a los contextos nacionales, algunas ampliamente conocidas como las políticas de titularización de tierra y otras un poco desconocidas a pesar de su importancia y de la amplia presencia de casos por toda la región como el cooperativismo.

El cooperativismo de usuarios es el gran aporte de Uruguay a la región, un sistema muy singular de propiedad colectiva, que tiene fundamentos ampliamente difundidos y compartidos por otras soluciones en otros países latinoamericanos y que ha permitido el ejercicio de muchas experiencias aisladas en múltiples ciudades. El cooperativismo tiene una notable transferencia internacional que alcanza a otros continentes y que está profundamente ligada a las historias de exilios latinoamericanos, a los intercambios entre movimientos sociales inspirados en la autogestión o el Derecho a la Ciudad y a las políticas de cooperación internacional. Sin embargo muchas de estas transferencias no hay fructificado como lo señalan los estudios sobre el tema.

En esta presentación propongo un marco de análisis comparativo entre las distintas formas en que se ha transferido el cooperativismo de usuarios en distintos países que

comparten diferencias como similitudes. Tras un ejercicio de comparación entre México y Uruguay presento algunos resultados preliminares. Entre ellas la pertinencia de un marco que contemple la complejidad de los sistemas de producción y gestión habitacional, el papel de los movimientos sociales en la transferencia e implementación de experiencias y las dificultades respecto a los arreglos institucionales, la responsabilidad pública del Estado y la concepción de la propiedad en la vivienda urbana. "

COMUNICAÇÃO 08: Factores cruciales del cooperativismo de vivienda uruguayo: aportes para el diseño de políticas públicas de vivienda social

AUTOR: Egeu Gómez Esteves, Instituto das Cidades. Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Gustavo Machado, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Uruguay

La experiencia uruguaya con las cooperativas de vivienda ha sido reconocida por construir y mantener viviendas sociales de calidad a bajo costo para una parte importante de la población del país. El objetivo de este estudio fue identificar y analizar los factores que producen estos resultados. Para ello, se llevó a cabo un análisis de la política pública de vivienda social mediante una combinación de métodos: revisión bibliográfica, investigación documental, análisis de datos secundarios y observación participante. Los resultados muestran los factores que contribuyen al éxito de las cooperativas, datos sobre su participación en el parque de viviendas, su trayectoria histórica y los diferentes modelos de

cooperativas de vivienda. La discusión sugiere que las cooperativas de vivienda, especialmente las de usuarios, constituyen un sector apartado del mercado inmobiliario, ya que evitan la especulación con las viviendas. Se concluye que la experiencia es exitosa debido a la existencia, en el marco de una consistente legislación de vivienda y de un activo movimiento social cooperativo, de una eficaz y peculiar modalidad de acción pública, de carácter autogestionado, que concreta la actuación directa y organizada de los ciudadanos para garantizar el derecho a la vivienda.

COMUNICAÇÃO 09: Procesos de politización en torno a la vivienda en El Salvador: dos décadas de cooperativismo de vivienda

AUTOR: Natalia Beatriz Quiñónez. Instituto de Estudios Urbanos, Universidad Nacional de Colombia – sede Bogotá, Colombia

A escala global, la carencia actual de una vivienda adecuada es una de las principales consecuencias del repliegue del Estado como garante de este derecho, tras la implementación de políticas neoliberales que han favorecido su mercantilización y despojo de su función social en la reproducción de la vida. Interpelar al Estado y la sociedad para promover otras modalidades de vivienda altera su ámbito público de discusión y desencadena procesos de politización en torno a ella, implicando la creación de espacios y temporalidades para la acción política. El desarrollo del cooperativismo de vivienda por ayuda mutua en distintas latitudes ha sido ejemplo de ello: al reivindicar la vivienda como derecho humano, encapsula un proyecto político basado en la autogestión colectiva, el apoyo mutuo y la propiedad colectiva, requiriendo de instrumentos estatales que viabilicen su expansión y sostenimiento. En tanto el cooperativismo de vivienda entraña acciones políticas, en Latinoamérica han surgido pugnas recientes por su institucionalización, procesos pletóricos de dificultades. Un caso reciente es el de El Salvador, con hitos institucionales sin precedentes en la historia del sistema de vivienda del país. Los escenarios relacionales que se han configurado en este tipo de experiencias han implicado una serie de tensiones para la acción política enmarcada en la producción de la vivienda como un común en clave autogestionaria. En este caso, los campos de posibilidad para la acción política, tanto en lo institucional como en lo cotidiano, han estado permeados por dinámicas de gobierno que desdibujan y reinventan constantemente la práctica de la autogestión, oscilando entre lo que contribuye a politizar comunidades y ámbitos públicos alrededor de la vivienda.
Esta ponencia esboza un ejercicio problematizador sobre procesos multiescalares de politización que producen las tensiones entre la producción de la vivienda como común y la institucionalización del cooperativismo de vivienda en el caso salvadoreño.

COMUNICAÇÃO 10: História da União Nacional por Moradia Popular

AUTOR: Evaniza Rodrigues. União Nacional por Moradia Popular, São Paulo

Como resultado do abandono sistemático do setor mais vulnerável da população, aliado à fragilidade estrutural do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), herdado do período ditatorial (1964–1985), os setores excluídos — pessoas em situação de rua, moradores de favelas, inquilinos e ocupantes de imóveis — começaram a se organizar em movimentos eminentemente urbanos, que deram origem à União Nacional por Moradia Popular. Este trabalho reconstrói a trajetória histórica dessa união, que

articula movimentos de moradia em 18 estados da federação, desde sua incorporação ao Fórum Nacional de Reforma Urbana na década de 1990 até a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e a implementação do programa "Minha Casa, Minha Vida". Tal programa contemplou uma vertente relativamente receptiva às práticas cooperativistas defendidas pela união desde sua origem, as quais serão analisadas a partir da revisão de experiências concretas.

E3_08_Estado, técnica e política na conformação dos territórios

COORDENADORES:
Camila Ferrari. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Guillermo Jajamovich. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas

RESUMO: O simpósio propõe discutir o papel dos saberes técnicos, das práticas políticas e das ações estatais na conformação dos territórios urbanos e regionais. Em sintonia com o eixo "Mundos urbanos e circulação de saberes", busca-se refletir sobre como conhecimentos técnicos, teorias urbanísticas e práticas institucionais se entrelaçam nos processos históricos de produção e transformação do espaço. O simpósio se dedica a analisar a mobilização de saberes, técnicas e recursos materiais e humanos na configuração das cidades e de seus territórios, considerando os agentes envolvidos, as redes de circulação de ideias e as dinâmicas de poder que atravessam os processos urbanos. A partir de abordagens críticas e interdisciplinares, propomos examinar a interação entre Estado, sociedade e técnica na construção dos mundos urbanos, enfatizando as tensões, negociações e conflitos que moldaram e ainda moldam as práticas de planejamento e de intervenção territorial.

COMUNICAÇÃO 01: Outras Brasílias: cidades novas como indícios de preexistências modernistas

AUTORES: Larissa Timbó de Souza. UnB
Ricardo Trevisan. UnB

Acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo preservam e tornam acessível a memória de instituições, grupos e indivíduos. Ao reunir documentos, desenhos, mapas, projetos e registros visuais, viabilizam a reconstituição histórica, a compreensão do presente e a projeção de futuros. Além disso, refletem teorias e paradigmas arquitetônicos, incorporando distintos perfis profissionais – dos mais renomados aos marginalizados pela historiografia – e documentam momentos específicos por meio de discursos, textos e imagens. Este estudo analisa um conjunto de plantas urbanas encontradas no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), provisoriamente atribuído àquilo que se denominou por "Cidade Desconhecida". O trabalho busca não apenas investigar sua origem, autoria e atividade-fim, mas também estabelecer relações entre este e outros projetos urbanísticos, em especial com o emblemático Plano Piloto de Brasília, de Lucio Costa. A partir desse material documental e de projetos de outras cidades planejadas no Brasil – concebidas antes ou simultaneamente à nova capital nos anos 1950 –, este ensaio especula sobre a presença de indícios modernistas já delineados e aplicados em diferentes contextos urbanos, contribuindo para a historiografia da cidade e do urbanismo no país. Distanciando-se dos cânones hegemônicos do urbanismo, a pesquisa busca reposicionar o pensamento e os saberes modernistas a partir de exemplos secundários na narrativa da prática urbanística nacional. Para isso, adota-se uma abordagem conceitual baseada em utopia, modernidade e desenvolvimentismo, aliada a uma análise randômica e sistemática por meio do dispositivo "Atlas". A varredura de cidades planejadas entre 1930 e 1960 visa identificar influências e contribuições para os debates urbanísticos da época. Tanto projetos não realizados, como a "Cidade Desconhecida", quanto cidades efetivamente materializadas operam, nesta trama, como dispositivos críticos na compreensão

das potencialidades e limitações do planejamento urbano moderno. Mais do que simples registros arquivísticos, tais propostas desempenham um papel ativo na construção historiográfica da arquitetura, ressignificando seu passado e ampliando suas possibilidades futuras.

COMUNICAÇÃO 02: Planos Diretores e a Expansão Urbana em Ilhéus (Bahia, 1930-1938)
AUTORES: Iuri Dantas da Silva Andrade. FAU-USP

Nesta comunicação, apresentaremos uma parte da pesquisa de doutorado sobre o processo de urbanização e de elaboração dos dois planos diretores da cidade de Ilhéus–BA entre 1930–1938, período marcado pela intensificação do planejamento urbano e territorial vinculado a estratégias do Estado brasileiro. A formulação desses planos visava a reorganização da cidade em contexto decisivo da história do país na Era Vargas (1930–1945). Analisaremos a ocupação do território ilheense, inquirido sobre os mecanismos sociais e jurídicos envolvidos nesse processo. Considera-se a expansão econômica impulsionada pelo cacau ao longo do século XX, além da construção da ferrovia e do porto, das dinâmicas políticas e do crescimento populacional, fatores relevantes para a transformação do espaço urbano. Fontes textuais e iconográficas auxiliarão a pesquisa, cujos resultados serão apresentados em narrativa textual que articulará o desenvolvimento da cidade e a concepção dos planos diretores.

COMUNICAÇÃO 03: Desigualdades socioespaciales en la producción del hábitat petrolero. El caso de la vivienda en cuatro colonias obreras de Tula en la década de 1970
AUTORES: Luis Raúl Pérez Herrera. División de Arquitectura, Tecnológico Nacional de México, México

La historia de la región de Tula (México) se encuentra estrechamente ligada a continuas olas de industrialización. Una de las más significativas es la ocurrida en la década de 1970; con la llegada de Petróleos Mexicanos (Pemex) a la región. En este contexto, la incidencia de industria energética rebasa la mera producción de energía al interior de sus instalaciones, vinculándose estrechamente con la necesidad de construir un hábitat petrolero donde se llevan a cabo actividades tanto productivas como reproductivas de quienes habitan la nueva ciudad petrolera. La vivienda obrera construida en Tula, posterior a la edificación de la Refinería, es un componente esencial para comprender la configuración de este hábitat petrolero. Para explorar la relación existente entre la vivienda obrera y las dinámicas socioespaciales de la ciudad a partir de ese momento, se propone analizar cuatro colonias obreras surgidas en la década de los setenta. El objetivo es narrar las características de estos asentamientos, la tipología de las viviendas, los primeros habitantes y las dinámicas urbanas que se generaron en el proceso. Este análisis espacial comparativo desde lo cualitativo permite diferenciar entre una propuesta estatal de producción de ciudad y una prepuesta popular, describir el tipo de asentamiento, su distancia con respecto a la Refinería, el número y estructura de las viviendas, además de algunas de las dinámicas sociales más importantes. Se observa que, aunque en las cuatro colonias son asentamientos con viviendas para quienes trabajan de la Refinería y sus familias, las colonias responden a diversas dinámicas socioespaciales vinculadas tanto con el mundo del trabajo y la industria como con los

asentamientos preexistentes, además de estar determinadas por factores económicos y sociales internos específicos, como el tipo de familias, la división sexual del trabajo, la producción para el auto consumo, entre otros.

COMUNICAÇÃO 04: La relocalización del Barrio Obrero Presidente Kennedy: Un estudio de la interacción público-privada y el rol de la comunidad local en el resultado de política pública

AUTORES: Lucía González. UdelaR

Mi nombre es Lucía González y soy licenciada en Ciencia Política por la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República (UdelaR). Me complace presentar mi propuesta para participar como ponente en el 4o Congreso Ibero-americano de Historia Urbana. Mi propuesta se basa en los resultados de mi Monografía Final de Grado, dirigida por la profesora María José Bolaña, que analiza la reciente relocalización del Barrio Obrero Presidente Kennedy (BOPK) de Punta del Este (Maldonado, Uruguay). Desde una perspectiva politológica, el trabajo analizó la interacción entre el Gobierno Departamental de Maldonado (actor impulsor de la relocalización) y el Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe (CAF, actor privado y fiduciario de la política pública), evaluando su desempeño e intereses a partir de los resultados obtenidos. Analizar el accionar del Gobierno Departamental de Maldonado (GDM) en la relocalización del BOPK no sólo es significativo por su papel como actor dentro del juego político, sino que también por su rol como administrador del Estado y promotor del mercado local. Y no cualquier mercado, uno signado por las potencialidades económicas del territorio en cuestión: una urbanización turística de lujo estructurada por segundas residencias y el sector extra hotelero (Altmann, 2021), destino de grandes inversiones inmobiliarias nacionales e internacionales (Carrasco, Woelke y Bonifacio, 2009). Sin ir más lejos, la tierra municipal en la que se encontraba ubicado el BOPK, cedida a los vecinos/as por los políticos departamentales hace 60 años, actualmente está estimada en 10 millones de dólares. El objeto de la ponencia es describir y analizar críticamente el proceso político que fermentó el realojo total del barrio, estudiado a la luz de otro curso de acción posible pero no selecto: la regularización parcial del barrio in situ. Esta contraposición es pertinente en tanto la decisión y el procedimiento, trazado por el GDM e implementado por la Intendencia Departamental de Maldonado y la CAF, no se alinea con el vasto marco institucional y legal vigente en Uruguay. Particularmente, el realojo total del BOPK contradice las recomendaciones de los expertos que diseñaron el Plan de Ordenamiento Eje Aparicio Saravia (2012) y los consensos sobre el desarrollo urbano para la región de Maldonado-Punta del Este, establecidos en los Cuadernos Territoriales elaborados por la Universidad de la República (UdelaR). En adhesión, no se alinea con el marco institucional vigente a nivel nacional: la Ley de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible (LOTDS), el Plan Nacional de Relocalizaciones (PNR) y el Programa de Mejoramiento de Barrios (PMB-PIAI). ¿Qué peso tuvo el mercado de suelos y el capital privado en la relocalización del BOPK a las afueras de Punta del Este? ¿Qué peso tuvo la comunidad local en el resultado de la política pública? ¿Cuáles fueron las características de la relación público-privada entre el GDM y la CAF?. El trabajo se puede consultar en el repositorio institucional de la Universidad de la República: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/46773/1/TCP_Gonz%c3%a1lezCerecedaLuc%c3%ada.pdf

COMUNICAÇÃO 05: Pesquisa e Prática do Planejamento Urbano e Regional da IAU-UnB nas décadas de 1970/1980 entre o auge, o desmonte e o apagamento de um campo profissional e intelectual

AUTORES: Luciana Coimbra de Resende. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil
Rodrigo S. de Faria. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil

O artigo tem como objetivo o levantamento de informações sobre a produção de conhecimento em pós-graduação em urbanismo e planejamento urbano e regional pelos/as discentes do antigo Departamento de Urbanismo do Instituto da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (IAU-UnB), unidade hoje organizada como Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UnB), entre os anos de 1970 e 1980. Por serem documentos com mais de 50 anos e por terem sido reproduzidos durante o período de mudanças políticas e urbano-regionais de planejamento e urbanização no Brasil na ditadura militar, a qual o ensino nas universidades foi diretamente afetado, a investigação é fundamental para compreender o campo profissional e intelectual do urbanismo/planejamento urbano nesse contexto histórico nacional. A proposta está inserida no tema geral "Pesquisa e Prática do Planejamento Urbano e Regional da FAU-UnB nas décadas de 1970/1980 entre o auge, o desmonte e o apagamento de um campo profissional e intelectual".

COMUNICAÇÃO 06: Bocaina (SP): una ciudad ideal en la República

AUTORES: Wesley Aparecido dos Santos. Facultad de Arquitectura, Artes, Comunicación y Diseño, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Brasil
Vladimir Benincasa. Facultad de Arquitectura, Artes, Comunicación y Diseño, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Brasil

La Proclamación de la República en Brasil, de fecha 15 de noviembre de 1889, dio inició a lo que se conoce como el período de la Antigua República, también llamado por algunos historiadores como Primera República. Este período se extiende de 1889 a 1930 y estuvo marcado por disputas políticas y económicas, así como por levantamientos sociales. En este contexto, también es posible observar varias reformas urbanas que se están produciendo en las ciudades brasileñas. Un ejemplo de esto fue la Reforma Urbana de Pereira Passos, realizada en la capital del país, la ciudad de Río de Janeiro, que siguió modelos europeos, principalmente el plan de Haussmann para París. Es importante resaltar el carácter higienista que marcó estas reformas. Además, las ciudades brasileñas que surgieron durante este período también traen en su génesis características morfológicas que resaltan ese carácter higienista, y como ejemplo es posible mencionar Bocaina (SP), ciudad del interior de São Paulo que surgió en la penúltima década del siglo XIX. El presente trabajo busca, a través de investigación bibliográfica y análisis documental, comprender y profundizar la comprensión de las características morfológicas y urbano-sociales que marcan el surgimiento y la implementación de la ciudad de Bocaina (SP), enfatizando las cuestiones higienistas, ya extendidas, en ese momento, en el interior de São Paulo.

Caderno de Resumos dos Simpósios e Comunicações

EIXO 4

Historiografias e epistemologias em perspectiva multipolar

Historiografías y epistemologías en perspectiva multipolar

E4_01_ Rastros/Traços: metodologias para estudar o urbano no Antropoceno

COORDENADORES:
Laura Kemmer, Universidade de São Paulo, Brasil
Victor Próspero, Princeton University, EUA

PALAVRAS-CHAVE: Traços; Rastros; Conflitos Sócio-Ambientais Urbanos; Reparação; Evidenciar

RESUMO: O campo da história urbana é constituído de uma multiplicidade de abordagens e métodos de pesquisa possíveis. Os estudos de caráter transdisciplinar e interseccional são fundamentais para enriquecer as visadas sobre as formas de constituição do urbano. Uma cidade guarda múltiplas camadas que se revelam à pesquisa a depender do enquadramento, das fontes acessadas, e perguntas mobilizadas.

Na complexidade das estruturas de palimpsesto com suas múltiplas camadas em sobreposição, convivência e conflito, arqueologias da paisagem e das práticas culturais têm se mostrado fundamentais enquanto ferramenta para evidenciar aquilo que não está dado enquanto leitura dos passados, presentes e futuros latentes nas estruturas urbanas. A exemplo do trabalho com sinais, como descreveu o historiador Carlo Ginzburg, ou dos rastros/traços cuja presença testemunha uma ausência, segundo Sybille Krämer, pode-se pensar em ferramentas metodológicas para a análise de camadas de sedimentos que compõem a história urbana.

A noção de "rastro-detecção", por exemplo, — método eco-político surgido na Alemanha dos anos 1970 como forma de enfrentamento a heranças do nazismo através do trânsito entre arte e antropologia — busca conectar vestígios materiais e referências históricas de forma especulativa, configurando possibilidades de um contra-projeto ao tipo abstratizante e objetivante de evidenciar nas ciências. Trata-se de um exemplo profícuo de como conectar as "humanidades ambientais" à história urbana, social e cultural, uma vez que parte tanto de marcadores temporais visíveis, traços humanos e não humanos, quanto das camadas profundas e subjetivas da memória.

Uma série de movimentos urbanos recentes vem trazendo questionamentos e enquadramentos renovados sobre a história de bairros, regiões, cidades, a partir de experiências concretas, circulação de memórias e práticas culturais, bem como formas de evidenciar aquilo que foi apagado pelos processos violentos de urbanização. Paisagens reconfiguradas pela canalização de rios colocadas em questão, espécies arbóreas ou vegetais que testemunham a atividade antrópica e práticas culturais ou religiosas, a presença de formas de vida mais que humanas ou elementos culturais que perpassam histórias transatlânticas, ou mesmo áreas de passado extrativista ocupadas, recuperadas e reabilitadas que formam "zonas críticas" de evidências, trazem às ciências humanas novas reflexões e possibilidades analíticas sobre formas de habitar o planeta e de redimensionar as espacialidades e as temporalidades no Antropoceno.

A intersecção da história urbana com os estudos ambientais têm sido extremamente produtiva nesse sentido, adicionando fatores ecológicos, geológicos e multi-espécies a teorias restritas à teleologia da urbanização capitalista e suas crises, ou que consideram a testemunha viva e humana como lugar

primário de evidência forense ou legítima. Como podemos entender os traços das vicissitudes de violência do Estado e do capital, das feridas antropogênicas do planeta numa abordagem pós-humana, e ao mesmo tempo não perder de vista a as práticas sociais, modos de vida, buscando ler ou "segurar"/ reter traços como atos ordinários e banais que ao mesmo constituem práticas críticas e transformadoras que podem perturbar as ordens e as representações espaciais urbanas?

É a partir de tais questões, no cruzamento entre a história urbana, cultural e social, com os estudos ambientais, que o presente simpósio temático convida à submissão de comunicações que transitem entre as seguintes possibilidades: pesquisas empíricas sobre história urbana que cruzam pontos de vista humanos e não humanos; relatos e reflexões sobre movimentos urbanos e ecológicos contemporâneos que vêm revelando camadas históricas, sociais e ambientais na cidade; trabalhos que apresentem novas perspectivas sobre história urbana combinando aspectos sociais, culturais e ambientais; reflexões que provoquem e reequadrem a divisão entre natureza e cultura. Buscamos promover um diálogo entre construções de histórias a contrapelo, dos mais diversos pontos de vista, considerando a multiplicidade dos processos humanos e mais que humanos nas disputas urbanas.

COMUNICAÇÃO 01: Histórias às avessas: o barroco e a atualização da filosofia da natureza ou o que a experiência americana nos faz pensar

AUTORES: Margareth da Silva Pereira . Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Em 1986, Gilles Deleuze encerrou o semestre letivo da Universidade de Vincennes com uma aula considerada excepcional e que se tornou o livro Le pli: Leibniz et le baroque. Rapidamente traduzido em espanhol (1989), português (1991) e em inglês (1992), pode-se dizer que as Américas leram Deleuze durante as comemorações das "descobertas" e das "invasões" de 1492 e de 1500. Contudo, pode-se estranhar que o filósofo tenha aproximado o barroco muito mais de Leibniz – e de um mundo letrado e de corte europeu – do que do universo marrano, nômade e ibero-americano de Baruch Spinoza, a quem também dedicou estudos.

Essa desarticulação das hipóteses deleuzianas quanto a filosofia prática de Spinoza e a cultura complexa e diaspórica do barroco é relevante para leituras que se desejem mais transversais. A noção de clinamen, para além dessas articulações no século XVII, faz ver "nebulosas intelectuais" e temas que atravessam uma filosofia da natureza em germe e, depois dela, são retomados na atualidade.

A comunicação, sublinha, assim, como nesse "eterno retorno" ressoa a defesa de um conhecimento fusional, no qual o sujeito é um corpo virtualmente poroso em confluências, choques, interações, afetações ou desvios permanentes em meio a outros corpos viventes, segundo ritmos, temporalidades e modos de existência diversificadas. Em resumo, um conhecimento movente e que se define com outros corpos nesse contínuo movimento.

Os debates dos anos 1960-1970, como se vê com Deleuze, partilhariam, assim, de uma tradição que não opõe, necessariamente, cidade e natureza e na qual a experiência americana barroca propiciaria um modo de ser aberto para o imprevisto de outros mundos possíveis. Trata-se, aqui, de sustentar a leitura de "histórias às avessas" de cuja potência certas culturas – para além de Norte ou Sul – insistem em não esquecer.

COMUNICAÇÃO 02: Pensar com as árvores da Escola Superior de Desenho Industrial: especulações antiespecistas no rastro do gesto de plantio realizado por Carmen Portinho

AUTORES: Zoy Anastassakis. Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Nesta comunicação, investigo e especulo sobre as reverberações de um gesto realizado pela engenheira, urbanista e feminista Carmen Portinho, que na década de 1970, plantou uma série de árvores no campus da Escola Superior de Desenho Industrial, localizado no bairro da Lapa, centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. Hoje, algumas dessas árvores são percebidas como ameaças aos humanos e ao conjunto edificado, que se encontra pressionado e envolvido pelo crescimento "tentacular" das suas raízes, caules e troncos. Primeiramente, analiso documentos recentes que circulam entre a ESDI e a administração central da UERJ, em que as árvores figuram como invasoras, violentas e ameaçadoras ao bem estar do conjunto de edificações e dos seres humanos que por ele circulam. Busco, em seguida, recuperar como se deu o gesto de plantio nos anos 1970, e, em busca de rastros desse gesto, reúno impressões de estudantes e professores em torno das árvores. A partir desta busca pelo gesto de Carmen Portinho 50 anos atrás, observo a relação de algumas daquelas árvores, como as árvores da borracha e amendoeiras, com cosmologias afrodiaspóricas, conversando com a Ialorixá Mãe Ione Ty Oya, liderança do Quilombo Mangueiras, em Belo Horizonte, Minas Gerais, que percebe as presenças das árvores a partir de outras perspectivas, distintas daquelas evidenciadas nos documentos que circulam hoje na universidade. Confrontando essas perspectivas, especulo a partir do gesto de Carmen Portinho, questionando a centralidade dos argumentos técnicos, humanistas, patrimoniais e civilizatórios que encontro nos documentos, e que se pretendem mais substantivos que os demais. Assim, pensando com as árvores e suas histórias, busco questionar os pressupostos subjacentes à argumentação técnica que encontro nos documentos, informada, segundo me parece, por um antropocentrismo de viés urbanista e civilizatório carregado de especismo, racismo, xenofobia e misoginia.

COMUNICAÇÃO 03: Aspectos da história urbana ambiental do Rio de Janeiro, 1900-1930

AUTORES: Daniel Deminice. Pós-Doutorando, Universidade Federal do Paraná, Brasil.

A vida contemporânea, cada vez mais, tem se dado em cidades, o que não significa dizer que a humanidade tenha deixado de habitar a natureza, ao contrário, os fenômenos de urbanização, desde o século XIX, estão entre os principais fatores do impacto ambiental da contemporaneidade, sendo fundamental refletir sobre a história dessa relação entre cidade e natureza de uma forma global. Nesse sentido, esta comunicação apresenta alguns trechos da pesquisa de pós-doutorado em andamento: As representações sobre cidade e natureza em dois projetos cartográficos: Geografia e Urbanismo, 1891 e 1931. Em que, através da utilização de metodologias de SIG Histórico, procurou-se realizar uma análise da história urbana ambiental de algumas cidades cujos planos urbanísticos foram apresentados na Exposition d'Urbanisme aux Colonies et dans les Pays Tropicaux de 1931. Assim, a pesquisa apoiou-se, a princípio, em duas fontes cartográficas: i) nos planos urbanísticos que estiveram expostos em 1931; ii) e nas cartografias das mesmas cidades e suas paisagens publicadas na enciclopédia geográfica Nouvelle Géographie Universelle. A partir destas fontes, sobrepostas a outras camadas de dados geográficos e ambientais, a análise historiográfica articula referências sobre os biomas, a história urbana e a

geografia de tais paisagens recortadas pela pesquisa. Na comunicação serão explorados os resultados produzidos sobre a cidade do Rio de Janeiro, com ênfase sobre a história urbana ambiental produzida a partir dos dois retratos da cidade, isto é: a geografia do Rio, em 1900, por Elisée Reclus e Charles Perron; e a representação urbanística de Alfred Agache, na década de 1930.

COMUNICAÇÃO 04: Entre o controle e a exclusão: O impacto do urbanismo higienista na relação humano-animal em São Paulo

AUTORES: Carolina Ribeiro Simon. Mestre, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil

O presente trabalho examina a evolução das relações entre seres humanos e animais no contexto urbano de São Paulo, destacando os impactos das práticas de controle e disciplinamento da natureza, especialmente no âmbito do urbanismo higienista. Desde o Renascimento, consolidou-se uma perspectiva antropocêntrica que coloca o ser humano no ápice da hierarquia dos seres vivos, promovendo um distanciamento progressivo da natureza e legitimando sua fragmentação e subordinação. Nesse cenário, a ciência moderna, ao dissecar e submeter a natureza, visava controlar a desordem. A partir das contribuições de Emmanuel Gouabault e Claudine Burton-Jeangros (2010), discute-se o aprofundamento do controle sobre a natureza e os animais, especialmente nas cidades. A pesquisa investiga os imaginários urbanos associados à noção de contaminação e as estratégias adotadas para o controle das zoonoses, com ênfase nas inter-relações de conceitos como pathós, phármacon e toxicon. Considerando as reflexões de Georges Didi-Huberman e Walter Benjamin, discute-se o papel das imagens na construção do conhecimento histórico, utilizando a noção de imagens dialéticas como um recurso para evocar os ecos do passado nas representações urbanas. A análise abrange o período do início do século XX até a contemporaneidade, com especial atenção às transformações nas relações com o espaço urbano e aos dispositivos de controle, à luz da teoria de Michel Foucault. Por fim, o estudo reflete sobre como o processo de objetivação da natureza e a separação entre o urbano e o natural, impulsionados pelo urbanismo higienista, contribuem para a marginalização de determinados animais e das tramas ecológicas em que se inserem, tratando sua presença no ambiente urbano como um desafio a ser superado, ao invés de uma oportunidade para repensar a convivência interespécies.

COMUNICAÇÃO 05: Clima, tropicalidade e cultura visual: o I Salão Internacional de Arquitetura Tropical

AUTORES: Laura de Sousa Nakel. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo

Neste trabalho, o modo como disciplinas projetuais como urbanismo, arquitetura e o design se relacionam com o meio ambiente e o clima – além de questão urgente do presente – é analisado de um ponto de vista temporal não-linear, como constructo sociocultural e histórico. No Brasil, o ensino dessas disciplinas tem no modernismo uma tradição comum que informou a formação de um programa pedagógico que ainda reflete suas premissas, dentre elas a instrumentalização narrativa da diferença climática e uma relação tecnocientífica com a natureza e o clima tropical. O presente trabalho busca contribuir para uma análise crítica da construção desta relação articulando conceitos como dup-

la cisão proposta por Malcom Ferdinand (2022) e cosmofobia, proposta por Bispo (2024). O termo tropicalidade busca reimplicar ao termo tropical sua condição de constructo social historicizado sujeito a relações de poder. Além disso, ajuda-nos a entender que as imagens e ideias formuladas sobre e a partir dos trópicos vinculam-se a um espaço conceitual, imaginado, que extrapola uma limitação física. O binômio miscigenação racial–clima tropical, assumido como um entrave ao progresso durante os séculos XVII e XVIII, foi ressignificado a partir do final do século XIX nas ciências e nas artes brasileiras, como componente positivo de uma identidade nacional ontologicamente subordinada à perspectiva europeia e norte-americana de desenvolvimento. Investigaremos alguns contornos da tropicalidade nas disciplinas projetuais brasileiras como locus de uma manifestação privilegiada dessa inversão de sentido a partir de suas manifestações visuais. Seguiremos relações entre tropicalidade e cultura visual no urbanismo, arquitetura e design modernos brasileiros a partir da investigação das manifestações do I Salão Internacional de Arquitetura Tropical, realizado no Rio de Janeiro em 1933. Apesar de sua pouca presença na historiografia, o salão sintetizou preocupações fundamentais do período, inaugurando um vocabulário visual e conceitual de equivalência entre arquitetura moderna e arquitetura tropical a partir do contexto brasileiro.

COMUNICAÇÃO 06: Cidade-ruína, cidade-cristal: problematização do Antropoceno pela cidade submersa de Cabeço (Brasil) e pela cidade reemersa de Epecuén (Argentina)

AUTORES: Carolina Guida Teixeira. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil
Ricardo Trevisan. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil

Entre 1987 e 1994, a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó alterou drasticamente a paisagem do Rio São Francisco (Região Nordeste, Brasil), resultando na submersão da cidade de Canindé do São Francisco (estado de Sergipe) e na realocação de sua população. Um dano causado pela UHE não previsto, todavia, foi a redução da vazão do rio, que comprometeu o transporte de sedimentos, facilitando a invasão das águas salgadas do Oceano Atlântico, levando ao desaparecimento da comunidade de Cabeço, na foz do Rio, em 1990. De forma análoga, a Vila Epecuén, na Argentina, foi engolida pelas águas hipersalinas do Lago Epecuén. Em 1985, o nível do Lago Epecuén aumentou pelo excesso de chuvas mas, sobretudo, por irregularidades na construção de um canal que drenava águas de outras bacias para o Sistema de Lagunas Encadenadas, onde se situava Epecuén, ponto mais baixo do sistema. Com isso, o talude que protegia a vila de inundações rompeu-se, submergindo a cidade. Trinta anos depois, o recuo das águas revelou suas ruínas, agora cobertas por cristais de sal, transformando o lugar em um testemunho material do passado petrificado no presente. Tais processos de desaparecimento e reemergência revelam a interação entre ação humana, natureza e memória. Com base na teoria do ritornelo de Deleuze e das paisagens multiespécies de Anna Tsing, o artigo investiga a cidade submersa de Cabeço e a cidade reemersa de Epecuén como ruínas do Antropoceno ou como cristais do tempo, tensionando as fronteiras entre natureza e cultura. Ao adotar uma abordagem transdisciplinar, o estudo propõe um diálogo entre história urbana, ecologia e antropologia, considerando os impactos do progresso nas disputas territoriais, evidenciando a paradoxialidade do tempo e os modos pelos quais a materialidade das ruínas desafia narrativas hegemônicas sobre desenvolvimento e a modernização.

COMUNICAÇÃO 07: Histórias da Lama: Do rompimento da barragem em Bento Rodrigues à ocupação da bacia do Gualaxo do Norte, em Minas Gerais

AUTORES: Frederico Canuto. Departamento de Urbanismo, UFMG, Brasil

A partir de expedições do autor a paisagem e comunidades na sub-bacia do rio Gualaxo do Norte afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco em Mariana/ MG em 2015, ficou claro como uma nova espécie viva toma conta de tudo: a lama, emaranhado multiespécie resultado da simbiose entre humanos, águas e terras. A proposta aqui delineada é a partir de um texto de caráter ensaístico discutir a forma como essas diversas espécies juntas criam condições de habitabilidade uma vez que se tornaram Lama. Sob uma abordagem multiespecífica e usando de estratégias de escrita de fabulação especulativa de Donna Haraway e antecipações de Vinciane Despret, na qual o humano é deslocado do centro narrativo, arranjos entre seres e entidades podem ser observados através do rastro de suas atividades registrado em conversas, fotografias, filmes, jornais, exposições e documentos técnicos. A combinação de tais práticas de conhecimento nos impele a entrever desde o compartilhamento de modos e tecnologias de sobrevivência à catástrofe entre diversas espécies até a composição de uma geografia global da mineração para além de um extrativismo antropocentrado. O objetivo é indistiguir natureza e cultura pensando a lama como epicentro de novas formas de vida que o Antropoceno nos impele a imaginar.

COMUNICAÇÃO 08: Campos de visão e eletricidade: a UHE Balbina e a resistência do sarapó elétrico

AUTORES: Sofia Boldrini. São Paulo, UNICAMP, Brasil,
Rafael Urano Frajndlich. Campinas, UNICAMP, Brasil

A construção da Usina Hidrelétrica de Balbina alterou o ecossistema do Rio Uatumã. Analisar as imagens dessa obra oferece uma forma de compreender essas transformações, possibilitando observar não apenas os impactos diretos na paisagem, mas também as mudanças que afetam as espécies locais, como o sarapó elétrico (Apteronotus lindalvae). Essas imagens revelam tanto as modificações visíveis quanto aspectos mais sutis do ambiente, mostrando a dinâmica entre a intervenção humana e o meio. O sarapó elétrico, nativo da região, já possuía a habilidade de gerar e perceber campos elétricos antes da construção da usina. Esse mecanismo, semelhante a um radar biológico, possibilita ao peixe se localizar, caçar e se comunicar em águas turvas, onde a visão é limitada. Sua habilidade de navegar sem depender da visão é uma característica adaptativa que o torna capaz de viver em ambientes de baixa visibilidade. Sob a ótica do filósofo Georges Didi-Huberman, que vê os vagalumes como símbolos de resistência, a habilidade do sarapó pode ser vista como uma forma de resistência invisível. Para Didi-Huberman, a luz dos vagalumes representa uma persistência silenciosa, que desafia a opressão do ambiente e continua a existir, apesar das adversidades. As imagens da construção da UHE de Balbina não apenas documentam as transformações no ecossistema, mas também permitem refletir sobre o que não é imediatamente visível. A sobrevivência do sarapó elétrico nas águas alteradas é um exemplo de resistência silenciosa às mudanças. Assim, essas imagens, ao concentrarem tanto os impactos diretos quanto os rastros sutis de continuidade, possibilitam considerar os vestígios de vida que permane-

cem, mesmo nas camadas profundas e modificadas do ambiente construído. A apresentação abordará como essas imagens oferecem uma nova perspectiva sobre as intervenções humanas, com ênfase na resistência do sarapó nesse contexto de transformações sociopoliticoambientais.

COMUNICAÇÃO 09: Mapas, urbanidad y afectos en la ficción capitalocénica latinoamericana

AUTORES: Natalia López Rico. Centro para las Humanidades, Universidad Diego Portales, Chile

En esta ponencia analizaremos cómo la actual crisis del Antropoceno/Capitaloceno, y sus desdoblamientos particulares en América Latina, está siendo elaborada por la ficción literaria contemporánea. El desafío estético y político de narrar y sensibilizar ante la catástrofe de raíces antrópicas, asumido por la literatura latinoamericana reciente, se traduce en la creación de nuevas experiencias y mapas urbanos de las ruinas y en la representación de afectos que surgen y circulan en los escenarios urbanos catastróficos delineados, dando cuenta de una manera de "seguir con el problema", en palabras de Donna Haraway. Con ese fin, hemos seleccionado un conjunto acotado de narrativas publicadas entre el año 2010 y 2024 en las que se ficcionaliza la crisis urbana de tres de las principales ciudades puerto del Atlántico sur: Buenos Aires, Montevideo y Rio de Janeiro, compuesto por los siguientes títulos: El año del desierto (2010) de Pedro Mairal y La infancia del mundo (2023) de Michel Nieva para el caso de Buenos Aires, Mugre rosa (2020) de Fernanda Trías y Un pianista de provincias (2023) de Ramiro Sanchiz para el caso de Montevideo, y Entre o céu e sal (2022) de Everton Behenck, 2066 (2022) de Luiz Eduardo Soares y el libro de cuentos colectivos Rio 2065 (2015), para el caso de Rio de Janeiro. Como veremos, en las narrativas se enlazan los destinos de territorios e infraestructuras portuarias comunes emparentados en la ficcionalización de su crisis o destrucción por causas capitalocénicas, una temática que en sí misma, por su impacto y emergencia, posee una gran fuerza de descentramiento y delimita una nueva comunidad de experiencia. En suma, pretendemos mostrar cómo los aspectos estéticos son vitales en la creación de una conciencia y sensibilidad antropocénica que permita relacionar la crisis socioambiental y las mudanzas climáticas con las acciones humanas y su repercusión en las ciudades, una consecuencia que suele verse como no intencional y que hasta el momento solo certifican los discursos científicos.

COMUNICAÇÃO 10: Concreto: Políticas da Destruição

AUTORES: Vanessa Raposo Mendes. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil.

O concreto é considerado a matéria mais destrutiva do planeta. Composto de cimento, água, areia, brita e aditivos químicos, sua cadeia produtiva envolve processos de extração que destroem sistemas, espécies e comunidades. Depois da água, o concreto é a substância mais consumida no mundo, a décima indústria que mais consome água e o material que destrói infraestruturas naturais, comprometendo a drenagem, o escoamento e a fluidez de sistemas hídricos. Cidades, prédios, pontes, barragens, usinas — o concreto foi a matéria escolhida para forjar a modernidade, dar monumentalidade às metrópoles e erguer infraestruturas de multidões. A pesquisa 'Concreto: Políticas da Destruição' propõe o concreto como meio de investigação dos processos de destruição que acompanham a urbanização de São

Paulo. Quais os impactos ecológicos, políticos, econômicos e sociais da cultura do concreto? Como a destruição se relaciona ao projeto colonial, capitalista, da branquitude? Onde a destruição é utilizada como estratégia pelo Estado na cidade de São Paulo? À contrapelo da história urbana paulista, que orienta sua narrativa a partir dos processos de construção, a destruição é na pesquisa compreendida enquanto ação sistemática, constituidora da produção do espaço urbano, uma vez que toda construção precede a destruição de uma situação anterior: florestas, montanhas, cursos d'água, casas de taipa, de alvenaria até edifícios de concreto. Quais relações são possíveis de serem tecidas entre o concreto, a destruição e as políticas urbanas no território de São Paulo? A pesquisa tem como recorte temporal o período da Pandemia da covid-19, quando no Brasil a construção civil foi declarada atividade obrigatória e, sob uma gestão política destrutiva, foram acentuadas as desigualdades e explicitadas as estruturas que produzem o espaço urbano. Propõe investigar as atividades de demolição nesse período e contar histórias sobre São Paulo — uma paisagem que está sempre em transformação, tão dura e ao mesmo tempo perecível.

COMUNICAÇÃO 11: Habitar sem ser visto no Plantationceno: aprendendo a ver caminhos-gesto no médio e alto Vale do Ribeira

AUTORES: Laura Pappalardo. São Paulo, FAU-USP, Brasil

A preservação da Mata Atlântica no Vale do Ribeira vem sendo construída, há centenas de anos, como um mosaico de paisagens afro-indígenas, fruto de seus modos de habitar, fazer roça, selecionar, se relacionar, entre seus agenciamentos, diferenças e resistências. No século XVI, colonizadores bandeirantes iniciaram expedições na região do Vale do Ribeira para mineração, constituindo o primeiro ciclo econômico na região, realizada por mão-de-obra escravizada. Desde então, comunidades quilombolas permanecem no território, se tornando grandes conhecedores da região, mantendo os caminhos de seus antigos em meio a floresta, enquanto cultivando a biodiversidade. Caminhos quilombolas e indígenas e, mais especificamente, os gestos que mantém e constróem estes caminhos, são fundamentais para a manutenção da biodiversidade. Muitas vezes, porém, estes caminhos permanecem invisíveis à leitura institucional—como na elaboração de políticas públicas e acesso ao orçamento público—uma vez que não deixam "rastros" visíveis ou "mensuráveis" sob a ótica do estado. Este trabalho faz um cruzamento entre: 1. documentos de arquivo históricos da Secretaria de Agricultura, e suas subdivisões da Diretoria de Terras, colonização e imigração e da Comissão Geográfica e Geológica (CGG) no período pós-abolição (1888 a 1930) e 2. o modo como A Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística aprende a ver caminhos quilombolas e indígenas no Vale do Ribeira hoje. Proponho o conceito de caminhos-gesto como operador metodológico para aprender a ver as práticas cotidianas que constróem caminhos no médio Ribeira, seguindo pistas de como gestos técnicos, humanos e não-humanos, mantém esses caminhos. Para tal análise, parto de referências do campo da antropologia da técnica (como André-Georges Haudricourt, Carole Ferret e Tim Ingold) como possível operador metodológico- epistemológico que expande a caixa de ferramentas da arquitetura e do planejamento para analisar os gestos que constróem o espaço/territórios. Parto, também, do conceito de "dispositivo de racialidade" de Sueli Carneiro para expor como as práticas estatais de alocar orçamento e autorizar obras de infraestrutura muitas vezes apagam os saberes- gestos e demandas auto-determinadas de povos indígenas e quilombolas no Vale do Ribeira. Partindo de diferentes escalas

de análise—do carreiro da anta à rodovia— analiso como estes cruzamentos de caminhos revelam um conflito central ao plantationceno: a disputa de fronteiras, como coregrafias elásticas e moventes, entre monocultura e biodiversidade. Traço, assim, algumas pontes históricas de como o Estado de São Paulo aprendeu a ver "caminhos-gesto".

COMUNICAÇÃO 12: Del palimpsesto vivo al patrimonio transformador

AUTORES: Alissa Diesch. Departamento de Arquitectura y Urbanismo, Universidad del Norte, Colombia

En el urbanismo, el patrimonio de las ciudades puede entenderse como un recurso cultural. La manera en que se representa la historia urbana y se define el patrimonio son construcciones sociales y discursivas en constante transformación, reflejando asimetrías de poder y procesos de empoderamiento tanto en el pasado como en el presente. Métodos transdisciplinares y de investigación acción-participativa permiten cuestionar conceptos patrimoniales hegemónicos y, al mismo tiempo, promueven formas cooperativas de construir ciudad. Tomando Bogotá como caso de estudio, esta investigación se enfoca de una forma trans-escalar en seis antiguos pueblos que hoy forman parte de la megaciudad contemporánea. La rápida urbanización de la capital colombiana en el siglo XX desveló capas de su palimpsesto – físicas y legales – que dieron pistas a narrativas, vínculos, continuidades y efectos negados del territorio. Sin embargo, estas relaciones han sido ignoradas o estudiadas de manera fragmentada; así trazas y estructuras enteras fueron declarados "naturales", cubriendo su origen cultural prehispánico. A través de metodologías cualitativas, participativas y artísticas, y un enfoque espacial, se integran resultados de trabajo de campo, cartografías (combinadas y nuevas), mapas históricos y fuentes históricos para visibilizar la influencia de comunidades campesinas, indígenas y auto-organizadas – como agentes antrópicos – en la formación de la ciudad y en sus dinámicas actuales. Este diálogo entre marcos espaciales, temporales y disciplinares permite explorar vínculos entre hallazgos arqueológicos, fuentes históricas y prácticas culturales contemporáneas que continúan actuando como agentes poderosos. El concepto de "patrimonio transformador" se plantea como una herramienta para reinterpretar estas relaciones y se propone metódicamente para co-crear la ciudad. Este enfoque facilita una comprensión más compleja e inclusiva de la génesis de Bogotá y de su interacción viva entre territorio, espacios significativos y comunidades. En última instancia, se demuestra el potencial del patrimonio como un instrumento eficaz para impulsar los cambios necesarios en las ciudades contemporáneas.

COMUNICAÇÃO 13: Desenvolvimento através de um caleidoscópio: Moradia digna entre os polos petroquímicos no São Rafael, São Paulo

AUTORES: Victor Stout. Independent researcher, Netherlands

O que resta de dignidade a moradias 'dignas' construídas ao lado de um complexo industrial-petroquímico? Essa é a situação enfrentada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1, no bairro de São Rafael, na zona leste de São Paulo e vizinho ao polo petroquímico mais antigo do Brasil. A prefeitura apresentou uma solução: uma 'barreira verde' de vegetação nativa – que foi derrubada no passado para favorecer a produção agrícola – será plantada ao redor do conjunto habitacional, visando

a proteger a saúde dos futuros moradores, além de exercer outras funções. Podemos dizer que o canteiro de obras deste movimento é como um caldeirão, em que diferentes imaginários sobre um desenvolvimento 'justo' ('moradia digna' a ser construída; replantio de espécies nativas) se cruzam com traços/rastros materiais, fisiológicos e afetivos de 'desenvolvimento' anterior (plantas petroquímicas; águas poluídas; memórias de urbanização inicial). Neste artigo, proponho que, ao utilizar a figura do caleidoscópio como um estratégia metodológica, podemos perceber como diferentes imaginários de futuro se relacionam, convergem, e divergem entre si, repetidamente, em um único espaço. Ou seja, ao analisarmos a situação como se olhássemos através de um caleidoscópio, uma única imagem se transforma em uma multiplicidade de padrões; uma quantidade infinita de reflexos de e reflexões sobre desenvolvimento.

COMUNICAÇÃO 14: No Tocar dos Alarmes de Emergência: Urbanização e Despossessão em Áreas de Mananciais

AUTORES: Matheus Henrique da Silva Martins. Universidade de São Paulo, Brasil

No âmbito da pesquisa "Remoções e Deslocamentos Forçados em meio a Financeirização do Urbano e Reestruturação do Estado" – desenvolvida no LabCidade/FAU-USP com apoio da FAPESP – voltamos nossa atenção à Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM) no municipio de São Paulo, observando a atuação estatal, em suas múltiplas figurações, na interrelação com a trama de agentes que produz a cidade e, em especial, suas fronteiras. São mobilizados métodos de pesquisa quantitativos, como a análise de dados de políticas públicas – em especial, o Programa Mananciais –, e a elaboração de cartografias, e métodos qualitativos, sobretudo incursões etnográficas.

As fronteiras são tidas, aqui, menos do ponto de vista territorial – ainda que em determinadas situações estejamos diante do limite da área urbanizada avançando sobre maciços florestais, córregos ou margens das represas –, e mais de um refazimento contínuo do tecido urbano, por múltiplos interesses, jogos de poder e mercados em diferentes escalas – do capital financeiro globalizado aos gestores locais de serviços, mercadorias políticas e/ou ilegalismos. Seguindo outros autores, apostamos nas fronteiras como locus privilegiado para apreender as contradições inerentes às várias transformações contemporâneas: do mundo do trabalho, dos mecanismos de acumulação via produção do espaço urbano, dos ativismos e associações, da atuação estatal e, em especial, da relação entre urbanização e natureza.

Essa última, é aludida aqui enquanto transformação por enxergamos uma mudança de paradigma (em curso) no processo de urbanização brasileiro: territórios antes ocupados ao revés da atenção estatal, por serem vulneráveis ambientalmente, têm se tornado centrais para a política urbana. Como hipótese a ser discutida, ainda que não em caráter conclusivo, acreditamos que a crise climática e o disparar de um "alarme de emergência", ao tornar essas fronteiras foco da atuação do Estado-capital, também passa a permitir a mobilização de múltiplos dispositivos de gestão que, em última instância, ocasionam despossessão.

COMUNICAÇÃO 15: Um rio ocupado e ocultado: O manejo da copresença e da memória no Vale do Rio Cabuçu (Zona Norte, SP)

AUTORES: Thiago Ballestero Assumpção. FFLCH-USP, Brasil

Esta comunicação pretende explorar transdimensionalmente uma problemática urbana e social e sua relação com um rio ocupado e ocultado - através dos registros produzidos pelos participantes de uma caminhada etnográfica. Essa caminhada surge no contexto de uma pesquisa em antropologia sobre os mecanismos de afastamento e aproximação simbólicos entre populações vizinhas no vale do Rio Cabuçu de Cima na Zona Norte de São Paulo. Nessa porção além-Tietê da cidade, novos assentamentos em bairros e favelas parecem exercer o efeito contrário do que o fenômeno da gentrificação vem causando no centro paulistano. Durante a pandemia de COVID-19, mais de 900 famílias ocuparam um espaço vago no Terminal de Cargas Fernão Dias (ARRUDA, 2023; BLEICH, 2023), o maior da América Latina, às margens da rodovia homônima. O novo assentamento tornou o bairro, um território popular, ainda mais heterogêneo em renda e padrões construtivos.
E complexificou a tensa e volátil figuração entre moradores estabelecidos e outsiders. A falta de espaços públicos qualificados para o convívio interpopulacional inspirou a ideia de imaginar "como seria a vida no nosso bairro se o rio fosse um espaço de convívio e lazer?" numa caminhada etnográfica coletiva. Assim, nesta comunicação, revisito meu problema de pesquisa através do encontro com as marcas do Rio Cabuçu de Cima e, especialmente, com marcas de sua ausência (CARVALHO, 2022; RICOEUR, 2007). Há menos de 40 anos, os moradores dos Jardins Guançã e Julieta ainda se banhavam nas águas do Cabuçu. Também pescavam e jogavam futebol em sua várzea. Hoje, no entanto, "sujo e alagável", o rio é quase invisível nos espaços públicos, porque suas margens estão ocupadas pela aridez asfáltica da economia rodoviarista do bairro.

COMUNICAÇÃO 16: Atualidades ancestrais: olhos d'água e seus veios

AUTORES: Arthur Simões Caetano Cabral. Bauru, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Brasil

Intermitente ou perene, chama-se olho d'água, em hidrologia, todo ponto de afloramento natural do lençol freático. Embora corrente no meio científico, o uso do termo pode deixar escapar os sentidos de ser e o alcance cosmológico de olhos d'água e seus veios capilares. Como mote a um revigoramento de conceitos e imagens no Antropoceno, caberia a princípio indagar a associação de um fenômeno próprio da Terra ao órgão do corpo de seres humanos e não humanos pelo qual é dado contemplá-la. Se a água desempenha um papel inesperado na imaginação da visão generalizada, conforme estudos de Gaston Bachelard dedicados ao tema, nos fluxos contínuos entre o ver e o visível a água não seria senão o olhar da Terra, a nos fazer olhar de volta. As águas afloram, ainda que seus cursos se vejam muitas vezes desfigurados ou reduzidos a tubos emaranhados a outras redes no subsolo de médias e grandes cidades brasileiras. A atualidade de olhos e veios d'água imiscuídos no meio urbano, ora expostos, ora reduzidos a vestígios semienterrados, constitui o tema desta proposta. Discute-se fundamentalmente resultados de estudos de campo realizados em bairros de urbanização recente e ainda incompleta, situados na margem esquerda do ribeirão Bauru, na cidade de mesmo nome. A oscilação de ladeiras, dadas as condições topográficas, torna suspeita a existência de veios d'água em seu atri-

to ancestral. Somam-se as contingências do traçado urbano ali instalado, que nos levaram a realizar caminhadas entre ruas sem saída, encerradas diante de fragmentos de mata, trilheiros informais e jardins cultivados à beira d'água. Entre bueiros entreabertos e cachoeiras improváveis, por meio de reflexões oriundas do olhar e do corpo em contato imediato com as águas, a proposta procura favorecer o reconhecimento sensível de sua existência e de suas implicações em tramas de vida subjacentes às cidades.

COMUNICAÇÃO 17: Coletar, guardar e fabular: vestígios e imagens de várzeas no Antropoceno

AUTORES: Gabriel Teixeira Ramos. Goiás, Universidade Federal de Goiás, Brasil

Esta proposta destaca experimentações metodológicas decorrentes de atos de caminhar e coletar coisas, resíduos e vestígios, outrora esquecidos ou deixados por várzeas e margens urbanas, evidenciando tais territórios para ampla especulação de imaginação e fabulação e novas contribuições nas leituras urbanas no Antropoceno. Os gestos de caminhar e coletar despontam a partir de uma demanda por recontar histórias já contadas e passíveis de serem reimaginadas, inspirada em "Teoria bolsa da ficção", de Ursula Le Guin. Nesta obra, a autora fabula sobre a primeira tecnologia desenvolvida por humanos ter surgido pelo ato de guardar, fornecendo-nos, para isso, os gestos da catação e da coleta de alimentos para subsistência, seguidos da necessidade de guardá-los. Ou seja, não seriam as lanças, espadas, machados, foices e outras estruturas robustas cortantes as emergentes, mas folhas, cabaças, sacos, bolsas e potes. Coletar, assim, pressupõe guardar e memorizar, fazer com que as coisas tenham certa existência no modo em que foram coletadas, entendendo memória como em construção permanente, logo, o gesto de coletar a constituiria a todo tempo. Nesse sentido, essa proposta pensa as relações entre o movimento das coisas como são constituídas pelo caminho e sua remontagem a partir de uma perspectiva das imagens, especificamente do cinema e da cartografia. Para tal, realizamos incursões em áreas de várzeas e margens, cuja indestinação é caracterizada pela precariedade dos acessos e pela transformação dos cursos originais de corpos d´água nelas situados. Por meio delas, experimentamos fabular histórias, a partir de conversas com pessoas que ali habitam e neles alimentam seus sonhos, vivendo entre resíduos que as chuvas levam e as imagens de histórias ainda não contadas.

COMUNICAÇÃO 18: Enraizar para Permanecer: Mulheres, Memória e Ação Política na Recuperação de Frutos da Mata Atlântica Paulistana

AUTORES: Tania Knapp da Silva. PPGAU, Universidade de São Paulo, Brasil

A partir das trajetórias de distintos grupos sociais do território, a pesquisa lança luz sobre a história do extremo Sul de São Paulo como contra narrativa à história hegemônica do urbano como fim. As entrevistas buscaram recuperar o vivido conforme concebido por quem viveu, segundo formulação de Verena Alberti. A partir delas foram reconstruídas histórias do local. As entrevistas são fontes privilegiadas do trabalho e guardam as dimensões de resíduo da ação e de relato da ação, conforme definição de Peter Hüttenberger. Apesar do recente reconhecimento da sua importância para a cidade e do intermitente investimento público na região, sua paisagem cultural rural persistiu como resultado da agência de grupos sociais comprometidos com o mato, a mata e seus frutos. Mostro como essas his-

tórias se encarnam em memórias e práticas que fazem frente à invisibilização do lugar e das pessoas. Apresento as trajetórias de três mulheres que assumiram a tarefa de recuperar espécies frutíferas nativas da Mata Atlântica. Minha hipótese é que o procedimento de análise triangulada das trajetórias permite a montagem — metodologia proposta por Paola Berenstein-Jacques — de histórias do extremo Sul a partir dos seus fios narrativos. Comum às trajetórias, destaca-se o enraizamento — conceito de Simone Weil — como um processo de construção de vínculos emocionais com o lugar e com espécies nativas. Esse processo contínuo envolve alianças políticas e engajamento comunitário enquanto estratégias para permanecer no mato e preservar a mata, multiplicando seus frutos. Estas dimensões territorializadas se conectam com diferentes propósitos e refletem momentos distintos da história das políticas públicas urbanas no espaço rural metropolitano. Pretendo assim contribuir para "perturbar as representações espaciais urbanas" sugeridas pelo simpósio. A experiência de conservação e da ação política de três mulheres do extremo Sul oferece lampejos potentes para a construção de contra narrativas, bem como informar políticas públicas.

COMUNICAÇÃO 19: Plantas Alimentícias Não Convencionais em Heliópolis

AUTORES: Samantha Orui. Centro de Estudo das Cidades - Laboratório Arq.Futuro, Instituição de Ensino e Pesquisa Insper, Brasil
Regina Yassoe Fukuhara. Blog Sabores do Mato

Algumas plantas citadas como alimento em relatos sobre o Brasil feitos por europeus nos séc. XVI e XVII, que com o passar do tempo caíram em esquecimento, tais como a beldroega (Portulaca oleracea L.), a tanchagem (Plantago sp.), o caruru (Amaranthus sp.), a taioba (Xanthosoma taioba E.G. Gonç.), o camapu (Physalis pubescens L.) e o caraguatá (Bromelia antiacantha Bertol.), hoje são conhecidas como Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC). Esse termo também é usado para se referir às plantas comestíveis trazidas por africanos, europeus e outros imigrantes, desde a colonização do Brasil, cujo uso ficou restrito a uma determinada região, como é o caso de Hibiscus sabdariffa. Conhecido popularmente como vinagreira e/ou como cuxá o Hibiscus sabdariffa L. provavelmente chegou no Brasil junto com negros trazidos da Guiné, que foram enviados por Marquês de Pombal para trabalhar em lavouras de arroz no Maranhão. Desse encontro surgiu o arroz de cuxá, considerado um bem imaterial do patrimônio cultural brasileiro desde 2000. Ou seja, PANC é um termo que engloba plantas nativas e exóticas. Seu uso culinário pressupõe uma certa flexibilidade e mudança de olhar, uma vez que o referencial muda de acordo com o lugar de fala: uma planta pode ser considerada convencional em uma região e não convencional em outra. Este ensaio versa sobre essas plantas conhecidas como PANC, algumas consideradas "ervas daninhas" que precisam ser retiradas das hortas e jardins para não competir com as outras plantas. Essa recusa por aceitá-las como parte integrante das hortas e jardins se baseia muito mais em imaginários formados a partir de referências da horticultura praticada em solos temperados (e não em solos tropicais, como é o caso do Brasil) e na perda de conhecimentos ancestrais do que em fundamentos agronômico. Por sua capacidade de adaptação, elas brotam por todos os cantinhos, frestinhas de calçadas, terrenos baldios, vasos, quintais, telhados, muros, paredes de prédios… Basta caminhar por uma rua ou ruela, que encontraremos os vestígios dessa natureza pulsante, dessas plantas que fazem parte da paisagem urbana que surge espontaneamente. Diferente dos jardins cujos traços previstos em papel são executados por profissionais, as PANC são como ras-

tros do passado que rumam em direção ao futuro - conhecimento ancestral das plantas comestíveis e seu resgate ao novo mundo em transformações extremas. Na primeira parte do artigo, apresentaremos nos aproximarmos do tema a partir de material histórico e de abordagens comuns aos etnobotânicos, na sequência apresentamos o resultado de uma pesquisa realizada com moradores de Heliópolis, por meio da qual buscamos verificar de que modo essas plantas estão e/ou estiveram presente em suas vidas. A ideia é inspirar pesquisadores a olharem as PANC como marcadores espaço+temporais, para além, é claro, de todas as suas qualidades do ponto de vista nutricional e medicinal.

COMUNICAÇÃO 20: Permanências animais e desvios vegetais: notas para uma história urbana mais-que-humana na cidade do Rio de Janeiro

AUTORES: Bruno Amadei Machado. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cidades são e sempre foram uma questão multiespécies. A rigor, os distúrbios gerados pela atividade humana também sustentam possibilidades, intencionais ou não, para outras formas de vida. No entanto, se a construção das cidades vem sendo guiada por um esforço abertamente antropocêntrico, sua historiografia também o foi até aqui. Partindo da hipótese de um Urbanismo Multiespécies, esta comunicação lança luz sobre encontros entre plantas, animais e humanos sob uma perspectiva histórica e transdisciplinar. Aliando a análise do noticiário ao exercício das artes de notar, prática emergente nas Humanidades Ambientais, busco investigar como a presença mais-que-humana nas cidades tem sido percebida, contestada e ressignificada. Para tanto, iluminarei algumas controvérsias que envolvem permanências animais e desvios vegetais observados em dois espaços verdes públicos patrimonializados da área central do Rio de Janeiro. No Campo de Santana, o noticiário evidencia que uma comunidade de gatos habita aquele parque há pelo menos um século, sendo alvo tanto de ações mais ou menos organizadas de cuidado voluntário quanto de políticas públicas de extermínio, oscilando entre "atração turística" e "praga urbana". No Parque do Flamengo, idas recentes a campo vêm revelando o cultivo de espécies frutíferas que desafiam o paisagismo moderno, sinalizando práticas alternativas de usuários do parque que atualizam o projeto original (tombado) e fazem dele seu quintal. Ao resgatar rastros da agência animal e vegetal na cidade a partir destes dois casos, a análise histórica oferece insumos para especular formas de habitar o Antropoceno. Se habitar, como sugere Tim Ingold, não é simplesmente ocupar um espaço mas iniciar um movimento, o termo nos convoca para uma atenção situada e ao mesmo tempo dinâmica envolvendo humanos e mais-que-humanos na cidade. Nesse sentido, ampliar a história urbana para incluir essas coexistências nos possibilita novas leituras das paisagens, suas disputas latentes e possibilidades precárias de futuro.

E4_02_Perspectivas teóricas, conceptos y métodos para la historia urbana

COORDINADORES:
Gerardo Martínez Delgado. Universidad de Guanajuato, México
Eulalia Hernández Ciro. Universidad de Antioquia, Colombia

PALABRAS CLAVE: Teoría Urbana; Historiografía Urbana; Conceptos; Sistemas de Ciudades; Metodología

RESUMEN: Frente a la especialización y fragmentación de las ciencias sociales de las últimas décadas y la complejidad de la vida en las ciudades y en los territorios iberoamericanos que marcan nuestro presente, la pregunta por la existencia de la historia urbana como campo de conocimiento sigue siendo pertinente y necesaria. ¿Qué es la ciudad? ¿Qué es lo urbano? ¿Qué es la historia urbana? ¿Cuáles son los desafíos y límites de estudiar la ciudad en perspectiva histórica? ¿Con qué archivos y estrategias metodológicas podemos estudiar la ciudad? Todas las anteriores siguen siendo cuestiones de interés teórico y epistemológico de la historiografía urbana.

El Simposio propone reunir ponencias que presenten análisis historiográficos y balances críticos, resultados de investigación o propuestas y reflexiones teórico y metodológicas que aborden alguno de los siguientes temas: los referentes teóricos e historiográficos en la historia urbana en diversas escalas; la historiografía urbana latinoamericana después de José Luis Romero; los paradigmas teóricos de las ciencias sociales, los grandes temas y las grandes preguntas historiográficas de la historia urbana; la perspectiva histórica en los estudios urbanos; los diálogos y debates con las ciencias sociales y la arquitectura y el urbanismo; los acentos de la historiografía urbana después de la historia cultural urbana; la problematización de las dimensiones temporales y espaciales; la discusión de categorías y conceptos como: pueblo, ciudad, urbano, urbanización, campo/ciudad, modernidad y modernización, industrialización, pre-urbano / pre-moderno / pre-industrial, espacio público, agentes urbanos; los sistemas de ciudades; papel y carácter de las ciudades pequeñas y medianas; periferias y segregación.

Respecto a cuestiones metodológicas, se privilegiarán los trabajos que problematicen y avancen significativamente en rutas de aprovechamiento analítico profundo y novedoso de fuentes como la cartográfica, la fotográfica y todos los productos de la cultura impresa y audiovisual; así mismo, interesan las reflexiones sobre los archivos, acervos y colecciones que permitan ampliar los límites temporales y espaciales de la comprensión histórica de las ciudades.

En suma, este simposio tendrá en cuenta propuestas sólidas que problematicen puntualmente cuestiones teóricas, conceptuales y/o metodológicas propias de la historia urbana.

PONENCIA 01: Entre Sacos de Cimento e Terra Batida: A Vida e as Moradias dos Trabalhadores na Construção de Brasília

AUTORES: Beatriz da Silva Takahashi. Peter Guo-hua Fu School of Architecture, McGill University, Canadá

A difusão de fotografias heroicas de Brasília como símbolo de modernidade foi central na construção de uma nova iconografia nacional. Idealizada para representar a modernidade e romper com o passado colonial, Brasília reflete mais a herança escravocrata e as contradições sociais de sua construção do que o futuro que pretendia encarnar. Embora concebida como um modelo para a urbanização brasileira, sua construção gerou uma cidade não oficial, marcada por assentamentos precários na periferia, onde a força de trabalho—explorada, racializada e empobrecida—foi alojada, perpetuando a informalidade urbana. Alinhada ao pensamento decolonial e à teoria crítica da raça, esta comunicação, parte da tese de doutorado em andamento "Laborers: Brasilia Seen from the Ground (1956-1964)," foca nas experiências desses trabalhadores, analisando moradias autoconstruídas, acampamentos, sua localização e materialidade, além da ocorrência de incêndios e desapropriações. Também discute os desafios enfrentados no acesso à água potável e à alimentação. Metodologicamente, o estudo se baseia na análise de fotografias enquadradas ao nível do olhos, do Fundo NOVACAP do Arquivo Público do Distrito Federal e da coleção Marcel Gautherot do Instituto Moreira Salles. Esses registros revelam o contraste entre o projeto de modernidade e a realidade vivida pela mão de obra, ao passo que desafiam narrativas dominantes que invisibilizam a participação das mulheres na construção da cidade. A pesquisa cruza essas imagens com histórias orais do Projeto História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal e livros de ocorrências policiais (1956-1960), além de examinar a categorização desses materiais nos arquivos, investigando como tais instituições reforçam e legitimam o apagamento dos trabalhadores na história de Brasília. Ao destacar essas histórias invisibilizadas, esta pesquisa contribui para uma reinterpretação crítica da construção de Brasília. Por fim, esta comunicação visa posicionar os trabalhadores como agentes centrais na historiografia do ambiente construído, evidenciando o custo humano dos megaprojetos.

PONENCIA 02: Futuros fracassados: São Paulo e Caracas vistas por Nova Iorque em meados do século XX

AUTORES: Bruno Zorek. Instituto de História Contemporânea Universidade Nova de Lisboa

Nesta comunicação, minha intenção é discutir uma proposta de pesquisa, sobretudo os aspectos teóricos e metodológicos de sua construção. Em meados do século XX, Nelson Rockefeller era um político famoso e um dos homens mais ricos do mundo, enquanto Robert Moses vivia o auge de sua carreira no urbanismo e era conhecido internacionalmente como o "mestre construtor" de Nova Iorque. Em parceria, ambos trabalharam na elaboração de planos de urbanização para duas importantes cidades latino-americanas: Caracas, na Venezuela, e São Paulo, no Brasil. Nos dois casos, as empreitadas fracassaram, mesmo contando com os poderosos recursos que Moses e Rockefeller tinham à disposição e efetivamente mobilizaram. Minha preocupação, no momento, é desenvolver uma abordagem comparativa para analisar esses fracassos. No centro do estudo, estão as elites dirigentes e intelectuais caraqueñas e paulistanas, que reagiram de maneira similar às iniciativas dos empreendedores estadun-

idenses – tanto nos eventuais apoios quanto nas críticas e distanciamentos. Assumindo os planos de urbanização assinados por Moses como representações do futuro das cidades em questão e a presença de Rockefeller e suas empresas na América do Sul como um elemento ambíguo nas tensas relações políticas, econômicas e culturais que os estadunidentes estabeleciam com as elites locais, a proposta é descobrir que significados esses processos tiveram para Caracas, São Paulo e para uma ideia mais geral de "cidade latino-americana." Através de uma abordagem que pretende conectar pelo menos três cidades – Caracas, São Paulo e Nova Iorque –, que cruza não só fronteiras nacionais, mas também disciplinares, esta comunicação se propõe a discutir um projeto de pesquisa cujo objetivo é contar a história das acidentadas tentativas de emplacar um modelo novaiorquino de desenvolvimento urbano em metrópoles sulamericanas.

PONENCIA 03: Las calles de Santiago de Chile en sus planos, planes y proyectos de transformación (1894-1925)

AUTORES: Carlos Hugo Silva Pedraza. Escuela de Arquitectura, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

La tesis doctoral se centra en la emergencia del espacio público y la modernización de la infraestructura vial en las ciudades a fines del siglo XIX y principios del XX, en el cual la calle, como objeto de planificación y diseño, se constituyó en el elemento urbano central de las estrategias de intervención de este periodo, hecho a partir del cual cambió radicalmente la manera de comprender la ciudad y de concebir su imagen.

En particular, la ciudad de Santiago de Chile experimentó un periodo de intensos debates y propuestas sobre su futura estructura urbana entre los años 1894 y 1925, en la forma de planos, planes y proyectos centrados en la creación y transformación de calles. Impulsados por políticos, ingenieros y arquitectos, buscaron continuar las reformas urbanas inauguradas por el intendente Vicuña Mackenna en 1872, quedando registrados en cartografías y planimetrías urbanas a diversas escalas, así como en proyectos de normativas y en las memorias de sus autores.

Si bien esta historia urbana ya ha sido narrada desde sus dimensiones políticas y sociales, no ha sido abordada desde su dimensión urbana y proyectual de una manera unitaria. Frente al problema de conocer un fenómeno urbano pasado, cuya realidad presente se encuentra transformada o desaparecida (en este caso las calles de Santiago), el estudio integral de sus registros documentales se vuelve fundamental.

La investigación enfrenta este problema desde un doble enfoque metodológico, abordando su objeto de estudio desde una perspectiva histórica e interpretativa, reconstruyendo su morfogénesis y semiogénesis, forma y significado cultural a través del tiempo, buscando sintetizar las diversas fuentes documentales escritas y gráficas en nuevas representaciones que permitan profundizar en el conocimiento de la forma e imagen urbana de las calles de una ciudad y sociedad latinoamericana en vía de modernización.

PONENCIA 04: Movilizando la historia urbana. El rol de la movilidad en la producción del espacio urbano

AUTORES: Dhan Zunino Singh. CONICET, Universidad Nacional de Quilmes. Argentina

El siguiente trabajo es un ensayo sobre la historiografía urbana basado en una larga trayectoria de estudios empíricos y reflexiones teórico-metodológicas sobre la relación entre ciudad y movilidad, a partir de mi investigación sobre la historia cultural de la movilidad en Buenos Aires y sobre la circulación transnacional de infraestructuras urbanas; además, de la publicación de dos diccionarios sobre movilidades en Latinoamérica y la experiencia como editor asociado del Journal of Transport History. El llamado giro de la movilidad, nacido en las ciencias sociales, tuvo su resonancia en el campo de la historia del transporte y los estudios urbanos, obligando a repensar la relación entre sociedad, tecnología, espacio y movimiento. Para la historia urbana, tanto la circulación como el transporte no fueron ajenos a la narrativa, pero tendieron a ser secundarios frente a otros objetos de estudio. Por otra parte, el transporte fue estudiado por la historia económica, pero sin un análisis socioespacial.
El movimiento de cosas y personas es central la producción del espacio urbano; especialmente si comprendemos al espacio no como algo dado sino producido por prácticas. Sin embargo, sobrevive una mirada morfológica desde la historia de la ciudad y el urbanismo. El transporte, y otras tecnologías, aparecen como variables exógenas. En otras palabras, el movimiento no fue analíticamente discutido. En esta ponencia expondremos la idea de la movilidad como habitar-en-movimiento, como híbrido socio-material, y como perspectiva analítica que pone de relieve la forma en que la (in)movilidad de personas, dinero, mercancías, alimentos, información, recursos y residuos, etc. produce espacio. Con ejemplos empíricos mostraremos la centralidad que ocupó en la política y planificación urbana así como en la vida cotidiana. Asimismo, expondremos posibles agendas de investigaciones futuras.

PONENCIA 05: La Iglesia en la Ciudad en el centro histórico de Santiago, Chile: orígenes y transformaciones

AUTORES: Elvira Pérez V. Escuela de Arquitectura, Pontificia Universidad Católica de Chile

Desde la época medieval, las iglesias y conventos han sido centros de poder tanto cívico como religioso, situándose en lugares estratégicos de las ciudades, lo que refleja su influencia en la vida social y política. En Santiago de Chile, ciudad de origen colonial, la construcción de complejos religiosos fue fundamental en su desarrollo urbano. Se busca analizar la importancia de las órdenes religiosas en el control de zonas de la ciudad desde el siglo XIII. Entendiendo que, las iglesias además de ser monumentos, actuaron como centros vitales, transformando el carácter de sus vecindarios y atrayendo a fieles a actividades religiosas. El papel de las iglesias en la dinámica urbana y su relevancia social son elementos clave para entender la historia y la organización de Santiago de Chile. A pesar de la desaparición de algunas de estas edificaciones, muchas de ellas persisten en la trama urbana, aunque se han reducido sus terrenos y construcciones. Durante el siglo XIX muchos terrenos religiosos cedieron su espacio para la construcción de nuevos edificios públicos.
El proyecto analiza la influencia histórica de estos complejos a través del estudio de cartografías y panoramas de la ciudad de Santiago, estudiando documentos del siglo XVIII y XIX, incluidos planos ilustrativos que ofrecen una representación científica de la ciudad. La cartografía, como ciencia que

estudia los mapas, permite descifrar la organización y relevancia de los espacios urbanos. A través de tres cartografías clave, se evalúa cómo estas construcciones lograron alterar el tejido urbano, creando interpretaciones del espacio basadas en la jerarquía edilicia, con las torres de las iglesias destacándose en la imagen urbana.

PONENCIA 06: Buscando el espacio en la historia urbana: pistas para un balance historiográfico espacializado

AUTORES: Eulalia Hernández Ciro. Universidad de Antioquia, Colombia

Los balances historiográficos son una herramienta clave en la producción de un campo de conocimiento. Ayudan a identificar qué se ha hecho, desde qué perspectivas, con qué insumos y archivos, pero también a encontrar vacíos y líneas de exploración. En el caso colombiano, son pocos los balances historiográficos en el campo de la historia urbana y, cuando existen, están organizados por temporalidades y cronologías que ubican los trabajos en épocas determinadas. En otros casos, los balances son organizados por temáticas: conquista y fundación, procesos de poblamiento, industrialización y modernización, explosión urbana, entre otros, que por lo general corresponden a periodizaciones.
¿Pero qué pasa cuando la dimensión espacial se convierte en un eje central en los balances historiográficos? El proyecto de investigación "Trayectorias, travesías y caminos sobre la historia urbana de Medellín" busca responder a esta cuestión, acentuando la pregunta por el espacio y las espacialidades. Para ello, una de las herramientas para el inventario, sistematización y análisis de la información consiste en un Geovisor que permite georreferenciar los materiales encontrados en el balance y que, posteriormente, se convierte en una herramienta de investigación con búsquedas espaciales desde un plano de la ciudad contemporánea.
Una primera capa del Geovisor ubica archivos, centros de documentación y bibliotecas, con materiales documentales, audiovisuales y cartográficos para la historia urbana, expandiendo la búsqueda más allá de los archivos institucionales y oficiales y preguntándose por la producción de archivos barriales y comunitarios. Entre otras cosas, estas búsquedas espaciales nos permitirán saber si están concentrados en áreas centrales o dónde se localizan.
Una segunda capa, ubica las investigaciones realizadas en la ciudad, puntualizando en cuatro dimensiones: escala (barrial, comunal, zonal, metropolitana, etc), categoría espacial (espacio público, equipamientos educativos, culturales, institucional, religioso, económico, etc.), toponimia (nombre de los lugares), espacialización (herramientas gráficas que propongan la espacialización de los temas tratados, como figuras, planos, mapas, fotografías) y la espacialidad, entendida como la síntesis de los elementos anteriores.
En este contexto, la presente ponencia busca compartir el proceso metodológico del diseño y elaboración del Geovisor, que va desde elementos conceptuales como la pregunta por el tiempo y el espacio en la historia urbana, hasta asuntos técnicos relacionados con el uso de Sistemas de Información Geográfica SIG.

PONENCIA 07: Cartografías en construcción: una herramienta para la historia urbana

AUTORES: Gabriela Lee Alardín. Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Ingeniería Civil, Universidad Iberoamericana Ciudad de México, México

La teorización de la ciudad y lo urbano forma parte de las ciencias complejas (Valdivia, 2018) y se fragmenta en muchos campos del conocimiento; se ocupa de fenómenos complejos que se manifiestan en sitios u asentamientos abordables desde varias disciplinas (Almandoz, 2020) por lo que su estudio requiere de una aproximación inter y transdisciplinar a distintas escalas que van de lo regional/territorial hasta lo urbano y lo barrial. Por tanto, la historia de esos asentamientos, o historia urbana, implica igualmente la suma de enfoques y metodologías de trabajo dependiendo de la perspectiva y disciplina desde la que se estudie. En ese sentido, resulta muy útil la propuesta de la UNESCO para aplicar el concepto de Paisaje Urbano Histórico a la protección y conservación de los elementos patrimoniales de las ciudades históricas y contemporáneas, considerando las características geográficas, morfológicas, socioculturales y económicas que explican la conformación de las ciudades y su transformación a lo largo del tiempo (UNESCO, 2011).

Sostengo que una fuente para la historiografía urbana y una herramienta útil para relacionar la visión desde distintas disciplinas es la construcción de cartografías que representen las manifestaciones espacio temporales de lo urbano: la ciudad como objeto, como lugar social, y como memoria de la civilización. En esta ponencia propongo mostrar cómo la construcción de cartografías objetivas y subjetivas permite comparar y relacionar distintas dimensiones de la historia urbana, como la espacial (el entorno geográfico y construido), la sociocultural (usos y percepciones del espacio urbano), y la técnica (planeación y normatividad), la simbólica (significados presentes en lo material) y la temporal (dinámicas de transformación), mediante ejemplos aplicados al estudio de la Zona Metropolitana de la Ciudad de México.

PONENCIA 08: La fotografía y lo urbano: trayectorias y problemas historiográficos desde las ciudades mexicanas

AUTORES: Gerardo Martínez Delgado. Universidad de Guanajuato, México

Los productos impresos tomaron su protagonismo definitivo en la cultura desde la mitad del siglo XIX. Las posibilidades técnicas y tecnológicas que se desarrollaron en la imprenta y en la fotografía un año tras otro permitieron imprimir más rápidamente periódicos, revistas, y libros, con más páginas y mayores tirajes, con ilustraciones fotográficas de gran calidad, dar acceso de la cámara fotográfica a lugares cada vez más apartados, registrar "instantes", y reproducir sus resultados ilimitadamente, por ejemplo, a través de las tarjetas postales. ¿Cuántas fotografías de carácter urbano fueron tomadas en México? ¿Cuántos fotógrafos hicieron registros? ¿A cuáles ciudades llegaron los fotógrafos?, ¿sólo a las grandes o también a las medianas y a los pequeños pueblos? ¿Qué de las ciudades y poblaciones mexicanas se registró en las fotografías? ¿Cómo eran y cómo fueron mostradas? ¿Qué imágenes se construyeron de ellas? ¿De qué manera se reprodujeron? ¿Bajo qué presupuestos teóricos y prácticos se han estudiado y bajo cuáles podemos entenderlas y aprovecharlas en la investigación histórica y en la historia urbana? ¿Qué pueden decirnos las imágenes sobre lo que era una ciudad, sobre lo que era lo urbano y qué sobre las características particulares de las urbes?

En esta ponencia se articulan la historia y la historiografía urbana con la historia y la historiografía de la fotografía (ciudad, historia y fotografía), y se propone una reflexión sobre el uso de la imagen al estudiar la ciudad, buscando evidenciar las posibilidades de la relación ciudad-fotografía para plantear preguntas importantes y participar en problemas historiográficos de mayor alcance.

PONENCIA 09: A Espoliação Urbana e as Lutas Sociais no Brasil: uma leitura a partir da obra sociológica de Lúcio Kowarick

AUTORES: Isabel Mayumi Garcia Zerbinato. Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Este trabalho dedica-se à reconstituição da história intelectual do sociólogo brasileiro Lúcio Kowarick (1938-2020) considerando o contexto político e os debates teóricos que mobilizam o campo dos estudos urbanos no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980. Ao longo desse período, as lutas sociais urbanas exercem papel central na inauguração do novo cenário político nacional, que culmina com o processo da redemocratização brasileira. A segunda metade do século XX é marcada por uma aceleração do processo de urbanização nas regiões em que se concentram os vetores de modernização industrial. A pauperização da classe trabalhadora urbana – condição que se passa a compreender como necessária ao desenvolvimento capitalista – lastreava o desenvolvimento dos chamados "problemas urbanos" que se acumulavam nas periferias das grandes cidades e crescentes regiões metropolitanas. Diante dessa conjuntura, a obra de Kowarick traduz os esforços desse campo intelectual em constituir categorias e formulações próprias à realidade brasileira, com especial interesse à sua dimensão urbana. Sua pesquisa é atravessada por inflexões teóricas e políticas informadas pela investigação da realidade concreta. Ora sob uma perspectiva econômica crítica, que percebe as contradições que se acentuam nas grandes cidades brasileiras a partir da apreensão do movimento mais amplo de acumulação do capital, sob a forma particular de inserção das periferias do sistema. Ora provocadas pelo acirramento da luta de classes sobre o cotidiano de exploração reproduzido na e pelas cidades. Esse movimento se torna evidente com o desenvolvimento e as transformações do conceito de "espoliação urbana", a principal chave de leitura desta pesquisa, que se atualiza diante das transformações do mundo do trabalho e das contradições urbanas em flagrante.

PONENCIA 10: Historia, Ciudad y Big Data: Herramientas para el estudio urbano desde la complejidad

AUTORES: Karina Soto Canales. Universidad Autónoma de Nuevo León, México.

La presente investigación expone mecanismos para la implementación de metodologías mixtas a partir de la utilización del big data que integran múltiples fuentes de información para comprender desde la complejidad, el sistema urbano. A partir de métodos científicos consolidados como la investigación documental se transfiere el proceso a los medios digitales; de tal manera, al recopilación de noticias, reacciones y comentarios a publicaciones en redes sociales (Facebook) se producen en morfologías virtuales (plataformas, aplicaciones) para posibilitar la integración a otras condiciones del entorno urbano (morfologías físicas o sociales) con lo que es posible la generación de representaciones gráficas (diagramas de cuerdas o diagramas de Sankey) que revelen interacciones de estructuras espaciales, so-

ciales, económicas o ambientales. Estas aproximaciones metodológicas responden a cuestionamientos fundamentales sobre la pertinencia de la historia urbana como campo de conocimiento y su relevancia para el estudio y comprensión de las ciudades.
El estudio de la ciudad como fenómeno histórico y social continúa siendo un desafío teórico y epistemológico. La historiografía urbana ha evolucionado para dialogar con disciplinas como las ciencias sociales, medicina, diseño, arquitectura y urbanismo, y posibilita la generación de nuevas perspectivas sobre los paradigmas teóricos que han definido los procesos y fenómenos vinculados de los entornos urbanos. En este contexto, el análisis de big data permite acceder a una cantidad sin precedentes de información sobre las dinámicas urbanas facilitando la identificación de patrones, procesos y fenómenos como la segregación, desigualdad, accesibilidad, estigmatización, solo por mencionar algunos.
La ejecución de los métodos mixtos se ha producido para entrecruzar los aspectos que intervienen el fenómeno urbano, tal es el caso de la reconfiguración del sistema urbano a partir de la pandemia Covid-19 que evidenció con el análisis de los medios de comunicación la conformación de las estructuras geográficas y temporales. Si bien la saturación informativa generada por los medios digitales dificulta el reconocimiento de las estructuras del sistema urbano, los diagramas de complejidad permiten la visualización y conformación de los elementos presentes en los discursos.
En este sentido, el presente documento permite caracterizar los discursos en función a estructuras, elementos, fronteras, ambientes y actores involucrados. Con la sistematización de los datos provenientes de las notas periodísticas, publicaciones digitales, entre otros, se pueden construir narrativas que expliquen la evolución de los fenómenos urbanos y su impacto en la vida cotidiana. Este enfoque facilita la identificación de discursos hegemónicos y omisiones, evidenciando las dinámicas de poder y las representaciones de la ciudad que predominan el espacio mediático.

PONENCIA 11: «Histoire urbaine » e « Historia urbana »: entre diversidad y convergencia

AUTORES: Laurent Coudroy de Lille. Ecole d'urbanisme de Paris/Lab'urba | Président de la Société française d'histoire urbaine

Los veinticinco años de existencia de la revista Histoire urbaine han permitido un balance de la creación y evolución de este campo en Francia. Se puede subrayar algunas etapas y dinámicas importantes de su evolución (origenes multiples e interdispliniares, momento de los años 1970, institucionalización ligera en los años 1990), o las aportaciones de autores significativos de la segunda mitad del siglo XX (Françoise Choay, Marcel Roncayolo…) que no fueron todos historiadores, o de obras sintéticas como l'Histoire de la France urbaine (1980-1985).
Sin embargo, las relaciones entre dicha tradición y la « historia urbana » que se ha desarrollado tambien en España es un tema poco estudiado. Si la emergencia de una historia urbana comparada o internacional en el siglo XXI se traduce hoy por varias síntesis, este enfoque global ha podido ocultar la contribución de tradiciones mas arraigadas preexistentes. Esto puede explicar el pequeño interés, talvez decreciente, por historias urbanas de enfoque mas nacional o regional.
La intervencion quiere insistir sobre las relaciones entre l' « histoire urbaine » francesa y la « historia urbana » española. Si un episodio conocido es la difusión de la obra de Ildefonso Cerdá en francés a iniciativa de Françoise Choay (1979), o el intéres duradero por la ciudad médieval o moderna española, el panorama lleva tambien sus decepciones : interés limitado en Francia por la dimensión colonial

del hecho urbano, sin hablar de la poca comprension de los mecanismos de producción de las periferias urbanas, mas o menos « informales », o mas directamente la dificil percepción de la ciudad como espacio político. Los debates internos a la disciplina histórica sobre las cronologías pertinentes es tambien un dato importante. La relación existente entre España y América latina introduce otra diferencia importante entre las dos tradiciones y un cierto reduccionismo europeo es patente del lado de la tradición francesa, heredera de otra tradición geo-histórica. Asi como, una cierta separación en Francia entre « historia urbana » e « historia del urbanismo » sobre la cual podremos concluir.

PONENCIA 12: Lawscapes: nuevas aproximaciones al urbanismo colonial español y las trazas de fundación desde enfoques híbridos de ley y paisaje

AUTORES: Manuel Sánchez García. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Universidad Politécnica de Madrid, España

Entre las vertientes de la historia urbana colonial iberoamericana existe un campo de exploración particularmente morfológico, incluso genealógico, centrado en el modelo urbano aplicado a partir de 1502. A partir de referentes como Fernando Chueca, Jaime Salcedo, Gabriel Guarda o Fernando Terán, por citar algunos, esta línea de investigación alcanzó su cénit entre las décadas de los 70 y los 90, dando paso en las últimas décadas a estudios más centrados en la evolución urbana de casos particulares (diacrónica) que en la comparación de prácticas planificadoras implementadas en paralelo durante periodos específicos (sincrónica).

El proyecto Lawscapes propone la renovación de esta última línea de trabajo a partir del análisis del paisaje urbano en combinación con su dimensión legal específica, ubicando las trazas de fundación en su contexto documental original y atendiendo a su naturaleza letrada además de cartográfica. Se busca la lectura conjunta tanto de fuentes visuales como de manuscritos, recuperando la complejidad procesal que sintetizan las líneas de los llamados planos de asiento y recuperando las voces de los hombres y mujeres que participaron en ellos. Surge así el estudio enfocado en una tipología particular de traza que podemos llamar 'notarial', desarrollada por letrados y destinada a registrar acciones en el momento mismo en que ocurrieron, en lugar de reportar actividades pasadas o proyectar intervenciones futuras.

A través de ejemplos concretos como la traza notarial de Mancha Real (España, 1539) conservada en la Real Chancillería de Granada y el Libro de Fundación de Villa de Leyva (Colombia, 1572-1582) recientemente digitalizado por el autor en el Archivo Histórico Regional de Boyacá, la presente comunicación propone una discusión metodológica respecto a la combinación de fuentes cartográficas y legales para una historia urbana colonial que mira de vuelta a su propio origen según las grandes capitales andinas se acercan sus quintos centenarios.

PONENCIA 13: A cidade e os campos: relações entre sociologia e história urbana na obra de Florestan Fernandes

AUTORES: Max Herbert Heringer. FAU-USP, Brasil

A literatura sobre a história das ciências sociais no Brasil aponta Florestan Fernandes (1920-1995) como principal mentor da chamada "Escola Paulista de Sociologia", surgida na década de 1950 entorno da Cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo. As cidades brasileiras, com destaque especial para a experiência metropolitana de São Paulo onde floresceu a escola, foram para Fernandes e sua escola um objeto de estudo incontornável, por meio do qual se fazia possível perceber com contraste e intensidade as transformações histórico-estruturais da sociedade brasileira causadas pela industrialização e pela urbanização dentro do projeto nacional-desenvolvimentista instalado pós-1930. A presente comunicação tem por objetivo refletir sobre a interação entre sociologia e história a partir da obra de Fernandes, buscando por sua contribuição para a formação do campo da história urbana no Brasil; mais precisamente de uma "história social das cidades" no Brasil. Seguindo as reflexões iniciais de Fernand Braudel (História e Ciências Socias: a longa duração, 1958), José Luis Romero (A cidade e as ideias, 1976), Richard Morse (Escola de Manchester e a Sociologia Paulista, 1977) e Hebe Castro (História social, 1997), nossa hipótese é de que a sociologia de Fernandes e sua escola contribuíram para inscrever o fenômeno urbano brasileiro – presente e passado – em um esquema interpretativo mais abrangente, dito de "longa duração", que representou uma guinada importante na história urbana no Brasil, sobretudo se tomada em relação a outras interpretações que tomaram a cidade como um fenômeno incerto na história brasileira, a exemplo de Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil, 1936), Gilberto Freyre (Casa Grande e Senzala, 1933) e Celso Furtado (Brasil: da República oligárquica ao Estado militar, 1967).

PONENCIA 14: O Ensino da História Urbana em Perspectiva Crítica: Colonialidade, Raça e Cidade

AUTORES: Melyssa Maila de Lima Santos. São Paulo, Universidade de São Paulo, Brasil
na Cláudia Castilho Barone. São Paulo, Universidade de São Paulo, Brasil

A História Urbana é fundamental para a formação e a composição do repertório dos profissionais que atuam nas cidades do Sul Global. Esse repertório contribui para ações alinhadas com as problemáticas locais, oferecendo uma posição crítica na concepção de novas formas de intervenção direcionadas à transformação da realidade urbana. Este artigo propõe uma análise crítica da historiografia urbana usualmente utilizada nas escolas de arquitetura e urbanismo, evidenciando como essas narrativas privilegiam cidades e processos do Norte Global, como Paris, Londres e Nova York, enquanto relegam as experiências do Sul Global a um plano secundário ou marginal.
Com base no conceito de epistemicídio de Sueli Carneiro (2005), o artigo investiga como o ensino da história do urbanismo é eurocêntrico, desconsiderando as contribuições das epistemologias africanas, afro-brasileiras e indígenas para a formação acadêmica no Brasil e na América Latina. Essas experiências desafiam as narrativas hegemônicas e propõem novas categorias e conceitos para pensar o urbano, incluindo as relações entre espaço, raça e colonialidade.

Metodologicamente, o artigo propõe o uso de fontes alternativas, como arquivos, cartografias e produtos culturais, para ampliar a historiografia urbana. Baseando-se em estudos sobre arquitetura indígena e urbanismo africano de Sylvia Caiuby Novaes (1983) e Henrique Cunha Júnior (2007), além de teóricos como Lélia Gonzalez (2020), Achille Mbembe (2018) e Clóvis Moura (1994), defende-se uma historiografia plural e inclusiva, comprometida com a justiça social e epistêmica, capaz de abordar as complexidades do presente urbano.
Conclui-se que é urgente revisar os currículos das escolas de arquitetura, incorporando fontes e teóricos do Sul Global. Essa mudança promoverá uma visão mais equilibrada da história urbana, reconhecendo a riqueza e a complexidade das experiências fora do eixo euro-estadunidense. Este artigo contribui para debates teóricos e metodológicos do simpósio ao questionar os limites e potencialidades da história urbana sob uma perspectiva anticolonial.

PONENCIA 15: Revisando las bases del damero hispanoamericano: los casos de Santo Domingo y Panamá Viejo

AUTORES: Silvia Arroyo Duarte. Departamento de Arte, Facultad de Arquitectura y Diseño, Universidad de Panamá, Panamá; Sistema Nacional de Investigación, Panamá
Eudes Raony Silva. Departamento de Edificações, Instituto Federal da Paraíba, Brasil; Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Portugal

Este artículo analiza el desarrollo de los principios urbanísticos españoles en el continente americano a partir de una comparación de Santo Domingo (1502) y Panamá Viejo (1519). Según autores como Hardoy, Terán y Nicolini, existió una evolución en la regularidad de los trazados urbanos coloniales, donde Santo Domingo representó un primer paso en este proceso y Panamá Viejo un segundo nivel, hasta culminar en el modelo clásico de cuadrícula con Plaza Central, replicado en la fundación de cientos de ciudades coloniales hispanoamericanas.
La investigación busca analizar esta afirmación, fundamentándose en cartografía histórica, revisión bibliográfica y estudios sobre la evolución urbana de estas ciudades. Se utilizaron Sistemas de Información Geográfica (SIG) para estandarizar las representaciones gráficas de Santo Domingo y Panamá Viejo en tres etapas de expansión. A partir de ello, se generaron mapas comparativos y se realizaron ejercicios de simplificación de los trazados urbanos de ambas ciudades, con el objetivo de facilitar la comparación con el modelo teórico del "damero" hispanoamericano.
Los resultados mostraron diferencias en el desarrollo de los trazados urbanos de estas ciudades. En Santo Domingo, se identificaron mallas homogéneas, aunque no completamente ortogonales, que promovían una distribución uniforme de los usos y funciones en el tejido urbano. Por otro lado, Panamá Viejo se consolidó de manera longitudinal, siguiendo los primeros ejes estructurantes donde se concentraron los principales usos y actividades de la ciudad a lo largo de los siglos. La comparación entre ambas ciudades y el modelo clásico destacó una mayor proximidad del trazado de Santo Domingo con el "damero".
Este análisis permite comprender mejor la formación urbana en el Nuevo Continente, al mismo tiempo que resalta la influencia de las condiciones geográficas y de las posiciones estratégicas de edificios importantes en la configuración de las calles y centralidades urbanas de las primeras colonias españolas.

E4_03_ [Re]-Construyendo conceptos en la historia de los paisajes ibero-americanos

COORDINADORES:
Franco Marchionni. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas, Instituto Argentino de Investigaciones de las Zonas Áridas y Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño, Universidad de Mendoza, Argentina
Ester Gisbert Alemany. Área de Proyectos Arquitectónicos, Departamento de Expresión Gráfica, Composición y Proyectos, Universidad de Alicante, España

PALABRAS CLAVE: Paisajes Culturales; Bio-Cultura [Urbano-Territorial]; Sistemas Urbanos-Naturales; Transdisciplina; Sustentabilidad

RESUMEN: Construir desde el contexto iberoamericano herramientas de interpretación conceptual y operativas de paisajes, es nuestro faro. En el II CIHU 2019, se analizaron las tensiones, conflictos y actores involucrados en la producción de paisajes a través del tiempo, destacando los vínculos explicativos entre lo urbano y lo natural. Pensar el binomio Ciudad-Naturaleza desde una perspectiva espacial, implicó integrar categorías como paisaje, territorio, región y lugar, fundamentales para comprender los complejos procesos urbanos en las ciudades iberoamericanas a lo largo de su historia. En el III CIHU 2022, exploramos el concepto de "patrimonio bio-cultural" desde un enfoque holístico que integraba la conservación biológica, el patrimonio, el paisaje, el territorio y la participación local. Reconociendo que los paisajes culturales resultan de interacciones biológicas y sociales prolongadas que moldean tanto el entorno físico, como la memoria, la experiencia y el conocimiento (Lindholm y Ekbiom, 2019).
Para este IV CIHU 2025 reconocemos a François Jullien, quien sugiere pensar los recursos conceptuales del paisaje desde un enfoque relacional sustituyendo formas estáticas, por dinámicas de experiencias diversas. Adherimos a su concepto "concentración del paisaje" en la que entran en juego tanto la dimensión simbólica y afectiva como la histórica y cultural (2018). En el espacio iberoamericano, las lógicas binarias movilizadas desde la expansión europea en la producción de los territorios coloniales, consolidaron su hegemonía en el siglo XIX, con el surgimiento de imperios capitalistas industriales. Su herencia conceptual, ha convertido a los sistemas urbanos y las dinámicas regionales, cada vez más en un laboratorio de intervenciones de proyectos y programas que merecen una revisión crítica. En esta oportunidad aspiramos a discutir trabajos que describan la base conceptual que deviene de diversos modos de vinculación entre el sustrato natural y el artificio urbano, desde enfoques históricos en cierto sentido performativos, por cuanto crean al mismo tiempo que nombran sus objetos de estudio (Prieto, E., 2022). La visión activa en clave de paisaje, busca develar las prácticas imbricadas en la red de significaciones y relaciones de poder que sostienen los diversos proyectos de territorialización. La consideración de estos procesos nos permitirá capitalizar ese conocimiento para la promoción de territorios más sostenibles y equitativos que contribuyan a describir, percibir y transitar esas escalas y complejidades como insumos innovadores para mejorar las condiciones del hábitat de las sociedades iberoamericanas. Nos interesa pensar realidades urbanas y territoriales que no se entienden como

opuestas o binarias, sino como palimpsestos que entretejan de nuevo a las personas con el paisaje. En definitiva, recoger las micro-historias que han impulsado el desarrollo y la diseminación de conceptos que susciten la comprensión de trayectorias, intentos de aplicación y viajes alrededor de nuestros territorios que hablan, en realidad, de historias medioambientales en las que lo urbano y lo territorial, lo natural y lo artificial, no existen como entidades diferenciadas, sino que pertenecen a una continuidad en la que la práctica del paisaje y su transformación señalan un ámbito de posibilidades para recuperar acontecimientos, conceptos, personajes o proyectos de territorialización que de algún modo hayan pasado inadvertidos.

PONENCIA 01: La Cañada como condensadora de lugares entre lo Urbano-Natural y lo Bio-Cultural. Una aproximación hermenéutica como apertura para una reflexión proyectual

AUTORES: Carlos Pizoni. Universidad de Mendoza, Argentina

El arroyo La Cañada se distingue como un curso de agua que tiene su inicio y primer cause natural dentro de las Sierras Chicas de Córdoba, para desembocar ya sistematizado, 28 kilómetros después en el Río Suquía, dentro del área central de la Ciudad de Córdoba. Esta doble situación lo presenta tanto como un recurso natural estructurante del territorio y como un corredor urbano significativo para la ciudad. Particularmente en su paso por Córdoba, La Cañada se presenta como el escenario en el que convergen una diversidad de situaciones arquitectónico-urbanísticas en las que la noción de lugar es clave. Esto, debido a su condición de obra de infraestructura, acontecimiento paisajístico y lugar habitado.

El desarrollo de su sistematización durante la década del ´40 del siglo pasado contribuyó de manera primordial al proceso de modernización de la ciudad, como así también otorgó nuevos sentidos a un lugar que se sostiene hasta el presente como un referente significativo para los habitantes de Córdoba. Esto implica que La Cañada es valorizada como uno de los sitios más bellos, de convergencia del habitar colectivo y que particularmente posee rasgos distintivos que aportan a la construcción de una identidad positiva para la ciudad. Acompañando a este curso de agua, Córdoba propone situaciones urbanas particulares, lo que ha dado la posibilidad de pensar y concretar obras de arquitectura públicas y privadas con singularidades proyectuales que mucho tienen que ver con su emplazamiento y los modos de habitar que allí son posibles. En este sentido este trabajo propone problematizar sobre algunas nociones de lugar, que se dan en la historia de este enclave y que pueden ser apertura para pensar nuevas prácticas arquitectónicas.

Por lo mencionado, consideramos que una aproximación hermenéutica permite interpretaciones sobre La Cañada, entendida como un acontecimiento urbano-Natural en el que su arquitectura y habitar se da en proximidad a la Bio-Cultural. Hecho por demás significativo como punto de partida para indagar sobre nuevas conceptualizaciones que pueden aportar a la comprensión de la arquitectura y el urbanismo.

PONENCIA 02: Historias de Desaguadero. Ecos de un bosque entre plantas, bichos y gentes

AUTORES:Anabela Laudecina, Laura Torres, Hugo Debandi, Agustina Di Guiseppe,
Daniela Rodríguez, Juan Álvarez, Claudia Campos.
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas, Instituto Argentino de Investigaciones de las Zonas Áridas, Mendoza, Argentina

Después de la segunda guerra mundial los bosques despertaron el interés de la comunidad internacional, primero para asegurar suministros de madera y carbón a los países afectados, luego para apalancar estrategias de desarrollo. Más recientemente los bosques nativos cobran entidad en las agendas de conservación. De la mano de la FAO y Naciones Unidas, los bosques se han definido, caracterizado, medido, inventariado, intervenido y se han escrito extensos manuales de buenas prácticas. La legislación argentina los define como ecosistemas forestales naturales compuestos predominantemente por especies arbóreas nativas maduras, con diversas especies de flora y fauna, en conjunto con el medio que las rodea, conformando una trama con características propias y múltiples funciones, que otorgan al sistema una condición de equilibrio dinámico y brinda diversos servicios ambientales y recursos con posibilidad de uso económico.
Aunque los esfuerzos por delimitar el concepto han sido importantes, las definiciones acordadas no siempre recogen la diversidad de miradas y definiciones que sostienen quienes "habitan en" y hacen "uso de" los bosques. Esto resulta evidente en el noreste de Mendoza, un contexto de extrema aridez que contiene importantes masas de bosques nativos. En base a un estudio de caso que enfocó un espacio rural-urbano de frontera y tierra de frontera, la ponencia explora la diversidad de sentidos que las personas que habitan en Desaguadero dan al bosque. El uso de técnicas dialógicas y participativas permitió recuperar las definiciones que proponen las personas, las entidades que reconocen en la conformación del bosque, sus límites, texturas y particularidades. Los resultados muestran que para las personas que viven en Desaguadero, el bosque constituye un paisaje biocultural resultado de procesos de co-evolución que enlazan sus historias a lo largo del tiempo. Emerge entonces otro bosque, uno mucho más grande y diverso que aquel que conocemos en el ámbito académico.

PONENCIA 03: Ser desierto habitar oasis. Del paisaje cultural a la Bio-Cultura [Urbano-Territorial], el caso Mendoza, Argentina

AUTORES: Alejandra A. Sella. Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño, Universidad de Mendoza, Argentina
Franco Marchionni. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas, Instituto Argentino de Investigaciones de las Zonas Áridas y Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño y Universidad de Mendoza, Argentina
Alberto Lucchesi. Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño, Universidad de Mendoza, Argentina

Mendoza (Arg.)-ciudad-oasis- es un caso singular para reflexionar sobre la evolución de las representaciones ambientales, considerando las acciones que han marcado su traza y desarrollo como una ciudad atípica en tierras secas y las conceptualizaciones pertinentes para interpretarla en la contemporaneidad.
Desde la historia ambiental, que aborda la relación humana con el entorno físico, se interpreta el ambiente como objeto, agente o influencia en la historia humana (Arnold, 2000). Aunque la historia ambiental se centra en sus transformaciones, nuestra preocupación radica en la interpretación de las ideas sobre la naturaleza y su relación con lo humano.
Se propone reconocer representaciones ambientales devenidas de la historiografía ambiental del paisaje cultural de Mendoza, Cada representación ambiental descripta en este trabajo, busca conectar las acciones de territorialización con sus ideas subyacentes, en tanto paisajes culturales, desde la mirada experta sumada al conocimiento de sentido común. De tal forma, cada recorte historiografico propuesto expresa una representación social del ambiente devenida de la relación entre el ser humano y sus acciones en el ambiente, y simultáneamente, la influencia-presencia-ausencia del sustrato natural en el artificio. La noción de bio-cultura [urbano-territorial] propone un enfoque complejo y sensible que desafía los límites de las lecturas tradicionales sobre ciudad y territorio, permitiendo interpretar las estructuras naturales como base de las ciudades en estrecha relación con lo artificial. Esta hipótesis sostenida por el registro de las representaciones sociales del ambiente, son utopías ambientales que permiten repensar formas más equilibradas de integrar naturaleza y artificio en el hábitat humano.
Estas acciones de transformación y las ideas subyacentes nos confrontan con el futuro del oasis ante el cambio climático, la escasez de agua, el estrés hídrico del bosque urbano y la presencia de nuestro ser desierto como una memoria viva que emerge desafiante.

PONENCIA 04: Construyendo una epistemología del proyecto del paisaje: El caso del Alto Valle del Rio Negro

AUTORES: Maria Andrea Tapia. Laboratorio de Estudios Urbano Territoriales, Universidad Nacional de Río Negro, Argentina

A través de esta presentación queremos compartir los avances de nuestras investigaciones ligadas, por un lado, al proyecto del paisaje en el territorio del Alto Valle del Rio negro y por otro, relacionarlas con los avances teóricos del equipo en la construcción de una epistemología del proyecto, entendiendo que el mismo es un instrumento para la construcción de conocimiento disciplinar.

A través del proyecto podemos construir una mirada compleja del territorio y las diferentes realidades urbanas que lo constituyen, entendiendo que las mismas niegan o contemplan el ambiente natural que las contiene.
Para ello iniciamos definiendo cada uno de los términos que tratamos, como paisaje, territorio, proyecto, epistemología, y los instrumentos con los cuales los analizamos, conceptual y operativamente, compartiendo la metodología de análisis, definiendo su terminología y poniendo en común los diferentes significados, recuperando el aspecto histórico de los mismos.
Nos parece importante honrar la historia de nuestra disciplina, recuperando conceptualmente formas de abordar el proyecto del paisaje y del territorio que se han re-nominado en el tiempo pero que no son nuevas. En este momento donde lo inmediato y seudo-novedoso, no deja lugar a la reflexión y a la crítica, nos proponemos este espacio y tiempo para abordar a partir de un caso concreto la construcción de una epistemología del Paisaje que nos permita construir historias espaciales y ambientales capaces de construir miradas complejas instrumentales no solo al proyecto sino como aporte disciplinar.

PONENCIA 05: Paisaje de interfase urbano agrícola, territorio entre fragmentos e intersticios

AUTORES: Carina Marcela Médico. Facultad de Arquitectura Urbanismo y Diseño, Universidad de Mendoza, Argentina

La extensión difusa de las ciudades sobre territorios rurales se encuentra entre los movimientos urbanos prioritarios en las agendas del ordenamiento territorial de los países iberoamericanos.
El territorio intermedio o de interfase, disociado y fragmentado espacialmente, representa un espacio de desarrollo multidimensional, donde las visiones diferenciales pujan en la construcción territorial desde cada una de sus particularidades.
Dada esta complejidad, el pensar el paisaje de interfase urbano-agrícola desde la disciplina de la arquitectura, requiere la construcción de nuevos saberes que tiendan a la hibridación del conocimiento desde un enfoque interdisciplinar que dé cuenta de la peculiaridad de estos paisajes como espacios que ya no son urbanos, ni son rurales, sino que son paisajes de interfases, paisajes fragmentados donde al mismo tiempo, reside la oportunidad de la remediación en los intersticios mismos de estos fragmentos.
El distrito de Perdriel en el departamento de Luján de Cuyo, inmerso en el borde del área metropolitana de Mendoza, se presenta como caso de estudio característico entre lo urbano y lo agrícola. Donde antes habían viñedos y antiguas bodegas, hoy crecen barrios de distinta índole y origen, configurando un paisaje de fragmentos e intersticios más o menos conectados, con economías muy dispares y con sociedades disociadas.
Desde una perspectiva de sostenibilidad y equidad, se propone abordar la problemática de forma, función y cambio acelerado, desde una mirada interdisciplinar donde las métricas de la Ecología de Paisajes (Forman, 2012) se entrecruzan con aspectos sociales que emergen de la construcción de nuevas territorialidades (Kay, 2009) en las interfases urbano - agrícola.
Con los resultados se espera aportar para una mayor comprensión de los paisajes de interfase urbano - agrícola, que tienda a una planificación que satisfaga la demanda de la sociedad en un contexto de acelerado cambio ambiental y desigualdad social.

PONENCIA 06: Sentidos do ambiente: design, cidade e novos paradigmas disciplinares nas décadas de 1960 e 1970

AUTORES: João Bittar Fiammenghi. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil

Essa comunicação busca realizar, a partir de histórias disciplinares, uma análise de como a ideia de ambiente foi empregada no vocabulário do campo da arquitetura e, principalmente, do design (desenho industrial) ao longo dos anos de 1960 e 1970. Na virada dessas décadas entendemos que a noção de ambiental operou como um elo entre o design e o espaço urbano, tornando-se central nesses saberes técnicos sobre a cidade e em formas de intervenção no território. Se por um lado podemos encontrar o emprego de environment a partir do êxodo Bauhaus - EUA, consideramos que sua definição mais radical viria de um ramo europeu e latinoamericano nesses fluxos e transferências de ideias. Tomás Maldonado aprofundou o entendimento do termo (Umwelt) desafiando as divisões disciplinares, buscando abarcar problemas de projeto cada vez mais complexos frente às crises da tradição moderna da obra de arte e do objeto. A comunicação busca recuperar essas acepções de ambiente num debate transnacional sobre as próprias definições disciplinares do design nos anos de 1960, para, em seguida, colocar em relação tal debate com o campo disciplinar da arquitetura em São Paulo. Neste contexto específico o mesmo termo -ou noções equivalentes- passou a ser mobilizado a partir da inclusão do desenho industrial e da comunicação visual no currículo da FAU-USP em 1962 e na criação do primeiro programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo do Brasil em 1971. Acreditamos que o ambiente, mesmo fazendo parte da história intelectual do urbanismo, é nela pouco considerado, e ainda que hoje o termo esteja diretamente relacionado às questões ecológicas e à emergência climática, ao reconstituir historicamente a polissemia do termo seria possível repensar o próprio papel dos projetistas (arquitetos, designers, engenheiros ou urbanistas) nos atuais desafios da produção do espaço.

PONENCIA 07: Aportes a la Interpretación el Paisaje Urbano. Pensando conceptos desde el aula

AUTORES: Lucila Bastias. Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño. Universidad de Mendoza, Argentina.
Federica Cargnelutti. Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño. Universidad de Mendoza, Argentina

Esta ponencia se propone continuar la línea de investigación iniciada en la Cátedra Cultura Arquitectónica, Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad de Mendoza. Se busca ampliar el enfoque de lectura tradicional de los componentes físico-geográficos del lugar y los principios y elementos del modelo de ciudad oasis, con una perspectiva integral que sume la mirada perceptual. Concebimos la ciudad como un organismo vivo ubicado en un territorio e inmerso en un contexto socio-cultural que lo configura y caracteriza. Esta lectura implica una dinámica interdisciplinar que busca superar la caracterización formal de la ciudad desde el estudio objetivo de las relaciones que devienen de los entornos construidos.

Reconocer el patrimonio propio, protegerlo y, si es posible, engrandecerlo, es siempre un deber principal (Bórmida, 1986); es decir, toda comunidad, busca conocerse a sí misma a través de sus manifestaciones en el tiempo y en el espacio; adquirir identidad histórica y geográfica; asumirse y proyectarse a través de las generaciones.

En el campo de la enseñanza los contenidos para aproximarse a la realidad urbana local demandan instrumentos que en el aula enfoquen la atención sobre la propia producción de bienes culturales y la configuración del territorio, con la convicción de que "la aprehensión del ambiente arquitectónico-urbano se da a través de los sentidos - recorremos, vemos, escuchamos, olemos, percibimos - y que la única forma de entender y experimentar es en el habitar y no sólo en el observar" (Manifiesto Cultura Arquitectónica, 2017).

El objetivo de la ponencia es hacer un aporte basado en revisión de obras y autores desde un enfoque sensible del paisaje para diseñar un instrumento metodológico a modo de matriz conceptual que estimule una interpretación integral del paisaje urbano. Se espera que esta herramienta pueda ser replicada a otros entornos urbanos como punto de partida para su análisis.

PONENCIA 08: (Re)interpretando el paisaje: Exploraciones performativas desde una perspectiva crítica en diálogo con el Ordenamiento Territorial

AUTORES: Belén Lamandia. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas, Instituto Argentino de Investigaciones de las Zonas Áridas Universidad de Mendoza, Argentina

En esta ponencia, entendemos el paisaje como un sistema dinámico y complejo que trasciende representaciones visuales de una superficie territorial estática, integrando múltiples temporalidades, actores, sus prácticas y procesos; y generando superposiciones que reflejan la persistencia del pasado en las transformaciones del presente. Estas huellas territoriales coexisten con la reinterpretación continua de prácticas y valoraciones de los habitantes, configurando el paisaje como un entramado de relaciones entre factores naturales, humanos y las percepciones de sus habitantes (Convenio Europeo del Paisaje - CEP, 2000).

Nuestra interpretación se fundamenta desde un paradigma teórico complejo (García, R. 2011), postulando que estos sistemas son más que la suma de sus partes, lo que ofrecería un enfoque adecuado para estudiar el paisaje como un proceso en constante evolución. Enriquecemos esta reflexión con conceptos como palimpsesto (Corboz, A., 2004; ICOMOS-IFLA, 2012), écart (Jullien, F., 2012, 2017) y performatividad (Quesada, F., 2014), facilitando la comprensión de cómo las prácticas de los habitantes configuran paisajes y transforman territorios mediante dinámicas performativas.

El palimpsesto, resulta relevante en contextos de grandes transformaciones territoriales, como las áreas de interfase, donde se evidencian cambios de usos, prácticas y procesos espaciales. Si bien, la lectura del paisaje en estas áreas, representa un desafío metodológico debido a sus marcados contrastes, a partir del écart, se propone reinterpretar las distancias entre estas configuraciones aparentemente opuestas, tomándolas como espacios de interacción que revelarían las diferencias y tensiones entre lo urbano y lo rural como procesos activos de cambio, ofreciendo oportunidades para desarrollar otros modelos de Ordenamiento Territorial (O.T). Finalmente, la performatividad integra los conceptos

previos, entendiendo que el paisaje no es solo una representación, sino un espacio en construcción mediante las acciones activas de sus habitantes. En áreas de interfase, estas acciones, transforman el paisaje impactando no solo en lo visible, sino también en su sentido y significación territorial.
El enfoque propuesto busca enriquecer y ampliar nuestra capacidad para leer e interpretar el paisaje, complementando las perspectivas funcionalistas del Ordenamiento Territorial y permitiendo una (re)interpretación y gestión más integral, que considere sus complejidades, transformaciones y nuevas perspectivas para una gestión sostenible.

PONENCIA 09: El paisaje, una herramienta para la activación del patrimonio cultural. El caso de Villa Atuel, Mendoza, Argentina

AUTORES: Liliana Girini. Facultad de Arquitectura Urbanismo y Diseño, Universidad de Mendoza, Argentina
María Jimena Vicchi. Facultad de Arquitectura Urbanismo y Diseño, Universidad de Mendoza, Argentina
Martín Rusca. Facultad de Arquitectura Urbanismo y Diseño, Universidad de Mendoza,
Argentina

El concepto de paisaje integra distintos elementos y métodos de análisis y diagnóstico. Su importancia radica en su dimensión histórica, artística, cultural, ecológica, ambiental, social, natural, económica, tecnológica y antropológica, lo que lo convierte en una herramienta esencial para las ciencias que estudian, interpretan y planifican el espacio geográfico (Hoyuela Sayo, 2014). Sostenemos que la interpretación sistémica del territorio desde la perspectiva del Paisaje proporcionará un conocimiento holístico del mismo que permitirá formular estrategias para la activación del patrimonio cultural (Prats, 2005) en su dimensión territorial convirtiéndolo en un recurso útil para el enoturismo y el desarrollo comunitario así como también aplicable a la Guía OIV 2020 para una vitivinicultura sostenible.
El distrito de Villa Atuel, ubicado en el departamento de San Rafael, Mendoza, nació a partir de un proyecto de territorialización llevado adelante por el estado provincial y por la acción de particulares que, a partir del aprovechamiento del río Atuel mediante la construcción de canales, transformaron esta zona en un importante polo vitivinícola del sur mendocino. Con el devenir de la industria y la grave crisis del sector en las décadas del 1970-80 del siglo pasado, quedó sumergido en la peor crisis de la historia. El distrito cuenta con un rico patrimonio cultural material (poblados, parajes, infraestructuras y áreas de cultivo, entre otros) e inmaterial que deviene de la epopeya de colonización del sur mendocino; sin embargo a pesar de contar con estos recursos y del crecimiento exponencial del enoturismo a nivel provincial, está marginado de la actividad.
Metodológicamente el trabajo adscribe a los catálogos del paisaje, instrumentos que se plantean como herramientas de conocimiento, planificación y gestión del territorio, integran la participación pública como herramienta para la implicación y corresponsabilización de la sociedad y a la vez cuentan con una faz prospectiva.
Como resultado se espera contribuir al fortalecimiento de la identidad local, al reconocimiento y valoración del patrimonio cultural promoviendo su activación y a la inserción del distrito en el enoturismo.

PONENCIA 10: Paisagens inscritas: memória, literatura e a [re]construção dos territórios ibero-Americanos

AUTORES: Ana Marina Fortes Borelli Costa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil

En esta comunicación presento discusión de mi investigación de maestría, donde analizo territorios iberoamericanos a partir de las obras Grande Sertão: Veredas (1956), de João Guimarães Rosa, y Pedro Páramo (1955), de Juan Rulfo, explorando la intersección entre lo natural y lo urbano en la literatura. Rosa desplaza el Sertón brasileño de escenario a un cosmos donde memoria, conflictos y resistencias entrelazan lo real con lo imaginario. Rulfo transforma el Llano mexicano en paisaje simbólico, marcado por exclusión y cicatrices históricas. Ambos desvelan espacios donde sistemas [neo]coloniales moldearon las ciudades y territorios locales, exponiendo violencias intrínsecas a esos procesos.
¿Cómo resignifican precisamente las narrativas sertaneras la percepción territorial ¿Cómo desvelan capas ocultas de identidad e historia en la tierra? ¿Podemos entender la literatura como documento vivo, que registra transformaciones socio-económicas y culturales ¿Como unen lo natural y lo urbano en estas obras? ¿Al crear y nombrar sus Sertones, revelan los autores prácticas performativas vinculadas a dinámicas históricas? Sugiero que los territorios son procesos donde elementos naturales y urbanos forman "lugares de memoria". La literatura, como herramienta crítica, articula relaciones de poder y significados, mostrando que los paisajes son documentos de interacciones biológicas, sociales y culturales, no son escenarios inertes.
Al tratar los espacios como palimpsestos, las obras iluminan procesos de intervención y transformación, y el pasado dialogue con prácticas de preservación e intervenciones sustentables y equitativas. El trabajo propuesto invita a explorar vínculos entre naturaleza y cultura, destacando el potencial dinámico de la literatura para revelar redes que estructuran territorios. ¿Qué caminos surgen al examinar realmente las interrelaciones ciudad-naturaleza? ¿Como puede el Sertón de autores ampliar la comprensión y reconstruir las microhistorias y saberes inmateriales locales? La propuesta se mantiene abierta, buscando incentivar mirada sobre las narrativas como herramientas de interpretación que nos ayudan a iluminar las dinámicas territoriales.

PONENCIA 11: Diálogos Norte-Sur: Construyendo alianzas para un mundo compartido

AUTORES: María Ayara Mendo Pérez. Área de Proyectos Arquitectónicos, Departamento de Expresión Gráfica, Composición y Proyectos, Universidad de Alicante, España
Enrique José Nieto Fernández. Área de Proyectos Arquitectónicos, Departamento de Expresión Gráfica, Composición y Proyectos, Universidad de Alicante, España
Ester Gisbert Alemany. Área de Proyectos Arquitectónicos, Departamento de Expresión Gráfica, Composición y Proyectos, Universidad de Alicante, España

Los pueblos del Sur Global han sido históricamente despojados de sus tierras y formas de vida, enfrentando la apropiación de sus recursos y diversas formas de extracción colonial. Esta apropiación también opera a través del saqueo de conceptos, símbolos, pensamientos, historiografías y represent-

aciones, sin otorgarles crédito ni derechos sobre sus propias creaciones. Esto ocurre mediante dispositivos diseñados para la apropiación epistémica (Azoulay, 2021), que legitiman un relato específico del paisaje.
Los debates decoloniales han exigido un mayor reconocimiento, y los discursos científicos han comenzado a integrar narrativas más plurales, buscando la reparación. Desde esta perspectiva, y en el marco del debate decolonial, nos interesa poner a dialogar conceptos clave en la historia del paisaje amerindio, como el de patrimonio biocultural (Toledo y Barrera-Bassols, 2008), la florescidade (Krenak, 2022), el cuerpo-territorio (Xakriabà, 2020), el altepetl nahua (Fernández y Urquijo, 2020) o, incluso, La caída del cielo (Kopenawa y Albert, 2010), con conceptos de tradición ancestral europea, como los estudiados desde la arqueología del paisaje íbero (Grau, 2023) y andalusí (Barceló et al., 1995).
Estar atentos a su mensaje es un primer paso, pero ¿cómo escuchar con atención sus pensamientos sin simplificar o descontextualizar estos saberes ancestrales en la práctica? ¿Cómo posicionarnos en una relación de diálogo y entrecruce de saberes sin caer en la apropiación y el vaciamiento de su realidad política y territorial?
En las formas de diálogo entre el norte y el sur, surge una interrogante metodológica clave para el proyecto arquitectónico y del paisaje: ¿dónde están las zonas habitables donde "pensar juntos", donde cada sistema de conocimiento conserve su derecho a existir (Viveiros de Castro, 2023), sin diluir uno en otro? Aprender a construir diálogos norte-sur en la práctica nos exige diseñar espacios prolongados de alianza a través de afectos y zonas intermedias de co-pensamiento.

PONENCIA 12: Perspectivas ameríndias e quilombolas sobre territorialidade, urbanidade, natureza e outras urgências

AUTORES: Karen Pessoa Freire. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil

As estruturas urbanas e fundiárias que predominam nas paisagens sul-americanas atuais aparentam ser resultado do processo de colonização ocidental iniciado há séculos, cujos ideais de humanismo e desenvolvimento universais atuaram com o objetivo de subjugar modos de pensamentos e vivências divergentes que existiam, e ainda existem, entre os povos que habitam essas terras.
Com as evidências do esgotamento do modelo hegemônico de exploração da Terra e de seus viventes, as vozes de ameríndios e quilombolas nos servem de guias para reconstruir as atuações humanas e epistemes preponderantes.
A partir das produções de lideranças desses povos, procuramos compreender como cosmovisões distintas condicionam as relações com o território (na posse e uso de terras, na configuração de habitações e espaços de convivência, na coexistência ou exploração dos biomas). Para isso analisamos os relatos de Antônio Bispo dos Santos (da caatinga do Piauí), Ailton Krenak (do Vale do Watu), Isael e Sueli Maxakali (do Vale do Mucuri) e Makota Kidoiale (da Mata da Baleia, região metropolitana de Belo Horizonte). Narrando as histórias e valores de seus grupos, esses indígenas e quilombolas discorrem sobre suas culturas conectadas à natureza, suas utilizações coletivas das terras, seus pertencimentos aos territórios, os problemas gerados pela imposição de um modelo antropocentrado de exploração predatória. Como expoentes da contracolonialização, eles expõem as violências e incoerências da sociedade dominante, ao mesmo tempo em que nos mostram que existem outras formas

de interação e compreensão do universo, experimentadas por múltiplas sociedades do passado e da atualidade, que podem orientar a construção de novas trajetórias para um futuro inspirado nessas ancestralidades. “

PONENCIA 13: Arborização urbana nas cidades do oeste paulista ao longo das ferrovias no início do século XX. O papel do Serviço de Distribuição de Mudas e Sementes do Governo do Estado de São Paulo

AUTORES: Marta Enokibara. Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Bauru, Brasil
Lais Bim Romero. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Bauru, Brasil

O Serviço de Distribuição de Mudas e Sementes (SDMS) do Governo do Estado de São Paulo foi criado no final do século XIX como uma repartição da Secretaria de Agricultura. Além de ensaios visando a diversificação da agricultura, no período monopolizada pelo café, também foi encarregado de aclimatar e produzir mudas de espécies arbóreas para utilização na arborização urbana. Dos principais centros produtores localizados na capital (São Paulo) e no interior (Campinas) e outros campos de cultura distribuídos no estado, partiam milhares de mudas através das ferrovias. Através da documentação do SDMS foram identificadas mais de 100 cidades situadas ao longo das ferrovias que receberam mudas de espécies arbóreas. Essa pesquisa teve início com a participação junto a um grupo de professores da UNESP-Bauru em um Projeto Temático financiado pela FAPESP no qual foi responsável pelo subtema 3, denominado “Saberes técnicos e teóricos na configuração e reconfiguração das cidades formadas com a abertura de zonas pioneiras no Oeste do estado de São Paulo”. Especificamente quanto a pesquisa referente ao repertório vegetal pudemos concluir, a partir desta pesquisa e outras precedentes, que o Estado contribuiu com um repertório vegetal arbóreo que configurou a paisagem de várias dessas cidades ao longo das ferrovias. São espécies em sua maioria exóticas e refletem também um “gosto” da época pelo que era “do exterior”. Mas também vemos espécies nativas que começam a despontar lado a lado das exóticas. Muitas dessas espécies estavam presentes igualmente na cidade de São Paulo, capital do Estado, onde, no início do século, foram feitas grandes transformações paisagísticas, incluindo um extenso programa de arborização urbana viária e de remodelação e criação de praças e jardins.

PONENCIA 14: Proyectar (en) Paisajes Vacíos. Conceptos y sensibilidades

AUTORES: Sebastián Serrani. Facultad de Arquitectura Urbanismo y Diseño, Universidad de Mendoza, Argentina
Virginia Volonté. Facultad de Arquitectura Urbanismo y Diseño, Universidad de Mendoza, Argentina
Eduardo Romero. Facultad de Arquitectura Urbanismo y Diseño, Universidad de Mendoza, Argentina
Mateo Suarez. Facultad de Arquitectura Urbanismo y Diseño, Universidad de Mendoza, Argentina

La ponencia busca desarrollar/caracterizar las lecturas de vacíos urbanos contemporáneos y comprender cómo operan, se mueven e inciden en la Bio-cultura Urbano-Territorial para, desde este marco conceptual, abordar sus potencias y sensibilidades en pos de repensar estas geografías en continua aparición y desaparición.
Aspiramos a discutir qué base conceptual deviene (hoy) de esos vacíos y los diversos modos de vinculación entre el sustrato natural y el artificio urbano que allí se expresan, tanto desde enfoques históricos en cierto sentido performativos, por cuanto crean al mismo tiempo que nombran sus objetos de estudio (Prieto, E., 2022) como de enfoques proyectuales devenidos del estudio de casos.
La noción de proyectar (en) Paisajes Vacíos halla preexistencia en las conceptualizaciones terrain vague (Solá Morales, 2009) y Espacio liso/estriado (Delleuze, Guattari, 1980) las que sitúan al vacío como objeto con funciones ligadas a lo estriado (Delleuze, 1988) en prototención (hay uno porque hay otro) con la cultura.
Corresponde aquí el cuestionamiento que se realiza en el trabajo sobre el sentido, o función que cumplen estos espacios en los paisajes actuales. (Adorno, Horkheimer, 1975).
Las nociones proyectuales son abordadas a partir de la presentación e interpretación de casos construidos y se completan y convergen en el desarrollo de un proyecto de fin de carrera de arquitectura de la FAUD UM, que aborda el análisis y tratamiento de una fábrica abandonada (ex oleaginosa) ubicada en la ciudad de Río Cuarto, Provincia de Córdoba, Argentina.
Los resultados de la propuesta pretenden indagar tanto las dimensiones biológicas y ambientales como las arquitectónicas y espaciales imbricadas en la formulación de paisajes vacíos iberoamericanos.

PONENCIA 15: Do morro ao mangue: paisagens de Olinda e Recife (1537-1654)

AUTORES: Leonardo Nóbrega. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil
Hugo Segawa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil

No primeiro século de Pernambuco colonial, (entre 1537 e 1631), a Vila de Olinda cresceu sobre topografia acidentada, com o traçado urbano estruturado por igrejas e sob autoridade de capitães-donatários portugueses. O Recife, incorporado à vila, era um porto modesto na extremidade de um istmo. Consonante ao ritmo das frotas do açúcar e à reestruturação política, o povoado portuário cresceu rapidamente no período de ocupação batava (entre 1631 e 1654). Para expandi-lo, foi construída a Cidade Maurícia sobre terreno plano, com traçado regular, múltiplas fortificações e grandes prédios públicos, empreendimento da WIC.

Compreender Olinda e Recife como paisagens da urbanização pernambucana evidencia os múltiplos processos em torno da formação da cidade colonial brasileira. Nosso entendimento de paisagem parte das relações entre o imaginário sobre o urbano e a arquitetura, o discurso intrínseco às representações e a materialidade representada. Nessa interação, se posiciona o fenômeno da urbanização em suas múltiplas dimensões culturais e sociais.
Espacializamos a discussão mediante mapas conjecturais, produzidos a partir de múltiplas fontes (textos, iconografias, cartografias e levantamentos atuais de arruamento e topografia). Em diferentes escalas, representamos a distribuição de nucleações urbanas em Pernambuco colonial e os traçados de Olinda e Recife. O território cartografado é associado a processos políticos, econômicos e culturais em curso, seguindo uma leitura multiescalar e interdisciplinar.
A análise é conduzida a partir de referenciais como natureza (topografia, hidrografia, vegetação); vazios (caminhos, ruas, espaços públicos) e construções (prédios públicos, instalações militares, igrejas, casario). Em cada caso, reconhecemos vínculos às tradições urbanísticas e debatemos as presenças de colonizadores, militares, mercadores, escravizados e indígenas, esmiuçando as origens culturais dos núcleos, seus protagonistas e ritmos temporais.
Ao questionar periodizações tradicionais na historiografia e debater particularidades em escalas variadas, a pesquisa localiza Olinda e Recife nos panoramas da produção urbanística local e global.

PONENCIA 16: [Re]-Construyendo conceptos en la historia de los paisajes iberoamericanos

AUTORES: Ester Gisbert Alemany. Área de Proyectos Arquitectónicos, Departamento de Expresión Gráfica, Composición y Proyectos, Universidad de Alicante, España

Este trabajo propone una relectura de la Valley Section de Patrick Geddes a la luz de dos nociones de paisaje provenientes de tradiciones epistémicas no occidentales: el sanshui (montaña-agua) de la filosofía china y el altepetl (cerro-agua) de la cosmovisión nahua. Estos conceptos, que nombran la correlación dinámica entre lo alto y lo bajo, entre lo que fluye y lo que permanece, permiten pensar el paisaje como un sistema relacional, habitado y temporal, en lugar de una mera estructura geomorfológica o tipológica.
Leída así, la Valley Section deja de ser un diagrama estático que clasifica especies humanas o ecológicas por pisos altitudinales, y pasa a entenderse como un instrumento narrativo, una "línea de vida" que recorre y conecta las transformaciones materiales y simbólicas del territorio. Frente a la visión moderna que disecciona y separa, esta lectura propone acompañar el flujo, como hace el agua que da forma al valle, o como los habitantes que, a lo largo del tiempo, lo atraviesan con sus prácticas cotidianas.
El artículo desarrolla esta hipótesis a partir del proyecto de investigación y diseño colaborativo Seccionando el río Montnegre, en el sureste de España. Este valle, que une las montañas ibéricas con el Mediterráneo, ofrece un escenario privilegiado para observar cómo las infraestructuras hidráulicas, los ciclos meteorológicos y los trabajos de cuidado configuran un paisaje que ya no puede entenderse desde categorías fijas. Al recontextualizar la Valley Section junto a sanshui y altepetl, se plantea una epistemología del proyecto paisajístico regional que reconoce las interdependencias entre agua, tierra y vida como fundamentos para una práctica situada, relacional y plural del paisaje contemporáneo.

E4_04_Urbanizações latino-americanas: perspectivas comparadas e histórias conectadas

COORDINADORES:
Fania Fridman. Ippur, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Laurent Vidal. Unité Mixte de Recherche "Littoral Environnement et Sociétés" / La Rochelle Université / França

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização; Conquista Territorial; Redes; Política Urbanizadora; América Latina

RESUMO: Este Simpósio tem a intenção de propiciar trocas entre pesquisadores sobre o quadro urbano na América Latina do passado. O encontro de estudiosos dedicados à temática é uma oportunidade de estabelecer comparações entre interpretações a respeito dos padrões de urbanização segundo diferentes aportes teórico-metodológicos e escalas de observação (local, regional e global).
À perspectiva comparada, que permitiu ao longo de quase um século de pesquisas (e continua permitindo) uma compreensão mais fina dos processos de urbanização no mundo ibero-americano, acrescentaremos o enfoque das histórias conectadas, insistindo também no papel das trajetórias individuais (global lives) e dos agentes oriundos de outras regiões do mundo (África, Ásia, oceano Índico…), tentando deslocar o eixo atlântico tradicionalmente privilegiado para entender a fábrica da cidade ibero-americana.
Pretende-se debater a história da ocupação no continente a partir de diversas leituras disciplinares e interdisciplinares das configurações territoriais que representaram processos de longa duração. Como a ordenação do espaço demonstra as tensões entre os vários ritmos temporais e seus protagonistas, as leituras privilegiando a dimensão ritmanalítica serão bem-vindas. Por exemplo, o papel do ritmo dos deslocamentos e das pausas nos caminhos (de água e de terra) para a distribuição dos núcleos urbanos; o papel do ritmo das estações sazonais ou do ritmo das frotas comerciais (frotas do açúcar, do ouro, da prata, do café…) na ocupação/animação das cidades-portos.
De acordo com a ideia consagrada de a urbanização apresentar distintas caraterísticas quanto ao número de nucleações, à densidade populacional e à infraestrutura, se faz necessário o cotejamento entre as estratégias dos habitantes – povoadores, escravizados, indígenas e imigrantes – e as ações dos agentes sociais e do Estado com seus planos territoriais e programas para o traçado urbano.
Incluem-se também as disposições que os regularam; o sistema de distribuição de terras; as redes concatenando os assentamentos e suas hinterlândias; as conexões regionais e globais; a circulação das experiências de ordenamento; a organização social e econômica e as maneiras excludentes do fazer cidades pela política urbanizadora.
Indagar ainda como e porque se propagou de modo mais intenso o processo em que ocorreram as urbanizações relacionadas aos conflitos separatistas na formação e desenvolvimento dos países independentes. Desde já nações, a fundação de novos assentamentos esteve acompanhada pela concentração de população e a promulgação de preceitos legais relativos à administração política, espacial, judiciária, fiscal e militar para a vigilância exercida pelos agentes formuladores da cena territorial. O

sistema urbano, integrado por áreas com temporalidades e caraterísticas distintas (tipo de produção, inserção ao mercado e densidade demográfica), requer o rastreamento dos aparatos técnicos (incluindo, entre outros, a abertura de caminhos para a circulação).
Neste sentido busca-se estender o conhecimento sobre as áreas de povoamento em suas diversas particularidades e escalas, incluindo tanto suas expressões locais/regionais quanto a retórica das realizações originadas pelas atividades humanas.

PONENCIA 01: Urbanizar a fronteira meridional: uma rede urbana percursora no contexto da disputa pela foz do Rio da Prata (séculos XVII e XVIII)

AUTORES: André Souza Martinello. Docente no Departamento Geografia da UDESC, doutor em Geografia Humana USP, Brasil
Gustavo Rodrigo Faccin Araujo de Souza. Arquiteto e urbanista, doutorando em Arquitetura e Urbanismo na USP, Brasil

Em 1680, Portugal funda a Colônia do Sacramento em frente à Buenos Aires. Pode-se afirmar que a gestão dos espaços ibero-americanos meridionais passa a ter um maior rigor e controle visando reafirmação de poder e a retomada do controle comercial, sobretudo, no contexto de restauração portuguesa, pós União Ibérica (1580-1640). Portugal pretendia recuperar o fluxo de metais que alcançava a sede da Coroa como troca pelos escravos e produtos diversos que chegavam à Buenos Aires pela mão de mercadores portugueses, durante a união das coroas. A estratégia implicou um longo conjunto de disputas entre os dois países e uma série de negociações envolvendo os territórios da fronteira meridional. A partir da segunda metade do século XVII e durante o século XVIII, entre o Rio de Janeiro e o rio da Prata, percebe-se a fundação (elevação de hierarquias também) de povoados e "sedes administrativas" nas margens do litoral e nos campos de cima da serra. Defendemos como percursora de uma rede urbana colonial, as fundações de tais comunidades, póvoas, freguesias, fortes, vilas e cidades que desempenhavam papéis fundamentais de apoio ao circuito da navegação e para defesa. A localização desses núcleos, o sentido longitudinal de sua distribuição e o momento em que foram implantados nos fazem refletir sobre interconexões, trocas e mútuas transações: configurando algumas particularidades dessa percursora rede urbana ibero-americana na fronteira meridional. Observando os anos de elevação apenas das vilas, percebe-se algum direcionamento no sentido de norte ao sul, e o estabelecimento de dois eixos de constituição: um pelo litoral e outro pelos campos, seguindo os caminhos das tropas.

PONENCIA 02: Pelo bem-estar e prosperidade desta abençoada porção do Império da Santa Cruz: estradas e portos na província de Sergipe (1835-1855)

AUTORES: Magno Francisco de Jesus Santos. Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

A partir de 1835, a província de Sergipe passou por um significativo processo de expansão da rede urbana, por meio da criação de vilas e cidades. Em um período de 20 anos, foram fundados 13 novos núcleos, o que sinalizava um considerável aumento da população e da complexidade urbana. Diante desse contexto, este trabalho tem como cerne investigar o debate sobre a circulação de pessoas e mer-

cadorias entre os núcleos urbanos da província de Sergipe por meio de estradas e portos ao longo do período entre 1835 e 1855. Ao longo desse período, ocorreu uma ampla discussão atinente à expansão e manutenção das estradas e dos portos, visando propiciar o escoamento da produção econômica, bem como a comunicação entre os diferentes núcleos urbanos provinciais. A pesquisa acionou como fontes os relatórios dos presidentes de província, notícias publicadas em jornais, textos de cronistas, cartas topográficas, além de textos produzidos por viajantes e cronistas. Esse conjunto documental possibilita entender a dinâmica urbana em âmbito interno, com a circulação de pessoas e mercadorias entre as povoações, vilas e cidades. Além disso, as estradas e portos também elucidavam as projeções de maior integração intraprovincial, notadamente com a Bahia, com os caminhos que ligavam núcleos urbanos dos sertões entre províncias de Sergipe, Bahia e Alagoas.

PONENCIA 03: Rede urbana e caminhos de Goiás: reconfiguração econômico-territorial na primeira metade do século XIX

AUTORES: Kelly Bessa. Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil
Maria Fernanda Derntl. Universidade de Brasília (UnB), Brasil
Nádia Mendes de Moura. Universidade de Brasília (UnB), Brasil
Matheus de Araujo Martins Rosa. Universidade de Brasília (UnB), Brasil

A presente proposta de comunicação insere-se no bojo das pesquisas empreendidas pelos autores em torno da compreensão dos aspectos conformadores da rede urbana da capitania, depois província, de Goiás, na primeira metade do século XIX. Anteriormente, quantificamos e mapeamos os núcleos urbanos existentes no período, relacionando-os com "vazios" territoriais, planos oficiais de colonização de porções do território e instabilidades políticas, que culminaram em uma dissensão regionalista no Norte.

A proposta aqui é entender como os núcleos urbanos se relacionavam entre si, com suas áreas lindeiras e, em algum grau, com núcleos e regiões de outras províncias. Se é verdade que Goiás assistiu, desde as últimas décadas do Setecentos, a um fenômeno que amiúde se definiu, em certa historiografia, como sendo de "decadência", marcado pelo declínio da mineração e de seus arraiais, também não se pode olvidar da reconfiguração territorial nesse momento. Esse processo, marcado por uma "ruralização", foi impulsionado por uma mais ativa pecuária, mas com estímulos à agricultura e ao comércio, e por sucessivos planos de ocupação e organização do território, a fim de garantir a presença do Estado e a unidade territorial.

Entretanto, de que maneira a rede urbana goiana se relaciona com essa reconfiguração territorial? A presente comunicação busca apresentar um panorama das relações entre território e núcleos urbanos em Goiás na primeira metade do século XIX, levando em conta principalmente os aspectos infraestruturais – nomeadamente, sua rede de caminhos –, bem como o processo gradual, mas constante, de alterações na hierarquização de núcleos (com a elevação de diversos arraiais a vilas e da capital, Vila Boa, a cidade), visando entender elementos qualitativos das transformações vivenciadas no período em questão.

PONENCIA 04: Configuraciones étnicas y de clase de la ribera correntina: Rescates y silencios en la planificación urbana del borde costero del centro histórico de Corrientes

AUTORES: María Patricia Mariño. Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Nacional del Nordeste, Argentina

Corrientes, ciudad de origen colonial del nordeste argentino, ostenta un paisaje fluvial, en torno al río Paraná y sus afluentes, de trascendente relevancia desde su génesis, por su influencia económica, política y social de la que deriva la configuración de su territorio. Fue motivo fundacional de la ciudad donde su planificación revela la permanencia y transformaciones de prácticas que involucran el frente fluvial.

Un impacto social se produjo en la sociedad correntina a partir de la constante reconversión de las áreas ribereñas correntinas, dadas por las transformaciones ambientales y económicas que impactan en el acceso a los bienes culturales, por ende, a su comprensión simbólica. Desde la posmodernidad, su paisaje costero posee transformaciones, cada vez más aceleradas que requieren considerar cuáles son los elementos de larga, mediana y corta duración considerados en su planificación y que configuran áreas ordenadas étnica y socialmente a través del tiempo. En el contexto de posmodernidad las mutaciones son cada vez más vertiginosas, en función del rol de la ciudad en su contexto regional, lo que deriva en la reconfiguración de las articulaciones sociales.

Desde este trabajo, se intentará establecer la existencia de elementos de larga y mediana duración que configuran el espacio costero del área central de la ciudad de Corrientes, y y definen su centro histórico. Se considera que dichos elementos se configuran a partir de las prácticas económicas implementadas en dicho espacio desde el período colonial y se sustentan a través de articulaciones étnicas y sociales evidenciadas en el orden espacial. Para ello se explorarán fuentes documentales archivísticas y etnográficas, guiadas por los textos de Braudel y Wacquant.

PONENCIA 05: O Processo de urbanização na província da Bahia na primeira metade do século XIX

AUTORES: Adriano Bittencourt Andrade. São Paulo, Instituto Federal de São Paulo, Brasil

A pesquisa aqui apresentada parte do pressuposto da existência de lacunas de estudos sobre o processo de urbanização na escala regional no contexto do território brasileiro no século XIX, notadamente numa abordagem Geográfica-Histórica que valorize as transformações e dinâmicas espaciais decorrente dos eventos no território. No caso especifico da Província da Bahia, é significativo observar como foi marcante o número de elevação de povoados em vilas nos Oitocentos. Mesmo considerando alguma imprecisão dos dados oficiais cotejadas com as fontes primárias e entendendo as variações em função das mudanças nos limites territoriais daquela região político-administrativa do Brasil, percebe-se que ao longo dessa centúria quase que triplicou o número de vilas e cidades nesse recorte espacial: eram apenas 33 ao final dos Setecentos, foram erigidas 26 até a metade do século XIX e mais 42 até o ano da Proclamação da República (1889). Ademais, observa-se que houve uma concentração do evento de erição de vilas em determinados períodos, a exemplo das onze criadas entre 1831 e 1833. Esses dados sumariamente apresentados ganham relevância a partir do entendimento que a elevação, localização e distribuição dessas formações urbanas revela dinâmicas de acesso e controle do poder

formal sobre o território usado e que o ato do erguimento de povoados em vilas possui repercussões diretas sobre o território nas suas variadas escalas. Nesse sentido, na busca pelas nuanças territoriais desse processo de urbanização regional, pretende-se aqui fazer uma ampla abordagem Geográfica-Histórica sobre a província da Bahia na primeira metade dos Oitocentos. Metodologicamente, estrutura-se o texto em quatro seções interiores: (1) contextualização do período numa perspectiva multiescalar; (2) Apresentação e análise de dados demográficos; (3) Revisão das fontes secundárias que já abordaram a temática; (4) Problematização sobre as formações urbanas e as suas conexões em rede.

PONENCIA 06: Uma Baía de muitos recôncavos: A integração da Capitania dos Ilhéus à rede urbana da Bahia de Todos os Santos

AUTORES: Diogo Fonseca Borsoi. Instituto Federal Baiano, Brasil

As vilas da Capitania dos Ilhéus foram durante muito tempo interpretadas por conceitos de esvaziamento demográfico e pouco desenvolvimento econômico. Pesquisas recentes têm revisto esses conceitos, inserindo a Capitania nas redes comerciais da Colônia, com destaque, para forte ligação com Salvador e seus recôncavos. A região se especializou em gêneros destinados ao mercado interno, sobretudo a produção de farinha de mandioca e a extração e beneficiamento de madeira destinados, principalmente, para o abastecimento das vilas da Baía de Todos os Santos. Diversos documentos cartográficos do período figuraram partes da Capitania de Ilhéus como uma unidade territorial com a Baía de Todos os Santos, no entanto ainda carece de ser realizada uma pesquisa que interprete os núcleos urbanos de Ilhéus a partir dessa chave. Assim, recorrendo a metodologia de jogos de escalas da micro-história e utilizando como fontes documentos cartográficos e sensos demográficos do final do século XVIII e início do XIX, será apresentada uma análise, na escala do território, das lógicas de implantação de núcleos urbanos na Capitania de Ilhéus, o surgimento de núcleos a partir da instalação de portos flúviomarinhos para escoamento da produção e, na escala do intraurbano, o perfil socioeconômico de domicílios arrolados nos recenseamentos. Objetiva-se, enfim, observar de forma integrada duas áreas que por serem distintas administrativamente foram interpretadas muitas vezes de forma separada e desconectada. A demanda cada vez maior por farinha de mandioca e madeira pelas vilas da Baía de Todos os Santos conformou a implantação de núcleos urbanos da Capitania de Ilhéus, pois todos eles compunham um sistema urbano único e integrado.

PONENCIA 07: Transição econômica e ocupação territorial: o Espírito Santo em meados do Século XIX

AUTORES: Eneida Maria Souza Mendonça. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil,
Sara de Medeiros Pereira Domingues. Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil,
Aline Silva Nascimento. Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

O objetivo é abordar a transição econômica da província do Espírito Santo, no sudeste brasileiro, relacionada ao desenvolvimento da ocupação e da formação de rede de cidades no interior, estimulada pela imigração europeia. A pesquisa tem caráter qualitativo e a metodologia compreende levantamento bibliográfico e documental, sobre a história, a economia e a urbanização do Espírito Santo, estruturação e mapeamento dos dados levantados e respectiva sistematização e análise. A capitania do Espírito Santo alcançou prosperidade no período jesuítico, com a ocupação de seu litoral por fazendas e vilas, tendo Vitória como sede. A partir da ausência dos jesuítas, deu-se uma estagnação econômica, cuja reversão ocorreu ao longo do século XIX, com a cultura cafeeira e interiorização da ocupação territorial, por colônias de imigrantes europeus. Trata-se de processo iniciado na primeira metade do século XIX e intensificado na segunda. O meado deste século se apresenta então, como período significativo de transição econômica e de ocupação territorial. Para contemplar a importância desse período, foram consultados relatórios de governo da década de 1840, que revelaram intenções de construção de estradas, caminhos, pontes, prisões, quartéis, fortes, alfândegas, hospital, escola e portos. Analisando-se a localização destes, percebe-se a preferência em torno da sede da província e do litoral sul, o que já ocorria desde o início da colonização portuguesa. No entanto, importa indicar que os relatórios consultados incluíam a previsão de obras direcionadas ao interior, mencionando a colônia de Santa Isabel, e ao norte do Rio Doce, em Linhares e São Mateus. Esse processo de interiorização aponta novas dinâmicas de ocupação territorial no Espírito Santo, que teve seu território congelado em termos urbanos e econômicos com a proibição de aberturas de caminhos para as minas. As perspectivas de novos tempos se apresentam como efeitos das ordens de D. João VI, anulando a proibição antes vigente.

PONENCIA 08: Indígenas e Imigrantes nas vilas e cidades mineiras no começo dos oitocentos

AUTORES: Higor Mozart Geraldo Santos. Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (Campus Muriaé), Brasil,
Maria Isabel de Jesus Chrysostomo. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Por volta dos anos 1830, os ritmos econômicos, políticos e culturais decorrentes do reposicionamento do recém Império brasileiro na economia mundo inauguraram tipologia urbana caracterizada por diretrizes inéditas de uso e ocupação do solo. Na esteira dessas transformações, as autoridades provinciais mineiras debatiam a questão da propriedade fundiária. Nesse contexto, torna-se questão magna a

necessidade de assegurar o controle do território e convertê-lo em área útil e produtiva. Como estratagema para legitimar tal intento, variados discursos versavam sobre a vastidão dos sertões e a urgência de ocupá-los com população descrita como laboriosa. Tratava-se de clamores que visavam, inescapavelmente, promover o incremento populacional, a civilização dos indivíduos tachados "incultos" e "desordeiros", o acolhimento dos imigrantes, e a instalação e distribuição de novas objetos geográficos na província. Alimentados pelo debate sobre imigração moderna, indígenas e imigrantes eram visualizados como componentes que permitiram ou atravancariam, a um só tempo, o incremento da população, a posse da terra e aumento da produtividade. Para a consecução de empreendimentos dessa monta, os mineiros vão lançar mão de estruturas como aldeamentos, colônias, hospedarias, estradas, canais fluviais, presídios e escolas, entre equipamentos outros que guardam estreita relação com o processo de urbanização. Dessa feita, na comunicação proposta é nosso interesse analisar dois aspectos da urbanização na primeira porção dos oitocentos: a) como os contornos das nascentes políticas imigratória e indigenista concorreram para desenhar – a traços mais ou menos firmes – o esboço da rede urbana em Minas Gerais; b) o caráter violento das primeiras experiências de urbanização que ainda reverberam na atualidade. Para isso, recorremos à hebdomadários, relatos dos presidentes da província, mapas, guias de imigrantes, assim como livros relativos ao período. Daremos destaque às ações que tiveram repercussão na estrutura urbana, tanto as que se vinculam às terras indígenas como àquelas voltadas à criação de colônias agrícolas.

PONENCIA 09: Debates y controversias sobre el proyecto para una nueva capital argentina (1986-1989)

AUTORES: Guillermo Jajamovich. IEALC-FSOC-UBA / CONICET
Luján Menazzi. IIGG-FSOC-UBA / CONICET

En 1986, cuando el presidente Alfonsín promediaba su mandato, anunció el ambicioso proyecto de trasladar la Capital Federal a las ciudades de Viedma – Carmen de Patagones. La propuesta pretendía ser punta de lanza de la transformación de las estructuras políticas, sociales, culturales y económicas del país, en pos de constituir la "Segunda República". En un período en que venían replanteándose y modificándose las formas de pensar e intervenir en el territorio así como el rol del Estado en estos asuntos, el proyecto de traslado retomaba una épica desarrollista y una perspectiva planificadora. La iniciativa vuelve a poner sobre la mesa a un estado heroico, organizador de la vida social, solucionador de los grandes problemas nacionales y realizador de grandes operaciones a partir de una mirada omniabarcativa del territorio nacional. A pesar de lo ambicioso del proyecto y de lo fundamental que resultaba para el presidente Alfonsín, la iniciativa de traslado fue considerado posteriormente inoportuna y estrafalaria y ocupó poco o nulo espacio en los balances sobre el gobierno de Alfonsín y en los estudios sobre la planificación urbana en las últimas décadas.

Este trabajo pretende discutir esas miradas que por un lado invisibilizan al proyecto tomándolo como un hecho intrascendente y por el otro lo caracterizan como algo fuera de lugar, extemporáneo y delirante. La ponencia busca mostrar cómo, en sus ambiciones y contradicciones, se trata de un proyecto que aporta inteligibilidad y claves de lectura a un período complejo. A partir del análisis de fuentes documentales y entrevistas, la ponencia se propone abordar este proyecto, reponiéndolo en el marco

de las complejas articulaciones y tensiones entre argumentaciones técnicas y políticas El traslado resulta además un evento muy sugerente respecto los vínculos entre estas dos dimensiones, en particular, respecto a la fuerte confianza en el rol de intelectuales, técnicos y científicos para solucionar problemáticas complejas que caracterizó al gobierno de Alfonsín. En diálogo con el eje de la mesa y atentos a variadas conexiones entre experiencias distintas, el abordaje de las las controversias entre promotores y detractores del traslado tambien incluira abordar el modo en que expertos y políticos - tanto en la defensa como en la crítica al proyecto de traslado - movilizaron el caso de Brasilia.

PONENCIA 10: Migración de las ideas urbanas en América Latina. Del Plan de Montevideo de 1939 de Mauricio Cravotto al Plan de Cuenca de 1947 de Gilberto Gatto Sobral

AUTORES: Diego Proaño Escandón. Laboratorio de Arquitectura y Proyectos, Universidad del Azuay, Ecuador

El estudio de la relación entre las ideas urbanísticas y su implementación revela un proceso no lineal, influenciado por factores técnicos, políticos y socioeconómicos. Novick (2012) plantea que examinar la construcción material de la ciudad permite comprender su evolución. En este contexto, la participación de arquitectos uruguayos en la transformación urbana de Ecuador es clave, destacando tres hitos: el Plan Regulador de Quito (1945) de Guillermo Jones Odriozola, el Plan Regulador de Cuenca (1947) y la creación de la Escuela de Arquitectura de la Universidad Central bajo la dirección de Gilberto Gatto Sobral.

Estos profesionales fueron influenciados por la Facultad de Arquitectura de Montevideo, donde la visita de Le Corbusier a Sudamérica en 1929 consolidó lo que Liernur (2008) denomina la “”Red Austral””. Este fenómeno no fue una simple réplica de tendencias europeas, sino un proceso de adaptación y reconfiguración basado en influencias culturales locales.

Jones y Gatto se formaron en la Escuela de Arquitectura de Montevideo, que había sido fundada bajo el modelo Beaux Arts, pero que experimentó un cambio significativo con la introducción de la Bauhaus y el Movimiento Moderno en la enseñanza. Mauricio Cravotto, profesor entre 1925 y 1952, desempeñó un papel crucial en esta transformación, influenciando a estos arquitectos con su visión urbanística reflejada en el Plan Regulador de Montevideo (1930).

Este proyecto busca identificar los criterios del Plan de Montevideo que se trasladaron al Plan de Cuenca, a través de una comparación de sus constantes y variantes. Se enfatiza cómo las ideas de Cravotto migraron y se materializaron en Ecuador, consolidando un proceso de transferencia de conocimiento arquitectónico y urbanístico dentro del contexto latinoamericano.

PONENCIA 11: Pavuna de Miriti: um território em disputa

AUTORES: Lucia Helena Pereira da Silva. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil, Luciana Alem Gennari. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

O atual município de São João de Meriti faz ao sul, junto com Nilópolis e Duque de Caxias, fronteira com a cidade do Rio de Janeiro. Esta foi uma das primeiras regiões ocupadas na Baixada Fluminense, com uma localização estratégica entre a capital e o interior da província. É considerada aqui a “Baixada Histórica”, região formada pelos territórios que pertenceram ao antigo município de Iguaçu.

O objetivo deste trabalho é recuperar a dinâmica urbana desta região contígua tanto ao município de Iguaçu quanto à corte durante o século XIX, com enfoque em São João de Meriti, a partir do levantamento da infraestrutura implantada e seu impacto na questão fundiária local. Foram utilizados dados do "Dicionário Do Império do Brasil" de Saint-Adolphe, das "Memórias Históricas do Rio de Janeiro" de Monsenhor Pizarro, do "Atlas do Imperio do Brazil" de Candido Mendes, além das cartas corográficas e dados de periódicos disponibilizados no Acervo Digital da Biblioteca Nacional.
Os rios Meriti e Sarapuí, que cortavam a região, tinham dezenas de portos e serviço de canoagem, por onde era feito o escoamento da produção das propriedades do entorno para o Rio de Janeiro. A delimitação entre a cidade do Rio de Janeiro e de São João de Meriti é hoje feita pelo rio Pavuna, mas no início da República ficou definido pelo governo do estado que o rio Meriti faria este limite. Esta "zona cinza", reivindicada por ambos os municípios, mas onde ninguém atuava institucionalmente, era tradicionalmente ocupada por fazendas e seus primeiros loteamentos refletem os conflitos deste território em disputa. O arcabouço deste processo será tratado no presente trabalho.

PONENCIA 12: ESPACIALIZANDO A HISTÓRIA: territórios em transformação e os registros paroquiais de terras na província de São Paulo (1854-1857)

AUTORES: Dr. Rafael Augusto Silva Ferreira. Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé-MG, curso de Arquitetura e Urbanismo, Brasil
Dr.ª Ana Beatris Fernandes Menegaldo. Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio- CEUNSP, curso de Arquitetura e Urbanismo, Brasil
Dr.ª Renata Baesso Pereira. Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUC Campinas, Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasil

Nos estudos sobre a formação do território e das cidades no século XIX, algumas fontes textuais (tradicionalmente utilizadas de forma isolada em estudos de história agrária) têm se mostrado valiosas quando espacializadas e cotejadas com outros documentos textuais e cartográficos, em perspectiva diacrônica. Esse é o caso dos registros paroquiais de terras, produzidos em todas as freguesias do Império, a partir de 1854, em decorrência da Lei de Terras de 1850. Num contexto geopolítico amplo, que incluía a abolição do tráfico de escravizados, essa legislação objetivava regulamentar o acesso à terra com vistas à imigração de trabalhadores livres. Em perspectiva comparada, através da espacialização dessa documentação, objetiva-se analisar localidades inseridas em uma rede urbana ampla, mas que possuíam diferentes estágios de urbanização: a cidade de Campinas, a vila de Casa Branca e a freguesia de Caconde, situadas na província de São Paulo, Brasil.
Destacamos a importância dessa série documental única que, quando analisada criticamente e espacializada com outras fontes (como inventários post mortem e recenseamentos) revela especificidades fundiárias a partir de diferentes modos de territorialização, o protagonismo de agentes modeladores, caracterizando elites regionais, e possibilita hipóteses de reconstituição espacial, ao demonstrar diferentes nuances de ocupação e urbanização. A metodologia se ancora nas contribuições da História da Urbanização, da Geo-História e do SIG Histórico, como suporte para o jogo de escalas (do território aos espaços urbanos) e de temporalidades. Os resultados permitem visualizar e interpretar a relação entre elementos como fazendas, chácaras, terrenos, bairros, caminhos e topônimos, que corroboram para reforçar a urbanidade em sua forma mais plural e complexa, contribuindo para o debate acer-

ca da dicotomia rural-urbano no Brasil. O estudo amplia possibilidades comparativas ao narrar uma história conectada além dos recortes regionais e demonstrar o potencial dos registros de terras para o estudo da urbanização e ocupação territorial.

E4_05_A Epistemologia do Espaço Habitado e o Processo de Urbanização nas Comunidades Ancestrais Africanas e Negras Afro-Brasileiras

COORDENADORES:
Fabio Macedo Velame. Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Maurício Wilson Camilo da Silva. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Guiné-Bissau

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia; Espaço Habitado; Ancestralidade; Urbanização

RESUMO: Este simpósio propõe debate acerca das epistemologias dos espaços habitados pelas comunidades africanas, suas diásporas atlânticas e relações com o processo da urbanização na África Oeste e no Brasil.
A categoria de análise teoria "espaço habitado" colabora para identificação e análise de diferentes categorias sócio-espaciais resultante dos processos de urbanização e novas práticas espaciais dadas a partir das experiências das comunidades africanas em resistência à colonização dos seus corpos e espaços.
Pretende-se com isso, discutir sobre os espaços de terreiros e suas territorialidades, como é o caso das comunidades ancestrais Moranças e Tabankas, Cidades-Estados, bairros adjacentes e musseques para o caso no continente, e os quilombos, favelas e bairros negros para o caso da diáspora africana no Brasil, cujas estruturas e funções são reguladas na relação de interdependência entre os membros das comunidades, os espíritos matrizes dos elementos naturalizados e os seus ancestrais que fazem mediações e protegem os espaços de vivência e práticas sociais. Ou na construção das territorialidades dadas por estas relações e manifestações.
Os processos de urbanização imposta as cidades e territorialidades que habitam os corpos africanos, tanto no continente, assim como nas suas diásporas, se manifestam como uma forma de colonização que altera os sentidos e relação entre os corpos e seus espaços, produzindo o fragmento que desassocia o corpo ao pertencimento do lugar, tornando-o desprovido da subjetividade e sujeito à dominação e exploração.
Para Henrique Cunha a pesquisa sobre questões urbanas na África e comunidades afro-diaspóricas pode melhorar a compreensão do futuro destas comunidades (CUNHA, 2020, P. 372). E estimular o pensamento sobre o que a história urbana africana pode nos ensinar de reflexões sobre as formas urbanas e como se desenvolveram as cidades, num período em que a história europeia não estava constituída.
Este debate tem haver com o processo de urbanização de agenda ocidental nos espaços habitados pelos corpos africanos nas duas geografias atlânticas, cujas intervenções urbanas eurocentristas tendem a alterar as suas relações com os espíritos que regulam as relações sócio-espacial, reduzindo o sentido do corpo e alterando as suas narrativas ontológicas e espaciais.
Nesse sentido é como se a própria alteração dos seus sistemas culturais fosse condição necessária para os seus equilíbrios. O que teria que passar pela urbanização e modernização dos seus espaços habitados.

Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 12) propõe a análise sócio-espacial como suporte aos estudos que requerem interdisciplinaridade, como arquitetura e urbanismo. Porque esta análise engloba os esforços de investigação, embasada filosoficamente, em que as relações sociais e o espaço são, ambos, devidamente valorizados e articulados entre si com densidade no decorrer da construção do objeto e da própria pesquisa.

Este debate também valoriza as epistemologias africanas (KAPHAGAWANI e MALHERBE (2002) que sustentas as narrativas das comunidades, já que o espaço é inseparável da relação social que se dá nela, e se esta relação social é estruturada e articulada por uma epistemologia, podemos argumentar que o próprio espaço social também é uma estrutura filosófica que anima a sociedade nela inserida no contexto da relação em transformação.

COMUNICAÇÃO 01: Historiografias e epistemologias em perspectiva multipolar: o bairro negro do Trapiche em Santo Amaro - Bahia

AUTORES: Gisa Maria Gomes de Barros Almeida. Arquiteta, Universidade Federal da Bahia, Brasil.

Com a historiografia: O Bairro Negro do Trapiche em Santo Amaro - Bahia, apresentarei a importância histórica e cultural do bairro negro numa perspectiva de diáspora forçada para os descendentes africanos no território brasileiro. Analisarei as complexas dinâmicas de construção dos espaços de moradia relacionados com o processo de urbanização da cidade.

Para a compreensão da urbanização como forma de colonização (ao forçar um povo a mudar seu modo de viver para que se encaixe num modelo de cidade fora dos padrões acostumados); na interpretação do significado de espaço de convivência; na valorização de quilombos e terreiros como espaços de cultura; na valorização de saberes ancestrais africanos. Utilizarei o conceito de bairros negros para exemplificar a temática. O bairro apresentado será o Bairro Negro do Trapiche em Santo Amaro.

A noção de Bairro Negro é essencial para analisar e compreender as vivências das comunidades afrodescendentes no país, bem como seu papel central na formação e estruturação das cidades. Através dele são apresentadas a epistemologia africana (a construção do conhecimento), o espaço habitado (locais de convivência, tradições, etc.), a ancestralidade negra e a importância da preservação de sua cultura, a urbanização, a dinâmica de construção e fortalecimento desses espaços negros diaspóricos no recôncavo.

Diante do exposto, o texto trará desdobramentos sobre os eixos citados: racismo e suas faces (religioso, ambiental, institucional, estrutural) e sua relação direta com a vivência e interdependência da população do bairro negro. A importância da religiosidade negra para esta população, a relação do bairro negro com a cidade e suas fronteiras étnicas, raciais, físicas e simbólicas.

Por conseguinte, ao expor esses marcadores do Bairro Negro, a historiografia O Bairro Negro do Trapiche em Santo Amaro - Bahia disporá de aspectos sólidos para descrever as complexidades, obstáculos e possibilidades que influenciam a realidade desses indivíduos diaspóricos de acordo com os eixos mencionados.

COMUNICAÇÃO 02: Habitando futuros ancestrais: tecnologias de não esquecimento em estratégias econômicas afrorreferenciadas

AUTORES: Azânia Mahin e Romão Nogueira. Rutgers University, Estados Unidos da América

Conferências, acordos e outros mecanismos bilaterais foram estabelecidos para garantir a sobrevivência do sistema capitalista. Mas outros projetos, baseados em diferentes possibilidades de futuro, foram socializados. Milton Santos observou em sua entrevista final, "esta é a primeira vez na história que coexistimos com o futuro possível". A cosmopercepção que me guia, como alguém educada dentro das tradições religiosas afro-indígenas brasileiras, ensina que o futuro é, acima de tudo, ancestral. Assim, ativo o senso de pertencimento afro-diaspórico como um lugar de não esquecer quem fomos, quem somos e quem podemos nos tornar ao transcender a racialização de povos subjugados sob o capitalismo.

Nesse contexto, tenho interesse em ampliar estratégias que promovam a emancipação econômica, construindo alternativas para o futuro no presente. Para isso, destaco as experiências de empresários negros em duas capitais brasileiras.

Salvador, a primeira capital do Brasil, está localizada na região nordeste do país e até hoje carrega as marcas de ter sido o epicentro do processo de colonização na América Portuguesa. No Engenho Velho da Federação, reconhecido como um bairro negro, acompanho as experiências de moradores que tensionam as relações tradicionais de trabalho, produção e consumo. Em Florianópolis, minha terra natal, capital do estado mais branco do país, as experiências que observo desafiam particularmente a ocupação territorial capitalista, buscando outras formas de apropriação do espaço.

Essas experiências apontam para futuros possíveis diante da crise econômica, trabalhista e social que enfrentamos atualmente.

COMUNICAÇÃO 03: Das Mulheres da Laje à Escola Comunitária Luiza Mahin: Espaço construído e Infâncias no bairo Negro Uruguai, Salvador-Bahia-Brasil

AUTORES: Liane Monteiro. SESAB - Conselho Estadual pela Sustentabilidade de Povos e Comunidades Tradicionais (CESPECT-Ba). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Doutorado. PPGAU-UFBA). Brasil.

O artigo resultou da disciplina ""Leituras do Direito à Cidade"" (profa. Dra Ângela Gordilho), no percurso do Doutorado da autora no PPGAU UFBA. Trata da organização de mulheres negras num bairro afro-brasileiro de Salvador-Bahia, cujas formas urbanas aliaram o direito à moradia à inclusão educacional de crianças, na construção da Escola Comunitária pelas Mulheres da Laje. O bairro Uruguai, na Cidade Baixa, resultou da luta de moradores sobre o manguezal e a maré, na Enseada dos Tainheiros, no tensionamento com a Marinha, formando a Comunidade de Novos Alagados, inicialmente como palafitas.

Essas mulheres construíram diversos espaços. De base freiriana e afro-brasileira ocupou local cedido pela Alagados Melhoramentos (AMESA SA), participante do Plano de Melhoramentos da região de Alagados, a Escola Comunitária Luiza Mahin (1990), inspirada na Africana livre, da Costa da Mina,

quitandeira, escrava de ganho, resistiu ao cativeiro. Símbolo de resistência tornou-se mito na comunidade. Sem documentos que atestem sua existência, foi escrita pelo filho, poeta precursor do abolicionismo no Brasil, Luiz Gama, através de carta autobiográfica (1880) e do poema Minha Mãe (1861). O estudo utilizou entrevista semiestruturada às Mulheres da Laje, a ex -alunos da Escola e à Gestão Escolar. As sessões trazem história do bairro e suas formas urbanas, além da afirmação do espaço construído da escola, como fruto da organização de mulheres negras, diante dos déficits públicos da educação, para que a vida de suas crianças seja bem vivida com arte, cultura, boa comida, brincadeira: a criança como sujeito de direito, na perspectiva antirracista e partícipe da construção do bairro/cidade como espaço público desejado.

COMUNICAÇÃO 04: Entre lazer, antirracismo e política: os bailes black e a Ditadura Militar na cidade de São Paulo (1958-1980)

AUTORES: Clovis Nascimento Junior. IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, Brasil

A presente pesquisa tem como objetivo o significado dos bailes negros para a cidadede São Paulo e para a problemática urbana, a partir do mapeamento dos espaços de bailes frequentados em sua maioria por uma população negra e trabalhadora, levando-se em conta suas experiências de produção de sentido. A discussão tem início no ano de 1958, - este ano é reconhecida pelos nativos do referido contexto festivo como referência, pois remete ao momento específico em que passaram a ser oferecidos ao público afro descendente atravessando as décadas de 1960 e 1970 chegando até meados dos anos 1980. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica, entrevistas, observações de campo e coleta de materiais a discussão tem como cenário os eventos realizados pela equipe Chic Show como local uma manifestação cultural contemporânea dos bailes negros. Os bailes blacks foram compreendidos como um tipo de encontro com conteúdos ligados às lutas, às resistências e ao vivido da população negra e particularmente no período da Ditadura militar em São Paulo. Articulam-se com processo de produção do espaço urbano, possíveis formas desiguais socialmente e racializadas, entre estes conteúdos estariam a produção de uma vida pública na cidade, e também uma mobilização em torno dos movimentos sociais que se configuram no meio do século XX.

COMUNICAÇÃO 05: Espacialidades em África e na Diáspora Africana – Fenômenos de Resistência

AUTORES: Josane Oliveira. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Rogério Rosário. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Nessa proposta, pretendemos debater os impactos dessa colonização nos corpos e espaços africanos e afro diaspóricos, problematizando como tal processo comprometeu as formas de habitar e ser das comunidades de entidades e as relações socioespaciais. E, também, como estruturou e estrutura um modo de viver e habitar espaços agora industrializados, regionalizados e em processo de urbanização aliada ao mercado de produção capitalista.

Pretende-se destacar duas dimensões, geográficas e categorias espaciais. Em África, as comunidades ancestrais cujos espaços e corpos sofrem por um processo de inserção, através da introdução de novos modelos espaciais de cidades transnacionais e corporativas que exclui as técnicas e autonomia locais, assim pensar através da oposição: bairros indígenas e bairros dos colonos. Já no Brasil, mais precisamente na Bahia, cujas populações negras criam espaços de sociabilidade própria segundo seus ethos, que se apropriam dos espaços colonizados, redefinindo os territórios, estabelecendo sua cosmovisão, materializando, em alguma medida suas práticas sociais e de experiências do espaço.

COMUNICAÇÃO 06: Fronteiras, Memórias e Urbanização: As Relações Entre O Terreiro Omariô de Jurema e a Formação do Bairro Santa Clara

AUTORES: Pedro Teixeira Mendes Cabral. Volta Redonda, Universidade Federal Fluminense, Brasil,

COMUNICAÇÃO 07: O ataque na encruza: uma disputa no processo de subjetivação das pessoas de terreiro em Campos dos Goytacazes

AUTORES: Paulo Henrique Prado da Silva. Campos dos Goytacazes – RJ, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil.

A presença dos terreiros de Candomblé no espaço urbano se inscreve como marco da resistência e da afirmação identitária das comunidades afro-brasileiras no contexto das tensões envolvidas na ocupação das cidades. Este trabalho analisa as relações entre o Terreiro Omariô de Jurema e o bairro Santa Clara, no município de Barra Mansa (RJ), destacando seu papel enquanto testemunha ativa do desenvolvimento do bairro e as interações entre território, comunidade e urbanização. A pesquisa, derivada da dissertação de mestrado, parte do pressuposto de que os terreiros não apenas ocupam, mas também estruturam e ressignificam o espaço urbano a partir de suas práticas rituais, simbólicas e cotidianas. Fundado em um contexto de ocupação periférica, o Omariô de Jurema se estabeleceu como um polo de resistência e organização comunitária, influenciando a dinâmica socioespacial do bairro. A relação entre o espaço sagrado e a urbanização local revela tensões e articulações que vão desde a apropriação do território pelos membros da comunidade do terreiro até as transformações da paisagem promovidas pela expansão urbana. O estudo se fundamenta em abordagens do campo da memória, da geografia cultural e dos estudos urbanos, buscando compreender como a espacialidade do terreiro se entrelaça com a história e a identidade do bairro. Ao analisar a trajetória do Omariô de Jurema, este trabalho contribui para o debate sobre as epistemologias do espaço habitado em comunidades negras, evidenciando a centralidade dos terreiros na construção do urbano e na preservação da memória territorial afro-brasileira.

COMUNICAÇÃO 08: Histórias Botânicas: temporalidades emaranhadas, agência e co-constituição em três ambientes construídos

AUTORES: Dilton de Almeida. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

A história arquitetônica ocidental, tradicionalmente fundamentada em narrativas antropocêntricas e eurocêntricas, encontra novas possibilidades historiográficas por meio de abordagens ambientais e decoloniais. A colonialidade, fundamental para a modernidade, baseou-se na classificação e na separação, criando hierarquias entre culturas e povos. Isso produziu a dicotomia natureza/cultura, alimentando tanto a exploração ambiental quanto a supressão do conhecimento ecológico tradicional.
Este ensaio explora três estudos de caso arquitetônicos na Bahia - a Igreja de Nosso Senhor de Vera Cruz (Itaparica, 1560), o Terreiro do Pé de Cajá (São Félix, 1860) e o Restaurante Coati (Salvador, 1987), projetados por Lina Bo Bardi e João Filgueiras Lima - para examinar a interseção entre natureza e cultura em ambientes construídos. Propomos que essas narrativas arquitetônicas em pedra, madeira e vegetação desafiem dicotomias como natural/artificial, questionando as suposições modernas e propondo abordagens transdisciplinares e complexas para a história e o projeto.
A Igreja de Nosso Senhor de Vera Cruz, a segunda mais antiga do Brasil, foi construída em território tupinambá como estratégia de dominação colonial. Hoje, em ruínas, suas paredes são sustentadas por uma figueira (Ficus insipida), árvore sagrada que personifica o orixá Iroko nas religiões afro-brasileiras. O prédio e a árvore se entrelaçam, e o espaço, originalmente católico, é ressignificado pelas comunidades afro-brasileiras. O Terreiro do Pé de Cajá, fundado pelo escravizado Anacleto Tosta, tem em seu centro um cajá centenário (Spondias mombin), um santuário dedicado ao orixá Obaluaiê. A árvore sagrada atravessa o telhado do barracão, formando um "telhado vivo" com galhos e folhas, integrando o espaço físico e espiritual do terreiro. Por fim, o Restaurante Coati, parte do projeto Ladeira da Misericórdia de Bo Bardi, abraça uma enorme mangueira (Mangifera indica), estabelecendo uma relação simbiótica entre o ambiente construído e o mundo natural.
Esses ambientes construídos demonstram como as plantas e a vegetação podem ser entendidas como agentes ativos em uma arquitetura viva, compartilhando uma agência co-constitutiva.Elas podem ser entendidas como "naturezasulturas", como propõe Donna Haraway. Reconhecemos as plantas como possuidoras de alteridade e como sujeitos históricos em seu próprio direito, cujas temporalidades transcendem a cronologia do tempo humano. A escrita da história, portanto, torna-se emaranhada com múltiplos sujeitos e temporalidades, ecoando o convite de Lina Bo Bardi para considerar o "presente histórico", onde o passado e o futuro se entrelaçam em constante reinvenção.
Por fim, as árvores aqui são entendidas como seres vivos e, em certos casos, entidades sagradas, emergindo como alegorias poderosas para a resistência e a perseverança das culturas negras e ameríndias em face da colonização/modernização. Elas persistem como práticas e conhecimentos que desafiam as tentativas de apagamento, reinventam formas de habitar o mundo mais profundamente conectadas ao que convencionamos chamar de natureza e revelam caminhos para repensar a sobrevivência humana em tempos de emergência climática. Como sugere Bruno Latour, é necessária uma nova consciência das interações humanas e dos ambientes terrestres, reconhecendo a Terra como um sistema vivo e dinâmico. Esses ambientes construídos nos convidam a imaginar futuros que transcen-

dem o Antropoceno. Com base nesses princípios, sugerimos um entrelaçamento vivo, um processo simpoiético em que a arquitetura e a natureza prosperam no tempo, recriando-se constantemente a cada gesto e a cada olhar.

COMUNICAÇÃO 09: A arquitetura dos valores na paisagem batammariba: conhecimento ancestral, multi-habitares e natureza no patrimônio cultural mundial em Koutammakou, no Benin e Togo

AUTORES: Celso Almeida da S. Cunha. Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA), pesquisador dos Grupos de Pesquisa EtniCidades (Grupo de Estudos das Relações Étnico-Raciais em Arquitetura e Urbanismo) e ArqPop (Arquitetura Popular: Espaços e Saberes), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil
Bruno A. de Andrade. Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFMG), pesquisador de pós-doutorado do Grupo de Pesquisa EtniCidades (Grupo de Estudos das Relações Étnico-Raciais em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Esta comunicação propõe uma análise da arquitetura tradicional das Takienta (plural: Sikien), moradias do povo Batammariba (ou Otammari) na região conhecida como Koutammakou, área ancestral deste povo que se estende entre o noroeste do Benin e nordeste do Togo, como expressão de uma epistemologia africana singular do espaço habitado. As Takienta, mais do que simples estruturas construídas de terra, são manifestações materiais de uma complexa relação entre os Batammariba, seus ancestrais e o ambiente natural, refletindo uma indivisível ligação entre o mundo físico e o espiritual. A pesquisa se aprofunda nos valores culturais, sociais e religiosos que moldam a organização espacial das Takienta, revelando como a arquitetura delas se torna um microcosmo da sociedade Batammariba. A disposição dos espaços, os materiais utilizados e as técnicas construtivas ancestrais refletem a estrutura social, a relação com o divino e a busca por harmonia com a natureza, demonstrando uma sabedoria acumulada ao longo de gerações.
A análise considera dois elementos principais: o processo de reconhecimento do Kuotammakou como Patrimônio Mundial da UNESCO, destacando como os valores identificados para a titulação corroboram a importância das epistemologias locais na compreensão do espaço habitado. O estudo dos critérios utilizados pela UNESCO para o reconhecimento do sítio permite evidenciar a relevância dos saberes tradicionais e a necessidade de sua valorização na gestão do patrimônio cultural.
O segundo elemento é o Workshop de Mapeamento de Riscos promovido pela comunidade Batammariba em Natitingou, no Benin, no mês de dezembro de 2024, no âmbito do projeto Preserving Legacies, uma iniciativa global liderada pelo ICOMOS e pela National Geographic Society, e que possibilitou uma breve vivência e pesquisa de campo realizada pelos autores junto às comunidades tanto no Benin quanto no Togo.
Em consonância com Kaphagawani e Malherbe (2002), a comunicação valoriza as narrativas da comunidade Batammariba, buscando dar voz aos seus conhecimentos tradicionais e práticas culturais. A pesquisa destaca a importância de considerar as epistemologias africanas na análise do espaço habitado, reconhecendo a agência das comunidades na produção de conhecimento sobre seus próprios ter-

ritórios. A compreensão do espaço habitado, portanto, deve ser construída a partir das perspectivas e experiências das próprias comunidades, em um diálogo intercultural que respeite a diversidade de saberes.
A apresentação busca contribuir para o debate sobre história urbana ao apresentar um estudo de caso que evidencia a indissociabilidade entre arquitetura, cultura e natureza nas comunidades ancestrais africanas. Ao analisar as Sikien, esta comunicação busca demonstrar como a arquitetura pode ser compreendida como um texto que narra a história, os valores e as crenças de um povo, oferecendo uma perspectiva enriquecedora para a compreensão das dinâmicas urbanas em diferentes contextos culturais.

COMUNICAÇÃO 10: O ataque na encruza: uma disputa no processo de subjetivação das pessoas de terreiro em Campos dos Goytacazes

AUTORES: Paulo Henrique Prado da Silva. Campos dos Goytacazes – RJ, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil.

O presente trabalho aborda o processo de subjetivação promovido pela dinâmica bélica contra as pessoas de terreiro da cidade de Campos dos Goytacazes – RJ. Nosso foco está em apontar como a expulsão e os ataques exercidos nos espaços públicos, como rios, cemitérios, mercados municipais e encruzilhadas, emerge, através de diversos agente, no processo de subjetivação das pessoas que habitam ou transitam nesses territórios. Além disso, o processo de urbanização também é um fator que influencia nesse processo, pois há rituais que necessitam da natureza para serem realizados. Com o processo de urbanização, esses locais de mata fechada acabam se tornando de difícil acesso para essas comunidades, tendo que fazer um deslocamento maior para acessar esses espaços ou reestruturar suas práticas. Assim, a cidade cria uma dinâmica que limita os modos de ser, estar e se relacionar com o território a partir de uma perspectiva/vivência das Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTT). Nesse sentido, a territorialização, nesse contexto, não é apenas uma ocupação física, mas uma forma de resistência cultural e política, onde a presença das CTTs nos espaços públicos representa uma reterritorialização e afirmação de identidades afro-indígenas-brasileiras. Os ataques e as dinâmicas enfrentadas pelas pessoas de terreiro da cidade são analisados à luz de entrevistas com lideranças religiosas, que evidenciam estratégias de resistência para assegurar a continuidade dessas tradições. Propomos que a luta pela ocupação desses territórios sagrados revela uma disputa simbólica e política, que desafia estruturas de poder e marginalização. Além disso, contribui para processos de subjetivação divergente daquele proposto pelo caráter urbano e capitalístico da cidade. Concluímos que a territorialização das CTTs em Campos dos Goytacazes é um ato de preservação cultural e resistência frente à violência, além de uma afirmação identitária em uma sociedade que continua a tentar silenciar essas expressões religiosas e processos de subjetivação divergentes do branco-eurocêntrico.

E4_06_La fotografía como documento histórico en la construcción de la imagen de la ciudad ibero-americana

COORDINADORES:
Carolina Salazar Marulanda. Escuela de Arquitectura. Universidad Nacional de Colombia, Colombia
Carmen Egea Jiménez. Departamento de Geografía Humana. Universidad de Granada

PALABRAS CLAVE: Fotografía; Imagen Mental; Memoria Visual; Evolución Urbana

RESUMEN: La fotografía, como documento histórico y analítico, es fundamental para la construcción de la imagen de la ciudad. No solo permite mirar al pasado, sino también entender el valor de las imágenes como testimonios futuros, considerando el impacto de la fotografía en la historia, la cultura y la identidad urbana.

Desde su invención en el siglo XIX, la fotografía ha sido un medio poderoso para documentar y preservar la historia. Actúa como un registro de vestigios, una huella o rastro directo de un momento pasado, proporcionando acceso a una realidad ya desaparecida o permitiendo conocer y controlar lo efímero y lo transformado. Su capacidad intrínseca para capturar la realidad de un momento específico la convierte en un instrumento de memoria que traza coordenadas para establecer líneas de tiempo y otorgar un sentido de realidad a la construcción de una imagen mental del pasado.

En la articulación de los fragmentos que resultan de las transformaciones urbanas a lo largo del desarrollo de una ciudad, la fotografía logra evitar la transitoriedad creando una conexión entre pasado y presente, consolidando la identidad espaciotemporal de los habitantes y reforzando la construcción de la memoria colectiva en torno a símbolos y significados que configuran una cultura.

En el contexto de las ciudades iberoamericanas, la fotografía ha sido fundamental para entender la evolución urbana, social y cultural durante el siglo XX. No solo constituye un registro de las transformaciones, sino que también se ha consolidado como un documento histórico que refleja la construcción de un ideal de progreso y modernización que oscila entre la exaltación de poderes y la creación de una memoria colectiva mediante la documentación de eventos significativos, arquitectura, movimientos sociales y vida cotidiana.

Es necesario considerar la capacidad documental de la fotografía frente a la dicotomía entre el registro de la realidad urbana y la búsqueda de la estetización de la ciudad para promocionar su desarrollo. ¿Hasta qué punto se fotografiaba el espacio real o se construía un escenario para fotografiar? ¿Qué conceptos o instituciones se beneficiaban a través de la fotografía? ¿Qué modas se imponían? ¿Qué se ocultaba? Estas preguntas nos invitan a reflexionar sobre la intencionalidad detrás de las imágenes: ¿se buscaba presentar la ciudad como un lugar de desarrollo o bien documentar la realidad con fines testimoniales?

En este sentido, se propone con este simposio establecer un diálogo del uso de la fotografía como documento histórico que permita construir la imagen de la ciudad abordando aspectos como:

– La creación de colecciones con fines promocionales, como por ejemplo las postales o las guías turísticas.

– El papel del fotógrafo como constructor de la imagen de la ciudad.

– Los registros documentales y la creación y consolidación de archivos.
– Los sucesos históricos y la construcción de identidad y memoria colectiva urbana.
– El registro del crecimiento y la transformación morfológica de la ciudad.
– Memorias urbanas: vida cotidiana, registros viajeros.
– Exposiciones particulares y lugares icónicos de la ciudad
– Popularización de tendencias y estilos urbanos.

PONENCIA 01: La construcción de la imagen de la ciudad de Sevilla en el turismo: la influencia de los imaginarios románticos en la promoción contemporánea a través de la fotografía

AUTORES: José David Albarrán Periáñez. Departamento de Geografía, Universidad Nacional de Educación a Distancia, España

La investigación analiza la evolución de la imagen de la ciudad de Sevilla en el ámbito turístico, desde las representaciones construidas por los viajeros europeos que visitaron la ciudad entre los siglos XVII y XIX, hasta las estrategias promocionales contemporáneas. El objetivo principal del trabajo es el de comprobar cómo los clichés originados en la literatura y el arte de la Ilustración y el Romanticismo, predecesores de la fotografía, han influido en la construcción de la imagen generada por parte de las instituciones locales con competencias en materia de promoción turística en la actualidad, consolidando una visión arquetípica que integra elementos históricos y emocionales.

A través de una metodología que combina el análisis cuantitativo y un estudio semiológico de la imagen, en este trabajo se explora cómo ha sido la evolución iconográfica de Sevilla proyectada, primero, por parte de agentes externos durante sus visitas a la ciudad, y después, a partir de imágenes elaboradas por las propias administraciones encargadas de promocionar la ciudad en el cada vez más competitivo mercado turístico global. En este sentido, han sido examinados soportes visuales, históricos y actuales, como reseñas literarias y pictóricas, grabados y dibujos incluidos en cuadernos y libros de viaje de los siglos XVII, XVIII y XIX, así como carteles, folletos, y otros materiales promocionales de base fotográfica editados por las administraciones responsables del turismo en la actualidad, tanto a nivel nacional, como regional y local. La evaluación de su contenido y composición, así como el análisis de cómo se combinan los elementos visuales y narrativos, han permitido identificar los mensajes y símbolos que han descrito Sevilla como destino turístico a lo largo de los años.

De esta forma, es posible determinar cómo la visión de la ciudad hispalense ha evolucionado sobre la base de una mirada condicionada por los valores culturales y sociales de aquellos viajeros extranjeros que recorrieron la península siglos atrás, dando lugar a una representación idealizada que ha perdurado en el imaginario colectivo hasta la actualidad. Las primeras visiones destacaban aspectos del legado arquitectónico, las tradiciones y el exotismo del pasado árabe de la ciudad, estableciendo una narrativa que se ha extendido a través de los años hasta llegar a ser reutilizada en las estrategias de promoción turística moderna. Este refuerzo de los estereotipos y clichés vinculados al Romanticismo en las estrategias de marketing contemporáneas contribuye a la perpetuación de una imagen adaptada a los gustos y demandas de los potenciales visitantes. Así, Sevilla ha construido su identidad turística sobre una imagen altamente estilizada, en la que son comunes las apariciones de monumentos icónicos como la Giralda, el Alcázar y la catedral, así como evocaciones a elementos del folclore, como el

flamenco y las festividades tradicionales. Estas características son presentadas en un marco nostálgico que enfatiza la autenticidad y el exotismo, apelando no solo a viajar físicamente, sino también en el tiempo.
La imagen turística de la ciudad de Sevilla está, por tanto, profundamente enraizada en las descripciones creadas por los viajeros ilustrados y románticos que la visitaron siglos atrás, que priorizaron la exaltación de estética sobre una representación fiel de la realidad. Aunque las instituciones locales han incorporado nuevos discursos propios de las necesidades del contexto contemporáneo, los elementos arquetípicos siguen presentes, demostrando la resiliencia de estos clichés en el imaginario turístico. La investigación subraya la importancia de considerar cómo estas representaciones pueden influir en la percepción global y la identidad local de Sevilla, pudiendo incluso comprometer la riqueza cultural y social de la ciudad.

PONENCIA 02: O Rio de Janeiro da Casa Leuzinger: um guia visual para a capital (1850-1875)

AUTORES: Luiza Xavier Pereira. Rio de Janeiro, PROURB/FAU – UFRJ, Brasil

Ao investigar a relação entre imagem e cidade, o artigo enfoca o trabalho fotográfico da Casa Leuzinger sobre o Rio de Janeiro produzido em meados do século XIX. Mais especificamente, discute a ação de seu proprietário, Georges Leuzinger, em relação a seus contemporâneos que se dedicaram a "objetivar" e falar em textos e imagens sobre a
cidade. Leuzinger é reconhecido atualmente como o responsável pelo maior e mais relevante registro fotográfico de paisagem realizado sobre a então capital em cerca de 1860. O período estudado é tanto de intensas transformações nas morfologias urbanas de diversas capitais, quanto de transformações no que concerne a maneira de se olhar e pensar as cidades. Impõe-se nesse período a ideia que as diferentes nações possuem uma cidade que no plano local, é mais importante do que as demais e é capaz de emblematizar sua sociedade, seu povo e suas conquistas e seu lugar relativo no "conjunto das nações", através do que mostram seus monumentos. A construção da ideia do Rio de Janeiro como cidade-capital do jovem Império do Brasil é, assim, indissociável do discurso visual que a Casa Leuzinger produziu e divulgou mundialmente. A pesquisa parte de discussões sobre a não neutralidade da imagem, em especial a partir de Crary(1990) e Aumont(1991), bem como da visão sobre o estatuto de verdade da imagem fotográfica no período estudado. Tem-se como hipótese que o repertório fotográfico da Casa constrói um "guia visual" sobre o Rio de Janeiro, composto por enquadramentos particulares ao "olhar híbrido" que Leuzinger constitui ao longo de seus percursos pessoais e profissionais. Ao propor uma análise visual de cerca de 300 imagens a partir de uma transversalidade de saberes sobre a cidade, busca-se discutir como Leuzinger teria apresentado a cidade capital ao mundo e constituído uma certa memória visual sobre seus aspectos morfológicos.

PONENCIA 03: La cámara de Hermes. La fotografía aérea como perspectiva privilegiada de la ciudad moderna y registro para relatar su historia

AUTORES: José Javier Alayón González. Departamento de Arquitectura, Pontificia Universidad Javeriana, Colombia

Los urbanismos y arquitecturas de las ferias-exposiciones celebradas a mediados del siglo XX en la América Latina tuvieron una estrecha relación con la aviación comercial. No solo como medio de transporte que impulsó el flujo de personas y mercancías, sino también como inspiración formal y estética. Además, estos recintos mantuvieron una estrecha relación funcional y espacial con los aeropuertos. Años antes, le Corbusier ya había ensalsado la visión privilegiada que desde el avión tendría el urbanista moderno sobrevolando las vastas y desconectadas tierras suramericanas. Estos eventos, a la sombra de las grandes exposiciones internacionales del mundo industrializado quedaron fueran de los relatos universales, regionales y hasta locales. Sin embargo, quedó un registro
aerofotográfico que ha permitido su rescate para subsanar estos vacíos historiográficos. Aquí se analizan este tipo de imágenes que capturaron el momento de gran transformación urbana en que se construyeron estas ciudadelas efímeras.
Los testimonios aerofotográficos de San Pablo y Bogotá en 1954, Ciudad Trujillo (actual Santo Domingo) en 1955, Lima en 1959 y Buenos Aires en 1960 son los 5 casos que se abordan en este estudio. Con la comparación de ortofotos, fotos oblicuas y fotos a ras de suelo se pretende discernir el discurso detrás de esos encuadres desde el cielo. Este material no solo reposa en los centros e institutos geográficos nacionales, sino que fueron ampliamente difundidos en medios no especializados como periódicos y revistas generalistas, así como en postales, como demostración de modernidad. Tradicionalmente el dios greco-romano Mercurio-Hermes es patrón del comercio y por tanto, símbolo recurrente de estos eventos transnacionales, pues como dice el mito, podía atravesar fronteras. Lo hacía equipado de sus sandalias y sombrero alado, portando el caduceo en una de sus manos. Seguramente, en esos años que analizamos, llevaría una cámara fotográfica en la otra.

PONENCIA 04: Fotografia e comércio nos espaços públicos: imagens do processo de fixação do comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro

AUTORES: João Antonio Bragança Teixeira

Los urbanismos y arquitecturas de las ferias-exposiciones celebradas a mediados del siglo XX en la América Latina tuvieron una estrecha relación con la aviación comercial. No solo como medio de transporte que impulsó el flujo de personas y mercancías, sino también como inspiración formal y estética. Además, estos recintos mantuvieron una estrecha relación funcional y espacial con los aeropuertos. Años antes, le Corbusier ya había ensalsado la visión privilegiada que desde el avión tendría el urbanista moderno sobrevolando las vastas y desconectadas tierras suramericanas. Estos eventos, a la sombra de las grandes exposiciones internacionales del mundo industrializado quedaron fueran de los relatos universales, regionales y hasta locales. Sin embargo, quedó un registro aerofotográfico que ha permitido su rescate para subsanar estos vacíos historiográficos. Aquí se analizan este tipo de imágenes que capturaron el momento de gran transformación urbana en que se construyeron estas ciudadelas efímeras.

Los testimonios aerofotográficos de San Pablo y Bogotá en 1954, Ciudad Trujillo (actual Santo Domingo) en 1955, Lima en 1959 y Buenos Aires en 1960 son los 5 casos que se
abordan en este estudio. Con la comparación de ortofotos, fotos oblicuas y fotos a ras de suelo se pretende discernir el discurso detrás de esos encuadres desde el cielo. Este material no solo reposa en los centros e institutos geográficos nacionales, sino que fueron ampliamente difundidos en medios no especializados como periódicos y revistas generalistas, así como en postales, como demostración de modernidad. Tradicionalmente el dios greco-romano Mercurio-Hermes es patrón del comercio y por tanto, símbolo recurrente de estos eventos transnacionales, pues como dice el mito, podía atravesar fronteras. Lo hacía equipado de sus sandalias y sombrero alado, portando el caduceo en una de sus manos. Seguramente, en esos años que analizamos, llevaría una cámara fotográfica en la otra.

PONENCIA 05: Miradas que revelan. La imagen de la ciudad moderna colombiana en la lente de Moll, Lenis y Carbajal

AUTORES: Mateo Useche Henao. Maestría en Arquitectura, Universidad Nacional de Colombia, Colombia
Isabel Llanos Chaparro. Escuela de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Nacional de Colombia, Colombia
Edison Henao Carvajal. Escuela de Arquitectura y urbanismo, Universidad Nacional de Colombia, Colombia

Los diversos procesos de transformación que experimentaron los asentamientos urbanos a mediados del siglo XX en Colombia fueron registrados por perspicaces fotógrafos, quienes revelaron el interés de algunas firmas de arquitectura local en la construcción de una ciudad moderna en consonancia con su contexto. Entre los casos más representativos se encuentra el de Santiago de Cali; ciudad de fundación colonial que experimentó un significativo crecimiento durante las décadas de 1940 y 1960 en razón del desarrollo industrial de la región del valle del río Cauca.
Esta arquitectura, concebida como una parte del todo, es decir, en estrecha relación con la ciudad, la naturaleza y el hombre, fue gestada en Colombia por profesionales como Fernando Borrero, Alfredo Zamorano y Renato Giovanelli (BZG). Su revisión, análisis y difusión ha sido posible gracias al registro de fotógrafos como Otto Moll González,
Alberto Lenis Burckhardt y Gabriel Carbajal, cuya mirada revela valiosas lecciones universales y atemporales. En sus fotografías se reconocen, seleccionan e intensifican dispositivos urbanos como plataformas, marquesinas, rampas, fosos, terrazas, plazas y vacíos que median entre interior y exterior, público y privado, arquitectura y paisaje; desvelan también estrategias proyectuales que promueven la urbanidad de la arquitectura, la importancia de su relación con el ciudadano y su responsabilidad en la construcción de ciudad.
El trabajo de estos fotógrafos, cuyos archivos originales reposan en el Centro Documental del Banco de la República y la Biblioteca Piloto de Medellín, nos ha permitido ordenar y recomponer la imagen de la ciudad moderna colombiana. Su revisión crítica ha derivado en necesarios cuestionamientos sobre el rumbo de las ciudades contemporáneas en las que prolifera la singular arquitectura de autor.

PONENCIA 06: Imagem e imaginário: a cidade de Manaus a partir de um cartão postal

AUTORES: Luiza Martins P. dos Santos. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade de São Paulo – FAU USP, Brasil,
Beatriz Barsoumian de Carvalho. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade de São Paulo – FAU USP, Brazil

Brazil Mission. North Brazil Small Town Congregation. (Missão Brasileira. Congregação em pequena cidade do norte do Brasil). Esta é a legenda contida no verso do postal da cidade de Manaus, apresentado abaixo, datado de XXXX. Na imagem vemos uma série de pessoas, membros da Missão de cunho católico, posando oficialmente para a foto, com vestimentas de festas remetendo a importância da festividade. Ainda acerca da indumentária das pessoas na foto, nota-se que remetem a um período em que os produtos importados chegam à cidade, período também da exportação da borracha, e consequentemente da produção de um imaginário em torno da região amazônica. Vai ao encontro desse cenário que se quer construir, a edificação central uma casa térrea tipicamente da burguesia urbana do período. Apesar da cena cuidadosamente montada, duas coisas parecem destoar da narrativa: a denominação small town (pequena cidade) para Manaus, principalmente no período da borracha, em que a cidade projeta grande crescimento; e as outras duas casas que aparecem no postal, bem mais simples, talvez de taipa, e com as coberturas de palha. A partir de um único postal, como uma "simples" imagem, é possível indagar uma série de questões acerca da história da cidade de Manaus. Para esta comunicação, busca-se debater, partindo da análise do postal, como a fotografia muitas vezes é ferramenta crucial na construção de imaginários em torno da cidade. A imagem suscita os debates em torno de dicotomias como o rural x urbano, tradicional x moderno, natureza x civilização, oposições essas muito menos herméticas do que os discursos historiográficos tendem a colocar, e que através muitas vezes do recurso gráfico é que é possível entender a complexidade de construções e informações, que não remetem apenas à fotografia, mas a própria formação e transformação da cidade.

PONENCIA 07: El deslumbramiento de la noche. Fotografías nocturnas del paisaje de Buenos Aires en la prensa periódica a inicios del siglo XX

AUTORES: Catalina Fara. Centro de Investigaciones en Arte y Patrimonio (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - Universidad Nacional de San Martín), Argentina

Las experiencias nocturnas originaron imaginarios caracterizados por lo temible y oculto, y por la liberación de las convenciones sociales y morales. Esta visión negativa comenzó a cambiar cuando la electricidad transformó la noche en día, siendo la metáfora perfecta para representar las ventajas de la vida moderna. El alumbrado público significaba el triunfo de la sociedad sobre la oscuridad. Las calles metropolitanas se convertían en teatros y los transeúntes en espectadores de la escena nocturna. A principios del siglo XX, la iluminación en Buenos Aires era celebrada como garantía del progreso; con un cosmopolitismo que se medía por comparación, y así, las imágenes de las luces de Nueva York y París se multiplicaron en la prensa local. Los carteles luminosos reconfiguraron el paisaje urbano estableciendo nuevas formas de visualidad por su potencial expresivo. Las luces se relacionaron con el atractivo de nuevas formas de esparcimiento y placer contrapuestas al suburbio, donde las redes eléctricas no estaban distribuidas homogéneamente. La "domesticación" de la noche convirtió también

a las luces en elementos decorativos regulados por el gobierno municipal, que estableció una "iluminación de adorno" para edificios públicos y calles céntricas. Su atractivo era evidente, ya que la prensa les dedicaba largas notas gráficas, y muchas de estas tomas se convirtieron luego en postales. El espectáculo nocturno conformó nuevos mapas del placer ubicados en las calles céntricas.
Proponemos trabajar con fotografías publicadas en la prensa (revistas ilustradas y periódicos de amplia tirada) entre 1910 y 1940, para analizar cómo desde allí se consolidaba una lectura estética del paisaje urbano, y cómo la reproducción de imágenes nocturnas cautivantes conformó la idea de que "Buenos Aires nunca duerme". Pero esto desdibujaba aspectos no deseados de la realidad, y anulaba cuestiones sociales y políticas profundas. Aquello que estaba iluminado era prueba de que en la noche metropolitana existía sólo aquello que se prefería mostrar.

PONENCIA 08: Fotografia e Imaginário: O Pedregal de San Ángel como Laboratório Visual do México Moderno

AUTORES: Júlio Cesar Moreira Cruz Júnior. PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Ana Paula Polizzo. PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

O Pedregal de San Ángel, território situado na região sul da Cidade do México, possui uma paisagem singular moldada pelas sucessivas erupções do vulcão Xitle. Na década de 1940, o arquiteto mexicano Luis Barragán (1902-1988) adquiriu extensas áreas nessa região, até então considerada inóspita e de difícil edificação. Seu interesse pelo Pedregal refletia o pensamento de sua época, marcado por movimentos vanguardistas que promoviam a revalorização da cultura mexicana no contexto pós-revolucionário. Assim, a paisagem foi mobilizada como um símbolo nacional, integrando-se à construção de uma identidade moderna enraizada nas tradições locais.
Foi no Pedregal que Barragán iniciou sua colaboração com o fotógrafo Armando Salas Portugal (1916-1995), que o acompanharia ao longo de sua trajetória profissional. Juntos, eles desenvolveram trabalhos em que a fotografia não era mera ferramenta de representação ou espelhamento de um mundo objetivo, mas um elemento fundamental na construção de uma realidade outra, algo que será trabalhado neste artigo como uma "arquitetura da fotografia", conceito aprofundado por alguns autores.
Embora Barragán tenha se afastado do projeto do Pedregal de San Ángel em 1952, a área seguiu como palco de importantes projetos arquitetônicos. No entanto, ao invés de se deter em divisões temporais específicas levantadas por outros autores, o trabalho a
serapresentado nesta sessão busca explorar como a imagem fotográfica foi utilizada ao longo do processo de consolidação desse território. Dessa forma, a pesquisa se inclina sobre o poder da imagem fotográfica na constituição simbólica e discursiva do Pedregal de San Ángel, explorando as inter-relações entre arquitetura, paisagem e fotografía.

PONENCIA 09: Bogotá 1938: Tres colecciones fotográficas, tres relatos sobre la tradición y el progreso

AUTORES: Maarten Goossens. Facultad de Arquitectura y Diseño, Universidad de los Andes, Colombia

En 1938, a los 400 años de la fundación española, la ciudad de Bogotá dedicó especial empeño a su proyección como ciudad capital y metrópoli naciente. Desde la década anterior, una serie de cambios políticos y económicos habían impulsado una transformación de la estructura urbana y el paisaje arquitectónico con un proceso de acelerada expansión o crecimiento, y la renovación en altura de la zona céntrica. La ocasión del Centenario reforzaba este impulso, con inversiones importantes en infraestructuras viales, de servicios públicos, educativos, recreativos y culturales. Para la fecha de las celebraciones, el mes de agosto de 1938, Bogotá se presentaba renovada a los visitantes locales y extranjeros que asistían a los diversos eventos culturales, comerciales y deportivos, entre estos últimos la primera edición de los Juegos Bolivarianos.

Una parte importante de la construcción de las narrativas alrededor del IV Centenario se fundamentaba en la imagen fotográfica. Los numerosos esfuerzos editoriales, de iniciativa oficial y privada, se materializaban en guías, folletos, libros conmemorativos y otras publicaciones para la ocasión, que presentaban desde puntos de vista divergentes lo que consideraban la imagen que debía difundirse de Bogotá.

En este texto se analizan tres de estos registros fotográficos. El primero de ellos, la publicación oficial Registro municipal, usaba la fotografía para reportar avances de las obras físicas en la ciudad, desde una perspectiva de cumplimiento de promesas políticas. En él, la imagen fotográfica tiene una función casi probatoria, de evidencia legitimadora. El segundo registro, realizado por la Sociedad de Mejoras y Ornato, es propagandístico también, pero su enfoque es distinto: presenta a una Bogotá en su mejor momento, y para ello construye un relato visual con arquitecturas contemporáneas, históricas y una serie

de residencias privadas de ciudadanos notables, omitiendo aquello que no corresponde al imaginario de una ciudad embellecida. El último de los tres registros es una vasta colección privada de fotografías recortadas de diversos medios de prensa, que da cuenta del interés por documentar el cambio que tenía su gestor: Eduardo Santos Montejo, empresario y político que asumió la presidencia de Colombia el 7 de agosto de 1938. En esta colección interesa que no esté ordenada cronológica sino geográficamente, con carpetas que corresponden a calles, revelando una minuciosidad propia de un investigador más que del hombre público que era Santos.

A partir de estos tres casos, se busca indagar por la tensión entre la calidad de documento histórico que caracteriza a la fotografía y la manipulación intencional de su producción y curaduría. En el caso de Bogotá, ¿qué coincidencias y contrastes se puede descubrir entre cómo se retrata un mismo espacio urbano desde aproximaciones y propósitos distintos? ¿Cuál de estos relatos ha logrado trascender en la historiografía? ¿Qué nos revela mirar otros relatos fotográficos?

PONENCIA 10: Paquetá (Rio de Janeiro), 1925/2025: uma análise fotogeográfica da balnearização

AUTORES: Leticia Parente-Ribeiro. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Ana Brasil-Machado. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

A incorporação da função balneária à cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX promoveu transformações significativas na paisagem urbana, especialmente nas áreas costeiras. O processo de balnearização resultou na difusão de novas formas e práticas socioespaciais vinculadas à valorização e ao ordenamento das zonas litorâneas da cidade (Parente-Ribeiro e Gomes, 2023). Paralelamente, ao longo das primeiras décadas do século XX, as imagens fotográficas se popularizaram, circulando em diferentes suportes e meios (cartões-postais, álbuns comemorativos, jornais e revistas etc.) e visando diferentes audiências (Mauad, 2013). O discurso fotográfico passa também a participar, de forma ativa, nos debates acerca dos problemas públicos da cidade (Cefaï, 2018). Situada na baía de Guanabara, a ilha de Paquetá foi uma das primeiras áreas da cidade a se balnearizar, já a partir do último quartel do século XIX. O afluxo da burguesia e a produção de moradias de segunda residência foram acompanhados de transformações na morfologia e na infraestrutura urbanas, bem como nas formas de sociabilidade. Nesse período, a
ilha constituiu também um dos destinos preferenciais de fotógrafos como Marc Ferrez e Juan Gutierrez (Wanderley, 2019). A partir de suas experimentações fotográficas pioneiras, elabora-se um imaginário pitoresco e bucólico que permanece até os dias de hoje associado ao bairro de Paquetá. Em 1925, Antônio Manoel de Mattos Vieira, imigrante português chegado ao Rio de Janeiro em 1898, contrata um fotógrafo profissional (possivelmente João de Lacaille) para realizar um "ensaio fotográfico" na Ilha de Paquetá, lugar frequentado por sua família desde os anos 1910 (Zanatta, 2020). A coleção, composta de 63 fotografias, foi doada ao Instituto Moreira Salles em 2018, e está disponível para consulta em seu acervo digital. Esta pesquisa parte das fotografias da coleção Mattos Vieira para investigar as marcas na paisagem associadas ao processo de balnearização da ilha de Paquetá. Além disso, são analisadas as transformações na morfologia e na sociabilidade urbanas da ilha ocorridas nos últimos 100 anos. Para tanto, empregamos o método da refotografia, por meio do qual os lugares retratados em 1925 são revisitados e "revistos" na atualidade, para fins de comparação (Brasil-Machado et al., 2024). Finalmente, tendo em vista o duplo sentido do conceito de paisagem, como território fabricado e habitado e como representação cultural e social (Besse, 2014), o trabalho indaga o próprio "regime de visibilidade" (Gomes, 2013) que informa o ensaio fotográfico de 1925. Nesse sentido, nos perguntamos: quais pontos de vista foram privilegiados na produção das imagens? Quais objetos e personagens participam da composição das imagens? Qual a coerência do conjunto fotográfico e como ele se relaciona com a narrativa da balnearização? Qual audiência era visada? Como a comparação com a paisagem atual por meio da refotografia revela as transformações na morfologia e sociabilidade urbanas? O ensaio de 1925 serve, portanto, de fonte histórica e de objeto de indagação epistemológica para o exercício "fotogeográfico" que propomos para essa comunicação.

PONENCIA 11: Una imagen de la Ciudad de México en Blanco y Negro: historia de las primeras décadas del ciclismo

AUTORES: Ricardo, Pino. Universidad Autónoma Metropolitana unidad Xochimilco, México

La historia urbana ha privilegiado los documentos escritos sobre los icónicos, acudiendo en muchas ocasiones a la fotografía sólo como un complemento ilustrativo de su narrativa, mientras que los estudios de la imagen urbana se han caracterizado, desde los textos clásico de Lynch por hacer una aproximación a los componentes estáticos de la urbe; es decir, relevando el lugar que tienen las construcciones y los inmuebles en la definición de su imagen. El cruce de la historia urbana y la imagen de la ciudad nos ha conducido a poner en primer plano el movimiento de las personas en la ciudad, movimiento históricamente auxiliado por las máquinas desde el siglo XIX, de tal manera
que, con la irrupción de la bicicleta, la imagen urbana dejó de ser estática para constituirse en una imagen cambiante, móvil.
De ahí la necesidad de historizar al ciclismo en sus primeras décadas de aparición y aceptación en la Ciudad de México. En tanto práctica cultural de desplazamiento, hacer la historia del ciclismo nos permite colocar en primer plano a los sujetos de dicha historia, sus relaciones con el territorio, las formas de apropiarse y construir la ciudad, su vida cotidiana. El avance de investigación que presentamos reconoce el singular vínculo que se ha establecido entre la fotografía y la bicicleta, nacidas ambas al calor de las nuevas tecnologías decimonónicas, pronto lograron trascender el periodo en el que socialmente fungieron como artefactos de élite para alcanzar de manera asincrónica a los sectores populares. Así, hemos acudido a la mirada de reconocidos fotógrafos (Casasola, Manuel Álvarez Bravo, Nacho López, Hermanos Mayo, etc.) que centraron su mirada en las diferentes expresiones del ciclismo popular que se desplegaron ampliamente en una ciudad que se dirigía a su metropolización, proceso que se acompañaba del ascenso de la movilidad motorizada.

PONENCIA 12: O presidente e a avenida: as fotografias aéreas militares do Rio de Janeiro e a construção de uma cidade

AUTORES: Patricia de Aguiar Pamplona. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Um acervo de fotografias aéreas do Rio de Janeiro, produzidas por militares entre 1930 e 1950, oferece uma oportunidade para refletir sobre um modo específico de interpretar a história urbana da cidade: o olhar aéreo. O olhar das alturas não apenas documenta as transformações, mas pode revelar dinâmicas de poder, planejamento e controle. Durante a gestão do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945), o projeto de "Remodelação, Extensão e Embelezamento do Rio de Janeiro", concebido pelo urbanista francês Alfred Agache na década de 1920, foi parcialmente implementado.
A Comissão do Plano da Cidade, reativada nesse período, adaptou propostas do Plano Agache, como a abertura de uma grande avenida (hoje, Presidente Vargas) e a ocupação da esplanada do Castelo. As fotografias aéreas produzidas pela Escola de Aviação Militar (1930-1950) capturaram, de um ponto de vista privilegiado, essas transformações urbanas, oferecendo um registro visual para além do documento histórico.

A análise dessas imagens não se limita à sua função documental. Elas revelam as convergências entre usos militares e urbanísticos da fotografia aérea, no período, ambos
instrumentalizados para o controle e a transformação do espaço. Agache, em sua conferência intitulada "A fotografia aérea e a planta das cidades", enfatiza a necessidade de investir na produção de mapas a partir de fotografias aéreas, argumentando que a economia inicial de usar a cartografia disponível seria uma "falsa economia" diante da complexidade do planejamento urbano. Da mesma forma, os manuais da Escola de Aviação Militar destacam a importância das fotografias aéreas para a elaboração de mapas estratégicos, essenciais para operações militares. Esse paralelo entre o olhar do urbanista e o do militar pode evidenciar como o poder de ver a cidade do alto estaba intrinsecamente ligado ao poder de transformá-la.A partir desse acervo, proponho uma
reflexão sobre a abertura da avenida presidente Vargas, marco urbano no Rio, e suas implicações. A construção da avenida e de edificios monumentais implicou a destruição de áreas de sociabilidade popular, reconfigurando não apenas o espaço físico, mas dinâmicas sociais. Dimensão ética e estética do olhar aéreo é explicitada nas fotografias aéreas de guerra, marcadamente por seu caráter de distanciamento dos elementos invisíveis, porém presentes em todas as imagens: a população.
A transição da imagem indexical da fotografia para a imagem esquemática do mapa abre questões sobre a representação e a abstração do espaço. A passagem do concreto ao abstrato refletiria não apenas uma mudança técnica, mas também uma transformação epistemológica? Por fim, o que significa olhar a cidade do alto? Esse olhar, hoje tão familiar no cinema, na publicidade, no turismo, nas plataformas de tecnologias de transporte etc. tem suas raízes em práticas históricas de controle e planejamento. Ao analisar as fotografias aéreas do Rio de Janeiro, não apenas revisitamos a história urbana da cidade, mas também questionamos as implicações éticas e políticas de um olhar que, ao mesmo tempo que revela, também oculta. O olhar aéreo poderia ser também uma forma de agir sobre o mundo?

PONENCIA 13: Imágenes de lo metropolitano. Los hoteles céntricos de Buenos Aires a comienzos del siglo XX

AUTORES: Mercedes González Bracco. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Universidad Nacional de San Martín, Argentina
Santiago Pérez Leloutre. Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Buenos Aires aparecidas en diversos medios gráficos durante las primeras dos décadas del siglo XX. El recorte temporal pone la atención en un periodo en el cual la ciudad se transforma, buscando mostrarse como una gran urbe europea. Entre las operaciones urbanísticas más relevantes, la inauguración de la Avenida de Mayo en 1894 supuso un antes y un después en la construcción de su imagen. La edificación de lujosos hoteles en torno a ella fue un elemento fundamental que materializó esta apertura al mundo. La necesidad de publicitar esta imagen se plasmó en piezas gráficas destinadas tanto al público interno como extranjero que aparecieron en guías turísticas, revistas y periódicos. Los materiales seleccionados permiten, de esta manera, proponer un cruce entre la historia del turismo en la Argentina y la historia de la imagen publicitaria turística. Bajo esta premisa, las imágenes utilizadas para dar a conocer estos novedosos emprendimientos debieron dar cuenta al menos de dos cuestiones centrales. Por un lado, en relación con la singularidad del destino, buscaron acentuar las particulari-

dades del emplazamiento y sus novedosas posibilidades de confort. Por el otro, esta experiencia debía conectarse con las oportunidades de una excitante vida urbana que habilitara las prácticas mundanas propias de una sociabilidad cosmopolita.

PONENCIA 14: Imagens do Rio de Janeiro

AUTORES: Bernardo José Alvarez de Castro. Doutorando em Geografia no Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Paulo Cesar da Costa Gomes. Professor titular no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro possui um rico e variado acervo iconográfico, formado por pinturas, gravuras, descrições textuais e fotografias, que a apresenta desde o século XVI até os dias atuais. Neste trabalho, o interesse recai sobre imagens produzidas entre o final do século XIX até meados do século XX. Especificamente, serão considerados os acervos deixados por Marc Ferrez, Augusto Malta, Albert Kahn e Jean Gottmann. A partir desse conjunto de imagens, enfatiza-se três categorias geográficas fundamentais na análise e na
própria produção de imagens urbanas e que interferem diretamente na maneira de compreender a cidade: localização, posição e situação. O Rio de Janeiro apresenta-se como uma cidade particularmente interessante porque possui uma topografia irregular e variada, o que permite ressaltar diferentes qualidades associadas à cidade segundo essas categorias. Há, nesse sentido, muitas possibilidades de pontos de vista, composições e enquadramentos. O exemplo dos produtores de imagens aqui trabalhos, sejam eles geógrafos, como Jean Gottmann, ou não, são eloquentes testemunhas da importância desse tipo de análise em diferentes momentos da história urbana.

PONENCIA 15: Brasilia en foco: la fotografía como herramienta de promoción y crítica en la construcción de la imagen de la ciudad

AUTORES: Carlos Eduardo Dias Comas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Rio Grande do Sul Brasil.
Ana Esteban Maluenda. Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad Politécnica de Madrid España

La construcción de Brasilia, inaugurada en 1960, marcó un hito en la arquitectura y el urbanismo modernos, así como en la utilización estratégica de la fotografía para proyectar una imagen de modernidad de la ciudad y el país. Oscar Niemeyer comprendió el poder de la fotografía como herramienta de promoción y documentación y trabajó estrechamente con Marcel Gautherot, creando una colección de cerca de 3.000 imágenes que pronto se convertirían en íconos de la modernidad brasileña. Más allá de su difusión en medios locales –algunos creados exprofeso, como la revista Brasília–, la ciudad comenzó a mostrarse al mundo. En la Interbau de Berlín (1957), el pabellón brasileño presentó Brasilien baut Brasilia, una exposición donde el diseño gráfico de Mary Vieira y las imágenes poetizadas de su construcción mostraron a Europa

los avances del Brasil. Posteriormente, una muestra itinerante recorrió ciudades de Europa y América, consolidando a Brasilia como símbolo del progreso nacional. La imagen moderna de la ciudad inundó los medios internacionales, particularmente las revistas especializadas. Destaca el número 90 de L'Architecture d'Aujourd'hui (1960), donde las fotografías de Gautherot cristalizaron la visión idealizada de Niemeyer y el gobierno brasileño, presentando a Brasilia como el epítome de la modernidad y el desarrollo. Con los años surgieron críticas sobre la habitabilidad de la ciudad, que fueron reflejadas también en medios internacionales, como Domus, donde la fotografía se utilizó para cuestionar su funcionalidad e impacto social.

Este análisis explora cómo la fotografía fue empleada no sólo como documento histórico, sino como herramienta para construir y promover la imagen de Brasilia. Se examinará el papel de los fotógrafos –no sólo el de Gautherot, sino el de otros tantos como Thomaz Farkas, Eugene Feldman, Peter Scheier– en la creación de una narrativa visual que moldeó tanto la percepción idealizada inicial como las críticas posteriores.

PONENCIA 16: A cidade quadrinhográfica: representações sequenciadas do cotidiano urbano

AUTORES: Caio Baranda Oliveira. Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG-UFRJ)
Kelly Cristina Nogueira de Araujo. Graduanda de Bacharelado em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

O cotidiano urbano, à primeira vista, pode parecer banal e despretensioso, marcado pela repetição de ações que passam despercebidas por um olhar desatento. No entanto, uma leitura mais cuidadosa de imagens revela aspectos sutis da vida urbana que evidenciam diferentes formas de viver e habitar as cidades. Diante disso, o trabalho propõe uma reflexão geográfica sobre a representação do cotidiano urbano da cidade do Rio de Janeiro por meio de fotografias apresentadas sob a estética de quadrinhos, seguindo os elementos de análise da espacialidade dessa linguagem a partir das ideias apresentadas por Gomes e Góis (2008). A escolha por apresentar as fotografias de forma sequencial, como nos quadrinhos, cria uma trama que permite compreender o cenário urbano não apenas como um conjunto de lugares, mas como um espaço onde as ações encontram-se interligadas, no qual as práticas cotidianas conferem sentido e identidade aos espaços (Gomes, 2008). Os resultados esperados incluem a ampliação da compreensão do cotidiano urbano através da linguagem visual, demonstrando como a utilização da fotografia em uma sequência quadrinhográfica pode potencializar a percepção dos fenômenos urbanos. Além disso, a pesquisa busca evidenciar a cidade como um espaço dinâmico, cuja apreensão exige uma leitura sensível e atenta às múltiplas narrativas que emergem de seus cenários e habitantes.

PONENCIA 17: Memórias viajantes: a fotografia como uma encruzilhada no tempo

AUTORES: Tainá Letícia Piccolo. Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Instituto Federal Farroupilha, Brasil
Ana Cláudia Böer Breier. Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Instituto Federal Farroupilha, Brasil
Jenifer Petry Vescia. Mestre em Patrimônio Cultural, Instituto Federal Farroupilha, Brasil

A fotografia, como forma de registro, transcende o mero retrato: ela se torna uma ocupação do espaço, marcando a passagem de um indivíduo por um território e criando um vínculo simbólico com o ambiente. Da mesma forma que os mapas nos orientam durante uma viagem, as fotografias servem como fio condutor de lugares que, por diversas razões, foram considerados significativos o suficiente para serem documentados, fazendo com que a cidade seja vivida afetivamente através do olhar do observador. Isso traz à tona o questionamento: o que torna um lugar relevante a ponto de ser fotografado? A cidade, enquanto território coletivo, não apenas reflete a organização racional dos indivíduos, mas também carrega as emoções, desejos e traumas de seus habitantes, gerando uma identificação espacial que vai além da classificação formal, tornando-se orgânica, psicológica ou comunitária, como o desejo de pertencimento e projeção na cidade. Afotografia, enquanto arte da memória, preserva e transmite a relação afetiva com o ambiente urbano, funcionando como um elo entre diferentes tempos. Ao capturar um momento específico em determinada época, ela mantém vivos os rastros de experiências coletivas e individuais, adquirindo uma dimensão simbólica ao conectar o real com o imaginário. Por ser uma "encruzilhada dos caminhos" (Didi-Huberman, 2012), a imagem transmite as camadas temporais e emocionais de um espaço, revelando sua capacidade de formar um imaginário coletivo e gerar uma percepção transformadora da cidade. Através dessa abordagem, o artigo propõe a discussão sobre como a fotografia, ao se tornar um fragmento de registro afetivo e simbólico, desempenha um papel essencial na construção da memória urbana e no fortalecimento das conexões entre indivíduo e território, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de um imaginário coletivo da cidade em diferentes momentos no tempo através do olhar singular do sujeito.

PONENCIA 18: Fotografia de demolição e memória urbana: uma arqueología dos escombros da Praça da Sé

AUTORES: Artur Boligian Neto. Doutorando na Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Brasil

Desde meados do século XX, os primeiros planos urbanísticos de modernização começaram a remodelar a cidade de São Paulo. Nesse processo de acelerada transformação urbana, os chamados "eventos de demolição" desempenharam um papel central na reconfiguração da imagem moderna da cidade. A Praça da Sé, marco histórico e geográfico paulistano, foi alvo de sistemáticas demolições programadas que alteraram
radicalmente sua paisagem. Em 1935, Claude Lévi-Strauss (2011 [1955]) visitou São Paulo e registrou sua impressão sobre o frenesi modernizador: "a Praça da Sé, a meio caminho entre o canteiro de obras e a ruína." Inspirados nessa observação, propomos aqui uma leitura arqueológica da modernidade por meio da análise do gênero de "fotografía

de demolição" (Jacobs & Cairns, 2014) com a intenção de refletir sobre a tensão dialética entre modernização e arruinamento na história da Praça da Sé. Nosso objetivo é examinar o que foi destruído pelo progresso urbano, como as paisagens preexistentes que hoje sobrevivem como vestígios de escombros da memória visual. São essas fotografias de demolição que, de forma dialética, evocam simultaneamente lembrança e esquecimento, permitindo-nos refletir sobre os fragmentos da memória urbana de São Paulo.

PONENCIA 19: Modernización paradójica: Registro visual de procesos urbanos en ciudades suramericanas a través de la lente de Rolf Blomberg

AUTORES: Chiara Lucia Stornaiolo Jácome. Universidad de las Américas, Ecuador
Ingrid Quintana-Guerrero. Universidad de los Andes, Colombia

La aceleración de los procesos de modernización en algunas regiones suramericanas, a partir de la década de 1930, acarreó transformaciones profundas en la estructura urbana de sus ciudades capitales económicas y políticas. Estas transformaciones establecieron una tensión entre la voluntad de progreso que orientó la planificación urbana y la preexistencia de sistemas naturales y culturales, tal como lo ilustran reportajes gráficos, audiovisuales y textuales de testigos migrantes y locales. Entre estos testigos se registra la acción de Rolf Blomberg, explorador y fotógrafo sueco que se asentó en Ecuador en 1968, tras una serie de viajes exploratorios en el sur del continente iniciada en Galápagos en 1934. La producción fotográfica, fílmica y periodística de Blomberg – custodiada por
el Archivo Blomberg en Quito – ofrece un valioso registro de estas tensiones. Nuestra ponencia examina cómo la mirada extranjera de Blomberg contribuyó al registro y narrativa visual de la modernización en algunas ciudades suramericanas, entre ellas Quito, Guayaquil, Río de Janeiro y Bogotá. La revisión de su archivo fotográfico evidencia patrones en su trabajo que van más allá de la documentación de operaciones edificatorias modernizantes en estas ciudades, ofreciendo una interpretación crítica de sus efectos en las formas de vida locales. A partir de este examen, se revela la paradoja que comporta la complejidad y particularidades de la transformación urbana en ciudades suramericanas – de relevancia regional, pero escala y geografía diversa –, encarnada en la negociación entre el desarrollo urbano y las apropiaciones populares del espacio público. Las imágenes capturadas por Blomberg, informadas por su trayectoria preliminar en la fotografía etnográfica, evidencian la fragilidad de los ecosistemas naturales y sociales locales en estas ciudades frente a la expansión y densificación del suelo urbano, contrastando con registros fotográficos coetáneos sobre la ciudad moderna latinoamericana, en los que se exalta la verticalización y la construcción industrializada.

PONENCIA 20: A casa brasileira: o uso da fotografia na campanha em favor da arquitetura neocolonial na revista Vida doméstica (1920-1940)

AUTORES: Carlos Pinto. UERJ

O trabalho aborda a representação fotográfica da arquitetura neocolonial na revista Vida doméstica, entre 1920 e 1940, tendo como base teórica a Cultura Visual. Lançado no Brasil em 1914 pelo português Ricardo Severo, o estilo neocolonial ganharia impulso ao longo da década de 1920 por meio dos esforços de José Mariano Filho. Ambos defendiam a realização de uma arquitetura moderna, afina-

da com as necessidades do século XX, mas estilisticamente inspirada no repertório tradicional da arquitetura colonial. Antes do advento da arquitetura modernista e do Art Déco – que passariam a ser valorizadas pelas políticas culturais do Período Vargas, na década de 1930 – o neocolonial foi adotado como resposta às demandas nacionalistas e aos impulsos modernizantes da primeira metade do século XX. Vida doméstica, por sua vez, era uma revista de variedade, assumidamente voltada para o público feminino, que circulou entre as décadas de 1920 e 1960. A presença expressiva de matérias sobre o estilo neocolonial em suas páginas ao longo das décadas de 1920 e 1930 permite o acesso a um nível específico de representação visual da arquitetura, a meio caminho entre a imprensa em geral e as revistas especializadas. De acordo com sua linha editorial, os textos e imagens da revista enfatizavam o caráter moderno do estilo, incentivando que fosse adotado por suas leitoras, consideradas igualmente modernas. Simultaneamente, também reforçavam o tradicionalismo atrelado a sua linguagem, fazendo com que fosse considerado adequado ao clima e à paisagem nacionais – a síntese da "casa brasileira". A atenção conferida às ideias de modernidade e tradição, tratadas como sinônimos de elegância e adequação à cultura local – e visualmente plasmadas pelas fotografias das casas neocoloniais, bem como pelo projeto gráfico da revista – indica as estratégias mobilizadas para vender, metafórica e literalmente, o novo estilo arquitetônico.

E4_07_Fabular Arquiteturas: reescrever a história e reaver futuros

COORDENADORES:
Mariana Moura. Faculty of Design Sciences, University of Antwerp, Bélgica
Gabriela Leandro Pereira. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Brasil

PALAVRAS-CHAVE: Fabulação Crítica; Interseccionalidade; Memória; Arquivos; Outras Epistemologias

RESUMO: A história da arquitetura, como a história em geral, fundamenta-se ideal e tradicionalmente em fontes materiais e documentais provenientes dos arquivos. Embora relevantes, esses arquivos apresentam limitações significativas no que tange às narrativas que preservam e àquelas que relegam ao esquecimento e apagamento. Nos últimos vinte anos, as críticas a esses espaços-dispositivos enquanto sistemas de poder tornaram-se cada vez mais reconhecidas e contundentes. As práticas historiográficas que deles decorrem têm sido amplamente denunciadas por seu caráter discriminatório, desafiando a forma como pensamos e escrevemos a história.

Se, por um lado, as limitações dos arquivos perpetuam dinâmicas de poder e silenciamentos, por outro, quando tais limitações são identificadas, possibilitam a desconstrução de uma concepção fixa de "objetividade histórica". A própria formação dos arquivos, assim, suscita questionamentos sobre seu status de verdade e sobre a limitação de seu alcance, revelando o caráter potencialmente ficcional do exercício historiográfico. Nesse contexto, as fabulações emergem como abordagens capazes de confrontar a natureza fragmentada e enviesada das fontes ditas tradicionais. Abordagens fabulatórias e ficcionais não apenas reformulam a história, mas também reorientam os estudos raciais, literários, culturais e antropológicos.

No campo da arquitetura, as fontes consideradas históricas são restringidas não apenas pela natureza limitada do aparato documental, mas também pelos espaços que a disciplina escolheu registrar. Historicamente, edifícios monumentais, representações espaciais de poder, e uma arquitetura centrada em grandes feitos individuais são analisados mais como produtos de consumo e de progresso do que como processos de produção material. Esse foco resulta em uma história da arquitetura que desconsidera seus construtores e os processos informais que organizam a construção dos espaços cotidianos, os quais compõem a maior da produção arquitetônica.

O objetivo desse simpósio, portanto, é explorar as fabulações críticas como gestos de pesquisa capazes de reconfigurar, expandir e questionar as narrativas históricas e contemporâneas da arquitetura, incorporando exercícios especulativos ao rigor da prática historiográfica. Interessa-nos, em especial, discutir os diálogos possíveis entre o exercício fabulatório e os arquivos, como forma de reinserir sujeitos e práticas usualmente deixados à margem da história da arquitetura e da construção. Em nossa disciplina, a fabulação pode abrir espaço para a reinserção de processos e sujeitos históricos marginalizados, ampliando o atrito entre ficção, experiência e memória, e expandindo o escopo das fontes historiográficas. Isso possibilita uma recontextualização da arquitetura como um todo, tanto em relação ao seu passado quanto a seus futuros possíveis.

COMUNICAÇÃO 01: Corpos que contam: Entre fábulas e insurgência, o espaço urbano e a memória de Augusto Omolu

AUTORES:Alyne Fernanda, Reis. Universidade Federal da Bahia, Brasil

O estudo proposto adota a fabulação como uma abordagem historiográfica, com o objetivo de estabelecer uma correlação entre a produção de territórios negros e a reivindicação pela ocupação dos espaços urbanos cotidianos, a partir da atuação dos blocos afros na cidade de Salvador, BA. A pesquisa busca debater uma lacuna nos estudos urbanos e arquitetônicos, ao reconhecer a população negra como produtora de conhecimento a partir de seus patrimônios urbanos, como exemplo, os blocos afros. O trabalho fundamenta-se no legado de Augusto Omolu, contrapondo-se à invisibilização das fontes tradicionais sobre esse importante artista e as estatísticas que assolam corpos negros, que mesmo em movimento foi atingido. O movimento de outros corpos mantém sua memória viva. O Mestre desempenhou um papel essencial na reorganização do espaço urbano por meio do bloco afro Muzenza, e a contribuição valorosa da identidade negra, utilizando a dança e o corpo. A ausência epistemológica que insira a população negra como produtora de conhecimento nos estudos urbanos e arquitetônicos é uma questão central da pesquisa, que se apoia, assim, em fontes orais relacionadas ao legado de Augusto Omolu para a construção historiográfica. O movimento dos corpos ao som dos tambores e a utilização das ruas pelos blocos afros não se restringem a expressão artística, mas também preenchem lacunas silenciadas e reivindica espaços historicamente marginalizados. A coreografia dos corpos negros escreve sobre esse chão, um outro espaço, um outro tempo e um outro pertencimento.

COMUNICAÇÃO 02: Uma rampa para o rio: processos históricos e experiência urbana amazônica relacionados a estrutura da "Rampa do Açaí" em Macapá (AP)

AUTORES: Ana Carolina Vasconcelos. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Esta proposta de comunicação apresenta uma análise da estrutura popularmente conhecida como Rampa do Açaí, atualmente denominada Complexo Turístico da Rampa do Açaí, localizada no bairro Santa Inês, na orla da cidade de Macapá, Amapá. O objetivo do trabalho é fabular criticamente sobre os possíveis processos e transformações que consolidaram a estrutura da rampa, utilizando arquivos e fontes historiográficas diversas, destacando a dimensão relacional entre seres e águas em uma cidade cujos vestígios de uma cultura ribeirinha ainda são palpáveis. Para discorrer sobre isso, traçou-se uma trajetória temporal desde a década de 1940 até o ano de 2024, remontando os movimentos que antecederam a construção da Rampa do Açaí, os quais não se referem necessariamente à estrutura em si, mas às atividades e aos imaginários que ela carrega até hoje. Esse exercício é realizado tanto por meio da conexão de fragmentos narrativos da história dos antigos bairros e lugares que antecederam o Santa Inês quanto pela inserção de registros multimídia espontâneos para enriquecer a análise, como vídeos e imagens disponíveis em redes sociais. Além disso, discute-se o caráter interativo e a ligação da Rampa do Açaí com o rio Amazonas, não apenas como um espaço de troca comercial de produtos locais, mas também como um lugar polivalente que permite diferentes apropriações. Questiona-se, portanto, se tal dinâmica ainda persiste após a dispersão da feira do Santa Inês e a recente transformação da rampa em um complexo turístico. A Rampa do Açaí é fruto de um movimento contínuo de

criação e recriação, revelando uma progressão de intervenções governamentais sobre a orla de Macapá, por meio das quais se consolida uma narrativa de espetacularização do lugar, voltada para um olhar turístico e higienista que pouco condiz com a memória e a vivência local.

COMUNICAÇÃO 03: Estorias pornotópicas: fabulando intimidades

AUTORES: André Luis Carrilho. Doutorando em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal da Bahia - Brasil
Ariadne Moraes Silva. Pós-Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/UnB Universidade Federal da Bahia - Brasil

O texto compartilhado foi uma experiência em fabular arquiteturas, provocado como resultado de uma disciplina de pós-graduação, fazendo parte da pesquisa de doutorado, em que investiga pessoas LGBTIA+ que, com a crise pós-COVID19, passaram a trabalhar hackeando os meios de produção, explorando as plataformas para monetização da intimidade. Esse processo atravessa toda a maneira como habitam seus espaços domésticos e, essa exposição, os constituem como casa/trabalho/midiatização. A produção desta fabulação se deu a partir de uma conversa exploratória online com um dos usuários do onlyfans e que depois se tornou personagem ficcionado (I3O); o trabalho se fundamenta em autores(as) como Sadiya Hartman, Donna Haraway, Paul Preciado, uma prática Marx-feminista-ecossocialista-cuír de criar estórias outras e fazer com respons-habilidades. Observa-se inclusive como essa investigação fabular é uma abordagem em si do fazer científico, a compreendendo como uma maneira de fazer ciência, ultrapassando o método, quando toda a pesquisa sofre uma interferência decisiva desse fazer, seja em tratar as informações obtidas, ou a maneira como esses dados são explorados. No caso deste trabalho, o papo inspirou a forma como o texto seria articulado, similar a sessões de terapia, já que foi compartilhado que essa aproximação parecia ter este efeito. Costurou-se ficção com teoria (fabulação e pornotopia), mas também especulações futuras dos espaços da arquitetura e das cidades. Foi-se associando os assuntos a um futuro pornotópico em que as relações sociais não mais se dariam em/como dispositivo protético externo ao corpo, o espaço e as tecnologias digitais. Uma superação espacial e política das maneiras que constituem nossos corpos e consciência, uma ficção espaçopornopolitica desses corpos, um devir-biotecnopornoeroticus, nos colocando como ... nós somos nossa casa, somos política, somos, pelo menos, parte da maneira de se estabelecer espacialmente e sexualmente nos campos entre consciência e inconsciente, fabulando/compreendendo estórias outras.

COMUNICAÇÃO 04: Atlas do Desbunde Carioca: O MOVIMENTO BLACK RIO nos anos 1970

AUTORES: Anna Beatriz Cruz Passos. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil,
Eliana Rosa Queiroz Barbosa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

A década de 1970 no Brasil foi marcada por um avanço brutal das forças repressivas do regime militar no país, pela consolidação da explosão demográfica das capitais e seu espraiamento urbano em periferias vulneráveis, paralelamente à promoção de drásticas transformações urbanas, provocadas pela ampliação da infraestrutura em seus espaços ditos hegemônicos. Esta explosão das grandes cidades ocorreu em simultaneidade com o surgimento e disseminação de fenômenos culturais diversos, a ampliação da cultura de massa, o processo de massificação da indústria cultural (fonográfica; televisiva) brasileira, para além de mudanças sociais e comportamentais profundas. Como argumenta Favaretto (2022), os anos 1970 são anos de mudanças na cultura e nas cidades, portanto mudanças na cultura urbana. O artigo aqui proposto tem como objetivo descrever um dos desdobramentos dessas transformações culturais emergentes no período de maior repressão da ditadura no país, marcando tanto territorialidades do subúrbio carioca, quanto a própria indústria fonográfica da cidade: as cenas dos bailes soul suburbanos, denominadas movimento Black Rio. Puxando um fio que se entrelaça com outras manifestações culturais do período, comumente denominadas Desbunde e Contracultura, o trabalho se propõe a descrever essa cidade de sociabilidade e recreativismo negros, entendendo o movimento do soul, tanto em escala global, enquanto expressão artística afrodiaspórica que chega ao país movida pelos impactos da globalização sobre a indústria fonográfica, quanto na escala da cidade, analisando sua expansão e organização através das particularidades da morfologia urbana do Rio de Janeiro. Através da produção de uma descrição fabulada, que parte de fontes diversas (acervos fotográficos, documentários, relatos), abordaremos as escalas da cidade, das tipologias arquitetônicas e do corpo desse movimento negro contracultural de dupla resistência (anti-racista e contra a repressão ditatorial) representado pela cena musical soul da década de 1970, visando assim, materializar uma historiografia urbana protagonizada pela espacialidade do baile e pelo corpo negro.

COMUNICAÇÃO 05: Experimentações de fabulação pela prática documentarial: um estudo de caso

AUTORES: Apollo Gustavo Silva Cardoso. Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

No contexto da produção documental, a narrativa sobre a vida de Bernardo José da Silva se revela não apenas como uma celebração pessoal, mas como um ato de resistência contra o esquecimento institucionalizado. Este artigo se propõe a explorar como o documentário não é apenas um registro visual, mas uma forma de fabulação crítica, como proposto por Saidyia Hartman, que desafia e reimagina as narrativas históricas dominantes.
Desde a concepção do roteiro até a meticulosa edição final, o documentário sobre o meu avô, Senhor Bernardo, se configura como uma ferramenta poderosa. Cada decisão criativa, cada escolha estética e cada detalhe técnico carregam não apenas a emoção da história pessoal do meu avô, mas também

a veracidade histórica das contribuições que ele fez para o crescimento da cidade. Mais do que isso, o filme busca desvelar como essas contribuições foram apagadas ou minimizadas pelas homenagens oficiais que ignoram suas histórias e as de outros marginalizados pelo discurso hegemônico.
Ao analisar discursos através da prática documentarial, o artigo investiga como um filme pode ser uma ferramenta transformadora, oferecendo uma plataforma para a reinserção dessas vidas na narrativa urbana. A fabulação crítica, presente na metodologia deste documentário, não apenas conta a história de um construtor civil que carregava manilhas quase sozinho, mas também interroga as lacunas e silêncios que cercam sua memória na cidade. Isso não apenas resgata sua importância, mas também desafia as estruturas que perpetuam o apagamento histórico. Assim, o artigo não só explora o potencial do documentário como uma forma de resistência e (re)imaginação, mas também demonstra como a prática documentarial pode ser uma aliada poderosa na luta contra o esquecimento e na promoção de uma memória mais inclusiva e justa da cidade e de seus construtores.

COMUNICAÇÃO 06: Fabular a Cidade Sexuada: um exercício

AUTORES: Eduardo Rocha Lima. Universidade Federal da Bahia, Brasil

Do outro lado, quando as células periféricas da retina são gradativamente desinibidas pelo penetrar na penumbra, o caminhante começa a impregnar-se pela atmosfera libidinosa do espaço e a perceber os grupos que ocupam tanto a plataforma superior, já aplainada pela obra de urbanização que avança, quanto as suas bordas laterais de pedras pontiagudas: um espaço entre pedras serve de assento para um jovem magro que se masturba assistindo a um coito entre dois rapazes, gemidos contidos compõem a cena. O caminhante vê que o olham; todo o trajeto está semeado de olhares cobiçosos. Ele adentra e observa as manobras dos rapazes que o assediam. Olham-no de frente, passam, voltam a passar, tocam no sexo num oferecimento mudo, metem as mãos nos bolsos para que suas calças delineiem com maior precisão as silhuetas de suas nádegas; os mais atrevidos, apalpam a braguilha do caminhante. A prática do sexo ali é de graça, fácil e passageira. À medida que as luzes da cidade se distanciam, a nudez e a performance dos corpos no ato sexual ficam mais explícitas e nada detém a torrente de luxúria que cresce." (ROCHA, 2012)
O caminhante narrador da cena acima foi a estratégia metodológica utilizada por mim para fabular com os espaços que vivenciei em pesquisas de campo, durante a composição da minha tese de doutorado. Narrativas ficcionais que expõem a co-presença em ambiências sexo-gênero dissidentes. Para este simpósio temático proponho pensarmos sobre a experiência da pesquisa de campo em territórios de sexualidades dissidentes e os desafios dos procedimentos metodológicos para criação de narrativas derivadas desta experiência de contato e construção de relações interpessoais, na análise e compreensão da produção cotidiana do espaço urbano. Reflexões sobre fabulações espaciais a partir das táticas políticas e coletivas de ocupação das cidades pelos corpos dissidentes da normatividade cisheterocentrada.

COMUNICAÇÃO 07: Fabular através dos vestígios: os Aguadeiros e seu transportar de água na Salvador oitocentista

AUTORES: Gabriella Suzart Santana. Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Antonio, Carolina, David, Felicidade são alguns dos nomes de aguadeiros e aguadeiras que se ocupavam de abastecer de água as casas soteropolitanas no século XIX, em uma época em que o abastecimento ainda não era canalizado. Algo que continuou ocorrendo mesmo após a criação da Companhia do Queimado em 1852, uma empresa responsável por fornecer água potável para a cidade através de chafarizes, casas de vendagem e penas d'água (uma peça móvel que controlava a saída de água), a partir da canalização do rio do Queimado. Em 1997, sendo considerada como a primeira de seu gênero no país no processo de tombamento pelo IPHAN, o Parque onde funcionava a Companhia e a fonte do Queimado se tornaram patrimônios nacionais. Ao passo que os aguadeiros e as aguadeiras que exerceram por pelo menos quatro séculos este importante serviço urbano, não tiveram nenhum tipo de reconhecimento. Nos arquivos coloniais estes homens e mulheres aparecem e desaparecem rapidamente, muitas vezes como sujeitos aos quais estão relegadas acusações, denúncias, prisões e multas. Seus corpos são vistos como perigosos e propagadores de doenças. E a elite, mesmo que dependente, deseja expulsá- los. Por isso, ao buscá-los nos arquivos encontramos apenas os vestígios de suas existências, fazendo-se, portanto, necessário desenvolver um esforço de pesquisa que seja com e contra o arquivo, no intuito retirar tais vidas da invisibilidade e demonstrar a importância política, social e econômica que estas pessoas tiveram. Entendendo que o arquivo é construído a partir de um sistema de discriminação e escolhas, o uso de outras abordagens metodológicas possibilitam enfrentar os limites impostos pelo mesmo e desvelar narrativas, a exemplo da fabulação crítica, método proposto pela pesquisadora norte-americana Saidiya Hartman. A fabulação crítica aqui vai ser então usada como forma de desenvolver narrativas, pensar nos possíveis caminhos percorridos e como um meio de olhar a cidade por outra perspectiva, através dos aguadeiros e o seu transportar de água.

COMUNICAÇÃO 08: E se...: uma história potencial de Juiz de Fora escrita pelas minhas avós

AUTORES: Isadora Carraro Tavares Monteiro. Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Juiz de Fora, cidade da Zona da Mata mineira, construiu sua história oficial em torno de um mito de industrialização e progresso que lhe conferiu a alcunha longeva (ainda que obsoleta) de Manchester Mineira. Mas como seria essa história da cidade se ela tivesse sido escrita pelas minhas avós? A partir desta proposição fabulatória, faço um exercício de escrita para ensaiar outras formas de narrar a cidade, revisitando alguns marcos da historiografia local do século XX a partir de um ponto de vista preterido pelas histórias oficiais e pelos arquivos. O que é possível dizer sobre as histórias urbanas a partir de uma história particular e familiar? Tendo como ponto de partida a chegada das minhas avós — Milá e Deolinda — a Juiz de Fora na década de 1950 e alinhavando suas fotografias e relatos de experiência sobre as bases da história oficial, fabulo uma narrativa local tecida a partir de um interesse no trabalho invisível das mulheres, nas redes de cuidado e colaboração entre trabalhadores, na participação dos animais na construção da paisagem da cidade, entre outros. Para a elaboração deste exer-

cício, conto com a companhia de Saidiya Hartman e seu método de fabulação crítica; Ariella Azoulay e sua ideia de história potencial e práticas com as imagens; e Ursula Le Guin e sua aposta nas "histórias da cesta". O exercício funciona como um ensaio, singelo e localizado, para outras formas de pensar e narrar o território e aponta para a fabulação como um caminho possível de experimentações na escrita das histórias da cidade.

COMUNICAÇÃO 09: Histórias Urbanas a partir das periferias de Belo Horizonte/MG

AUTORES: Ana Cristina Soares. Escola de Arquitetura da UFMG, Brasil
Clarissa Veloso. Escola de Arquitetura da UFMG, Brasil
Junia Ferrari. Escola de Arquitetura da UFMG, Brasil
Lívia Góes. Escola de Arquitetura da UFMG, Brasil
Thiago Canettieri. Escola de Arquitetura da UFMG, Brasil

Refletir sobre a produção da história urbana à contrapelo é hoje uma necessidade para aqueles que buscam questionar as narrativas oficiais da historiografia. Belo Horizonte, cidade planejada no século XIX, possui uma rica documentação que registra toda a cronologia de produção da sua área central. Entretanto, permanece ainda apagado, salvo recentes pesquisas, a história urbana das áreas periféricas da cidade.

Tendo em vista o exposto, o objetivo deste trabalho é discutir modos de narrar e registrar a memória e a história urbana da cidade a partir das experiências de ativistas e moradores de alguns bairros periféricos da cidade de Belo Horizonte, a saber - Mariano de Abreu e Taquaril, no vetor nordeste e Conjunto Zilah Spósito, no vetor norte. O argumento central é que os limites socioculturais e epistêmicos impostos pelos arquivos institucionais, cuja base científica moderna prioriza os documentos da capital planejada em seus bancos de dados e indexadores, acabam por omitir boa parte da história das lutas pela ocupação de Belo Horizonte, pois ignoram os registros da cidade autoproduzida.

Na pesquisa em andamento, combinamos documentos garimpados nos acervos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte com depoimentos coletados diretamente de alguns atores, cujas trajetórias pessoais se entrelaçam com a história de formação da cidade. Trata-se de uma espécie de arqueologia que busca reunir fragmentos dos registros oficiais aos relatos e documentos pessoais dos sujeitos e sujeitas que vivenciaram momentos importantes da luta pelo direito de permanecer na cidade. Busca-se, a partir desse trabalho coletivo, construir narrativas que excedam os espaços institucionais dos arquivos públicos, cuja pujança documental sobre a Belo Horizonte planejada se contrapõe a ausência de registros sobre a história dos territórios populares e negros.

COMUNICAÇÃO 10: Se as Paredes Falassem: A Arte Urbana para Recontar a História do Centro de Juiz de Fora (MG)

AUTORES: Larissa Angélica Domingos da Silva. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais Brasil

Este trabalho propõe recontar a história do centro da cidade de Juiz de Fora (MG) a partir da arte urbana, isto é, o graffiti, a pixação e o muralismo realizados na cidade por jovens negros e de periferia. O intuito é apresentar um contraponto à história oficial e presente nos arquivos, disseminada no senso

comum e reiterada pelos meios de comunicação, que se vangloria de um pioneirismo industrial e de uma sociedade vanguardista, feitos que garantiram o título para a cidade de "Manchester Mineira". De maneira geral, é possível observar a ausência de neutralidade em que se predominam os inúmeros registros, fotografias e manchetes de jornais sobre as indústrias têxteis, os edifícios Art Déco de hotelaria e cinemas de rua para contar a história urbana, enquanto são escassas as menções à extrema relevância da cidade na rede do tráfico de pessoas escravizadas em Minas Gerais e até mesmo, sobre a população negra e periférica que era impedida de circular em determinadas ruas do centro até meados do século XX. Neste sentido, o artigo propõe olhar para o centro da cidade, planejado para excluir corpos e embranquecer narrativas, por meio da arte urbana feita por sujeitos marginalizados como estratégia de reocupar esses espaços. Seja através da autorepresentação, por meio das assinaturas chamadas de "tags" no pixo, ou outras linguagens, a arte urbana surge como proposição que ultrapassa o estético e permite imaginar, imprimir e fabular novos significados sobre os espaços, ou seja, com corpos negros e periféricos que levam para o centro, as suas vivências e códigos. Assim, a arte urbana torna-se não apenas ferramenta de beleza, mas símbolo de história das ruas, de encontros e ressignificações de territórios no cotidiano que propõem diferentes compreensões sobre a produção do espaço.

COMUNICAÇÃO 11: A Curitiba invisível: as narrativas de Dalton Trevisan e a crítica à urbanização excludente

AUTORES: Lourdes Maria Serbake. Curitiba | Universidade Federal do Paraná | Brasil |
Augusto Pimentel Pereira. Curitiba | FAE Centro Universitário | Brasil |

A pluralidade ao interpretar a cidade e suas múltiplas narrativas são imprescindíveis na construção de pensamentos urbanísticos voltados à valorização das histórias e culturas locais. Outras formas de leitura dos territórios tornam-se essenciais ao repensar as relações sistêmicas fundamentadas em práticas hegemônicas. O sistema de poder reproduzido por mecanismos segregacionistas inviabiliza atores sociais importantes na construção histórica de lugares e de lutas - sujeitos, os quais, têm seus corpos e saberes subalternizados pela repressão colonial.

Ortiz (2024) defende a desconstrução da narrativa "mestra" do planejamento urbano ocidental utilizando o storytelling para questionar os impactos da colonialidade nas práticas de fazer cidade. As "contações de histórias" fazem parte de formas alternativas de conhecer, sentir e ser, são compreendidas como uma desobediência epistemológica - as histórias são geradoras de vínculos emocionais para o reconhecimento social (ORTIZ, 2024).

As representações dos imaginários urbanos narradas a partir de obras literárias vislumbram a possibilidade de as histórias culturais tornarem-se condutores na interpretação de relações sociais e políticas de traços remotos que, consequentemente, refletem nas dinâmicas atuais das cidades.

Em Curitiba, os contos de Dalton Trevisan são um exemplo de contra-resposta ao discurso hegemônico da capital paranaense como cidade modelo no século XX. O cronista não apenas "dá voz e visibiliza aos esquecidos e invisíveis, mas demonstra como o projeto da modernidade para esses seres falhou por causa de mitos e ilusões urbanas" (VIEIRA, 2013). Sua narrativa apropria-se da "desobediência epistemológica" e contribui na representação de imaginários urbanos apagados pela repressão colonial.

A pluralidade narrativa de Trevisan contrapõe o planejamento hegemônico colonial com a invisibilização de histórias, lutas e violências vinculadas a corpos e territórios que não pertencem ao discurso da cidade-modelo. Dessa forma, propõe-se um debate acerca das diversas possibilidades de interpretações do imaginário urbano a partir das narrativas contra hegemônicas inerentes às vivências nas cidades.

COMUNICAÇÃO 12: Cidade Submersa: contribuições das epistemologias e estéticas afrodiaspóricas para os estudos urbanos

AUTORES: Maria Luiza de Barros Rodrigues. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo, Brasil
Maria de Lourdes Zuquim. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo, Brasil

Inspirado na música de Paulinho da Viola, o artigo Cidade Submersa evoca a busca por vestígios da diáspora negra que moldaram a cidade e suas espacialidades. Junto com conhecimentos que atravessaram as águas do Atlântico há séculos, existem camadas históricas e epistemológicas que permanecem ocultas na profundidade do oceano, mas que ainda estruturam as dinâmicas espaciais no Brasil. Pretende-se investigar essas camadas a partir da composição – tanto sonora quanto espacial – como conceito-chave para compreender a relação entre os campos dos Estudos Negros, sonoros e urbanos. A composição, enquanto prática de organização do tempo e do espaço, permite uma análise que entrelaça elementos sensíveis e estruturais do espaço urbano – assim como a música dispõe notas, ritmos e silêncios para construir uma paisagem sonora, a cidade também se configura por meio de encontros, fluxos e ausências.

Tal investigação é feita ao situar a interlocução entre os Black Studies norte-americanos e os estudos raciais no Brasil, cujo históricos científicos refletem diferentes contextos e valiosos acúmulos do Atlântico. Especialmente como aponta Lélia Gonzalez, a produção do pensamento negro brasileiro se deu de forma radical e insurgente, frequentemente em tensão com o espaço acadêmico branco. Nessa perspectiva, não se trata de uma análise comparativa entre as tradições, mas de destacar como as confluencias e traduções que configuram os Estudos Negros atualmente podem ser reinterpretadas nos estudos urbanos brasileiros, estimulando formas de crítica e solidariedade entre elas. As reflexões são ancoradas na noção de uma civilização transatlântica (Nascimento, 2018), na qual é possível destacar que, o Atlântico Negro, ao mesmo tempo em que se constituiu como um espaço de morte, também deu origem a novas espacialidades e redes culturais indestrutíveis e indomáveis. Conceitos como o senso negro de lugar (McKittrick, 2007) ajudam a compreender como as geografias negras operam em contextos de apagamento, mas também de reconstrução, existência e invenção.

Por fim, para além da chave conceitual, destaca-se que a discussão acerca da experiência espacial na diáspora contemporânea também é feita a partir do som como linguagem e estética principais. Ao ser analisada com os pilares criativos e interdisciplinares propostos pelos Estudos Negros, a dimensão sonora tem ampliado as formas de compreender o mundo, por consequência, a vida nas cidades, destacando saberes e práticas que estruturam modos de ser e habitar. A escuta crítica, como propõe Mark V. Campbell (2022), torna-se um método para acessar as memórias e dinâmicas sociais da cidade, e então, estabelecer a radicalidade enquanto fundamento das geografias negras do presente. Dessa ma-

neira, o artigo instiga um campo emergente no Brasil, aprofundando nessas bases teóricas para reposicionar a criação do pensamento urbano e do espaço a partir da experiência afrodiaspórica. Trata-se de uma tentativa de escavar as camadas submersas da cidade, revelando suas composições vibracionais e reverberações em diferentes lugares. Este resumo é baseado no capítulo 1 "Composição", da tese em andamento, intitulada "Vibração: modos de ser e modos de fazer a cidade através das sonoridades afrodiaspóricas no Brasil".

COMUNICAÇÃO 13: A Cidade das Saúvas

AUTORES: Octávio Scapin Costa Pereira. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Era possível escutar o motor dos aviões desde a panela mais protegida do formigueiro. Os aviões traziam gente e algumas máquinas – máquinas de construir a cidade; máquinas de fotografar as coisas, os mundos e os seres; além de máquinas de matar formigas. A partir da fotografia de uma máquina de matar formigas, tirada em 1937 durante a construção da cidade de Goiânia, este ensaio é uma tentativa de participar do debate sobre as políticas das imagens das cidades-capitais brasileiras, verdadeiras fundações do projeto moderno-colonial, neste caso com a experiência dos anos anteriores à marcha para o oeste da ditadura varguista, que viabiliza a construção da nova capital de Goyaz em aliança com as elites agrárias locais, algumas delas ainda no poder. Lançando mão de fichamentos fabulatórios, procedimentos de montagem e de escrita com as imagens, ensaia-se uma história da Cidade das Saúvas como "história potencial" da cidade. O grande formigueiro das "cortadeiras" goianas empenham a resistência à colonização, controle e pilhagem das terras à Oeste, processo cuja direção se mantém nas bússolas; e cuja duração ainda nos assombra. Como contar com as imagens da destruição? Como fabular formas de sair delas? As formigas, os lugares e as imagens falam?

COMUNICAÇÃO 14: Memoria, modernidad y fabulación crítica: Reinterpretación del CAM de Cali a través de los cuadernos de viaje de Germán Samper

AUTORES: Sasha Londoño-Venegas. Pontificia Universidad Javeriana Cali, Facultad de Creación y Hábitat, Departamento de Hábitat, Colombia

La arquitectura ha sido históricamente un medio para materializar narrativas sobre poder, identidad y cultura. En este contexto, la obra del arquitecto colombiano Germán Samper, particularmente el Centro Administrativo Municipal (CAM) de Cali, ofrece una oportunidad única para explorar cómo la fabulación crítica, entendida como una herramienta historiográfica de reconfiguración, puede transformar las lecturas históricas y contemporáneas de la ciudad y su memoria urbana. La fabulación crítica cuestiona los relatos establecidos, abriendo nuevas posibilidades de interpretación del pasado y el futuro de la ciudad.

A través del análisis de los cuadernos de viaje de Samper, especialmente los dibujos de su primer viaje a Italia (1949), esta ponencia propone una relectura del CAM como modernización arquitectónica, así como un archivo de memoria cargado de significados conflictivos. El CAM se erige sobre el anti-

guo Batallón de la ciudad, un lugar históricamente asociado con el autoritarismo y la fuerza militar. Este contexto, cargado de tensiones históricas, sociales y culturales, permite reinterpretar el espacio y transformarlo en un lugar de encuentro ciudadano.
Samper, al proyectar sobre un terreno marcado por la historia militar, introduce una visión de modernidad que articula tensiones entre lo histórico y lo moderno, lo público y lo privado, lo militar y lo civil. Esto reconfigura la relación de los habitantes con su ciudad, transformando el CAM en una plaza pública, un espacio democrático de encuentro ciudadano. El análisis de sus cuadernos, como archivo primario, revela cómo su apreciación de la ciudad medieval italiana influyó en el CAM y cómo este proyecto reconfigura la memoria urbana de Cali, proponiendo un futuro alternativo que cuestiona las lógicas de poder y resistencia en la historia oficial de la ciudad.
De este modo, la fabulación crítica reconfigura el pasado y ofrece nuevas formas de interpretar el presente y el futuro urbano, revelando el CAM como un archivo de memorias y posibilidades por reimaginar.

COMUNICAÇÃO 15: Salvador potencial: escrita e imagem em torno do bairro Dois de Julho

AUTORES: Junia Cambraia Mortimer. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Técio Martins. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Brasil.

A relação entre escrita e imagem, legenda e fotografia é problematizada desde o início do século XX (Benjamin, 1937 [2010], Crary 1990). Até hoje, no entanto, a cultura ocidental se vale de uma relação entre texto e imagem que tende a conferir à palavra certa primazia diante do visual, por vezes contestada e refutada contestada (Debord, 1967; Flusser, 1983). Se superarmos essa relação de subordinação (Hartman, 2022) o que seria possível fabular a partir de imagens de arquivos cujas descrições catalográficas discursivamente constroem o ocaso da vida urbana de um determinado local? Ao deslocar as palavras das legendas arquivísticas que qualificam o abandono na direção de outros termos, provenientes de outras fontes, poderiam as imagens ativarem uma cidade potencial (Azoulay, 2019), divergente do que anuncia o arquivo? Este artigo propõe instigar histórias e leituras em torno do bairro Dois de Julho, em Salvador, a partir do arquivo da Fundação Mário Leal Ferreira, instituição vinculada ao planejamento urbano da cidade, problematizando a narrativa comumente difundida em torno da região baseada na dicotomia entre apogeu e declínio; figuras ilustres e abandono. Para tanto, serão utilizados os documentos encontrados na biblioteca da Fundação, incluindo projetos de urbanização, recortes de jornais e fotografias isoladas, das décadas de 1980 a 2010. Quais condicionantes possibilitaram a entrada e descrição desses documentos no arquivo de planejamento urbano, tendo em vista que a presença deles influencia sobremaneira tanto as ações e políticas com participação estatal, como iniciativas privadas para a região? Em contraponto, e visando a fundamentar o exercício fabulatório, consideramos práticas urbanas cotidianas e ordinárias, as quais acessamos por meio de entrevistas, metodologias de apreensão e outras fontes de acervos pessoais, relatos e mídias alternativas de moradores e frequentadores do bairro. Essas fontes, muitas vezes desconsideradas nos arquivos institucionais, nos interessam ao adicionar camadas de complexidade que atribuem espessura crítica às inscrições documentais, podendo vir a superar simplificações necessárias a uma narrativa teleológica e/ou excepcionalista da escrita da história.

COMUNICAÇÃO 16: Perturbar as imagens: arquivos familiares negros como prática de fabulação sobre a cidade

AUTORES: Thais Alessandra Silva de Castro. Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

A proposta de trabalho busca analisar arquivos de famílias negras de um pequeno bairro na região nordeste de Belo Horizonte – união, propondo outras possibilidades para a elaboração de arquivos, num movimento de abertura: de uma mala; de uma caixa; de um armário; de um mundo, entendidos como arquivos invisíveis de uma cidade, cujas narrativas são ocultadas pela historiografia oficial. É, portanto, uma perturbação iconográfica, que busca encontrar ou criar frestas na estrutura rígida dominante que define a imagem de uma cidade. Essa investigação considera um aspecto duplo de arquivo, por um lado, a partir das dimensões do oficial, do institucional, do dominante e do público; por outro, a partir do informal, do familiar, do cotidiano e do privado. A proposta parte da premissa que essas configurações distintas de arquivo se relacionam com a cidade de maneiras também distintas. Nesse sentido, fotografias de um acervo familiar podem revelar não só outros modos de arquivamento, como diferentes relações com esses documentos e com as hierarquias que se produzem, retratando diferentes imagens de uma mesma cidade a partir da dimensão incontornável do cotidiano. Das lacunas criadas pela historiografia oficial, as fotografias sobreviventes dos lugares de escassez podem abrir caminhos para a reelaboração de narrativas a partir do conceito de fabulação crítica, conforme proposto por Saidiya Hartman. Trata-se de um processo que parte dos ideais dominantes sobre as imagens, porém os reconstrói de maneira crítica, nesse sentido, num movimento ao mesmo tempo contínuo e contrário ao arquivo institucional. Esse deslocamento permite pensar dispositivos de produção para uma história potencial confrontante à história oficial de apagamento sistemático de outras epistemologias e culturas. A proposta busca, ainda, como hipótese, enxergar o protagonismo feminino na salvaguarda desses arquivos, por exemplo, através da manutenção de álbuns familiares, que normalmente cabem aos cuidados das matriarcas.

Caderno de Resumos dos Simpósios e Comunicações

EIXO 5

Nacionalismos, regionalismos e identidades

Nacionalismos, regionalismos e identidades

E5_01_Territórios Educacionais e Monumentalidade na América Latina, século XX

COORDENADORES:
Carlos Ferreira Martins. IAU, USP, Brasil
Jorge Nudelman. FADU, UDELAR

PALAVRAS-CHAVE: Nova Monumentalidade; Sínteses das Artes; Modernização; Educação Superior; América Latina

RESUMO: A partir da perspectiva de que a relação entre arquitetura moderna, estados nacionais, identidade e modernização na América Latina tem seus momentos particularmente significativos compreendidos no arco temporal entre os anos 20/30 e os anos 60, interessa-nos receber trabalhos que aportem novas contribuições ao tema das relações entre o ímpeto modernizador dos estados nacionais e a configuração espacial dos espaços educacionais universitários, compreendidos como dispositivos simbólicos para a afirmação da modernidade e instrumentos operativos para o desenvolvimento nacional.

Boa parte do trabalho de pesquisa nos últimos anos revela que há, no período, um esforço de articulação entre as propostas de renovação política e pedagógica da educação em geral, e do ensino superior em particular, os processos de estímulo e avanço da modernização e a construção simbólica e espacial dos espaços escolares como emblemas e dispositivos de difusão da modernidade.

E de modo geral esse período é marcado em muitas das principais cidades latino-americana por um processo de concentração das escolas superiores, tradicionalmente espalhadas em locais civicamente relevantes por uma nova organização tipológica, marcada pela predominância da ideia de Universidade sobre anterior compartimentação dos privilégios de autoridades e saberes específicos, como o Direito, a Medicina ou a Engenharia.

Os Campus Universitários constituem, no período em questão, um campo extraordinariamente fértil para o avanço de hipóteses teóricas e projetuais em que temas como o das relações entre universidade e sociedade, entre tradição e identidade, entre ciência, tecnologia e arte são elaboradas em intenso intercâmbio entre gestores públicos, teóricos da educação e arquitetos e urbanistas.

O simpósio está aberto a trabalhos que considerem as alterações espaciais que os campus construídos na América Latina nesse período propõem em relação ao modelo dominante no mundo anglo-saxão, do campus localizado em pequenas comunidades fora dos grandes centros urbanos, explorando as contradições e tensões entre seu caráter segregado da vida urbana cotidiana e sua inegável tendência a se colocar como uma outra e modelar possibilidade de pensar a organização da cidade.

O escopo esperado de trabalhos pode focar as relações, teóricas, simbólicas e espaciais, entre a monumentalidade classicizante ou acadêmica e a Nova Monumentalidade, como formulada teoricamente por Sert, Giedion e Lèger, ou outros, aplicadas aos territórios educacionais, assim como as diferentes acepções das estratégias de valorização simbólica de edifícios, conjuntos ou territórios universitários pela via da síntese ou integração das artes.

Da mesma forma interessa explorar as maneiras pelas quais esses espaços foram também concebidos como um campo profícuo para o desenvolvimento e a inovação em sistemas e processos construtivos, constituindo-se assim em algo como um canteiro experimental e laboratório para a avaliação de soluções e propostas de técnicas e processos produtivo extensíveis ao conjunto da cidade e do território.
Não menos interessante é a possibilidade de olhares sobre as camadas de temporalidades que vão reconfigurando os espaços e conjuntos educacionais em função das mudanças de doutrinas ou formulações político-pedagógicas, dos valores e princípios de representação simbólica e social, da configuração organizativa das instituições escolares ou ainda da substituição ou mudança das opções técnico-construtivas.

COMUNICAÇÃO 01: USP SP, A Monumentalidade da Técnica sobre o Rodoviarismo, 1960

AUTORES: Ana Lúcia Cerávolo. Curso de Arquitetura e Urbanismo, UNICEP, São Carlos, Brasil

As cidades universitárias na América Latina adquiriram um caráter próprio, após a segunda guerra mundial, como obras públicas de escalas urbanas, que foram impulsionadas pela modernização dos recém instituídos estados nacionais latino-americanos. Foram locus privilegiados de experimentação do urbanismo e da monumentalidade moderna, de planejamento e infraestrutura urbana, da tecnologia industrial, dos esforços de integração e síntese das artes e adaptação ao clima e à paisagem. No Brasil, a Universidade de São Paulo aportou relevantes contribuições a esse debate. No início dos anos 1960, durante a reitoria do Prof. Antônio Barros de Ulhôa Cintra (1960-3), retoma-se o planejamento do campus à luz de novas ideais de valorização da escola pública e cria-se o Fundo de Construção, conhecido por sua sigla, FUNDUSP. O primeiro diretor executivo foi o engenheiro-arquiteto Paulo de Camargo e Almeida, que incorporou ao planejamento da universidade alguns dos melhores profissionais arquitetos de São Paulo, que se constituiu num dos mais importantes laboratórios de experimentação da chamada "escola paulista". No contexto geral de transformações da Universidade, o esforço em prol da autonomia e qualificação da escola pública não foram em vão. Em 7 de junho de 1962 foi promulgado o novo estatuto, que definiu o "Fórum Universitário". Esses debates trouxeram mudanças significativas para o espaço físico da universidade, que foram incorporadas no planejamento favorecendo uma visão inovadora do espaço físico e social da Universidade. O projeto urbano deveria refletir o incentivo à vida acadêmica e à participação da instituição na discussão dos grandes temas nacionais. Embora a organização por Faculdades tenha sido mantida, houve uma forte disponibilidade de instituir uma estrutura baseada em institutos aglutinadores de disciplinas afins. As mudanças mais significativas foram: a realocação do Setor Esportivo, do Core e da Administração Superior. Retomou-se ainda a valorização das Ciências Humanas, que se traduziu pela disposição dos departamentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ao longo da atual Av. Prof. Luciano Gualberto, unidos espacialmente por pátios e terraços que, na prática, constituíam uma grande rua de convivência, estendida desde o atual edifício da História e Geografia até a Faculdade de Arquitetura. Estes edifícios passaram a dominar a paisagem acima do talude da avenida, colocados como transição entre o Setor Tecnológico, no vale, e o Setor Biológico na parte mais alta do campus.

COMUNICAÇÃO 02: Hipódromo, Campus, Estádio: a Saga da Cidade Universitária do Brasil na era Vargas)

AUTORES: Carlos Eduardo Comas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

Getúlio Vargas se tornou Presidente da República após a vitória da Revolução de 1930 e criou de imediato o Ministério da Educação e Saúde. Gustavo Capanema assumiu a pasta em 1934 tendo como prioridade o projeto do campus da Universidade do Brasil, a ser elaborado por comissão de professores instalada em 1935 e comissão de arquitetos instalada em 1936 após a escolha de local recair sobre área incluindo o antigo Hipódromo do Derby Club.
O trabalho proposto historia e analisa os três projetos elaborados em sucessão para essa área— o do consultor franco-suíço Le Corbusier com a comissão de arquitetos, a alternativa apresentada pelos brasileiros sob a liderança de Lucio Costa e o projeto dos italianos Marcello Piacentini-Vittorio Mopurgo—assim como os projetos vencedores de concurso posterior para o Estádio Nacional integrando Centro Atlético no terreno do Derby Club— o projeto de Pedro Paulo Bastos e Antônio Augusto Carneiro escolhido pela maioria do júri e o de Oscar Niemeyer escolhido por minoria do júri e pelo Ministro. A controvérsia gerou impasse só solucionado após a deposição de Vargas em 1945: novo concurso com novo programa resulta no Estádio do Maracanã de Raphael Galvão, inaugurado em 1950 para a Copa Mundial de Futebol.
A análise evidencia as diferenças programáticas entre o projeto italiano e os projetos anteriores, assim como as diferenças de estilo e concepção de monumentalidade nos três. A similaridade programática entre o projeto italiano e o Centro Atlético torna plausível entender este último como fragmento de um hipotético campus futuro vazado na linguagem da escola carioca que se consagrará no exterior com “”Brazil Builds,”” a mostra no MoMA-NY de 1943. Enfim, argumenta-se que a arquitetura moderna brasileira se estabelece como empreendimento de dimensões local e transnacional que antecipa e instrumenta a discussão futura sobre monumentalidade lançada pelo CIAM.

COMUNICAÇÃO 03: A valoração da paisagem universitária moderna da UFRJ através de sua revisão bibliográfica

AUTORES: Leonardo Rodrigues Mesquita Santos. Escritório Técnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Doutorando em Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ. Brasil.

A Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CIDUNI, UFRJ) foi o primeiro campus projetado no país, construído a partir de 1949 sobre um arquipélago ao lado da Ilha do Governador, nunca tendo sido concluída. O Plano Geral e primeiros edifícios foram projetados pelo arquiteto Jorge Moreira, com paisagismo de Roberto Burle Marx, desenvolvidos no Escritório Técnico da Universidade do Brasil (ETUB), dirigido pelo engenheiro Horta Barbosa. A CIDUNI está em processo de reconhecimento enquanto patrimônio moderno, tendo como desafios à sua preservação: a falta de reconhecimento enquanto produção do passado com valor cultural; seu acelerado processo de degradação; a complexidade de seu programa e múltiplas escalas (paisagem, projeto urbano, jardins e edifícios) e a ausência de uma legislação ou planos urbanísticos elaborados visando sua preservação. A CIDUNI possui historiografia em vias de consolidação, fruto principalmente de dissertações e te-

ses sobre o projeto universitário moderno no Brasil. Este estudo propõe-se a identificar contribuições desses pesquisadores à valorização da CIDUNI, seja na historiografia desenvolvida, pelos valores e significados atribuídos ou pelas deliberações e encaminhamentos propostos visando a preservação de partes ou total da CIDUNI. A revisão bibliográfica realizada possibilitou: identificar o papel da historiografia e da contextualização histórica para a educação patrimonial; a função dos projetos na construção de repertório e como retratos da instituição; e algumas possibilidades à preservação do patrimônio universitário moderno da CIDUNI. Compreendeu-se que a CIDUNI, enquanto documento de um processo histórico nacional, possui um patrimônio de carácter universitário que se sobrepõe ao carácter exclusivamente moderno, evidenciando que sua preservação deve ser estendida para obras significativas posteriores ao plano original. É na coexistência dessas obras que se expressa e se concretiza as décadas de debate sobre o modelo de ensino universitário que arquitetos, professores e políticos desejavam para o país ao longo do século XX.

COMUNICAÇÃO 04: Desejos Modernos, Realidade Híbrida: os Projetos para a Cidade Universitária da UFRJ e a Implantação Possível

AUTORES: Wandilson Guimarães de Almeida Júnior. Escritório Técnico da Universidade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

O presente trabalho objetiva apresentar um breve histórico sobre a conformação física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), propondo um recorte sobre a relação entre os projetos modernos, como modelo desejado, e a conformação híbrida, como realidade possível, entre as décadas de 1930 e 1970. O estudo abrange os primeiros projetos para o campus, a construção e a transferência de unidades acadêmicas.

As primeiras universidades públicas fundadas no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, estavam inseridas em um contexto político e social de modernização do país, que buscava a consolidação como república, a construção de identidades e a preparação de uma elite intelectual e laboral capaz de conduzir o seu desenvolvimento.

Não é sem razão que os edifícios pertencentes aos cursos superiores, justapostos para a formação destas universidades, constituídos majoritariamente por construções com estilos eclético e neoclássico, foram considerados inadequados, e a arquitetura e urbanismo modernos, progressivamente, tornaram-se referências projetuais e construtivas para os novos campus.

Este cenário é classificado como a primeira grande fase do ensino universitário no Brasil (PINTO, G. e BUFFA, E. 2009). As universidades representantes desse período (UFRJ, USP e UFRGS) compartilham de características institucionais, como a utilização de edifícios isolados, o intenso debate para a construção de seus campus e o enfrentamento de dificuldades financeiras.

A UFRJ, a primeira universidade pública brasileira, criada em 1920, iniciou a formação da sua Cidade Universitária na década de 1940, desejando concentrar as suas unidades e constituir um modelo referencial para a educação superior brasileira. Na prática, a implantação ocorreu de modo lento e parcial, entre as décadas de 1950 e 1970, constituindo, de fato, um modelo de ocupação espacial disperso pela cidade. O debate sobre a concentração ou a dispersão de suas estruturas físicas marca o planejamento da Universidade ao longo de sua história.

COMUNICAÇÃO 05: Brasília e a Universidade Necessária: Arquitetos e educadores por uma utopia moderna

AUTORES: Fabrício Ribeiro dos Santos Godoi. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil

Construir Brasília, mais do que erguer uma nova cidade, capital de um país emergente, foi a oportunidade de concretizar uma ideia de país moderno. Dentre as possibilidades que se abriram, a implantação de uma nova universidade seria um dos mais importantes focos de discussão sobre qual seria essa modernidade. Este artigo visa discutir o período de debates e de implantação da Universidade de Brasília, cujos personagens centrais são os educadores Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro e os arquitetos Oscar Niemeyer e Lucio Costa. Do risco de sequer ser implantada, o ponto de partida para uma nova universidade foi a crítica à universidade brasileira (e latino-americana). Eram novidades: a autogestão financeira; a estruturação administrativa e acadêmica fundamentada em órgãos de extensão e departamentos; os percursos formativos flexíveis e o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão. O curso de arquitetura e urbanismo seria precedido de um curso básico em artes e, pelo menos nos primeiros anos, teria a vantagem (e a responsabilidade) de ter a própria construção das instalações universitárias como objeto de ensino e extensão. O campus universitário foi estabelecido quase no mesmo local determinado por Costa no Plano Piloto de Brasília. No entanto, a implantação foi modificada para adequar-se ao Plano Orientador, documento construído sob a coordenação de Darcy Ribeiro. É o momento em que há destaque para a participação de Niemeyer e equipe, que entre outras intervenções, une o que seriam vários edifícios em um bloco de setecentos metros de comprimento. O período heroico se conclui com o exílio ou a demissão dos personagens que ousaram implantar uma universidade nova, verdadeira utopia moderna e brasileira, que se constitui como o ponto de amadurecimento da arquitetura moderna e brasileira. Os resquícios e o aprendizado dessa experiência, no entanto, informam e inspiram arquitetos e educadores até o presente.

COMUNICAÇÃO 06: O Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerias: Do objeto ao sistema

AUTORES: Carlos Alberto Batista Maciel.
Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Guilherme Nunes de Vasconcelos.
Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Maurício José Laguardia Campomori.
Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Rogério Palhares Zschaber de Araújo.
Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

A Universidade Federal de Minas Gerais, fundada em 1927, recebeu em 1942 o terreno desapropriado da fazenda Dalva na região da Pampulha para implantação da Cidade Universitária. Àquele momento, a Pampulha era uma região fora da área urbanizada da cidade. Após um plano fracassado de inspiração clássica proposto por Eduardo Pederneiras em 1947, a ocupação inicial do campus foi empreendida sob a coordenação do arquiteto Eduardo Mendes Guimarães Júnior, que projetou em 1956,

entre outras instalações, o edifício da Reitoria, em conjunto com Gaspar Garreto e Ítalo Pezzuti, bem como um traçado viário com plano de ocupação de forte inspiração moderna. Após o falecimento de Mendes Guimarães, o arquiteto Alípio Pires Castello Branco assumiu em 1968 a direção da Divisão de Projetos, coordenando uma equipe de jovens arquitetos, o que coincidiu com a reforma universitária empreendida pelo regime militar. Um significativo aumento da oferta de vagas e a criação dos ciclos básicos ensejaram a introdução de um pensamento sistêmico a partir de um Plano Paisagístico Geral encomendado ao artista e paisagista Waldemar Cordeiro. Este artigo discorre sobre as distintas visões de universidade presentes no histórico do planejamento da UFMG por meio da análise de suas proposições arquitetônicas, buscando evidenciar uma transformação do ideário que herda a lógica do campus isolado estadunidense, passa pela organização de unidades isoladas dispostas sobre o verde influenciada pelos pressupostos modernos da Carta de Atenas e culmina na concepção de um sistema ambiental elaborado a partir dos conceitos de metaprojeto e metaprograma com previsão de transformação e crescimento, reduzindo a importância das unidades acadêmicas, promovendo a integração e introduzindo no desenho do edifício atributos urbanos. Ao final, apresenta brevemente processo em curso de atualização do plano diretor atual do campus, respondendo a demandas de integração com a cidade e de adaptação à crise climática.

COMUNICAÇÃO 07 De Cavalcanti à Meira: transformações no ideário e espaço construído da Universidade Federal do Pará (1944-1979)

AUTORES: Ronaldo Moraes.
Programa da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Brasil
Izabella Melo.
Programa da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Brasil,
Vanessa Costa.
Programa da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Brasil,
Celma Chaves.
Programa da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Brasil

Após um longo período de tramitação, a Universidade do Pará, primeira da Amazônia, foi oficialmente inaugurada em 2 de junho de 1957, consubstanciando a imperiosa demanda por um espaço físico para congregar o conjunto de faculdades e escolas de ensino superior já estabelecidas na cidade de Belém. Subordinadas ao programa nacional de modernização do sistema universitário, as diligências pela planificação de um polo universitário na capital paraense, coordenadas pelo engenheiro-arquiteto Alcyr Meira na primeira metade da década de 1960, indicado pelo então reitor José da Silveira Netto, foram determinantes para a elaboração e posterior implantação, em 1964, de um empreendimento institucional alinhado ao modelo estadunidense de campus universitário. No entanto, tais esforços não foram exclusivos desse momento. Duas décadas antes, o urbanista e prefeito de Belém Jeronymo Cavalcanti propôs em seu modernizante Plano de Urbanização de Belém o projeto de uma Cidade Universitária e a situou na área do atual bairro do Guamá, localização aonde posteriormente foram, de fato, construídas as instalações da universidade. Essa situação nos permite inferir que em alguma medida o plano de Cavalcanti pode ter influenciado a localização da Universidade Federal décadas depois. Este artigo propõe um diálogo entre a Cidade Universitária idealizada por Jeronymo

Cavalcanti em 1944 e o projeto do Núcleo Pioneiro do Guamá, concebido por Alcyr Meira e inaugurado em 1968, analisando suas semelhanças, diferenças, e a influência estadunidense em ambos os programas. O trabalho adota uma abordagem histórico-interpretativa, calcada em fontes bibliográficas, documentais, hemerográficas e iconográficas, além da análise e produção de mapas temáticos no software de georreferenciamento QGIS. A partir da comparação entre os dois projetos de cidade universitária, se discute o impacto da implantação da UFPA na configuração do espaço construído do bairro onde foi instalada, bem como na propagação de distintos ideais de modernidade vigentes.

COMUNICAÇÃO 08: Movimiento moderno en el Conjunto Fundacional de Ciudad Universitaria, UNAH

AUTORES: Gloria María Grimaldi Interiano. Departamento de Arquitectura, Universidad Nacional Autónoma de Honduras, Honduras.
gloria.grimaldi@unah.edu.hn

En Honduras, la década de los 50 hace referencia a la consolidación y modernización del estado: el Banco Central de Honduras entra en operación, se fomenta la diversificación en la producción industrial nacional, hay mejoras en la infraestructura vial, y en Tegucigalpa los nuevos edificios gubernamentales se construyeron según los principios de la arquitectura moderna.
En esa misma década, a pesar de los conflictos internos, se conquista la autonomía universitaria en 1957. La Academia de carácter privado dirigida por el padre Reyes se transforma en 1847 en Universidad del Estado, con sede en el convento La Merced desde 1896 hasta su traslado a Ciudad Universitaria, cuya construcción inició el 30 de junio de 1965. En los años 60 se proyecta unificar en un solo conjunto a las distintas facultades, dispersas en diferentes edificios de Tegucigalpa y Comayagüela. Se seleccionaron unos terrenos al este de la ciudad cercanos al conjunto montañoso de Cantagallo, Triquilapa y la Basílica Menor de Suyapa.
Para el diseño del Campus se contrató a una empresa de arquitectos hondureños formados en el extranjero. La tipología edilicia responde a los ideales del Movimiento Moderno con la proporción rectangular de las edificaciones, la orientación de los volúmenes, hormigón armado para la estructura, losas reticuladas (waffle slab), parasoles en las ventanas, voladizos y paraboloides hiperbólicos (hypar).
El conjunto fundacional lo constituyen cinco edificios brutalistas que se adaptan a la topografía del terreno: Laboratorios 1, los edificios de Aulas 1 y 2, Auditorio y Biblioteca, cuya disposición configura grandes espacios de plazas y jardines entre los edificios como aporte paisajístico.
Los edificios están bastante bien conservados en su estructura original, con algunos agregados externos para la accesibilidad y confort climático. El Campus presenta una diversidad de hábitats, formando un corredor biológico con otras áreas verdes importantes de la ciudad.

COMUNICAÇÃO 09: Rosario como oportunidad. Diálogos y tensiones entre el proyecto para una Ciudad Universitaria y el concurso de un Centro Cultural en la década de 1960

AUTORES: María Claudina Blanc. CIUNR. CURDIUR-UNR. Argentina.

En 1955 la "Revolución Libertadora", un golpe de estado que derrocó el segundo mandato presidencial de Juan Domingo Perón, se convirtió en una posibilidad para la renovación universitaria en Argentina. Este trabajo propone centrarse en el caso de la Escuela de Arquitectura y Planeamiento de Rosario a la que acudirán un grupo de docentes y profesionales con presencia en el campo arquitectónico nacional con el propósito de renovar la formación del arquitecto. Se sostiene que, la coyuntura política es una oportunidad para aplicar las ideas del CIAM en una ciudad que, a diferencia de Buenos Aires, contaba con una escala mas adecuada para producir modificaciones a nivel urbano de acuerdo a los postulados de los congresos. Junto al cambio de plan de estudios que la renovación supuso, se realizaron las primeras gestiones para construir una ciudad universitaria en Rosario. Para ello se trabajó de acuerdo a las ideas base establecidas por el grupo Austral para una zona cultural universitaria y en base a los concursos presentados para planes reguladores en ciudades de Argentina. Interesa destacar los cambios en la organización universitaria y los cambios que, a nivel urbano, proponía el proyecto para la ciudad de Rosario. Paralelamente, la puesta en práctica del plan de estudios, ya a mediados de la década de 1960, introdujo nuevos profesionales en el medio. El concurso para la ampliación de la Biblioteca Vigil, en la misma zona de la ciudad donde se proponía levantar la ciudad universitaria, dialoga y tensiona la construcción real de la ciudad aplicando las ideas de José Luis Sert para el corazón de la ciudad en línea con sus proyectos para Boston.

COMUNICAÇÃO 10: Campus, arquitectura moderna y nueva monumentalidad: la Universidad de Concepción

AUTORES: Horacio Torrent. Escuela de Arquitectura, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

La Universidad de Concepción estableció su campus universitario con un plan diseñado por el urbanista austríaco Karl Brunner en 1930. El concepto de campus desarrollado consideraba un gran parque público con una serie de edificios autónomos ordenados según un eje central. El campus se establecía como parte de la ciudad y mantenía integralidad de la vialidad existente en sentido transversal a este eje central en al menos dos puntos. El proyecto de Brunner se correspondía con las ideas del arte cívico y se manifestaba en el eje y en el punto cúlmine establecido por un campanile.
En 1959, con patrocinio de Unesco, la Universidad realizó un nuevo plan de desarrollo y contrató a Emilio Duhart para llevar adelante las adecuaciones del campus. Este proyecto trazó la extensión del campus siguiendo la geografía y armando un mall que se inició con el Foro y culminó en la Biblioteca. El proyecto es una clara respuesta a la significación de la universidad en relación con la ciudad, y a la vez paradigmático de la nueva monumentalidad, representada en la concepción paisajística y urbana, en la incorporación del Foro en relación con el campanile, y la integración del arte. El desarrollo constructivo del plan se abocó a la construcción de una serie de nuevos edificios que configuraron el sentido urbano y asumieron definiciones materiales, en hormigón y en acero expuestos.

La ponencia presentará el caso en sus definiciones temporales del plan y las concordancias con la organización de la universidad. Asimismo, hará hincapié en las relaciones con los debates de la arquitectura moderna de posguerra, en lo referente al espacio público, -con el debate de las plazas italianas- y a las formas de acercamiento a la concepción monumental, como satisfacción "de la eterna necesidad humana de símbolos que traduzcan o expresen la fuerza colectiva".

COMUNICAÇÃO 11: El Hogar estudiantil y los modelos urbanos de la universidad pública uruguaya. Un debate inconcluso desde la autonomía

AUTORES: Jorge Nudelman. Instituto de Historia, Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Universidad de la República, Uruguay

En 1958 se aprueba por unanimidad, y "a carpeta cerrada", la Ley de Autonomía Universitaria en el Uruguay. Dicha ley le dio una gran independencia a la pujante universidad, salvo en los recursos disponibles que, como parece lógico (incluidos los conflictos que conlleva), dependen de las decisiones políticas de cada gobierno. Al año siguiente se concursa el proyecto del "Hogar estudiantil universitario", a dos grados, ganado por Justino Serralta y Carlos Clémot, arquitectos recientemente vueltos del estudio de Le Corbusier. Las bases del concurso habían sido redactadas por Carlos Gómez Gavazzo, también colaborador del mismo, en 1933. La ley de 1958 tenía una fuerte impronta de asistencialismo social, que ya se había manifestado en 1952 en la Facultad de Arquitectura cuando ésta aprobó un Plan de Estudios cuya exposición de motivos expresaba taxativamente el rol social del arquitecto y de la arquitectura para proyectar un mundo más justo. El concurso del hogar, entonces, aparece como la primera expresión de una posible arquitectura universitaria, o, como sugiere el título del simpósio, una posible monumentalidad universitaria. Entretanto, los debates se cruzan: ¿Debería pasarse de la universidad dispersa, ya consolidada desde el 900, a un modelo de campus? ¿Es posible sostener la autonomía política sin autonomía financiera? ¿Cuál es el modelo de arquitectura universitaria, si debiera existir? Lo cierto es que, de todas estas preguntas, ninguna tuvo respuesta: la crisis económica que ya estaba afectando al país y a la región fueron acentuándose hasta el quiebre de la democracia en 1973, en un contexto de inflación galopante y emigración masiva. Exponer estos debates con relación a la arquitectura universitaria que se estaba generando será el propósito de esta ponencia.

COMUNICAÇÃO 12: La Ciudad (Abierta) 1952-1971: Entre la Experimentación Didáctica y la Creación Espacial

AUTORES: Anna Braghini. Escuela de Arquitectura y Diseño, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile.
Iván Ivelic Yanes. Escuela de Arquitectura y Diseño, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile.

En 1952, el arquitecto chileno Alberto Cruz Covarrubias fue convocado por el entonces Rector de la Universidad Católica de Valparaíso, el jesuita Jorge González Förster para reformular la enseñanza en la Escuela de Arquitectura. Junto a un grupo interdisciplinario compuesto por jóvenes arquitectos, artistas y el poeta argentino Godofredo Iommi, Cruz impulsó una visión innovadora que integró arquitectura y palabra poética, consolidando esta relación en la enseñanza y la investigación. Así nació

el Instituto de Arquitectura (1952-1967), donde la disciplina se concibió desde un enfoque artístico y experimental. En contraposición al modelo tradicional basado en órdenes clásicos y composición, la ciudad de Valparaíso se convirtió en el aula de clase, promoviendo el aprendizaje desde la experiencia corporal, la observación arquitectónica y la abstracción como motor del proceso creativo.
Años más tarde, en el contexto de descontento generalizado en la educación de las Universidades chilenas, la Escuela publicó el Manifiesto del 15 de junio de 1967, un documento que analizó críticamente la situación universitaria y exigió su reorganización. Ese mismo año, se dio a conocer el Poema Amereida, resultado de una travesía por América Latina en 1965, donde arquitectos, filósofos y artistas buscaron (re)descubrir el continente desde una perspectiva latinoamericana. Este planteamiento evidenció la necesidad de una didáctica experimental que trasladara el aula a un espacio propicio para la exploración creativa y espacial del habitar, dando origen a la Ciudad Abierta en Ritoque (1971).
El experimento representó una ruptura con el modelo universitario tradicional y se convirtió en un territorio donde vida, trabajo y estudio convergen. En este espacio, estudiantes y profesores materializaron proyectos a escala 1:1, experimentando nuevas formas de habitar, procesos constructivos y relaciones espaciales. La Ciudad Abierta representa una ruptura con el modelo universitario tradicional, planteando un territorio educativo innovador donde vida, trabajo y estudio convergen en un mismo ámbito.
Hasta hoy, esta experiencia sigue vigente como un referente en la enseñanza de la arquitectura y el urbanismo en América Latina, proponiendo un enfoque pedagógico experimental que desafía los paradigmas convencionales.

COMUNICAÇÃO 13: Labor, trabajo, y acción en la Ciudad Abierta

AUTORES: Ana María León. Graduate School of Design, Harvard University, EEUU.

Desde su fundación, la consigna de la Ciudad Abierta ha sido "vida, trabajo, y estudio." Fundada en 1970, este espacio de aprendizaje ha promulgado la síntesis de vida en comunidad, trabajo constructivo, y la interrelación entre la poesía y la creación espacial. En esta ponencia confronto esta trilogía con las tres actividades planteadas por Hannah Arendt como fundamentales para la condición humana: labor, trabajo y acción.
Examino la labor doméstica de las mujeres que vivieron en la ciudad (Victoria Jolly, 2019), el trabajo de obreros de la construcción contratados por la entidad y su interacción con alumnos y profesores, y la acción política en territorios cercanos a este espacio, en particular en el centro de detención de Ritoque (León, 2012). Estas actividades desarrolladas durante la década de 1970 han pasado desapercibidas de previas historias sobre este espacio universitario.
El proyecto de Nueva Monumentalidad de Sert, Léger y Giedion fue una reacción al momento de la posguerra y la lucha contra el fascismo alemán. Las obras en la Ciudad Abierta representan muchas de las características de la Nueva Monumentalidad, particularmente en la conexión entre arquitectura y comunidad, la afinidad al evento y la integración de distintas disciplinas artísticas. Pero al ignorar voces o actores diferentes o en desacuerdo con el proyecto, la Ciudad Abierta sintetiza las paradojas de la monumentalidad en América Latina. En la década de los setenta, dictaduras de extrema derecha se

apropiaron de muchos de estos sueños de celebración e integración, transformándolos para propósitos nefastos. El caso de la Ciudad Abierta demuestra la fragilidad de estos sueños, y como su continuidad se da en situaciones de aislamiento y encerramiento.

COMUNICAÇÃO 14: Nova Monumentalidade e Síntese das Artes: De México e Caracas ao Congresso da AICA em Brasília

AUTORES: Carlos Ferreira Martins. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, Campus de São Carlos, Brasil

Esta comunicação pretende resumir as condições de elaboração das noções de Nova Monumentalidade, como formulada inicialmente em 1943 por Sert, Lèger e Giedion e explicitada por Giedion em Arquitetura e Comunidade (1955), e a de Síntese ou Integração das Artes, de largo uso pelos protagonistas do movimento moderno, interessando particularmente os desenvolvimentos de Gropius, Corbusier, Giedion e Costa.

Considera-se que a articulação entre as duas formulações é particularmente importante para avaliar as similaridades e diferenças de concepção e projeto entre os Campi da UNAM -Universidad Nacional Autónoma de México (1949-1952) e da Universidad de Caracas (1943-1954). Esses campi foram os primeiros na América Latina a serem declarados Patrimônio Universal pela UNESCO, em 2007 e 2000, respectivamente.

Pretende-se, por fim, analisar como essa relação permanece presente e complexa nas Atas do Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte, promovido pela AICA (Associação Internacional de Críticos de Arte) em 1959, sob a presidência de Carlos Giulio Argan e com a delegação brasileira presidida por Mario Pedrosa. O Congresso transcorreu em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo e teve por temas fundamentais o significado e o impacto da cidade de Brasília, a atualidade do debate sobre a Síntese ou Integração das Artes, e a crítica de arte na imprensa brasileira. Pretendemos propor que embora a Nova Monumentalidade não estivesse formalmente colocada no temário do Congresso, a centralidade de Brasília, ainda inconclusa sua construção, fez da questão da monumentalidade na cidade moderna um substrato ineludível do debate.

E5_02_Infraestructuras públicas en la producción del ambiente y del orden social y territorial en latinoamerica, siglos XIX-XXI

COORDINADORES:
Sergio Miranda Pacheco. Universidad Nacional Autónoma de México, México
Fabíola Castelo de Souza Cordovil. Universidade Estadual de Maringá, Brasil

PALABRAS CLAVE: Infraestructuras Públicas; Ambiente; Naturaleza; Orden Social; Territorios

RESUMEN: La clave de las transformaciones materiales y sociales experimentadas por las naciones surgidas de las guerras de independencia en la América Latina descansa desde entonces en sus procesos de urbanización y éstos en los desarrollos tecnológicos que han prohijado la introducción de infraestructuras públicas de diversos tipos, funciones y alcances, a través de las cuales los viejos centros urbanos se hicieron más grandes, densos y habitables, las actividades económicas se diversificaron e incrementaron vinculando las ciudades con sus entornos interiores y regionales, y a un número cada vez mayor de la población a actividades propiamente urbanas, de tal manera que lo urbano se fue convirtiendo a lo largo de los siglos en el rasgo dominante de los paisajes físico, económico, político, social y cultural de Latinoamérica.

Hoy como ayer las infraestructuras públicas siguen mostrando su rol crítico en la creciente complejidad de las sociedades urbanas. Han sido, de acuerdo a Igor Vojnovic, "la mano oculta" detrás del desarrollo urbano y de la construcción de la nación facilitando el flujo de personas, bienes y recursos y, con ello la producción del orden social o han bloqueado o alterado éste si la provisión de infraestructuras es insuficiente e inadecuada como resultado de las relaciones de poder dentro de las cuales el estado define su necesidad, su sentido, sus fines, sus funciones y su simbólica importancia histórica y social.

Así, los proyectos y las inversiones en infraestructura pública – habitacional, movilidad, salud, energía, agua y saneamiento, portuaria, esparcimiento, abasto, industria, comercio et al – no sólo han organizado el territorio y espacio urbanos, sino también reflejan los proyectos de orden territorial, ambiental, social y el poder político de gobernantes y profesionales encargados de dichos proyectos que impactan también en la naturaleza y ambiente urbanos.

En Brasil, por ejemplo, las inversiones en infraestructura a cargo del Estado promovieron procesos de exclusión y distribución desigual del ingreso, con efectos sociales perversos. Desde el gobierno de la dictadura cívico-militar en Brasil (1964-1985), la política territorial emprendida definió la estructuración de la red urbana y regional en el interior de Paraná y estimuló la urbanización excluyente, con resultados inhibidores que promovieron el vaciamiento de las urbanidades periféricas y la migración de población a las grandes ciudades. En otro caso, el Proyecto Lago de Texcoco en la ciudad de México, impulsado desde 2018 por el primer gobierno federal de izquierda en la historia de México, adquiere una significación social e histórica enorme frente al proyecto del nuevo Aeropuerto Internacional de la Ciudad de México cancelado por dicho gobierno luego de una inédita consulta pública que favoreció el desarrollo de un proyecto de justicia social y ambiental contra uno depredador de la naturaleza, de la salud humana y de las finanzas públicas.

Bajo este marco conceptual e histórico este simposio convoca a estudiosos de las infraestructuras públicas a presentar resultados de sus investigaciones que den cuenta de las transformaciones urbanas y del rol jugado por los poderes públicos en la producción del ambiente, el territorio y el orden social en las ciudades latinoamericanas durante los siglos XIX a XXI.

PONENCIA 01: Conmemoración de centenarios y grandes obras urbanas - Ciudad de México, Buenos Aires y Río de Janeiro

AUTORA: Marianna Boghosian Al Assal. Escola da Cidade, São Paulo, Brasil

Las celebraciones de los primeros centenarios de la independencia fueron, para varios países latinoamericanos, momentos cruciales en la construcción o reconstrucción de sus historias a partir de las demandas y discursos políticos de cada momento, y a través de procedimientos tan diversos como simbólicamente enfáticos: la elección de la fecha para dicha celebración; construcción de bustos y monumentos de héroes nacionales; grandes eventos e intervenciones urbanas. Especialmente destacables en cuanto a la culminación de grandes obras urbanas son las celebraciones que tuvieron lugar en Buenos Aires y Ciudad de México, ambas en 1910; y en Río de Janeiro en 1922. En medio de los preparativos de la Exposición Internacional del Centenario, el poder público argentino articularía un discurso ensayado desde principios de siglo sobre cómo enfrentar, desde el punto de vista de la infraestructura urbana de la ciudad, el volumen de aproximadamente seis millones de inmigrantes que habían llegado al país desde los últimos años del siglo XIX. Prácticamente paralelo al evento argentino, otra celebración tendría como escenario fundamental a la Ciudad de México. Aunque sin una Exposición Internacional en los mismos términos, la celebración del centenario de México -realizada al cerrar el telón del Porfiriato- también daría gran énfasis en los discursos oficiales a este momento como la gran coronación de un proceso de amplias reformas urbanas. En 1922, en Río de Janeiro, nada menos que el desmantelamiento del Morro do Castelo sería parte de las obras realizadas para realizar la gran Exposición Internacional del Centenario de la Independencia. Este trabajo pretende ofrecer una aproximación comparativa a estos tres momentos, entendiendo por un lado cómo las celebraciones sirvieron de pretexto para la realización de intervenciones urbanas y obras de infraestructura de gran envergadura; pero también cómo estas intervenciones y obras integraron simbólicamente discursos de modernidad y nacionalidad.

PONENCIA 02: Construyendo Brasilia: Política, ideología y urbanismo en la Fundación de Coimbra Bueno

AUTORA: Carolina Pescatori. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil

Este trabajo presenta un panorama del trabajo de la Fundación Coimbra Bueno para la Nueva Capital de Brasil (FCB), creada por los hermanos Jeronymo y Abelardo Coimbra Bueno, importantes urbanistas del siglo XX en Brasil. A través de la empresa de desarrollo urbano Coimbra Bueno Ltda, los hermanos desarrollaron numerosos planes y proyectos urbanísticos, de los cuales la construcción de Goiânia (1933-1939) es el más conocido. Sin embargo, las acciones políticas de los hermanos en apoyo a la ocupación del Centro de Brasil y a la construcción de Brasilia, especialmente a través de la fundación antes mencionada, recibieron menos atención en la historiografía del urbanismo, creando un

vacío que este trabajo busca llenar. Fue a través de esta fundación que Coimbra Buenos jugó un papel fundamental en el traslado de la capital nacional a Brasilia y, un hecho mucho menos conocido, mantuvo una actividad política relevante, participando del debate nacional sobre el desarrollo del país en el siglo XX, proponiendo ideas y enfoques para políticas públicas y la implementación de infraestructura en el "sertón". Así, este artículo investiga el papel de la Fundación Coimbra Bueno (FCB) en la interiorización de la capital brasileña, analizando su impacto político y urbano en el siglo XX y la base sociopolítica de su ideología de brasilidad y progreso através de la nueva capital y de las nuevas infraestructuras vinculadas a ella, especialmente las carreteras. La investigación utiliza metodología documental, con análisis de fuentes primarias de la Colección Coimbra Bueno (FAU-UnB), incluyendo manuscritos, discursos y publicaciones periódicas. Se basa en teorías del urbanismo, del pensamiento social y de la historia política, buscando debatir la visión desarrollista y neobandeirista del Coimbra Bueno. El período analizado va de 1939 a 2001, abarcando la creación y el cierre del FCB. Se concluye que el FCB jugó un papel estratégico en la difusión de las ideas desarrollistas y conservadoras, influyendo en las políticas públicas y en la historiografía urbana, pero perpetuando visiones anacrónicas sobre el interior brasileño.

PONENCIA 03: Políticas de planificación territorial para la integración entre Brasil y Paraguay

AUTORAS: Karen Alessandra Solek. Instituto de Planejamento de Cascavel-PR, Universidade Estadual de Maringá, Brasil
Fabíola Castelo de Souza Cordovil. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Con el 60º aniversario de la inauguración del Puente Internacional de la Amistad (1965), entre Foz do Iguaçu-PR y Ciudad del Este-Paraguay, vale la pena reflexionar sobre la conexión establecida en sinapsis entre Brasil y Paraguay, con la instalación de la obra de arte como símbolo de racionalidad. Más que una conexión física sobre el río Paraná, los países planearon juntos el fortalecimiento Este-Oeste de un corredor de exportación de productos paraguayos a través de territorio brasileño, con salida al Atlántico. El análisis comparativo de las políticas públicas de desarrollo territorial se da en las temporalidades de reorganización y cambios en la red de ciudades ocurridos debido a los procesos migratorios de ambos países, a partir de sus programas de colonización de la Marcha hacia el Oeste (1937-1960) y Marcha hacia el Este (1963-1990), con un marco temporal entre 1960-1990. Las dos políticas de ocupación territorial, a pesar de las diferencias temporales, comparten discursos orientados a superar los rezagos tecnológicos de las estructuras precapitalistas, con el Estado promoviendo la regionalización aliada con empresas privadas colonizadoras, sin justificaciones éticas ni ambientales. Se discute la instalación de infraestructura modernizadora, como el Puente Internacional de la Amistad (1961-1965), la adecuación de la carretera BR-277 (1958-1969) y la construcción e instalación de la Central Hidroeléctrica Binacional de Itaipú (1975-1982). Estos objetos técnicos abrieron nuevos frentes de ocupación en el este de Paraguay en el período 1960-2018 para la población autoproclamada brasileño-paraguaya. Tales acciones marcaron la organización del territorio de la triple frontera (Brasil, Paraguay y Argentina), fortaleciendo la red de ciudades y estableciendo la hegemonía brasileña. Se observa una intensificación de la superposición de territorios dentro de los límites de las franjas fronterizas nacionales,

pero con una disminución de las situaciones de rivalidad territorial entre países vecinos, ampliándose el concepto de región. Las acciones de integración posibilitaron una nueva era geopolítica para los países del Mercosur, pero con resultados desiguales al compararlos en la dinámica de los porcentajes de urbanización y modernización de actividades.

PONENCIA 04: Desagüe y ciudad: saberes científicos y políticas públicas en la desecación y urbanización metropolitana del Valle de México, 1940-1971

AUTOR: Sergio Miranda Pacheco. Universidad Nacional Autónoma de México, México

La explosión demográfica que experimentó la ciudad de México en la primera mitad del siglo XX se tradujo en una expansión urbana descontrolada dentro y fuera de la ciudad que superó la capacidad de todas sus infraestructuras y originó la crisis hidrológica que a mitad de siglo afectó a la capital mexicana y poblaciones aledañas con inundaciones, hundimiento del suelo, tolvaneras y escasez de agua. Los diagnósticos y proyectos de infraestructura pensados para resolver esta crisis generaron debates científicos que tuvieron como epicentro desecar o no lo que quedaba del extinto Lago de Texcoco y traer agua de fuentes cada vez más lejanas. Esta ponencia se ocupa de analizar el contexto y argumentos centrales de estos debates y de las políticas públicas que emergieron y se aplicaron entre 1940 y 1970, en las que se observa la apuesta científica y política por continuar produciendo un ambiente, un espacio y un territorio urbanos ajustado a los intereses políticos y científicos de autoridades, propietarios, científicos y empresarios dirigidos a expandir la urbanización metropolitana y la desecación del Valle de México en contra de toda evidencia histórica de su inviabilidad.

PONENCIA 05: Agua potable y turismo en Cuernavaca, 1931-1940

AUTORA: Fabiola Hernández Flores. El Colegio de Morelos, Cuernavaca, México

En el periodo de 1930 a 1934 Cuernavaca experimentó un florecimiento urbano encaminado a transformar la ciudad en un centro turístico. Tanto el presidente de la república mexicana Plutarco Elías Calles como el gobernador de Morelos Vicente Estrada Cajigal impulsaron negocios inmobiliarios. Los mismos se vieron acompañados de la instalación de servicios como agua potable, alumbrado, transporte público, drenaje y pavimentación. La introducción de agua potable realizada en 1931 en particular fue clave para la explotación turística de Cuernavaca, ya que tuvo conexión con los nuevos desarrollos inmobiliarios y la apertura de balnearios. Esta ponencia propone estudiar la introducción de agua potable en Cuernavaca de 1931 a 1940 a partir de sus complejidades técnicas y socioespaciales considerando que, debido a la falta de presión, la zona norte tuvo que prescindir del servicio, mientras los esfuerzos de los funcionarios públicos al parecer se concentraron en la dotación de las zonas residenciales. De manera que la distribución de agua potable se presenta como un agente medular para la creación de un paisaje turístico, y también como un marcador socioespacial que fue gestando la carencia de agua que prevalece hasta nuestros días.

PONENCIA 06: Las transformaciones en los ríos urbanos debido al crecimiento de San Luis Potosí (México) -1970-2020

AUTORES: Miguel Ángel Casillas Báez. Facultad del Hábitat, Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México
Lourdes Marcela López Mares. Facultad del Hábitat, Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México
Abelardo Villaseñor Cruz. Facultad del Hábitat, Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México

Los ríos urbanos en un territorio son el producto de la urbanización transformadora de arroyos y ríos. La ciudad se debe al río, generan una simbiosis en la que se deben el uno al otro hasta el trazo antrópico del entorno. Así, muchos ríos en México y el mundo se han transformado alterando sus características bióticas con crecimiento urbano, algunos hasta desaparecer, canalizados y soterrados. En el territorio inmediato al río se generan formas de vida urbanas, industrialización, residencias, usos recreativos y periferias con agricultura intensa, hortalizas y producción de alimentos. También, el cauce transformado genera áreas deprimidas, de penumbra, utilizadas como drenaje urbano y repositorio de desechos (Perló Cohen, 2016). En la historia de la ciudad de San Luis Potosí (SLP) se han transformados tres ríos, numerosos arroyos y humedales, que desde 1592 originaron un asentamiento urbano con vocación minera hasta el presente industrial. La literatura sobre ríos urbanos en SLP se enfoca en Santiago, Españita y Paisanos; los primeros desaparecieron bajo el asfalto; el tercero está contaminado. Aquí, buscamos conocer dos arroyos más pequeños, Calabacillas y Garita, sus transformaciones, cómo y quién los gestiona, cómo los perciben quienes viven cerca, pudiendo comparar su manejo con los contextos. Nos preguntamos sobre la situación actual de estos arroyos porque intentamos definir una forma de gobernanza, esto es, de ese proceso de decisiones entre los vecinos en la ciudad que tienen y mantienen a los ríos urbanos en las condiciones actuales. Nuestras referencias teóricas están sostenidas con literatura actualizada sobre gestión de los ríos en SLP y discusión sobre la gobernanza de ríos, especialmente de los intermitentes y temporales, bajo los paradigmas de Novotny y Brown (2007) y la relación de la transformación urbana desde la percepción de los ríos (Hufty, 2009).

PONENCIA 07: Planes Nacionales de Carreteras: planificación territorial y la cuestión de la integración regional (Brasil, 1838-1944)

AUTORES: Thaysa Fernandes Teixeira. Grupo de pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil,
George Alexandre Ferreira Dantas. Departamento de Arquitetura e Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil,
Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros. Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

El proceso de estructuración de las redes de transporte en Brasil se dinamizó en la segunda mitad del siglo XIX, con el sistema ferroviario, culminando posteriormente con la elaboración de los Planes Nacionales de Transporte y, más aún, en la Segunda Posguerra con la construcción del sistema federal de carreteras. Los planes se basaron en la necesidad de regular y gestionar no sólo las cuestiones financieras relacionadas con las redes de transporte brasileñas, sino también de orientar nuevas rutas den-

tro de un concepto de integración territorial. Este artículo busca comprender, en este ámbito, el proceso de discusión y elaboración de propuestas, destacando su relevancia en la configuración de la red vial y sus conexiones marítimas y fluviales. El estudio se estructura a partir de un corte transversal que abarca el período desde el período imperial (1838) hasta el final de la Era Vargas (1944), identificándose veintidós Planes Viales: veintiuna propuestas de carácter nacional y una como plan regional – el Plan Vial del Nordeste de 1931. El carácter regional de este plan resultó estratégico para el país en ese momento, pues buscaba facilitar el transporte de personas y mercancías en períodos de sequía, al mismo tiempo que ampliaba las vías de circulación en una región (aún) poco integrada. Se constituye por tanto en una herramienta de planificación regional proponiendo un enfoque inicial a mesoescala, que orientaría nuevos paradigmas en décadas posteriores. La investigación se fundamenta en la noción de Cultura Técnica y en enfoques de la Cartografía Histórica y de la Historia de la Planificación y analiza fuentes primarias de investigación, como decretos de los Planes de Carreteras y sus respectivos mapas y cartas geográficas, mensajes e informes oficiales gubernamentales, así como publicaciones periódicas del período estudiado, con énfasis en el período republicano.

PONENCIA 08: El legado de los bandeirantes, la ocupación territorial brasileña y el Settler Colonialism

AUTOR: Thomas E. Bassett. Universidade da Califórnia, Los Angeles, Estados Unidos

Ocupar el interior del territorio brasileño fue siempre un desafío para los colonizadores portugueses y el posterior gobierno brasileño. Estos intentos de entrar al interior fueron invasiones de tierras indígenas, pero para los invasores estaban explorando nuevas tierras para el cultivo agrícola, conectando nuevos mercados a la economía de consumo y completando un proyecto centenario de integración nacional. Este artículo relata la historia de estos diferentes intentos de ocupación del interior desde la época colonial hasta el siglo XX, situando el processo dentro de la teoría del settler colonialism. Los bandeirantes coloniales, que fueron los primeros pueblos europeos que entraron violentamente en el interior de Brasil, son un elemento destacado de la colonización del interior. Los políticos evocaron a los bandeirantes como héroes míticos para integrar el territorio brasileño. Este artículo rastrea las evocaciones de estos bandeirantes para desplazarse hacia el interior y destaca cómo la nueva tecnologia automovilística, junto con un importante impulso de las políticas públicas para construir carreteras, posibilitó una ocupación más sostenida del interior de Brasil recién a mediados del siglo XX.

PONENCIA 09: Transformación urbana e infraestructuras públicas en un municipio de la periferia metropolitana madrileña. Getafe, 1879-1936

AUTOR: Sergio Cuartero Miranda. Universidad Complutense de Madrid (España)

Entre finales del siglo XIX y el primer tercio del siglo XX, varios municipios colindantes a la ciudad de Madrid experimentaron un considerable proceso de transformación urbana, debido entre otros factores a la abundante llegada de inmigrantes a la capital española y al desarrollo de nuevos medios de transporte colectivo como el ferrocarril. A su vez, la capital española acrecentó durante aquellos años su influencia económica y social sobre los municipios de su periferia, fenómeno que determinó que Madrid comenzara a vislumbrar un proceso de metropolización que la transformó en una ciu-

dad desbordada o difusa. Entre dichos municipios se encontraba Getafe, una localidad agraria situada 14 kilómetros al sur de Madrid, que experimentó un notable proceso de transformación urbana y de metropolización entre 1879 y 1936. El municipio estaba atravesado por dos líneas de ferrocarril, dos carreteras nacionales y varias carreteras comarcales, que influyeron en los planes de ensanche del caserío que se pensaron y ejecutaron. Asimismo, en esos poco más de cincuenta años, la localidad vivió varias transformaciones en sus infraestructuras públicas de transporte, alumbrado, traída de aguas y saneamiento, que provocaron la modernización del tradicional casco urbano agrícola y posibilitaron la industrialización de su economía y la transformación de su territorio a la altura de los años treinta. Es por este motivo que en la presente comunicación se mostrará cuál fue el alcance de dichas transformaciones y el rol que jugaron los poderes públicos en las mismas, comparando dicho proceso con el que se vivió en otros puntos del área metropolitana de Madrid y en otras áreas metropolitanas, como Bilbao o Ciudad de México. Además, dado que se trató de un proceso donde convergían múltiples actores y no puede analizarse desde un único prisma, se analizarán todos los estamentos que influyeron en el mismo, desde lo estatal hasta lo regional y lo local, quienes a su vez estuvieron la mayoría de las veces interrelacionados entre sí.

PONENCIA 10: Infraestructura pública y semipública en la producción turística del território: la "Ruta de los siete lagos" (RN 40) entre las décadas de 1940 y 1970 (Argentina)

AUTORA: Melina Piglia. Consejo Nacional de Investigaciones Cientíificas y Técnicas, Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina

La famosa ruta nacional 40, atraviesa Argentina de norte a sur siguiendo los Andes. Es actualmente hoy una ruta fuertemente turistificada en muchos de sus tramos, con su doble atractivo: la ilusión de descubrir los paisajes del sublime nacional, solitarios, prístinos y dramáticos, por un lado, y la posibilidad de enfrentar, conductor y vehículo, desafíos, atravesando amplias zonas desoladas conduciendo y por caminos sinuosos. A pesar de que en los mapas existía la ruta desde 1935, la traza real de la ruta era sumamente discontinua. La ruta fue consolidándose como tal por tramos; este trabajo se ocupa de uno de ellos, el de la norpatagonia andina, llamado "camino de los siete lagos", que une villa La Angostura con San Martín de los Andes, y su prolongación hasta la ciudad de Zapala por el norte y hasta Bariloche por el sur. El trabajo aborda la construcción de esta ruta como camino turístico y la turistificación de ese territorio de la norpatagonia andina, haciendo hincapié en la infraestructura. Así, nos interesa poner el foco en la labor caminera de la Dirección de Parques Nacionales y de la Dirección Nacional de Vialidad. Mientras se convertía en un camino de turismo, parte de un circuito surnorte que partía de Bariloche y enlazaba las Villas andinas, el camino era todavía y principalmente, parte de una circulación horizontal, que conectaba los Andes con la costa patagónica argentina, pero también con el sur de Chile. Por el otro lado, nos interesa concentrarnos en una serie de infraestructuras semi-públicas que hicieron viable esa ruta. Desde los años 1940s el Automóvil Club Argentino construyó una serie de estaciones de servicio en las villas andinas y camineras; para 1944 ya las había en Confluencia, San Martín de los Andes y El Bolsón. A estas se sumaron nuevas estaciones y además hosterías camineras a partir de la década de 1960, producto de una serie de convenios entre el ACA y los gobiernos de las diferentes provincias.

PONENCIA 11: Creando El Orden Urbano para La Modernidad Social: Infraestructura Habitacional de Interés Social en México, 1972-1990

AUTOR: Jordan Buchanan. University of California San Diego, Estados Unidos

El crecimiento de población urbana resulta en una demanda para la infraestructura urbana de varios servicios y tecnología. Lo principal es la creación de vivienda para que la población tengan un lugar en donde vivir. Sin embargo, cada persona tiene su alcance económico en relación a lo que pueden conseguir de vivienda que afecta el papel del estado en la infraestructura habitacional. En este papel, me enfoco en los planes y diseños de la vivienda de interés social en México entre 1972-90 para entender cuáles fueron los motivos del estado mexicano y sus organismos para ordenar la ciudad, y por consecuencia los ciudadanos urbanos. Infonavit (Instituto Nacional del Fondo para la Vivienda de Trabajadores) fue un agente central en la producción de la vivienda social en México en estes años, lo cual produjo casi un millón de viviendas en ese periodo con las metas de desarrollar la ciudad y sociedad a través de esa producción. Además, nuevos planes centrales del gobierno empezaron en 1977 con su primer "Plan Nacional de Desarrollo" que dio lugar al "Plan Nacional de Vivienda" desde 1979, los cuales se crearon cada 6 años. Esa coordinación central de vivienda fue una influencia grande en la ordenación de la ciudad. Yo utilizo las fuentes de estes dos agentes relacionados al desarrollo de infraestructura habitacional para que pueda abordar el tema de como impactaron ellos a la ordenación social. El papel argumenta que la vivienda de interés social fue una herramienta del gobierno para ordenar las ciudades y sus habitantes con el motivo de crear una sociedad conforme a las metas gubernamentales de desarrollo social y económico. En conclusión, la infraestructura habitacional en México fue crucial para intentar a crear el orden social en México urbano.

E5_03_Estado, agentes y prácticas en el Urbanismo iberoamericano del siglo XX (episodio 1950-1980)

COORDINADORAS:
Daniela Cattaneo. Centro Universitario Rosario de Investigaciones Urbanas y Regionales (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - Universidad Nacional de Rosario) Argentina
Cecilia Raffa. Instituto de Ciencias Humanas, Sociales y Ambientales (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Centro Científico Tecnológico Mendoza), Argentina

PALABRAS CLAVE: Agentes Estatales; Circulación; Saberes Expertos; Organismos Internacionales; Agencias Locales

RESUMEN: La constitución del Urbanismo como disciplina autónoma presenta particularidades en el contexto iberoamericano que, si bien inescindible del debate internacional, atiende a las peculiaridades de los heterogéneos ritmos de conformación del territorio. Estos han sido atravesados por procesos de modernización, gubernamentalidad, institucionalidad e identidades propios de las coyunturas históricas de cada contexto. En este registro, fueron cuantiosos los agentes que abonaron la disciplina desde los campos político y técnico y a través de múltiples formas de integración a las oficinas estatales, delineando y transfiriendo saberes por medio de una multiplicidad de propuestas y parámetros que caracterizaron la imagen de las ciudades iberoamericanas entre 1950 y 1980. Durante esas décadas fue el Estado en Iberoamérica un interlocutor privilegiado para la disciplina urbana. Esto es lo que nos impulsa a revisar los vínculos entre las intervenciones urbanísticas y sus promotores y, también, a poner especial atención en las redes y circulación de ideas, para determinar sus grados de internacionalismo o localismo. Reubicar a los protagonistas en la trama de relaciones compuesta por viajes, lecturas, vínculos personales y profesionales, intereses, participación en concursos, publicaciones, entre otros, ofrece la oportunidad de resignificar aportes para intentar una aproximación más compleja de la experiencia urbana.
Continuando con la línea que planteamos en los CIHU celebrados en Santiago de Chile (2016), Ciudad de México (2019) y Madrid (2022) nuestro interés en esta edición del Congreso está puesto particularmente en esos agentes que de diversas maneras conformaron y caracterizaron a las operaciones estatales , en su formación y redes de relaciones a diversas escalas, en sus grados de vinculación e integración con los aparatos estatales; también, en las propuestas, programas, operaciones y proyectos, con los que agentes e instituciones abonaron al campo del Urbanismo. Algunos de esos episodios condensaron desde sus orígenes y en su devenir a lo largo de las décadas aspectos simbólicos, culturales e identitarios cuasi inexplorados desde sus dimensiones urbana y territorial. Nos referimos a quienes impulsaron, delinearon y/o promovieron códigos de edificación, a las propuestas de comisiones, a la planificación urbana, planes de estudio e institutos universitarios, concursos, tanto como a la implementación de programas masivos de vivienda, salud, educación e infraestructuras, entre otros.

Buscamos, poner en relación a los sujetos con sus propuestas en su asociación con el Estado, abordando el impacto que pudieron tener las decisiones y los consensos promovidos a nivel nacional e internacional en ellas y en los grados de implementación en las políticas públicas; la circulación de saberes expertos; la conexión entre agentes locales y organismos extranjeros y los procesos de traducción, importación y recepción de debates.

PONENCIA 01: O abandono da ideia de 'urbanismo escolar' na gênese do CONESCAL

AUTORA: Samira Bueno Chahin. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Nesta proposta de comunicação problematizo o modo como as políticas públicas de construção de equipamentos escolares foram direcionadas a partir da década de 1960 no Brasil. Parto da observação da implementação do programa experimental 'escola-parque, escolas-classe' pelo Inep, liderado por Anísio Teixeira, na circulação internacional das ideias educacionais. Avanço sobre problematização anterior onde, junto com Paula Dedecca, fizemos uma análise detida de um conjunto de documentos produzidos por instituições atuantes em escala supranacional (Unesco, Bureau Internacional de Educação – BIE, União Internacional de Arquitetos – UIA), ao longo da década de 1950. Neste trabalho, em dissonância do que estava posto pelo programa experimental brasileiro, demonstramos a progressiva dissociação entre a formulação do problema da construção escolar, o provimento de equipamentos educacionais como infraestrutura urbana e o planejamento das cidades, sustentando o que pode ter sido uma progressiva transformação de paradigma para o enfrentamento do problema da infraestrutura escolar em relação à crescente urbanização das cidades latino-americanas (Chahin, 2022; Chahin, Dedecca, 2022). OBJETIVO: Na esteira de tais análises, nessa comunicação, pretendo observar e colocar em questão a ideia de 'urbanismo escolar', avançando em minhas pesquisas sobre a espacialização da rede de equipamentos no Brasil. METODOLOGIA: Dado esse quadro de problematização, a proposta se estrutura na leitura crítica de rastros históricos (documentos técnicos), de modo a comparar a resposta brasileira à ideia de 'urbanismo escolar', tal qual trabalhada no curso Construcciones Escolares, organizado pelo governo espanhol e financiado pela Unesco em 1960, como colaboração ao Projeto Principal para América Latina, Extension y mejoramiento de la educación primaria en la América Latina, que, poucos anos mais tarde, daria impulso à criação do CONESCAL. RESULTADOS: Percebo que, a despeito da expertise brasileira, houve uma fragmentação do pensamento sobre o equipamento escolar na participação do Inep registrada no primeiro Seminario sobre la situación de las Construcciones Escolares em América Latina.

PONENCIA 02: Programa Especial de Educação (PEE): arquitetura escolar como política científica no subdesenvolvimento

AUTOR: Michel Vale. São Paulo, Universidade de São Paulo, Brasil

O governo de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987), junto com o vice-governador, Darcy Ribeiro, marcou a história brasileira pela prioridade dada ao setor educacional. Suas principais ações foram organizadas através do Programa Especial de Educação (PEE) e abrangeu a construção de centenas de Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) e de edificações modulares de menor

porte que utilizavam componentes produzidos na Fábrica de Escolas. Todas as construções utilizavam peças pré-fabricadas, em concreto ou argamassa armada, de autoria de Oscar Niemeyer e João Filgueiras Lima, o Lelé, arquitetos indissociáveis da modernidade brasileira. Tal programa é reconhecido como tributário do pensamento desenvolvimentista nacionalista e remonta a um ciclo ideológico que floresceu nos anos 1930-1960, retomado de certa forma pelo governo Brizola na redemocratização brasileira. Fundamentou-se nessa tradição intelectual que combinava interpretação da condição do subdesenvolvimento latino-americano e um programa de ações a ser conduzido pelo Estado para sua superação. A arquitetura pública foi mobilizada pela sua relevância simbólica e material, considerando sua forte inserção tanto no campo da cultura quanto da economia. Procuramos evidenciar como tal produção escolar foi fruto de uma concepção sobre a pesquisa tecnológica e sua função para a superação da condição de subdesenvolvimento. Para isso, foram levantados episódios e projetos pregressos em que os temas relativos à política científica e projetos de reforma universitária ligados aos sujeitos em tela foram realizados no âmbito da América Latina. Essas experiências estavam condicionadas ao pressuposto de elevação dos níveis de reprodução social com vistas à superação da pobreza, fundado na democracia e na justiça social. A recuperação da história do PEE e de suas relações com uma política científica autônoma pode ressignificar aspectos da pesquisa tecnológica e do planejamento aplicados à arquitetura em face das especificidades da realidade brasileira e dos renitentes entraves para seu desenvolvimento.

PONENCIA 03: Reflexões sobre o Simpósio sobre Barateamento da Construção Habitacional, ocorrido em 1978, Salvador - Bahia

AUTOR: Joaquim da Silva Nunes Junior. Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Neste texto, pretende-se fazer uma análise do Simpósio sobre Barateamento da Construção Habitacional ocorrido em Salvador, na Bahia, Brasil, entre 26 e 31 de março de 1978, buscando gerar reflexões sobre seu diálogo com as diretrizes do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, que teve, dentre seus objetivos, estimular, por meio de ações federais, a expansão da produção industrial em consonância com a conjuntura econômica internacional. O Simpósio foi uma ação estatal amparada por entes federais que buscou, a partir de uma série de debates relacionados à produção de moradias de baixo custo, com a participação de 2.500 inscritos, onde foram apresentados 100 trabalhos abordando os seguintes temas: tecnologias de projeto e construção de habitações, tecnologias de urbanização, tecnologias de produção de materiais de construção, racionalização dos serviços de construção e, por último, legislação relativa à habitação popular e políticas de investimentos públicos. O evento foi patrocinado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e contou com o copatrocínio de entidades nacionais: Associação Brasileira de COHABs, a Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil (CNICC), a Companhia do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CEDURB), as Universidades Federais da Bahia e de São Carlos, dentre outros; e estrangeiras: Florida International University (FIU), International Association for Housing Science (IAHS), International Technical Cooperation Center (ITCC) e University of California, Los Angeles (UCLA). Através destas reflexões, busca-se esboçar uma ideia de modernização estatal, a partir dos projetos de desenvolvimento industrial e suas relações com a produção de habitação de baixo custo, sob a lente do referido evento soteropolitano, que ocorreu em épocas da ditadura militar no Brasil.

PONENCIA 04: Construyendo la casa común. Estado, urbanización popular y formas de organización social en el norte de la Ciudad de México, 1960-1990

AUTOR: Cuauhtémoc Ochoa Tinoco. Academia de Ciencia Política y Administración Urbana, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, México

Esta comunicación se centra en la trayectoria de una organización social integrada básicamente por colonos de asentamientos populares del norte de la Ciudad de México. Con diferentes formas organizativas y programa de acción, tuvo un papel significativo en la construcción del hábitat de sectores importantes de la población en valle de Cuautepec durante aproximadamente cincuenta años, zona que hoy es una de las más densamente pobladas y conflictivas de la capital mexicana. La organización impulso la participación de base en una lógica "ambigua": como una representación corporativa formal del partido gubernamental y, en la práctica, como una organización independiente al Estado con una agenda propia vinculada con las necesidades de los pobladores que representaba. El estudio de esta experiencia organizativa de gestión social muestra, por un lado, diferentes momentos del proceso de urbanización popular en esa localidad; por otro, nos da cuenta de cómo se produjeron, pese a los marcos limitados y controlados de participación que existían en el régimen político del Partido Revolucionario Institucional (PRI), formas de participación autónomas de carácter ciudadano con capacidad de acción y negociación con los poderes políticos locales y de la ciudad. En este sentido se pretende analizar la relación entre organización de colonos, gobierno y partido, marcada por la tensión entre movilización, negociación, satisfacción de demandas y apoyo. En ocasiones había coincidencias entre estos actores o era conflictiva esa relación y en otras el Estado imponía una agenda que era modificada por la resistencia o acción de los pobladores organizados. Estas relaciones se expresaban en la manera en que se implementaban las acciones gubernamentales en el territorio y en la configuración de los espacios urbanos gestionados, mediados esos procesos por los técnicos gubernamentales y los saberes y conocimientos de los pobladores y los líderes de la organización.

PONENCIA 05: Políticas para a favela no subdesenvolvimento: a tese brasileira no X Congresso da UIA (1969)

AUTORA: Paula Gorenstein Dedecca. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontíficia Universidade. Católica de Campinas, Brasil

O artigo parte da tese "Participação do arquiteto nos programas de habitação de interesse social", apresentada pelo Brasil no X Congresso da UIA (Buenos Aires, 1969), para pensar uma trama de agentes e saberes interessados no problema habitacional dos países subdesenvolvidos. Elaborada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, a tese interpelava pressupostos centrais assumidos pela União para o enfrentamento do tema, abordando questões técnico-teóricas no contexto dos países pobres, para, ao final, comparar soluções "oficiais" e "espontâneas", notadamente a favela, pleiteando uma profunda transformação na prática da arquitetura e do urbanismo a partir de outra equação entre Estado, campo profissional e população. A reflexão apresentada ao debate internacional costurava uma teia de acontecimentos. Com escalas e alcances diversos, podemos citar os projetos de Cajueiro Seco (1963) e de urbanização da favela de Brás de Pina (1969) que desafiavam a hegemonia do desenho e se aproximavam da participação comunitária e da preexistência construída e cultural; as significativas transfor-

mações do ambiente construído provocadas pela política habitacional e de planejamento regional do regime militar; os diálogos com expertos estrangeiros que há pouco passaram pelo país, como Anthony Leeds ou John Turner, ou as atividades do Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Ademais, a intervenção brasileira se alinhava a uma crítica compartilhada por países subdesenvolvidos, que atingia em 1969 sua tensão máxima, acerca da ideología universalista da racionalidade técnica, hegemônica no interior da UIA, e da adesão da instituição ao discurso do desenvolvimento etapista. Assim, assumindo a tese brasileira como ponto focal, o artigo pretende pensar a relação entre as apropriações locais, as operações entre fronteiras e as ambições disputadas em âmbito internacional, buscando circular ideias e agentes entre o meio técnico, disciplinar e político; entre o contexto nacional, subdesenvolvido e global; entre o lugar especializado e não especializado de pensar e intervir na cidade.

PONENCIA 06: Habitação e Estratégias Políticas: a International Basic Economy Corporation (IBEC) e sua atuação na América Latina

AUTORA: Michele Aparecida, Siqueira Dias
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Esta comunicação pretende analisar as relações entre Estados Unidos e América Latina no campo da habitação por meio da atuação da International Basic Economy Corporation (IBEC), empresa do grupo Rockefeller que operou entre 1947 e 1980. A IBEC possuía uma divisão específica, a IBEC Housing, voltada para projetar e construir conjuntos habitacionais, além de negociar acordos políticos com o Estado para sua viabilização. Durante seu funcionamento, a IBEC construiu diversos conjuntos habitacionais em países como Brasil, Chile, México, Peru e Porto Rico, dentro do contexto da Guerra Fria e dos discursos de hegemonia dos EUA na América Latina.A instalação da IBEC nos países latino-americanos envolvia a busca por financiamento e a promoção de um ideal de cidade moderna, com infraestrutura urbana pública e privada. Os acordos para viabilizar esses projetos revelam disputas e tensões políticas. Como exemplo, podemos citar as ações em Porto Rico e no Brasil: enquanto o primeiro contou com facilidades de financiamento estimuladas pelos EUA, o projeto brasileiro enfrentou diversos obstáculos, incluindo problemas na escolha do canteiro de obras e desafios no método construtivo, resultando em um atraso de duas décadas da obra. A partir da análise das redes e discursos envolvidos na atuação da IBEC, esta comunicação pretende demonstrar como as narrativas e ações da empresa influenciaram as relações entre os Estados Unidos e a América Latina, situando-se em uma perspectiva transnacional da história da habitação e do urbanismo, mobilizando e conectando seus agentes políticos e econômicos e as instituições envolvidas.

PONENCIA 07: La institucionalización del Urbanismo en Córdoba al promediar el siglo XX. Hipótesis para una investigación en curso

AUTORES: Juan Sebastián Malecki. Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño, Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba – Instituto de Humanidades – Conicet, Argentina
Martin Fusco. Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño - Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

La presente ponencia se propone reponer el complejo proceso de la emergencia e institucionalización de la disciplina del Urbanismo en Córdoba, Argentina, entre 1927 y 1973. Para ello, propondremos una serie de hipótesis que nos permitan aproximarnos a las múltiples y heterogéneas formas en que la noción de Urbanismo circuló en la ciudad, generando los espacios y mecanismos para su consolidación local.
Así, la primera hipótesis sostiene que el periodo propuesto puede dividirse en dos momentos: uno, en el que el urbanismo no traspasó los límites del discurso y de las aspiraciones de una elite; y otro en el que, por medio de una serie de cambios institucionales, logró insertarse tardíamente en el Estado y en la Universidad. La segunda hipótesis propone que la tradición de la ciudad-jardín tuvo una presencia hegemónica en Córdoba, utilizada tanto por compañías urbanizadoras como por los especialistas del urbanismo. La tercera hipótesis plantea que, al igual que lo que ocurría en el país, en un primer momento fueron agrimensores, ingenieros, higienistas y constructores los principales impulsores del urbanismo, además de ejercer efectivamente la práctica de la disciplina. Asimismo, el municipio fue consolidando un cuerpo normativo sobre la edilicia y las urbanizaciones. En un segundo momento, a finales de los años 40, aparecieron las primeras reparticiones públicas específicas, se consolidó un cuerpo técnico, y el municipio complejizó su marco normativo. Proceso liderado casi exclusivamente por arquitectos. Hacia los años 60 comenzó una tercera etapa, en las que las relaciones con las ciencias sociales y la incorporación del planeamiento y la región tensionaron nuevamente la disciplina. Como última hipótesis, el cuerpo técnico se constituyó con profesionales que actuaban tanto en el municipio como en la academia, comenzando un proceso de especialización disciplinar a partir de estudios de posgrado realizados en el exterior.

PONENCIA 08: Arquitectura chilena en el escenario iberoamericano: agentes, Estado y construcción de prestigio

AUTORA: Stela Mori
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo, Brasil

En el proceso de circulación de saberes y valores en el contexto historiográfico iberoamericano, la visibilidad y el prestigio de las producciones arquitectónicas latinoamericanas suelen ser marginalizadas. En este contexto, en Chile, al final de su dictadura, emergió una nueva fase para la arquitectura del país que ganaría relevancia principalmente a través de premios y publicaciones en la Península Ibérica y América. La bibliografía sobre este fenómeno se enfoca en las proposiciones formales de la producción, y menos en los agentes y lógicas de promoción que serán la base de este trabajo, con énfasis en las dinámicas que repercuten en el Estado. En tiempos de "neoliberalismo progresista", los agencia-

mientos privados y públicos se entrelazan con la cultura y la razón del mundo neoliberal para explicar las condiciones materiales y culturales que posibilitaron la externalización de la arquitectura chilena. Para investigar
las dinámicas relacionadas con este fenómeno, la investigación moviliza documentos estatales y la historiografía chilena en diálogo con entrevistas realizadas en campo y teorías sociales que conectan el campo arquitectónico con el político. Los arquitectos aparecen como figuras centrales en este proceso, no solo como mentes de proyecto, sino
también como agentes que introducen la lógica neoliberal, articulando prácticas que promueven y legitiman la arquitectura chilena en el escenario global y en el gobierno. El Estado, por su parte, emerge tanto como un agente indirecto a través de las condiciones materiales y culturales reflejadas en la sociedad, como un cliente y promotor que retoma el interés por el campo arquitectónico en la celebración del Bicentenario de Independencia. A partir de estas articulaciones entre agentes y lógicas de producción y consagración, la investigación no solo ilumina el caso chileno, sino que también invita a reflexionar sobre los papeles y responsabilidades de la arquitectura en contextos marcados por la hegemonía neoliberal.

PONENCIA 09: Transformaciones en las normativas urbano-territoriales: ideas, urbanismo y propuestas. Mar del Plata 1959-1979

AUTOR: Carlos Mazza. Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño. Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina

El estudio histórico de las normativas urbano-territoriales permite indagar en sus condiciones técnicas y urbanísticas específicas, pero en no menor medida sobre su conformación intelectual en tanto objeto disciplinar complejo.
Se parte de la premisa de que un plan, código o normativa condensa no solamente principios técnicos o de transformación de la ciudad que trata, sino también ideas constitutivas sobre la organización social, la relación con el medio natural, las bases teóricas referentes al urbanismo y la ciudad, los saberes de otras disciplinas convergentes en su concepción, o los principios legales que lo rigen.
El análisis y explicación de los elementos señalados en el párrafo anterior constituyen el objeto de este trabajo que se focaliza en las transformaciones normativas urbanísticas marplatenses producidas en el período estudiado. El lapso considerado responde a distintos momentos normativos que comienzan con la ordenanza 1117/59, que establece el Código de Zonificación Preliminar producto de la realización de un Plan regulador para la ciudad desarrollado por urbanistas del grupo UR asociado con otros profesionales, completado a inicios de la década de 1960 por varias normas producto de la intervención del urbanista Gómez Gavazzo, y que finalizan con el Código de Ordenamiento Territorial para el partido de General Pueyrredón de 1979, que responde a lo indicado en la Ley provincial 8912/77 y a propuestas contenidas en las conclusiones de diagnósticos institucionales previos.
Los resultados generan avances e hipótesis sobre las normativas tratadas en lo referente a teorías o realizaciones y propuestas de urbanistas, a nuevos criterios urbanísticos basados en fundamentos de carácter político y social, a la subdivisión y fragmentación de la ciudad y el territorio circundante, y a los avances de preceptos y principios de conservación ambiental en las normativas urbano-territoriales, a la vez que de las transformaciones de las expresiones normativas en el tiempo.

PONENCIA 10: Transformaciones urbanas de la ciudad de Maldonado durante los años 70. Análisis de la trama estatal y los actores involucrados así como los discursos, saberes, imágenes y representaciones urbanas construidas en dicho período

AUTORA: Victoria Lembo. Centro Universitario Regional Este. Universidad de la República, Uruguay

En el mes de julio de 1976, la prensa local de Maldonado anunciaba la demolición de una antigua vivienda ubicada en el centro de la ciudad y la construcción de un nuevo edificio. La imagen y el texto tienen una pretensión realista, de narrar lo inevitable en el instante en el que ocurre evidenciando a la vez, que la prensa está ahí para registrarlo. También en julio, otra nota anuncia dicha demolición, esta vez, informa sobre la futura construcción. Con el título "Maldonado progresa" presenta la maqueta del edificio de tres plantas: contendrá apartamentos, locales comerciales y un hotel de "primera categoría". Estas notas constituyen un ejemplo de las transformaciones que atravesó Maldonado
durante los años 70, bajo la gestión de dos intendentes interventores: el Coronel José María Siqueira (1973 -1976) y el Teniente General Juan César Curutchet (1976 – 1980) en el marco de un proceso dictatorial que atravesó el Uruguay desde 1973 a 1985. Bajo su gestión se realizaron diferentes intervenciones en la ciudad que pueden resumirse en cuatro puntos centrales: restauración de instituciones asociadas al pasado colonial (recuperación del Cuartel de Dragones); reformas de espacios públicos para "embellecer" y posicionar a Maldonado como destino turístico (remodelación de la Plaza San Fernando y la instalación de una fuente luminosa y musical); la demolición de antiguos edificios y la construcción de nuevas edificaciones asociadas a la idea de "progreso"; la instalación de infraestructura deportiva de acceso público.
Esta investigación busca identificar la estructura estatal y los agentes técnicos y políticos que intervinieron en las transformaciones urbanas de la época y conocer sus propuestas y ejecuciones. También busca identificar los discursos, los saberes, las imágenes y representaciones urbanas que circularon, determinando en parte, su actuación. El enfoque es de carácter cualitativo y el abordaje metodológico prioriza la realización de entrevistas y el análisis de discurso a partir de documentación de archivo y prensa.

PONENCIA 11: Desarrollo profesional y programas de vivienda: la propuesta de Aslán y Ezcurra y Urbis para el barrio San Pedro (Mendoza- Argentina, 1970 c)

AUTORA: Cecilia Raffa. Instituto de Ciencias Humanas, Sociales y Ambientales, Argentina

Durante la década de 1970, varios estudios de arquitectura identificaron valiosas oportunidades de interacción con el Estado a partir de la ejecución de planes de vivienda. Uno de ellos fue el Plan VEA (Viviendas Económicas Argentinas), financiado por el Banco Hipotecario Nacional a partir de 1969 y hasta 1972. Este plan se centró en el otorgamiento de créditos para la construcción de viviendas agrupadas a empresas constructoras, en general asociadas a estudios de arquitectura con trayectoria. Los concursos de "proyecto y precio", requerían que los grupos habitacionales tuvieran estudios de infraestructura y equipamiento social completos. Esta modalidad supuso un avance cualitativo al abandonar la concepción de viviendas como meros objetos arquitectónicos repetitivos, para conceptualizarlas como parte de un conjunto habitacional integrado. Sin embargo, en la mayoría de los casos, estas viviendas quedaron desconectadas de la estructura urbana o suburbana que las acogía. La op-

eratoria posibilitó la construcción de alrededor de 30.000 unidades en diversos puntos del país, entre ellas las 1219 del barrio San Pedro ubicado a 40 kilómetros de la capital de Mendoza, en el departamento de San Martín.
El objetivo de este trabajo es explorar el vínculo entre el Estado y los estudios profesionales en el desarrollo de planes urbanos de vivienda, a través del caso propuesto. Se sostiene que estas operaciones, lideradas por agentes externos a las oficinas públicas, fueron fundamentales en el proceso de "modernización y renovación" del campo arquitectónico entre 1960 y 1980. Durante la primera mitad del siglo XX, este rol fue desempeñado por una creciente burocracia técnica, pero en las décadas indicadas, la responsabilidad se desplazó hacia los grandes estudios de arquitectura, lo que tuvo un impacto significativo en la morfología de la arquitectura pública en general y de la vivienda en particular. El análisis se basa en fuentes documentales editadas como reglamentaciones, prensa, revistas especializadas y material gráfico sobre el conjunto habitacional en cuestión.

PONENCIA 12: En torno al Plan Nacional de Construcciones Escolares de 1965 en Argentina. Experimentación proyectual en clave territorial

AUTORAS: Daniela Cattaneo. Centro Universitario Rosario de Investigaciones Urbanas y Regionales. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - Universidad Nacional de Rosario, Argentina
Isabel Durá Gúrpide. Instituto de Ciencias Humanas, Sociales y Ambientales. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Centro Científico Tecnológico Mendoza y Universidad Nacional de Cuyo, Argentina

Después de la II Guerra Mundial, la educación se entendió como un factor fundamental para el desarrollo de los Estados y superar el analfabetismo se convirtió en un objetivo prioritario. Las elevadas tasas de analfabetos estaban directamente relacionadas con la falta de suficientes centros de enseñanza y, consecuentemente, los planes estatales de construcción de escuelas fueron objeto de una creciente especialización. La dimensión internacional del problema se plasmó en publicaciones, exposiciones, encuentros y viajes como catalizadores de nuevas ideas.
En Argentina, el debate disciplinar en torno a la arquitectura escolar se capitalizó en la planificación y la definición de proyectos tipo. En 1965 se puso en marcha un Plan Nacional de Construcciones Escolares elaborado por un equipo de funcionarios locales y asesores del CONESCAL y la UNESCO. En base a un diagnóstico de necesidades, se establecieron los objetivos del plan y un grupo de técnicos, entre los que se encontraban los arquitectos Fermín Estrella y Miguel Cangiano, definió los prototipos de escuelas rurales ER65 y ER66 que aunaron la sistematización con variables locales. Estos fueron utilizados por el Consejo Nacional de Educación y, además, puestos a disposición de otros agentes: gobiernos provinciales, municipios y cooperativas escolares. La experimentación con las escuelas rurales fue la cantera desde donde el sector de investigación y desarrollo de la Dirección Nacional de Arquitectura Educacional, creada en 1969, continuaron desarrollando otros prototipos escolares, siendo el más difundido el denominado Módulo 67 para escuelas secundarias urbanas. Parte de estos avances fueron también capitalizados en la normativa: la "Política de las Construcciones Escolares" (1970) y el "Código Rector de Arquitectura Escolar" (1972). Se propone entonces, a partir del trabajo con fuentes primarias provenientes del Centro Interdisciplinario de Estudios Complejos (CIEC-FAU-UNLP),

del Archivo Profesional de Fermín Estrella y del CEDIAP, el estudio del Plan en relación a su alcance y particularidades territoriales, al rol de los organismos internacionales en su definición y de los agentes de las oficinas técnicas en la ideación de una arquitectura que, lejos de la vanguardia tecnológica, persiguió atender a las necesidades sociales y particularidades locales con tecnologías propias de su medio.

E5_04_Vivienda Social Moderna y Mestizaje en América Latina

COORDENADORES:
Felipe Hernández, University of Cambridge, Reino Unido
Flávia Brito do Nascimento, Universidade de São Paulo, Brasil

PALABRAS CLAVE: Mestizaje; Vivienda Social; Arquitectura y Urbanismo Modernos
RESUMEN: Este eje temático explora la emergencia del concepto de vivienda social moderna en el contexto del mestizaje. Según críticos contemporáneos como Federico Navarrete, Silvia Rivera Cusicanqui, Serge Gruzinski, Edward Telles y Peter Wade, entre otros, la noción de mestizaje no representa una mezcla armónica de razas que conduce a la producción de una sociedad étnico-racialmente homogénea. Al contrario, los procesos de mestizaje significan un intento por eliminar la diferencia racial dentro de la construcción de naciones modernas, marginalizando a 'no-blanco' ('lo negro' y 'lo indígena'). Por ello, en contextos recientes e interdisciplinares, el concepto emerge como un elemento clave para comprender tanto la riqueza como la violencia en América Latina y se diferencia de otros conceptos como la hibridación trabajado por autores como Néstor García Canclini y Peter Burke, ya que el mestizaje se concibe como una crítica al consenso, la armonización o la síntesis. Si bien la formulación del mestizaje como una mezcla armónica -y no como un proceso plagado de tensiones- es ampliamente aceptada en el ámbito académico, esta interpretación no abarca la complejidad de las políticas fueron necesarias para lograr la homogeneidad étnico-racial deseada, ni tampoco las experiencias de las personas sujetas a la homogeneización. Para abarcar estas esferas, es necesario examinar el papel que jugó la arquitectura en los diferentes proyectos de mestizaje a lo largo de las Américas, y en particular, aproximarnos a la vivienda como una tecnología de homogeneización. Como lo ha demostrado Luis Carranza, la producción de vivienda social en arquitectura moderna Latinoamericana ha partido muchas veces de la premisa del vacío de las experiencias y de la inferioridad del trabajador y de la trabajadora, fomentando la destrucción para construir sobre bases higiénicas, nacionales y ordenadas en la dirección del estado de bienestar.

Esto se puede apreciar en los textos promueven la construcción de vivienda social entre las décadas de 1930 y 1970, y revelan el deseo de consolidar la condición urbana de la 'clase trabajadora' fundamental para construir naciones y sociedades modernas. Al mismo tiempo, los arquitectos de la época, en su afán por 'modernizar' la ciudad, adoptaban la idea de que todos los ciudadanos representan una masa homogénea de personas , una homogeneidad que permite la implementación de principios de diseño moderno en la construcción de viviendas a través de los cuales se niega la existencia de diversas formas de vivir, construir y habitar la ciudad.

Con el fin de analizar las múltiples dimensiones de los procesos de urbanización ocurridos en la mitad del siglo XX, este Simposio Temático explora las intersecciones entre el mestizaje y la arquitectura moderna como proyectos sincrónicos de construcción nacional que refuerzan discursos europeizantes y reivindican, tácita o abiertamente, jerarquías raciales que marginan a muchos habitantes. Invitamos a la presentación de ponencias que estudien documentos históricos relacionados con la construcción de vivienda social en el periodo de 1930 a 1970, discutiendo las dimensiones raciales, de género y clase contemplando toda la gama de apropiaciones y tensiones sociales dichas dimensiones generan. Asimismo, se solicitan ponencias que analicen proyectos de vivienda social en el periodo

mencionado, enfocándose en el choque entre 'lo moderno' y el ser racializado como expresión de lo 'no-moderno' o 'antimoderno'. También se convocan ponencias que exploren las oposiciones entre la arquitectura moderna (erudita y blanco-mestiza) y los entornos urbanos autoconstruidos, también en la perspectiva fronteriza que conlleva el concepto de mestizaje, ya que son n espacios históricos de las minorías étnico-raciales.
En resumen, este Simposio Temático se propone aportar una discusión crítica sobre historia de la arquitectura y el urbanismo modernos en las Américas, tradicionalmente construida desde el análisis formal.
Con ello, nos sumamos a otros esfuerzos de investigación que comprenden la historia de la arquitectura en general, y de la vivienda social en particular, en sus dimensiones sociales, culturales y cotidianas, aproximándonos desde las realidades socio-espaciales de los habitantes urbanos en todo el continente.

COMUNICAÇÃO 01: A casa como ponto de discussão e de construção do ideal nacional da Primeira República no Brasil

AUTORES: Ana Beatriz Pahor Pereira da Costa (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo, Brasil)

Em meio ao processo de construção nacional impulsionado pelo fim do Império e início da Primeira República no Brasil (entre final do século XIX e início do século XX), a habitação tornou-se tema central nos debates entre intelectuais e políticos. A escassez de habitações, a deterioração das condições de vida e os problemas sanitários decorrentes levaram a moradia a ser vista não apenas como questão social, mas também como instrumento de formação da identidade nacional, atrelada à moralização dos trabalhadores e suas famílias. As casas para trabalhadores elaboradas por importantes nomes dos higienismo nacional foram pensadas para, por um lado, serem alternativas tipológicas àquelas consideradas insalubres, como os cortiços, e, por outro, serem locais de disciplinamento moral dos trabalhadores e suas famílias, auxiliando em um processo de consolidação de um cidadão por meio da sua relação com o trabalho. Se o Estado brasileiro interveio institucionalmente na questão habitacional apenas a partir dos anos 1930, nas primeiras décadas do século, no entanto, já promovia essa tipologia habitacional higiênica para trabalhadores por meio de leis municipais de incentivo e padrões construtivos a serem seguidos. Os higienistas não abordavam explicitamente aspectos raciais. Seus discursos sugeriam uma concepção homogênea da classe trabalhadora, discrepante com a realidade. A maneira como descreviam cortiços, os hábitos ali cultivados e, principalmente, a população ali residente, revela a condenação que faziam a tais locais e práticas – associados a pessoas negras – que deveriam ser eliminados nas novas habitações higiênicas que projetavam. A alternativa habitacional ao cortiço que esses higienistas elaboraram, embora com adaptações à realidade brasileira, tinha diversas similaridades com o debate europeu sobre o tema que era constantemente citado em seus discursos. O presente trabalho tem como objetivo explorar como os discursos dos higienistas dos primeiros anos do século XX vinculavam à habitação para trabalhadores a um ideal maior de construção nacional, passando por processos de moralização e massificação da população.

COMUNICAÇÃO 02: Ecologias Racializadas: Mestizaje, informalidade e a formação da Zona de Conservação da Cidade do México

AUTORES: Giuliana Pavanelli Durón (University of Cambridge - MPhil in Architecture and Urban Studies)

Este artigo examina como a Zona de Conservação da Cidade do México opera como uma categoria espacial que abrange realidades conflitantes. Apresentada pelo governo como uma zona de transição entre a vida urbana e o campo rural, a Zona de Conservação se sustenta em fronteiras fictícias que separam o urbano do mundo natural. Focando em Xochimilco, um espaço simultaneamente valorizado como patrimônio cultural e como modelo para a regularização de assentamentos informais, exploro como a política urbana e a conservação ambiental atuam em conjunto para obscurecer as complexidades sociais e ecológicas da periferia. Os esforços para regulamentar essa área revelam sua natureza dinâmica e sua capacidade de abrigar múltiplas formas de vida ao mesmo tempo, desafiando a dicotomia urbano/natureza central ao imaginário nacionalista do México.

O artigo insere as discussões sobre informalidade e sobre a Zona de Conservação no campo da Ecologia Política Urbana, oferecendo um referencial crítico para compreender como o Estado mexicano atua como mediador entre degradação ambiental e desigualdade socioeconômica. Argumento que as políticas de regularização em Xochimilco refletem tensões mais profundas no interior do mestizaje, que busca conciliar os apelos revolucionários pela redistribuição da terra com os projetos de modernização e desenvolvimento. Em vez de harmonizar as diferenças, o mestizaje apaga formas alternativas de viver e de construir o espaço, reforçando desigualdades sistêmicas ao mesmo tempo que se apropria de identidades indígenas e rurais para legitimar projetos estatais.

As comunidades indígenas, assim como a água, são tornadas paradoxais dentro da cidade: incompatíveis com a modernidade urbana, mas essenciais para sua sobrevivência. Essas contradições estão profundamente enraizadas em políticas que enquadram os assentamentos periféricos tanto como ativos culturais quanto como ameaças ambientais. Em última instância, sustento que a Zona de Conservação da Cidade do México opera como uma paisagem racializada, onde o mestizaje continua a moldar tanto a governança espacial quanto as políticas habitacionais. Ao reposicionar a Ecologia Política Urbana na periferia, este artigo propõe uma reterritorialização dos sistemas de governança que reconheça as realidades interconectadas da vida em espaços como Xochimilco — transformando zonas contestadas em locais de possibilidade, e não de exclusão

COMUNICAÇÃO 03: Habitação social moderna na capital do Pará: arquitetura e discursos entre o local e o nacional

AUTORES: Celma Chaves (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Brasil)

Entre 1950 e 1979 foram projetados, construídos ou adquiridos pelo governo do estado do Pará uma série de conjuntos de habitação social a maioria na capital, Belém. Desde os produzidos pela política habitacional dos IAPIs até os financiados pelo antigo IPASEP (Associação dos Servidores Públicos do Estado do Pará), bem como pela posterior Companhia de Habitação do Pará (COHAB). Distribuídos em vários bairros, esses conjuntos de moradias apresentavam as tipologias de casas térreas e blocos

isolados de dois a três pavimentos. Alguns deles ainda abrigam sua função original, porém apresentam diversas alterações em sua materialidade que os tornaram irreconhecíveis como espaço habitacional, desvirtuando também os princípios sob os quais foram concebidos. Dentre esses se encontra o conjunto do IAPI no bairro de São Brás, construído em 1950. Esse conjunto de moradias obedece às principais diretrizes arquitetônicas e discursivas dos demais IAPIs implantados em outras cidades brasileiras. Outros conjuntos das décadas de 1960 e 1970 apresentam princípios e ideologias distintas que se expressam em sua estrutura físicos. Enfocando os dois casos, o artigo aborda os discursos traduzidos em princípios espaciais e sua relação com aspectos culturais presentes nos espaços de habitação na cidade, para compreender como as distintas tipologias adotadas se alinham com dois momentos relevantes de modernização da cidade e como nos modos de morar apresentados se identificam as transformações desse espaço construído que se modernizava. Adota procedimentos em pesquisa histórica e documental, em associação com dados de sua situação atual, em uma perspectiva que articula sua arquitetura aos significados dos processos socioculturais da modernização em desenvolvimento, e à sua sobrevivência na cidade do presente.

COMUNICAÇÃO 04: Transformação dos moradores e de suas casas no IAPI Vila Guiomar

AUTORES: Larissa Silva-Dias (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo, Brasil)

Construído ao longo da década de 1940, o Conjunto IAPI Vila Guiomar foi um dos primeiros empreendimentos de habitação social realizados pelo governo federal e sua implantação também se entrelaça ao crescimento urbano e ao processo de industrialização paulista. As mais de seis décadas decorridas desde o término de sua construção foram marcadas por acontecimentos e ações que permitem observar o Vila Guiomar hoje como um bairro residencial onde a memória operária do ABC paulista se faz presente. De modo análogo a outros conjuntos empreendidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), o Vila Guiomar atualmente está completamente inserido na mancha urbana e apresenta alto grau de transformação dos edifícios construídos e dos espaços livres propostos no projeto. Além disso, a valorização fundiária e o déficit habitacional são importante elementos que impactam na identidade demográfica do local, contribuindo e acelerando o processo de transformação morfológica e social na escala arquitetônica e urbana do Conjunto. Projetado para abrigar famílias operárias, atualmente os moradores são plurais, mas alguns descendentes das gerações de trabalhadores industriais permanecessem ali residindo. Mobilizando entrevistas e os resultados de oficinais com os moradores, o presente texto pretende analisar o perfil dos moradores do Conjunto Vila Guiomar, compreendendo de que modo essas alterações demográficas se relacionam às transformações físicas observadas.

COMUNICAÇÃO 05: Apagamentos do patrimônio operário: rememorações de uma colônia de trabalhadores em Americana - SP

AUTORES: Marina Gazzoli Pio (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo)

Este trabalho analisa a Colônia da Toyobo, um conjunto de habitações operárias vinculado à fábrica têxtil japonesa Toyobo do Brasil, em Americana (SP). Existente desde os anos 1960 e demolido em 2023, o conjunto se diferenciava de outras vilas operárias tradicionais do início do século XX, sendo composta por apenas 20 casas destinadas a famílias de funcionários estratégicos. Arquitetonicamente, as casas apresentavam uma linguagem moderna singular, com elementos característicos que contrastavam com outras residências do seu entorno. A partir de estudos do ambiente construído e de relatos de antigos moradores, elabora-se análises das dinâmicas domésticas e sociais dessas famílias operárias. Além disso, a arquitetura das casas nos permite compreender as hierarquias internas do ambiente de trabalho, já que residências com melhores condições de habitabilidade – melhor divisão espacial e condições mais adequadas de iluminação e ventilação – destinavam-se a famílias de trabalhadores de alto escalão, enviados pela matriz japonesa da empresa.
O trabalho discute ainda as dinâmicas de sociabilidade e a formação de redes comunitárias, que extrapolavam o ambiente fabril e estruturavam identidades coletivas no bairro. Analisa-se como a vida dessas famílias da Colônia era marcada pelo compartilhamento de espaços e rotinas, favorecido pela arquitetura e inserção urbana do conjunto, estabelecendo redes de apoio e pertencimento, especialmente entre as figuras femininas. O estudo olha para as relações de gênero e classe, observando o papel das mulheres na manutenção dessas dinâmicas sociais. Por fim, aborda-se como a destruição da vila reflete a marginalização das vivências dos trabalhadores e o apagamento de referências arquitetônicas e urbanas ligadas à classe operária.

COMUNICAÇÃO 06: Revolução e Política Habitacional em Cuba: Produção de Moradia Social nos Anos 1960

AUTORES: Álvaro Bretas de Carvalho Lopes Farias (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo)

Tendo em vista que, durante os regimes anteriores à Revolução Cubana de 1959, a habitação enquanto política pública era inexpressiva e havia sido colocada quase que inteiramente sob controle do mercado imobiliário, a seguinte pesquisa se propôs a estudar a produção de moradia social promovida pelo Estado Revolucionário Socialista para combater o déficit habitacional resultante da omissão dos governos anteriores. A pesquisa pretendeu realizar uma análise do contexto histórico da habitação cubana no período da pseudo-república, investigar os fundamentos ideológicos elaborados pelos arquitetos e teóricos da Revolução quanto às condições de produção habitacional em um cenário de subdesenvolvimento como o de Cuba e estudar como se deram as políticas de atuação do Estado Socialista no âmbito da moradia social. Por fim, a investigação culminou na análise de dois conjuntos habitacionais muito representativos – cada qual à sua maneira – das medidas adotadas pelo Estado Cubano nos anos 1960: a Unidade Vecinal Camilo Cienfuegos, situada no Leste de Havana, e o Distrito José Martí, localizado em Santiago de Cuba. A pesquisa permitiu identificar as diferentes estraté-

gias adotadas pelo governo no âmbito da produção habitacional ao longo dos anos. Em um momento inicial, o vigor revolucionário característico dos primeiros anos da Revolução se traduziu no trabalho dos arquitetos a partir de experimentações projetuais, espaciais e do aproveitamento de técnicas construtivas mais tradicionais, como a alvenaria. Contudo, já em um segundo momento da Revolução, o Estado, sendo confrontado pela realidade cubana de um país subdesenvolvido – e, portanto, de escassos recursos econômicos –, acabou recorrendo à arquitetura industrializada e à pré-fabricação da construção enquanto alternativas para acelerar e aumentar os resultados quantitativos no enfrentamento ao déficit de moradia.

COMUNICAÇÃO 07: Periferia Mestiça? Mulheres Negras na Autoconstrução enquanto Habitação Social

AUTORES: Clarianne Borges Departamento de Arquitetura, Universidade de Coimbra, Portugal
Tiago Castela Departamento de Arquitetura, Universidade de Coimbra, Portugal

A modernidade urbana e arquitetônica no Brasil consolidou um modelo de habitação social baseado em princípios eurocêntricos que, sob a justificativa de ordem e progresso, promoveram a homogeneização do espaço e reforçaram hierarquias raciais. Os provenientes discursos de mestiçagem, longe de representar uma síntese ou harmonização, funcionaram como um mecanismo de ocultação de desigualdades. Esta etnografia arquitetônica contribui para o debate sobre habitação social e mestiçagem ao explorar o potencial para a história urbana de interpretar a autoconstrução sob condições de informalidade como uma forma de habitação social à distância. Neste quadro, o trabalho concentra-se no papel de formas de arquitetura ativista que emanam do aparelho estatal na constituição de subjetividades periféricas, frequentemente à margem das políticas urbanas, e na forma como essas dinâmicas contribuem para negligenciar a centralidade da raça na divisão desigual das cidades nas Américas. O estudo ancora-se na tese de doutoramento em curso sobre as intervenções de mulheres arquitetas e acadêmicas nas ocupações Dandara e Eliana Silva, em Belo Horizonte, a partir do projeto Arquitetura na Periferia, e na experiência vivida das mulheres, majoritariamente negras, que participaram do projeto. Por meio de um olhar etnográfico sobre a construção do conhecimento arquitetônico, iremos colocar questões a partir do presente sobre uma longa genealogia de intervenções profissionais em espaços informalmente criados, em Belo Horizonte e em outras cidades brasileiras, com base em fontes secundárias. Nesse contexto, o estudo investiga como mulheres periféricas instauram um modelo alternativo de produção habitacional, baseado na autonomia e na ressignificação do espaço. A hipótese central é de que os grupos assistidos desafiam os padrões espaciais impostos, ao mesmo tempo em que criam formas de habitação que confrontam a lógica excludente das cidades. A metodologia combina análise bibliográfica e documental, incorporando críticas sobre mestiçagem, modernismo e transformações históricas da autoconstrução nas periferias urbanas.

COMUNICAÇÃO 08: Conjunto "Costa e Silva" e a Cidade Flutuante: provisão de moradia estatal em Manaus - AM

AUTORES: Bruna Lopes de Andrade Martins (Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais) b.lopesandrade@gmail.com
Luiza Martins Prazeres dos Santos (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade de São Paulo – FAU USP)

Na década de 1960, o processo de remoção da Cidade Flutuante – assentamento informal construído sobre palafitas ao longo da orla de Manaus – resultou na criação de conjuntos habitacionais destinados à população reassentada. Entre esses empreendimentos, destaca-se o Conjunto Habitacional Costa e Silva (1966), implantado no recém-criado bairro da Raiz, como parte das políticas modernizadoras e higienistas do período. O conjunto foi projetado por arquitetos cariocas e seguiu os preceitos da arquitetura moderna, buscando adaptar as edificações às condições climáticas da Amazônia. As unidades habitacionais consistiam em casas térreas padronizadas, distantes do centro da cidade, reforçando o discurso estatal de controle social sobre a população deslocada. Essa iniciativa se insere em um conjunto alargado de ações de promoção da modernidade, no qual as intervenções urbanas estavam associadas à ideia de progresso e desenvolvimento. A implantação do conjunto, no entanto, não correspondeu à realidade sociocultural dos moradores da antiga Cidade Flutuante. Além de insuficientes para atender à totalidade das famílias removidas, as novas habitações desconsideravam as dinâmicas sociais e econômicas anteriores. A população deslocada, principalmente composta por trabalhadores que migraram do interior do Amazonas, perdeu sua rede de suporte e suas estratégias de sobrevivência, que antes estavam ligadas ao rio. O "Conjunto Costa e Silva", portanto, exemplifica as questões que envolvem a arquitetura moderna e a produção estatal de moradia na região amazônica. O estudo deste caso promove a reflexão sobre os impactos do pensamento modernizador na paisagem, arquitetura e cultura na Amazônia

COMUNICAÇÃO 09: A linha curva e sensual: corpo, raça e mestiçagem na arquitetura moderna brasileira

AUTORES: Francisco Sales Trajano Filho (IAU-USP)

A associação entre a arquitetura moderna brasileira e a curva constituiu um verdadeiro leitmotiv da crítica arquitetônica na segunda metade do século XX, tal a recorrência com que foi mobilizada. Não era para menos. Do pavilhão brasileiro de 1939 a Pampulha, do Pedregulho ao Copan, a curva parecia convalidar uma maneira brasileira de fazer arquitetura, distinta da "ortodoxia" do ângulo reto saudado em poema por Le Corbusier. Ainda mais quando seu maior cultor não cessou de fornecer evidências das possibilidades plásticas desse elemento. Mais do que qualquer outro arquiteto do país, Niemeyer tornou a curva sua marca por excelência, e, por extensão, da arquitetura moderna brasileira. Afinal, como afirmou Lucio Costa, a arquitetura moderna brasileira é Niemeyer, tout court. Nada estranho que na maturidade o próprio arquiteto consagrasse esse elemento, com seu "Poema da curva" (1988). Como em um diálogo tardio e em resposta ao mais extenso "Poema do ângulo reto" (1955), de Le Corbusier, nele Niemeyer dispõe as razões de ser da curva, com sua gênese ancorada em sugestões da paisagem física e humana do país, sem ignorar seu pertencimento ao tempo presente. De forma

implícita, o poema alude às bases sobre os quais a arte e a arquitetura foram repensadas no Ocidente desde o final do século XVIII, com o meio e a raça pautando as formas de produção, recepção e crítica artística desde então. Se no poema de Niemeyer não há dúvida no que se refere às "montanhas do meu país", há muito de velado e interdito no que concerne ao "corpo da mulher amada". Observando o "Poema da curva" desde a perspectiva histórica da formação nacional brasileira, em particular da questão racial, o artigo propõe que a arquitetura moderna brasileira, em sua vertente mais celebrada, é tributária de um pensamento racializado em que a mestiçagem assume importância central, a despeito de seu apagamento historiográfico. E o corpo do qual fala o poema é a chave interpretativa a ser explorada, reveladora de um face que a arquitetura moderna, não só no Brasil, tratou de ocultar e reprimir.

COMUNICAÇÃO 10: Más allá del ideal moderno. Prácticas espaciales de la comunidad afrodescendiente del Barrio Salomia en Cali, Colombia

AUTORES: Liliana Andrea Clavijo García (Profesora Asociada, Universidad del Valle, Colombia)
Gustavo Salazar Cosme (Profesor Contratista, Universidad del Valle, Colombia)

Entre 1930 y 1970, las discusiones sobre el déficit habitacional, la higiene, la moral, áreas y programas de uso de las viviendas circularon ampliamente en escuelas de arquitectura, el gremio profesional y publicaciones especializadas en Colombia. Entidades estatales encargadas del diseño, asignación y financiación de la vivienda social, como el Instituto de Crédito Territorial (1939), trabajaron con un objetivo común: solucionar el "problema de la vivienda" y "los males de la sociedad" derivados de ocupaciones espontáneas en las principales ciudades.

Las exploraciones formales, tipológicas y técnicas logradas en diversos proyectos sin duda favorecieron la expansión urbana, pero anularon la diversidad de formas de habitación, los orígenes socioculturales y los sistemas de relacionamiento de los residentes.

Esta ponencia explora la tensión latente entre la homogenización proferida por entidades estatales en la provisión de vivienda social y la oportunidad que representa para la arquitectura y el urbanismo la existencia de formas de vida comunitarias que irrumpieron en el espacio físico de los barrios obreros aportando relaciones

socioespaciales y usos que no encajaban en ideal "moderno". Es el caso de la Carrera 3A entre las Calles 45 y 45A del Barrio Salomia en Cali, lugar de residencia de una comunidad de familias afrodescendientes fundadores originales que adquirieron su casa gracias a su condición de ser obreros de empresas municipales.

De manera asociativa, estas familias crearon dinámicas distintivas que trascendieron el espacio "moderno", para favorecer sus relaciones sociales, culturales y productivas fundamentadas en familias extensas de descendientes y allegados. Estas prácticas espaciales consolidaron su modo de vida dentro el barrio para asumir la crianza colectiva, representaciones cultuales a través de la música y la cocina comunitaria, propias del Pacífico Colombiano. Esta aproximación pone en crisis la noción de familia típica y hábitos urbanos socialmente aceptados impuestos por la arquitectura moderna blanco-mestiza.

COMUNICAÇÃO 11: Reflections on an indigenous housing program (Programa Morar Indígena-CDHU): social housing and guarani mbya onto-epistemological differences.

AUTORES: Beatrice Perracini Padovan (Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP) São Paulo, Brasil
Laura Pappalardo (Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP) São Paulo, Brasil

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) foi criada em 1949 com o nome "Casa Para o Povo". Passou por diferentes gestões e legislações, chegando ao nome atual em 1989. Este artigo analisa como os parâmetros de "povo", "desenvolvimento" e "habitação social" se moldaram ao longo de sua história e se aplicam ao Programa Moradia Indígena (PMI) [2], criado em 2001 para atender comunidades indígenas do Estado. A partir do contexto das aldeias Guarani Mbya em São Paulo, buscamos identificar a colonialidade nos parâmetros da habitação, especialmente no contexto indígena, e as diferenças onto-epistemológicas sobre o morar. Para tal, analisaremos o pós-uso das casas entregues na primeira fase do programa (2001-2004) a partir de entrevistas com lideranças e moradores das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá. Após vinte anos desde sua construção, muitas casas sofreram alterações ou foram abandonadas pelos indígenas, refletindo não apenas uma recusa ao modelo habitacional, mas uma dinâmica cosmológica própria, na qual a não durabilidade e a mobilidade fazem parte da forma de habitar guarani. A discussão se ancora no pensamento de Arturo Escobar sobre projeto, design e pluriverso [3][4] e na crítica de Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo) ao programa Minha Casa Minha Vida, que removeu lajes em favelas e quintais em quilombos [4]. Ambos questionam a arquitetura ocidental moderna e por consequência a colonialidade dos programas habitacionais, enraizados em uma ontologia cartesiana calcada no controle e na separação com homem-natureza, que negam a existência de outros mundos e formas de habitar. Assim, ao evidenciar como os parâmetros da CDHU e do Programa Moradia Indígena reproduzem a colonialidade do habitar, este artigo procura contribuir para os limites e possibilidades de um projeto habitacional que reconheça a diversidade onto-epistemológica de diferentes povos, ampliando o debate sobre habitação social como espaço de resistência e confronto entre diferentes formas de mundificação.

COMUNICAÇÃO 12: "Vivienda Sana": Race, Extraction, and the Eradication of Malaria in Venezuela, 1957-1968

AUTORES:Piergianna Mazzocca (History of Architecture and Urban Development Cornell University)

Este artigo examina a promoção de novos modelos de casas e a experimentação com materiais inovadores necessários para a transformação das moradias rurais. Citando as condições materiais das casas encontradas nas áreas rurais da Venezuela — a maioria construída com paredes de taipa e coberturas de palha — e sua dispersão na paisagem como a razão para a persistência da malária na região, apesar da pulverização com DDT, a Divisão de Malária lançou, em 1958, um programa de habitação rural para substituir as moradias precárias por casas modernas feitas de blocos de tierra-cemento (terra-cimento). O novo material, após anos de testes sobre o efeito residual do DDT em suas super-

fícies, foi apresentado como uma tecnologia inovadora na luta contra a doença. Neste artigo, examinarei o programa de habitação rural em detalhe, tanto em termos da experimentação material quanto da política espacial presente nas novas disposições interiores das casas. O programa encapsulava a visão da Divisão de Malária sobre como "melhorar" as populações rurais alvo de suas intervenções. A necessidade de "melhoria" era promovida principalmente por meio de preconceitos contra as moradias precárias e seus ocupantes. No programa, a habitação em casas modernas foi articulada pelos erradicacionistas venezuelanos como um mecanismo para melhorar as condições raciais e, ao mesmo tempo, conceder pleno status de cidadania aos habitantes rurais, promovendo o progresso econômico. Para essa análise, o artigo examina uma publicação de 1957 da Divisão de Malária intitulada Vivienda Sana, na qual se descrevia passo a passo o processo de construção e a aplicação adequada dos materiais aos futuros construtores e moradores. A leitura desse manual é feita em paralelo com uma série de palestras do diretor da Divisão de Malária, particularmente relevantes para compreender as suposições que fundamentaram o trabalho de saneamento, habitação e "melhoria". Nessas palestras, o diretor entendia o papel do programa habitacional como uma ampliação da função do sanitarista, incluindo uma missão cultural — e não apenas médica — voltada a assimilar segmentos da população que viviam em moradias precárias. De um lado, o saneamento, na forma de habitação moderna, era visto como uma ferramenta para "modernizar" populações racializadas, consideradas em um estado de suposto atraso no desenvolvimento. De outro, o saneamento era um veículo para promover e preservar o capital social do país — isto é, a força de trabalho encontrada nas populações rurais — impulsionando o salto nacional rumo ao desenvolvimento. Ambos os sentidos partiam de noções preconcebidas sobre a composição das populações rurais e sobre como elas poderiam ser "melhoradas" para atender aos interesses econômicos da nação. A extração, neste caso, realizava-se sobre os corpos dos novos habitantes das casas rurais. Assim, a questão que orienta este artigo é: de que forma as tecnologias médicas empregadas pela Divisão de Malária da Venezuela (no caso, as casas do Programa de Habitação Rural) construíram uma narrativa que vinculava a melhoria ambiental ao aperfeiçoamento da população, legitimando, assim, os esforços de modernização?

COMUNICAÇÃO 13: Testimonios de vida cotidiana en conjuntos modernos: los casos de la Unidad Vecinal Portales y la Villa Frei en Santiago de Chile

AUTORES: Umberto Bonomo (Profesor Asociado de la Pontifica Universidad Católica de Chile)
Rodrigo Gertosio. Doctor Pontificia Universidad Católica de Chile. regertosio@uc.cl

El 6 de Julio de 1966 se publicó en la Unidad Vecinal Portales en Santiago de Chile, el primer número del periódico de barrio titulado "Quiubo Vecino". Esta publicación es un testimonio único de las aspiraciones, anhelos y desafíos de una comunidad heterogénea, articulada y compleja de vecinos, vecinas, desplazados y allegados que desde 1960 empezaron a poblar el que será uno de los conjuntos habitacionales modernos más emblemáticos de Chile y de América Latina.
Con estas palabras se lanzó el primer número de este periódico popular: "Somos ya 8.000 los que vivimos en la población. dentro de poco pasaremos los 10.000. Constituimos una familia grande con una población que supera a las de muchos pueblos y pequeñas ciudades de nuestro País. Pero, hasta ahora no nos conocemos entre nosotros mismos. Vivimos aquí en la población desde hace algunos meses o unos pocos años; nos hemos hecho de algunos amigos sin duda, pero ignoramos los problemas, las

inquietudes, los valores, las actividades y los anhelos de la gran mayoría de nuestros vecinos. Necesitamos unirnos, trabajar juntos, ayudarnos, para darle calor humano y vida a estos edificios espectaculares que forman la población. Para esto ha nacido el Quiubo Vecino".
Esta publicación constituye un instrumento clave para examinar el papel que tuvo la arquitectura y en especial modo las propuestas de vivienda social, entre 1950 1970 en el proceso de modernización espacial, urbana y social del contexto chileno.
Las ideas, las aspiraciones, los conflictos y las demandas que surgieron de la Comunidad de vecinos, y que están recogidos en este periódico dan cuenta de un proceso complejo no lineal, pero que en ningún momento trató de homogeneizar o aplanar la procedencia y la complejidad cultural de los habitantes, sino que por el contrario trató de forma positiva y constructiva de articular espacios de encuentro con el objetivo de conformar comunidad.
Debatir estas ideas y este caso de estudio, en el marco de la mesa vivienda social moderna y mestizaje en América Latina, puede contribuir a la comprensión de algunos de los procesos que se iniciaron en este momento y que todavía son parte de las dinámicas sociales de nuestras metrópolis contemporáneas.

COMUNICAÇÃO 14: À Margem da História: a questão racial na política habitacional moderna em Manaus

AUTORES: Isabella De Bonis Silva Simões (Universidade de São Paulo, Brasil)
Alex de Carvalho Matos (Universidade de São Paulo, Brasil)

Examinando a história da modernização da cidade de Manaus, chama atenção as abordagens dos jornais da época sobre o episódio da remoção da Cidade Flutuante, sobretudo em relação à construção do Conjunto Habitacional da Raiz e de Flores. A Cidade Flutuante foi um bairro que surgiu sobre as águas do Rio Negro em frente ao porto de Manaus, em seu momento mais populoso chegou a ter mais de 1.200 flutuantes (habitacionais, de comércio e serviço) e cerca de 12.000 habitantes. Com a chegada da Zona Franca, Manaus passa por um novo momento de modernização e as construções tradicionais, caboclas e ribeirinhas, passam a ser marginalizadas. Sob o argumento da "melhoria de vida", a modernização arquitetônica colocou em xeque certos "modos de vida". Partindo das polêmicas na imprensa local, a presente investigação envereda pelos meandros desse capítulo da história em construção da habitação social moderna em Manaus. Interessa compreender de que maneira a questão racial opera na relação entre a remoção da Cidade Flutuante e a produção dos conjuntos de habitação social, entendendo essa dinâmica como fundamental para a marginalização das tipologias construtivas ribeirinhas.

COMUNICAÇÃO 15: As experiências do Programa de Cooperação Internacional para Reabilitação de Habitações na América Latina, da Junta da Andaluzia, como contrapartida à habitação como mecanismo homogeneizador e produtor de hierarquias raciais

AUTORES: Claudia Andreoli Muniz (FAUUSP; FAAP; Brasil)

Propõe-se apresentar, debater e problematizar as intenções e os resultados de experiências que se colocam como contrapartida à habitação social como mecanismo para homogeineizar e como negação da existência de diversas formas de viver, construir e habitar a cidade. Tais experiências foram realizadas por meio do Programa de Cooperação Internacional para Reabilitação de Habitações na América Latina, estruturado no âmbito da Secretaria de Obras Públicas e Transportes da Junta da Andaluzia, na Espanha. O programa teve como objetivo a recuperação de centros históricos em cidades latino americanas, na qual tipologias de habitações populares em edificações históricas foram entendidas como elemento-chave e, por esse motivo, foram objeto de intervenções dirigidas à reabilitação. Por meio do programa, vários exemplares de edificações históricas que estavam abandonadas ou ocupadas com habitações coletivas em cidades latino-americanas foram reformados e destinados à habitação social, mediante a alocação de recursos financeiros espanhóis e de assessorias técnica e de gestão. Arquitetos(as) locais, assessorados por profissionais andaluzes, fizeram parte das equipes e dos órgãos responsáveis pelos projetos. Embora as intenções do programa possam ser problematizadas, como a ampliação do raio de influência da Andaluzia no continente americano e o favorecimento de acordos comerciais a empresas espanholas, o programa não se propôs a adotar a lógica modernista de se destruir o tecido urbano histórico e se construir conjuntos habitacionais de desenho padronizado e homogeneizador, pelo
contrário, teve como propostas a reabilitação de edificações existentes e manutenção da população local, formada, sobretudo, por trabalhadores urbanos de camadas médias e baixas. Serão apresentadas experiências realizadas na Argentina, no Chile, no Equador e em Cuba.

E5_05_Bairros étnicos: entre história e patrimonialização

COORDENADORES:
Mônica Raisa Schpun. École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), França
Paulo César Garcez Marins. Museu Paulista / Universidade de São Paulo, Brasil

PALAVRAS-CHAVE: Bairro Étnico; História; Patrimonialização; Museus

RESUMO: O simpósio aborda os bairros étnicos como objeto de reflexão histórica, patrimonial e museal.Diversas questões serão trazidas à pauta: vizinhança e convivência multi-étnica, visibilidade e invisibilidade étnica, formas de ocupação do espaço urbano, atribuição de valor patrimonial e museal, estratégias de preservação, presença institucional, imprensa étnica, lazeres e feitas.O objetivo será criar um debate a partir de estudos de caso diversos quanto às cidades, os bairros, os períodos e os grupos representados.

COMUNICAÇÃO 01: Italianos em Belo Horizonte: zona suburbana, Bonfim ou Lagoinha?
AUTORA: Ana Lucia Duarte Lanna. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade de São Paulo, Brasil

A imigração italiana foi a mais significativa ocorrida em Belo Horizonte, Minas Gerais entre finais do século XIX e início do XX. Muitos desses estrangeiros trabalharam na construção civil como arquitetos e engenheiros, mestre de obras e pedreiros, ou ainda na estruturação de rede de serviços e pequenas empresas urbanas como padarias, restaurantes e serviços. Apesar de sua importância nunca alcançou relevância similar à ocorrida em São Paulo.
Com seu repertório estilístico construíram muitos edifícios públicos e particulares na nova capital. Belo Horizonte, e seu projeto de cidade planejada, respondia ao que se entendia por modernidade em finais do século XIX: reta, linear, higiênica, ordenada com separação de corpos, classes e etnicidades hierarquizava bairros e moradias. O que se entendia por moderno até os anos 1930, aproximava-se do liberty italiano, o que facilitou a incorporação e reconhecimento dos italianos construtores na cidade. Muitos deles concentraram suas vidas e moradias no bairro vizinho a área planejada, na I zona suburbana. Suas casas seguiam, em dimensões modestas, os mesmos parâmetros e modelos das construídas para as elites. O equipamento que nomeava o bairro era o cemitério do Bonfim. E um pouco mais tarde o mercado distrital de abastecimento Lagoinha. Referências pouco nobres e qualificadas, condizentes com os mundos do trabalho que esses estrangeiros simbolizavam.
O advento do modernismo, das guerras e dos nacionalismos, a partir dos anos 1930, alteraram essa aproximação étnica e desqualificaram o ecletismo trazendo o apagamento da presença física e simbólica desse grupo de estrangeiros. O bairro, decadente, abriga hoje grupos expressivos de dependentes químicos, ruínas e lotes subocupados. Uma classe média baixa ocupa as construções centenárias, muitas em ruínas. As aproximações e tensionamentos com outros bairros étnicos paulistanos, como o Bexiga é evidente e nos ajuda a pensar o lugar dos imigrantes e do trabalho na sociedade brasileira.

COMUNICAÇÃO 02: Histórias andarilhas: Francesas e Polacas em movimento na área central de São Paulo

AUTORA: Paula Ester Janovitch. REBRAPESC , Brasil

PALAVRAS-CHAVE: migração, prostituição estrangeira, vigilância estatal, identidade, São

Este trabalho analisa a presença e os deslocamentos de mulheres estrangeiras vinculadas à prostituição que trabalharam e/ou residiram entre duas ruas do Bom Retiro, em São Paulo, durante o período de 1940 a 1953. Essas ruas foram caracterizadas como parte da zona do baixo meretrício da área central de São Paulo. Por meio de registros oficiais, foi possível identificar aproximadamente 30 mulheres, majoritariamente francesas e polacas, que vivenciaram um contexto urbano marcado pela intensa vigilância estatal e por políticas de controle da população estrangeira.

Durante o Estado Novo, o governo brasileiro instituiu um conjunto de regulamentações para fiscalização de imigrantes considerados suspeitos de envolvimento com comunismo, anarquismo e prostituição. Como parte dessas políticas de controle, determinadas ruas foram delimitadas para o exercício "regulamentado" da prostituição. Por conta do regime de exceção do período e um espaço de confinamento para a prática da prostituição foi possível a investigação de parte da vida dessas mulheres por meio dos registros de controle e vigilância do Estado.

A pesquisa, fundamentada em fontes documentais pouco usuais, busca reconstruir aspectos das trajetórias dessas mulheres, explorando suas estratégias de sobrevivência e sua mobilidade em um cenário de repressão e normatização social. Ao abordar essas dinâmicas, o estudo contribui para a compreensão das relações entre gênero, imigração e controle estatal no período. A análise também busca dar visibilidade a histórias de vida destas "mulheres andarilhas" na cidade de São Paulo.

COMUNICAÇÃO 03: Enquistamentos étnicos e mobilidade social: a experiência dos imigrantes sírio-libaneses em São Paulo

AUTORA: Renata Geraissati Castro de Almeida. Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Oscar Egídio de Araújo, técnico de estatística do Departamento de Cultura e assistente da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, argumenta em seu artigo Enquistamentos étnicos, publicado em 1940, que, segundo suas etnias, os indivíduos possuíam diferentes características. Assim, era necessário ao governo federal conhecer o "comportamento das várias nacionalidades que têm procurado o território brasileiro no tocante a assimilação, para bem orientar a política imigratória". Para o autor, existiam colônias que não conseguiam atingir um nível aceitável de "fusibilidade", isto é, para alguns grupos culturais era pouco usual o casamento com pessoas de etnias diferentes, algo que propiciava a manutenção de suas tradições de origem. A dificuldade de inserção destes indivíduos em outros grupos impossibilitava com que estas pessoas ocupassem uniformemente o território municipal, e favorecia a concentração destas pessoas em lugares específicos, formando os "enquistamentos étnicos", conhecidos também por "guetos". Para Araújo, os exemplos desses comportamentos seriam os japoneses na Liberdade, os judeus no Bom Retiro e os sírios na região da Sé, principalmente no triângulo formado pelas ruas 25 de março, Cantareira e Avenida do Estado. Esta comunicação pretende analisar a validade dessa interpretação para a experiência dos imigrantes sírio-libaneses, por meio do cotejamento de fontes como alvarás, almanaques comerciais e registros da série Obras Par-

ticulares, do Arquivo Municipal. Ao investigar as formas de inserção dessa comunidade no espaço urbano, a pesquisa busca problematizar a construção da ideia de bairros étnicos nos anos 1930, demonstrando como essa categorização estava atrelada a concepções políticas e raciais da época. A pesquisa contribui para um debate sobre identidade e pertencimento da comunidade sírio-libanesa em São Paulo, questionando as representações espaciais que circunscreveram sua presença a determinados territórios em detrimento de outros.

COMUNICAÇÃO 04: Habitação, fronteiras e saberes em um bairro pluriétnico de São Paulo no início do século XX

AUTOR: Philippe Arthur dos Reis. Serviço Social da Indústria, Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

É um desafio para a História Urbana questionar a identificação de marcadores pré-concebidos que recaem sobre as cidades, especialmente aquelas que passaram por intensos fluxos migratórios na passagem do século XIX para o XX. Noções como "bairro operário", "fabril" ou "imigrante" foram amplamente mobilizadas na historiografia das cidades, quase sempre amparadas a partir de dados quantitativos que sugerem uma pretensa noção de totalidade, e mais, na criação e manutenção de um mito comum, como pontuado por Fredrik Barth (2011). Tais categorias, no entanto, tendem a obliterar não apenas a presença de outros grupos, mas também sua agência política, como da população negra do período do pós-abolição no Brasil (DOMINGUES, 2019).

O bairro do Brás, assim como outros na região da Várzea do Carmo em São Paulo, também se encaixa nessa proposição, pois, diferentes grupos imigrantes ali passaram a se estabelecer, especialmente por ser uma área mais acessível financeiramente que o centro da cidade (REIS, 2017). Contudo, a análise da imprensa e das petições encaminhadas ao poder público permitem entrever se tratar de um bairro complexo e plural, como proposto por Cerasoli (2004), habitado em grande parte por pessoas negras e imigrantes.

Assim, a partir da trajetória prosopográfica dos membros da Liga dos Inquilinos, buscamos trazer em pauta a diversidade pluriétnica do bairro do Brás nas primeiras décadas do século XX. Muitos de seus membros não permaneceram restritos ao bairro, mas participaram ativamente de ações políticas por toda a cidade, em um amplo processo de mobilização, circulação e, ao mesmo tempo, de tensões e ambiguidades. Nesse contexto, a população negra da região desempenhou um papel central, articulando-se de forma destacada no bairro e para além dele, o que rompe com a noção de fronteiras pré-estabelecidas e reforça o caráter dinâmico dessa área como espaço de mobilização urbana, especialmente a partir do debate internacional da habitação (REIS, 2024).

COMUNICAÇÃO 05: Liberdade, bairro plural: desafios conceituais de uma exposição sobre um bairro étnico

AUTORES: Mônica Raisa Schpun. École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), França
Paulo César Garcez Marins. Museu Paulista / Universidade de São Paulo, Brasil

O bairro da Liberdade, localizado imediatamente ao sul do centro da cidade de São Paulo, caracteriza-se por uma ocupação etnicamente diversificada desde o século XIX. Populações negras tinham ali importantes locais de religiosidade, a quem se somaram japoneses, chineses, portugueses, italianos, alemães, russos, libaneses, estadunidenses, taiwaneses, coreanos e mais recentemente haitianos e africanos provenientes de diversos países da costa atlântica. Tais presenças foram inscritas no bairro por meios de instituições religiosas, de caráter mutual e associativo, culturais e por espaços de sociabilidade. A exposição "Liberdade, bairro plural", a ser realizada em 2026 no Museu do Ipiranga, em São Paulo, tem por objetivo documentar e expor tais presenças, bem como abordar os processos de visibilidade e de apagamento pelos quais seus ocupantes passaram ao longo de dois séculos. Compreendido como espaço de disputas, os legados patrimoniais do bairro relacionam-se tanto a perseguições políticas de imigrantes ao longo da Segunda Guerra Mundial, como práticas de exclusão de memórias negras derivadas de posturas racistas, bem como de um processo de realce extremo da presença nipônica a partir da intervenção estatal no bairro para torná-lo um atrativo turístico, que colaborou para a opacidade de seus múltiplos segmentos étnicos.

E5_06_ As escalas e os mecanismos de segregação e resistência na ibero-américa: habitação e cidade

COORDINADORAS:
Inés Pérez, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina
Joana Mello de Carvalho e Silva, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil

PALABRAS CLAVE: Ciudad; Habitación; Segregación; Intersección; Marcadores Sociales

RESUMEN: Este simposio tiene como objetivo investigar los mecanismos de segregación de las ciudades iberoamericanas y también la resistencia hacia ellos a partir de la escala del edificio y del barrio, así como de la intersección de los marcadores de clase, género, raza y nacionalidad. Uno de los símbolos espaciales y sociales de esos mecanismos desde la constitución del modelo de habitar burgués, en el siglo XIX, ha sido el cuarto de la empleada doméstica o la "criada". Localizado en la zona de servicio, distante de las áreas sociales e íntimas de la vivienda, normalmente se accedía a él por circulaciones apartadas de las destinadas a los propietarios y sus visitantes. Al mismo tiempo, se articulaban de un modo directo con las áreas de trabajo, como los lavaderos y las cocinas, y por medio de relaciones funcionales y temporarias con los demás ambientes. A la segregación que se establecía por medio de la creación de zonas funcionales, corredores especializados, y artefactos materiales de separación, se sumaban elementos como el tamaño diminuto del dormitorio – que podía incluso dificultar la disposición de objetos necesarios para la vida cotidiana -, la mayor simplicidad de los materiales y la falta de una ventilación o iluminación adecuadas.
Presentes en residencias unifamiliares, aisladas o adosadas, pero también en departamentos das clases medias e altas, estos cuartos han sido estudiados a escala doméstica y en relación a la experiencia de países colonizados, marcados por la esclavitud. En este simposio, nos interesa ampliar el enfoque para considerar las relaciones con el barrio y las ciudades, analizándolos tanto desde la perspectiva de los propietarios como de las empleadas, y estableciendo un contrapunto con las habitaciones construidas contemporáneamente en países centrales, promotores de los procesos de colonización.
Tal propuesta parte de tres consideraciones. En primer lugar, como apunta Antônio Sérgio Alfredo Guimarães en el texto "Formações nacionais de classe e raça", las segregaciones ocurren de diferentes formas: "en algunos casos, las diferencias de raza, color, clase y sexo [a las que podríamos sumar la nacionalidad] son visibles tanto para quienes residen como para quienes trabajan; en otros, la arquitectura distingue los espacios de sociabilidad de los moradores y aquellos de servicio", así como los que son apropiados para hombres y para mujeres. Además, continúa el autor, las "guarderías, escuelas, hospitales, servicios públicos en general, no están preparados para atender la población trabajadora de estos barrios" (GUIMARÃES, 2018, p. 74). Estos comentarios permiten dimensionar la centralidad del mercado inmobiliario y las políticas públicas en el proceso de segregación moderno . A pesar de

su fuerza, esos mecanismos encontraron resistencias en otras formas de sociabilidad. El propósito de este simposio es investigar ese proceso, y las dinámicas de oposición a las que dio lugar, en su diversidad de escalas, territorios y marcadores sociales.

COMUNICAÇÃO 01: Trabalho doméstico e contágio moral nos livros de formação masculina no Brasil (1870-1920)

AUTORES: Pedro Beresin Schleder Ferreira. Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasil

Este trabalho tem como objetivo investigar como, entre a segunda metade do século XIX e começo do século XX, a difusão de novos padrões de masculinidade e de domesticidade no Brasil esteve articulada com uma nova concepção do lugar das trabalhadoras e trabalhadores domésticos no espaço residencial das classes médias e altas brancas e urbanas. Nesse período, segmentos das elites nacionais ambicionavam transformar a ex-colônia recém-independente, multicultural e multirracional, em uma nação "civilizada", branca, urbana e industrializada. Nesse contexto, o "homem de bem" – ideal de homem branco, viril, moralizado, disciplinado e culturalmente europeizado – despontava na imaginação dessas elites como o grande protagonista desse processo "civilizatório", que seria responsável por instituir a ordem e promover o progresso da sociedade.
Ambicionando articular as esferas pública e privada para promover a formação de
"homens de bem" para a nação, médicos, políticos, educadores e escritores voltaram-se para a vida familiar e escreveram, traduziram e difundiram diversos livros e textos voltados para a educação doméstica de jovens e meninos. Na comunicação, pretendemos explorar como nesses textos e livros as relações entre os meninos e as trabalhadoras e trabalhadores domésticos, bem como com os espaços que esses ocupavam na casa (quintal, área de serviço, edícula), passavam a ser problematizadas como perigosas por serem veículos de contágio moral e cultural, tornando-se alvos de normativas e de novas ações de controle e vigilância. Analisando a ansiedade em torno dessas relações, também presente em relatos memorialísticos e em fontes literárias, procuraremos explorar como o medo do contágio, que ameaçava a formação do caráter dos meninos, era encarado como um perigo não apenas para as famílias brancas, mas também para a "civilização" da nação.

COMUNICAÇÃO 02: A Construção do 'Lugar do Negro' nas Cidades Coloniais: estudos sobre a segregação espacial nos mapas históricos de Buenos Aires e Santos

AUTOR: Fabrício, Forganes Santos. São Paulo-SP. FAU-USP. Brasil

Esta pesquisa investiga as origens do racismo urbano nas cidades latino-americanas, com foco nas práticas de segregação espacial que tiveram início no século XVI, quando se deu a fundação dos primeiros oratórios para uso da população africana escravizada, marcos geradores da territorialidade negra nas cartografias mais antigas das colônias ibéricas. Nestas colônias a presença das edificações religiosas materializava os acordos estabelecidos pelo padroado régio, sistema que aproximou os reis com a Igreja Católica para a legitimação dos territórios invadidos. Como parte dessa benesse coube aos Estados a manutenção da fé católica nestas terras, de maneira que todo o povo fosse inserido num

padrão de "civilidade", especialmente os "não-brancos". A ereção das igrejas, para além de propagar a soberania do catolicismo nos territórios conquistados, produziu o ambiente ideal para um cotidiano capaz de "domesticar" os dominados garantindo êxito à colonização.
Este estudo analisa a sociotopografia urbana gerada a partir das igrejas de Buenos Aires e Santos, cidades com diferentes escalas territoriais e traçados urbanos que abrigaram portos da Rota da Prata, que se conectava ao comércio atlântico de escravizados. Examinamos como a estruturação dos espaços católicos, em seus aspectos arquitetônicos e urbanos, refletiram a visão colonial de segregação racial consolidada pelo pensamento cristão no século XV, mostrando que o "lugar do negro" foi - e ainda é - uma construção social e territorial imposta séculos atrás pelos colonizadores. A partir de fontes históricas diversas, evidenciamos que as desigualdades espaciais implantadas nos quinhentos são similares aos padrões ainda presentes no urbanismo das cidades latino-americanas. Além disso, elucidamos como os mecanismos colonialistas seguem marginalizando as populações negras e dificultando seu acesso aos espaços urbanos valorizados, formas históricas de segregação e resistência no urbanismo latino-americano que ainda instauram as dinâmicas de poder e os padrões de exclusão que moldam nossas cidades.

COMUNICAÇÃO 03: Zona de dia e zona de noite: cotidianos e modos de morar na zona do meretrício do Bom Retiro (1940-1954)

AUTOR:Camila Gabay de Sá. Divisão de Preservação do Patrimônio do Departamento do Patrimônio Histórico (DPP-DPH).

Este artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (FAU-USP) para um Trabalho Final de Graduação (TFG) de mesmo título. A investigação busca compreender e refletir sobre os cotidianos, sociabilidades e modos de morar na Zona do Meretrício do Bom Retiro entre os anos de 1940 e 1953 - período em que as atividades ligadas à prostituição em São Paulo estiveram regulamentadas e confinadas no bairro com a presença constante de um controle médico-policial. Parte-se de uma revisão bibliográfica sobre o tema e do levantamento de diversas fontes documentais - plantas, fotografias, alvarás, passagens literárias e notícias de periódicos - para compreender a casa de tolerância, seus espaços internos, elementos arquitetônicos e funcionamento como local de trabalho e moradia para as prostitutas. E, a partir da casa, refletir sobre a vida privada dos indivíduos marginalizados que compunham o submundo da prostituição - as meretrizes, cafetinas e figuras masculinas - cujos modo de viver eram apresentados nos discursos oficiais (jornalísticos, médicos, políticos e policiais) como o contra-ideal aos padrões de moral e domesticidade burguesa e higiênica impostos à época. Assim, pondera-se de que modo e em que medida a experiência da regulamentação em São Paulo foi uma ação de planejamento na cidade, que alterou os modos de viver e resistir das mulheres prostitutas e demais personagens deste submundo, assim como seus espaços de convívio, trabalho e moradia.

COMUNICAÇÃO 04: Nacionalismos, regionalismos e identidades

AUTOR: Lígia Maria Mello Días. PPGAU - UFRJ.

Algumas vezes, as palavras não são exploradas e compreendidas de forma densa o suficiente para se criar pontes de desvelamento de situações ou conformações contemporâneas. Talvez seja possível dizer, que as palavras bairro, vila e cidade são algumas delas (Topalov et al., 2014). Usadas comumente no cotidiano, acabam por deixar escapar feixes de sentidos que ajudam a entender e contar a história de alguns processos. É o caso, por exemplo, das suas relações com o início da constituição urbana de algumas cidades brasileiras e como essas relações deixam mais evidentes traços sociais e culturais encontrados nos dias de hoje. A partir de entrelaçamentos teóricos entre o estudo das palavras e seus significados no decorrer do tempo, juntamente com aspectos administrativos de certas cidades, algumas dimensões das relações atuais entre os sujeitos e os espaços que habitam podem ser reveladas. Assim, com uma reflexão sobre como funcionava a administração do Brasil colônia nos seus diversos formatos de povoamento, algumas pistas começam a aparecer sobre como os habitantes de certas cidades se relacionam com o seu espaço público atualmente. É interessante ver como essas normativas, juntamente com aspectos sociais, contribuem para uma constituição ontológica do habitar a cidade. O Rio de Janeiro já nasceu como cidade, Olinda nasceu como vila e o Recife nasceu como bairro. Dessa forma, este artigo procura pensar sobre como essas diferentes escalas administrativas deixaram traços nos corpos dos seus moradores até os dias de hoje no modo como os espaços públicos dessas cidades são ocupados e habitados (Butler, 2018). Afinal, quem controlava as cidades era a coroa portuguesa, as vilas uma câmara própria e os bairros ficavam sob a responsabilidade dos senhores feudais, uma lei do corpo, o que pode ter provocado traços nos sujeitos de como é estar nessas cidades hoje e despertados padrões de segregação.

COMUNICAÇÃO 05: A negação do quarto de empregada: trânsitos de Júlia das Dores entre Higienópolis e a Barra Funda (São Paulo, 1900-1920)

AUTOR: Monique Félix Borin. Museu Paulista / Universidade de São Paulo, Brasil

Em 1918, Júlia das Dores, brasileira natural de Minas Gerais, negra, entra em conflito com o jardineiro português João Maria Assunção, em uma residência localizada na Avenida Higienópolis onde ambos trabalhavam. Ela era empregada doméstica da família do engenheiro Flávio de Mendonça Uchôa, que teve atuação destacada na implementação de grandes obras de infraestrutura em São Paulo, Santos e Ribeirão Preto. A família se mudou para esta residência após a venda da Villa Uchôa, projetada pelo arquiteto Victor Dugubras. No auto crime aberto contra Júlia, para investigar lesão corporal grave contra o jardineiro, são arrolados quatro empregados domésticos que trabalhavam nesta residência: três criadas e o jardineiro. Tanto o jardineiro quanto uma das criadas, brasileira natural de Santa Catarina, de 29 anos, residiam na casa dos patrões. Já a outra criada arrolada como testemunha, uma alemã de 41 anos, e Júlia das Dores, declaram moradia em outras residências. Após sua jornada de trabalho, Júlia das Dores retornava para sua casa, localizada na Barra Funda, bairro vizinho ao qual trabalhava. Nesta comunicação, a partir do caso de Júlia das Dores, analisamos as dinâmicas de habitação de trabalhadores domésticos no pós-abolição em São Paulo, discutindo os sentidos da negação da coabitação com patrões e como os trânsitos entre esses bairros constituíam uma experiência urbana espe-

cífica destes trabalhadores domésticos. Após jogar água fervente no jardineiro português, Júlia das Dores foi presa preventivamente para julgamento, e só foi libertada meses depois, absolvida pelo júri, com a defesa constituída por um advogado de renome. Através dos trânsitos de Júlia das Dores entre os bairros de Higienópolis e Barra Funda, buscamos outras dimensões para as noções de segregação e resistência desde a perspectiva da experiência da população negra paulistana, que lidava com continuidades dos tempos do cativeiro em seu o cotidiano do trabalho.

COMUNICAÇÃO 06: O trabalho doméstico na escala da cidade

AUTORES: Nicole Sonksen Milko. Mestranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil

A ideia de que a casa não era mais o local de produção, juntamente com a emergência da noção de domesticidade, durante o século XIX, vão conformar novas dinâmicas sociais, em que a identificação do homem com o mundo público, da cidade e da produção era tida como "natural" e em contraposição com o lugar da mulher, da casa e do consumo. Se os discursos que acompanharam a divisão gendrada do trabalho a partir de diferenças biológicas entre homens e mulheres foram essenciais na delimitação desses binômios opostos e complementares, há muitas pesquisas recentes que tem problematizado essa divisão. É nesse enquadramento que esse artigo se insere: a partir de relatos de trabalhadoras domésticas entre os anos de 1930 e 1980 no contexto brasileiro, pretende
se evidenciar como a figura da trabalhadora doméstica tensiona a concepção desses pólos, marcados não apenas pelo gênero, mas também por clivagens de raça e classe. Nesse sentido, o trabalho busca demonstrar que o espaço da casa é o espaço essencial da produção para as trabalhadoras domésticas, enquanto a cidade se torna o lugar do lazer. Pensando casa e cidade como esferas conjuntas, o esforço é contribuir com a historiografia recente que vem buscando trazer para a cena agentes comumente marginalizados na história das cidades. Nesse sentido, defende-se a importância de pensar nas dinâmicas do serviço doméstico como chave interpretativa para compreender a organização e conformação das cidades brasileiras. Os processos imigratórios e migratórios para a cidade de São Paulo são examinados a partir dessa perspectiva, assim como a conformação e segregação entre bairros ricos e brancos e bairros pobres e negros.

COMUNICAÇÃO 07: Edifícios de apartamentos e o "problema da criadagem": estudo dos espaços de serviços nos projetos da habitação verticalizada da cidade de São Paulo (1940-1960)

AUTOR: Clarissa de Almeida Paulillo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da USP

Em um anúncio publicado no jornal O Estado de S. Paulo, em abril de 19451, uma imobiliária oferecia apartamentos para venda sob alegação de que esse tipo de moradia resolveria o "problema da criadagem". O edifício de apartamentos, celebrado como um formato de moradia eficiente, era visto como possível solução para a queixa sobre uma
suposta falta de mão-de-obra para o emprego doméstico. Com espaços compactos e com menos demandas de cuidado e manutenção em relação à casa isolada, o apartamento comportava modos de vida menos dependentes do serviço doméstico. Com base nesses argumentos, essa comunicação dis-

cute como o serviço doméstico e a presença das trabalhadoras doméstica foram pensados nos edifícios de apartamentos da cidade de São Paulo, considerando as diferentes tipologias produzidas para as classes médias entre os anos 1940 e 1960. Para tanto, a análise recai sobre o programa e a organização espacial dos projetos propostos, buscando-se compreender como a concepção espacial dos apartamentos, em especial a dos espaços de serviços e das dependências para empregadas, esteve articulada à configuração de modelos domésticos e familiares, às relações de trabalho doméstico e às mudanças operadas no mercado imobiliário do período. A
1"Apartamentos residenciais", O Estado de S.Paulo, 17 abr. 1945 p. 13, disponível em: O ESTADO DE S. PAULO: PÁGINAS DA EDIÇÃO DE 17 DE Abril DE 1945 - PAG. 13, acesso em 25 jan. 2025.
pesquisa segue as abordagens dos estudos de gênero e interseccionalidade, domesticidade e cultura material, mobilizando na análise os anúncios imobiliários e projetos arquitetônicos publicados em revistas especializadas da época, além de outras fontes documentais que manifestam o cotidiano do trabalho doméstico, como manuais femininos e de economia doméstica, anúncios publicitários e artigos de periódicos femininos e de grande circulação.

COMUNICAÇÃO 08: Retrospectiva de la segregación residencial, Bogotá 1950-2020

AUTOR: Óscar A. Alfonso R. Facultad de Economía, Universidad Externado de Colombia, Bogotá – Colombia

La desigualdad en Colombia es reconocida a escala global tanto por su magnitud como por su persistencia temporal (i. e. Banco Mundial, 2024) y Bogotá, su capital y ciudad primada, también es referida a esta escala como una metrópoli con un esquema de segregación residencial bastante agudo y además diáfano. Esta investigación se ocupa de la reconstrucción histórica de la producción residencial que ha dado lugar al orden segregado residencial, partiendo de la hipótesis de que su origen se remonta a la época en la que se superó la vivienda transitoria -casatiendas, tiendas o ranchos- como forma habitacional dominante para las clases populares, dando lugar a la producción de vivienda moderna en tanto estructuras complejas sujetas a la regulación estatal. En los albores de la década de 1950, la regulación urbana apalanca la segregación residencial al introducir medidas orientadas a la exclusividad habitacional de ciertos barrios en el norte de la ciudad en donde se acoge a los hogares de clase alta, mientras que en el resto y en especial en los barrios obreros del sur en donde admite la mezcla de usos. Las coyunturas de 1970 y de 1999 tienen como protagonista al mercado hipotecario, en principio impulsando la actividad constructiva y luego ocasionando una aguda crisis a partir de la que se inicia un pronunciado declive. El análisis se realiza a escala barrial y para cada subperíodo se produce una estadística espacial sobre las áreas producidas para cada clase social, la que se acompaña de su representación cartográfica en mapas que muestran las dinámicas constructivas concernientes a la producción del orden residencial segregado bogotano.

COMUNICAÇÃO 09: Espaços de serviços: discursos e projetos a partir das obras de Eduardo Kneese de Mello

AUTOR: Camila Medeiros de Oliveira Santos. São Paulo, FAU USP, Brasil
Joana Mello de Carvalho e Silva. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da USP

A passagem para a modernidade se apoia na separação das esferas pública e privada, base da divisão sexual do trabalho, que associa o homem ao mundo público da produção, e a mulher ao mundo privado dos cuidados reprodutivos e domésticos. A domesticidade burguesa sustenta essa dicotomia através de agenciamentos espaciais e simbólicos na casa, que, no Brasil, ganham uma complexidade ainda maior pela presença da empregada doméstica. De fato, um dos pilares da arquitetura residencial no país parece ser o de sustentar o frágil equilíbrio de tensões de gênero e de raça que esse agenciamento estabelece, atravessando as interações entre patroa e empregada. A zona de serviços, lugar primordial de conflitos, estava no centro dos debates em meados do século XX, momento de grandes transformações do campo arquitetônico que visavam à racionalização, tanto dos espaços quanto da construção. As áreas de trabalho serão alvo de investidas para se tornarem menores e mais eficientes, sem, no entanto, comprometer as zonas íntimas e de estar.
Através do estudos dos projetos residenciais de Eduardo Kneese de Mello, arquiteto paulista da primeira geração de profissionais alinhados ao movimento moderno e pioneiro na aplicação dos princípios da racionalização na arquitetura, busca-se analisar como o arquiteto interveio sobre as áreas de serviço nos diferentes projetos, comparando residências unifamiliares e edifícios de habitação coletiva. Quais novas relações entre espaços e agentes surgem nos apartamentos para mitigar as interferências
cada vez maiores entre zonas de trabalho e zonas íntimas? Qual a perspectiva do arquiteto? Quais serão os recursos arquitetônicos empregados na manutenção das tensões de raça e classe que se colocam ainda mais latentes? Como se manifestam os mecanismos de segregação do trabalho doméstico e seus atores? Quais as diferenças desses mecanismos em função das tipologias habitacionais projetadas pelo arquiteto? Essas são as questões que orientam esta comunicação.

COMUNICAÇÃO 10: De “Planta” a de “Entrada por Salida”: Respuestas Íntimas al Crecimiento Urbano y Declive Económico de la Ciudad de México

AUTOR: Tania Osorio Harp. Doctoranda en Historia y Teoría de Arquitectura en la Universidad de California, Berkeley

Esta presentación explora las transformaciones y continuidades de la relación entre el trabajo doméstico remunerado y la condición urbana de la ciudad de México entre 1970 y 1990, así como el contexto económico, sociocultural y político que les dio lugar. Esta investigación parte de las experiencias de trabajadoras del hogar dentro y fuera de las casas de sus empleadores y sostiene que, a pesar de, o como respuesta a las crisis financieras, la expansión urbana exponencial y la diversificación del empleo femenino, la relevancia del trabajo doméstico remunerado—tanto como servicio y símbolo de clase social—se expandió y se materializó en nuevas formas. Esta presentación traza la historia urbana de la Ciudad de México entre 1970 y 1990 a partir del flujo de los cuerpos de tres trabajadoras del hogar, la ubicación cambiante de sus lugares de trabajo y el surgimiento de hogares propios. El intenso crec-

imiento urbano de la Ciudad de México ofreció oportunidades y desafíos para una clase de trabajadoras cuya situación de vida estaba dictada por la arquitectura y los estilos de vida de sus empleadores u obstaculizada por el caos urbano y la falta de recursos. Si bien la transformación urbana abrió caminos para que trabajadoras formaran su propio hogar, ampliaran sus familias y se liberaran de los cuartos de servicio, las condiciones de habitabilidad, transporte y accesibilidad de la Ciudad de México desafiaron a estas trabajadoras en nuevas formas. Este trabajo investiga la integración planificada e informal de ciertos barrios al tejido urbano de la Ciudad de México para explicar tendencias de crecimiento, políticas públicas y cambios socioculturales en el contexto de la segunda mitad del siglo XX. En términos generales, esta presentación analiza las transformaciones urbanas a través de las experiencias de vida y trabajo de las trabajadoras del hogar.

Caderno de Resumos dos Simpósios e Comunicações

EIXO 6

Representações, memórias e figurações

Representaciones, memorias y figuraciones

ÍNDICE

p.3 E6_01_Los paisajes históricos de la producción: nuevos procesos emergentes y experimentales en la ciudad contemporánea

p.19 E6_02_La agencia popular a debate: historia, memoria y experiencias

p.33 E6_03_A cidade latinoamericana na perspectiva da diáspora

p.41 E6_04_Problemáticas particulares: Mujeres e historia urbana en Latinoamérica

p.48 E6_05_Arquivos Urbano-Naturezas: imagens e práticas de futuridades

p.57 E6_06_El patrimonio cultural urbano: construcciones desde la historiografía

p.76 E6_07_ Patrimônio ambiental entre memórias e valores

p.83 E6_08_Habitat, culturas e representações

p.92 E6_09_Movimentos sociais e disputas territoriais

E6_01_Los paisajes históricos de la producción: nuevos procesos emergentes y experimentales en la ciudad contemporánea

COORDINADORES:
Enrique Larive López. Laboratorio Iberoamericano de los Paisajes Históricos de la Producción, Universidad de Sevilla (US), España
Maria Cristina da Silva Schicchi. Programa de Postgrado en Arquitectura y Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil

PALABRAS CLAVE: Paisaje Histórico de la Producción; Gestión Activa; Patrimonio Industrial-Ferroviario; Memoria Colectiva; Participación Social

RESUMEN: A lo largo de su existencia, las fábricas cambiaron las ciudades y dieron lugar a nuevos estilos de vida, a redes complejas, a cualidades urbanas específicas que moldearon sus contextos. A su vez, los acontecimientos sociales y económicos de las últimas décadas han tenido sus efectos en los centros históricos ante el deseo de urbanidad, identidad e identificación que se ha proyectado sobre todo en el mantenimiento y la conversión de estructuras abandonadas que datan de la era industrial.
Estos paisajes históricos de la producción representan un sistema de valores materiales e inmateriales que se relacionan con la historia de los territorios, al tiempo que ofrecen oportunidades para las necesidades actuales y futuras. Son lugares únicos y de gran alcance en términos espaciales, ambientales, económicos, sociales y pueden convertirse en contextos urbanos llenos de potencial creativo e innovador asociado a nuevos patrones de uso y modos de vida, que incorporen los habitantes aún presentes en estos territorios, hoy apartados de los perímetros centrales protegidos, sin planes o políticas de mantenimiento de sus aspectos físicos y de valorización de sus memorias.
En las ciudades que forman parte de la Organización de las Ciudades del Patrimonio Mundial (OWHC), un total de 238, son numerosos los casos en los que esas ciudades cuentan con un importante patrimonio industrial como las tipologías arquitectónicas y de la ingeniería, los modelos de mercado tradicional o capitalista o las estructuras sociolaborales y de oficios. Sin embargo, estos paisajes de la producción no forman parte, en general, de la caracterización patrimonial que se hace en las ciudades patrimonios mundiales, ya sea como espacios reconocidos por grupos específicos o como sistemas patrimoniales objeto de protección integral.
Son situaciones que conviven con graves amenazas marcadas por:
– La ausencia de una planificación integral de los recursos patrimoniales generados por la industrialización y sus alcances sociales
– La falta de coordinación entre departamentos generales o instituciones territoriales en aspectos referidos al patrimonio industrial y ferroviario, por su naturaleza, de ámbito regional
– La débil percepción social e institucional acerca de los valores y significados del legado de la producción, más allá de los componentes materiales
– Las transformaciones territoriales que afectan a importantes sistemas, conjuntos o elementos industriales, precedidas por obsolescencias físicas y tecnológicas

– La creciente demanda de proyectos de intervención sobre zonas patrimoniales industriales carentes de rigor científico y al sabor de los procesos de especulación del suelo
– El expolio de numerosas infraestructuras, archivos, bienes muebles e inmuebles, por no se dar a conocerlos al público más general, por la ausencia de mecanismos de comunicación y difusión
– La desaparición de los protagonistas de la industrialización sin un plan que documente sus valiosos testimonios para la transmisión a las nuevas generaciones
Desde esta propuesta de simposio atendemos el reto y la necesidad de construir un protocolo de actuación conjunto entre los ponentes que adopte la esencia del concepto de los paisajes históricos de la producción como forma de incorporar a nuevos procesos emergentes y experimentales, considerando como se están construyendo las movilizaciones y apropiaciones del pasado en las articulaciones políticas y estéticas, frente a las situaciones mencionadas, así como los discursos y sus efectos desde distintos territorios en Iberoamérica.

PONENCIA 01: Investigação-criação nas paisagens pós-industriais de Laguna-SC

AUTORES: Amanda Vaillant Mantovani. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.Universidade Federal de Santa Catarina. Brasil.
Evandro Fiorin. Professor na Universidade Federal de Santa Catarina e no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasil.

Esta comunicação propõe uma investigação-criação sobre a paisagem pós-industrial da cidade costeira de Laguna, no sul do Estado de Santa Catarina. Um lugar rico em biomas diversos e patrimônio histórico e arquitetônico. Nos primórdios do Brasil colônia, este território representava a parte mais ao sul das terras de Portugal, separadas da Espanha pela famosa linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Por sua localização geográfica estratégica, sempre teve papel fundamental no processo desenvolvimento, alavancado pela constituição de um porto, plantas industriais e ligação por uma ferrovia. Estruturas que, por diversos fatores, já não são pujantes e estão em um ritmo de obsolescência. Nesse sentido, nosso trabalho tem como estratégia metodológica acompanhar os processos de transformação desse espaço urbano e as suas múltiplas camadas temporais, sobreposições e ecos. Dessa maneira, a partir do registro dos vestígios arquitetônicos e dos traços de alguns dos seus usos, cartografaremos espaços abandonados e suas formas de ocupação, na busca por um outro senso patrimoniável. Portanto, em diálogo com o eixo temático do congresso e o simpósio sobre as paisagens históricas da produção, este estudo examina algumas das estruturas remanescentes, sob a luz das contradições contemporâneas e busca reinterpreta-las, mediante novas dinâmicas urbanas. Assim, a paisagem pós-industrial de Laguna é entendida como um laboratório para investigar e criar possibilidades de uma outra leitura do território, da história e dessa comunidade costeira.

PONENCIA 02: Una memoria de la desindustrialización: Las fábricas textiles Yarur y Sumar, Santiago de Chile, 1952-2002

AUTORES: Vivian Castro. Universidade Federal de São Paulo
Catalina Arias. Universidad de Santiago de Chile

A mediados del siglo XX fue común divisar distintos espacios fabriles construidos desde el paternalismo industrial, los barrios obreros fueron una expresión de aquello situándose en los alrededores de las fábricas. En este contexto, surgieron distintos hechos relacionados a la sociabilidad de las y los obreros en el territorio, bajo la vigilancia de los patrones, quienes controlaban de cerca las relaciones sociales. A partir de aquello, se construyeron servicios que ofrecían diversas instancias a la clase trabajadora: medicina, educación, ocio y recreación, entre otras. Por lo que la comunidad obrera dependía de estas instancias al margen de las relaciones laborales ya existentes. Finalmente, a fines de siglo, las industrias se van a quiebra y quedan los barrios sin las fábricas.
Con un enfoque interdisciplinario se presentará una recopilación de fuentes históricas asociadas a las fábricas textiles Yarur y Sumar, ambos complejos industriales albergaron una importante mano de obra en Chile, posicionándose entre las más relevantes del periodo. A partir de ello, se expondrán imágenes del pasado y del presente de ambas industrias desde donde se intenta rescatar metodológicamente a través de los materiales documentales las memorias asociadas a la desindustrialización vinculada a la transformación de los espacios urbanos industriales en el contexto de la dictadura cívico-militar y la introducción del sistema neoliberal en Chile. Este ejercicio busca responder por las problemáticas del presente con el contexto que nos da el pasado, sobre los impactos en el espacio urbano y la reconfiguración social posterior a las quiebras de ambos complejos industriales, para así dar cuenta de la identidad y los elementos asociados a los barrios obreros.

PONENCIA 03: Patrimonio industrial: identidad, color y futuro en el sur de Chile

AUTORES: Elisa Cordero Jahr. Facultad de Arquitectura y Artes, Universidad Austral de Chile; Valdivia, Chile.
Gonzalo Cerda Brintrup. Facultad de Arquitectura, Construcción y Diseño, Universidad del Bío-Bío, Concepción, Chile

“La ciudad de Valdivia, fundada en 1552 sobre un poblado indígena junto al río Aynil, fue destruida y prácticamente abandonada en 1598. Luego de su refundación en 1764, tuvo un segundo período de prosperidad a partir de 1850, cuando el gobierno de la época estableció un plan de colonización con inmigrantes europeos, especialmente alemanes, quienes llegaron a desarrollar diversos ámbitos de la economía y el comercio, consolidando la ciudad como uno de los principales centros productivos e industriales del sur de Chile. Es así como surge una pujante industria naviera, cervecera, agrícola, ganadera, del cuero y el calzado, carbonífera y siderúrgica. Este auge llegó a su fin hacia el año 1960, fecha en que ocurre el mayor terremoto registrado en la humanidad: 9,8° Richter.
En la actualidad este paisaje industrial, aunque disminuido, se encuentra presente en la industria naviera, pesquera, cervecera y otras actividades emergentes en torno a los principales ríos de la ciudad.

En ese ámbito urbano, los vestigios de la antigua Valdivia industrial forman parte del paisaje sureño fluvial de hoy: antiguos muelles abandonados y oxidados, grandes bodegas de hormigón o madera en desuso, embarcaciones semi-hundidas en las verdosas aguas del río o instalaciones ferroviarias de pintura descascarada, por citar algunos, son rastros con los que las personas conviven a diario, cargando de contenido histórico el día a día. Este paisaje industrial en abandono conforma una atmósfera cromática propia que constituye un elemento clave en la identidad de la ciudad, como también de su futuro.
La ponencia analiza el paisaje industrial y su color desde los vestigios hasta nuevas propuestas arquitectónicas y urbanas, asociadas a la consolidación de la imagen e identidad industrial de Valdivia, estableciendo un vínculo entre memoria, identidad y futuro.

PONENCIA 04: Naturalezas apropiadas: Paranapiacaba, retorno socioecológico de una ciudad modelo ferroviaria

AUTORES: Enrique Larive López. Laboratorio Iberoamericano de los Paisajes Históricos de la Producción, Universidad de Sevilla (US), España
Maria Cristina da Silva Schicchi. Programa de Postgrado en Arquitectura y Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil

La Villa Ferroviaria de Paranapiacaba (Brasil), situada a una altitud de 796 metros entre São Paulo y Santos, fue construida entre 1860 y 1946, y es un ejemplo paradigmático de ciudad brasileña planificada, construida y gestionada por una empresa ferroviaria, la São Paulo Railway Company Ltd. (SPR). Se sitúa en el Alto da Serra formando parte del Complejo Ferroviario, en simbiosis con un paisaje natural que delinea la Serra do Mar, donde se conservan fragmentos significativos de Mata Atlántica, reconocidos en 1994 por la UNESCO como Reserva de la Biosfera del Cinturón Verde de São Paulo, hecho que ratifica su significado toponímico: "lugar desde donde se puede ver el mar".
El rol de Paranapiacaba en el sistema ferroviario paulista fue esencial ya que albergaba el control del transporte ferroviario entre São Paulo y el puerto de Santos. Hoy esta infraestructura está cargada de valores y atributos patrimoniales que impregnan un paisaje cultural de elementos materiales e inmateriales. Un paisaje marcado por la historia de la modernidad, la tecnología, la industrialización, el capital, el mestizaje y la diversidad cultural de Sao Paulo, pero también por su simbiosis con el soporte natural donde se instala. Esta investigación propone desvelar como la Vila de Paranapiacaba se encuentra entre los modelos urbanos ferroviarios que integran el sistema industrial de transporte y movilidad con un soporte natural de gran valor geográfico, ecológico y ambiental.

El objetivo de este trabajo es identificar y caracterizar el valor esencial de la naturaleza en las prácticas planificadoras y de diseño de Paranapiacaba en que naturaleza y cultura se presenten como dimensiones articuladas, reconociéndola como un todo en el que historia, arquitectura, urbanismo, tecnología ferroviaria, sociedad y naturaleza se entrelazan en un contexto socioecológico cargado de potencial creativo e innovador asociado a nuevos patrones de uso y modos de vida.

PONENCIA 05: A paisagem de duas fábricas esquecidas: os usos desmemoriais para as Fábricas Anglo e Lang na cidade de Pelotas/RS

AUTORES: Francisca Ferreira Michelon. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas/RS/Brasil
Jossana Peil Coelho
Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas/RS/Brasil
Caterine Henriques Mendes
Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas/RS/Brasil

As paisagens históricas da produção são os espaços onde se podem observar as relações socioespaciais entre fábrica, território e sociedade. No entanto, as fábricas extintas costumam ser patrimônios ameaçados por diferentes motivos. Sob esse aspecto, o estudo relaciona duas unidades de ensino e pesquisa, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e o Instituto Federal Sulriograndense (IFSul), que adquiriram os complexos de grandes fábricas extintas para serem utilizadas pelas instituições. Foram seis conjuntos de plantas fabris adquiridos entre os anos de 1996 e 2014, cinco pela UFPEl e a fábrica Lang pelo IFSul. Os motivos para a aquisição das fábricas decorreram de um movimento que houve na cidade, na década de 1980, quando se passou a reivindicar a reabilitação das zonas fabris de Pelotas. No entanto, os motivos mais determinantes estavam relacionados à amplitude das áreas que por conta de uma falta de legislação específica para o patrimônio industrial, permitia aos novos proprietários intervenções livres de limitações. São apresentados dois casos: o Frigorífico Anglo, adquirido pela UFPel em 2007, e a Fábrica Lang, adquirida pelo IFSul por volta de 2013. Ambos os exemplos oferecem pontos de inflexão que refletem a falta de uma legislação específica para o patrimônio industrial na cidade, ainda que Pelotas possui um plano diretor bastante protetivo do seu patrimônio cultural. O paradoxo acentua-se se considerado o histórico de ambas as fábricas: surgiram em áreas periféricas, estiveram ativamente presentes no processo de urbanização da cidade e por muitos anos impactaram a economia da região. Por fim, ressalta-se que seus proprietários são instituições de pesquisa e de ensino, nas quais há grupos que antagonizam pontos de vista sobre o mesmo tema, legitimando o pensamento corrente de que o patrimônio é um campo de conflitos. Há de se entende-los na essências e nas paisagens onde subsistem.

PONENCIA 06: Los futuros perdidos en los ríos de tierras secas. Proyectos construidos, abortados y soñados en los paisajes de Desaguadero (Mendoza- San Luis, Argentina)

AUTORES: Gabriela Pastor. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – Universidad Nacional de Cuyo. Argentina
Laura Torres. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – Universidad Nacional de Cuyo. Argentina
Juan Carlos Marinsalda. Dirección Nacional de Arquitectura, Argentina
Anabela Laudecina. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina

Desde tiempos coloniales se idearon numerosos planes y proyectos destinados a la articulación y consolidación del territorio que hoy configura la República Argentina. Algunos de ellos encontraron un conjunto de desafíos asociados a las condicionantes socioambientales como los de las tierras secas.

Desaguadero, ubicado en el límite entre las actuales provincias de Mendoza y San Luis fue objeto de diversas intenciones y actuaciones que procuraron hacer de ese lugar un núcleo productivo dada su posición estratégica sobre el antiguo Camino Real, hoy devenido en la principal ruta del Mercosur.
En este contexto se proyectaron caminos y puentes para la cohesión territorial y transporte de mercancías, acueductos e infraestructuras diversas para la provisión de agua al mismo tiempo que se organizaron grandes estancias para la producción ganadera. Para ello fue menester la explotación del bosque nativo de algarrobos y chañares. Este conjunto de acciones facilitó la instalación de un asentamiento humano que a manera de centro de servicios rurales recrea la posta que le diera origen. Hoy Desaguadero reúne un conjunto de actividades ligadas a la ganadería extensiva y la provisión de servicios. Su paisaje condensa la expresión de proyectos que llegaron total o parcialmente a corporizarse en el sitio, así como de algunos otros que quedaron abortados antes de arrancar.
La ponencia analiza los testimonios materiales e inmateriales de los distintos proyectos de territorialización que se diseñaron para esta porción del territorio a partir del aprovechamiento del agua, bosque y tierra. A partir de allí se procura discernir los procesos de patrimonialización que se ciernen sobre ellos y la proyección futura de esas señas de identidad territorial.

PONENCIA 07: Astilleros olvidados. Una actividad y lugar que se ha perdido en el tiempo, el barrio del Astillero de la ciudad de Guayaquil, Ecuador

AUTORES: Gilda San Andrés Lascano. Facultad de Arquitectura y Diseño, Universidad Católica de Santiago de Guayaquil, Ecuador
Ivana Cueva Heredia. Facultad de Arquitectura y Diseño, Universidad Católica de Santiago de Guayaquil, Ecuador

El Río Guayas, fuente de ingreso de personas, víveres, materiales, cultura, a través de barcos. Estos medios de transporte y su relación con el recurso natural hídrico, hicieron que la ubicación de la ciudad de Guayaquil sea idónea para su fundación. Hacia el sur de la Ciudad Nueva, se establecieron astilleros, lugares de trabajo con comunicaciones directas hacia el río que fomentó el desarrollo, construcción, vivienda, tradiciones e identidad al barrio.
Debido a una serie de incendios, el último a gran escala en 1896, que consumió alrededor del 70% de las construcciones en madera; para 1905 se cambió la ordenanza de construcción a hormigón armado. Así, poco a poco, los carpinteros de ribera que trabajaron en barcos y fueron los responsables de la construcción de las viviendas, cada vez fueron menos. De esta manera se perdió una tradición histórica de la ciudad, abandonando las desembocaduras hacia el río. Actualmente, existe uno solo que trabaja en metal, de los seis originales.
Se han realizado estudios históricos y reportajes sobre el barrio del Astillero de Guayaquil, pero ninguno de ellos realiza una propuesta para la recuperación de esta zona productiva e industrial que ha sido abandonada por los ciudadanos. Para recuperar y recordar su identidad, es necesario traerlo a la contemporaneidad.

Desde los proyectos de la Facultad de Arquitectura y Diseño de la UCSG, se proponen nuevas visiones y perspectivas para el aprovechamiento y difusión de la importancia de este barrio productivo, que fue clave para el crecimiento y bonanza de la ciudad. A partir del estudio histórico, se plantean diversas opciones de proyectos que apliquen la metodología participativa, relacione y resalte su historia desde la tierra y desde el agua, compartir la singularidad de su imagen urbana original y actual.

PONENCIA 08: Refuncionalizaciones y desmantelamientos en conjuntos industriales urbanos en Argentina: herramientas para su conservación y reuso

AUTORES:
Graciela Moretti. Instituto de Cultura Arquitectónica y Urbana, Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño, Universidad de Mendoza, Argentina
Gabriela Santibañez. Instituto de Cultura Arquitectónica y Urbana, Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño, Universidad de Mendoza, Argentina

Argentina ha inscrito hasta la fecha doce sitios en la lista de Patrimonio Mundial. Sólo dos de ellos tienen una vinculación con espacios productivos; el Qhapaq Ñan y las Estancias Jesuíticas, donde se advierten referencias indirectas: la actividad agrícola prehispánica por parte de los incas y la producción colonial vitivinícola por parte de la Compañía de Jesús en Córdoba. Por otro lado, y en relación al total mencionado, sólo tres bienes se ubican en centros urbanos. Para el presente simposio se propone debatir sobre el patrimonio industrial urbano carente de protección -salvo excepciones- en sus diversas escalas. A partir de una muestra de casos en tres ciudades argentinas, se analizaron parámetros tales como: tipo de industria, estrategia de intervención, y situación actual. Luego del análisis de 25 conjuntos situados en Córdoba, Mendoza y Buenos Aires se advierte que existen transformaciones sustanciales en relación a los valores tanto materiales como inmateriales. Entre otros resultados, el diagnóstico preliminar determinó que: a) fueron demolidos, total o parcialmente el 44% de los sitios; b) sólo el 12% mantuvo su uso original, c) el 28% de los conjuntos fueron refuncionalizados manteniendo rasgos de su actividad inicial. Estos porcentajes demuestran una situación alarmante en las ciudades analizadas, el escaso valor otorgado a los sitios y las normativas y/o códigos de construcción que denotan la ausencia de control de bienes que por lo general no pertenecen al Estado, y por tanto carecen de una protección como tal. A partir de este trabajo que se desprende de dos proyectos de investigación, uno sobre bienes ferroviarios y otro sobre arquitectura de mediados del siglo XX, se pretende establecer pautas para el registro y valoración de conjuntos industriales urbanos y además, concientizar a los municipios a fin de evitar la desaparición total de los que aún se conservan.

PONENCIA 09: Preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento urbano: a paisagem industrial de Nova Friburgo-RJ

AUTORES: Igor Reis Manhães. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil,
Daniella Martins Costa. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Este artigo tem como objeto de estudo as áreas de proteção do ambiente cultural, com ênfase no patrimônio industrial da cidade de Nova Friburgo-RJ e nas políticas públicas urbanas que podem ser associadas a ele, tendo em vista o desenvolvimento sustentável de paisagens culturais brasileiras. O in-

tuito do trabalho é debater possíveis formas de atuação do poder público que objetivem a preservação do patrimônio cultural de forma integrada ao desenvolvimento urbano, considerando a rápida transformação das cidades e o risco de perda de valores culturais decorrentes desse processo.
A investigação acerca das zonas de proteção se dá a partir da importância que esses espaços assumem dentro de seus contextos, enquanto áreas de identificação cultural e resgate histórico para a população. Ao mesmo tempo, o estudo dos bens industriais se fundamenta por se tratarem de registros de um momento histórico de grande importância para a sociedade, além de serem espaços relevantes para a formação da paisagem e transformação das dinâmicas urbanas.
Em Nova Friburgo, existem pelo menos quatro complexos fabris relevantes, com características semelhantes entre si, que criam uma paisagem industrial característica da cidade e contribuem para o entendimento do tecido urbano como um todo. Mesmo assim, são edifícios que até hoje não possuem qualquer tipo de proteção legal, correndo riscos de descaracterizações e demolições à medida em que o desenvolvimento urbano avança.
Ao propor a investigação aprofundada sobre o assunto, busca-se contribuir para uma discussão mais ampla a respeito da manutenção, planejamento e gestão de paisagens culturais no Brasil, em especial daquelas relacionados à industrialização. A ampliação da discussão sobre este objeto pretende colaborar para uma maior disseminação dos bens culturais industriais do interior do Estado do Rio de Janeiro e trazer para esse patrimônio a notoriedade e valorização que merece.

PONENCIA 10: O Rio Piracicaba e as paisagens da produção: a preservação da antiga Usina Monte Alegre

AUTORES: Julia Farah Ribeiro. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Universidade Federal de São Paulo, Brasil,
Manoela Rossinetti Rufinoni. Docente no Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Em distintos momentos históricos, as redes fluviais e férreas desempenharam papel significativo na promoção da ocupação do interior paulista, situação observada até o início do século XX. Os leitos dos rios se configuraram como vias facilitadoras para que indígenas, bandeirantes, expedições e produtos se movimentassem por esse território, criando uma paisagem com características particulares. É nesse contexto que as primeiras fábricas e engenhos de cana-de-açúcar situados em Piracicaba se estabeleceram nas margens do rio que dá nome à cidade – a exemplo da Usina Monte Alegre.
A antiga Usina Monte Alegre nasceu como engenho em uma das fazendas mais antigas de Piracicaba. Durante os séculos XIX e XX, a usina apresentou significativo crescimento, a ponto de conformar uma pequena vila quase autônoma à cidade. Com o passar do tempo, esse núcleo edificado se transformou em um importante objeto de estudo no campo do patrimônio, figurando, atualmente, como conjunto tombado em nível municipal e em processo de tombamento em nível estadual.
À vista dessas questões e tomando com guia o conceito de paisagem cultural e suas derivações – especialmente as paisagens históricas da produção – a presente comunicação se dedica ao estudo do conjunto industrial da antiga Usina Monte Alegre, analisando criticamente a conformação arquitetônica e paisagística do conjunto, as transformações sofridas ao longo do tempo e sua caracterização como patrimônio cultural. Nesse percurso de análise, busca-se evidenciar de que maneira a ideia de paisagem

tem sido considerada nas pesquisas já desenvolvidas sobre a usina e nas políticas preservacionistas incidentes sobre o conjunto, a fim de contribuir para o debate sobre a leitura e preservação de paisagens históricas da produção no território paulista.

PONENCIA 11: A transmutação de valores de uma paisagem urbana histórica: Santa Maria/RS e seu legado ferroviário

AUTORES: Manuela, Ilha Silva. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Santa Maria é uma cidade localizada na região central do Rio Grande do Sul e, em sua trajetória, destaca-se o papel central no desenvolvimento da malha ferroviária gaúcha, fato justificado pela posição geográfica estratégica. Desde 1885 até 1920, a administração da ferrovia no Rio Grande do Sul concentrou-se na cidade e, com isso, o núcleo urbano ainda tímido despontou como um polo regional importante, com grande vocação para a prestação de serviços. O desenvolvimento econômico transformou a paisagem santa-mariense de forma significativa, deixando a marca da presença da ferrovia direta ou indiretamente no espaço urbano.

A transferência da gestão das linhas férreas para Porto Alegre e a derrocada do transporte ferroviário, na primeira metade do século XX, foram golpes duros para a cidade, especialmente para o centro urbano. Ao longo do tempo, em especial a partir dos anos 1990, algumas iniciativas foram promovidas pelo poder público local com vistas à recuperação do centro urbano, no entanto, a maioria de alcance pontual e sem uma articulação de ações capaz de proporcionar o reforço ao valor patrimonial perceptível na paisagem inegavelmente relacionada ao legado industrial santa-mariense.

O texto proposto busca, subsidiado por uma linha cronológica e factual elaborada a partir de pesquisa bibliográfica e documental, observar as transformações dos valores patrimoniais atribuídos à paisagem urbana local, intimamente relacionada à presença e legado ferroviários. Desta maneira, busca-se problematizar os sentidos atribuídos ao longo do tempo para esta paisagem, especialmente em relação aos exemplares legado pelo modal ferroviário, que já passaram por momentos de ostracismo e hoje ganham visibilidade conectados à exploração turística e econômica.

PONENCIA12: Patrimônio ferroviário e Política Nacional: Paradoxos da Modernidade brasileira: vestígios das paisagens históricas da produção do Estado do Rio de Janeiro

AUTORES: Marcia Carneiro. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional /Universidade Federal Fluminense/Brasil

Mônica Caldas. Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense/ Brasil

A construção de Ferrovias brasileiras teve impulso em contexto de crise política durante transição do regime colonial à Monarquia Constitucional, posta em suspensão pela ausência do monarca Pedro I. Setores da classe senhorial agrária brasileira assumiram a direção do Estado, pondo em ação projeto modernizador do interesse industrializante inglês, paradoxalmente, escravocrata. Atividades de montagem e operação, os recursos materiais e técnicos da Ferrovia brasileira do século XIX aten-

diam aos interesses monopolistas do capitalismo inglês na fase liberal. No Segundo Reinado, setores hegemônicos mantiveram-se atrelados a um ideal de progresso industrial dependente, como aspecto "complementar" da economia brasileira em sua integração ao mercado mundial capitalista no âmbito da permanência e intensificação da exploração escravista. A partir da segunda metade do século XIX os empreendimentos ferroviários na Província do Rio de Janeiro, que continham concepção de urbanidade civilizatória na Capital do Império e da República, a cidade do Rio de Janeiro, promoveram a criação e uso das Linhas Férreas: D. Pedro II e Dona Leopoldina. O ano de 1960 marcou a mudança do eixo geopolítico brasileiro para Brasília. As Histórias das Linhas Férreas serão abordadas neste trabalho levando em consideração a composição classista do Estado brasileiro nos Períodos Imperiais e Republicanos considerando o uso das Ferrovias fluminenses como espaços de disputa econômica, política e cultural na perspectiva de construções de Patrimônio de uso econômico e de Patrimônio cultural destinado à uma memória coletiva nostálgica que, comumente, é compreendida como irrecuperável, como vestígio na paisagem, diante dos projetos econômicos governamentais que priorizam, desde a década de 1950, o uso de combustíveis fosseis como modelo energético. A proposta de análise, utilizando-se de documentações estatais, pretende abarcar reflexão dialética gramsciana acerca dos paradoxos presentes em projetos modernizadores de políticas públicas que, a longo prazo, demonstram-se limitadas e limitadoras de projeto patrimonial democrático e participativo.

PONENCIA 13: Los paisajes culturales de la producción azucarera en la región de Urcuquí. (Ecuador)

AUTORES: Marcelo León Bedoya. Dirección de Investigación e Innovación. Instituto Nacional de Patrimonio Cultural. INPC (Quito-Ecuador)
Rita del Consuelo Díaz Benalcázar. Dirección de Investigación e Innovación. Instituto Nacional de Patrimonio Cultural. INPC (Quito-Ecuador)

El período colonial en el territorio de la antigua Audiencia de Quito, trajo una diversidad de cambios, transformaciones orientadas a imponer la cultura española sobre los pueblos conquistados.
Desde el ámbito productivo nuevas especies de plantas y animales se introdujeron en el territorio, así como también novedosos procesos productivos y de aprovechamiento de la tierra; hechos que contribuirían a modificar el medio físico y natural, de las sociedades originarias.
La caña de azúcar constituyó un producto introducido que se cultivó en gran proporción en los lugares cálidos. En la serranía norte del Ecuador, en el cantón de Urcuquí, se visualizan aún considerables extensiones de caña de azúcar vinculados con las grandes haciendas, que poseyeron toda la infraestructura que requería el proceso de producción cañero, donde el uso y aprovisionamiento del agua, fue un elemento fundamental, no solo para la producción, sino para la vida diaria, elemento vital que fue motivo de conflictos y apropiaciones para tener su control y que también modificaron y estructuraron la geografía y el paisaje de este territorio. Una realidad histórica enmarcada en un entorno natural que ha servido de escenario para la configuración de interesantes paisajes culturales relacionados con la productividad, el uso del agua, los asentamientos agro urbanos, las estructuras hacendatarias, y los testimonios que aún perviven de sus orígenes prehispánicos.

Lamentablemente en esta importante zona hacendataria se construyó un proyecto político, que a la larga afectó al territorio, causando un impacto negativo al entorno natural paisajístico y las actividades tradicionales de sus habitantes, poniendo en riesgo su patrimonio cultural.
Los territorios están en continua transformación, algo que no se puede cambiar, pero si controlar, a través de una participativa planificación respetando la historia e identidad del entorno natural paisajístico de manera sostenible y sustentable. Principios y preceptos importantísimos para todo plan de gestión.

PONENCIA 14: Deriva e devires em ruína, paisagens do conjunto ferroviário de Panorama-SP

AUTORES: Murilo Corte Thihara. Presidente Prudente-SP, Unesp- Faculdade de Ciências e Tecnologias, Brasil
Hélio Hirao. Presidente Prudente-SP, Unesp- Faculdade de Ciências e Tecnologias, Brasil

Esta pesquisa explora as ruínas do Terminal Intermodal de Panorama-SP, marcadas pelo abandono de infraestruturas industriais, como a estação ferroviária, trilhos, porto, armazéns e cais. A evolução do transporte ferroviário no oeste paulista no século XX foi crucial para o desenvolvimento do município, mas sofreu o desmonte das operações de transportes com a mudança nas prioridades da política econômica, resultando no abandono do terminal. Esses espaços não são vistos apenas como vestígios de um passado produtivo, mas como paisagens vivas, moldadas por diferentes temporalidades e dinâmicas ecológicas. Apreende-se como esses territórios desafiam a lógica hegemônica do desenvolvimento urbano, podendo proporcionar uma valorização e preservação desses espaços por meio de uma abordagem metodológica rizomática, experimental e processual. Busca-se apreender essa paisagem a partir da obra de Anna Tsing e o conceito de ecossistemas multiespécies , ampliando essa perspectiva ao considerar os corpos como potências em constante relação, não limitados ao humano, mas incluindo o solo, as ruínas, os vestígios materiais e as forças ambientais, em que interações entre humanos e não-humanos reconfiguram a paisagem. A produção a partir de uma etnografia e cartografia multiespécies auxilia na compreensão dessas paisagens degradadas, com base em Tsing, a autora revela como interações inesperadas entre humanos e não-humanos transformam o ambiente, criando redes ecológicas que escapam ao controle da lógica produtivista. Referenciando-se nesse pensamento, esta pesquisa busca evidenciar como as ruínas urbanas se tornam lugares de regeneração e coexistência, jardins vivos e dinâmicos, onde plantas, fungos, animais e microrganismos participam da reconfiguração de fluxos. Essa abordagem amplia o conceito de território ao incluir não apenas os vestígios materiais, mas também os fluxos vitais que os atravessam. Assim, as ruínas do Terminal Intermodal de Panorama-SP são investigadas como espaços em constante transformação, onde diferentes agentes reconfiguram seus sentidos e usos.

PONENCIA 15: Paisagens geradas pelas ferrovias em vales de rios: o Vale do Guadalquivir, entre Sevilha e Córdoba, e o Vale do Paraíba, entre Jacareí e Cachoeira Paulista

AUTORES: Renata Rendelucci Allucci. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil

São muitas as ferrovias localizadas nas margens dos rios. Estes dois sistemas de mobilidade, ao caminharem paralelamente em grande parte de seus trajetos, constituem uma paisagem particularmente interessante, cuja premissa é o movimento. Considerados elementos estruturantes dos territórios, rios e ferrovias são sistemas capazes de gerar paisagem pois, como meios de transporte, garantem acessibilidade ao território e sua observação. Por meio deles, estabelece-se uma relação entre o homem e o meio ambiente que permite nova leitura do local, gerando novas dinâmicas, já que o território precisa ser percebido pela comunidade para se tornar paisagem. Em uma época em que não é mais possível separar natureza e cultura, podemos entender que as paisagens aqui discutidas sempre foram antropizadas e têm ocupação ancestral. Cursos fluviais foram desviados, canalizados; represas e transposições foram construídas; rotas terrestres foram viabilizadas por meio de desmatamento, abertura de trilhas, desvio de itinerários. Como amplamente estudado, a ferrovia desempenhou papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo industrial do século XIX, possibilitando a movimentação de mercadorias e ideias em uma velocidade e um alcance nunca antes experimentados. As indústrias fizeram uso extensivo desses recursos de mobilidade e suas instalações geralmente estão localizadas na borda desses dois fluxos ou ligadas a eles. O Vale do Guadalquivir, entre Sevilha e Córdoba, e o Vale do Paraíba entre Jacareí e Cachoeira Paulista, permitiram encontrar, nos estudos de campo, marcas deixadas no território por essas mobilidades, em vestígios, ruínas, edifícios ou referências culturais. Os trechos selecionados formam paisagens ligadas à produção (anteriores à produção industrial) e de seu patrimônio fazem parte as pré-existências, o que faz com que a leitura patrimonial do território seja abrangente, com a incorporação de processos contemporâneos. Esta comunicação tem como objetivo discutir a formação dessas duas paisagens históricas da produção e a percepção social de seus legados.

PONENCIA 16: A Instalação de bibliotecas híbridas: o caso dos arquivos dos museus ferroviários paulistas

AUTORES: Samir Hernandes Tenório Gomes. Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Esta pesquisa avaliou o ambiente construído de três bibliotecas de museus ferroviários no Estado de São Paulo, entendendo não só o conceito arquitetônico tradicional de biblioteca, mas o quanto esses espaços podem absorver novos recursos digitais, formatando recomendações projetuais rebatidas na criação de uma rede de informação em museus vinculados ao patrimônio industrial ferroviário paulista e a instalação de bibliotecas híbridas. O trabalho discute a organização física de bibliotecas localizadas em museus ferroviários e suas potencialidades, a fim de detectar quais os principais elementos relacionados aos procedimentos para a elaboração de diretrizes para futuros ambientes híbridos. A avaliação teve como foco três acervos: o Museu Ferroviário de Bauru, o Museu da Companhia Paulista de Jundiaí e o Museu Ferroviário Sorocabano. Os procedimentos metodológicos demonstraram que é possível rastrear e desenvolver propostas e ferramentas relacionadas à absorção dos novos recursos digitais (bases de dados, bases cartográficas e fotográficas) no contexto dos acervos museológicos ferroviários estudados. As análises efetuadas reforçaram que o ambiente construído destes edifícios

pode agrupar o conceito de biblioteca híbrida, na acomodação tanto da informação impressa/analógica, quanto da informação digital/bases de dados, agregando diferentes tipos de usos e tecnologias. No estudo, que analisou também o conceito arquitetônico tradicional de bibliotecas em museus, foi possível desenvolver um programa de interfaces computacionais rebatidos na organização e disponibilização de conteúdos informacionais referentes aos bens documentais ferroviários. Ao final, o trabalho oferece um modelo piloto relacionado à formatação de um sistema em rede digital e diretrizes de instalação de bibliotecas híbridas em acervos museológicos, sendo um protótipo que poderá servir às áreas de interesses do patrimônio ferroviário do Estado de São Paulo e Brasil.

PONENCIA 17: Percepção do patrimônio através da arqueologia industrial: o caso de Assis

AUTORES: Tainá Maria Silva. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Brasil
Naiara Cristine Spiller. Centro Universitário Eduvale, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Brasil

A expansão das estradas de ferro em fins do século XIX e início do XX foi responsável pelo aparecimento e crescimento de várias cidades no interior de São Paulo, sendo parte importante da malha urbana inicial destas localidades. Como legado desse desenvolvimento encontram-se espalhados pelo território paulista variados remanescentes industriais. Com base nisto, este estudo objetiva debater sobre o caso do complexo ferroviário de Assis, a partir de três edificações em situações discrepantes: a estação e o armazém, em uso e bom estado de conservação, e as oficinas, em completo abandono e com risco de ruína. A pesquisa foi motivada pela participação em uma oficina multidisciplinar de arqueologia industrial, ministrada pelo professor Dr. Juan Manoel Cano Sanchiz, associado ao Institute for Cultural Heritage and History of Science & Technology, University of Science and Technology Beijing, na qual foram explorados os edifícios citados, pertencentes a Companhia Ferroviária Sorocabana, contemplando alunos dos cursos de graduação e pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo, História e Geografia. A partir dessa experiência foram levantadas reflexões sobre a preservação desses remanescentes industriais e sua relação com a cidade e sua memória, do porquê da diferença de propósito de uso contemporâneo e conservação entre eles, além disso, a análise do papel de cada área do conhecimento dentro do patrimônio industrial, e qual a contribuição da arquitetura dentro desta discussão.

PONENCIA 18: Usina de Traição: contradições e impasses no reconhecimento do patrimônio cultural da indústria elétrica na cidade de São Paulo

AUTORES: Valter dos Santos Lameirinha. Guarulhos, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Manoela Rossinetti Rufinoni. Guarulhos, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

A comunicação pretende discorrer sobre as recentes transformações no edifício da Usina de Traição, decorrentes da chamada pública para permissão de uso lançada pelo governo do estado de São Paulo em 2019, que autoriza a iniciativa privada alterar a edificação e sua área envoltória. Como a usina não usufrui de instrumentos de proteção patrimonial, o processo de transformação não considerou sua representatividade como patrimônio industrial, tanto isoladamente como no conjunto histórico

de produção de energia e de formação da paisagem da qual faz parte. Desse modo, as intervenções na Usina de Traição evidenciam a necessidade de se discutir a compatibilização de novas funcionalidades em um conjunto industrial quase secular e em plena atividade.
Projetado na década de 1940 pela companhia canadense Light and Power com o intuito de reverter o curso do rio Pinheiros, a usina localizada na zona sul da cidade de São Paulo está implantada sobre o leito fluvial e conservava toda estrutura original, até o início das intervenções. A usina faz parte de um complexo industrial de maior amplitude denominado "Projeto Serra", idealizado pelos engenheiros Asa White Kenney Billings e F. S. Hyde, para produzir energia frente às demandas da cidade de São Paulo e regiões adjacentes.
Para discutir as intervenções na usina e área envoltória, analisamos a chamada pública, a legislação municipal incidente sobre a área, bem como a judicialização das contestações da sociedade. Além dessas fontes primárias, utilizamos como base os fundamentos do campo do patrimônio cultural industrial, perpassando o conceito de Paisagem Cultural e de Paisagens Históricas da Produção Industrial.
O Estudo faz parte de pesquisa de doutorado em desenvolvimento na UNIFESP, iniciada em 2024 e que nesse momento tem se debruçado sobre as estruturas do sistema em pauta, buscando analisar os elementos arquitetônicos que o compõem e sua caracterização como paisagem.

PONENCIA 19: Patrimônio industrial, ressonâncias do passado e suas contingências na forma urbana de Anápolis

AUTORES: Wilton de Araujo Medeiros. Universidade Estadual de Goiás (UEG), Brasil
Lucas Gabriel Correa Vargas. Universidade Estadual de Goiás (UEG), Brasil

No presente trabalho, é oportuno observar que no contexto de dinamização econômica, "Vilas" destinavam-se a identificar os locais destinados a morada dos trabalhadores, fossem eles do comércio ou da indústria. E, como locais destinados a trabalhadores urbanos, nessas "Vilas" teríamos uma das maiores "ressonâncias" relacionadas à valorização do patrimônio industrial. Conforme iremos discutir a partir de observações teóricas e metodológicas, a ausência de "ressonância" de um objeto patrimonial, corresponde à distância de seu limiar ontológico. Por isso é pertinente a análise da forma urbana, no sentido de delinear a compreensão da morfogênese da cidade, e, nesta compreender as contingências históricas, de modo a contextualizar no local, o patrimônio industrial como não abstrato. Com isso, discorremos sobre as genealogias de um palimpsesto urbano, propondo análises morfogenéticas, com o intuito de delinear análises expansivas, porém contingentes sobre as formas urbanas.
A análise teórica de Koselleck sobre o tempo histórico, é muito importante para se compreender as mudanças que a modernidade e industrialização acarretou a partir da Europa, irradiando para todo o mundo. De modo que por meio da morfogênese urbana, podemos analisar essas mudanças e suas adaptações, as quais operaram cisões e transformações muito amplas, abrangendo as tecnologias, as ideologias, as leis, as formas urbanas e até os costumes cotidianos. Isso tudo significando uma cisão na temporalidade ordinária. No caso de Anápolis, essas correlações na forma urbana, e na materialidade dos prédios, bem como em equipamentos e estruturas identificadas como patrimônio industrial.

PONENCIA 20: Hitos en la historia de la alimentación cárnica

AUTORES: Mauro Delgrosso. Director Institución: Paisaje Industrial Fray Bentos

El "Paisaje Industrial Fray Bentos" es el Sitio de Patrimonial Mundial que representa la historia de la comercialización de carne a escala global. Desde allí se envió al mundo su producción por un siglo. Fray Bentos es una marca patentada y representa calidad de carne enlatada en el mundo.
La producción industrial del extracto de carne con la fórmula de Liebig dio allí su primer gran paso, al que se sumaron enormes extensiones de estancias para la cría del ganado bovino y ovino. Dos empresas globales dieron al enclave sus características propias: Liebig´s y Anglo.
Los cambios ocurridos a nivel empresarial, comercial, productivo y tecnológico, tienen hoy en la gestión del Sitio Patrimonial y en su Plan Cultural el desafío de ser conocidos, interpretados y difundidos. Desafío que se realiza a través de mecanismos innovadores que permitan la conservación y difusión de los valores universales excepcionales que el lugar posee.
Entendiendo el desafío de la conservación y la difusión cultural, dar a conocer el centro de documentación y archivos históricos empresariales; la reconstrucción del paisaje sonoro en la icónica playa de faenas; el agua en la fábrica expone las técnicas y patentes de tratamiento y potabilización de agua; la ruta del ganado introduce al visitante al mundo de la industria ganadera, estancias, razas, tropas; el paseo guiado nocturno la ruta del corned beef nos introduce en un apasionante recorrido industrial; la visita al laboratorio histórico de la planta industrial nos sumerge en el mundo de la química y sus ramas anexas -equipamientos, métodos y aparatos de medición utilizados desde 1865; entre otros.

PONENCIA 21: Do trabalho operário ao consumo de elite: as apropriações do Complexo Hoepcke

AUTORES: Alisson Pazetto de Oliveira. Arquiteto e Urbanista. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Brasil
Marina Toneli Siqueira. Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Doutora em Planejamento Urbano e Políticas Públicas. Professora no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Brasil

Florianópolis, cidade conhecida por ter a maior parte de seu território localizado em uma ilha de grande beleza natural, tem sua trajetória marcada pelo anseio de modernização. Embora sua industrialização não tenha alcançado os mesmos patamares de outras cidades brasileiras, seu patrimônio industrial é um testemunho representativo de sua história econômica e social, além de refletir as dinâmicas urbanas locais. Esta pesquisa explora o complexo industrial e portuário de Carl Hoepcke, empresário de destaque no cenário político e econômico do estado. A Fábrica de Pontas Rita Maria, instalada em 1896 próxima à já existente Fábrica de Rendas e Bordados, também do mesmo proprietário, utilizava de tecnologia importada e uma infraestrutura avançada para a época. Além de outras edificações fabris nos antigos bairros Estreito e Rita Maria, cabe destacar a vila operária da Rua Hoepcke, próxima ao complexo industrial da família, que representava uma nova forma de organização habitacional, padronizada e vinculada ao trabalho operário. Com o declínio das atividades portuárias e a pressão por expansão urbana, o conjunto fabril passou a ser ocupado por serviços diversos, como estacionamentos, oficinas e instalações esportivas, alternando momentos de esvaziamento funcional.

Foi sua inclusão nas Áreas de Preservação Cultural (APCs) em 1985 e o tombamento municipal no ano seguinte que preservaram sua estrutura, permitindo apenas adaptações internas. Entretanto, mais recentemente, essas edificações foram objeto de reformas e construção de torres anexas, sendo transformadas em espaços de consumo, lazer e residências, incluindo para aluguel de curta temporada. A estética industrial foi mantida como cenário para a instalação de espaços como restaurantes, lojas e áreas gourmets sob uma auréola nostálgica, destacando-os como ambientes "diferenciados" e de "primeiro mundo". Nesse contexto, este artigo resgata o histórico local, destacando as alterações de seus usos e as contradições que permeiam esse processo, incluindo os riscos de sua elitização social.

PONENCIA 22: Paisajes del agua que articulan el territorio. Caso: ciudad de fuerte olimpo. De su paso como fuerte, presidio y puerto fluvial durante el ciclo del tanino a ciudad contemporánea dentro de un santuario natural

AUTORES: Stella Isabel González de Olmedo. Facultad de Arquitectura, Diseño y Arte. Universidad Nacional de Asunción, Paraguay

La ciudad de Fuerte Olimpo permite develar su historia, conocer su geografía y los problemas ambientales que enfrenta, así como su proceso de ocupación del suelo (1886 a 2025) y los desafíos para lograr un desarrollo sostenible en base a sus recursos culturales y naturales.

Tuvo como origen a un Fuerte, en 1.792 (parte del sistema de defensa del Imperio español). Finalizada la guerra del 70 (GTA), este territorio fue parte de un latifundio. Deforestaron bosques de quebracho colorado (Ciclo del Tanino) y construyeron un puerto fluvial (1900), para exportar productos forestales y ganaderos de poca elaboración. Paralelamente a esa deforestación, introdujeron la ganadería extensiva de vacunos adaptados al clima tropical. Actualmente se constituye en la principal actividad económica.

Posee características de poblado menor, es histórica, aislada, ribereña y fronteriza, fuerte centralidad, espacio urbano que responde a su topografía, localizada en un santuario ecológico (Pantanal trinacional), con abundante naturaleza y biodiversidad.

Metodología: Investigación bibliográfica y documental; Empírica. Generación información cartográfica, elaboración mapas, entrevistas (agentes sociales). Tipo de investigación: Exploratoria, descriptiva (combinación de ellas), explicativa e histórica.

Exploraciones realizadas: Proceso de ocupación del suelo (1886 hasta 2025). Línea del tiempo (con datos cronológicos); Análisis del proceso de expansión y crecimiento urbano de la ciudad, (aspectos físicos, ambientales y territoriales, incidencia en el funcionamiento de la ciudad y bienestar de la población); Análisis urbano y diagnóstico (identificación de áreas susceptibles a inundaciones); Análisis multitemporal de expansión urbana (años 1990-2020); Estudios de distribución de viviendas y densidades (2002/2022). En lo Cultural: Elaboración Mapa turístico regional; Propuesta de: Ruta histórica del Alto Paraguay (datos históricos organizados cronológicamente) e Itinerario cultural al interior de la ciudad.

Recomendación: Declarar a la región paisaje cultural evolutivo; porque se observa "la obra conjunta entre el ser humano y la naturaleza".

Los resultados de esta investigación son aún preliminares.

E6_02_La agencia popular a debate: historia, memoria y experiencias

COORDINADORES:
Héctor Quiroz Rothe. Universidad Nacional Autónoma de México, México
Noel Manzano Gómez. Universidad Rey Juan Carlos, España

PALABRAS CLAVE: Urbanización popular; Vivienda; Autogestión; Autoconstrucción; Siglo XX

RESUMEN: Podemos reconocer tres formas de producción de los entornos construidos dentro del sistema capitalista: el espacio del mercado, impulsado por los capitales privados; el del Estado, quien desde la segunda mitad del siglo XIX logró incorporar en Occidente marcos normativos y disciplinares para planear las ciudades de acuerdo a criterios higienistas, demográficos y racionalistas; y finalmente, la forma de producción popular (Abramo; Quiroz y Alcantar, 2018), en la que los habitantes -generalmente de menores ingresos, a partir de sus necesidades y con sus propios recursos emprenden procesos de acceso al suelo, autoproducción de vivienda, así como de autogestión de servicios urbanos.

Dicho fenómeno ha sido ampliamente estudiado en Latinoamérica a partir de los años cincuenta del siglo pasado (Connolly, 2014), asociado a la industrialización de la región que aceleró la concentración de población en los principales centros urbanos; Cabe señalar, que estos procesos no son exclusivos del subcontinente latinoamericano, tienen una distribución global y de largo aliento, como han demostrado Davis (2006), Clark y Menjot, (2019) y Manzano (2022).

El estudio e interpretación de este fenómeno ha evolucionado en las ciencias sociales y la historiografía. Antes de la década de 1960, los asentamientos irregulares fueron estigmatizados y perseguidos desde la autoridad, con base en políticas inspiradas en las teorías de la pobreza y la marginalidad. Posteriormente, a partir de la obra de Turner, Abrams, Mangin, el urbanismo popular tuvo una resignificación con connotaciones positivas, al ser identificado cómo un proceso de expresión de la agencia colectiva de los pobladores y sobre todo como una estrategia que demostró ser efectiva para resolver la creciente demanda de suelo y vivienda para los sectores de población más pobres. Este enfoque no ha estado exento de críticas, principalmente desde aquellas posiciones que privilegian la iniciativa privada y el libre mercado en la producción de ciudad.

Los espacios urbanos producidos desde la informalidad se han desarrollado y consolidado en toda América latina, compiten o complementan el mercado inmobiliario formal y frecuentemente sus promotores participan de la extracción de plusvalías. Desde esta perspectiva, cabe replantearse la tesis de la autogestión comunitaria virtuosa que se funda en algunos procesos participativos de los años sesenta y setenta asociados a la práctica de una arquitectura con conciencia social que atendió una demanda real durante la etapa de expansión urbana más acelerada del siglo pasado y en el contexto de la Guerra Fría, es decir de confrontación de dos modelos políticos y económicos antagónicos.

En este panel proponemos seguir avanzando en la problematización de un fenómeno ampliamente difundido en nuestra región, acotado por las evidencias históricas sobre la capacidad de autogestión de los pobladores pobres confrontados a un urbanismo o una planificación institucional que de manera recurrente se ha quedado corta en sus objetivos de satisfacer las necesidades básicas de la población, como es la vivienda. De esta manera, buscamos ampliar la discusión sobre la incapacidad de las insti-

tuciones del Estado y en particular del urbanismo de cumplir con el ideal de ordenar las ciudades latinoamericanas de acuerdo a ciertos principios racionalistas hegemónicos y al mismo tiempo ofrecer respuestas sobre los limites del modelo autogestivo que sublima lo colectivo frente a los intereses particulares, la propiedad privada o las lógicas del marcado.
Convocamos a los interesados en presentar comunicaciones sobre alguna de las siguientes temáticas propuestas:
-Discusiones metodológicas sobre la historia y memoria del fenómeno denominado urbanismo popular.
– La evolución de la agencia popular, los procesos de construcción colectiva de normas y acuerdos y su influencia en la producción del espacio.
-El rol del mercado inmobiliario en la producción y gestión de suelos y su conflicto o superposición con los procesos comunitarios autogestivos.
– La historia del asociacionismo, los vínculos entre las organizaciones vecinales y partidos políticos, grupos religiosos y el crimen organizado.
– La asimilación de prácticas y estrategias de la informalidad o de la autogestión en políticas, programas e instituciones de gobierno.

PONENCIA 01: La cultura urbanística popular en la ciudad de México: ideas, prácticas y forma urbana en el campamento 2 de Octubre

AUTORES: Erika Angélica Alcantar García. Facultad de Arquitectura, Universidad Nacional Autónoma de México

El urbanismo popular constituye una divergencia epistémica, en tanto que se encuentra fuera y en los márgenes de los sistemas de validación del conocimiento científico que reconoce al urbanismo institucional, en tanto que sus protagonistas son los habitantes anónimos, y no los profesionales de las disciplinas ligadas al urbanismo. Sin embargo, aceptamos que existe una vinculación entre actores que permite un conocimiento nuevo y genuino de la conjunción de formación y de saberes técnicos. Es un concepto aglutinador para explicar tanto al fenómeno de urbanización, como su origen en donde se les dota de agencia a sus autores. Asimismo, también tiene una diversidad de formas urbanas, rastreables en lo que en los tipos de poblamiento (Sánchez Mejorada, 2005, p. 181-224). A su vez, el urbanismo popular puede también leerse como una forma de hacer ciudad a través de la cultura. De acuerdo con Alcantar (2020), la cultura urbanística popular, se encuentra fundamentada en ideas, teorías y se despliega en intervenciones y proyectos.
Existen numerosos casos que dan cuenta de este fenómeno característico de la urbanización y la construcción de ciudad en Latinoamérica y México. En este trabajo proponemos acercarnos a dicho fenómeno por medio del Caso de una colonia popular (o barrio) autogestivo y autoproducido conocida como el Campamento 2 de octubre, en la periferia central de la Ciudad de México. Esta colonia comenzó un proceso de ocupación y urbanización al final de la década de 1960, a través de la organización de familias, grupo políticos y de activistas. A lo largo de su evolución se pueden apreciar la influencia de teorías marxistas, prácticas comunitarias de urbanización y organización social, formas de asociación y gestión política características del urbanismo popular, además de una forma urbana peculiar, producto de su proceso de ocupación. También, se puede advertir la construcción de una narra-

tiva cohesionada de su historia y su militancia al interior de los colonos, que romantiza dicho proceso. En este sentido, en esta ponencia buscamos confrontar esta narrativa, con su proceso de urbanización y la teoría aquí descrita.

PONENCIA 02: De proyectos estatales a colonias informales en la Ciudad de México posrevolucionaria

AUTORES: Emilio de Antuñano. Trinity University, San Antonio, EEUU

La oposición entre la ciudad formal e informal se deriva de diferencias en el proceso de urbanización (desarrollo al margen de la ley, autoconstrucción, etc.), pero también es resultado de tradiciones disciplinarias distintas. En el caso mexicano, la ciudad formal ha sido estudiada principalmente por historiadores de la arquitectura, mientras que la ciudad informal/popular ha sido campo de estudio fértil para geógrafos, sociólogos y antropólogos, entre otros. Esta oposición conceptual y metodológica, empero, oscurece la forma en que distintas formas de hacer ciudad coexisten y se suceden en el tiempo.
Esta ponencia cuestiona la oposición entre ciudad formal e informal por medio del análisis de dos colonias de la ciudad de México: Ex–Hipódromo Peralvillo y Gabriel Ramos Millán, colonias populares (proletarias) establecidas en los años veinte y cincuenta del siglo pasado. Ambas colonias nacieron como proyectos estatales (del gobierno federal y local), anunciados con bombo y platillo, para resolver el problema de la vivienda. Pero ambas colonias se informalizaron en los años que siguieron a su fundación, y terminaron siendo marcadas por rasgos típicos de la urbanización popular: conflictos de propiedad, liderazgos políticos organizados en los márgenes de la ley, autoconstrucción y servicios municipales deficientes. De manera más significativa, ambas colonias se convirtieron en espacios emblemáticos de la vivienda popular/marginal/informal, a pesar de sus orígenes como proyectos estatales.
La experiencia de ambas colonias me sirve para proponer dos argumentos. Primero, un argumento conceptual e histórico sobre la relación entre urbanización formal e informal: no de oposición sino de complementariedad. Segundo, un argumento historiográfico sobre el olvido de los orígenes estatales de muchas colonias populares.

PONENCIA 03: La lucha política en las villas de Buenos Aires: auge popular y represión militar en los años 70

AUTORES: Eva Camelli. Instituto del Conurbano, Universidad Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires

La investigación que propongo compartir en el congreso, analiza la praxis política desarrollada en las villas del Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA) durante las intensas décadas de 1960 y 1970, donde el clima de época revolucionario se expresó a través del Movimiento Villero Peronista como organización territorial preeminente, y la desarticulación de aquella experiencia por medio de la represión desatada durante la última dictadura militar argentina (1976- 1983).
De este modo, el objetivo general apunta a comprender y caracterizar la organización colectiva de la población villera en un contexto de radicalidad política generalizada, para poder detectar y sistematizar las particularidades que contuvo aquella experiencia como así también las estrategias diseña-

das desde el gobierno militar para derrotar la organización política villera. Para ello, el trabajo analiza cómo operó la violencia dictatorial al amparo de la ley y fuera de ella como así también la articulación existente entre ambas, indagando una política urbana "descentralizadora" proyectada para la Capital Federal (con importantes repercusiones en el Conurbano Bonaerense) como fueron las erradicaciones, legales y difundidas; y los modos en que el dispositivo de poder desaparecedor, clandestino y acallado, actuó en las villas del AMBA.
Las preguntas de investigación se orientan a discernir con qué genealogía política contaba el sector villero al momento de emergencia del Movimiento Villero Peronista; qué vínculos políticos establecieron con Montoneros (organización político militar); qué debates se dieron en la organización villera, en una etapa de crucial enfrentamientos al interior del peronismo; qué demandas, reivindicaciones y modos de acción propusieron desde el Movimiento Villero Peronista; qué estrategias represivas diseñó la dictadura militar para desarticular la organización villera.

PONENCIA 04: Difundiendo la ciudad transformada: la urbanización de Tijuana durante las décadas de 1960 y 1970 en la prensa mexicana y estadounidense

AUTORES: Daniel Alejandro Carrasco Pérez. Instituto de investigaciones históricas, Universidad Autónoma de Baja California, México

Esta ponencia se enfoca en el proceso de urbanización de la ciudad mexicana de Tijuana, Baja California durante las décadas de 1960 y 1970, en el área que se conoce como la primera etapa del Río Tijuana. Se busca analizar el lenguaje empleado en notas periodísticas locales, regionales y del sur de California durante este periodo, en donde se comunicaron y discutieron los avances de las obras gubernamentales para la canalización del río, el desarrollo inmobiliario de los terrenos aledaños y el reordenamiento de los asentamientos irregulares en el área. Esto tiene el propósito de entender las tensiones provocadas por la explotación económica de la tierra ganada al río y la agitación social que estas obras implicaron. De esta manera, se podrán resaltar algunas líneas que ayuden a comprender las particularidades del proceso más allá de la planificación estatal. El marco teórico que se utilizará estará fundamentado en la sociología urbana de Henri Lefebvre y David Harvey, así como las ideas de Herbert Marcuse y Manuel Castells con respecto a la cuestión urbana.

PONENCIA 05: La casa es una pieza cuadrada sin piso ni cielo. La autoconstrucción en las poblaciones por venta de sitios de Santiago de Chile, 1920-1940

AUTORES: Simón Castillo Fernández. Facultad de ingeniería y arquitectura, Universidad Central de Chile
Waldo Villa Muga. Escuela de historia, Universidad Diego Portales

La ponencia aborda la autoconstrucción popular en Santiago de Chile durante el período entre guerras, destacando su impacto en el desarrollo y expansión de la ciudad. A través del análisis de documentos oficiales y prensa masiva y local, se muestra cómo surgieron las "poblaciones por venta de sitios" en municipios rurales como Renca, San Miguel, Quinta Normal, Maipú y Conchalí, además de sectores de la comuna de Santiago. A diferencia del conventillo, este acceso a la vivienda se lograba comprando un sitio y construyendo progresivamente una casa. Sin embargo, muchos fraccionamien-

tos se realizaban fuera de la ley y sin servicios básicos. La presentación examina la ocupación y urbanización de la periferia santiaguina, analizando el papel de los pobladores y el Estado en la configuración del espacio y los procesos de segregación espacial en las capitales iberoamericanas.

PONENCIA 06: La participación ciudadana en la política de vivienda social en Porto Alegre en el inicio del siglo XXI: el Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC)

AUTORES: Aline Maria Costa Barroso. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidad Federal de Bahia, Brasil

A comienzos del siglo XXI, Porto Alegre, la capital del estado de Rio Grande do Sul, en Brasil, contaba con iniciativas de participación ciudadana que eran consideradas innovaciones en la política urbana del país, como, por ejemplo, el Presupuesto Participativo (Orçamento Participativo - OP). Es importante destacar que en este período hubo, con la promulgación del "Estatuto da Cidade" (EC), grandes avances en relación a los principios e instrumentos de la política urbana nacional. En relación con la política de vivienda social, el municipio desarrollaba programas de regularización urbana, implantación de infraestructura, reasentamientos y desarrollo de cooperativismo/asociacionismo. En el ámbito legislativo, en esa época estaba vigente el Plan Director de Desarrollo Urbano y Ambiental (PDDUA), anterior al EC, que establecía una política orientada a las cuestiones de la reforma urbana. Esto se reflejaba, por ejemplo, en su carácter participativo en la elaboración y gestión de la política y en la implementación de instrumentos de regularización urbana, como las Áreas Especiales de Interés Social, el usucapión especial, la concesión de uso y el urbanizador social. Tras este panorama general, esta comunicación tiene como objetivo discutir cómo se daba, y cuál fue la real participación ciudadana en uno de los programas más relevantes en el período: el Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC). El PIEC fue financiado por el Programa Habitar Brasil/BID (HBB) y por el Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA), en el que se planificaron acciones integradas entre diferentes secretarías del ayuntamiento. Dicho programa contemplaba el desarrollo de cinco proyectos multidisciplinarios que involucraban la producción de vivienda social,la implantación de infraestructura vial y el desarrollo comunitario en una de las áreas estratégicas de la ciudad, por ser uno de sus principales accesos.

PONENCIA 07: De reduto comunista a referência para a extrema-direita: como compreender essa transformação? Bairro da Mocca, 1940-80

AUTORES: Adriano Luiz Duarte. Universidad Federal de Santa Catarina, Brasil

Diversos estudos apontam que na década de 1980, o bairro da Mooca, na zona leste paulistana era notoriamente conhecido como um reduto eleitoral da direita. Nos mapas eleitorais o bairro aprecia sempre em negrito, dando seu apoio explícito ao malufismo, janismo e outros "ismos" da direita paulistana. Mas nem sempre foi assim, na década de 1940 o bairro da Mooca era conhecido em toda a cidade como um referência central da organização do PCB e de movimentos sociais ligados a ele. Exemplo disso, foi a eleição para a câmara municipal de 9 de novembro de 1947. Terminada a apuração, constou-se: o Partido Social Progressista elegeu 11 vereadores, com um total de 66.829 votos; a União Democrática Nacional elegeu sete, com um total de 46.625 votos; o Partido Social Democrático ele-

geu cinco vereadores, com 31.406 votos; o Partido Trabalhista Brasileiro elegeu quatro vereadores, com 29.159 votos; o Partido Democrata Cristão também elegeu quatro vereadores, com 24.898 votos; o Partido Republicano elegeu três vereadores, com 23.761 votos; o Partido Trabalhista Nacional elegeu três vereadores, com 20.192 votos; o Partido Social Trabalhista, onde se abrigavam os "candidatos de Prestes", elegeu 15 vereadores, recebendo um total de 72.985 votos, sendo o partido mais votado nessa eleição. Especificamente no maior bairro operário da cidade de São Paulo, a Mooca, dos 30.000 eleitores, aproximadamente, os "candidatos de Prestes" tiveram 1/4 de todos os votos. No bairro, os chamados "candidatos de Prestes" eram quatro: o pedreiro Luiz João; o guarda civil Afonso Liguori; o metalúrgico Antônio Donoso Vidal e a operária têxtil, Faustina Bonimani. Dos quais dois foram eleitos: Luiz João e Antônio Donoso Vidal. Em nenhum outro momento na história da Câmara Municipal de São Paulo candidatos declaradamente de esquerda e com forte inserção popular obtiveram votação tão expressiva. A questão que essa apresentação propõe é: como podemos entender essa mudança? O que a urbanização da cidade tem a ver com ela?

PONENCIA 08: Arquitetura, participação e educação: a construção de espaços escolares a partir de experiencia de Mayumi Watanabe de Souza Lima

AUTORES: Bárbara Maria Francelin. Universidade de Sao Paulo, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo

Esta proposta de artigo é um recorte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e tem como objetivo analisar a inserção da comunidade na construção do espaço escolar, com base em projetos desenvolvidos entre 1983 e 1984 pela Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP), em um contexto marcado pelo período de redemocratização do país. Para tanto, a pesquisa investiga o processo de construção dos espaços escolares das EEPG Bairro da Varginha e EEPG Pedreira Reago, coordenado pela arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima, abordando três aspectos fundamentais: a assimilação de práticas de autogestão em políticas públicas, o desenvolvimento do processo pedagógico e político, e a dimensão técnico-construtiva, analisada através da relação entre cultura escolar, memórias e territórios. A análise das demandas da população envolvida nos processos participativos, a descentralização do poder de decisão e a influência desses fatores no desenvolvimento das obras e na posterior utilização dos espaços também são essenciais para compreender essa dinâmica. A metodologia adotada inclui análise de documentos, relatórios técnicos, diálogos e registros fotográficos, destacando o impacto da gestão participativa liderada pela arquiteta. Dessa forma, a pesquisa busca contribuir para a ampliação do acervo historiográfico de estudos sobre educação em consonância com a participação popular, a inserção da comunidade e a territorialização dos equipamentos públicos, além de recuperar e valorizar personagens femininas frequentemente marginalizadas no circuito de pesquisas acadêmicas.

PONENCIA 09: Economía mixta y vivienda social en la ciudad de México, de la década 1940 y 1960

AUTORES: Andrei Guadarrama. Boston College, EEUU

Esta presentación es un esfuerzo por interpretar las dinámicas contradictorias de la vivienda social en la Ciudad de México, en las décadas de 1940 y 1960, desde la perspectiva de la economía mixta. En este periodo, las presiones sociales y el crecimiento poblacional hicieron de la vivienda urbana un elemento clave de las políticas distributivas del Estado mexicano. Sin embargo, el problema de la habitación— el déficit, la deficiente infraestructura, y el costo— planteó un reto económico fundamental para un Departamento del Distrito Federal y gobierno federal con insuficiencia crónica de recursos públicos para la inversión en infraestructura básica. En respuesta, el Banco Nacional Hipotecario y de Obras Públicas (BNHUOP) atrajo y coordinó la inversión de capital privado para resolver un problema que definió como económico. En consecuencia, la pregunta de cómo conciliar las necesidades sociales, los intereses de distintos grupos de habitantes, y las prioridades de los socios capitalistas definieron la respuesta pública al problema de la vivienda en la Ciudad de México a mediados del siglo XX.
Para explorar estas dinámicas, esta presentación analiza un caso que conecta la agencia de un grupo de habitantes de la Ciudad de México y al BNHUOP. Un pequeño grupo de trabajadores sindicalizados y del Estado se hicieron un espacio dentro de los programas de vivienda asequible creados por el impulso urbanizador del BNHUOP. Para ello, sin embargo, estos y otros habitantes negociaron con las políticas impulsadas por aquella institución: el desplazamiento como consecuencia de los programas de "regeneración" de asentamientos populares, la reubicación a zonas periféricas, y la exclusión por omisión de una mayoría de habitantes que dependían de la economía informal.

PONENCIA 10: La ciudad cooperativa. Urbanización y cooperativismo de vivienda por ayuda mutua en Uruguay

AUTORES: Lorena Logiuratto. Instituto de Estudios territoriales y urbanos. Facultad de Arquitectura, diseño y Urbanismo Universidad de la República
Natalia Godoy. Instituto de Estudios territoriales y urbanos. Facultad de Arquitectura, diseño y Urbanismo Universidad de la República

La producción de vivienda en régimen cooperativo se desarrolla en Uruguay desde la década del `60, institucionalizándose en 1968 al ser incluida en la Ley de Vivienda actualmente vigente.
Constituye un sistema de uso y goce de la vivienda alternativo al modelo de mercado. Sus experiencias, gestión y edilicias son ampliamente reconocidas. Menos estudiadas han sido las articulaciones reales, y los imaginarios de ciudad del cooperativismo.
El trabajo que se propone es resultado de una colaboración entre grupos académicos y la Federación Nacional de Cooperativas de Ayuda Mutua abordando específicamente la dimensión urbana territorial desplegada por el acumulado de la producción de suelo en régimen cooperativo, con el objetivo de caracterizar su producción espacial y contrastar los discursos históricamente desplegados con la producción real del habitar.

El estudio sistematiza registros y consolida una base de datos geográficamente referenciada que da cuenta de la totalidad de la producción de vivienda por ayuda mutua en el territorio uruguayo. Que se analizan y caracterizan en función de su temporalidad, tamaño en cantidad de viviendas, si contiene equipamientos y servicios de soporte del habitar, si éstos equipamientos se articulan con los sectores urbanos en la que se insertan, tipo de localización, características y coberturas de los suelos que ocupan y producen.
El resultado se traduce en una cartografía histórica y espacialmente ponderada permitiendo constatar el asiento mayoritario en periferias urbanas y los cambios registrados en la manera de producir espacial y programáticamente el suelo de periferias al que el movimiento accede.
Estas primeras evidencias permiten reflexionar críticamente sobre la dimensión del habitar cooperativo en escalas urbanas, identificando posibilidades y restricciones que viene transitando la gestión cooperativa uruguaya para agenciar formas de producir no solo vivienda sino entornos urbanos que atiendan las múltiples dimensiones del habitar.

PONENCIA 11: Del barrio al barrio… dormitorio. Activación y desmovilización vecinal en la renovación de las periferias informales madrileñas (1960s-1980s)

AUTORES:
Noel Antonio Manzano Gómez. Universidad Rey Juan Carlos, España

El presente texto propone leer la evolución de la agencia popular en áreas históricas de la periferia de Madrid que hoy denominaríamos cómo informales; barrios de chabolas y casas bajas. Este tipo de espacios, construidos al margen del planeamiento urbano y muchas veces sin títulos de propiedad, si bien ya existían previamente, se multiplicaron durante los 1950s, siendo sólo parcialmente contenidos por los poderes públicos franquistas. En dicho contexto, una serie de marcos urbanísticos (la Ley del Suelo de 1956 y el Plan Metropolitano de 1963) permitieron a las fuerzas del mercado inmobiliario liderar operaciones de renovación urbana.
A pesar de la supuesta anomia propia de dichas áreas suburbiales, una creciente organización colectiva liderada por "Asociaciones de Vecinos" emergió durante las últimas décadas de los 1960s, dando batalla contra los procesos de desalojo y promoviendo acciones de solidaridad vecinal y auto-gestión colectiva. Dicho proceso culminó, tras la llegada de la democracia en 1975, con la aprobación del denominado Plan "Barrios en Remodelación", una de las mayores operaciones europeas de transformación de barrios de infravivienda en áreas "formales" con servicios y dotaciones públicas. Si bien estuvo basado en una toma de decisiones participativa por parte de asociaciones vecinales, esta no estuvo exenta conflictos y contradicciones, viéndose finalmente acompañada por una co-optación del tejido social por las instituciones y por una progresiva desmovilización vecinal a lo largo de los 1980s.
Basándonos en trabajo de archivo, monografías históricas e historia oral, esta comunicación propone discutir la evolución de los movimientos vecinales más allá de la imagen inmanente y consensual popularizada en los 1970s. Con ello, se pretende reflexionar sobre los procesos de participación urbanística y su evolución, discutiendo los paralelismos y diferencias entre el caso madrileño y aquellos desarrollados en el ámbito latinoamericano, con el fin de identificar otro senderos posibles hacia una re-democratización del urbanismo popular.

PONENCIA 12: Precariedad, resiliencia y progreso. Roles de la sociedad civil y el estado en la vivienda autoconstruida en Lima 1950-2000

AUTORES: Víctor Mejía Ticona. Pontificia Universidad Católica de Perú

La ponencia analiza las circunstancias de producción de vivienda en los niveles socio económicos medio-bajo y bajo en Lima durante la segunda mitad del siglo XX. Considerando que el capital privado atendió a los grupos alto y medio, la población más pobre apeló a la autoconstrucción como respuesta a la crisis, mientras la presencia del Estado fue muchas veces tardía, insuficiente y fluctuante.
Las migraciones del campo a la ciudad marcaron la evolución de las grandes urbes en muchos países, y en el Perú, Lima fue el principal destino entre 1940 y 1970. La capital experimentaba entonces una doble transición: desde occidente recibía los influjos de la arquitectura y el urbanismo modernos, mientras desde el interior del país llegaban compatriotas con las particularidades de la cosmovisión andina y sus formas de construir. Al choque cultural que implicó el encuentro de esos dos flujos, se sumaron de taras como el racismo y el clasismo, complejizando más el problema. Así, la agencia popular en la construcción de vivienda cobró importancia en el devenir urbano de Lima.
Se abordarán tres casos/conceptos, no equivalentes pero sí complementarios para comprender los distintos roles de la sociedad civil y el Estado ante la problemática de la vivienda popular. El primero es de carácter social-urbano: son las primeras viviendas autoconstruidas, muchas precarias, otras bajo valiosos conocimientos empíricos, sin participación del Estado. El segundo caso se define por la gestión política y normativa: son las cooperativas de vivienda, estructura que intentó reunir a profesionales, pobladores y Estado. El tercero enfatiza en lo proyectual: es el Proyecto Experimental de Vivienda PREVI, que además de reunir a profesionales, pobladores y Estado, consolidó no solo el concepto de la autoconstrucción, sino también el de vivienda progresiva. Finalmente, se harán algunas reflexiones sobre la problemática en el momento actual.

PONENCIA 13: La imagen poética en los procesos de producción proyectuales y habitar de la vivienda de autoproducción en Lomas del Centinela, Zapopan, Jalisco

AUTORES: Javier Nicolás de Santiago García. Centro Universitario de Arte Arquitectura y Diseño, Universidad de Guadalajara, México

Este trabajo aborda la búsqueda de la imagen poética en la vivienda de autoproducción en la colonia Lomas del Centinela, en Zapopan, Jalisco, México. Esta búsqueda se enfoca en algunos de los procesos que se identifican con la autoproducción de la vivienda, especialmente en los procesos de producción, los procesos proyectuales y el proceso de habitar.
El concepto de imagen poética se construye a través de los discursos de los autores Gastón Bachelard, Carlos González y Lobo, Steven Holl, Manuel Martín Hernández, Juhanni Pallasmaa y Alberto Pérez-Gómez. Se puede definir como el elemento que resulta de haber imaginado con un propósito en mente. Se le denomina elemento porque puede manifestarse como un pensamiento, un escrito, una meta, un dibujo propositivo, un método para realizar un fin, una forma de vivir el lugar, de apropiarse de él y de reconocerse en ese camino recorrido.

Este trabajo estudia a mujeres de Lomas del Centinela que han autoproducido su vivienda a través de un acercamiento a su historia y a las formas de producción que tuvieron durante los años en que, junto a su familia, emprendieron el sueño de construir por sí mismas su casa. Durante esta investigación, se les entrevistó buscando en sus discursos elementos que pudieran considerarse imágenes poéticas, con el fin de encontrar una perspectiva en la que se exploraran sus procesos de autoproducción bajo la imagen poética. A través de esa búsqueda, se valoriza no solo la importancia de la imaginación, sino también que los procesos de autoproducción no son espontáneos, sino que en gran parte de su ideación, construcción y habitación siempre existe un fuerte componente imaginativo, lo que conlleva una profunda reflexión para lograr lo que se proponen en la autoproducción de su vivienda.

PONENCIA 14: Estrategias de resistencia de los habitantes de asentamientos populares que fueron expulsados de sus territorios durante las dictaduras cívico-militares en Chile y Argentina

AUTORES: Julieta Oxman. Universidad Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires

La intención de este trabajo es presentar un análisis histórico-comparativo de las estrategias de resistencia de los habitantes de asentamientos populares que fueron expulsados de sus territorios durante las dictaduras cívico-militares en Chile (1973-1990) y Argentina (1976-1983). En ambos casos se desarrollaron procesos estatales de erradicación forzada desplegados por los regímenes autoritarios a partir de prácticas represivas con la intención de expulsar a los sectores populares y relocalizarlos por fuera de las ciudades, desarticular la organización política opositora a la dictadura de los barrios y sumar terrenos a los planes de especulación inmobiliaria en cada país. Es relevante recordar que estas políticas se implementaron en el marco del llamado Plan Condor, establecido por el gobierno de Estados Unidos para proporcionar formación militar y ayuda económica a los Estados de América del Sur, con el objetivo de instalar el modelo de desarrollo neoliberal en la región. Las luchas pasadas en torno al territorio durante los regímenes autoritarios y la disputa que se refleja en relación a los procesos de las memorias, son parte fundamental para comprender las visiones sobre las problemáticas del hábitat en el presente.

Aún contando con relevantes investigaciones publicadas sobre el accionar de la dictadura cívico-militar y los procesos de erradicación forzada en villas de la ciudad de Buenos Aires en Argentina y en torno a los asentamientos populares de Santiago de Chile durante el período de Pinochet, todavía subsisten muchos aspectos que no han tenido la visibilidad suficiente, que permanecen vacantes o que merecen revisitarse de modo comparativo.

A partir de un abordaje metodológico cualitativo, se plantea una revisión de múltiples fuentes secundarias, para comprender la intervención del terrorismo de estado en la política urbana en ambos contextos y a partir de los relatos de sus habitantes que permiten establecer la complejidad de los recuerdos en torno a esta cuestión.

PONENCIA 15: Memórias de Brás de Pina: Diálogo com os arquivos para ampliação da história urbana

AUTORES: Antonio Pimentel. Universidade Federal Fluminense, Observatório de Fávelas
Lucas Ribeiro Botti
Thais Pontes da Silva. Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPUR

A presente pesquisa tem por objeto a retomada da história da urbanização da favela de Brás de Pina, primeira favela urbanizada pelo Estado no Brasil. Para isso, a pesquisa busca integrar as obras já consagradas sobre o episódio com novas informações provenientes de três fundos arquivísticos: o fundo arquivístico comunitário da Associação de Defesa e Melhoramentos da Favela de Brás de Pina; o fundo do Serviço Nacional de Informações, disponível apenas a partir de 2015 no Arquivo Nacional; e o fundo Gilda Blank, arquiteta urbanista que trabalhou na urbanização de Brás de Pina e uma das principais referências acadêmicas sobre o episódio. Para além dessas consultas, foram realizadas entrevistas usando a metodologia da história oral para resgatar, através da memória, elementos do cotidiano e estratégias de articulação popular.A urbanização da favela de Brás de Pina, ocorrida em plena ditadura empresarial-militar entre as décadas de 1960 e 1970, é considerado um evento paradigmático para a história do urbanismo no país, especialmente pelo seu caráter participativo. A narrativa sobre o episódio se consolidou a partir das obras publicadas por arquitetos que prestaram assessoria técnica à associação de moradores e posteriormente foram contratados pelo Estado para realizar a urbanização, o que pode explicar a ênfase dada na abordagem participativa. Apesar da participação popular ter de fato acontecido na determinação do plano urbanístico e do desenho das casas, há relatos que narram um período de intensa violência e repressão por parte do Estado, além de um processo de desarticulação dos moradores promovido pelo próprio trabalho de urbanização. Esta pesquisa pretende ampliar a narrativa da urbanização para além do processo participativo, problematizando a atuação do Estado e da assessoria técnica com a população favelada, além de resgatar o papel e a importância da liderança popular do Padre José Sainz Artola.

PONENCIA 16: Experiencias de construção de rede do Cultura Viva em Belo Horizonte: aproximações entre a economia popular solidaria e os estudos culturais

AUTORES: Diogo Pozzato
Sibelle Diniz. Facultade de Ciencias Económicas. Universidade Federal de Minas Gerais
Nina Fraiha. Escola de Arquitectura e Design, Universidade Federal de Minas Gerais

O trabalho busca aproximar os campos da Economia Popular e Solidária com o campo da Cultura Viva no município de Belo Horizonte, cruzando as informações levantadas das duas experiências, tanto em questão de políticas públicas como tratando-se das relações das redes de agentes e dos agentes com o estado, a fim de compreender os pontos comuns das experiências dos empreendimentos da EPS e dos Pontos de Cultura, suas redes, suas demandas, suas principais dificuldades, os processos de construção coletiva e a efetividade das políticas públicas para esses grupos. A literatura sobre economia popular e solidária pode contribuir para o entendimento das redes e relações estabelecidas no Programa Cultura Viva entre coletivos, espaços culturais e outras organizações, para além dos grupos que contam com apoio direto e repasse de recursos pelo setor público. Busca-se, neste trabalho, dis-

cutir essas relações no âmbito do município de Belo Horizonte, Minas Gerais, onde o Programa Cultura Viva foi efetivado como política (Lei Municipal n. 11.561, de 22 de agosto de 2023). Por meio de entrevistas semiestruturadas e utilizando fontes secundárias de informações e estudos de caso sobre os pontos de cultura no município, busca-se elucidar a rede em construção na capital mineira, sobretudo no que se refere a suas relações com o setor público e o setor privado, e suas formas de organização em torno da reciprocidade, domesticidade e redistribuição, evidenciando como ambos os lados poderiam se beneficiar deste cruzamento de experiências.

PONENCIA 17: Conocer y resignificar mi barrio. Una experiencia formativa sobre la agencia popular en la ciudad de México

AUTORES: Héctor Quiroz Rothe. Facultad de Arquitectura, Universidad Nacional Autónoma de México

En esta ponencia se desarrolla una reflexión sobre la historia y el presente de las agencias del urbanismo popular en la ciudad de México, a partir de una actividad de aprendizaje llevada a cabo con estudiantes de la licenciatura en urbanismo de la UNAM. Específicamente de la asignatura Historia del urbanismo popular, la cual busca cubrir un vacío en la formación de los futuros urbanistas con relación al origen y evolución de más del 50% de las áreas urbanizadas del país.

El ejercicio consistió en que los estudiantes, en su gran mayoría residentes de barrios populares de origen informal de la zona metropolitana de México, investigaran la historia de su "colonia" privilegiando los testimonios orales de vecinos y familiares pertenecientes a las primeras generaciones de pobladores. La sistematización de las entrevistas les permitió identificar una serie de valores asociados a los procesos autogestivos, tales como el esfuerzo, la lucha, la comunidad, la solidaridad; y de paso superar los estigmas asociados a estos barrios. En un tercer momento, estos valores fueron la fuente de inspiración para una intervención de arte callejero, cuya realización requirió la construcción de una red de apoyo con otros agentes del barrio.

El resultado cumplió cabalmente con los objetivos planteados: los estudiantes descubrieron o vincularon la historia local y familiar con los procesos descritos en los textos especializados sobre el tema. Tuvieron un acercamiento personal a la memoria e historia de sus lugares de residencia, los cuales son fragmentos de un territorio y de un pasado reciente que explica la estructura y el funcionamiento de la metrópoli mexicana.

Esta experiencia didáctica interroga la función de la academia, la enseñanza de la historia, las fuentes convencionales y propone una relectura de nuestras historias urbanas recientes para incorporar plenamente la informalidad como condición ineludible del urbanismo latinoamericano.

PONENCIA 18: Vivienda y memoria espacial en Tijuana, aproximaciones desde la experiencia popular 1945-75

AUTORES: Pilar Adriana Rey Hernández. Instituto de investigaciones históricas, Universidad Autónoma de Baja California, México

La ponencia busca presentar una reflexión metodológica para abordar la historia de la vivienda en Tijuana, Baja California, México, desde la perspectiva de la historia urbana y la categoría de memoria espacial, así como del uso de fuentes orales. Para tal fin, se utilizará como caso ilustrativo el análisis del proceso del poblamiento y desalojo del asentamiento popular conocido como "Cartolandia". Ubicada en los márgenes del río Tijuana y del ejido de Tampico en el centro este de la ciudad, la presencia de Cartolandia se extendió desde aproximadamente 1945 hasta mediados de la década de 1970. Así, la primera oleada de asentamientos se presentó precisamente alrededor de 1945. La dimensión de la precariedad y el tamaño del asentamiento se convirtieron en un referente de Tijuana a nivel nacional, que representaba una preocupación, especialmente si consideramos que se encontraba en marcha el Programa Nacional Fronterizo, el cual, entre otras cosas, pretendía mejorar la infraestructura y la imagen estética de las ciudades de la frontera.
A partir de la realización de entrevistas con antiguos vecinos y vecinas del asentamiento y a partir de la categoría de memoria espacial, se establecen algunos hitos de la memoria relacionada con Cartolandia: lo relacionado con el agua y las inundaciones; con los oficios de los y las habitantes del asentamiento, el de la reubicación y los intereses económicos e institucionales, y finalmente, el de la organización popular.

PONENCIA 19: ¿Fiesta de todo el mundo? Memoria y representación del espacio urbano en el carnaval de Belo Horizonte

AUTORES: Helena Szabo Góes Correa. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte

El Carnaval callejero en Belo Horizonte ha sido históricamente un espacio de construcción de memorias colectivas y disputas de representación. Se origina en la "cultura de las grietas", basada en la autogestión popular, y refleja usos no institucionalizados del espacio urbano y encuentros espontáneos que desafían la normatividad urbana. Más que una celebración, constituye un rito de insubordinación, donde la ocupación de las calles revierte temporalmente las jerarquías sociales y espaciales, transformando la ciudad en un territorio efímero de experimentación colectiva (Simas, 2023). Su consolidación como gran evento está vinculada a la memoria de la lucha por el "derecho a la ciudad", retomada a finales de los años 2000 por bloques independientes y movimientos urbanos que reclamaban la ocupación del espacio público para la fiesta (Dias, 2015). Sin embargo, con el número de participantes llegando a 5,5 millones en 2024 y a una proyección de 6 millones para 2025 (Belotur, 2024), surgen reflexiones sobre las disputas en torno a su representación y materialización. La espectacularización de la fiesta, impulsada por marcas y patrocinadores; el control de los itinerarios, la represión al comercio informal, el aumento de la vigilancia y la interdependencia del uso de plataformas digitales evidencian las contradicciones entre la memoria de resistencia de la fiesta popular y su apropiación institucional por parte del sector privado y las instituciones públicas. Este proceso de mercantilización ressignifica la celebración (Sanchez, 2016), con narrativas institucionales que reformulan su memoria. La ciudad

pasa a ser organizada bajo una lógica de consumo, normativizando trayectorias, discursos y la producción del espacio. Este trabajo propone reflexionar sobre las disputas en torno a la representación y la memoria del Carnaval de Belo Horizonte, analizando cómo su configuración actual está moldeada por lógicas institucionales y comerciales. Se busca comprender cómo la apropiación de la fiesta por intereses corporativos reconfigura su memoria y sus usos en la ciudad, revelando las tensiones del "evento de la cultura a la cultura del evento" (Simas, 2023) y el ejercicio del "derecho a la ciudad" en un territorio atravesado por tensiones y disputas.

E6_03_A cidade latinoamericana na perspectiva da diáspora

COORDENADORES:
Joana D'Arc de Oliveira, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design Universidade de São Paulo, Brasil
Laura de la Rosa Solano, Universidad Nacional de Colombia, Colômbia

PALAVRAS-CHAVE: Diáspora Africana; Culturas Negras; Epistemologias Negras

RESUMO: A discussão contemporânea em torno do conceito de diáspora, no sentido do deslocamento dos povos oriundos do continente africano ao redor do mundo, é ampla e aponta para diversas direções. Um de seus pressupostos destaca que a diáspora não é somente o fenômeno de desenraizamento e o processo de deslocamento forçado de enormes contingentes de população da África para outros continentes, mas sobretudo a ampla gama de consequências subjetivas e culturais desses deslocamentos e reterritorializações, que operam pela produção de novos saberes e novas culturas nas chamadas "zonas de contato". Nesse contexto, tem-se produzido no campo da arquitetura e urbanismo um empenho de reconhecimento, registro e valorização das culturas resultantes dessas "zonas de contato", as quais guardam, em muitos aspectos, os saberes trazidos dos solos africanos expressos na música, na literatura, na culinária, nas artes visuais, na arquitetura e nas cidades na América Latina.
No plano epistemológico, tal mudança de perspectiva engendra a necessidade de outras referências a serem adotadas para a compreensão do fenômeno urbano e suas questões de pesquisa. Novos sujeitos sociais passam a ser considerados na arena de lutas e disputas pela produção de sentidos na cultura e pelas formas de uso e apropriação dos espaços nas cidades. A perspectiva da diáspora exige, portanto, novas questões e novas formulações, bem como novos autores que, até agora, têm sido negligenciados pelos cânones da literatura sobre a arquitetura e o urbanismo Latino Americanos.
Essa mesa propõe reunir trabalhos fundamentados na perspectiva da diáspora para pensar suas implicações teóricas e empíricas sobre a questão urbana. Procura-se atrair contribuições que colaborem para desvendar a diversidade das formas espaciais, dos usos, das inovações na arquitetura e nas cidades resultantes dessas trocas culturais, de saberes e de valores. Nesse sentido, busca-se promover um debate em torno de proposições analíticas orientadas por novas balizas, novas fontes de pesquisa, novos procedimentos analíticos, e fundamentada nos autores da diáspora, com vistas a uma efetiva contribuição à ampliação do escopo de interpretação da cidade Latino Americana, considerando a especificidade da presença negra e sua forma de fazer e viver no espaço urbano.

COMUNICAÇÃO 1: Desfile das agremiações negras no centro de São Paulo: conformação da metrópole afro-diaspórica

AUTORES: Gleuson Pinheiro. Laboratório Cultura Cidade e Diáspora, Universidade de São Paulo, Brasil

No final da década de 1960 as lideranças das agremiações carnavalescas da cidade de São Paulo se organizaram em prol da oficialização dos desfiles. Os desfiles dos grupos negros nos logradouros do centro da cidade, desde antes da oficialização, interferiam na conformação da cidade, pretensamente

europeizada. No período carnavalesco, os espaços urbanos eram ocupados pela manifestação afro-diaspórica, contrapondo-se ao ideal de cidade branca, constituída por imigrantes europeus, e afirmando a sua condição de metrópole negra.
À medida em que a metrópole se expandia, a população negra era expulsa das áreas centrais em direção às novas periferias da metrópole Assim, além de identificação, o carnaval se constituía em uma importante forma de reocupar o centro. Nesse sentido, podemos traçar um paralelo com a proposição de Lewis Gordon (2016) acerca da cultura pois era através da cultura carnavalesca que a metrópole permanecia habitável para os grupos negros.
Nos primeiros anos do carnaval oficializado, os desfiles foram sediados no Vale do Anhangabaú e, posteriormente, na Avenida São João. Ambos os logradouros eram representativos do centro da cidade. Isso é indicativo da intenção, por parte da prefeitura, de transformar o folguedo em um evento de escala metropolitana e que
tivesse justamente os grandes edifícios e o cenário metropolitano como plano de fundo. Por sua vez, a associação ao cenário metropolitano também foi adotada na produção dos registros dos desfiles produzidos pela imprensa,
As fontes utilizadas são reportagens sobre os desfiles publicadas nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo e os áudios dos sambistas disponíveis no acervo do MIS SP. Além disso, recorremos aos registros fotográficos encontrados no Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo e no Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

COMUNICAÇÃO 2: Carolina Maria de Jesus: passado, presente, futuro

AUTORES: Berta de Oliveira Melo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo

Cidade e literatura tem sido um campo fértil de pesquisas de forma interdisciplinar e, nesse contexto, nos propomos a investigar a obra de Carolina Maria de Jesus sob o prisma da história urbana e social, pensando na construção do país, mas também atentos às similaridades enfrentadas em outras localidades que sofreram diásporas. Carolina Maria de Jesus conta em seu livro Diário de Bitita (1986) sobre sua ascendência cabinda e narra a experiência da infância no interior de Minas Gerais organizada com algumas características que nos levam a indagar similitudes quilombolas. A importância de seus escritos, especialmente Quarto de despejo: diário de uma favelada, (1960), seu best-seller, nos convida a refletir sobre como o olhar crítico de Carolina de Jesus à cidade de São Paulo está impregnado por sua experiência de diáspora.

COMUNICAÇÃO 3: Memória, Colonialidade e Espaço: Disputas Identitárias e a Invisibilização de Saberes Afro-Indígenas na Formação Cultural Brasileira

AUTORES: Helena Tuler Creston. Instituto Federal de Minas Gerais

O mosaico cultural brasileiro é formado pelas populações de origem europeia, pelos indígenas e pela população negra, trazida ao continente através do comércio escravagista. No entanto, a história do Brasil, como parte da representação da cultura oficial da nação, foi construída sob uma ótica de valores provenientes de uma elite simbólica, fundamentada em perspectivas ocidentais, universalistas e,

sobretudo, eurocêntricas. Desde o período colonial até os dias atuais, o Estado Brasileiro pratica uma invisibilização das populações negras e indígenas, transformando esses contingentes populacionais em supostas minorias sociais. Assim, a contribuição dos valores civilizatórios e filosóficos afro-brasileiro e indígena na formação da cultura brasileira é praticamente ausente nos conteúdos curriculares, perpetuando a ideia do não lugar social e a invisibilidade destes. Sabemos que a dualidade entre o lembrar e o esquecer é intrínseca à memória. Porém, entendemos que esse processo é dominado pela colonialidade e pelo pensamento hegemônico, que vem intrinsicamente associado a ela. Nesse sentido, a proposta dessa comunicação é tensionar a construção da memória coletiva, observando como as disputas políticas e as lutas identitárias nessa construção refletem-se no território. Recuperar e analisar criticamente aspectos centrais do processo de produção da memória e do espaço urbano na América Latina, tomando como pressupostos os limites históricos impostos pelo passado colonial e a multiplicidade étnica e cultural, característica da história do continente, é fundamental. Como destacam Name e Zambuzzi (2019), a colonialidade não é abstrata, ela se "espacializa" na sobrevalorização de territórios, corpos e saberes de matrizes e padrões de poder branco-burgueses; e, sobretudo, na ocupação, exploração, inferiorização e destruição de outros territórios, corpos e saberes. Assim, é pertinente esmiuçar as espacialidades da colonialidade tanto quanto é urgente revisar, a partir de uma perspectiva decolonial (ou ao menos antirracista), os fundamentos epistemológicos da arquitetura, do urbanismo e do planejamento territorial.

COMUNICAÇÃO 4: Encruzilhadas da paisagem: Slam da Guilhermina e identidades negras no espaço urbano

AUTORES: Ana Claudia Castilho Barone. Universidade de São Paulo
Tainã Antunes Valgas Dorea Senac Lapa Tito. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

O Slam da Guilhermina, uma batalha de poesias que ocorre na praça anexa do metrô Guilhermina-Esperança, na Zona Leste da cidade de São Paulo, destaca-se não apenas pelo seu caráter múltiplo e polissêmico, mas também por ser o primeiro poetry slam a acontecer em espaço público, sendo uma ágora da juventude negra. A ocupação do espaço urbano traz diferenças substanciais em relação às outras diversas batalhas de poesia mundiais, principalmente pela facilidade de acesso, o que impacta na pluralidade representativa.

Essas intersecções e articulações entre identidades, versos, espaço e oralidade fazem do Slam da Guilhermina uma encruzilhada. A encruzilhada, tal como coloca Martins (2021), inscreve os hibridismos e os múltiplos saberes que caracterizam a cultura negra e reitera a cinese das articulações, evidenciando o processo como uma teia dinâmica, um tecido em constante transformação.

A partir desta leitura, busca-se compreender como as encruzilhadas estruturantes do Slam da Guilhermina culminam em grafias inscritas no espaço urbano, caracterizando os elementos físicos e simbólicos constituintes da paisagem. A esse processo denominamos de encruzilhadas da paisagem.

A paisagem, definida como uma linguagem multissensorial, tatua o trânsito das presenças e ausências através dos elementos de caracterização do Slam. É uma trama complexa de identidades, a performance do corpo negro e o resultado da convergência de diversos movimentos culturais e trânsitos do corpo negro pela cidade de São Paulo.

Para este estudo, foi utilizado o método etnográfico, apoiado em visitas de campo com análises fotográficas e desenhos. Além disso, foram realizadas entrevistas com os fundadores do Slam da Guilhermina, para compreender a estruturação das encruzilhadas na paisagem a partir da ótica de seus membros.

COMUNICAÇÃO 5: LAR E SAMBA: O Quintal da Magia Como Agente Central na Reivindicação por Direito á Cidade em Brás de Pina

AUTORES: Andressa Ramos dos Santos. Universidade Federal do Rio de Janeiro

O presente trabalho investiga como o evento "Quintal da Magia na Rua" ocupa e ressignifica o espaço social e cultural do bairro de Brás de Pina, na cidade do Rio de Janeiro, sob a perspectiva do Direito à Cidade, conforme formulado por Henri Lefebvre (1968). A pesquisa parte da compreensão de que a cidade não é apenas um espaço físico, mas um território em disputa, onde diferentes grupos sociais reivindicam seus direitos à permanência, à memória e à produção cultural. Nesse contexto, a roda de samba do grupo Quintal da Magia surge como um elemento fundamental de resistência e afirmação cultural da população negra, promovendo não apenas lazer e entretenimento, mas também a valorização das tradições afro-brasileiras e a geração de emprego para artistas, produtores e comerciantes locais. Como aponta Leonardo de Oliveira (2020), a apropriação dos espaços urbanos pela cultura popular é uma estratégia de enfrentamento às dinâmicas de segregação socioespacial, que historicamente marginalizam determinadas expressões artísticas e grupos sociais. Dessa forma, este estudo busca compreender de que maneira eventos como esse contribuem para a democratização do espaço urbano e o fortalecimento das redes comunitárias. Para isso, serão analisados aspectos como a organização do evento, o perfil dos participantes e as políticas públicas que podem impactar sua continuidade. Além disso, será discutido o papel do samba como ferramenta de resistência e pertencimento, dialogando com autores como Milton Santos, Nei Lopes e Luiz Antônio Simas, pensadores sociais da cultura negra carioca. A pesquisa, portanto, evidencia a importância do Quintal da Magia na Rua como um espaço de afirmação do Direito à Cidade, destacando a centralidade da cultura popular na luta por inclusão e reconhecimento social.

COMUNICAÇÃO 6: Quilombos Históricos, Quilombos urbanos e a sobrevivência de modos de vida

AUTORES: Maria Laura dos Santos. Universidade Federal de Santa Catarina
Paolo Colosso. Universidade Federal de Santa Catarina
Amanda Vaillant Mantovani. Universidade Federal de Santa Catarina

O artigo revisita marcos teóricos e historiográficos acerca dos quilombos no Brasil, do período colonial à atualidade, com um duplo objetivo. O primeiro é entendê-los entre os fenômenos dos estudos urbanos e, mais especificamente, da história urbana, na medida em que se inserem no conhecido tópico das lutas pela terra, no campo e na cidade. Isto implica um deslocamento analítico ainda em construção, qual seja, auxiliar na visibilização das relações étnico-raciais, mapeando a agência do povo negro na produção da história do país e, concretamente, de nossos territórios. O segundo objetivo é argumentar que a luta pela permanência na terra teve e tem uma dimensão econômica na geração de

trabalho e renda, mas também funções político-organizativas e culturais. Isto é, os quilombos foram e são, para os povos violentamente removidos de suas terras de origem, o território por excelência da sobrevivência de valores, princípios e referências que constituem modos de vida. Para cumprir o duplo objetivo o trabalho se divide em duas etapas. Na primeira revisitamos contribuições de Abdias do Nascimento e Clóvis Moura, mais voltados aos quilombos denominados históricos e, em especial, ao modelo palmarino. Deve-se destacar a relação entre a co-presença no território e sua
função de "unidade de resistência"". A segunda seção repassa referências que mostram, ao analisar a formação do Brasil urbano industrial, as continuidades entre os aquilombamentos e os territórios populares, periferias, morros e favelas. Ganham destaque aqui os trabalhos de Beatriz Nascimento, Andrelino Campos e Lélia Gonzalez. Por fim, já em tom de considerações finais, buscamos indicar outros trabalhos recentes nos estudos urbanos que já tratam dos quilombos em chaves interpretativas próximas da nossa.

COMUNICAÇÃO 7: Entre Barreiras: Dimensões raciais do Planejamento Urbano de Brasília além das entrequadras

AUTORES: Júlia Tássila P. Rodrigues. Universidade de Brasília

Este artigo investiga os aspectos raciais do planejamento urbano em Brasília, expondo as políticas segregacionistas aplicadas desde os primeiros anos da capital. Como foco empírico, a pesquisa explora o processo de formação e posterior remoção da Vila do IAPI, em 1971, através da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). A remoção resultou na constituição da emblemática Região Administrativa (RA) de Ceilândia, atualmente a RA mais populosa e de maior presença negra no Distrito Federal (segundo Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - mais recente, de 2021). Para confrontar os argumentos que embasaram tal política, a pesquisa, de caráter exploratório, analisa as trajetórias e experiências de moradores removidos, tendo como principal fonte depoimentos registrados no Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). A partir desses relatos, busca-se compreender de forma mais aprofundada a história da formação de Brasília.
Do ponto de vista teórico, o estudo dialoga com as reflexões de W.E.B. Du Bois ([1899] 2023; [1903] 2021) sobre as experiências de negras e negros nos espaços urbanos, em especial relacionadas à imposição das "linhas de cor" (conceito consolidado pelo autor e também traduzido como "barreiras de cor"). Em articulação com esse referencial, considera-se a abordagem de Stella Paterniani (2022) sobre a apreensão do corpo negro na cidade e sua vivência marcada pelo racismo, o que a autora descreve como um "mundo antinegro". Além desses autores centrais, o trabalho recorre a outros referenciais teóricos.
Por fim, este artigo busca das visibilidade às vozes apagadas pelo discurso hegemônico, enfatizando a agência histórica da população removida. Assim como propor uma leitura crítica das políticas urbanas implementadas no Distrito Federal, concentrando-se nas décadas de 1960 e 1970, mas também refletindo sobre os desdobramentos contemporâneos desse processo, que segue submetendo a população negra a uma eterna diáspora.

COMUNICAÇÃO 8: Costuras do (In)visível: memórias e territorialidades negras no distrito de Santa Eudóxia

AUTORES: Gerlândia Bezerra da Costa. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Dialogando com as pesquisas e a metodologia desenvolvidas e aplicadas pela orientadora Joana D'Arc de Oliveira desde o seu doutorado, a presente pesquisa de iniciação científica tem como objetivo investigar a presença negra e seus territórios no distrito de Santa Eudóxia, localizado no município de São Carlos-SP. Ao interseccionar os conceitos de raça, território, espaço urbano e arquitetura com atividades de campo, busca-se mapear, em diálogo contínuo e participativo com os sujeitos ali inseridos, as histórias, os saberes, as práticas culturais e as formas com que esses sujeitos se apropriam dos seus espaços de morar e da cidade. Para tal, mobilizamos conceitos e abordagens teóricas em torno da consolidação do protagonismo negro ao longo da história, abarcando o período escravista, os processos de aquilombamento e o pós-abolição, sendo este último o foco temporal desta pesquisa.

COMUNICAÇÃO 9: Inventariando batuques e memórias: o carnaval como manifestação cultural na Vila Izabel, São Carlos-SP

AUTORES: Vitor Menck. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

O projeto busca identificar, registrar, analisar e valorizar as práticas carnavalescas do município de São Carlos, com foco no bairro Vila Izabel. A pesquisa parte do entendimento de que o carnaval, além de sua função festiva, desempenha um papel essencial na afirmação da memória coletiva e da resistência cultural afro-brasileira. A pesquisa parte da seguinte questão central: de que maneira as práticas carnavalescas do bairro refletem processos de identidade, resistência e territorialidade negra? Ao compreender o Carnaval como espaço de sociabilidade e disputa simbólica, o estudo mapeia suas dinâmicas, seus agentes e os sentidos atribuídos à festa pela comunidade. A metodologia adotada utiliza entrevistas junto a moradores e participantes da festividade, ancoradas na história oral, além de um levantamento documental e iconográfico, com digitalização e análise de acervos fotográficos pessoais e públicos. O estudo também incluiu o mapeamento de espaços urbanos associados às práticas carnavalescas, permitindo uma leitura ampliada da relação entre a festa e o território. Os resultados evidenciam o Carnaval da Vila Izabel como um importante espaço de resistência cultural e fortalecimento da identidade negra local. A festa opera como meio de transmissão de saberes tradicionais e reafirmação do pertencimento comunitário, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios ligados à transformação do espaço urbano e à valorização das expressões culturais afro-brasileiras.

COMUNICAÇÃO 10: Arqueologia do chão: contra-cartografias de memórias e territorialidades afro-atlânticas em São Carlos (SP)

AUTORES: Fabiana Oliveira Palmeira. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), Brasil

Analisa a estruturação das relações socioespaciais dos indivíduos negros frente aos processos de colonização e, mais especificamente, os significados agregados às casas, quintais e quilombos urbanos enquanto suportes documentais de saberes-fazeres afro atlânticos. Reconhecendo a importância do chão enquanto territorialização e reformulação de suas heranças culturais, revelam-se latências imprescindíveis do espaço enquanto lócus da memória coletiva e sede desse patrimônio cultural dinâmico, passível de ser desvendado ao longo dos rastros e registros. Tem como objetivo geral traçar um panorama das práticas afrodiaspóricas no município de São Carlos (SP) entre 1910 e 1950, a partir da oralidade e da leitura conjunta entre arquivos públicos e privados de famílias negras, a fim de contra-cartografar territorialidades, formas de vida e apreensão da cidade por esses indivíduos, evidenciando associações e tensões na preservação da memória nestas duas vias. Para isso, emprega instrumentais da pesquisa histórica e de campo enquanto embasamento para inquietações, a saber: [a] como são representadas a memória afro-atlântica nos suportes documentais institucionais? [b] como se configuram os territórios negros urbanos enquanto arquivo de heranças e resistências culturais? e por fim, [c] como contra-cartografar os fazeres contidos nestes territórios, reconhecendo a oralidade e o chão enquanto arquivos arqueológicos?

COMUNICAÇÃO 11: Arquiteturas e Memórias afrodiaspóricas no interior paulista

AUTORES: Joana D'Arc de Oliveira. FAU-USP

Dialogando com referências teóricas em torno dos conceitos de raça, negritude, território, memória, arquiteturas africanas e afro-brasileiras, vimos desenvolvendo o registro e mapeamento das Arquiteturas e Memórias Negras no interior paulista. Os dados coletados nas cidades de São Carlos, Araraquara, Piracicaba, Americana e Santa Bárbara do Oeste, corroboraram para a construção e definição do que reconhecemos como arquiteturas e memórias negras afrodiaspóricas, representadas por casas, quintais, espaços religiosos e culturais mantidos e preservados pelos povos negros nas cidades brasileiras e que foram organizados como espaços de resistência e preservação das culturas africanas e afro-brasileiras. Vale salientar que no Brasil, os chamados territórios negros, emergiram no contexto do pós-abolição em cidades do interior paulista, como formas de resistências às legislações urbanas, projetos urbanísticos e às ações de apagamento, exclusão e discriminação das culturas negras empreendidas pelo Estado e pela elite branca nacional, com base no Racismo Científico, em voga na Europa desde o final do século XIX. A pesquisa conta com o emprego de uma metodologia histórico decolonial, que tem como foco o sujeito, sua trajetória, memórias, acervos pessoais e sua relação com diferentes espacialidades. Para tal, intersecciona análises teóricas, história oral, levantamentos documentais, fotográficos e arquitetônicos contribuindo de forma efetiva para o registro e preservação do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro.

COMUNICAÇÃO 12: Las disputas por los sitios de memoria negra en Cartagena de Indias

AUTORES: Laura De la Rosa Solano. Universidade Nacional de Colombia

La ponencia hace un análisis de los sitios de memoria en la ciudad de Cartagena de Indias en Colombia. En esta localidad conviven una exaltación del pasado colonial blanco español con diferentes figuras indígenas, donde resalta la India Catalina y varios símbolos de personalidades negras. Para poder entender la geografía monumental cartagenera, se examina el contexto internacional de políticas sobre la memoria de la esclavitud promovidas por la UNESCO y que se materializan en Cartagena. Además, se exponen los sitios de memoria que trascienden la esclavitud y hacen referencia a otros momentos históricos de la ciudad centrándonos en la figura de Pedro Romero y cómo se representa en la ciudad.

E6_04_Problemáticas particulares: Mujeres e historia urbana en Latinoamérica

COORDINADORES:
Pía Montealegre. Instituto de Historia y Patrimonio, Universidad de Chile, Chile,
Sol Pérez-Martínez. Investigadora posdoctorante ERC Women Writing Architecture 1700-1900, ETZ Zurich, Suiza

PALABRAS CLAVE: Género; Espacio Urbano; Problemáticas; Latinoamérica; Historiografía

RESUMEN: El simposio busca reunir investigaciones historiográficas que relacionen a las mujeres y el espacio urbano desde un enfoque de género. Como plantea Scott (1986, 2008, 2010), se entiende aquí el género como una categoría analítica útil para la historiografía y que distingue su uso de una sola "historia de las mujeres" al observar particularmente el diferencial de poder. Se desea poner el acento en la particularidad de esta problemática en un contexto latinoamericano, comprendiendo este territorio como una periferia que tanto se alimenta de las discusiones en el norte global, como produce sus propios discursos en base a su realidad local. Entendemos el espacio urbano como una problemática multiescalar, que tiene a la ciudad y los territorios en su marco más amplio, pero que involucra a la arquitectura de los edificios y llega a la dimensión del cuerpo como el primer lugar que se habita (Mc Dowell, 1999). De este modo, se busca involucrar investigaciones historiográficas relacionadas a escalas como la ocupación territorial, las políticas de planificación, el urbanismo, la renovación de las ciudades mediante nuevos edificios y espacios públicos y su forma de vivirlos a través de los objetos y las vestimentas. El enfoque historiográfico restringe el marco temporal desde los procesos de conquista y colonia y fija su límite en el siglo XX, comprendiendo este periodo como crítico para la configuración de una particularidad local en relación con un mundo otro. Interesa que los trabajos se pregunten enfáticamente respecto a su posición latinoamericana y, en comparación al norte global, puedan identificar qué problemáticas específicas y particulares caracterizan su localización en tanto fenómenos historiográficos. ¿Cómo influyen los contextos socioculturales en la configuración de problemáticas de género y feminismos locales y su despliegue en la ciudad? ¿Qué rol juegan asuntos como la iglesia católica, la disponibilidad de bienes y servicios, la estructura familiar, la posición de clase y raza, entre otros para la configuración del espacio desde una perspectiva de género? ¿Cómo se relaciona la construcción del género con la realidad material de las ciudades y los imaginarios cosmopolitas? ¿Qué transferencias culturales se producen entre las mujeres latinoamericanas y las del norte global que inciden en la configuración del espacio? Este simposio invita contestar estas y otras preguntas haciendo énfasis en las particularidades de los casos que ayuden a caracterizar la investigación historiográfica de las mujeres en el espacio latinoamericano.

PONENCIA 01: Cidade, mulher e trabalho: experiências urbanas de uma costureira em São Paulo (1950-1955)

AUTORES: Stephanie Silveira Guerra de Andrade. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil

Como parte da metropolização de São Paulo no decorrer do século XX, a moda se consolidou na cidade por intermédio do aumento pela demanda de roupas prontas e pela constituição de polos industrias especializados, como o do distrito do Bom Retiro. A oferta de novos postos de trabalho nas confecções da região implicou o deslocamento de costureiras (profissão desempenhada no Brasil em sua maioria por mulheres) provenientes de diferentes partes da cidade, com destaque para as moradoras do distrito da Casa Verde, localizado na margem oposta do rio Tietê. Este texto se aprofunda nas dinâmicas acima descritas por meio da perspectiva de Therezinha Gelli, uma costureira moradora da Casa Verde e trabalhadora do Bom Retiro durante o início da década de 1950. Entramos em contato com Therezinha por meio de seus registros trabalhistas e, cruzando as informações desses documentos com diversas fontes, elegemos um dia comum na vida de Therezinha como unidade temporal do texto. Em consonância com o entendimento do espaço urbano como uma problemática multi-escalar, abordamos suas distintas experiências urbanas, desde a vivência nos espaços doméstico e fabril até a mediação direta com a cidade, representada pelos deslocamentos casa-trabalho. Nelas, recupera-se alguns temas caros à historiografia sobre a metropolização de São Paulo nos anos 1950 (como a retificação de seus rios; a expansão da malha de transportes; o crescimento horizontal da mancha urbana; as dualidades centro x periferia e rural x urbano; entre outros) a partir do ponto de vista de Therezinha, em uma perspectiva análoga ao "olhar do/a observador/a" na arquitetura. Isto é, processos tratados até então sobretudo a partir de uma visão de sobrevoo são revisitados tendo como centralidade analítica um corpo singular inserido na cidade, com suas especificidades de origem, raça, classe social e gênero.

PONENCIA 02: Agregação Domiciliar e Sobrevivência Feminina: Configurações de moradia na São Paulo colonial (1777-1798)

AUTORES:Giovanna Turato Citron Silva. São Paulo, Universidade de São Paulo, Brasil.

Esta comunicação objetiva abordar o fenômeno da agregação domiciliar na cidade de São Paulo em fins do século XVIII, utilizando como fontes de pesquisa as Listas Nominativas de Habitantes de 1777, 1782, 1794 e 1798. Sendo um fenômeno que ocorre majoritariamente dentre a população feminina, são focalizadas estratégias de sobrevivência de mulheres livres, em geral pobres, como a realocação domiciliar, incorporação de não familiares a um domicílio e manejo do trabalho, a partir de uma análise dos dados de perfil demográfico, posição no domicílio, ocupações econômicas, posse escrava e tipos de domicílio. Nesse sentido, serão observadas, também, as particularidades da agregação em domicílios sob responsabilidade feminina, em comparação com aqueles sob responsabilidade masculina, a fim de identificar problemáticas ligadas às relações de gênero em uma sociedade marcadamente patriarcal. Além disso, serão analisados os mecanismos próprios às fontes para coleta e apresentação de dados demográficos, os quais, apesar de muito revelarem, muito ocultam acerca da agregação e da posição da mulher na sociedade colonial. Com isso, essa perspectiva difere de estudos tradicionais so-

bre a atuação feminina no período, os quais tendem a circunscrevê-la ao núcleo familiar tradicional, sob tutela masculina, e ao âmbito do privado, perdendo de vista a complexidade de sua vivência, a qual, sem a assistência do Estado, foi permeada por mecanismos não oficiais de ajuste e por acordos e auxílio mútuo. O que se revela, portanto, é que as formas de habitação e obtenção de renda adotadas pelas mulheres livres e pobres, apesar de possíveis, estavam imbricadas à moralidade de natureza patriarcal da sociedade colonial portuguesa, gerando limitações à garantia de sua sobrevivência material, em especial no ambiente urbano de uma cidade que, em expansão demográfica e econômica, produzia uma constante disputa pela moradia e, mesmo, pela existência, atravessados que estavam os sujeitos por dinâmicas sociais excludentes.

PONENCIA 03: "Casa da Água" de Antonio Olinto: Literatura com base na Memória e Vivências Negras

AUTORES: Eunice Gonçalves Queiroz. Salvador - Bahia, Universidade Federal da Bahia, Brasil, Henrique Cunha Junior. Salvador - Bahia, Universidade Federal da Bahia, Brasil

As vivencias da população negra e principalmente as femininas foram sistematicamente excluídas da história oficial. Os protagonismos da população negra entre o escravismo e a abolição, entre o Brasil e a África quase não faz parte da nossa memória escrita. A Casa da Água introduz informações históricas na forma de romance que resgata esse protagonismo e inspira muitas questões para a compreensão da história do Brasil, nesse universo quase apagado das mulheres negras empreendedoras. Na perspectiva em compreender o histórico da formação sócio espacial da população negra no Brasil, e face a institucionalização e instrumentalização de apagamentos contínuos destes fatos. O artigo proposto apresenta o livro, ressalta a importância descortinada nele e elabora uma discussão das decorrências dessa leitura. Entende e destaca como ese romance favorece a interpretação da história no sentido pretendido pela lei 10.639/03. Para a consolidação do nosso propósito o trabalho se organiza com um resumo do livro; introdução a biografia contextualizada do autor, estruturando sua visão renovada do Africano-Brasileiro; similaridades de fatos através de bibliografia; e apresenta considerações sobre o que impacta e modifica com a leitura do livro, tendo como consideração um ensino transversal ao conjunto de disciplinas de história, geografia, cultura e religiosidade. O artigo é uma contribuição ao estudo de literatura nas disciplinas de graduação e pós-graduação em arquitetura, urbanismo e design.

PONENCIA 04: Saber e contar como fazer: mulheres nos canteiros da autoconstrução e os embates narrativos na história da arquitetura

AUTORES: Mariana Moura. Faculty of Design Sciences, University of Antwerp, Bélgica

A ideia de que canteiros de obras são espaços exclusivamente masculinos reflete as raízes patriarcais e coloniais da historiografia arquitetônica, especialmente da história da construção. Por um lado, a participação feminina nos canteiros é frequentemente interpretada como uma anomalia, pois desafia enquadramentos ideológicos sobre o que é "apropriado para mulheres" (ROFF, 2010). Por outro lado, a ênfase na arquitetura como prática formal e monumental "apaga da história" o envolvimento de mulheres em construções cotidianas, em práticas socioespaciais ditas não-modernas ou vernaculares. No Brasil, a presença feminina na autoconstrução tem se tornado mais visível, especialmente em con-

textos de informalidade (MASCARENHAS, 2023). Em favelas e ocupações urbanas, mulheres participam de mutirões, assumem tarefas administrativas e lideram negociações com o Estado (MOURA & ALVES, 2019). No meio rural, como parte de uma pesquisa em andamento, venho coletando histórias de mulheres envolvidas na arquitetura de terra, destacando sua participação histórica nesses contextos, embora as especificidades de seu saber-fazer ainda sejam pouco exploradas. Utilizo a oralidade como um ponto de partida para refletir sobre como e por que saberes específicos das mulheres se perpetuam ou se perdem ao longo do tempo. A pesquisa foca principalmente no saber-fazer das mulheres construtoras de uma comunidade quilombola no estado de Minas Gerais, defendendo uma longa tradição de técnicas construtivas especificamente femininas, desenvolvidas em diferentes tempos e espaços. O objetivo principal é questionar a noção histórica de ausência feminina nos canteiros de obras e evidenciar como uma leitura feminista e decolonial das práticas construtivas tidas como não-modernas pode revelar aspectos negligenciados das relações de gênero na produção do espaço, incluindo as dinâmicas entre conhecimento e poder, e o processo pelo qual as "competências" associadas à construção foram historicamente elaboradas e vistas como propriedades masculinas (CLARKE & WALL, 2004).

PONENCIA 05: Tramas da prostituição, urdiduras da memória: as transformações da "Casa da Antonieta"

AUTORES: Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro. Universidade de São Paulo, Brasil

Este trabalho se dedica a explorar as modificações sofridas por espaços dedicados à prostituição feminina na cidade de Assis (SP), com destaque para a "Casa da Antonieta", como ficou conhecida a partir do nome de sua administradora e proprietária. A abordagem visa pormenorizar a relação instituída, a partir da década de 1950, entre processos de expansão da área central da cidade e consequente segregação da atividade, culminando na transladação dessa população feminina à área rural, ainda acessível aos clientes, mas distante dos principais espaços de sociabilidade e de oferecimento de serviços à população assisense. Nesse cenário, a nova "Casa", que se desenvolveria na ligação entre entre os municípios de Assis e Cândido Mota, distinguia-se de sua vizinhança ao se aproximar do viés regulamentarista da prostituição, que emergia junto do crescimento de centros urbanos brasileiros: a repressão seletiva policial e administrativa indicava uma tolerância à prática, desde que espacialmente confinada a certas regiões e controlada com atenção ao decoro exterior. A "Casa", assim, destacava-se na paisagem por seu cercamento de madeira e por uma vegetação de eucaliptos ao redor, que servia ao intento de diferenciar as mulheres que ali se instalavam das demais trabalhadoras da vizinhança próxima, de aparente maior precariedade econômica, além de regular a privacidade e a própria movimentação "além-muros" destas prostitutas. Logo, é proposta uma intersecção entre os campos da História das Relações de Gênero, História Oral e História Urbana para que se dê conta de uma das modificações espaciais mais significativas dachamada "antiga zona assisense": o terreno mais elevado da extinta "Casa da Antonieta" se transformou, hoje, na Capela Sagrada Família, cuja missão se reflete na evangelização e resgate da família, no seio da religião católica.

PONENCIA 06: Encontrando arquitectas lesbianas en el cine. Un amor entre la brasileña Lota de Macedo Soares y la norteamericana Elizabeth Bishop

AUTORES: Laura Ruiz-Morote Tramblin. Universidad de Zaragoza, España,
Lucía C. Pérez-Moreno. Universidad de Zaragoza, España

Si tuviéramos que considerar qué tienen en común la poeta estadounidense ganadora del Pulitzer Elizabeth Bishop (1911-1979) y el reconocido arquitecto brasileño Burle Marx (1909-1994), probablemente nos sorprendería la respuesta. Mientras hacíamos trabajo de archivo para el proyecto de investigación WAR-F encontramos la película Flores Raras (Bruno Barreto, 2013), en la que una arquitecta lesbiana tiene la respuesta: la brasileña Lota de Macedo Soares (1910-1967).

Flores Raras explora la relación entre dos mujeres en el Brasil de los años cincuenta del siglo XX, mostrando relevantes transferencias culturales, profesionales y vitales. El guión se basa en la novela Flores raras e banalíssimas (Oliveira, 1995) que, a su vez, se inspira en la correspondencia de Bishop con Macedo Soares y otros amigos, así como en artículos publicados en periódicos. Aunque la vida y obra de esta arquitecta ocupan una posición secundaria en el filme, su caso florece como prometedor para la historia de las mujeres en la arquitectura y el urbanismo, pues esta película permite descubrir el trabajo de Lota de Macedo Soares en el proyecto de ejecución del Parque do Flamengo en Río de Janeiro (1961-1965), un proyecto de paisajismo atribuido por las historias canónicas occidentales a Burle Marx en exclusiva.

Esta comunicación analiza este caso de estudio, fascinante tanto desde una perspectiva feminista como queer, pues encontramos a una arquitecta lesbiana desconocida (para la academia occidental) que llevó a cabo una destacada carrera profesional pero fue eclipsada en la vida (por su compañera intelectual norteamericana) y en el trabajo (por su colega arquitecto brasileño). Esta investigación forma parte del proyecto de investigación Women Architects in Film, 1950-2000 (WAR/F_PID2022-136975OB-I00), financiado por el Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, Gobierno de España (2023-2026).

PONENCIA 07: Del claustro a la Casa de Orates en La Chimba de Santiago, Chile. Confinamiento e histeria en los albores de la modernidad

AUTORES: Mauricio Baros Townsend. Facultad de Arquitectura y Urbanismo. Universidad de Chile. Chile.
Alicia Campos Gajardo. Facultad de Arquitectura y Urbanismo. Universidad de Chile. Chile.

El tratamiento de las afecciones anímicas y mentales de las mujeres en Chile entreveran una historiografía paradigmática en el paso de la concepción del confinamiento asistido por órdenes religiosas, al tratamiento mediante prácticas de exigencia científica. En los albores de la modernidad, la documentación de algunas experiencias expone el diagnóstico de la histeria, caracterizando su sintomatología y disponiendo de procedimientos en las casas de orates en tanto lugares específicos para tales fines.

Mientras en Europa, figuras como Jean-Martin Charcot exponían la histeria en teatros científicos, en Chile la enfermedad se abordaba desde dos frentes: la ya mencionada Casa de Orates u Hospital Psiquiátrico, que introducía terapias médicas, y la congregación del Buen Pastor, que resguardaba a mujeres con trastornos mentales, consideradas poseídas.
Este trabajo analiza estos "teatros y prisiones de la histeria", donde la enfermedad se exponía racionalmente, pero también se confinaba bajo estricta vigilancia religiosa. Se examinan dos casos específicos en Santiago: el Instituto Psiquiátrico Dr. José Horwitz Barak y la Casa Central del Buen Pastor, ambos en el barrio de la Chimba. Estas instituciones representaban dos visiones opuestas del mundo, coexistiendo en un país en transformación.
Ambos espacios reflejan una perspectiva de género predominante, ya que las mujeres fueron las principales internas, tanto como enfermas o endemoniadas. En este sentido, estos lugares funcionaron como espacios heterotópicos que escondían lo que la sociedad ilustrada no quería mostrar, reafirmando el control social y moral sobre las mujeres en el Chile del siglo XIX.

PONENCIA 08: Resignificación del espacio público: Sufragistas costarricenses y la construcción de ciudadanía (1900-1950)

AUTORES: Marianela Mora Valenciano. Departamento de Investigación, Escuela de Arquitectura, Universidad Latina de Costa Rica, Costa Rica

Esta investigación analiza cómo las sufragistas costarricenses transformaron el espacio público en una herramienta clave para su lucha política durante la primera mitad del siglo XX. Desde una perspectiva de género y un enfoque historiográfico, y basándose en los conceptos de ciudadanía de Carole Pateman (1988) y Ruth Lister (1997), se estudia cómo estas mujeres ocuparon activamente plazas, calles y edificios emblemáticos de la capital San José, desafiando las estructuras patriarcales que las excluían de la ciudadanía plena. Las manifestaciones y mítines organizados por figuras como Ángela Acuña Braun y Ana Rosa Chacón resignificaron estos espacios, tradicionalmente dominados por los hombres, como lugares de resistencia y participación democrática.
El análisis se centra en las estrategias de resignificación del espacio público empleadas por las sufragistas, estudiando específicamente la Plaza de la Democracia y los alrededores del Congreso Nacional. Espacios públicos, donde, mediante la movilización política y el uso de símbolos visuales como pancartas, lograron visibilizar sus demandas en un contexto marcado por tensiones de género, urbanismo y política. La investigación se nutre de fuentes documentales, prensa de la época y estudios clave como los de la historiadora Eugenia Rodríguez Sáenz, que permiten evidenciar cómo las sufragistas costarricenses contribuyeron a la construcción de una ciudadanía inclusiva y a la transformación del espacio urbano en escenarios políticos.
Un aspecto arquitectónico notable fue la transformación de los espacios tradicionales de encuentro para las mujeres. Mientras que anteriormente los lavaderos y parroquias funcionaban como lugares de socialización femenina con limitadas posibilidades de acción política, la apertura de espacios educativos y políticos facilitada por la Liga Feminista, el Partido Reformista y, más tarde, el Partido Comunista marcó una transición significativa.

Escuelas y colegios se convirtieron en puntos clave de reunión, donde las mujeres pudieron articular demandas colectivas, planificar estrategias y fortalecer su participación en la esfera pública. Estas dinámicas no solo habilitaron a las mujeres, sino que también impactaron de manera decisiva en la configuración del espacio público costarricense.
En el marco latinoamericano, esta investigación posiciona a las sufragistas costarricenses dentro de una periferia que interactúa con los discursos del norte global, adaptándolos a una realidad local. Se aborda cómo los contextos socioculturales, influenciados por factores como la estructura familiar, la clase y la religión, moldearon la lucha por la justicia social y la democratización. En particular, se destaca cómo las mujeres latinoamericanas adoptaron y resignificaron modelos de lucha externos para abordar problemáticas específicas de género y ciudadanía en sus ciudades.
El trabajo no solo contribuye al estudio historiográfico de la participación de las mujeres en la configuración de las ciudades latinoamericanas, sino que también ofrece una visión crítica sobre cómo las cuestiones de género influyen en la realidad material de las ciudades y en la construcción de imaginarios urbanos. De esta manera, este estudio esclarece las relaciones entre género, espacio urbano y ciudadanía, subrayando la relevancia de las luchas sufragistas en el proceso de democratización y en la historia urbana de América Latina.

PONENCIA 09: Arrendar un casa: Mujeres y problemas de la vivienda urbana en Santiago de Chile, 1876-1908

AUTORES: Paula Florez Quintero. Licenciatura en Diseño de Interiores de la Universidad de Monterrey

Esta ponencia propone una lectura detenida -Close Reading- de dos manuales escolares de economía doméstica e higiene escritos por Eduvigis Casanova de Polanco (1876) y Ester Prats Bello (1908)2. En un contexto marcado por la especulación inmobiliaria, la avaricia de los propietarios y los intentos fallidos del Estado por regular las condiciones higiénicas de los conventillos, estas autoras buscan aconsejar a jóvenes lectoras de escuelas primarias públicas—pertenecientes tanto a sectores pobres como a una emergente clase media—sobre cómo afrontar los problemas de la vida urbana, conociendo que estos sectores sociales difícilmente podrían ser propietarios de una casa y tendrían que enfrentarse al arrendamiento de piezas en conventillos. Aunque los consejos parecen limitarse al territorio doméstico, revelan una visión más amplia sobre la agencia femenina en la ciudad.
Siguiendo la propuesta de Sara Ahmed (2015) de analizar el andamiaje emocional de los textos públicos, se examina ¿De qué maneras estas miradas femeninas al problema de la vivienda urbana articularon temas de género, clase social, racionalidad y emociones? Se argumenta que, mediante ejercicios de ciencia aplicada, que vinculan la higiene con la economía doméstica, las autoras proponen soluciones desde la intervención del espacio, aunque esto implicara hacer mejoras en propiedades ajenas. Emerge en estos textos la idea de arreglar casas sanas, es decir, ordenar y componer espacios interiores para la salud del cuerpo, del alma y del bolsillo. Esto anticipa la idea de diseñar interiores, no solo respondiendo a problemas materiales, también planteando el ideal de enseñar a habitar la ciudad desde regímenes afectivos específicos.

E6_05_Arquivos Urbano-Naturezas: imagens e práticas de futuridades

COORDENADORES:
Junia Mortimer. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil,
Eduardo Costa. São Paulo, Universidade de São Paulo, Brasil

PALAVRAS-CHAVE: Imagens; Práticas; Urbano-Natureza; Decrescimento; Futuridades

RESUMO: O mundo atual é dominado por uma "fúria de imagens", como argumenta o artista catalão Juan Fontcuberta, onde milhares de fotografias são carregadas todos os dias na Internet. A visualidade tornou-se um regime dominante de circulação. Neste mundo, a associação entre imagem e estudos urbanos é reduzida quer a uma mera ilustração de um argumento teórico, quer à perspetiva do planeamento estratégico, do city-branding e do urbanismo cultural, como bem nos ensinou Otília Arantes, da Universidade de São Paulo.

Por outro lado, arquitetos, urbanistas, designers, historiadores, antropólogos, cientistas sociais, filósofos, climatologistas, indígenas, líderes comunitários e muitos outros pensadores têm vindo a reafirmar que o projeto moderno fracassou. Anna Tsing, da Universidade da Califórnia, EUA, propõe entender esse fracasso como, na verdade, um modus-operandi do capitalismo, um sistema que constantemente produz suas próprias ruínas, que podem se tornar áreas potenciais para vidas ressurgentes. Wellington Cançado, da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, salienta que esse fracasso se deve à falta de mediações e relações entre nós, humanos-urbanos, e outros seres e entidades não-humanas.

Desde os anos 60, os arquitetos têm se debruçado sobre questões como a sustentabilidade, a obsolescência, o desempenho ambiental e a reciclagem. Mais recentemente, investigadores ligados às humanidades têm vindo a postular a necessidade de um reposicionamento epistêmico, como forma de ultrapassar e enfrentar a atual condição do planeta por nós produzido: o Capitaloceno. Como postulam os historiadores ambientais, um dos mais importantes desafios que as universidades enfrentam hoje é o de reunir conhecimentos que foram construídos separadamente e que resultaram em disciplinas distintas e muitas vezes antagônicas: História Natural (como a Biologia, a Zoologia, a Geologia) e História Humana (como a História Social e a História Cultural). Trata-se de um desafio monumental, mas estrutural, para a criação de uma outra episteme, capaz de enfrentar o Capitaloceno através da afirmação de agenciamentos diversos entre os humanos e também entre os humanos e os outros seres vivos ou outras coisas da natureza, tendo em conta profundamente a Ecologia Política

Como o campo transdisciplinar dos estudos urbanos atravessa essa encruzilhada entre as características de espetáculo da sociedade e as ruínas do Capitaloceno? Como podemos deslocar a visualidade para um processo mais complexo e diferenciado ao mesmo tempo que habitamos este planeta e realizamos nossos projetos de pesquisa e trabalhos diante das formas predatórias com que nós, ocidentais, nos colocamos e nos entendemos em relação à natureza?

Este simpósio pretende reunir trabalhos que procuram explicar a situação sócio-ambiental que enfrentamos neste momento e estimular a discussão, seguindo abordagens distintas em termos de foco de investigação e procedimentos metodológicos, que apontam para novos caminhos científicos, no âmbito da arquitetura e do urbanismo. Propomos um debate sobre a relação entre o urbano e a natureza, centrando-se nas práticas urbano-naturais não como ruínas de modos de vida vernaculares que se

extinguiram, mas antes como futuridades, que apresentam formas alternativas de enfrentar o Capitaloceno e a crise ambiental, na direção improvável de formas de decrescimento. Um debate que reconhece nas imagens e na cultura visual índices e meios destas relações.

COMUNICAÇÃO 01: A natureza não existe

AUTORES: André Da'Bó da Costa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo

A compreensão da natureza como unidade e conjunto coeso de condições biológicas e físicas não humanas – notadamente os animais, as plantas, as árvores, os rios, a água, o ar, as montanhas, entre outras partes reduzidas a um todo coeso – é fundamento da modernidade. O modo moderno de ver e compreender as coisas impõe a todas as formas de vida não humanas uma condição privada de subjetividade, tornando-as utilitárias e passíveis de exploração. A exploração exponencial e irrestrita é base do capitalismo, da modernidade, e o estagio avançado deste movimento histórico é o colapso da vida e da própria modernidade.
A situação de catástrofe em que nos encontramos exige urgente reposicionamento disciplinar, político e estratégico. Para além dos rebaixados horizontes das até aqui fracassadas agendas da transição energética e da redução das emissões dos Gases de Efeito Estufa, quais seriam as implicações de reconhecermos as cidades não somente como grande produto coletivo moderno de parte da espécie humana, mas também, e sobretudo, como o dispositivo espacial último da separação das formas de vida humana e não humana? Seria possível projetar biodiversidade em um contexto urbano que, por principio, é anti-biodiverso?
Esta comunicação, proposta ao simpósio "Arquivos Urbano-Naturezas: imagens e práticas de futuridades" está organizada em duas partes. Na primeira serão exploradas algumas referencias e definições possíveis para a concepção de territórios não modernos, notadamente a partir dos cursos de Philippe Descola realizados no College de France, nos anos de 2016 e 2017. Na segunda parte serão apresentados fragmentos de três trabalhos de planejamento territorial dedicados à restauração e a conservação da biodiversidade em três diferentes unidades territoriais municipais no estado de São Paulo. "

COMUNICAÇÃO 02: Memórias vegetais

AUTORES: Louise Rochebois Quintão. Instituto Federal de Minas Gerais – campus Santa Luzia. Brasil.

A proposta deste trabalho parte de uma coleção que tenho feito ao longo dos últimos anos de fotos de árvores cortadas pela cidade.
A fotografia é um jeito de demorar o meu olhar nos restos vegetais, me colocar em relação com eles: um aparato do pensamento. É também uma forma de reivindicar a presença dessas árvores e de as tornar visíveis em sua ausência.
Esses corpos vegetais são matéria de tempo e de memória, eles prestam um testemunho silencioso e ininterrupto do cotidiano urbano: presenciam tudo o que está ao redor em sua imobilidade relativa. Ao pensar sobre essas vegetalidades na perspectiva de suas memórias, eu compartilho de um olhar arqueológico que "compara o que vemos no presente, o que sobreviveu, com o que sabemos ter desa-

parecido" (DIDI HUBERMAN, 2017, p.117). Além das árvores que sabemos ter desaparecido através da evidência de seus restos, lembramos das árvores das quais nenhum resquício visível restou. As árvores que foram cortadas para que a cidade pudesse se erguer, que estavam aqui antes de nós, do concreto, dos carros e dos prédios. Elas são matéria orgânica que compõe o solo, que enriquece e nutre as árvores do presente. De uma forma invisível, elas ainda se mostram através da terra. Há sempre o que se ver, o que se escavar.

O cortar de tantas árvores revela uma humanidade que mimetiza a nós mesmos e que está longe de ser partilhada com outras formas de vida. Como seriam as nossas cidades se essa partilha fosse feita e se as outras espécies que dividem o espaço conosco tivessem poder de decisão sobre suas vidas e a paisagem urbana?

As ruínas vegetais são testemunhas de um modelo relacional fracassado. Esses escombros permanecem fixados ao solo, à terra, esperando para serem olhados e ouvidos.

COMUNICAÇÃO 03: E se esse rio falasse?

AUTORES: Cássia Regina Segnor. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Vinicios Nalin. Doutorando em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

André Luis Carrilho. Doutorando em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia - Brasil

Este texto se deu como um encontro, nos propusemos a fabular sobre um rio; sobre um trabalho de conclusão em arquitetura e urbanismo; sobre o fazer epistemológico da arquitetura e urbanismo. Através desse exercício, nos debruçarmos no fazer científico crítico e analítico do projetar como uma forma de ficar com o problema e de viver e morrer com respons-habilidade diante deste momento espaço-temporal, para com as mudanças climáticas. Assim, se pretende exercitar o que Donna Haraway tem chamado de fabulação especulativa e feminismo especulativo, para pensar estórias outras e assim através deste trabalho propor uma etopoeiese urbana. Logo, conversamos com o rio Passo Fundo, ouvimos as histórias que o contornam em passado, presente e assim, fabulamos uma especulação futura, atribuindo o projeto de arquitetura como essa fabulação. Estórias desenhadas, projetadas, questionando o que o rio deseja para si. O rio que se encontra afogado sob as águas da barragem ecoa em corpo índigena, caboclo, originários. O lago que surge desse afogamento é sinônimo de destruição e de novas oportunidades. É também, simbolicamente, uma "espinha dorsal" do local, atravessando o território de sul a norte e limitando-o à leste. No final das contas, existem vários rios Passo Fundo, o físico, o da memória, o do imaginário, o do lazer, o do lucro, aquele que foi socialmente construído e aquele que tinha como propósito primário sustentar a vida. O rio é uma testemunha da história, do passado e do futuro, e sendo este trabalho um revisitar algo que tinha sido proposto num passado, ele foi observado no presente e em como este rio se expressaria hoje.

COMUNICAÇÃO 04: Ruínas afloradas, a paradoxal história da Cidade Científica de Humboldt na Floresta amazônica

AUTORES:Amora de Andrade Machado. Universidade de Brasília, Brasil
Ricardo Trevisan. Universidade de Brasília, Brasil

A imagem de uma casa em madeira sobre pilotis, abandonada em meio à arbustos e árvores, pode nos revelar a saga de uma história única de nossa urbanização. Esta pequena construção, uma das poucas ruínas ainda resistentes às intempéries climáticas locais, remete à peculiar experiência da Cidade Científica de Humboldt, erguida durante a Ditadura Militar, entre 1972 e 1975, em plena floresta amazônica mato-grossense, nas imediações da Cachoeira de Dardanelos. O pequeno núcleo urbano foi planejado no contexto dos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, mais precisamente atrelado ao projeto especial Polamazônia, um programa governamental destinado ao desenvolvimento e integração das regiões centro-norte do país. Idealizada como uma resposta às pressões internacionais por sustentabilidade no início dos anos 1970, a Cidade Científica surgiu com a função de abrigar pesquisadores e pesquisas sobre formas mais sustentáveis de ocupação e exploração dos recursos naturais da Amazônia. Contudo, a cidade teve uma vida breve, sendo extinta à medida que os interesses político e econômico priorizavam outras ações na região como a exploração mineral, as atividades madeireiras e a construção de uma usina hidrelétrica. Assim, este episódio revela o paradoxo entre o projeto de uma ocupação sustentável da Amazônia e o modelo desenvolvimentista defendido pelos militares à época – um conflito entre o discurso de preservação ambiental e progresso econômico. O artigo, além de apresentar o estudo de caso em tela, busca problematizar essa utopia urbana à luz de autores e bibliografias que auxiliem outras interpretações para além de análises descritivas. Com base em fontes primárias, orais, videodocumentários, reportagens e imagens antigas e atuais, dialogaremos com os trabalhos de Hayden White (historiografia), André Corboz (território), Peter Burke (icoonografia), assim como Bertha Becker (urbanização amazônica) e Anna Tsing (homem, natureza e ruínas). Em suma, o artigo visa evidenciar como questões inovadoras de sustentabilidade e preservação ambiental já se faziam presentes nos anos 1970, porém sucumbiram frente à demandas do capitalismo produtivista e de interesses econômicos globais.

COMUNICAÇÃO 05: Cidade Afro-pindorâmica

AUTORES: Carlos Henrique Lima. Universidade de Brasília, Brasil

A combinação de princípios urbanísticos que combinam a construção de infraestrutura com práticas de coerção e controle sobre as populações negras e indígenas moldou a atual dinâmica das cidades brasileiras. O racismo antinegro influenciou significativamente os instrumentos de planejamento urbano, as relações tecidas nas ruas e a localização das populações no espaço. Os espaços urbanos nas cidades brasileiras “”[...] são a síntese complexa dessas desigualdades e resultado das políticas conservadoras da república que promoveram a imigração europeia e a repressão das potencialidades das populações negras””. (Cunha Junior, 2023, p. 274). No Brasil, o racismo antinegro desemboca em parte significativa dos problemas urbanos que se proliferam nas cidades brasileiras – o que afeta a todos.

O urbanismo surgiu como uma ferramenta para agrupar e distribuir os benefícios das mudanças territoriais decorrentes da industrialização na Europa no século XIX. Por outro lado, nos territórios colonizados nos séculos XIX e XX, o desenvolvimento da economia extrativista, a separação de grupos sociais e a determinação de hierarquias e valores simbólicos para a perpetuação do poder foram as principais preocupações da disciplina urbanística emergente (Calabi, 2012). Entretanto, isso não se deu de forma unidirecional, já que redes de sociabilidade negra construíram práticas visando sua sobrevivência. Esta agência negra pode ampliar as fronteiras conceituais da teoria e prática urbanística. São estilos de vida que se opõem à urbanização colonizadora e apontam para o que Bispo dos Santos (2015) refere-se ao conhecimento “”orgânico”” e “”biointeratividade””. Esses termos referem-se a uma concepção de vida em harmonia com todas as formas de existência e podem ser encontrados em áreas como quilombos e terreiros - ou em coletivos como maltas de capoeira. As comunidades atingidas por planos e projetos urbanos de caráter coercitivo desenvolveram práticas associativas de princípios comunalistas. Essas práticas estavam fortemente ligadas a suas cosmovisões plurais, que foram marcadas por relações entre noções de natureza e cultura diferentes das ocidentais.
Esta apresentação se concentra em temas e experiências relacionados a essa potência metropolitana negra. A ideia de uma relação comunitária e mutualista com o território existencial e físico das cidades será abordada por meio de teorias e realizações contemporâneas. Nesse contexto, as memórias e os métodos de subjetivação podem interferir e alterar os projetos homogeneizadores criados pelos atores dominantes, expressões afro-pindorâmicas na cidade. O termo “”povos afro-pindorâmicos”” foi criado pelo Bispo dos Santos (2015) para se referir aos descendentes africanos e indígenas em vez dos termos usados pelos colonizadores (Porfírio e Oliveira, 2021). Consideramos que a agência desses povos fornece figuras inspiradoras para o pensamento de uma metrópole futura, rasgando a disciplina do urbanismo. Esta metrópole negra está se formando como um conjunto de simbioses que ajudam a equilibrar as relações entre as formas de vida em tempos em que os biomas estão sendo destruídos a um ritmo acelerado, bem como as mudanças climáticas e ambientais do mundo moderno.

COMUNICAÇÃO 06: Um olhar decolonial: alternativas ancestrais para construir futuridades

AUTORES: Amanda, Schneider Senger. Mestranda em Estudos Sociais Latinoamericanos, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina
Tainá Letícia, Piccolo. Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Instituto Federal Farroupilha, Brasil

Nas últimas décadas, a sociedade globalizada tem experimentado uma crescente valorização do consumo de imagens, com o visual se tornando a principal forma de interação e criando um imaginário social centrado no espetáculo e no consumo. Essa perspectiva sustenta o Capitaloceno, exigindo uma reflexão crítica sobre nossas visões de mundo e a adoção de novas abordagens para enfrentar a crise ambiental. Paralelamente, surge a perspectiva decolonial, que resgata e valoriza os saberes ancestrais dos povos originários, suas práticas de construção e modos de habitação, incentivando ações que asseguram a continuidade da existência e a convivência no mundo compartilhado. Essa reflexão nos questiona sobre qual cosmovisão estamos consumindo e reproduzindo, desafiando-nos a explorar alternativas capazes de transformar nossas futuridades. Ao considerar a relação entre cosmovisão e colonialismo – sendo a primeira responsável pela nossa conexão com o ambiente – as construções autóc-

tones evocam uma arquitetura consciente e integrada com a natureza, em contraste com a arquitetura dos centros urbanos, que se converte em produto de consumo ou espetáculo. Na América Latina, estudos históricos revelam que as intervenções de povos como os Mapuche, Guarani e Yanomami utilizam recursos naturais, técnicas sustentáveis e promovem a participação coletiva. Além disso, essas construções integram outros sentidos – como tato, olfato e audição –, promovendo uma conexão mais profunda entre a comunidade e o meio ambiente, ao mesmo tempo que fortalecem o senso de pertencimento e a relação com o território. Neste contexto, este artigo propõe uma análise decolonial da hipervalorização da visão na sociedade contemporânea, defendendo o resgate de outros sentidos, inspirados nas práticas ancestrais de habitar, como alternativa para a crise atual. Esse resgate equilibra a relação pessoa-ambiente, transformando a cosmovisão capitalista e redefinindo nossas conexões com o espaço e as possibilidades de futuro das próximas gerações.

COMUNICAÇÃO 07: De um jardim se cuida – Belo Horizonte, a Serra do Curral e a retomada da natureza pelas comunidades tradicionais

AUTORES: Gabriela Pires Machado. Escola de Arquitetura, Depto. ACR. Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Em novembro de 1976, a Revista Manchete divulgou o primeiro capítulo da tríade de livros com as memórias de Juscelino Kubitschek (JK, 1902-1976), "Meu caminho para Brasília: A escalada política" (Bloch editores, 1976) e no qual JK faz a seguinte afirmação: "Belo Horizonte era um jardim, não chegava a ser cidade". Padrinho da política desenvolvimentista e de um pensamento que moldou a consciência local e nacional consolidando a dinâmica territorial-colonial da expansão como superação da suposta barbárie originária. A herança política e dinâmica conflituosa nas relações urbano-natureza e na catástrofe ambiental desse modo de pensar e agir, todavia, vivenciamos no presente. Valendo-nos dos discursos e imagens registradas nos arquivos de Estado como disparadores desta discussão, nossa reflexão retorna aos anos 1960 para revelar as profundas cicatrizes deixadas pelas decisões da política urbana municipal e transformação radical do entorno natural pelo desenvolvimento imobiliário e instalação da atividade minerária, pela poluição e aterramento de cursos d'água e pela supressão de áreas verdes no entorno da Serra do Curral. Guiados pela provocação enunciada por Antônio Bispo dos Santos (2023) de que precisamos contra colonizar a estrutura organizativa, convocamos a todos a restituir as velhas formas de envolvimento no presente – uma saída à armadilha do mundo (des)envolvido. Assim, centrando nas práticas de resistência das comunidades tradicionais e quilombolas registrados por meio do projeto "Jardins do Sagrado – cultivando insabas que curam" (GUIMARÃES, 2023) – uma aliança entre as comunidades tradicionais quilombolas da região metropolitana, a Formação em Saberes Tradicionais da UFMG e a Prefeitura de Belo Horizonte – propomos uma aproximação à história urbana mediada por uma escuta atenta ao território e saberes do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango (1970), vizinho da Serra do Curral, de forma a aprender com eles e com os seres-natureza a restituir o jardim para o futuro.

COMUNICAÇÃO 08: Registros do patrimônio social em favelas de Fortaleza/CE

AUTORES: Hirley Pinheiro de Souza. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará (PPGAUD/UFC), Brasil.
José Almir Farias. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará (PPGAUD/UFC), Brasil

O patrimônio social em favelas é um elemento fundamental para a compreensão e construção da identidade coletiva desses territórios. Diferente do patrimônio histórico tradicionalmente reconhecido pelo Estado, ele se manifesta por meio de relações comunitárias, práticas culturais e espaços de sociabilidade. Este artigo examina as artes visuais como um instrumento de valorização desse patrimônio, destacando como as imagens visibilizam as expressões culturais, os laços de solidariedade e as resistências cotidianas das populações faveladas. A pesquisa baseia-se na análise crítica de dois trabalhos que documentam a vida em favelas da cidade de Fortaleza. O primeiro traz a multilinguagem de Leo Silva, morador do conjunto Santa Filomena, que questiona as cicatrizes de territórios e corpos, o consumo como modo de vida e a negação dos direitos sociais. O segundo trabalho comenta a atuação do Núcleo de Patrimônio Cultural Moura Brasil (NUPAC), que desenvolve atividades de museologia social, turismo comunitário, direitos humanos e cidadania cultural. A metodologia inclui técnicas de interpretação visual de imagens em perspectiva interdisciplinar a partir da revisão de literatura sobre patrimônio social e a fotografia como meio de representação e agência política. O estudo dialoga com autores como Castel (2000), Hall (2000), Soja (2010), Harvey (2012) e Canevacci (2018). Os resultados apontam que as fotografias não apenas documentam o patrimônio social das favelas, mas também funcionam como uma forma de resistência simbólica contra processos de marginalização. As imagens revelam a riqueza das práticas culturais, bem como a resiliência dos moradores frente às desigualdades estruturais. Além disso, a fotografia contribui para a formação de narrativas alternativas, rompendo com estereótipos que associam a favela apenas à precariedade. Conclui-se que a arte visual desempenha um papel essencial em defesa dos valores socioculturais e como veículo de luta pelo reconhecimento de comunidades segregadas como parte da cidade e da cultura urbana.

COMUNICAÇÃO 09: "O ambiente que o homem organiza": significados de um título na I Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo (1973)

AUTORES: Isabel Bairão Sanchez. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo, Brasil

Em 1973 foi realizada a primeira edição da Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. O título da mostra, que estabelecia uma ênfase temática, ou o que hoje chamaríamos de perspectiva curatorial, era O ambiente que o homem organiza. Nesse trabalho, propomos a discussão sobre os significados do termo "ambiente" para essa primeira tentativa brasileira de realização de uma megaexposição sobre arquitetura, argumentando que o uso do termo é carregado, naquele contexto, de ambivalências entre ideias de ecologia e progresso, perpetuadas e complexificadas na contemporaneidade. Para tanto, a reflexão proposta passa pelas relações com o discurso ambientalista internacional, sintetizado na Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano, produzida na conferência das Nações Unidas em 1972, mas também por debates endógenos da cultura arquitetônica paulista. Nesse sentido, pensa-

mos o papel estruturante do ensaio Urbanismo, espaço e ambiente (1969) de Giulio Carlo Argan para enquadramentos disciplinares na FAU-USP, influenciando a nomenclatura de departamentos como "Estruturas Ambientais" e estabelecendo um recurso interpretativo para a complexidade dos processos de urbanização do século XX, diante dos quais uma visão modernista de "projeto" se tornava insuficiente. A partir desse entendimento, interpretamos, finalmente, o reaproveitamento na bienal de 1973 de conteúdos expositivos produzidos por Flavio Motta, e recusados pelo governo militar, para o pavilhão brasileiro da Exposição Internacional de Osaka, projetado pela equipe de Paulo Mendes da Rocha em 1970. O título original proposto por Motta para a exposição seria Projeto da cidade, convertido em 1973 para O ambiente que o homem organiza.

COMUNICAÇÃO 10: Un Instante de Verdad: Geopolítica, neoextrativismo y memoria en la obra de Florencia Levy

AUTORES: Cecilia Casablanca. Centro de Investigaciones en Arte y Patrimonio – Universidad Nacional de San Martín – CONICET. Argentina.

A partir del análisis de la obra visual de la artista argentina Florencia Levy se presentan un conjunto de problemáticas ligadas a los procesos de neoextractivismo en China, originadas en la explotación de tierras raras y la minería en aguas profundas basada en la recuperación de nódulos polimetálicos.
El recorrido por las obras de Florencia Levy requiere de una temporalidad lenta que permita un acercamiento detenido, atento y sensible. Las valiosas exploraciones de la
artista en el gigante asiático no solo dan cuenta de problemáticas ambientales invisibilizadas, sino también de las intrínsecas relaciones geopolíticas existentes a escala planetaria. Sus prácticas artísticas en torno al extrañamiento y la recuperación subjetiva de los espacios, a partir de testimonios que dan cuenta de la transmisión generacional, la construcción de memorias y los desplazamientos migratorios, sumaron un renovado interés por las transformaciones de los paisajes a partir de las actividades económicas extractivas y contaminantes implementadas durante las últimas décadas.
En el marco de sus preocupaciones ligadas a los impactos de nuestros consumos en los cuerpos y el ambiente, la arquitectura -en tanto mediación privilegiada en la relación entre humanos y entornos- se constituyó en un tópico recurrente. Pero la particularidad de su trabajo radica en el paso de la representación a la experiencia, donde su inmersión en las escenas implica transitar los lugares, poner el cuerpo, dialogar con los involucrados, registrar con la cámara, y asumir ella misma, distintos personajes que exploran en los vestigios culturales. La incorporación de la tecnología en sus producciones, le permite una confluencia de lenguajes, soportes y materialidades, que buscan desnaturalizar y des automatizar nuestras prácticas, cuestionando el estado de situación vigente.
La muestra Última arquitectura exhibida en la sede de ArtHaus Central a mediados del 2023, puso de manifiesto el desastre ambiental ocasionado por la expansión de la actividad extractiva en suelos terrestres y oceánicos sobre la que Levy despliega un conjunto de piezas que combinan virtuosismo estético y destreza tecnológica.

COMUNICAÇÃO 11: Em resposta à Melancolia – habitabilidade, paisagem communal e criação em meio às ruínas

AUTORES: Juliano Gouveia dos Santos. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo

Nos últimos anos, a ideia de ruína tem sido objeto de revisões e releituras que, não mais se referindo apenas ao passado, implicam o presente e o futuro. Em Obsolescence des ruines (2022), por exemplo, Bruce Bégout afirma que, após as ruínas antigas e modernas, os territórios atuais estariam cobertos de ruínas instantâneas, tão imediatas e totais que impedem mesmo que se fale propriamente de ruínas. Essas se apresentam como uma característica mais ampla do capitalismo, em cujo estado a efemeridade passou a ser determinante para a alimentação do próprio sistema.

A "ruína total" veiculada por Bégout pode ser relacionada a outra, referida por Anna Tsing a partir da proliferação das degradações ecológica e econômica, como ruínas do capitalismo. Se o Antropoceno apresenta uma perspectiva melancólica e global de destruição e morte, "o fato de vivermos", diz Tsing, "fala de fragmentos de habitabilidade entre novas formas de morte". Em diversos momentos de Viver nas ruínas, Tsing alude à ascendência de uma paisagem comunal, derivada da inserção da memória dos mortos, das ruínas, num presente em que humanos e não humanos demonstram capacidade para responder a práticas depredatórias que se apresentam sob o véu do tecnológico.

Esta colaboração no Congresso buscará relacionar essas revisões do conceito de ruína com exemplos de práticas em arte que permitam rebater a melancolia decorrente da ideia de uma ruína total por meio da criação com os destroços desse próprio sistema. Atenção especial será dada à experiência de criação do livro de artista Grande rio (2024), um dos resultados da pesquisa intitulada "Melancolia Tropical", no qual o trabalho narrativo – tanto verbal quanto imagético – buscou tocar uma especificidade temporal relacionada à ideia de ruína.

E6_06_El patrimonio cultural urbano: construcciones desde la historiografía

COORDINADORES:
Adriana María Suárez Mayorga
Departamento de Historia. Universidad de Antioquia, Colombia. adriana.suarez2@udea.edu.co
David Arturo Muñiz García
Departamento de Humanidades. Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, México. david.muniz@uacj.mx

PALABRAS CLAVE: Historiografía; Ciudad; Patrimonio Cultural; Patrimonialización; Interdisciplinariedad

RESUMEN: La ciudad es un producto histórico; su desarrollo urbano, las reivindicaciones que se dan en el espacio, las dinámicas sociales que la configuran y las disputas que se suscitan en relación con su patrimonio cultural, son parte integral de ese devenir. La afirmación anterior se cimienta en la asunción de que la multiplicidad de dimensiones analíticas y de temporalidades que en ella confluyen a manera de palimpsesto urbano: "Para nosotros, en cambio, adoptar la metáfora del lenguaje significa comprender a la ciudad como un palimpsesto, aquel manuscrito antiguo que conserva las huellas de una escritura anterior, borrada artificialmente. Las marcas que dejan las luchas, las formas de vida social y el modo de organización de la producción, pero también las ideologías, las formas estéticas y la cultura, trascriben en la ciudad sus huellas. Mirada a trasluz, como la trama de un conjunto de capas sedimentadas, es posible encontrar en la ciudad las marcas de una lenta y trabajosa construcción social" (Stratta, 2011, p. 1).

Inscrito en este marco, el simposio propuesto tiene como objetivo reflexionar acerca de las diversas dinámicas de patrimonialización que se presentan en la esfera urbana, haciendo hincapié en los debates historiográficos y en las distintas maneras en las que, desde la interdisciplinariedad, se ha abordado el tema. El interés medular, por consiguiente, es dialogar sobre la relación que se establece entre la ciudad, los modos de vida y las prácticas sociales que dan forma al patrimonio cultural, a partir de un análisis en clave historiográfica que permita dilucidar cómo se ha dado cuenta del proceso desde dicho campo.

Un punto de partida transversal es aceptar que los núcleos, centros o ejes de una urbe son definidos no sólo por su carácter económico o político. Tal como lo dice Henri Lefebvre (2013), la triplicidad del espacio (físico, mental y social), obliga a pensar históricamente las interrelaciones que en él se generan. Las ciudades mantienen huellas e indicios (materiales e inmateriales) de su propia historia que nos hablan del habitar, de su cotidianeidad, y de las experiencias y expectativas que los seres humanos crean en torno a su configuración espacial, Kevin Lynch plantea una diferencia entre la alta durabilidad de las líneas generales (entendidas como estructuras edificadas más grandes), pero que los detalles modifican constantemente: "Si bien las líneas generales pueden mantenerse estables durante cierto tiempo, los detalles cambian constantemente" (Lynch, 2008, p. 10).

Sin embargo, no todos los rastros del pasado son considerados patrimoniales; para acceder a esta categorización deben cumplir con una serie de criterios (históricos, estéticos, etc.) que le otorgan esa condición.

El planteamiento precedente obliga a preguntarse lo siguiente: si el patrimonio de la ciudad se constituye a través de lo que se asume "relevante" del pasado, ¿la historiografía es entonces la modeladora del proceso de patrimonialización? Y si es así, ¿podemos entender el patrimonio cultural a la luz de los postulados historiográficos?

Fundamentados en esta cuestión, en el simposio nos proponemos indagar, analizar, interpretar, sobre la manera en la que el concepto de lo patrimonial se construye historiográficamente, poniendo el acento en cómo se piensan los procesos y trayectorias de la urbe desde este ámbito. Haciendo eco de los planteamientos de Paulo Peixoto (2021), se quiere desentrañar hasta dónde el "lenguaje consensual del patrimonio" (p. 137) ha ocasionado que se invisibilicen procesos identitarios particulares, propiciando de este modo una "reinvención identitaria" (Kingman Garcés 2021, p. 63) que se encuentra ligada a intereses inmobiliarios, a políticas de homogeneización cultural, etc.

Más que enfocarse en los "lugares de memoria" per se (Nora 2008, p. 38), sean originados espontáneamente o planeados, lo que se busca es comprender de qué manera la historiografía ha sido productora de sus significados, recordándolos u olvidándolos.

Teniendo en cuenta lo anterior, el simposio está abierto a aquellas investigaciones que problematicen el patrimonio a la luz de este enfoque, poniendo en diálogo diferentes dimensiones analíticas, teóricas y metodológicas.

La pretensión ulterior, en suma, es que la mirada interdisciplinar abra derroteros que enriquezcan el debate académico, incentivando a la vez que se comparen casos distantes en tiempo y en el espacio, en aras de reflexionar acerca de las dinámicas urbanas en un contexto más amplio al que frecuentemente tenemos acceso desde nuestras propias regiones, con la finalidad de que ello sirva de sustrato para plantear nuevas interpretaciones, perspectivas o formas de aproximación al estudio de la ciudad.

PONENCIA 01: Tombamento, cancelamento, demolição e apagamento da antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Porto Alegre

AUTORES: Leandro Manenti Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

A elevação de um bem arquitetônico à categoria de patrimônio cultural envolve a atribuição de valores diversos —artísticos, históricos, culturais e políticos— amplamente discutidos na bibliografia especializada. Contudo, é necessário aprofundar a reflexão sobre como as escolhas historiográficas relacionadas ao patrimônio contribuíram tanto para a consagração de determinadas obras quanto para o apagamento de outras, revelando disputas simbólicas e políticas no campo da memória e da identidade cultural. Neste contexto, o presente estudo analisa o caso da antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, localizada em Porto Alegre, Brasil. Construída entre 1817 e 1827, a igreja era um exemplar colonial de significativa relevância artística e histórica, tombado pelo SPHAN em 1938. Sob pressão da Arquidiocese, o tombamento foi cancelado por despacho oficial em 1941, permitindo sua demolição e substituição, na década de 1950, por um edifício de caráter historicista. Por meio da análise documental e da bibliografia existente, investiga-se como as decisões em torno desse caso esti-

veram vinculadas à aliança entre a Arquidiocese e o regime Vargas, à adoção de políticas modernizadoras de caráter monumental com influências fascistas e ao apagamento da cultura negra, que encontrava na antiga igreja um espaço de expressão religiosa sincrética. O estudo busca compreender como a arquitetura reflete essas disputas simbólicas, avaliando os impactos da destruição de patrimônios na construção de narrativas hegemônicas. Assim, contribui-se para a discussão sobre os critérios de patrimonialização e as exclusões históricas implicadas nesse processo, com ênfase nos efeitos dessas escolhas para a memória cultural e urbana na primeira metade do século XX no Brasil.

PONENCIA 02: Aportes para una biografía del Monumento a los Escritores de la Independencia de Chile

AUTORES: Jaime Andrés Loyola Haussmann. Universidad Adolfo Ibáñez, Chile.

¿Para qué problemas fue el Monumento a los Escritores de la Independencia una respuesta? ¿En medio de qué problemas se insertó él mismo a lo largo de su existencia? ¿Cómo historiar un artefacto que por su materialidad o eventos en que se ha visto inmerso acusa una existencia fuera de la historia? Con vistas a estas preguntas, nos proponemos relatar algunas escenas del pasado del Monumento a los Escritores de la Independencia. Nuestro propósito es dar cuenta históricamente de su origen, ruina y conservación. Para ello, comenzaremos por exponer un modo de periodizar que, en la literatura sobre conservación de monumento en Chile, insiste en situar su inicio en las medidas legales –el año 1925—sin insinuar la potencial relevancia o interés para el tema que podría haber antes de ello. Investigaremos el pasado de 1925 para evidenciar cómo se compuso el camino que llevó hacia ese año. Expondremos distintas escenas de la vida del monumento –su función en la transformación urbana de Santiago; su valor conmemorativo; su relación con la higiene; su intención civilizatoria; su ruina durante el motín de la carne; su rescate por la Sociedad de Historia y Geografía—en dos tandas: primero, para presentar nuestro objeto de estudio, relataremos, a modo de cronista, su biografía según la imagen de una línea de tiempo; luego, a modo de historiador, nos preguntaremos por el porqué de los distintos hitos de su deriva. Finalmente, para tensar los contornos de Clío, nos preguntaremos por la esencia de elementos constitutivos de nuestro relato –particularmente "democracia" y "revuelta"— para especular sobre un eventual motivo por el que el monumento permaneció por una década como ruina. Lograremos así dar cuenta de algunos modos que tiene el monumento de aparecer y operar en distintos registros de la realidad, y de la manera en que la historia de la conservación de monumentos históricos lleva en sí estratos de proyectos, esfuerzos y desistencias que informan al inicio legal de su protección.

PONENCIA 03: Entre Memória e História: a percepção de Brasília a partir dos seus museus

AUTORES: Celso Fernando Barroso Lima. Universidade de São Paulo USP, Brasil.

Este artigo busca investigar a relação entre museus, memória e percepção em Brasília, tendo como referência a filosofia de Merleau-Ponty e Henry Bergson. Pontua-se, aqui, a importância da memória para a formação da percepção, e esta como um elemento indispensável na criação dos "Lugares de Memória". Foram levantados, os museus de história localizados no Distrito Federal, selecionando focando nos que se relacionam diretamente com a história de Brasília. Desta seleção, fez-se uma análise

das exposições permanentes buscando nestas as representações de Brasília. Percebe-se que estes espaços reproduzem a visão oficial da história, sendo que o discurso construído leva a uma crise da percepção da cidade, uma vez que a memória da maioria da população de Brasília não está sendo representada nessas instituições.

PONENCIA 04: Valoración de componentes patrimoniales en la configuración espacial de ciudades menores de origen colonial, Perú

AUTORES: Marta Vilela Malpartida. Centro de Investigación de la Arquitectura y la Ciudad, Pontificia Universidad Católica del Perú, Perú.

La configuración espacial en ciudades menores de origen colonial frente al reciente crecimiento urbano y transformaciones urbano-arquitectónicas tiene serios conflictos de valoración del patrimonio local. Se busca interpretar componentes esenciales de la morfología para identificar y preservar relaciones espaciales urbano-territoriales, que dan forma al patrimonio cultural, desde el estudio historiográfico; y que mantienen la identidad del lugar, seguridad alimentaria y de servicios ecosistémicos en la planificación de ciudades menores. Esta aproximación metodológica destaca tres componentes en su articulación de escalas y procesos de cambios y permanencias. (1) La decisión de localización en la fundación de la ciudad definida por la distancia hacia otras, factibilidad de accesos, proximidad a recursos básicos (agua y alimentarios), recursos económicos (minería, agricultura, otros) y a preexistencias de asentamientos incas. La relevancia reside en comprender que hoy, la ocupación de un territorio –sobre todo rural- está en función a la articulación de una red de ciudades menores, que contribuye a fortalecer la continuidad y complementariedad territorial. (2) El espacio público jerárquico donde convergen las fuerzas políticas, religiosas y económicas que afirma su condición simbólica de poder, incluso al ubicar la iglesia principal delante o en relación al cerro Apu local. Este mestizaje evoca el vínculo del poder político, pero también del poder comunal en el propio paisaje urbano, a conservar y proteger. (3) Y el tejido urbano colonial ortogonal que se superpone a otros como el de acequias que riegan huertos familiares al interior de manzanas. Esta superposición de tejidos urbano-territoriales refuerza la seguridad alimentaria al conservar huertos, y la condición eco-sistémica urbana de mayor porcentaje de áreas verdes en un tejido ortogonal "de piedra". Esta aproximación metodológica, interescalar e historiográfica de valoración integral de la configuración espacial en ciudades menores de origen colonial aporta a la planificación urbano-territorial frente a las presiones de modernidad perjudiciales.

PONENCIA 05: Lacunas na historiografia da arquitetura: a ausência da luta socioambiental no episódio de preservação do Parque Modernista, em São Paulo

AUTORES: Conrado Vivacqua. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo, Brasil.

Se, por um lado, a historiografia da arquitetura consolidou, após 1990, a posição da Casa Modernista da Rua Santa Cruz, em São Paulo, como importante marco histórico da arquitetura e paisagismo no Brasil, sendo considerada a primeira experiência edificada do ideário moderno no país, e seu projetista e proprietário, Gregori Warchavchik, como visionário, por outro, ao privilegiar o valor mate-

rial daquele conjunto deixou como lacuna uma das principais motivações que levaram à organização da sociedade civil pela sua proteção, que corria risco de destruição o início dos anos 1980: a preservação da última área verde daquele território. Sendo assim, neste artigo, somando aspectos interdisciplinares entre os campos da arquitetura, paisagem e do patrimônio cultural, busca-se debater e lançar luz às temáticas socioambiental e de luta por áreas verdes que orientaram um dos episódios mais interesses de organização social, ainda durante o regime autoritário militar brasileiro, pela proteção de patrimônio cultural urbano, a luta pelo Parque Modernista, que segue ausente na comunicação institucional do atual parque e em produção acadêmica recente. Para isso, analisa-se parte da principal bibliografia realizada sobre o caso, desde a publicação "Parque Modernista –uma luta comunitária", escrita pelos ativistas em prol do parque, em 1984, para demonstrar as lacunas que envolvem a hipótese de supressão do sentido socioambiental e de criação de áreas verdes frente a outros interesses específicos dos campos interdisciplinares estudados. Assim, conclui-se que é possível considerar que, após o tombamento da área do Parque Modernista, nos anos 1980, houve a ampliação do interesse acadêmico no patrimônio preservado que, embora tenha sua proteção motivada pela criação de parque urbano, concentrou o interesse em Gregori Warchavchik como pioneiro da arquitetura moderna no Brasil, deslocando e deixando vacante, portanto, a relação deste caso com os estudos sobre espaços livres urbanos e a questão ambiental.

PONENCIA 06: El Art Déco en la Ciudad de México: Patrimonio cultural y construcción historiográfica del paisaje urbano posrevolucionario

AUTORES:Carolina Magaña Fajardo. Facultad de Diseño, Universidad Anáhuac México y Universidad Nacional Autónoma de México, México.

La Ciudad de México posrevolucionaria fue escenario de un intenso proceso de transformación urbana en el que el estilo Art Déco se convirtió en un símbolo de modernidad, progreso e identidad cultural. Este trabajo analiza el impacto del Art Déco en la configuración del paisaje urbano de la capital, explorando su integración en el crecimiento de la ciudad y su papel en los procesos de patrimonialización desde una perspectiva historiográfica. A partir del análisis de fuentes hemerográficas, normativas y urbanísticas, se estudian los factores históricos y sociales que favorecieron la adopción del Art Déco, particularmente en once colonias caracterizadas por una planificación avanzada y una población de nivel socioeconómico medio y alto. Se examina cómo las políticas públicas y las regulaciones urbanas facilitaron la expansión de este estilo mediante la provisión de infraestructura, servicios básicos y áreas verdes, consolidándolo como una expresión material de las aspiraciones modernizadoras del país. Asimismo, se aborda la manera en que la historiografía ha construido la narrativa del Art Déco como patrimonio cultural urbano, problematizando su reconocimiento frente a otras manifestaciones arquitectónicas. Se plantea que la noción de patrimonio no es un reflejo neutro del pasado, sino el resultado de procesos de selección y resignificación en los que intervienen discursos historiográficos, políticas culturales e intereses inmobiliarios. Este estudio contribuye a la reflexión sobre la historiografía como modeladora del patrimonio cultural, cuestionando los criterios de valoración del legado arquitectónico en la ciudad y proponiendo una lectura que dialogue con las dimensiones simbólicas y materiales del espacio urbano.

PONENCIA 07: Art Nouveau al Sur del Salado: Huellas en la arquitectura de Madariaga, Lavalle y Dolores

AUTORES: Carolina Cantalupi. Universidad Argentina de la Empresa (UADE, Argentina.
Verónica Meo Laos. Universidad Argentina de la Empresa (UADE), Argentina.

El siguiente trabajo se desprende de una investigación descriptiva y explicativa de índole observacional aún en curso. En él se indaga acerca de cómo la expansión transatlántica del movimiento Art Nouveau originado en Europa, influyó en el desarrollo de localidades situadas en la provincia de Buenos Aires, Argentina que solían ubicarse al sur de la zona fronteriza establecida por la cuenca del río Salado donde se establecieron los colonos hispano-criollos desde principios del siglo XIX.
Este estilo arquitectónico reflejó las aspiraciones de progreso y modernidad de una burguesía emergente a principios del siglo XX. Aunque su influencia ha sido ampliamente estudiada en grandes centros urbanos, la particularidad de esta investigación en curso es que se ocupa de rastrear las huellas del movimiento desde la periferia. A través del estudio de fachadas, vitrales y monumentos funerarios, se evidencia cómo el Art Nouveau se integró al paisaje urbano, modificando la estética y configurando tanto los espacios públicos como privados de estas comunidades.
Además, este trabajo busca explorar las memorias y experiencias de quienes habitaron o habitan estos espacios, a través de los testimonios de sus protagonistas. Se indaga en las subjetividades y en los procesos de construcción colectiva de significados. Al vincular las transformaciones culturales y económicas con expresiones arquitectónicas concretas, la investigación enriquece el conocimiento histórico-social de la región. Los elementos del Art Nouveau no sólo embellecen los entornos, sino que también funcionan como símbolos de los valores, creencias y jerarquías de las comunidades que los adoptaron.

PONENCIA 08: O patrimônio histórico entre o projeto e a política pública: a experiência do DPH e do Conpresp de 1989 a 1992

AUTORES: Ana Beatriz Giacomini. Guarulhos, Universidade Federal de São Paulo, Brasil.

Luiza Erundina de Sousa - mulher, militante, assistente social e paraibana -, então filiada do Partido dos Trabalhadores (PT) foi eleita a primeira prefeita da cidade de São Paulo em novembro de 1988. Essa foi uma das primeiras eleições do PT para prefeitura, após duas décadas de ditadura civil-militar. O projeto de Erundina para São Paulo era de gestão democrática e descentralizada, pautada em fóruns populares e com secretarias lideradas por expoentes na militância e na universidade.
Marilena Chauí – mulher, intelectual, professora universitária e uma das fundadoras do PT – assumiu a Secretaria Municipal de Cultura (SMC), alinhada a esse projeto de gestão pública. A participação, a produção e a fruição foram alguns dos pilares estabelecidos para a política cultural, que ecoou nos departamentos da SMC, incluindo o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). Também em 1988, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) foi instalado após dois anos de disputas pela sua composição e sua atribuição.
Esta pesquisa tem como objetivo analisar os caminhos, os descaminhos e as disputas entre a política cultural –e o direito à cultura- para o patrimônio histórico e a atuação do Conpresp e da Divisão de Preservação do DPH, principalmente no que diz respeito ao tombamento. Para tanto, a metodologia

desta pesquisa consiste na análise das atas das reuniões do Conpresp, de publicações e documentos administrativos do DPH, de pesquisas e levantamentos da Divisão de Preservação, de textos e notícias de jornais e referências bibliográficas. As considerações parciais desta pesquisa apontam para uma série de disputas nas esferas técnica, políticas e sociais pelos valores simbólicos, pela memória e pela cidade.

PONENCIA 09: Paisagem Cultural e Novas Narrativas: História Oral dos trabalhadores do Sítio Roberto Burle Marx

AUTORES: Júlia Monteiro. Sítio Roberto Burle Marx; Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
Fernanda Mello. Sítio Roberto Burle Marx; Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Desde 2021 o Sítio Roberto Burle Marx faz parte da Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO inscrito como Paisagem Cultural. Entre os atributos que sustentam o Valor Universal Excepcional, está o caráter laboratorial do bem, que alicerçou o desenvolvimento do Jardim Tropical Moderno. Este bem cultural representa uma influência na dimensão de patrimônio cultural urbano, tanto pela relação produtiva dos espaços paisagísticos nas cidades brasileiras, sendo eixo de um outro repertório de espécies de plantas e formas de utilizá-las nos espaços urbanos ajardinados, bem como na interferência sobre o território que se localiza, orientando a uma cultura e economia local associada à produção paisagística.
A natureza imaterial do Sítio e seus prolongamentos espaciais no território estão ligados a ofícios, saberes e fazeres associados à produção da paisagem e ao cultivo da terra.
Historicamente, percebe-se que há um fluxo produtivo ligado à estas práticas, que se reproduz e se transforma ao longo do tempo, percebidos através dos conjuntos de atividades realizados pela equipe: aquisição (expedição de observação de biomas, coletas de plantas, trocas de conhecimentos), manutenção-experimentação (aclimatação vegetal, cuidados com a coleção botânica, observação do comportamento fora do habitat natural) e difusão (propagação de espécies para uso em jardins, criação paisagística).
As práticas paisagísticas são apresentadas a partir dos três grupos de atividades através do projeto de História Oral dos Trabalhadores do Sítio Roberto Burle Marx, no qual as falas desses trabalhadores se voltam às práticas, ao patrimônio intangível e a uma dinâmica de recriação permanente na paisagem. Os saberes sobre o modo de produzir plantas e cuidar de jardins são desenvolvidos, transmitidos e adaptados por cada cultura pela comunhão e troca entre os sujeitos, no esforço constante em passar e receber mutuamente.

PONENCIA 10: Interpretación Histórica de Iquique: Conquista, Modernización y Desarrollo de un Puerto Mayor del Pacifico 1879 a 2023

AUTORES: Carlos Alberto Contreras Rojo. Universidad Arturo Prat, Chile.
Ariesy Vega Silva. Universidad Arturo Prat, Chile.

La guerra del Pacífico (1879-1884) enfrentó a Chile contra la alianza Perú-Boliviana, provocando la anexión de nuevas provincias a Chile, siendo Iquique una de las más importantes por su rol de puerto internacional en la Industria Salitrera, proceso marcado por las obras de nacionalización del territorio mediante obras de equipamientos modernos, sincretismo religioso y avanzada residencil, consolidando el uso de los espacios físico y sociales desde su origen como caleta indígena a puerto mayor de la industria global.
Este proceso denominado "Chilenización" del territorio se extendió hasta las políticas públicas de la dictadura militar (1973), consolidando nuevos espacios de poder y manifestación, los cuales se han mantenido hasta la actualidad.
El presente estudio aborda estas transformaciones mediante la interpretación histórica como herramienta de la historiografía urbana, una metodología que contempla tres etapas de reconocimiento de antecedentes: descripción, comprensión y explicación. Desde la perspectiva de la ciudad como un palimpsesto urbano, esta interpretación permite abordar los fenómenos espaciales considerando las múltiples capas de significado sedimentadas
en su desarrollo. En este sentido, la documentación cartográfica, junto con fuentes oficiales, prensa e imágenes iconográficas, constituye una base argumental clave para entender los factores que han estructurado los espacios urbanos y el crecimiento de la ciudad.
Se analiza la expansión y transformación urbana, marcada por dinámicas económicas, sociales y culturales, pasando de ser una agrupación de asentamientos indígenas a consolidarse como un centro urbano en función de las necesidades de sectores productivos, en ausencia de una planificación estructurada. Desde la triplicidad del espacio propuesta por Henri Lefebvre (1974) —físico, mental y social—, se examinan los valores patrimoniales materiales e inmateriales que evidencian los modos de habitar y la configuración espacial de la ciudad, donde las estructuras urbanas han perdurado, los detalles y significados asociados a ellas han sido objeto de constantes resignificaciones.

PONENCIA 11: La construcción historiográfica de Ciudad Universitaria como ejemplo de la arquitectura moderna y la integración plástica en México

AUTORES: Francisco Alvarado. Centro de Estudios Históricos, El Colegio de México, México.

La Ciudad Universitaria de la UNAM ha sido considerada por historiadoras e historiadores especializados, desde sus inicios, como el ejemplo por excelencia de la arquitectura moderna y la integración plástica en México. Si bien es innegable el valor estético, arquitectónico e histórico de Ciudad Universitaria, así como su impacto social, es necesario analizar las diversas operaciones históricas e historiográficas que consolidaron a este espacio como un referente fundamental tanto para arquitectos como para el público en general.

La construcción de Ciudad Universitaria como obra cumbre de la arquitectura moderna en México ha tenido un impacto positivo en su conservación; sin embargo, ha opacado y condenado al olvido a otros edificios construidos en el país bajo los cánones modernos. Estos enfrentan un escrutinio riguroso cuando se plantea su preservación, ya que suelen ser evaluados tomando como referencia el conjunto arquitectónico universitario.
Para el presente simposio, propongo una revisión de la producción histórica en torno a Ciudad Universitaria que me permita identificar las operaciones historiográficas que contribuyeron a consolidarla como el referente principal de la arquitectura moderna en México. Asimismo, busco responder a la siguiente pregunta: ¿cuáles son los riesgos, omisiones y desafíos que genera, en los estudios patrimoniales y la preservación de otros edificios, la preeminencia de Ciudad Universitaria en la historia del modernismo mexicano?
Me interesa destacar que, a la sombra de Ciudad Universitaria y de arquitectos reconocidos, existe una amplia producción arquitectónica moderna olvidada histórica y socialmente, en algunos casos destruida sin ser valorada debidamente. Mi trabajo busca reflexionar críticamente sobre la construcción histórica de C.U. y cuestionar qué legitimamos y qué excluimos en nuestros escritos.

PONENCIA 12: Imaginários Concretos, Ruínas Imaginárias: Disputas e Representações sobre a Ruína da Catedral Neorromânica em Jornais do Natal em Modernização (1930–1970)

AUTORES: Mayse de Oliveira Bezerra. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.
Natália Melchuna Madruga. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.
Rebeca Grilo de Sousa. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

As ruínas adentram na historiografia como matéria e como símbolo, lidas pelos românticos como vanitas monumentais, indicadoras do último ciclo de um povo. A modernidade, porém, denuncia edificações de simbolismo efêmero, que se desdobram na matéria de seu colapso precoce, o que Nick Yablon denomina como "Ruínas de um dia".
A construção da Catedral Metropolitana de Natal exemplifica esse processo, que se mostra como caso limite, tendo em vista que os templos, enquanto marcos simbólicos religiosos, para além da função de culto e celebração, consolidam-se na memória e nas referências urbanas dos citadinos. Mesmo com cessão da Praça Pio X para abrigar o sonho da 'nova catedral', remanchou-se quase um século para se concretizar, passando por etapas de elaboração projetual, construção, abandono, decaimento, demolição, reelaborações e nova construção.
Sob os ecos da Brasília recém-inaugurada, há o abandono da obra e arruinamento precoce da catedral neorromânica (1954–1973) para a construção de sua versão moderna, revelando que o templo possuía relevância no imaginário natalense em uma cidade em "processo de modernização". Este artigo analisará, sob a perspectiva da História Cultural, a história da esquecida Catedral Neorromânica de Natal, como o processo de construção, abandono e demolição de um edifício pode revelar disputas de imaginários urbanos e simbólicos.
Utilizando das chaves analíticas da Análise do Discurso e do Paradigma Indiciário, busca-se entender as representações desses embates mobilizados em jornais publicados entre 1930 e 1970, mormente em discursos dos cronistas da época, e seus desdobramentos na Imaginação na materialidade urba-

na. Os resultados prévios apontam que a morosidade era multifatorial, feneciam-se os imaginários de suas versões neogóticas, neorromânicas e mesmo modernistas, e isto se dava de modo assíncrono aos fatores materializadores de um templo complexo a ser construído em uma cidade, como disse o historiador natalense Câmara Cascudo em 1948, fadada a ser "sempre nova".

PONENCIA 13: Museu Histórico de Anápolis. 130 anos de um lugar de memória e história

AUTORES: Lucas Gabriel Corrêa Vargas. Universidade Estadual de Goiás (UEG), Brasil.
Wilton Araujo de Medeiros. Universidade Estadual de Goiás (UEG), Brasil.
Jairo Alves Leite. Instituto de Patrimônio Histórico e Cultural Jan Magalinski, Anápolis, Brasil.

Construída no final do século XIX pela família de Zeca Batista, a edificação em estilo vernacular que abriga, desde a década de 1970, o Museu Histórico de Anápolis, Goiás, configura-se como um lugar de memória, conforme a concepção de Pierre Nora. Segundo o autor, esses espaços são fundamentais para a constituição da identidade coletiva, pois resguardam marcas do passado e permitem a continuidade das narrativas históricas de um grupo social. A edificação, considerada a mais antiga da cidade ainda preservada, exerceu múltiplas funções ao longo do século XX, sendo utilizada como residência, estabelecimento comercial e escola paroquial, até ser convertida em museu e reconhecida como patrimônio histórico municipal. Esse processo de patrimonialização reforça sua importância na preservação da memória coletiva e no fortalecimento do sentimento de pertencimento local. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se na revisão da literatura sobre o conceito de memória e na análise documental do imóvel, com o objetivo de examinar sua relevância histórica, arquitetônica e cultural sob a ótica dos lugares de memória. Espera-se, como resultado, evidenciar o impacto da patrimonialização na valorização da edificação e na construção da identidade cultural de Anápolis. Compreende-se que o Museu Histórico de Anápolis não apenas conserva elementos do passado, mas também os ressignifica, consolidando-se como um elo entre diferentes temporalidades e um espaço de referência para a memória social e histórica da comunidade local, refletindo as transformações urbanas e culturais que marcaram a cidade entre os séculos XIX e XX. Assim, a edificação transcende sua função museológica, tornando-se um símbolo material das dinâmicas sociais e patrimoniais que estruturam a memória coletiva anapolina.

PONENCIA 14: Museus comunitários e familiares: a guerra e o cotidiano da resistência conselherista em Canudos (BA)

AUTORES: Joana Barros. Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, Brasil.

O texto apresentado aborda duas experiências de memória na cidade de Canudos, na Bahia, palco da Guerra de Canudos levadas a cabo por seus moradores e pesquisadores. Busca-se descrever os materiais e documentos organizados, bem como suas formas de exposição e a partir disto, compreender como entretecem as múltiplas as dimensões da memória conselherista com a memória da Guerra de Canudos (1896-1897), além de perscrutar as formas de documentação da experiência no Belo Monte. Buscar-se-á recuperar a forma de constituição dos acervos destes museus familiares e ou comunitários que existem na região e que são mantidos pelas famílias conselheristas mas reconhecidos como lugares de memória da cidade. Nestas experiências, a saber Museu Histórico de Canudos e Museu Casa

de Vó Isabel, os moradores da Segunda Canudos e seus descendentes recolhem artefatos de guerra encontrados no Parque Estadual de Canudos (hoje sítio arqueológico) ou os separam de seus acervos familiares, objetos pessoais e familiares de uso cotidiano, somam fragmentos de histórias de vida (depoimentos de áudio), materiais e documentos doados em presente recebidos, além de muitas histórias contadas e organizadas nas visitações e em alguns suportes escritos, e assim, constituem um acervo de documentos que retratam a chamada 'experiência conselherista', no qual fragmentos da guerra e do cotidiano se misturam construindo uma constelação de fragmentos memorialísticos que nos permitem aproximar da assim chamada memória conselherista.

PONENCIA 15: Entre Caminhos e Assentamentos Urbanos do Tropeirismo em São Paulo: Memórias e Esquecimentos no Campo do Patrimônio Cultural

AUTORES:Eneida de Almeida. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu, Brasil.
Andréa de Oliveira Tourinho. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu, Brasil.
Maria Clara Martins Oliveira Holtz. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu, Brasil.

Existe uma lacuna importante nos estudos de identificação do patrimônio cultural, bem como da relação entre bens ou referências culturais nas regiões oeste e sudoeste do Estado de São Paulo, que impacta o campo de conhecimento da História Urbana, tendo em vista que uma parte considerável de vilas e cidades dessas regiões teve origem na atividade do tropeirismo.
Foram vários os caminhos –como o chamado Caminho das Tropas ou de Viamão– por onde passavam os muares que iam do sul em direção ao interior do país e às regiões auríferas, a partir de princípios do século XVIII. Apesar de sua significância, a cultura material e imaterial vinculada ao comércio de muares não tem, no campo do patrimônio cultural em São Paulo, um lugar equivalente à sua importância para a formação do território, ou seja, não tem seu valor reconhecido oficialmente. O órgão técnico de preservação do patrimônio nesse estado –o Condephaat-, criado em 1968, dedicou-se prioritariamente ao inventário de 500 exemplares rurais relacionados à economia cafeeira, com a justificativa de que esse cultivo influenciou a ocupação do território paulista, sua arquitetura e modos de viver.
Ao priorizar-se as fazendas de café situadas no Vale do Paraíba e região de Campinas, relega-se ao esquecimento os testemunhos e práticas culturais das regiões a oeste produzidos na esteira do tropeirismo, como capelas e igrejas, fazendas e estâncias, pousos e passagens, e os modos de vidas que gravitaram ao seu redor.
Este texto problematiza os processos de patrimonialização entrelaçados à leitura e interpretação da história urbana, propiciados pelos estudos da Fazenda Pilão d´Água (Itapeva) e da Casa Grande (Ribeirão Grande), e suas relações com o Caminho das Tropas, que os interligava à importante Feira de Sorocaba. Procura compreender como mecanismos contraditórios de memória e esquecimento produzem evidências tangíveis de preservação e de transformação.

PONENCIA 16: Memoria, Conservación y Monumento: Consideraciones sobre los Primeros Edificios Históricos Resguardados en Chile hasta mediados del siglo XX

AUTORES: María Victoria Correa Baeriswyl. Instituto de Estudios Avanzados, Universidad de Santiago de Chile, Chile.
Carlos Muñoz Parra. Facultad de Arquitectura y Ambiente Construido, Universidad de Santiago de Chile, Chile.
Liuba Alberti Zurita. Facultad de Arquitectura y Ambiente Construido, Universidad de Santiago de Chile, Chile.
Luis Poo San Martín. Facultad de Arquitectura y Ambiente Construido, Universidad de Santiago de Chile, Chile.
Carolina Valdés Rojas. Facultad de Arquitectura y Ambiente Construido, Universidad de Santiago de Chile, Chile.

La conservación de edificaciones ligadas a la historia de un país posee un rol relevante a nivel político, puesto que contribuye a configurar la identidad de un territorio, a través de su memoria. El presente estudio se refiere a los primeros monumentos históricos protegidos y restaurados por el Estado de Chile durante la primera mitad del siglo XX, a través del Consejo de Monumentos Nacionales (CMN). La investigación tuvo como objetivo comprender las razones políticas del resguardo y puesta en valor de los primeros monumentos en Chile, revisando su significado y relación en torno a la conformación de una determinada identidad nacional.
El arco temporal del estudio se enmarca entre 1925, fecha de creación del CMN, y 1954, año hasta el cual se tiene registro del primer fondo estatal de restauración de monumentos.
La investigación se basó en documentación de archivo, actas de sesión del CMN y decretos de declaratoria, que registran la selección y resguardo de los primeros monumentos. La búsqueda sobre la significación, sentido de identidad y razones políticas ligadas a los primeros monumentos, se orientó hacia una investigación de tipo descriptiva, con diseño documental, retrospectivo. El proceso metodológico incluyó análisis cualitativo y cuantitativo, y una contextualización de esta documentación en el marco histórico de la época.
El estudio concluyó que posiblemente una motivación de carácter nacionalista, ligada a monumentos emblemáticos localizados en provincias anexadas en décadas recientes al mapa de Chile, habrían orientado la selección de los primeros monumentos. En esos años, el Estado habría buscado estructurar un relato de memoria nacional, a través de la conservación de símbolos patrios, bajo un criterio histórico, artístico y conmemorativo, incluyendo consideraciones de tipo geopolítico, en un contexto en que los conceptos de conformación de nación, memoria y monumento estarían entrelazados.

PONENCIA 17: Melodia, Monotonia e Sensibilidade: Intervenções Modernas e Contemporâneas na Retícula da Cidade do México

AUTORES: Gustavo Araújo das Mercês. Universidade Federal da Bahia, Brasil

Por meio da análise de intervenções arquitetônicas modernas e contemporâneas na Cidade do México, é possível delinear as dinâmicas que emergem da interação entre a melodia harmônica dos elementos edificados, a monotonia da estrutura reticular e a sensibilidade
(ou falta dela) em projetos contemporâneos. A Cidade do México, contida em uma retícula ortogonal impressa como em palimpsesto na sede da grande civilização asteca, apresenta desafios singulares à integração entre a preservação do patrimônio histórico e as demandas de uma metrópole em constante transformação.
A abordagem adota três dimensões analíticas principais: a melodia, que simboliza a harmonia entre temporalidades distintas expressas na arquitetura; a monotonia, que evoca os desafios impostos pela rigidez da malha urbana tradicional; e a sensibilidade, que deve se manifestar na capacidade de intervir em um sítio urbano histórico de forma autêntica e respeitosa.
Ao final, argumenta-se que intervenções eficazes contribuem para um diálogo dinâmico entre história, identidade e inovação, promovendo novas possibilidades de articulação entre memória coletiva, uma leitura mais apurada do espaço e uma experiência urbana de
qualidade em um contexto de alta densidade cultural para os usuários desses espaços.

PONENCIA 18: Atmosferas cariocas: A paisagem urbana do Rio de Janeiro como como antídoto para perda da memória

AUTORES:Daniella Martins Costa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Em um texto de 1980, Aloisio Magalhães então a frente do IPHAN, escreve sobre as mudanças em andamento em sua cidade natal, Recife e questiona se seria possível redesenhar nossas cidades respeitando sua história e seu caráter. Ele começa afirmando a importância dos sítios históricos urbanos com sua "densa tessitura" que guardam "elementos de identidade que embora contrastados convivem harmoniosamente" (Magalhães, 1985, p. 208). Partindo desta reflexão, este trabalho gostaria de pensar a importância de nossos sítios históricos urbanos como antídotos para perda da memória e identidade. Nossas reflexões vão se dar especificamente através da observação da paisagem cultural urbana do Rio de janeiro, esta cidade que desde 2012 é patrimônio cultural da humanidade por guardar vestígios de uma "fusão criativa entre natureza e cultura" (UNESCO, s/d). que se traduz na união peculiar entre sítio urbano e a paisagem natural marcante de nosso território. O binômio Sitio urbano somado a paisagem é o que chamamos de paisagem cultural, e no Brasil desde 2009 pode ser definido como "porção peculiar do território nacional" (Brasil, 2009) onde a ação do homem deixou marcas representativas de uma época, ou de modos de fazer particular de uma região. Estes rastros da ação do homem no espaço, somado a marcante paisagem da cidade é o que constitui a paisagem cultural carioca e o que nos ajuda a entender quem somos.

Mas, como temos visto em outros grandes centros urbanos, o Rio de Janeiro sofre com a velocidade das mudanças em seu tecido urbano. As escritas mais recentes no palimpsesto carioca, tem produzido mudanças drásticas, difíceis de acompanhar e transformam nossos sítios urbanos em um cidades genéricas. Assim este trabalho gostaria de através do estudo
de conceitos como atmosfera, espírito do lugar e afeto colaborar para a preservação da memória e caráter carioca.

PONENCIA 19: "De forma que distancialmente se ve considerarse un pueblo no interrumpido". La traza virreinal de Paso del Norte como patrimonio urbano de Ciudad Juárez

AUTORES:David Arturo Muñiz García. Departamento de Humanidades, Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, México.

Uno de los factores esenciales en la forma de vida de una ciudad es su traza urbana. La historia urbana de las ciudades virreinales ha favorecido tradicionalmente una perspectiva centrada en la monumentalidad del legado hispano. Sin embargo, esto forma parte de un proceso de negación que las distintas colectividades indígenas han tenido. A partir de una perspectiva teórica de estratos urbanos se recuperar la historia de los grupos marginados, y siguiendo los principios del paradigma indiciario, se analiza cómo es que la traza urbana de Paso del Norte es producto en buena medida los saberes y la negociación con los indígenas. Lo que hoy en día es Ciudad Juárez-El Paso tiene una forma alargada y dispersa, que se ha atribuido de manera casi exclusiva a la actividad industrial y a una difusa herencia patrimonial española, en buena medida debido a la falta de trabajos históricos acerca del tema. A partir del procesamiento e interpretación de fuentes arqueológicas, históricas y cartográficas, se apunta a que la forma alargada y dispersa fue una estrategia de los asentamientos Jornada Mogollón antes de la llegada de los novohispanos; dicha estrategia se adaptó y continuo durante el virreinato con la intervención de los indígenas Mansos y Sumas. La investigación también pone en evidencia que la traza de Paso del Norte está íntimamente ligada a la presencia indígena en otros aspectos como la compleja red de acequias y el sistema de casa-huerta característico de esta población, elementos que permiten afirmar que Paso del Norte debería considerarse una sola ciudad desde la Misión de Guadalupe hasta San Elizario: "De forma que distancialmente se ve considerarse un pueblo no interrumpido". El estrato como una estrategia de lectura de la historia urbana ayuda a recuperar la relevancia de grupos tradicionalmente negados en la historiografía, permitiendo restituir el derecho a la memoria a estos grupos, así como ofrecer opciones identitarias a las actuales poblaciones urbanas.

PONENCIA 20: Espacio, territorio y lugar: una propuesta analítica para comprender la espacialización del patrimonio cultural en la ciudad

AUTORES:Adriana María Suárez Mayorga. Departamento de Historia, Universidad de Antioquia, Colombia.

Reinhart Koselleck (2004) sostiene que "para efectuar o acumular experiencias, es decir, para integrarlas en la vida de cada uno, se necesitan conceptos" (p. 28), afirmación en la cual se basa para demostrar que, con el transcurrir del tiempo, estos sufren modificaciones o alteraciones en su significado en virtud de los cambios históricos.
Teniendo en cuenta lo anterior, la ponencia tiene como objetivo examinar, a la luz de la teoría lefebvriana, los conceptos de espacio, territorio y lugar, con el fin de correlacionarlos con el estudio del patrimonio cultural en la ciudad. El punto de partida reside en aceptar su condición de "sistemas espaciales" que "coexisten simultáneamente" (Duarte, 2017, p. 27) y que constituyen "la esencia de la espacialidad de la vida social" (Montañez Gómez y Delgado Mahecha, 1998, p. 121).
Metodológicamente, el análisis se sustenta en una investigación de carácter historiográfico, encauzada a reconsiderar la tendencia predominante de abordar la temática de manera dicotómica, priorizando o bien el componente técnico (planificación, conservación, etc.), o bien el componente sociocultural (identidad, memoria colectiva, disputas simbólicas y políticas, etc.).
Lo que en última instancia se busca es proponer un marco analítico orientado a establecer entrelazamientos e interconexiones en el ámbito citadino entre el patrimonio cultural, el espacio, el territorio y el lugar, en aras de contribuir desde la mirada de la Historia urbana a pensar lo patrimonial, reivindicando paralelamente la importancia de instituirlo, desde la política pública, en un activo fundamental del desarrollo sostenible.

PONENCIA 21: O conflito entre a cidade habitada e a cidade patrimonializada: O caso de Ouro Preto

AUTORES:Júlia Maria Rodrigues Lana. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil.
Thamires Alvina Sales Gonçalves. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil.
Luana Camille Evangelista Silva. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil.

De maneira contraditória, o espaço urbano modernizado abriga simultaneamente o desenvolvimento econômico e a segregação sócio-espacial. Em Ouro Preto, a especulação imobiliária privilegia o centro historicizado, enquanto as periferias —neste caso, as encostas das serras—, ocupadas por populações negras ou empobrecidas, permanecem à margem da infraestrutura e do reconhecimento patrimonial. Essa segregação reflete a colonialidade do poder, perpetuando uma história que desconsidera narrativas de comunidades postas como subalternas até o presente.
A memória espacial de Ouro Preto ainda está atrelada à primazia eurocêntrica, e sua arquitetura monumental sustenta um imaginário que sobrepuja outras formas de produção cultural. Segundo Mignolo (2010), essa estrutura colonial persiste não apenas na economia, mas também no controle do conhe-

cimento, rebaixando saberes provenientes de diversas cosmologias à condição de endêmicos e irrelevantes. Assim, o patrimônio é instrumentalizado por agentes externos, reduzindo-se a uma mercadoria que ignora sua função social e seus significados para as comunidades locais.
A disputa pelo direito à memória se dá na representação e no poder sobre o espaço. A exclusão das periferias se manifesta na escassez de estudos sobre bairros historicamente distanciados dos núcleos centrais de Ouro Preto —onde há uma maior expressividade do patrimônio tombado— e na falta de integração desses territórios ao tecido urbano. No entanto, a preservação patrimonial não deve ser antagonista à construção de uma cidade justa e inclusiva. Desse modo, propõe-se, neste trabalho, refletir sobre o território patrimonializado, reconhecendo Ouro Preto não como um cenário ou pano de fundo, mas como um espaço dinâmico, de vivências e pertencimento.

PONENCIA 22: Brasília além da planta: Estratégias de projeto vistas do chão

AUTORES:Victor Akio de Oliveira Itonaga. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil.

No memorial vencedor do Concurso da Nova Capital do Brasil (1957), Lucio Costa apresentou uma planta síntese de seu projeto que, ao longo dos anos, tornou-se a imagem hegemônica de Brasília e integrou a historiografia crítica sobre a capital. Essa imagem é caracterizada pelo formato de cruz inserida em um triângulo equilátero e enquadrada por um cinturão verde, sendo utilizada como base para o processo de reconhecimento da cidade como Patrimônio Mundial pela Unesco (1987), além de constituir o ícone de diversas empresas estatais e privadas do Distrito Federal.
Entretanto, a imagem aérea do Plano Piloto esconde intencionalmente elementos fundamentais para manter a sua abstração, perpetuando o senso comum de Brasília como “”pousada”” sobre a topografia. Quando observamos, do ponto de vista do pedestre, os dois eixos que formam a figura da cruz, diferentes estratégias de projeto ocultas na planta se tornam então perceptíveis. No Eixo Residencial, o solo desimpedido é proporcionado pela elevação térrea dos blocos habitacionais e as passagens subterrâneas cortam a rodovia conectando as partes leste e oeste da cidade. No Eixo Monumental, diferentes níveis de terraplenagem compõem as praças cívicas e criam chãos artificiais que abrigam infraestruturas abaixo da superfície.
O presente trabalho busca analisar a diferença entre a Brasília vista de cima e a Brasília vista do chão, com o objetivo de elucidar a construção historiográfica do Plano Piloto e as diferentes estratégias de projeto empregadas por Lucio Costa, Oscar Niemeyer e equipes. Para isso, contrapõe-se à representação sistemática da cidade em planta e utiliza o redesenho de cortes - seções verticais do objeto - como ferramenta de pesquisa, cruzando dados bibliográficos e imagéticos para estruturar uma visão alternativa do Plano Piloto.

PONENCIA 23: Cartografía del olvido. Procesos patrimoniales y estrategias políticas en la ciudad de Evita (Buenos Aires, 1946-2019)

AUTORES:Valeria Alcino. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - Instituto de Investigaciones de Género Universidad de Buenos Aires y Universidad del Museo Social Argentino, Argentina.

Entre 1945 y 1955, el peronismo transformó la trama urbana de la ciudad de Buenos Aires (Argentina) generando nuevas prácticas sociales y culturales.
El uso político del espacio público fue escenario tanto de los líderes del movimiento -Juan y Eva Perón-, como de nuevos actores sociales marginales. Las manifestaciones masivas disputaron las configuraciones de clase y raza arraigadas en una ciudad que se definía desde fines del siglo XIX como "la París de Latinoamérica".
Durante los diez años en que gobernó Juan Domingo Perón, presidente electo en 1946 y en 1952, se amplió el patrimonio material con fines estatales estableciendo marcas simbólicas de la identidad peronista.
En este marco, la figura de la primera dama, Eva Perón (1919-1952), fue crucial en el proceso de simbolización de dicho patrimonio atravesado también por la condición de género.
Se entiende que el patrimonio cultural responde a un conjunto de significación que excede a los objetos; es un conjunto de valores -históricos y políticos- que un grupo les otorga, creando narrativas sobre tiempos pasados y configurando identidades en el presente.
Desde esta premisa, el recorte temporal propuesto abarca momentos de profundo impacto en los procesos de patrimonialización que acontecieron en Buenos Aires. En primer término, la creación de un repertorio identitario del peronismo que, en este caso, se centra en la figura de la primera dama, Eva Perón, en relación a los enclaves que se vincularon a su actividad pública. El siguiente punto trata la destrucción material y simbólica de este patrimonio llevada a cabo por las sucesivas dictaduras cívico militares desde 1955. Finalmente, se abordará la recuperación material de este patrimonio tanto material como intangible culminando em las acciones llevadas adelante durante el 2019, al cumplirse 100 años del nacimiento de Evita.
En este trabajo me interesa reflexionar sobre el devenir histórico del patrimonio cultural material e intangible vinculado a la figura de Evita. Me propongo elaborar una breve cartografía histórica para, de este modo, arrojar luz sobre las transformaciones que se produjeron en la trama urbana de la ciudad de Buenos Aires durante la segunda mitad del siglo XX y su impacto en el presente.

PONENCIA 24: Memórias Esquecidas Na Cidade: Uma análise das edificações patrimoniais do Rio Grande do Sul que não obtiveram deferimento no processo de tombamento do IPHAN

AUTORES:Anye Pedroso Theisen. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

O objetivo do trabalho é investigar as edificações patrimoniais do Rio Grande do Sul, que passaram pelo processo de tombamento no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e não obtiveram deferimento, buscando compreender as complexidades das dinâmicas urbanas no âmbito patrimonial. A análise foi feita através do material disponibilizado pelos portais de transparência

do Instituto em questão. Se a cidade é como um palimpsesto (Stratta, 2011, p. 2), os processos de tombamento determinam quais partes da cidade ficarão marcadas a nanquim e quais serão vagarosamente apagadas da memória coletiva.
O mercado imobiliário enquanto um dos principais agentes transformadores da cidade atua diretamente na valorização das regiões urbanas, não se limitando por cartas patrimoniais ou restrições urbanísticas estabelecidas pelo poder público, ao contrário, busca, através de concessões, exceções, processos jurídicos etc., as brechas legais para atingir seus objetivos. E essa maré de interesses que sobe e desce tem um parâmetro claro que dita a regra: o lucro.
No caso do Hipódromo Cristal em Porto Alegre, que hoje já completa mais de 20 anos em processo de tombamento, o principal fator pelo atraso foram as documentações de posse do terreno. Por se tratar de uma etapa burocrática, que trata de documentos antigos e exige a participação ativa dos proprietários, um processo de tombamento pode levar anos. Não por coincidência, no caso do Hipódromo, a parte do terreno que foi desmembrada, vendida, e que fica próxima às edificações patrimoniais, hoje comporta um bairro privado de alto padrão com previsão de construção de 19 torres residenciais. Enquanto isso, as edificações patrimoniais em questão contam apenas com proteção a nível municipal, e se encontram em estado de degradação a cada ano que passa, sem contar com restauro, se tornando mais uma das muitas memórias esquecidas de uma cidade em transformação.

PONENCIA 25: Outras leituras sobre a "decadência" do Edifício Martinelli: recuperando outros sentidos da história da urbanização de São Paulo

AUTORES:Guido D Elia Otero. São Paulo, FAU USP, Brasil.

Reconhecido por ser o primeiro arranha-céu de São Paulo e o mais alto da América Latina, o Edifício Martinelli é símbolo da modernização, metropolização e vertização da cidade. Ao longo do período que separa a sua inauguração, no ano de 1929, e os dias de hoje, a sua ocupação foi expressão do desenvolvimento conflituoso do centro da cidade: de espaço de distinção voltado para as elites do café, a espaço de reprodução de camadas populares, para abrigar hoje secretarias da municipalidade e uma boate yuppie na cobertura.
A historiografia do edifício traduz este processo em termos de um nascimento que tinge de branco a própria história da cidade, um período intermediário de "decadência" e um "renascimento" após a sua restauração concluída no ano de 1979. Este trabalho trata da compreensão e aprofundamento do momento menos celebrado com o objetivo de explorar o que foi o cotidiano desta emblemática edificação nesse período intermediário.
Elencamos como paulatinamente o edifício passou a ser local de moradia acessível para a população de baixa renda afastada da partilha dos ganhos do pujante desenvolvimento da cidade. Associado a um processo de popularização do centro, subdividiram-se os espaços para viabilizar o morar perto de uma boa rede de infraestrutura, serviços e empregos. Ainda destacamos como a população negra tentou resistir aqui a um processo de apagamento: o ostentoso edifício foi reiteradamente ocupado por entidades que congregam e organizam seus espaços de cultura, festa e luta política. Nele se realizavam debates, lançamentos de livros, peças de teatro e organizavam-se atos públicos e festas.

Nesta análise da história renegada do edifício, buscamos contribuir para a recuperação dos outros sentidos da história da urbanização de São Paulo. Processo este que foi interrompido de forma abrupta em 1975, quando o prefeito Olavo Setúbal decidiu pelo despejo e restauração da edificação tombada.

E6_07_ Patrimônio ambiental entre memórias e valores

COORDENADORES:
Pedro Augusto Vieira Santos. Faculdade de Arquitetura e de Design da Universidade de São Paulo
Bernardo Brasil Bielschowsky. Instituto Federal de Santa Catarina

RESUMO: Propõe-se uma reflexão crítica sobre a construção dos patrimônios ambientais enquanto espaços de memória, disputa e significação. A partir de abordagens interdisciplinares, busca-se discutir como os processos de patrimonialização mobilizam valores culturais, sociais e políticos, e como as representações do passado influenciam práticas territoriais no presente. Em diálogo com o eixo "Representações, memórias e figurações", o simpósio explora as relações entre memória coletiva, apropriações simbólicas e conflitos de interesse que atravessam a materialização dos territórios. Os debates se abrem para pensar o patrimônio ambiental não apenas como herança, mas como campo dinâmico de tensões e ressignificações, convocando pesquisadores a examinar as articulações entre natureza, história e política na configuração dos mundos urbanos e rurais.

COMUNICAÇÃO 01: Cosmopolíticas Fluviais
AUTORES: André Porto. UFMG

Na zona de transição entre Floresta Amazônica, Pantanal e Cerrado, no alto da Chapada dos Parecis, dois rios nascem e seus cursos correm paralelamente até os pés da Serra de Santa Bárbara, no interior do continente Sul-Americano. Os rios Alegre e Aguapeí, embora próximos em suas nascentes, integram as águas de duas bacias hidrográficas distintas. Respectivamente: Bacia Amazônica; Bacia do Rio da Prata. A proximidade destes rios guarda um caminho, uma contingência latente da geomorfologia do continente. Neste local, onde os rios são separados por cinco quilômetros, transpor as águas das duas maiores bacias do continente e engendrar um percurso fluvial navegável pelo interior da América do Sul torna-se palpável. O Canal de Partilha Alegre-Aguapeí, embora tenha sido objeto de planos e projetos do estado brasileiro para realizar a integração fluvial entre as duas bacias, nunca foi construído. Dado este contexto, o trabalho pretende especular sobre o projeto do canal diante do contexto contemporâneo da emergência climática e da crise social e ambiental que marca a era do Antropoceno, colocando em questão modos de planejamento, reflexão e ação em relação às infraestruturas hídricas que hoje estão consolidados. A partir de uma abordagem cosmopolítica, o trabalho busca tensionar os interesses que mobilizam a construção de tais infraestruturas em relação aos diferentes agentes que constituem a paisagem e habitam os territórios impactados. Com o objetivo de pensar arquitetura, urbanismo e planejamento urbano atravessados pelas questões do Antropoceno e da crise climática, o trabalho proposto pretende refletir sobre as agências do rios, das plantas, dos animais e de povos subalternizados na produção do espaço, como forma de estabelecer outras possíveis relações de coexistência entre as infraestruturas, as águas, os interesses humanos e os direitos dos sujeitos outros que humanos de existir nos territórios afetados pelo especulado canal.

COMUNICAÇÃO 02: Turismo e Território: a (re)produção do espaço em Porto Seguro (BA)

AUTORES: Charles Andrade Pereira. IAU-USP
Matheus Cleber Melo Garcia. IAU-USP

Abordamos a relação entre território, redes de infraestrutura e turismo, investigando os instrumentos que impulsionaram a (re)produção do espaço em Porto Seguro (BA), a partir das articulações entre Estado, setor imobiliário e a indústria da construção civil, provocando mudanças significativas na cidade a partir da valorização das áreas litorâneas. A urbanização da região de Ilhéus-Itabuna, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vincula-se à memória colonial do país, com significativo acervo histórico. A partir da década de 1960, Porto Seguro passou por um intenso processo de modernização associado à "turistificação" do centro histórico, ressignificando seus lugares, consolidando-se com investimentos em infraestrutura urbana e regional, impulsionando o turismo e incentivando a instalação de empreendimentos comerciais e de serviços à beira-mar. A Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) regulamentou e incentivou o setor, mobilizando os elementos do planejamento regional responsáveis pela transformação da cidade, destacando-se o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta em 1968, ampliado em 1973, quando todo o sítio foi reconhecido como Monumento Nacional pelo IPHAN. Outras iniciativas incluem: Estatuto do Parque Outeiro de Porto Seguro (POPS) e expedições vinculadas (1966); Plano de Divulgação do Município (1967); criação do Museu Aberto do Descobrimento (1996); Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa do Descobrimento (2002). A revitalização na Cidade Baixa buscou modernizar as zonas turísticas, transformando a paisagem e o patrimônio em atrativos centrais, viabilizando a transformação do núcleo costeiro e a reconfiguração da dinâmica socioeconômica do município. A cidade se divide entre a "ideal", vendida como um paraíso turístico e reforçada pela mídia digital, e a cidade "real" esquecida pela mesma mídia, onde vive a população local, num processo em que o Estado executa um papel essencial, em aliança com o capital, impactando a organização e as dinâmicas socioespaciais.

COMUNICAÇÃO 03: Entre a Identidade e o Lucro: A Destinação do Patrimônio Industrial de Florianópolis

AUTORES: Bernardo Brasil Bielschowsky. Instituto Federal de Santa
Ana Paula Pupo Correia. Instituto Federal de Santa
Eduardo Abreu Girolimetto. Instituto Federal de Santa

Este artigo examina as recentes intervenções contemporâneas em bens patrimoniais à luz das disputas urbanas entre capital, Estado e sociedade, tomando como estudo de caso dois exemplares do patrimônio industrial edificado de Florianópolis/SC. Em um contexto de desindustrialização e substituição acelerada de usos urbanos, destaca-se a urgência da preservação dessas paisagens diante da fragilidade da legislação urbanística, que frequentemente favorece os interesses do capital imobiliário em detrimento da memória coletiva. O estudo focaliza dois empreendimentos na área central da cidade: Top Vision (antiga Fábrica de Bordados e Rendas Hoepcke) e Armazém Rita Maria (antigos Armazéns da Navegação Hoepcke e Fábrica de Pontas Rita Maria). A análise das normativas municipais revela que

os processos de aprovação de tais intervenções são marcados por falta de transparência e pela recorrente desconsideração de pareceres técnicos dos órgãos fiscalizadores. Isso levanta questionamentos sobre a instrumentalização do patrimônio histórico e exemplificam a espacialização da dominação territorial por meio da especulação imobiliária e da verticalização acelerada, processos que frequentemente desconsideram a preservação do patrimônio, a memória coletiva e a singularidade da paisagem urbana. Como resultado, esses espaços deixam de ser elementos ativos da história local para se tornarem reprodutores da lógica hegemônica do capital, transformando-se em cenários padronizados como qualquer local destinado ao consumo.

COMUNICAÇÃO 04: Os impactos da plataforma "Airbnb" na dinâmica habitacional de Ouro Preto - MG

AUTORES: Luana Camille Evangelista Silva. UFOP
Guilherme Ferreira de Arruda. UFOP
Thamires Alvina Sales Gonçalves. UFOP
Júlia Maria Rodrigues Lana. UFOP

A crise habitacional de Ouro Preto reflete um problema comum às cidades brasileiras: a segregação socioespacial impulsionada pela falta de políticas públicas habitacionais e a especulação imobiliária. No caso específico da cidade, três fatores contribuem para essa crise: a topografia acidentada, a demanda da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a relação ambígua com o patrimônio histórico. A topografia da cidade dificulta sua expansão territorial, tornando a urbanização das periferias limitada e as moradias cada vez mais escassas e caras. De acordo com dados de 2021 do Serviço Geológico do Brasil, Ouro Preto é a cidade brasileira com maior número de áreas em risco geológico. Além disso, o crescimento acelerado da UFOP desde sua ampliação no REUNI, em 2008, gerou um aumento significativo na demanda por habitação. Outro fator determinante é a patrimonialização da cidade, considerada patrimônio mundial pela UNESCO. Apesar de seu valor cultural e turístico, a ênfase na manutenção da cidade como patrimônio tem gerado o aumento do custo de vida na área central, afastando a população local do centro histórico. Assim, Ouro Preto vive uma separação entre a "cidade patrimônio", destinada aos turistas, e a "cidade real", onde a vida urbana da população local de fato acontece (Ribeiro, 2016). Ademais, a cidade tem visto um crescimento de plataformas de aluguel de curta temporada como o "Airbnb", oferecendo hospedagem mais barata em áreas turísticas. Estudos recentes mostram que esse modelo de negócios, conhecido como "economia de compartilhamento", pode impactar o mercado de alugueis, elevando preços, reduzindo a oferta de imóveis e alterando os usos, identidades e qualidade de vida nos bairros e nas cidades. O artigo procura entender a influência do Airbnb na dinâmica habitacional de Ouro Preto, considerando as particularidades da cidade, que tornam a questão da moradia ainda mais complexa.

COMUNICAÇÃO 05: As paisagens da Praça Tiradentes em Ouro Preto - MG: permanências e rupturas como lócus da memória coletiva e ação turística

AUTORES: Débora da Costa Queiroz. USP
Mariana Chaves Monti. ÚNICA. MP

O presente trabalho consiste em apresentar uma análise da paisagem histórica urbana da Praça Tiradentes, localizada no centro histórico de Ouro Preto-MG, sendo a primeira cidade que possui o título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1980. O objetivo consiste em debater sobre as dimensões políticas e culturais presentes neste espaço público que evidenciam a sua importância como uma centralidade democrática, desde o período colonial até a contemporaneidade, considerando as dinâmicas socioespaciais presentes à luz da análise crítica dos processos de patrimonialização e turistificação, tendo como categorias analíticas a tríade patrimônio-turismo-paisagem. Assim, pretende-se problematizar e relatar as manifestações políticas e culturais existentes na Praça Tiradentes, como o movimento de 08 de março organizado pelos movimentos e coletivos feministas, o Carnaval, os Festivais de cunho popular e patrocinados pela iniciativa privada, as manifestações políticas contra cortes orçamentários e a luta pela democracia. Dessa forma, a praça tem um papel crucial na democracia ouropretana para além do seu grande aspecto simbólico em consonância com os princípios do direito à cidade, cunhado por Henri Lefebvre, uma vez que o título de Patrimônio Cultural da Humanidade vem acompanhado com vários impactos na sua paisagem gerados pelo turismo. Portanto, torna-se crucial problematizar quais são as classes sociais que possuem acesso ao direito à cultura e se apropriam desse bem cultural, exemplificado na seguinte frase: "O patrimônio cultural é da humanidade, mas não é da comunidade".

COMUNICAÇÃO 06: El ex Fuerte El Morro de Talcahuano. Topografías de la memoria en un paisaje de resistencia y transformación

AUTORES: José Miguel Fuentes. Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

La presente ponencia busca analizar como en el Sitio de Memoria y Monumento Histórico el ex Fuerte El Morro, en la comuna de Talcahuano, Región del Biobío se presentan distintas capas históricas del territorio, siendo este un espacio de significación histórica multicapa, con diferentes transformaciones geográficas y simbólicas a través de diferentes periodos históricos: desde su rol estratégico militar, tanto en la época colonial como en la dictadura, hasta su uso como refugio para las familias damnificadas post tsunami en el año 2010 y su posterior proceso de monumentalización, patrimonialización y memorialización por la Corporación Mutualista Bautista van Schouwen.
A través de un análisis de fuentes primarias y secundarias, se realizó un análisis de cómo los procesos de memoria se entrelazan con la reconstrucción física y emocional del territorio, cómo en el sitio se presentan distintas materialidades de la memoria, a través de los elementos arquitectónicos que funcionan como archivos vivos de sus transformaciones y significados, permitiendo conservar narrativas de diferentes temporalidades. No obstante, estas se presentarían como contranarrativas respecto a cómo comprender y dar significado al sitio.

Se concluye que el ex Fuerte El Morro, a pesar de ser un monumento histórico, aún presenta algunos problemas, debido principalmente a los significados que este sitio evoca, y la falta de financiamiento y voluntad política. Este caso muestra como el patrimonio se resignifica y tensiona a través de los usos, los cuales están volcados a los atributos del patrimonio que son identificados a través de la memoria tanto política como histórica del sitio, a través de la comunidad y del territorio como tal, pudiendo comprender a este como un patrimonio difícil, debido a que en este lugar se conjuga no sólo la biografía del lugar sino también de los protagonistas.

COMUNICAÇÃO 07: O Patrimônio Cultural do Méier: As Modificações nas Casas Populares Históricas Suburbanas

AUTORES: Ronaldo Mercês dos Santos Neto. Grupo de Pesquisa Preservação e Restauração do Patrimônio Edificado - Restaurarq, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Gabriel Marques Guedes. Grupo de Pesquisa Preservação e Restauração do Patrimônio Edificado - Restaurarq, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Juliana Silva Pavan. Programa de Pós-Graduação em Projeto e Patrimônio, Grupo de Pesquisa Preservação e Restauração do Patrimônio Edificado - Restaurarq, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

A história de um lugar da cidade pode ser compreendida a partir da sua arquitetura. No caso do bairro do Méier, no subúrbio do Rio de Janeiro, os exemplares arquitetônicos contam a história da evolução urbana do bairro. As suas primeiras casas foram construídas com a influência da arquitetura francesa, dessa forma, o ecletismo se fez presente do final do século XIX, avançando até as primeiras décadas do século XX. No início da década de 1920, a arquitetura neocolonial e a influência das "missões espanholas"" tiveram grande aceitação popular. Nas décadas seguintes, o art déco alcançou um destaque nas construções do bairro e somou-se no conjunto de casas suburbanas cariocas. No entanto, com o grande crescimento da cidade, foi observado, principalmente nas últimas décadas do século XXI, o desaparecimento contínuo dessas edificações históricas no Méier. Algumas delas demolidas para dar lugar a edifícios de arquitetura contemporânea, outras vítimas de descaracterizações. Este artigo tem por objetivo apresentar o levantamento das casas populares suburbanas do final do século XIX e início do século XX do bairro do Méier que ainda sobrevivem, realizando um mapeamento dessas residências e observando o seu estado de preservação e conservação, visando analisar as modificações ocorridas durante elas sobre o recorte da última década. A proposta é compreender como as alterações e demolições destas arquiteturas podem alterar e apagar a qualidade do ambiente urbano e a história e memória do lugar. A compreensão destas mudanças pode contribuir na criação de políticas de preservação para a proteção desses exemplares de menor notoriedade em sua monumentalidade, mas valiosos como conjunto urbano representativo de sua época e de seu lugar como subúrbio carioca.

COMUNICAÇÃO 08: Las metáforas urbanas en el Plan Maestro del Centro Histórico de la capital hondureña

AUTORES: Daniela Navarrete Cálix. Universidad Nacional Autónoma de Honduras

En este artículo comentaremos el uso de metáforas urbanas a lo largo del Plan Maestro del Centro Histórico del Distrito Central, capital de Honduras. Esta reflexión tiene su génesis en las Jornadas de Estudios Urbanos convocados por la Universidad de Costa Rica, en junio del 2019. Víctor Delgadillo demostró en su conferencia la politización y ausencia de neutralidad en tales adjetivaciones urbanas contemporáneas, verdaderos instrumentos en la aplicación de lógicas globales en Latinoamérica[1]. De acuerdo con el autor, estas metáforas, abundantes y de carácter optimista, en realidad actúan como estrategias a fuerte dosis publicitaria para promover la aceptación de discursos que acarrean la promoción de productos (como las ciudades inteligentes y el uso de tecnología urbana). Entonces, a la vez que ocultan sus objetivos económicos, no toman en cuenta las realidades y verdaderas necesidades de las ciudades que buscan redimir. ¿Cómo se instrumentalizaron los urbanismos planetarios por medio de metáforas urbanas en la capital de Honduras? ¿Quiénes los promueven? Efectivamente, estas estrategias se han ido aplicando en particular a partir de la elaboración del Plan Maestro para el Centro Histórico del Distrito Central. En base a los análisis de Delgadillo y otros autores, resulta fundamental relevar el efecto persuasivo dado a este conjunto de vocablos, verdadero lenguaje político al servicio de legitimación de estos proyectos, espejismos de participación ciudadana y supuesto consenso. La propuesta en cuestión fue elaborada por la Universidad de Sevilla y la Agencia de Cooperación Española para el Desarrollo en el año 2018. ¿Lograron estas metáforas persuadir a los capitalinos de la idoneidad del Plan Maestro?

COMUNICAÇÃO 09: Balneário Camboriú: arquitetura-imagem, balneário-cidade – Almanaque

AUTORES: Camila Alba Costa Curta. FAU-USP

A emancipação de Balneário Camboriú, em 1964, efetivou o projeto que almejava a construção de uma paisagem moderna, fundada no mito do progresso constante. Proponho uma leitura que leva em conta a construção cultural daquela paisagem, situando historicamente o balneário turístico latino-americano – cuja construção se dá ao longo de um século carregado de mudanças estruturais no modo de pensar e conceber cidades. Atenta à relação entre fruidor e cidade, reconheço uma posição predatória, culturalmente forjada na dualidade homem-natureza, para elaborar discussões que concernem a cultura e a produção do espaço; alcançando, para além do engenho financeiro e legal que possibilita a execução dos arranha-céus mais altos do país, as práticas culturais que sustentam sua produção. Interessa compreender os edifícios a partir da relação ritualística mantida entre homem e artefato cultuado: o entendimento dos arranha-céus enquanto monumentos permite pensar sua imagem, materialidade e presença – física e virtual – por meio de interpretações semelhantes às dirigidas à land art, que geram impacto por meio da manipulação da paisagem. Alinhando-se à teoria latouriana, evidencia-se a parcialidade por parte do pesquisador, assumindo a indissolúvel associação entre ciência e cultura. A montagem dos indícios que auxiliam na compreensão do fenômeno se dá de modo fortuito, resultado de deambulações – online e in situ – atentas tanto às representações quanto aos objetos rep-

resentados. Ainda, documentos que divulgam a cidade a partir de meados do século XX são colocados ao lado de produções gráficas e arquitetônicas recentes, mídias e postagens em redes sociais – que atestam a extensão da paisagem para o ambiente web. O material apresentado é entendido não apenas como resultado, mas como prática e
método investigativo, acolhendo também produções que excedam limites postos à criatividade: ficção em formato de escrita e crítica em formato de imagem. A congestão impressa faz do almanaque uma simulação da paisagem edificada.

COMUNICAÇÃO 10: A Ocupação das cidades no Baixo Amazonas: entre imaginários, disputas e confrontos

AUTORES: Estefany Miléo de Couto. FAU-USP
Andrea Buchidid Loewen. FAU-USP

O presente resumo discute sobre a ocupação da região do Baixo Amazonas, entre os ocupantes nativos, que já existiam no local a mais de dez mil anos, com os invasores europeus a partir do século XVI, e as transformações que essa relação contribui para a formação das cidades de Alenquer, Monte Alegre, Santarém e Óbidos. Além disso, será abordado os acontecimentos e fatores que impulsionaram a ida dos europeus para a América e para a Amazônia, em particular, os motivos que levaram a se fixarem na região, ocasionando em um cenário disputas, guerras e mortes, entre os nativos e inclusive entre europeus, principalmente holandeses e portugueses.

E6_08_Habitat, culturas e representações

COORDENADORES:
Leonardo Faggion Novo. EFLCH, Universidade Federal de São Paulo
Agnese Codebò. Villanova University, Estados Unidos
Sorroche Santiago. Centro de Innovación de los Trabajadores- CONICET/Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Argentina

RESUMO: O conceito de habitat é entendido aqui em sua relação com a produção de memórias, culturas e representações. Tais dimensões são dadas tanto pelas dimensões mais concretas da existência e das experiências cotidianas, quanto por elaborações teóricas e filosóficas sobre os modos do ser humano estar no mundo. Resulta disso uma complexidade de formas de compreensão dos modos de vida e das práticas sociais conforme determinadas configurações territoriais e ou analíticas. Em sintonia com o eixo “”Representações, memórias e figurações””, o simpósio explora como o espaço habitado — urbano ou rural — é continuamente conceituado e ressignificado através de narrativas, práticas culturais, disputas simbólicas e estéticas. A partir de abordagens interdisciplinares, busca-se discutir as formas de vida e de habitar no cruzamento da relação espaço-tempo e compreender como as experiências moldam e são moldadas por processos históricos, sociais e imaginários, e o que significam no presente. Convida-se a pensar o habitat como suporte físico, e também como campo de produção de sentidos, práticas cotidianas e reivindicações de identidades no contexto das transformações urbanas e culturais contemporâneas.

COMUNICAÇÃO 01: Una aproximación epistemológica a lo residual como categoría política y su relación con las clases populares

AUTORES: Alejandro Castagno. Facultad de Ciencia Política, Universidad Nacional de Rosario, Red de Investigación Acción sobre Residuos (RIAR) Argentina

Los residuos se han constituido en un problema a lo largo del tiempo y mucho más en la actualidad, donde la sociedad viene enfrentando de diversas formas la problemática de la gran cantidad de residuos que se producen. En lo que constituye un escollo, allí los sectores populares a lo largo del tiempo han encontrado diferentes formas de subsistencia y más recientemente nuevas formas de trabajo en torno a la basura.

Nos proponemos en este trabajo pensar la vida de una sociedad a partir de los residuos que produce, de los restos y desechos que la misma genera y con los que no deja de verse obligada a lidiar. En este panorama buscaremos dar cuenta de que rol ocupan los sectores populares que trabajan con la basura y constituyen diferentes estrategias en torno a la misma. Por ello intentaremos descubrir a través de la categoría de lo residual, la relación de la basura y la sociedad y específicamente el mundo de los recuperadores urbanos.

Para introducir algunos planteos en torno a estos interrogantes en primer lugar nos referiremos al enfoque presentado en los libros Restos y desechos. El estatuto de lo residual en la política de Eduardo Rinesi (2019) y el publicado por Francisco Suarez (2016) La Reina del Plata. Buenos Aires: sociedad y residuos para dar cuenta de la conexión entre lo residual y la política. En una segunda instancia, y

estableciendo relaciones con lo residual, abordaremos la noción/ problematización de clases populares trabajada en el libro de Denis Merklen (2010) Pobres Ciudadanos. Las clases populares en la era democrática (Argentina,1983-2003). Esperamos que este trabajo contribuya a la elaboración de lo que podríamos denominar una epistemología de la basura constituyéndose en andamios de conexiones conceptuales y teóricas que refuercen la investigación en torno a estos temas.

COMUNICAÇÃO 02: Surgimiento y consolidación de vertederos de basura y recicladores en el imaginario urbano de Buenos Aires

AUTORES: Agnese Codebò. Villanova University, Estados Unidos,
Valeria Laura Snitcofsky . CONICET – CEIHVAL, Universidad de Buenos Aires, Argentina

En esta presentación, proponemos reflexionar sobre las maneras en que, en la Buenos Aires de finales del siglo XIX y principios del XX, los barrios formados cerca de los basurales, así como sus habitantes, se empezaron a percibir a través de las connotaciones negativas asociadas con los residuos. Nos concentraremos específicamente en el Barrio de las Ranas, formado alrededor del Vaciadero Municipal de Basura y el Bajo Belgrano, surgido en proximidad de basurales, a menudo ilegales, establecidos en la zona. A través del análisis de material fotográfico de archivo, crónicas periodísticas, obras teatrales y otros textos de la época queremos proponer pistas posibles para entender cómo el término "residuos" definía en ese momento no solo a los productos, sino también a los seres humanos y sus hábitats, con repercusiones para la percepción contemporánea.
En este sentido, nos interesa trazar contrastes y continuidades tanto en el plano sincrónico, examinando las relaciones entre los edificios aristocráticos del centro y las casas precarias de la periferia urbana, como diacrónico, reflexionando sobre los nexos entre los arrabales de finales del siglo XIX y las futuras villas miseria.

COMUNICAÇÃO 03: Desechos urbanos y recuperadores de residuos en Argentina: la configuración histórica de una narrativa social estigmatizante (1890-1910 y 1950-1960)

AUTORES: Sabina Dimarco. CONICET/ICI-Universidad Nacional de General Sarmiento

Desde hace casi dos décadas la actividad que realizan las y los recuperadores de residuos se encuentra atravesando un proceso de resignificación social que tiene, como elemento central, la disputa por el valor social de esa tarea. Ese proceso, que en el caso argentino comenzó fundamentalmente a partir de la crisis del año 2002 y sus consecuencias en materia de pobreza y desempleo, se articuló con cambios en el modo en que se conciben socialmente los desechos urbanos en el marco de la emergencia de una "cuestión ambiental".
En esta ponencia nos proponemos comprender y dimensionar estos cambios contemporáneos indagando en dos épocas históricas en las que regían otros modos de pensar los desechos urbanos y otras formas de atribución de valor social a la tarea de las/los recuperadores. Nos detendremos, por un lado, en el período que transcurre entre finales del siglo XIX y comienzos del XX, momento de consolidación de un mercado de trabajo capitalista en el país y, por el otro, en las décadas del 50 y 60 del siglo XX, años de estabilización de una "sociedad salarial". Apoyándonos en fuentes documentales heterogéneas, que incluyen documentos municipales, registros policiales, informes técnicos, prensa

comercial y prensa obrera, revistas costumbristas y obras de arte y literarias, entre otras, buscaremos mostrar que esos dos períodos fueron claves en el proceso socio-histórico de construcción de una imagen hegemónicamente negativa sobre los desechos y analizaremos cómo esa imagen social (construida desde múltiples actores y escenarios sociales) se relaciona con la producción de fronteras simbólicas y jerarquías sociales que ubicaron a los recuperadores en un lugar relegado y sin reconocimiento social.
Sostendremos que esas narrativas sociales, construidas a la largo del siglo XX, siguen vigentes en muchos aspectos y son las que colisionan con los procesos de resignificación en marcha.

COMUNICAÇÃO 04: Coleta Seletiva: Entre a circulação de materiais recicláveis e corpos em O quarto de despejo e 7 Prisioneiros

AUTORES: André de Oliveira Nascimento. Cornell University, Estados Unidos

Este ensaio compara O quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus (1960), e 7 Prisioneiros, de Alexandre Moratto (2021). Meu argumento é que essas obras ficcionais justapõem o excesso dos materiais produzidos com a reformulação do espaço urbano articulado através do encontro de dois setores do "exército industrial de reserva" (Engels, 1945; Marx, 1887) – a população afrodiáspórica e a população nordestina da grande migração da década de 1940. Em O quarto de despejo, a narradora autobiográfica, que cruza diariamente a cidade de São Paulo, centra sua análise na fome como a única possibilidade para o estabelecimento de uma democracia plena, incluindo a democracia do espaço visto pelo contraste entre o "quarto de despejo" (favela) e a "sala de visitas" (bairros privilegiados). Já em 7 Prisioneiros, sete jovens do interior chegam a São Paulo em busca de trabalho em uma cooperativa de reciclagem, mas acabam vítimas em um regime de trabalho escravo, respaldado pela polícia e por governantes locais. Nesses contextos, a reutilização do entulho é negativada, pois se torna um meio de reintegração das commodities à circulação por meio de formas de escravidão contemporânea, contrastado pela limitada circulação dos corpos dos recicladores. Seguindo a lógica de Robert Bullard (1996) em Unequal Protection e Denise Ferreira da Silva em A dívida impagável, essas obras apontam a fragilidade de soluções ecosustentáveis se o manejo dos materiais apenas facilita a reabilitação dos commodities sem gerar um impacto na ordem de exploração. Nessas obras, São Paulo — como a capital econômica da América Latina — não é apenas o cenário comum a essas duas produções culturais, mas também uma radiografia que demonstra que o excesso requer uma "coleta seletiva" entre corpos e produtos, considerando que apenas os commodities, em liberdade, voltam a circulação ao se beneficiar de uma "reabilitação mercantil".

COMUNICAÇÃO 05: La organización como forma de repensar el pasado y el futuro. El caso de las cooperativas de cartoneras/os en el Área Metropolitana de Buenos Aires

AUTORES: Santiago Sorroche. CONICET/CITRA-UMET/FFyL-UBA

En la Argentina, y tras la crisis del 2001, comenzaron a consolidarse sectores de la clase trabajadora que, en el transcurso de las décadas anteriores, se habían visto excluidos del mercado formal de trabajo, lo que se vio expresado en los movimientos de desocupados y en la aparición de miles de personas

que, diariamente, buscaban su sustento de la recolección y venta de residuos reciclables. En este contexto, desde las agencias estatales se promovió la conformación de cooperativas que, en el caso de las/os cartoneras/os, se configuró como la política predilecta.
Partiendo de nuestro Trabajo de larga data con cooperativas de cartoneras/os, en esta ponencia nos proponemos dar cuenta de las formas en que, las historias personales -la experiencia en términos thompsonianos- de las/os cartoneras/os, configuran, no solo la forma de habitar en el presente sino, también, las perspectivas a futuro y redefinen el pasado. Esto permite motorizar propuestas para mejorar el trabajo; industrializar los materiales y, consiguientemente, mejorar las condiciones de vida.
De esta manera, daremos cuenta de la forma en que tanto el pasado como el futuro se ve reinterpretado desde el presente, atendiendo a nuevas formas de trabajo y organización.

COMUNICAÇÃO 06: A Quinta como Quintal: a construção de dinâmicas urbanas e as relações de pertencimento na vida suburbana carioca

AUTORES: Joana Berrondo. UERJ

A cidade não se limita à sua materialidade. Ela vibra naquilo que a percorre, no que se imprime nos corpos que a habitam e a transformam. Localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, no bairro de São Cristóvão, a Quinta da Boa Vista é um espaço atravessado por camadas de tempo e pertencimento. Este artigo propõe pensá-la como um quintal — uma extensão da casa para aqueles que nela inscrevem suas histórias. A urbanização do Rio de Janeiro reconfigurou a relação entre seus habitantes e os espaços públicos, redistribuindo acessos, impondo hierarquias e segregações. Essa transformação está diretamente ligada aos processos urbanos do século XIX e XX, como a industrialização, a expansão dos transportes públicos e a segregação espacial que consolidou a zona norte como território operário. A ideia de quintal associada a Quinta, emerge como ressignificação do território que um dia foi símbolo do poder imperial e hoje é chão compartilhado por uma diversidade de corpos e trajetórias que fazem parte do cotidiano suburbano. Os rastros dessa apropriação estão nos gestos que se repetem: os pés descalços correndo sobre a grama, o escorregador de papelão sobre os morros. É no cotidiano de seus frequentadores que suas marcas no território se tornam visíveis — nas rodas de conversa, nos piqueniques de domingo, no trem lotado que traz gente de longe para passar a tarde sob suas árvores. Há ali uma cidade que se revela nos usos e nas permanências. Pensar a Quinta da Boa Vista a partir dessa perspectiva é reconhecer que a urbanização não é apenas um fenômeno físico, mas um campo de disputa simbólica e sensível. O quintal, aqui, não é um espaço dado — ele é construído na prática, naquilo que resiste e se reinventa a cada ocupação.

COMUNICAÇÃO 07: O subúrbio paulistano entre a ficção e a realidade

AUTORES: Lucas Chiconi Balteiro. FAU-USP

Em São Paulo, a categoria “subúrbio” foi suprimida do cotidiano paulistano, frente ao processo de desconcentração industrial, da consolidação da indústria imobiliária como catalizador da produção do espaço urbano e pela determinação do modelo centro-periferia. O avanço da globalização e do neoliberalismo foram a pá de cal na estruturação de hierarquias que resultaram em profundas desigualdades, sobretudo pelo enfraquecimento da memória do trabalho e dos trabalhadores. Os territórios

suburbanos passaram a absorver e exprimir complexidades variadas, essencialmente pelas dinâmicas imobiliárias materializadas pelo planejamento urbano e a verticalização, o que resultou em conceitos e categorias totalizantes, que os tratam ora enquanto parte do centro expandido e de novas centralidades, ora confundidos com as periferias contemporâneas. No âmbito político e ideológico, desde os anos 1980, foram convertidos em currais eleitorais do espectro conservador. A região do Tatuapé, na Zona Leste, ganhou evidência pelo acúmulo de transformações desde a década de 1970, sobretudo por incentivos do planejamento e da organização de empresários e construtores locais. Desde então, foram consolidados uma série de estereótipos negativos a respeito do leste da metrópole, difundidos na literatura, nos veículos formadores da opinião pública e na teledramaturgia nacional. A Rede Globo, força motriz da indústria cultural brasileira, produziu telenovelas que destacam seus modos de representação das classes sociais e seus territórios, estabelecendo seu papel central na construção dos imaginários em disputa, entre a memória operária-industrial, a ascensão do proletariado e os novos ricos, a pluralidade das classes médias e as caricaturas das elites tradicionais e dos grupos periféricos. Assim, entre ficção e realidade, partimos das categorias "verticalidades" e "horizontalidades" de Milton Santos para compreender a complexa trama socioterritorial a partir da região estudada, sistematizando uma linha do tempo que busca congregar eventos políticos, sociais, econômicos e culturais para uma possível perspectiva histórica sobre o subúrbio paulistano.

COMUNICAÇÃO 08: Deambulações e cruzamentos: diálogos para uma poética do diverso nas cidades

AUTORES: Prussiana Araujo Fernandes Cunha. UFMG

Esta comunicação deriva da pesquisa de doutorado "Uma cidade se reinventa: deambulações, poesia de periferia e disputas de sentido" produzida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG e defendida em dezembro de 2024. Nela, investiguei a poesia de periferia de Belo Horizonte, em Minas Gerais, por meio de um laboratório ambulante de experiências, pensamentos e escritas, de modo a compreender como essa poesia disputa sentidos sobre a cidade. Para esta comunicação, gostaria de apresentar um recorte cujo ponto de partida é a pergunta "o quanto o espírito de um lugar conversa com o nosso espírito?" feita pelo poeta belo-horizontino Ricardo Aleixo, ao lado do seu amigo Ailton Krenak, durante a 1ª Semana de Poesia Popular da Lagoa do Nado, em fevereiro de 2023. As e os poetas de periferia deambulam e poetizam por BH negociando suas fronteiras de formas muitas vezes improvisadas, em um processo constante de refazer e recriar a cidade. Com isso, o que pude compreender é que esses diálogos entre os espíritos da poesia periférica com os espíritos da cidade são multiplicadores de sentidos, como costumam ser as boas poesias. Considerando os movimentos e entrelaçamentos (Ingold, 2015) entre habitantes e seus lugares de vida, foi interessante compreender melhor, por um lado, como essas e esses poetas dialogam com a cidade e a traduzem e, por outro lado, como a cidade como fenômeno vivo e mais que humano ajuda a constituí-las e constituí-los. Trata-se de um cruzamento que busca fortalecer a lógica do encantamento (Rufino; Simas, 2020), reforçando a vivacidade do mundo e não sua objetificação. Que leva em consideração as heterogeneidades proliferantes (Cusicanqui, 2018) de sociedades e cidades como as nossas, forjadas pela colonização, e que aponta, ao final, para uma poética da Relação (Glissant, 2021) que dê conta das divergências, das incompreensões e também dos mistérios inevitáveis da diversidade de onde vivemos.

COMUNICAÇÃO 09: A cidade hiperdimensionada, refletindo a graphic novel Ciudad (1982), de Juan Giménes e Ricardo Barreiro

AUTORES: Maycon Cunha. USP

A cidade, entendida como uma arena de embates e desafios tanto na sua materialidade quanto em sua construção simbólica, adquire novas fronteiras e significados quando representada nas artes sequenciais, como as histórias em quadrinhos. Nessa perspectiva, os quadrinhos tornam-se um objeto privilegiado para refletir sobre as múltiplas expressões da urbanidade. Esta comunicação propõe uma análise das semânticas urbanas e suas disposições gráficas a partir da graphic novel Ciudad (1982), ilustrada por Juan Giménez e roteirizada por Ricardo Barreiro, indicando um caminho de diálogo entre antropologia e literatura. Ao analisar Palestine (1992), de Joe Sacco, Edward Said argumenta que as histórias em quadrinhos desestabilizam a lógica linear da narrativa tradicional, embaralhando as relações de causa e efeito. Por meio de uma abordagem direta e, ao mesmo tempo, exagerada e extravagante, os quadrinhos reconstroem a realidade, imprimindo o maravilhoso sobre o caos e oferecendo novas formas de abordar o dito, o escrito e o imaginado. Assim, as HQs possibilitam um olhar alternativo para a efervescência da vida urbana e suas arquiteturas, tensionando os limites entre o possível e o impossível. Nesse sentido, Ciudad exemplifica como o estranhamento e a criação de mundos impossíveis condicionam a leitura dos grandes centros urbanos. A graphic novel desafia dicotomias como sensível e não-sensível, familiar e estranho, real e imaginário, atual e virtual, ampliando as possibilidades de interpretação da cidade e de suas dinâmicas.

COMUNICAÇÃO 10: China em Cena: Um estudo das dinâmicas urbanas guiado pelo cinema

AUTORES: Gabriela Ribeiro Lourenço Silva. UFRJ
Keila Áurea R de Almeida. UFRJ

O estudo propõe utilizar o cinema como instrumento analítico para explorar as dinâmicas de urbanização e migração interna na China. A partir da análise de três filmes —Banhos (1999), Dead Pigs (2018) e Last Train Home (2009)—, o estudo integra reflexões teóricas e dados censitários para compreender as transformações urbanas e sociais no país.

Banhos (1999), de Zhang Yang, retrata a dissolução dos laços familiares em Pequim, simbolizada pela degradação de um banho público tradicional. A demolição das casas ao redor do banho público reflete a priorização do valor de mercado sobre as relações humanas.

Dead Pigs (2018), dirigido por Cathy Yan, aborda o rápido desenvolvimento de Xangai e seus impactos sociais e ambientais, inspirado no incidente real de porcos mortos no rio Huangpu. O filme critica a especulação imobiliária e destaca a resistência de uma moradora que se recusa a abandonar sua casa para a construção de um condomínio de luxo, expondo as desigualdades estruturais.

O documentário Last Train Home (2009), de Lixin Fan, acompanha a jornada anual de um casal de trabalhadores migrantes durante o Ano Novo Chinês. O filme evidencia o impacto do sistema Hukou, que separa milhões de trabalhadores de suas famílias, limitando seu acesso a benefícios sociais e educação nas cidades.

Além da análise fílmica, o artigo integra dados censitários da China de 2005 a 2023, mostrando a evolução da urbanização no país. Inicialmente concentrada nas regiões costeiras, a urbanização expandiu-se para o interior devido a políticas governamentais como a Iniciativa do Cinturão e Rota. Utilizar o cinema como ferramenta analítica permite uma conexão direta com as experiências e contradições do espaço urbano, destacando o papel da arte na interpretação de realidades complexas e contribuindo para debates sobre urbanização global, desigualdades regionais e políticas de desenvolvimento.

COMUNICAÇÃO 11: Um filtro verde no acervo de Lina Bo Bardi: arquiteturas para cidades tropicais

AUTORES: Vitor Lima . FAU-USP

Em São Paulo, a categoria "subúrbio" foi suprimida do cotidiano paulistano, frente ao processo de desconcentração industrial, da consolidação da indústria imobiliária como catalizador da produção do espaço urbano e pela determinação do modelo centro-periferia. O avanço da globalização e do neoliberalismo foram a pá de cal na estruturação de hierarquias que resultaram em profundas desigualdades, sobretudo pelo enfraquecimento da memória do trabalho e dos trabalhadores. Os territórios suburbanos passaram a absorver e exprimir complexidades variadas, essencialmente pelas dinâmicas imobiliárias materializadas pelo planejamento urbano e a verticalização, o que resultou em conceitos e categorias totalizantes, que os tratam ora enquanto parte do centro expandido e de novas centralidades, ora confundidos com as periferias contemporâneas. No âmbito político e ideológico, desde os anos 1980, foram convertidos em currais eleitorais do espectro conservador. A região do Tatuapé, na Zona Leste, ganhou evidência pelo acúmulo de transformações desde a década de 1970, sobretudo por incentivos do planejamento e da organização de empresários e construtores locais. Desde então, foram consolidados uma série de estereótipos negativos a respeito do leste da metrópole, difundidos na literatura, nos veículos formadores da opinião pública e na teledramaturgia nacional. A Rede Globo, força motriz da indústria cultural brasileira, produziu telenovelas que destacam seus modos de representação das classes sociais e seus territórios, estabelecendo seu papel central na construção dos imaginários em disputa, entre a memória operária-industrial, a ascensão do proletariado e os novos ricos, a pluralidade das classes médias e as caricaturas das elites tradicionais e dos grupos periféricos. Assim, entre ficção e realidade, partimos das categorias "verticalidades" e "horizontalidades" de Milton Santos para compreender a complexa trama socioterritorial a partir da região estudada, sistematizando uma linha do tempo que busca congregar eventos políticos, sociais, econômicos e culturais para uma possível perspectiva histórica sobre o subúrbio paulistano.

COMUNICAÇÃO 12: O Largo Padre José Tomás e a feira livre de Tianguá-CE como símbolos de convergência social, econômica e cultural

AUTORES: Antonio Pabllo Nunes de Sousa. FIED/UNINTA
Brenda Maria Macedo Mendes. INTA

O Largo Padre José Tomás, localizado no centro de Tianguá-CE, constitui um dos primeiros núcleos urbanos da cidade. Mesmo sem o reconhecimento oficial como patrimônio cultural, o largo desempenha papel essencial na identidade local que, associado à feira livre, realizada há cerca de 100 anos, representa um espaço de encontro, trocas e vivências sociais. Desde sua origem, o largo foi um ponto central para manifestações religiosas e sociais, tornando-se um símbolo da cidade. A feira semanal reforça essa dinâmica, reunindo agricultores, artesãos e comerciantes de diversas localidades, impulsionando a economia e fortalecendo laços comunitários. Produtos regionais, artesanatos e alimentos frescos são comercializados, preservando tradições e saberes populares. Apesar de sua relevância, o largo enfrenta desafios quanto à sua preservação como patrimônio cultural. Seu valor ultrapassa a dimensão física, sendo um testemunho da história de Tianguá. Portanto, reconhecê-lo é essencial para a manutenção da memória coletiva e a valorização da cultura local. O presente estudo objetiva criar um inventário arquitetônico do largo e da feira que possa contribuir no seu processo de preservação, além de embasar políticas de planejamento urbano. A metodologia inclui revisão bibliográfica, pesquisa documental e de campo, entrevistas com moradores e comerciantes, registros fotográficos e fichas técnicas detalhadas. Como resultado, pretende-se divulgar o inventário por meio de relatórios, eventos científicos e cartilha com linguagem acessível a ser disponibilizada para comunidade e autoridades locais, visando sensibilizá-los para a importância de reconhecer e preservar esse patrimônio.

COMUNICAÇÃO 13: Investigações sobre o Habitar em Walter Benjamin e Gaston Bachelard: Aproximações entre Cidade e Memória

AUTORES: Jonas de Campos Azevedo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil.

O artigo propõe problematizar o tema do "habitar" permeando textos selecionados de Walter Benjamin e Gaston Bachelard. Procurando ler aspectos convergentes e pontos de atrito entre os citados autores, acreditamos que o triunfo desta investigação está em desvendar algumas possibilidades analíticas da metrópole moderna. Enquanto instrumento de leitura da História e interpretação do imaginário, não é da urbanização a priori que tratamos, mais sim de um certo intérieur capaz de retratar os "hábitos" da vida burguesa.
A homologia entre espaço e imagem, a relação entre cidade e memória, além das noções de tempo histórico e anacronismo, formam balizas para análise dos "espaços da intimidade" nesses dois importantes pensadores da modernidade. A cidade ibérica torna-se aqui um topos literário.
A metrópole moderna enquanto escrita da "história topográfica" benjaminiana não opera uma cisão com o "espaço de dentro". Ao contrário de Bachelard, o intérieur é tanto um resguardo contra as ruas, quanto um retrato do abrigo contaminado pelas ruas, afetado pela modernidade. O trânsito entre o

mobiliário e o imobiliário é promovido por gavetas e prateleiras, comprimindo um conteúdo que é uma "forte obra do exterior". Ao retomar a "cidade fortificada" evocada por Le Corbusier, o intérieur assinala o "caráter de fortificação" que perpassa os móveis burgueses e suas cidades.
A crise do habitar, na transição para o século XX, ecoa a transformação da metrópole moderna. A análise de Benjamin sobre o intérieur demonstra de que forma a casa se fundamenta como um abrigo diante do avanço das estruturas de vidro e ferro. Na imensidão íntima de Bachelard é preciso questionar sobre a sua recusa ao espaço da modernidade, abrindo margens ao anacronismo. Walter Benjamin, ao contrário de Bachelard, não recusou os registros históricos, tampouco virou as costas à vida moderna, procurando entender o processo de transição impulsionado pelas novas metrópoles.

COMUNICAÇÃO 14: Paisagens Fúnebres em Santa Rita de Cássia – BA

AUTORES: Marcelo Souza UnB
Ana Giannecchini. UnB

Ao longo da história, as atitudes diante da morte passaram por profundas transformações, desde seu protagonismo no cotidiano egípcio até a negação característica da contemporaneidade. Essas mudanças atingiram seu ápice no século XIX, com o surgimento de ideias de racionalização, avanços na medicina e novas condutas sociais, tornando a morte uma realidade distante, que não deve ser lembrada.
Na zona rural de Santa Rita de Cássia – BA, contudo, persistem práticas funerárias que mantêm uma relação próxima entre vida e morte. Entre elas, destaca-se o sepultamento fora de cemitérios oficiais, disperso por diferentes pontos geográficos da região. Essas práticas configuram paisagens fúnebres que transcendem a mera função sepulcral, carregando significados culturais, sociais e afetivos.
Esta pesquisa adota o conceito de heterotopia (Foucault, 2013) para compreender os espaços da morte como territórios que escapam à lógica convencional do tempo e do espaço comum, funcionando como zonas de transição e ressignificação. Esses espaços são compreendidos pela interrelação do percebido e do vivido, qualificando, pela teoria espacial de Henri Lefebvre, a compreensão das relações rural-urbano no interior baiano.
Este estudo, a partir de uma abordagem espacial e qualitativa, investiga como as práticas funerárias influenciam a configuração e a morfologia da paisagem rural, e sua relação com o urbano. Além disso, busca compreender as interações entre finitude humana, cotidiano e território, revelando as conexões profundas entre memória, cultura e espaço vivido.

E6_09_Movimentos sociais e disputas territoriais

COORDENADORES:
Paula Santoro. Faculdade de Arquitetura e de Design da Universidade de São Paulo
Hugo Pérez Herrera . Universidad de Santiago de Chile

RESUMO: Este simpósio propõe refletir sobre os movimentos sociais e as práticas coletivas que reconfiguram os territórios urbanos e suas representações. Mobilizando memórias, histórias e patrimônios em disputas simbólicas e materiais, a partir de diferentes contextos e temporalidades, buscamos analisar como os sujeitos sociais reivindicam direito à cidade, reconhecimento de identidades e justiça territorial, problematizando os processos de exclusão, patrimonialização e transformação urbana. Em diálogo com a proposta do eixo temático “”Representações, memórias e figurações””, o simpósio explora as estratégias de resistência, apropriação e ressignificação dos espaços urbanos, evidenciando as articulações entre cultura, política e território. O simpósio se constitui como espaço de debate interdisciplinar sobre as práticas insurgentes que evidenciam as lutas políticas e as disputas sobre a memória e a produção dos territórios.

COMUNICAÇÃO 01: Santiago de Chile 1972: organización obrera, manufactura y ciudad

AUTORES: Hugo Pérez Herrera . Universidad de Santiago de Chile

Desde mediados del año 1972 hasta septiembre de 1973, muchas de las zonas industriales emplazadas en Santiago de Chile resignificaron su presencia en la ciudad desde la emergencia de una organización obrera inter-fabril trascendida como la coyuntura de los “Cordones Industriales”. Ya sea por el impacto territorial dentro de Santiago o por el poder político que detentó dentro del gobierno de Salvador Allende, dicha coyuntura, iniciada por manifestaciones callejeras de trabajadores de distintas fábricas en junio de 1972, redefinió la atención hacia los territorios fabriles desarrollados en la capital, relevando las acciones de una “clase obrera” que, desbordando sus históricas herramientas de reivindicación, se organizó en apoyo al gobierno. Estas acciones, primeramente instrumentalizadas por los trabajadores mediante denuncias por irregularidades dentro del funcionamiento de las empresas que los empleaban, prontamente se convirtieron en exigencias por parte de muchos trabajadores –comprometiendo manifestaciones urbanas, barricadas en calles y tomas de fábricas-, por incorporar sus lugares de trabajo al Área de Propiedad Social de la Economía (APS), iniciativa impulsada durante el gobierno de la Unidad Popular (UP) que escindió a los establecimientos manufactureros desde sus dimensiones de propiedad privada o estatal. Ya sea por apoyo al gobierno o por la subversión colectiva a la debatida administración del programa del APS, desde finales de 1972, la intervención, expropiación o requisición de fábricas, agrupaba a un conjunto de cerca de 80 establecimientos manufactureros al interior de la ciudad, inscribiendo a sus zonas industriales como un escenario de conflicto y negociación permanente, y a sus fábricas como territorio tecnológico abierto a la participación de sus trabajadores en la producción manufacturera, inscribiendo un periodo fértil para repensar tanto la organización del trabajo como la manufactura en sí; ahora desde una agencia social y solidaria, materializada en productos populares y artefactos nacidos de la inventiva obrera.

COMUNICAÇÃO 02: Construyendo modernidad: San Juan de Letrán y Avenida Presidente Vargas. Procesos técnicos, disputas culturales y representaciones urbanas en América Latina (1930-1945)

AUTORES: Alexis Uriel González Correa. Universidad Nacional Rosario Castellanos, México

La construcción de las avenidas San Juan de Letrán (1930-1938) en Ciudad de México y Presidente Vargas (1941-1945) en Río de Janeiro representó un hito en el proceso de emergencia e institucionalización del urbanismo en América Latina durante el periodo de entreguerras. A través de estas obras, los Estados latinoamericanos encontraron en los aparatos urbanísticos y los dispositivos técnicos de la disciplina urbanística las herramientas para modernizar sus capitales y transformar a sus habitantes, alineándose con los ideales de progreso y modernidad promovidos por las naciones del norte global. Sin embargo, más allá de los procesos técnicos y las visiones oficiales, fueron las prácticas culturales —como la samba en el caso de Río de Janeiro— y los usos cotidianos del espacio, frecuentemente en tensión con los proyectos estatales, donde los habitantes encontraron un espacio para la disputa y la resignificación del espacio urbano. Esta ponencia explora cómo estas avenidas no solo fueron proyectos de infraestructura, sino también escenarios de conflicto y negociación entre las aspiraciones modernizadoras del Estado y las dinámicas culturales y sociales de sus habitantes.

COMUNICAÇÃO 03: Histórias, Memórias e Patrimônios nas Periferias da Cidade de São Paulo: Teatro e Pesquisa histórica na obra dos coletivos Rosas Periféricas e Nos Trilhos

AUTORES: Adriano Jose de Sousa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil.

As diversas ações de moradores promovendo a preservação documental, patrimonial e construção de narrativas sobre lugares de memória e histórias de vida periféricos e dos trabalhadores na cidade de São Paulo (Brasil) nos últimos quarenta anos são evidências de sua agência histórica, produção de saberes, e um dos ativadores para lutas por transformações sociais e territoriais que não apaguem aquilo que as comunidades acumularam e consideram significativo para as suas vivências ao longo do processo de periferização da cidade, entre os anos de 1940 e 1980, principalmente. Neste contexto, apresentaremos, em linhas gerais, como a produção teatral dos coletivos culturais Nos Trilhos, que se fundamenta no distrito do Jaraguá, zona noroeste da cidade e do coletivo Rosas Periféricas, que desenvolve sua produção no distrito do Parque São Rafael, zona leste de São Paulo, formulam seus processos criativos baseados na pesquisa histórica de patrimônios naturais, culturais e memória oral dos moradores destes locais, contribuindo para a configuração de uma nova forma de escrever a história da cidade a partir de suas periferias, marcante na produção cultural sobre a cidade da década de 2010, povoada de coletivos culturais que tem nas áreas de história, memória e patrimônios urbanos um meio ou fim de sua atuação social. Iremos, portanto, nos debruçar sobre como essas coletividades vêm travando a luta pela ressignificação dos espaços urbanos, preservação e usos de lugares de memória, documentos e possibilidades urbanas das periferias. Para isso, levaremos em consideração a referência que os espaços constituem para as identidades, memórias coletivas e modos de viver, como também

foi preconizado por teóricos como Maurice Hawlbacs (1950) e Eclea Bosi (1979). Esta análise é parte da pesquisa de doutorado do autor, em desenvolvimento, intitulada Memórias Periféricas na História da Cidade: Processos de Pesquisa e Difusão de Coletivos e Agentes Culturais em São Paulo.

COMUNICAÇÃO 04: Patrimônio imaterial: trancistas na identidade urbana de Brasília

AUTORES: Layla Maryzandra. Universidade de Brasília, Brasil.

A patrimonialização de práticas culturais urbanas envolve disputas sobre quais memórias e expressões são legitimadas. No contexto das periferias negras do Distrito Federal, formas de expressão cultural, como o ofício de trançar cabelos, são frequentemente marginalizadas. Isto ocorre porque tais práticas integram "um conjunto de códigos e símbolos compartilhados, em suma, um modo de vida" (RATTS, 2004, p. 85) de grupos historicamente excluídos das políticas de patrimônio, como as trancistas negras. O objetivo deste estudo foi documentar o ofício de trançar cabelos afros como patrimônio imaterial, destacando seu papel na construção da identidade urbana de Brasília, propondo políticas de reparação. Em 2024, o estudo foi premiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, evidenciando sua originalidade, relevância e reconhecimento público. Para isso, adotou-se uma abordagem interdisciplinar, utilizando metodologias cartográficas, afetivas e fabulação crítica, com arquivos familiares. Os resultados mostram que as trancistas negras desempenham um papel essencial na história negra da cidade, muitas vezes negada (GONÇALVES, 2007). No entanto, enfrentam desafios estruturais, como a localização em áreas vulnerabilizadas, dificultando o reconhecimento do seu saber. O estudo propõe a reconstrução de uma narrativa contra-hegemônica da história urbana, baseada na produção socioespacial do território, transcendendo a perspectiva centrada apenas na ação estatal. A pesquisa evidencia a precariedade urbana, especialmente no que se refere à infraestrutura básica e à necessidade de proteção do patrimônio construído por mulheres negras, reforçando a importância de reconhecer e valorizar essas contribuições para a formação socioespacial (SANTOS, 2006).

COMUNICAÇÃO 05: Fantasias difusas: as Festas Populares como "Lugares do Possível" nas cidades brasileiras

AUTORES: Fernanda Cé Bogucheski. Universidade Federal da Bahia, Brasil
Ariadne Moraes Silva. Universidade Federal da Bahia, Brasil

Para Henri Lefebvre, a sociedade é lacunar, com vazios entre os sistemas e estruturas consolidados, os chamados "lugares do possível". Para o autor, são os lugares que possuem elementos de possibilidades outras, mas que estão tão dispersos e desarticulados, que não têm força capaz de reuni-los. Este ensaio tem como objetivo estudar o papel das festas populares como potenciais lugares do possível nas cidades brasileiras que, mesmo sendo planejadas em função de lógicas rodoviaristas priorizando o tráfego de veículos individuais, ostentam momentos impactantes com as ruas tomadas de gente.
Festas populares têm, de fato, este "poder" de ocupar espaços públicos, mesmo que ocupar talvez nem seja a palavra mais adequada para descrever estes fenômenos. As festas são capazes de torcer o tempo, alterar percepções, reocupar e até ressignificar –mesmo que temporariamente– os espaços do cotidiano. São inversões do cotidiano (DaMatta, 1983) e manifestações vivas de cultura. Mesmo quando

cooptadas pelo mercado, as festas seguem tomando um espaço para si, colocando música, arte, fé e gente nas ruas. Seria possível, então, entendê-las como lugares do possível, na forma que Henri Lefebvre deixa posto?

Para desenhar o cenário proposto, o trabalho colocará na mesa, a partir de um breve levantamento bibliográfico, conceituações sobre cultura e, principalmente, sobre as festas no Brasil, tendo como foco uma das maiores manifestações populares de massa do país: o Carnaval. Em um segundo momento, sem romantizá-las, analisaremos estas manifestações sob a égide da sociedade de consumo, relacionando o utilitarismo da cultura ao planejamento estratégico das cidades. Por fim, tentaremos entender se, mesmo com as apropriações, as festas populares conseguem se manter enquanto lugares de possibilidades, fantasias difusas e insurgências no olhar e fazer cidade.

4º Congresso Ibero-Americano de História Urbana
24 a 28 de Novembro de 2025
São Paulo - Brasil